EIXO 7

TERRITÓRIO, POLÍTICA, CIDADANIA E DEMOCRACIA

A GEOPOLÍTICA DO GOLPE DE 2016*

Marcelo Werner da Silva†

Resumo

Trabalho, originalmente realizado para um curso livre sobre o golpe de 2016, buscou compilar trabalhos acadêmicos, livros e reportagens que exploram o aspecto geopolítico do golpe de 2016, associando os eventos de 2016 a outras escalas espaciais, no caso as disputa pela hegemonia do sistema mundial, bem como com outras escalas temporais, utilizando então a noção de "longa duração" de F. Braudel. Percebe-se então a disputa geopolítica mundial entre Estados Unidos e China/Rússia. Por outro, no caso da América Latina, a coincidência de ondas de democratização e outras de fechamento democrático.

Palavras-chave: Golpe de 2016, geopolítica, sistema mundial.

Resumen

El trabajo, originalmente realizado para un curso libre sobre el golpe de 2016, buscó compilar trabajos académicos, libros y reportajes que explotan el aspecto geopolítico del golpe de 2016, asociando los eventos de 2016 a otras escalas espaciales, en el caso las disputa por la hegemonía del sistema mundial, así como con otras escalas temporales, utilizando entonces la noción de "larga duración" de F. Braudel. Se percibe entonces la disputa geopolítica mundial entre Estados Unidos y China/Rusia. Por otro lado, en el caso de América Latina, la coincidencia de ondas de democratización y otras de cierre democrático.

Palabras clave: Golpe de 2016, geopolítica, sistema mundial.

* Trabalho que descreve a participação do autor no Curso Livre do Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia, realizado na UFF/CAMPOS no primeiro semestre de 2018.

† Professor do Departamento de Geografia de Campos e dos Programa de Pós-Graduação em Geografia e e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, ambos do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes/RJ.

Introdução

O Brasil passa, desde ao menos o ano de 2013, por desestabilizações políticas que levaram ao impeachment da presidenta Dilma Roussef em 2016, considerado cada vez mais como um golpe parlamentar, judiciário e midiático pela forma que foi realizado e por seus desdobramentos posteriores (Ver Jinkings et. al (2016), Mamigonian et. al (2016), Freixo e Rodrigues (2016) e Souza (2016).

Para entender o golpe de 2016 e sua continuidade em uma perspectiva geopolítica é necessário, inicialmente, compreender a ordem mundial atual (ver referencia). Para entende-la é necessário também alguns conceitos auxiliares. Braudel (1965) fala das durações do conhecimento sobre as socidade. Se vemos apenas o conjuntural, ficamos presos a “notícias de jornal”, não temos a exata dimensão do significado de muitos eventos políticos. É necessário considera-los com certo distanciamento propiciado pela consideração da “longa duração”. Essa perspectiva será considerada nesta análise.

Para entender a ordem política mundial também é necessário considerar que o mundo é formado por um sistema de estados soberanos, porém mediados pela hegemonia de alguns estados que controlam o comércio mundial e detem grande poderio militar para seguir impondo essa vantagem perante aos demais estadoS. O moderno sistema mundial, conceito de Immanuel Wallersteim (ver ARIENTI e FILOMENO, 2004) que se inicia com o final da idade média, no século XVI. Desde então o mundo passou por três hegemonias: a holandesa, a inglesa e a norte-americana.

É no contexto da contestação desta hegemonia norte-americana é que se insere a desestabilização política do Brasil e de outros estados pelo mundo. Fernandes (2016) chama o período da Guerra Fria (1945-1989) como de “Hegemonia contestada”, em que a hegemonia norte-americana se mantém no bloco capitalista, mas é contestado pela União Soviética, que encabeça um sistema mundial socialista alternativo. Outro fator de contestação da hegemonia americana é a globalização da organização política em estados soberanos (processos de descolonização). Com a implosão do bloco soviético se inicia um período de transição que chega até os dias atuais.

A impressão inicial é que a partir daí se iniciava um predomínio inconteste dos Estados Unidos, como vencedor da “guerra fria”. Livros como de F. Fukuyama

(1992), proclamando o “fim da história” refletem essa impressão. Esta fase em que se falou de uma nova ordem mundial e até em “império”, foi seguida pela crescente dificuldade dos EUA em gerar convergência às suas posições em fóruns multilaterais, sempre respondidas por ações de força unilateral. O marco desta nova fase são os ataques de 11 de setembro de 2001 à cidade de Nova Iorque e as invasões subsequentes do Iraque e do Afeganistão (FERNANDES, 2016).

O que parecia um domínio da única superpotência, é marcado pela emergência de novos polos de poder, com destaque para China e Índia. “Ambos os países – a China e a Índia – se caracterizam, ainda, por possuir as maiores populações do planeta, extensões territoriais amplas, poderio militar nuclear, além de estruturas estatais de planejamento e regulação que não sucumbiram às pressões pela liberalização financeira e cambial durante a ofensiva neoliberal global dos anos ’80 e ’90” (FERNANDES, 2016).

Essas características foram fundamentais no destaque destes dois países na nova fase do sistema mundial. A iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda, dentre outras, faz com que a balança do poder comece a se deslocar para a Ásia (ver figura 1).

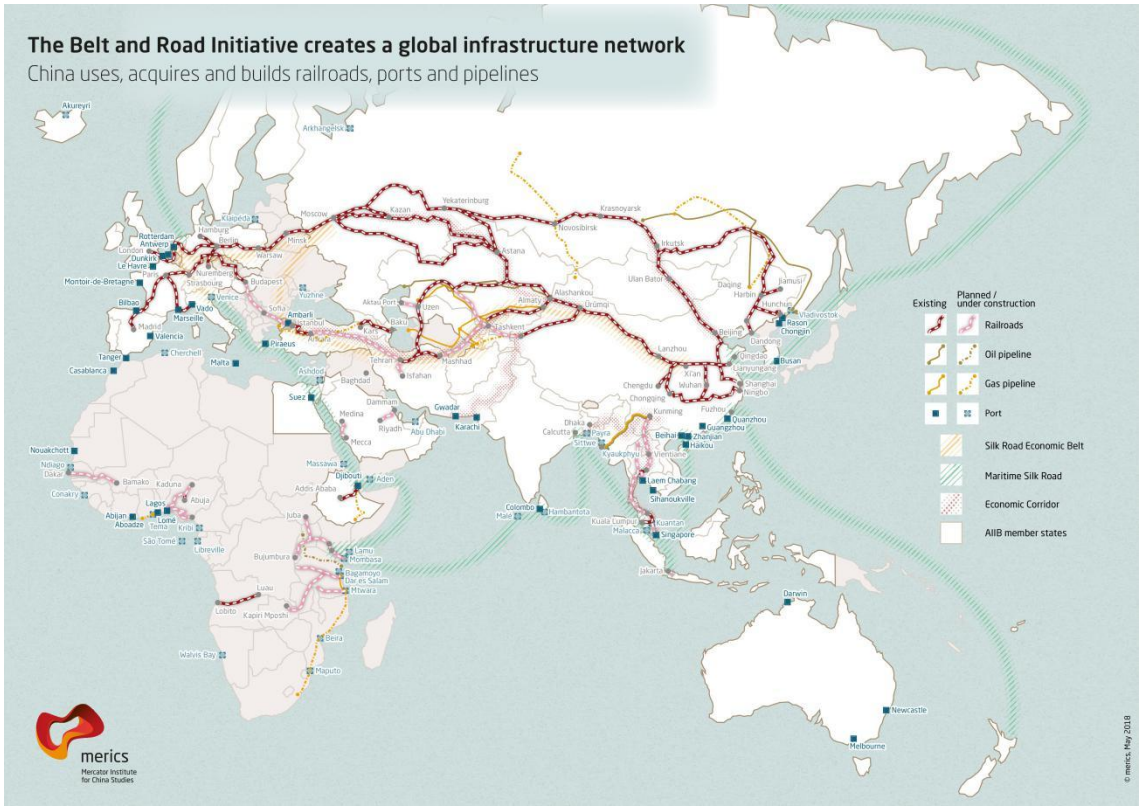


Figura 1 - A iniciativa chinesa “Belt and Road”. **Fonte**: MERICS, 2018.

Nesta nova Rota da Seda, vemos a construção de uma rede mundial de infraestruturas de transporte, englobando rodovias, ferrovias, rotas marítimas e oleodutos.

Outra grande iniciativa, agora na questão de segurança, combate ao terrorismo, dentre outros, é a **Organização da Cooperação de Xangai**, que abarca a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Quirquistão, o Tajiquistão e o Uzbequistão, e mais recentemente incorporou o Paquistão, a Índia, o Afeganistão e o Irã (FERNANDES, 2016, BUMBIERIS, 2010).

Essas iniciativas confrontam, geopoliticamente, o predomínio americano na nova ordem mundial. A confrontação aumenta quando vemos o renovado papel internacional da Rússia (pós-Putin). Aí se incluem o enfrentamento ao cerco do EUA/OTAN na Europa, que inclui a confrontação na Ucrânia. A Rússia pós-colapso da URSS, procurou reconstruir os instrumentos estatais de planejamento, intervenção e regulação econômica, em parte herdados do socialismo. Promoveu a recuperação econômica, que em 2007 alcançou o patamar de 1991 (pré-colapso). Não se pode esquecer que segue controlando o 2º maior arsenal nuclear do mundo, além de atuar como potência energética (FERNANDES, 2016).

Acrescentaríamos o discurso anual à Assembléia Federal da Rússia por Vladimir Putin (01/03/2018), em que são apresentadas armas revolucionárias que confrontam o predomínio militar dos EUA (NAVEIRA, 2018).

Esse então é o pano de fundo para entendermos a geopolítica do golpe de 2016. Esse crescimento e a união destes dois grandes atores geopolíticos, como são Rússia e China contesta frontalmente, os interesses norte-americanos no mundo e sua busca pela manutençao de sua hegemonia. Gostaríamos de lembrar que esses dois paises, acrescidos da Índia, tradicionalmente um aliado do Ocidente, formam os grupo como conhecido como BRICS, em que também estão presentes o Brasil e a África do Sul, unindo os maiores países do mundo . Este grupo de países “em desenvolvimento”, é, em si, uma afronta aos interesses geopolíticos norte-americanos.

A América Latina e a gangorra ideológica

Neste contexto de decomposição estrutural da hegemonia EUA e a crescente multipolarização do sistema internacional acontece a "viragem progressista" (FERNANDES, 2016) em grande parte da América Latina, com a eleição de governos de esquerda ou centro-esquerda: 1998 – Hugo Chavez (Venezuela); 1999 – Ricardo Lagos (Chile); 2002 – Lula (Brasil); 2003 – Argentina; 2005 – Uruguai; 2006 – Bolívia; 2007 – Nicarágua e Equador; 2008 – Paraguai; 2009 – El Salvador; 2011 – Peru.

Essa "onda progressista" sucedeu três "ondas" anteriores:

- Anos 60-70 – regimes **ditatoriais** civis-militares;
- Anos 70-80 – transição para regimes democráticos;
- Anos 80-90 – virada continental rumo ao neoliberalismo.

Essa viragem progressista foi possibilitada pela associação da esquerda à causa democrática da luta pela redemocratização e foi precisamente o Brasil o pivô de sua consolidação e estruturação regional após a posse de Lula. Na ausência do antigo campo socialista, tais governos progressistas criaram projetos de desenvolvimento nacional com políticas de redistribuição de renda e promoção da igualdade. Ao mesmo tempo fortaleceram processos de integração regional:

- MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
- UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
- CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- ALBA - Alternativa Bolivariana para as Américas (FERNANDES, 2016).

Sob a liderança brasileira se consolidou uma agenda de integração física e logística associando financiamento do BNDES e execução das grandes empreiteiras nacionais. O Brasil também participa da criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, como contraponto às instituições multilaterais de financiamento hegemonizadas pela velhas potências em declínio (Banco Mundial, FMI, etc.), dentro de uma política de lutar por reformas na governança sistêmica global, sem confrontar diretamente os EUA, que mantém a superioridade bélica e sua hegemonia está em erosão, mas ainda não em colapso (FERNANDES, 2016).

A Geopolítica do golpe de 2016

O golpe no Brasil se insere em uma contraofensiva conservadora no continente:

- 2009 – Honduras - destituição do presidente eleito (Manuel Zelaya);
- 2012 – Paraguai – deposição em um impeachment parlamentar de Fernando Lugo;
- Venezuela – sucessão de tentativas de golpe;
- 2010 - Equador (eventos de violência física);
- Bolívia – segue o confronto com as forças reacionárias;
- Chile (derrota eleitoral em 2010, revertida em 2013);
- 2015 Argentina (derrota eleitoral);
- 2016 Peru (derrota eleitoral).

Observa-se que o elemento comum a todos esses processos é a:

> forte instrumentalização, por parte de conglomerados monopolistas privados de comunicação e seus aliados políticos, da bandeira da corrupção econômica ou moral para desconstruir e deslegitimar as lideranças políticas carismáticas que encabeçaram os processos de mudança na região, procurando minar e dividir sua base de sustentação congressual e social (FERNANDES, 2016).

Essa confraofensiva conservadora "...relaciona-se à resposta dada pelas potências centrais, em particular os Estados Unidos, à erosão do seu poder hegemônico", passando de uma "hegemonia benevolente" para uma "hegemonia coercitiva" (FERNANDES, 2016), conforme pode ser visto nas intervenções desastradas realizadas pelos Estados Unidos no Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria.

Associado a isso vemos que na Estratégia Militar Nacional 2015 do Estado Maior Forças Armadas dos EUA, dita-se que a hegemonia americana encontra-se em perigo: "vantagens competitivas mantidas pelos EUA por logo tempo estão hoje em xeque" (FERNANDES, 2016), apontando-se duas ameaças principais: Organizações extremistas violentas (VEO) e a considerada a principal ameaça: "Estados revisionistas", "...que buscam 'revisar' aspectos cruciais dos processos e instituições que compõe a ordem mundial". São nominalmente citados: Rússia, Irã, Coréia do Norte e China. Deste modo podemos inferir que a agenda reformista dos BRICS é uma das "principais ameaças " à segurança do país (FERNANDES, 2016).

A agenda externa EUA tem traduzido essas formulações em iniciativas concretas, como são a expansão da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para o leste europeu, dentro de uma política de cerco e contenção da Rússia. Também se insere neste movimento a desastabilização da Ucrânia. Em relação à China se articulava o Tratado Transpacífico (TPP), que foi liquidado pelo presidente norte-americano Donald Trump. Outra atitude é o acirramento das disputas territoriais no Mar da China (FERNANDES, 2016).

A Guerra Híbrida

Dentro da estratégia norte-americana para lutar pela manutenção de sua hegemonia mundial está a chamada "Guerra Híbrica". Neste sentido o manual para Guerras Não-Convencionais das Forças Especiais norte-americanas, de 2010 diz que

> O objetivo dos esforços dos EUA nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos. […] Num futuro previsível, as forças dos EUA se engajarão predominantemente em operações de guerras irregulares (IW, na sigla em inglês)" (ESCOBAR, 2016)

Quando são citadas "potências hostis", este se refere não apenas ao sentido militar, mas também em relação à quebra da hegemonia norte-americana, como já citamos em relação à China e Rússia. Pode-se estabelecer ligações entre as chamadas revolução coloridas ocorridas no Egito e outros países árabes e o conceito citado de guerra não-convencional (UW). O objetivo é sempre destruir projetos conectados transnacionalmente e que se ancaixem em multipolaridade, ou seja, em contra a hegemonia americana, por meio de conflitos provocados externamente (étnicos, religiosos, políticos etc.) dentro de um país alvo (ESCOBAR, 2016).

Em todas essas primaveras aparece a luta contra a corrupção e em defesa da democracia. No caso nossa "primavera" foram as chamadas jornadas de 2013. Há muitas interpretações para as mesmas, mas o fato que após tenderam a priviliegiar o combate ao governo constituído acenando com o combate à corrupção, com o que contaram com total cobertura da mídia, inclusive na divulgação do eventos. Surgem aí organizações como o "Movimento Brasil Livre" (MBL), que combatem o governo Dilma atráves de convocações por redes sociais. Na imprensa surgiram diversas

denúncias de financiamento desta organização com recursos do irmãos Koch, milionários americanos que apoiaram Donald Trump e são ligados à empresas de petróleo norte americanas (EL PAÍS, 2017).

Percebe-se a estratégia de utilização de aliados internos, no caso parcelas da elite brasileira historicamente associados aos interesses norte-americanos e grupos de jovens querendo participar deste movimento conservador.

A isto se associa a chamada “guerra semiótica”, conceito utilizado por Wilson Ferreira do Cinegnose para descrever a série de eventos provocados como “bombas semióticas”, para criar na opinião pública impressões que lhe interessam, no caso do golpe a narrativa da situação de caos que o país atravessaria. Neste sentido as bombas semioticas seriam

> ...criadas pela grande mídia e impactadas na opinião pública nesse período – o enorme aparato bélico que colocou em ação armas retóricas, linguísticas e semiológicas, não para doutrinação partidária ou ideológica. Mas para criar ondas de choque e impor a narrativa de que o País naquela oportunidade estava à beira do abismo, mergulhado no caos, baderna, na crise política e econômica.
> Turbinou protestos de rua que, aparentemente, eram cobranças generalizadas contra a “classe política” e contra “tudo que está aí”, tidas como “apartidárias” e com temas caros à sociedade – tarifas de transporte, impostos etc. (FERREIRA, 2017).

Os elementos da participação americana

Poderíamos citar as revelações de Edward Snowden, de espionagem da NSA (Agencia de Segurança Nacional) que atingiam diretamente a presidenta Dilma e a Petrobrás. Outro elemento seriam as revelações sobre a cooperação de setores de Judiciário brasileiro, da Polícia Federal e do Ministério Publico com promotores americanos. Tais contantos foram realizados à revelia do Ministério da Justiça e explicam como um juiz de Curitiba conseguiu acesso a tal quantidade de dados da Petrobrás. O efeito prático foi a destruição da Petrobrás, das grandes empreiteiras e a prisão do formulador do Programa Nuclear Brasileiro, Almirante Othon da Silva. Atos tão anti-nacionais que impressionam que pudessem ter sido realizados com apoios tão amplos como os do chamado “arco do golpe”.

> Além das conexões do juiz de primeira instância da Vara de Curitiba, Sérgio Moro, com o Departamento de Estado dos EUA e o FBI – nova estratégia geopolítica norte-americana iniciada em 2002 que, sob a égide do combate à corrupção internacional e através de ONGs ambientais e anticorrupção,

> CIA, NSA e Departamento de Justiça dos EUA, levantar seletivamente informações contra países não-alinhados como Coréia do Sul, Brasil, Espanha etc. (FERREIRA, 2017).

Por fim podemos elencar os diversos interesses norte-americanos no pais, e que corriam risco com governos aliados aos adversários geoestratégicos como são Rússia e China:

> O golpe no Brasil foi por petróleo, claro, porque esta é uma obsessão e uma necessidade dos EUA (e o présal contém recursos que podem alcançar R$ 30 trilhões). Mas também por água, por estatais rentáveis e estratégicas, pela riqueza da Amazônia, pela aproximação do Brasil de Rússia e China, pela fundação do Banco de Desenvolvimento do BRICS, e assim por diante. Um dos elementos decisivos do envolvimento dos EUA no golpe foi a política definida nos BRICS, de substituição gradativa do dólar como moeda de referência nas transações internacionais. A hegemonia mundial dos EUA, que se encontra estremecida, está diretamente relacionada, em boa parte, ao fato de poder emitir dólar à vontade e esta ser a moeda utilizada no grosso do comércio internacional (CARDOSO, 2018)

.

Portanto se já não fossem os interesses econômicos, a participação do Brasil nos BRICS teve papel importante, bem como a de impedir o surgimento de outra potência no continente.

Considerações Finais

Este pequeno esforço de sistematização foi realizado para mostrar os intesses geopolíticos mais amplas existentes em aparentes assuntos internos e como a mídia, setores do judiciário e parte da máquina pública brasileira favoreceram a realização do golpe de 2016.

Pode-se perceber que nesse como em muitos outros casos a geografia deve olhar para a articulação de escalas geográficas, bem como de escalas temporais mais amplas, para poder explicar fenômenos aparentemente desconexos a primeira vista.

Referências

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Texto para discussão. Florianópolis, UFSC, n. 04, 2004.

BRAUDEL, Fernand. "História e Ciências Socais: a longa duração". Revista de história, ano XVI, vol. XXX, n. 62, abr-jun. 1965.

CARDOSO, José Alvaro de Lima. O golpe como elemento da Guerra Híbrida. Disponível em:<https://outraspalavras.net/mundo/america-latina/golpe-como-elemento-da-guerra-hibrida/>. Acesso em 18 mai 2018.

EL PAÍS. "Renovação Liberal: a associação familiar para onde vai o dinheiro do MBL". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642_201383.html>. Acesso em 15 set. 2018.

ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. Disponível em <https://jornalggn.com.br/noticia/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida-por-pepe-escobar>. Acesso em 18 mai 2018.

Fernandes, Luis. Brasil: a dimensão geopolítica do golpe. São Paulo: Outras Palavras, 2016.

FERREIRA, Wilson Roberto Vieira. Bombas semióticas brasileiras (2013-2016): por que aquilo deu nisso? Cinegnose. Disponível em: <https://cinegnose.blogspot.com/2017/07/bombas-semioticas-brasileiras-2013-2016.html>. Acesso em 15 set. 2018.

FREIXO, Adriano; RODRIGUES, Thiago (eds.). 2016, o ano do golpe. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

FUKUYAMA, Francis. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

JINKINGS, et. al. (orgs.). Por que Gritamos Golpe? Para Entender o Impeachment e a Crise Política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti et. al (orgs.). Historiadores pela democracia: O golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

MERICS. China creates a global infrastructure network: Interactive map of the Belt and Road Initiative. Disponível em: <https://www.merics.org/en/bri-tracker/interactive-map>. Acesso em 09 set. 2018.

NAVEIRA, Ruben Bauer. As Novas Armas da Rússia (1): O discurso histórico de Putin. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/as-novas-armas-da-russia-1-o-discurso-historico-de-putin>. Acesso em 24 mai 2018.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: Leya, 2016.

A INFLUÊNCIA DA GEOGRAFIA NO COMPORTAMENTO ELEITORAL: CONTEXTO SOCIAL DE VIZINHANÇA

Aleksei Zolnerkevic

Resumo

O tema de estudo que trata da influência da geografia nas eleições, mais especificamente da influência do contexto social ou "lugar" onde o eleitor vive, é pouco explorado pela literatura geográfica brasileira. O artigo apresenta as principais teorias sobre esse tema na literatura anglo-saxônica, buscando demostrar como o desenvolvimento das pesquisas nessa área no Brasil pode fazer com que a geografia alcance uma posição de maior destaque dentro dos estudos eleitorais. Por fim, apresentamos o resultado de uma pesquisa de *survey* na cidade de São Paulo onde encontramos evidências da influência do contexto social de vizinhança no comportamento eleitoral.

Palavras chaves: geografia eleitoral, comportamento eleitoral, efeitos contextuais.

INFLUENCIA DE LA GEOGRAFÍA EN EL COMPORTAMIENTO ELECTORAL: CONTEXTO SOCIAL DE VECINDAD

Resumen

El tema de estudio que trata de la influencia de la geografía en las elecciones, más específicamente de la influencia del contexto social o "lugar" donde vive el elector, es poco explotado por la literatura geográfica brasileña. El artículo presenta las principales teorías sobre ese tema en la literatura anglosajona, buscando demostrar cómo el desarrollo de las investigaciones en esa área en Brasil puede hacer que la geografía alcance una posición de mayor destaque dentro de los estudios electorales. Por último, presentamos el resultado de una pesquisa de *survey* en la ciudad de São Paulo donde encontramos evidencias de la influencia del contexto social de vecindad en el comportamiento electoral.

Palabras clave: geografía electoral, comportamiento electoral, efectos contextuales.

Introdução

Os estudos eleitorais da geografia brasileira na sua maioria concentram seus esforços em dois temas principais de pesquisa: “a geografia das eleições”, que trata do mapeamento sistemático das eleições em busca de padrões espaciais de votação identificáveis, e “a geografia da representação política”, que estuda os aspectos espaciais da representação política e da organização das eleições (CASTRO, 2005), particularmente examinando o uso do processo de territorialização do espaço como estratégia político-eleitoral dos candidatos ao legislativo com o objetivo de estabelecer a chamada “conexão eleitoral” entre candidatos e eleitores.

Segundo Taylor e Johnston (1979) existe um terceiro tema que completaria os estudos na geografia eleitoral e quem tem sido pouco explorado na literatura geográfica brasileira “a influência da geografia nas eleições”. Ele busca determinar a influência da geografia, mais especificamente do contexto social (lugar, vizinhança, redes sociais), no comportamento eleitoral: como a distribuição das pessoas, a composição social dos bairros e o fluxo de informações políticas circulando naquele espaço influenciam o voto e qual a relação entre o comportamento eleitoral das pessoas e as diferenças entre os lugares onde elas vivem e são socializadas no que diz respeito às suas características socioeconômicas, relações de poder dentro deles , bem como em relação a outros lugares em diferentes escalas.

O presente trabalho procura apresentar as principais teorias que juntas fazem parte do arcabouço teórico desse tema de estudo na geografia eleitoral, desenvolvido principalmente nos países anglo-saxões, e ao mesmo tempo tenta mostrar como o desenvolvimento de pesquisas sobre esse tema no Brasil pode fazer com que a geografia alcance uma posição de maior destaque dentro dos estudos eleitorais.

Por fim, subsidiado por essa breve revisão da literatura, o artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de *survey* realizada na cidade de São Paulo, durante o período da eleição para prefeito de 2016, mostrando evidências da influência do contexto social de vizinhança no comportamento eleitoral das pessoas.

Uma perspectiva contextual do comportamento eleitoral

Quando no período eleitoral os institutos de pesquisa apresentam suas pesquisas de intenção de voto procuram mostrar também o perfil sociológico dos

eleitores de cada candidato. Por exemplo, o candidato Lula é mais bem apoiado entre os eleitores que ganham menos de dois salários mínimos ou o candidato Bolsonaro é apoiado majoritariamente por eleitores do sexo masculino.

Essa iniciativa de apresentar o eleitorado médio dos candidatos não deixa de ser também um processo de generalização pois obscurece o fato de que regionalmente há diferenças no apoio aos mesmos. O candidato Bolsonaro no seu estado natal, Rio de Janeiro, talvez tenha um apoio feminino maior do que a média nacional, o mesmo ocorrendo com o candidato Lula na região nordeste com relação aos eleitores de maior renda. Essas duas situações podem ser explicadas pelo que a literatura convencionou denominar de “efeitos contextuais”, ou seja, variações no apoio eleitoral influenciadas pelo contexto social ou lugar onde os eleitores vivem.

O primeiro exemplo pode ser explicado pelo que a literatura chama de efeito contextual de “Amigos e Vizinhos” (KEY, 1949, JOHNSTON et al, 2016) que ocorre quando o candidato recebe mais votos do que o esperado na sua região natal ou de residência. Esse efeito ocorreria, por um lado, por ser mais fácil para o candidato mobilizar eleitores no lugar onde é conhecido, tem mais contatos e mais acesso às redes locais de comunicação política, e por outro porque em situações onde não há muitas diferenças identificáveis entre os candidatos ou um baixo interesse sobre os temas discutidos na eleição, o eleitor tende a adotar um pensamento “localista” na sua escolha votando no candidato da sua região por acreditar que ele irá melhor defender os interesses da sua comunidade. Portanto, esse efeito ocorre quando a escolha do voto do eleitor se baseia mais na sua lealdade ao lugar do que nas divisões políticas e clivagens socioeconômicas que permeiam os apoios eleitorais na escala nacional.

Segundo o modelo sociológico do comportamento eleitoral (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1948), pessoas pertences aos mesmos grupos sociais tendem a decidir o seu voto para uma mesma direção. No entanto, as pessoas não decidem o seu voto de forma isolada, elas se informam politicamente por meio das mídias como a televisão ou o celular assim como pelas informações trazidas pelas suas redes de contato social no lugar onde vivem. Essas informações podem reforçar ou serem contraditórias em relação às predisposições sociológicas do eleitor. Mais ainda, as pessoas quando decidem o seu voto fazem também uma avaliação retrospectiva e prospectiva da situação econômica do lugar onde vivem,

relativizando a sua condição econômica individual com a dos seus vizinhos, com a da sua região, etc (JOHNSTON; PATTIE, 2006, cap 5).

Dessa forma, em uma sociedade politicamente polarizada, um eleitor de maior renda que teoricamente teria uma predisposição para apoiar um candidato mais à direita, estando em uma região onde durante o governo Lula a maioria pobre teve um significativo ganho na sua qualidade de vida e na sua capacidade de consumo, beneficiando a economia da região como um todo, talvez tenha uma maior probabilidade de apoiar um candidato à esquerda, influenciado pelo contato com os seus vizinhos e por causa de uma avaliação retrospectiva da condição econômica local. Esse efeito contextual é conhecido como de “Vizinhança” (TINGSTEN, 1937), e ocorre quando as interações sociais dentro do lugar onde a pessoas vivem, principalmente a conversação, trazem informações que podem reforçar as predisposições políticas dos eleitores, quando estão em consonância com a maioria, ou contradize-las trazendo argumentos para que os mesmos modifiquem suas posições políticas, principalmente quando há uma pressão social considerável para isso (GREGORY et al, 2009).

O geografo inglês Kevin Cox (1969 apud TAYLOR; JOHNSTON, 1979; JOHNSTON; PATTIE, 2006 e JOHNSTON; PATTIE, 2016) no seu estudo seminal “*Progress in Geography: The voting decision in a spatial context*” foi um dos primeiros a apresentar uma teoria que explicasse a causalidade por trás da relação entre comportamento político e contexto, entendido por ele como o ambiente social onde as decisões eleitorais são tomadas. No seu modelo, o contexto é visto como uma rede pela qual as informações políticas são enviadas e recebidas por “nós” (pessoas, mídias, grupos formais: igreja, organizações comunitárias, etc.) que as processam e difundem através do espaço, potencialmente modificando-as. A fluidez e a difusão dessas informações dependeriam da co-localização dos “nós” e da natureza das conexões entre eles. Por exemplo, as pessoas geralmente tendem a ser mais influenciadas pelas fontes de opinião política mais próximas a elas, tanto geograficamente (distância espacial) quanto socialmente (família, amigos, colegas de trabalho, etc.).

Os padrões de votação “anômalos” atribuídos a esses efeitos contextuais talvez causem a falsa impressão de que o papel da geografia eleitoral nessa linha de pesquisa seja explicar essas exceções à “regra”. Os estudos do geógrafo John

Agnew (1987, 1996a), quase 20 anos após Cox (1969), ao contrário, mostram que esses resultados seriam apenas a prova empírica de que o comportamento político-eleitoral é intrinsicamente geográfico e localmente estruturado.

Resgatando a ideia dos primeiros estudos da geografia eleitoral francesa de Siegfried (1913) e da americana de Turner (1926) que relacionavam a partir da comparação de mapas as características físicas, culturais e de ocupação das regiões com padrões de apoio eleitoral, mas agora buscando, assim como Cox (1969), a causalidade por trás dessa relação, Agnew (1987) considera que as escolhas político-eleitorais seriam mediadas e balizadas pelo conjunto de elementos socioeconômicos, culturais e políticos encontrados nos lugares onde as pessoas vivem e são socializadas.

Subsidiado por teorias sociais surgidas a partir do final dos anos 1970, particularmente a teoria da estruturação de Anthony Giddens, Agnew (1987) interpreta as ações humanas como estruturadas em um contexto geográfico específico. Esse “lugar”, por sua vez, seria construído a partir da intersecção entre a prática social da vida cotidiana e estruturas sociais muiltiescalares atuando localmente que ao mesmo tempo restringem e condicionam as ações humanas ali realizadas. Essas estruturas, por outro lado, também podem ser potencialmente modificadas pela ação humana fazendo com que os lugares estejam em um processo de constante transformação.

Para essa perspectiva, o espaço nacional deveria ser visto então como um mosaico de lugares onde a aceitação a propostas e movimentos políticos e sociais não ocorre de modo uniforme no espaço uma vez que a adesão ou aceitação a elas pelas pessoas dependeria das realidades e características histórico-geográficas dos lugares onde vivem.

Em momentos de consenso, pessoas localizadas em lugares diferentes e inseridas em contextos sociais diversos, talvez irão convergir para uma mesma direção minimizando ou tornando menos importante o fato de que elas, mesmo que socialmente parecidas, localizadas em lugares diferentes tomam suas decisões político-eleitorais baseadas em elementos igualmente diferentes. Porém, em momentos de crise, quando o interesse das pessoas está focado nos problemas específicos das suas regiões e dos lugares onde vivem, propostas eleitorais gerais talvez não alcancem o nível de aceitação desejado. Numa circunstância como essa,

com os interesses seccionais se evidenciando, fica difícil compreender o comportamento eleitoral por meio de generalizações ou categorizações sociológicas sem contextualizar o eleitor no lugar onde vive. Segundo Agnew,

> "(…) nunca podemos explicar satisfatoriamente o que guia as escolhas e ações individuais ao menos que situemos os indivíduos no contexto social geográfico das suas vidas (...) as causas das crenças e ações políticas dos indivíduos são organizadas geosociologicamente (AGNEW, 1996b, p. 165, tradução nossa)."

Com o aprimoramento das técnicas de geoprocessamento e a utilização de índices locais de associação espacial e pesos espaciais, as análises de abordagem ecológica que buscam mensurar o efeito de certas variáveis socioeconômicas e políticas na configuração dos padrões espaciais de votação identificados, tornaram-se uma ferramenta importante para determinar a influência do contexto geográfico no comportamento eleitoral das pessoas. Além disso, recentemente, dados coletados via redes sociais virtuais como *twitter* e *facebook* vem sendo usados como importante fonte de informação para se determinar os interesses e as demandas geograficamente localizadas das pessoas. Campanhas políticas, como a de Donald Trump nos EUA e do referendo do *Brexit* no Reino Unido, supostamente teriam se beneficiado desses dados para planejar suas estratégias eleitorais, por exemplo, para decidir que discurso adotar em cada região e em que circunscrição geográfica concentrar os seus esforços de campanha[*].

Contexto e as Redes sociais

Os estudos dentro desse tema de pesquisa defendem portanto que além das predisposições sociológicas, o contexto social ou o lugar onde as pessoas vivem também importa no comportamento eleitoral, como um importante espaço de socialização e de aquisição de informações políticas.

De maneira análoga, o cientista político Robert Huckfeldt considera as redes sociais de comunicação política às quais os indivíduos pertencem como um fator importante para a escolha político-eleitoral e faz uma distinção importante entre contexto social e redes. Enquanto que o contexto social seria estruturalmente imposto e inescapável ao indivíduo, apresentando situações que podem trazer

[*] https://motherboard.vice.com/en_us/article/mg9vvn/how-our-likes-helped-trump-win

informações contrárias à sua opinião, as redes sociais seriam coletivamente construídas pelos seus membros (HUCKFELDT; SPRAGUE, 1987), ou seja, as pessoas escolhem interagir socialmente e pertencer a redes sociais de contanto e comunicação política homogêneas, onde seus membros têm opiniões parecidas às suas, evitando assim o desacordo. Porém, quanto maiores e mais dispersas espacialmente, essas redes formando o "espaço social" do indivíduo que não corresponde necessariamente a um contexto geográfico especifico em uma escala urbana (BAYBECK; HUCKFEDT, 2002), maior a probabilidade de haver informações dissonantes circulando dentro delas (HUCKFELDT; JOHNSON; SPRAGUE, 2004). Pessoas pertencentes a redes homogêneas tenderiam a ser mais polarizadas politicamente por causa do menor contato com opiniões divergentes, enquanto que nas redes mais heterogêneas, em relação às opiniões políticas circulando dentro delas, as pessoas seriam mais ambivalentes nas suas opiniões.

Vizinhos ou colegas de trabalho podem estar geograficamente próximos mas não pertencer às mesmas redes sociais de informação política e portanto não se influenciar mutuamente. Mais ainda, quanto menos contatos e interações sociais a pessoa tem em um determinado contexto social, menor seria a influência do mesmo e menor seria o possível efeito de vizinhança daquele ambiente sobre a sua opinião política. Ou seja, em um ambiente de trabalho onde a opinião política majoritária é de direita, um trabalhador de esquerda talvez busque se isolar socialmente para evitar o desacordo com os seus colegas.

Com a diminuição dos espaços físicos de socialização como praças, clubes e áreas públicas, as redes sociais virtuais vêm se tornando cada vez mais um "lugar" ou espaço de socialização e de interação entre as pessoas, deixando ainda mais complexa a relação entre contexto social, redes sociais e comportamento político. Apesar do indivíduo receber informações políticas e estar conectado através dessas redes a "nós" localizados em outros lugares cada vez mais distantes, podemos argumentar que ele inevitavelmente interpreta as informações recebidas através do prisma e da realidade do lugar onde vive. A visibilidade dessas interpretações dentro dessas redes virtuais é justamente o que as campanhas políticas procuram encontrar e analisar para então traçar as suas estratégias.

A partir desse arcabouço teórico, o tema da "influência da geografia nas eleições" dentro da geografia eleitoral se apresenta como uma linha de pesquisa a

ser explorada pela geografia brasileira, principalmente se considerarmos que estudos eleitorais durante o período pós-redemocratização apontam para diferenças regionais importantes no comportamento eleitoral (JACOB et al 2010, 2011), particularmente após o chamado "realinhamento eleitoral" (SINGER , 2009, 2010) e a estabilidade desse último ocorrida nas seguidas eleições presidenciais vencidas pelo PT (SOARES; TERRON, 2008, TERRON; SOARES, 2010).

Contexto social de vizinhança na Cidade de São Paulo

Nessa parte final do artigo apresentaremos os resultados de uma pesquisa de opinião de *survey* realizada no ano de 2016 que procurou evidencias da influência do contexto social de vizinhança na cidade de São Paulo.

Esse *survey* foi composto de 1395 entrevistas realizadas por telefone[*] em todos os distritos da cidade. As entrevistas foram realizadas dentro de setores censitários escolhidos por sorteio e neles os entrevistados foram selecionados a partir de um sistema de cotas proporcionais ao universo de indivíduos através das seguintes variáveis: sexo, faixa de idade, escolaridade e PEA (População Economicamente Ativa).

A partir de uma análise fatorial do modelo "S", que busca encontrar regiões com padrões de voto semelhantes em um determinado período de tempo (ARCHER; TAYLOR, 1981), foram analisados os resultados das eleições em segundo turno para presidente de 2006, 2010 e 2014 na cidade de São Paulo, na escala dos distritos administrativos, determinando as regiões eleitorais de apoio duradouro ao PT e PSDB na cidade, respectivamente distritos periféricos e centrais.

Em ambas as regiões de apoio estipuladas perguntou-se aos entrevistados em uma escala de 0 a 10 o quanto gostam de PT e PSDB e mais duas perguntas foram utilizadas como "*proxy*" para determinar a influência do contexto social de vizinhança no apoio eleitoral de ambos os partidos: se o entrevistado mora e trabalha no mesmo bairro e se conversa sobre política no seu local de trabalho.

A opinião média dos entrevistados sobre quanto gostam do PT e PSDB foi de 1,69 e 4,42 respectivamente numa escala de 0 a 10. Essa nota baixa para o PT

[*] Como a pesquisa foi realizada por telefone (fixo), não se sabia previamente o sexo, idade, instrução, etc. do entrevistado, essas informações só eram obtidas na hora da entrevista, assim caso o indivíduo se encaixasse na cota previamente estipulada, a entrevista era levada a diante como se fosse uma pesquisa face a face.

pode ser atribuída ao período em que essa pesquisa foi realizada, muito próximo ao impeachment da presidente Dilma. Quando analisamos agora esses valores em cada umas das regiões de apoio, verificamos uma maior variação na opinião sobre o PT entre centro e periferia (1,34 e 2,07 respectivamente) do que sobre o PSDB (4,61 e 4,21) como pode ser estatisticamente verificado no modelo de regressão ordinal da tabela 1.

O quanto gosta do	PT	PSDB
Sexo	-,318*(,144)	,218(,130)
Idade	-,339***(,077)	,235***(,069)
Instrução	-,012(,074)	-,134*(,065)
Renda	-,251(,143)	,272*(,131)
PEA	-,182(,145)	,236(,130)
Região	-,438***(,136)	,250*(,122)
Qui- quadrado	47,979	43,547
R^2 Nagelkerbe	,054	,050
N	919	870

Tabela 1 - Modelo de regressão ordinal para a variação regional no apoio aos partidos PT e PSDB na cidade de São Paulo controlado por algumas variáveis composicionais socioeconômicas.
Fonte: APPC, elaboração própria.
Notas: Erro padrão entre parênteses. Valor-p:***<,001, **<,01, *<,05.
Variáveis: Sexo: (1) = Masculino, (2) = Feminino; Idade: (1) = 16 a 24, (2) = 25 a 44, (3) = 45 a 59, (4)>=59 anos; Instrução: (1) = ensino fundamental, (2) = Médio, (3) = Superior; Renda: (1) = até 2SM, (2) > de 2 SM; PEA: (1) = sim, (2) = não; Região: (1) = Periferia, (2) = Centro.

Verificamos que, quando o entrevistado na região de apoio ao PT diz que trabalha no seu bairro de residência, a nota média ao partido sobe para 2,92 pontos, enquanto que entre os que trabalham fora a nota é de 1,91 pontos. Mais ainda, entre aqueles que trabalham no bairro e costumam conversar sobre política a nota média sobe para 3,24 pontos (tabela 2). Em outras palavras, o indivíduo que mora na região de apoio eleitoral do PT, distritos periféricos, apresenta uma maior tendência de gostar do partido e essa tendência varia de acordo a configuração da sua rede de interação social. O indivíduo que mora e trabalha na periferia e conversa sobre política tende a gostar mais do partido do que, por exemplo, aquele que não conversa sobre política e que portanto está menos conectado com a rede de comunicação política local.

O quanto gosta do PT		
Região	Periferia	
Sexo	,051(,286)	,089(,283)
Idade	-,474**(,178)	-400*(,171)
Instrução	,116(,177)	,157(,173)
Renda	-,576*(,298)	-538(,292)
PEA	-,081(,398)	-,216(,388)
Trabalha e mora	-,582*(,303)	_
Conversa	,207*(,102)	_
Trabalha e mora+ conversa	_	,773*(,357)
Qui- quadrado	18,441	17,162
R^2 Nagelkerbe	,089	,083
N	205	205

Tabela 2 – Modelo de regressão ordinal para a variação do apoio ao PT nos distritos periféricos da cidade de São Paulo de acordo com o padrão de interação social dos residentes
Fonte: APPC, elaboração própria
Notas: Erro padrão entre parênteses. Valor-p:***<,001, **<,01, *<,05.
Variáveis: Sexo: (1) = Masculino, (2) = Feminino; Idade: (1) = 16 a 24, (2) = 25 a 44, (3) = 45 a 59, (4)>=59 anos; Instrução: (1) = ensino fundamental, (2) = Médio, (3) = Superior; Renda: (1) = até 2SM, (2) > de 2 SM; PEA: (1) = sim, (2) = não; Trabalha no mesmo bairro que mora: (1) = sim, (2) = não; Conversa sobre política: (1) = Nunca, (2) = Raramente, (3) = Às vezes, (4) = Quase sempre, (5) = Sempre; Trabalha e mora + conversa: (0) Não trabalha no mesmo bairro que mora e não conversa sobre política (1) Trabalha no mesmo bairro que mora e conversa sobre política [Ás vezes, Quase sempre, Sempre].

Já em relação ao PSDB, aquele indivíduo que mora na periferia mas não trabalha no mesmo bairro em que mora, tem uma maior tendência a gostar do PSDB supondo-se que esse indivíduo provavelmente trabalha na região central e portanto está mais exposto a um contexto social de vizinhança mais favorável ao partido. Esse argumento é reforçado se considerarmos que o indivíduo que mora nos distritos centrais, região de apoio ao PSDB, tende a gostar mais do partido se ele pertence a uma rede de comunicação local: entre os que dizem conversar sempre sobre política no local de trabalho, a nota para o partido é 4,65 pontos, enquanto que entre os que afirmam nunca conversar sobre política é de 3,66 pontos (tabela 3).

O quanto gosta do PSDB		
Região	Periferia	Centro
Sexo	,293(,275)	,307(,263)
Idade	,427** (,166)	,343* (,151)
Instrução	-,256(,164)	-,129(,137)
Renda	,062(,281)	,074(,295)
PEA	-,137(,362)	-,223(,414)
Trabalha e mora	,579* (,289)	-,183(,274)
Conversa	-,005(,096)	,238** (,090)
Qui- quadrado	14,449	13,673
R² Nagelkerbe	,073	,062
N	194	216

Tabela 3 - Modelo de regressão ordinal para a variação do apoio ao PSDB nos distritos periféricos e centrais da cidade de São Paulo de acordo com o padrão de interação social dos residentes
Fonte: APPC, elaboração própria
Notas: Erro padrão entre parênteses. Valor-p:***<,001, **<,01, *<,05.
Variáveis: Sexo: (1) = Masculino, (2) = Feminino; Idade: (1) = 16 a 24, (2) = 25 a 44, (3) = 45 a 59, (4)>=59 anos; Instrução: (1) = ensino fundamental, (2) = Médio, (3) = Superior; Renda: (1) = até 2SM, (2) > de 2 SM; PEA: (1) = sim, (2) = não; Trabalha no mesmo bairro que mora: (1) = sim, (2) = não; Conversa sobre política: (1) = Nunca, (2) = Raramente, (3) = Às vezes, (4) = Quase sempre, (5) = Sempre.

Conclusão

É importante demonstrar através de mapas e análises estatísticas multivariadas a correspondência entre as características socioeconômicas das circunscrições geográficas (bairros, distritos, municípios, etc.) com certos padrões eleitorais de votação porém, mais do que isso, é importante também buscar a causalidade por trás dessa relação, ou seja, o "como" é tão importante quanto o "porque". Os estudos dentro do tema da geografia eleitoral que investigam a influência da geografia nas eleições buscam justamente estudar essa questão: como a localização do eleitor, as características do lugar onde a pessoa vive e as informações políticas que circulam dentro de um contexto social especifico influenciam a escolha eleitoral.

A nossa pesquisa de *survey* em São Paulo mostra como a variação dos padrões de interação social dos indivíduos modula a influência do contexto de vizinhança na sua escolha eleitoral. Os resultados sugerem que o indivíduo que permanece mais no seu contexto de vizinhança e pertence a uma rede de comunicação política local tem uma maior tendência a apoiar o partido historicamente mais forte naquela região. Esse resultado pode ser visto então como

uma evidência da influência do contexto de vizinhança no comportamento eleitoral na cidade de São Paulo.

Enquanto alguns resultados eleitorais evidenciam a dinâmica contextual ou geográfica do comportamento eleitoral, muitos outros a obscurecem. Nesse sentido, a geografia brasileira teria um espaço a preencher nos estudos eleitorais, particularmente sobre comportamento eleitoral, que é o da defesa de uma perspectiva contextual sobre as eleições.

Com o crescimento da oferta de dados que podem ser usados para se determinar os interesses e demandas geograficamente localizadas das pessoas, essas informações já estariam sendo usadas pelas campanhas políticas para planejar suas estratégias eleitorais. O papel da academia nesse aspecto seria o de desenvolver estudos científicos mostrando como essas informações podem ser utilizadas para compreender melhor a dinâmica geo-sociológica do voto e o comportamento político como um todo.

Referências

AGNEW, John. Place and Politics: The Geographical Mediation of State and Society. Boston: Allen and Unwin, 1987.

AGNEW, John. Mapping Politics: How Context Counts in Electoral Geography. Political Geography v.15, n.2, p. 129–46, 1996a.

AGNEW, John. Maps and Models in Political Studies: A Reply to Comments. Political Geography, v. 15, n.2, p.165-167, 1996b.

BAYBECK, Brady; HUCKFELDT, Robert. Urban contexts, spatially dispersed networks, and the diffusion of political information. Political Geography, v.21, n.2, p.195-220, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: Território, escala de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GREGORY, Derek et. al. (Org.) The Dictionary of Human Geography. 5th ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

HUCKFELDT, Robert; SPRAGUE, John. Networks in context: the social flow of political information. The American Political Science Review, v. 81, n.4, p.1197-1216, 1987.

HUCKFELDT, Robert; JOHNSON, Paul E.; SPRAGUE, John. The survival of diverse opinions within communication networks. New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2004.

JACOB, C. R. et.al. A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 2010.

JACOB, C. R. et.al. A eleição presidencial de 2010 no Brasil: continuidade política e estabilidade na geografia eleitoral. Revista Alceu, v.12, n.23, p. 189-229, 2011.

JOHNSTON, Ron J.; PATTIE, Charles. Putting Voters in Their Place: Geography and Elections in Great Britain. New York: Oxford University Press, 2006.

JOHNSTON, Ron J.; PATTIE, Charles. "Kevin Cox and Electoral Geography". In: JONAS, Andrew E. G,; WOOD, Andrew (ed.) In Territory, the State and Urban Politics. New York: Routledge, 2016.

JOHNSTON, R. et al. Friends and neighbours voting revisited: the geography of support for candidates to lead the UK's Labour party. Political Geography, v. 55, p.1–9, 2016.

KEY, Valdimer O. Southern Politics. New York: Random House, 1949.

LAZARSFELD, Paul F.; BERELSON Bernard; GAUDET, Hazel. The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign. New York: Columbia University Press, 1948.

SIEGFRIED, André. Tableau politique de lo France de L'Quest sous la Troisieme Republique. Paris: Colin, 1913.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. Novos Estudos, v.3, n. 85, p. 83–102, 2009.

SINGER, A. O lulismo e seu futuro. Revista Piauí, n. 49, 2010.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). Opinião Pública, Campinas, v.14, n.2, p. 269-301, 2008.

TAYLOR, Peter J.; JOHNSTON, Ron J. The Geography of Elections. Harmondsworth: Penguin, 1979.

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. Opinião Pública, Campinas, v.16, n.2, p. 310-337, 2010.

TINGSTEN, Herbert L. G. Political Behavior. Totowa, NJ: Bedminster, 1963.

TURNER, Frederick. J. The Significance of Sections in American History. New York: Holt, 1932.

REFORMA URBANA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO SUBSÍDIO À GESTÃO DEMOCRÁTICA

Letícia de Souza Blanco*

Elisabete Gonçalves de Souza†

Resumo

Estudo teórico e exploratório em que se destaca a importância da gestão participativa nas discussões sobre a ocupação dos espaços territoriais urbanos. Ressalta o fluxo da informação entre os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais, tendo como objetos empíricos o Fórum Nacional pela Reforma Urbana e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, analisando-os enquanto uma rede de atores coletivos, cuja finalidade é oferecer subsídios (políticos, teórico-metodológicos e legais) para as discussões e lutas sobre o acesso à moradia digna e a gestão democrática do espaço urbano. Mostra que o intercâmbio informacional entre os sujeitos sociais é fundamental para que munidos de conhecimento sobre seus direitos e deveres sejam capazes de tomarem decisões. Conclui que, ao estabelecerem circuitos comunicacionais os movimentos constroem práticas sociais por meio das quais recebem, geram e transferem informação que dão subsídios às suas ações. Assim, ao partir da problemática territorial como um todo, reivindica-se uma reforma urbana e posteriormente a construção de um novo projeto de sociedade.

Palavras-chave: Gestão territorial. Movimentos sociais urbanos. Informação.

REFORMA URBANA Y MOVIMIENTOS SOCIALES EN BRASIL: EL ACCESO A LA INFORMACIÓN COMO SUBSIDIO A LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA

Resumen

Estudio teórico y exploratorio en que se destaca la importancia de la gestión participativa en las discusiones sobre la ocupación de los espacios territoriales urbanos. En el marco de la reforma agraria y de la reforma agraria, se ha de tener en cuenta que, en el marco de la reforma agraria, -metodológicos y legales) para las discusiones y luchas sobre el acceso a la vivienda digna y la gestión democrática del espacio urbano. Muestra que el intercambio informacional entre los sujetos sociales es fundamental para que dotados de conocimiento sobre sus derechos y deberes sean capaces de tomar decisiones. Concluye que al establecer circuitos comunicacionales los movimientos construyen prácticas sociales por medio de las cuales reciben, generan y transfieren información que dan subsidios a sus acciones. Así, al partir de la problemática territorial como un todo, se reivindica una reforma urbana y posteriormente la construcción de un nuevo proyecto societario.

Palabras clave: Gestión territorial. Movimientos sociales urbanos. Información.

* Aluna do curso de Geografia (licenciatura) da Universidade Federal Fluminense.
† Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Introdução

Os movimentos sociais urbanos têm se tornado cada vez mais necessários face ao aumento da desigualdade social, da miséria e da segregação sócio espacial nas cidades. Eles são uma resposta à lógica de acumulação capitalista guiada pelo mercado especulativo imobiliário. A mobilização dos trabalhadores em torno da organização territorial nas cidades é uma forma de requerer a tão sonhada reforma urbana que propunha uma divisão mais justa do espaço.

Apesar de serem mais novos que os movimentos rurais, os urbanos ganham destaque quando atuam de maneira incisiva por meio de estratégias de ocupação de prédios e/ou terrenos abandonados. Com elas, os movimentos conseguem chamar atenção para suas causas sociais e para o descaso do Estado em cumprir um direito fundamental: o direito à moradia.

Nesse cenário, o acesso à informação é o principal mecanismo para que os sujeitos sociais adquiram conhecimento sobre seus direitos e deveres na sociedade e busquem subsídios para fundamentar suas reivindicações e tomada de decisões, e assim consigam lutar e superar os problemas gerados pela questão fundiária no Brasil, expressa nas cidades pela "[...] polarização e segregação socioespacial [provocada] pelo padrão de desenvolvimento urbano do país" (MOREIRA e RIBEIRO, 2016, p. 16).

O presente trabalho tem como objetivo mapear como se dá o fluxo da informação entre os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais, tendo como um objeto empírico o Fórum Nacional pela Reforma Urbana analisando-o enquanto uma rede de atores coletivos, cuja finalidade é oferecer subsídios (teóricos e legais) para as discussões e lutas sobre a gestão democrática do espaço urbano. Como objeto analítico elegeu-se um movimento social urbano com grande inserção na luta pelo acesso à moradia: o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto). A escolha do MTST se deu por ser um dos atores preponderantes, na atualidade, na articulação e construção das redes socioespaciais.

Em termos metodológicos, trata-se de um estudo teórico e exploratório que parte do pressuposto que uma das questões que unem as ações dos movimentos sociais urbanos é o direito à cidade como espaço coletivo, sendo os debates em

torno da gestão participativa um dos temas centrais das discussões sobre a ocupação dos espaços territoriais urbanos.

Reforma urbana e o direito à cidade

Conforme Saule Junior e Uzzo (2009), a questão da reforma urbana no Brasil ganhou maior visibilidade na década de 1960, no entanto, o governo autoritário e militar que assumiu o poder nacional em 1964 inviabilizou a continuação do projeto. Somente na década de 1980 que a reforma urbana reapareceu nos discursos e debates políticos. Isso ocorreu devido ao processo de redemocratização do país. Dessa maneira, podemos dizer que a reforma urbana evidencia o início de uma democracia, porquanto fomenta a justiça e igualdade dos homens em relação ao direito à terra e à moradia digna.

Entre as décadas de 1940-1980 o êxodo rural foi intenso, levando ao surgimento de cidades desordenadas, sem infraestrutura básica e segregada espacialmente. Com o intuito de debater essas questões, em 1985, formou-se o Movimento Nacional pela Reforma Urbana que organizou a participação da população na constituinte que viria um pouco mais tarde. Em 1986 a reforma urbana passou a ser vista como ética social por denunciar a exclusão dos cidadãos no ordenamento das cidades. E finalmente, em 1988, com a Assembleia Constituinte a luta pela reforma urbana voltou à tona no cenário político. (SAULE JUNIOR e UZZO, 2009, p.259).

A Constituição de 1988 significou um grande avanço na questão da reforma urbana, pois por meio dela foi conquistado o direito público à propriedade, a autonomia política das cidades (municípios como unidades federativas) e a participação popular na realização do Plano Diretor que é um instrumento de planejamento urbano. Assim, percebemos o início da possibilidade de uma gestão democrática que muitas vezes não se realiza devido a obstáculos culturais, políticos e econômicos impostos pelos governos e setores conservadores da sociedade (SOUZA, 2003).

Após a Constituinte formou-se o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) que, como vimos anteriormente, vem se articulando a nível nacional para pressionar as instâncias governamentais a realizarem projetos de reforma urbana acompanhados da gestão democrática. Para tanto, vem municiando os movimentos

sociais urbanos com informações que dão subsídios teóricos, metodológicos e legais para tais discussões. Além das discussões nos fóruns, o movimento também ocupa as ruas, com manifestações, de modo a dar visibilidade às suas lutas. Essas ações vêm dando frutos e, por influência e pressão delas, foi criada uma lei que regulamenta a política urbana: o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de junho de 2001).

O Estatuto da Cidade evidencia a importância da gestão democrática municipal como um mecanismo implementador do princípio da dignidade da pessoa humana. Diante da constatação da situação de desequilíbrio vivenciada na grande maioria das cidades, em que grande parte dos habitantes permanece à margem da infraestrutura e dos serviços públicos municipais (gerando conceitos como cidade formal – incluídos – e cidade informal-excluídos), a gestão democrática municipal mostra-se um importante instrumento para reverter este estado de coisas, no sentido de que promove a participação coletiva nos projetos da cidade (SANTIN e MARANGON, 2008, p. 91-92).

No entanto, os governos locais pouco se mobilizam para cumprir as determinações do Estatuto. A cidade, tal como sabemos, continua sendo um espaço de desigualdade social e isso repercute no ordenamento político e na forma como a questão socioespacial vem sendo abordada, sendo os bairros das classes médias e altas muitos mais favorecidos por equipamentos urbanos do que as periferias.

A organização das cidades obedece a uma lógica capitalista em que o caráter individualista, a concentração fundiária, a acumulação de riquezas e a exploração dos ricos aos pobres estão presentes. Diante desse quadro, é necessária a existência de lutas e resistências sociais em prol do direto à cidade e à propriedade.

Os movimentos sociais ligados à questão da terra, campo e às cidades, apesar de lidarem com espaços totalmente distintos, precisam se articular para sua manutenção e para aumentarem suas forças. A reorganização do espaço rural é fundamental para reorganização do espaço urbano já que são sistemas econômicos e políticos atrelados.

Como vimos, os movimentos sociais são formados pela busca do direito, entretanto há aqueles que querem criminalizá-lo para que o movimento não se espalhe ou repercuta de forma positiva. Assim, é formada “a cultura do medo”

(GUIMARÃES, 2015, p.724) na qual as pessoas passam a ter medo dos movimentos e das classes sociais que os motivam.

Apesar das dificuldades os movimentos conseguem se manter, aliando-se com sindicatos, partidos, instituições como igrejas e outros movimentos existentes. Essa aliança promove uma cooperação mútua entre esses agentes e uma mobilização mais incisiva na luta contra as elites dominantes que tratam a terra de forma especulativa.

A criminalização de movimentos sociais somada à impossibilidade de uma maior divulgação de suas ações junto às grandes mídias, como televisão e jornal, dificultam a sua consolidação na conjuntura política. Tal situação é minimizada com o surgimento das redes sociais.

No entendimento de Gohn (2011), existem diferentes categorias de redes: as redes locais, nas quais inserem as comunidades de bairro, por se apresentarem como associações comunitárias; as redes virtuais, que se apropriam das tecnologias de informação e comunicação, fazendo relações online; as redes temáticas específicas, como por exemplo, os grupos feministas, ambientais, os movimentos negros, entre outros; redes socioculturais, “dadas por heranças ou características étnicas, religiosas, advindas da tradição ou de práticas sociais contemporâneas” (GOHN, 2011, p. 15); redes históricas; redes de entidades, e assim por diante.

Nesse cenário de redes socioespaciais destacam-se movimentos sociais que resistem há anos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que lida com a terra na dimensão rural e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que está relacionado com a questão urbana, objeto desse estudo.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST

O MTST é um dos principais movimentos sociais urbanos em atividade no país hoje. Ele foi formado em 1997 por meio de outro movimento, o MST, envolvido com reforma agrária[*]. O MTST tem como bandeira de luta a ampliação do direito à cidade a todos, principalmente aos trabalhadores da periferia. De acordo com informações retiradas de seu site a entidade se define como

[*] Conforme Goulart (2011), a aproximação ocorreu em 1997, quando o MST dirigiu alguns militantes para participarem da Marcha Nacional pela Reforma Agrária. Na cidade o MST se aproximou dos movimentos urbanos organizados, com vistas a uma possível articulação das lutas do campo com as da cidade. Esse encontro é reconhecido pelos próprios militantes do MTST como um germe da criação deste movimento.

> [...] um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é e nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morar nas periferias; ao contrário: o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes (MOVIMENTO... 2018, não paginado).

Uma característica do Movimento, herdada da experiência dos movimentos sociais dos anos de 1970-1980, é aproximar formas de lutas específicas e projeto político. De acordo com documentos levantados em seu *site*, o Estado "[...] garante direitos a determinadas classes sociais que mantêm seus privilégios, enquanto os trabalhadores de classes sociais mais baixas se veem a mercê da intensa desigualdade que a acumulação capitalista promove". (MOVIMENTO... 2018. Não paginado)

O MTST busca o poder popular e o confronta com os valores individualistas do sistema capitalista. Suas ações envolvem o empoderamento dos trabalhadores na tomada de decisão nos rumos da cidade. Partindo do conceito de território periférico destaca sua atuação nos bairros das periferias das cidades. Nessa direção, suas lutas se estendem a outros objetivos como: ter direito à moradia digna; à educação; à saúde de qualidade; ao transporte coletivo; dentre outros. O principal empecilho para se alcançar plenamente esses direitos é o sistema capitalista, cuja própria natureza engendra desigualdades. Nesse cenário, a solução colocada pelo Movimento é a reforma urbana, projeto que permite a divisão justa da cidade entre os cidadãos, independente da classe social em que se encontra. A reforma é necessária a fim de que não haja mais a cidade dividida, segregada ou dividida por "muros invisíveis" que separem os mais ricos dos mais pobres (MOVIMENTO... 2018).

Ainda vale ressaltar que sua forma de atuação é diferenciada, o Movimento se caracteriza comumente por ações não institucionais. As ações institucionais envolvem negociações com o poder público ou parceria com esse mesmo o que não interessa ao Movimento que almeja manter sua autonomia e uma frente forte de luta. A principal estratégia de ação são as ocupações das terras inutilizadas e a realização de marchas que colocam uma pressão no governo para mudanças. (MOVIMENTO... 2018).

Apesar de ser o movimento social urbano mais combativo, o MTST faz alianças com outras instituições que se aliam a ele e lutam pela mesma causa

social. Dentre eles estão outros movimentos populares menos conhecidos que atuam no campo e nas cidades, partidos, igrejas e sindicatos. Com essas alianças o MTST construiu uma frente popular chamada: Frente Povo sem Medo que exige reformas e mudanças sociais que beneficiem os trabalhadores. E, pelo fato, dessa frente lidar com mais de um agente ou instituição apresenta maior poder, fomentando uma maior pressão social. (MOVIMENTO... 2018).

O que todas essas instituições pedem são reformas populares que envolvem a reforma tributária, reforma urbana e reforma agrária. A reforma tributária pede um imposto progressivo mediante o salário que o indivíduo recebe a fim de se estabelecer uma igualdade. Já as reformas agrárias e urbanas, que lidam com o espaço e sua divisão, propõem uma divisão mais justa do território que beneficie a todos sem exceção (MOVIMENTO... 2018).

Movimentos sociais e gestão territorial

O que o MTST e outros movimentos urbanos almejam é uma gestão urbana territorial participativa em que todos os cidadãos possam opinar e debater sobre a ocupação e o uso da cidade Trata-se de uma guerra de posição entre o Estado, enquanto gestor do território urbano e a sociedade civil organizada nos movimentos sociais, cuja frente de luta é uma divisão mais igualitária do território e o fim da segregação socioespacial. Para isso são necessários alguns instrumentos como: [...] órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências e consultas públicas, conferências sobre assuntos de interesse urbano e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (OLIVEIRA; MOREIRA, 2006, p.4).

Além disso, é essencial a existência do Plano diretor pelo fato de ser um instrumento essencial para política urbana. Logo, a existência de um plano diretor participativo é importante para o planejamento urbano democrático.

A gestão participativa, como afirma Oliveira e Moreira (2006), inclui diferentes setores da sociedade como os cidadãos, entidades e segmentos sociais. E seu objetivo é possibilitar a participação de todos em sua política. A pessoa que participa deve ser “mobilizada e capacitada para se inteirar da temática do ordenamento territorial” (OLIVEIRA e MOREIRA, 2006, p.3).

Apesar de os planos diretores municipais serem encarados como participativos em seu princípio, ainda obedecem a grupos sociais privilegiados. Isso porque há [...] "má fé por parte dos atores sociais e públicos envolvidos, devido, principalmente, pela pouca experiência da sociedade e do Estado brasileiros em dinâmicas participativas" (OLIVEIRA e MOREIRA, 2006, p.8).

Além disso, segundo Souza (2003, p.130), para haver uma gestão territorial participativa é necessário criar condições favoráveis para que essa gestão ocorra de forma democrática. Dentre as condições estão: a seleção de um conselho participativo e autônomo a qualquer poder público, acesso à informação adequada aos conselheiros e a capacitação desses mesmos para que opinem de forma competente na organização e administração do espaço público.

A gestão participativa e a proposta de uma reforma urbana democrática sofre com obstáculos culturais, econômicos e jurídico-institucionais. Segundo Souza (2003), o primeiro tipo de obstáculo envolve o poder de manipulação que setores da mídia têm sobre a população, formando uma opinião distorcida sobre o tema, o que faz com que os telespectadores acreditem que o problema da cidade está na "falta de planejamento" do governo. Esse tipo de discurso não permite que se veja que, por trás desse debate existem "[...] grupos de alto poder aquisitivo que repudiam a ideia de regulação do crescimento urbano e do uso do solo" (SOUZA, 2003, p. 134). O obstáculo econômico, somado à escassez de recursos públicos, impede que a gestão democrática se efetive. E, por fim, estão os obstáculos jurídico-institucionais que estão presentes devido à ausência de órgãos públicos que auxiliem no processo de reforma urbana, dando o "suporte técnico, econômico e até mesmo jurídico" (SOUZA, 2003, p. 136) que se necessita para a sua implementação. Somado a esses obstáculos, a autora Ermínia Maricato cita mais um que dificulta a efetivação da gestão democrática que é o "analfabetismo urbanístico ou geográfico" (MARICATO, 2015, p.21) que envolve a ignorância da população em relação: às cidades, a realidade que vivem, às leis que as regem e quem as comanda. Para Maricato, o planejamento urbano que sofremos é fruto de uma dominação ideológica que contribui para uma segregação socioespacial[*]. Esse espaço segregado alimenta

[*] De acordo com Maricato (2015), os trabalhadores enxergam na terra o valor de uso já que tiram sua renda e sua produção mediante o uso desse solo. Desse modo, o valor de troca mediante sua exploração (dos capitalistas) e o valor de uso (dos trabalhadores) guiam as classes sociais para

o mercado imobiliário especulativo que controla o preço da terra. Esse controle interessa aos grandes capitalistas que se beneficiam dessa lógica ao terem suas propriedades supervalorizadas.

Para enfrentar esse problema os movimentos sociais vêm buscando diversas estratégias para educar e informar a população. No caso do MTST sua ação envolve não só ocupações, realização de passeatas e manifestações. O Movimento produz livros, documentários, além de estar conectado e contactado a outros movimentos sociais pro meio de alianças.

Conforme vimos, a informação e seu acesso são essenciais para execução de práticas sociais que motivem a gestão democrática e o exercício da cidadania. Por meio da informação os indivíduos conseguem se comunicar e conhecer seus direitos civis, sociais e políticos. A informação circula por redes socioespaciais e constroem práticas informacionais que "[...] podem ser conceituadas como ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais". (ARAUJO, 2000, p. 2). Um desses circuitos é o FNRU que atua pressionando o Estado em todas as suas instâncias pela ampliação de políticas públicas distributivas, visando permitir a todos os cidadãos, em especial os mais pobres, acesso aos serviços públicos de qualidade; exigindo que se garanta o cumprimento da função social da cidade, com a criação de instâncias de participação e controle social que sejam efetivas, (FÓRUM... 2018, não paginado).

Movimento social e informação: a criação de redes socioespaciais

As cidades são organizadas e divididas de acordo com o interesse do capitalismo. O mercado imobiliário se pauta por essa escala de interesse para estabelecer o valor do solo, polarizando e segregando os espaços territoriais urbanos.

Segundo Moreira e Ribeiro (2016, p. 16) "[...] a limitação do acesso ao solo para a população de baixa renda constituiu uma das principais formas de exclusão social e de consolidação da precariedade urbana e habitacional nas cidades. Por essa razão é urgente a presença de movimentos sociais urbanos que lutem pelo

diferentes demandas do uso da terra. Enquanto as classes dominantes querem a maioria das terras para si e lucro a partir delas. Os trabalhadores querem uma divisão igualitária e justa do território.

direito à cidade, direito coletivo que inclui não só o acesso à moradia, mas também a possibilidade de utilização da estrutura básica oferecida pela cidade (saúde, educação, lazer, transporte coletivo, etc.).

O movimento social é uma forma que os cidadãos encontram para lutarem por seus direitos civis, políticos e sociais. Por esse motivo é imprescindível uma mobilização das pessoas em torno de questões em comum. Para a estabilidade do movimento é necessária uma organização política que permita uma consciência coletiva dos direitos de cidadania Assim, se estabelece uma organização política por meio da qual os cidadãos conhecem seus direitos, sendo esta consciência acompanhada de uma cultura política que coloque o interesse do grupo acima das questões individuais, e que façam destas uma luta coletiva. A cultura política permite que os cidadãos conheçam o passado e aprendam "a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses com os seus" (GONH, 1992, p.19).

Uma das expressões em prol de uma cultura política, da organicidade dos movimentos sociais urbanos, foi a organização, em 1988, do Fórum Nacional de Reforma Urbana (daqui em diante FNRU), uma articulação nacional "[...] que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, (FÓRUM... 2018, não paginado).

Enquanto uma rede de atores sociais, o FNRU, é um instrumento de resistência e contestação contra as forças dominantes que tem determinado o atual modelo urbano, cuja lógica da cidade mercadoria vai se impondo de forma autoritária, isolando e reprimindo as demandas populares urbanas por moradia digna e pelo direito à cidade sustentável (FÓRUM, 2018, não paginado). Seus objetivos são: articular os movimentos sociais, e oferecer subsídios teóricos, metodológicos, legais, etc. para as suas lutas e apoiá-los nesse intento. Por meio de seus Boletins e newsletter são divulgados artigos, legislação e jurisprudências sobre temas como ocupação, desapropriação, Estatuto das cidades, etc. Estes são alguns dos recursos usados para propagar a cultura política desse coletivo.

Segundo Araújo (2000), a cultura e organização política se fortalecem quando há disseminação de informação na sociedade, e quando a efetiva construção da cidadania passa pela questão de acesso e uso de informação. Gomes (2000, p. 156), reforça e amplia essa compreensão ao colocar o acesso à informação como

"[...] um pressuposto da cidadania e da democracia um dever social dos mais relevantes, [para] tornar acessíveis aos interessados às informações mais recentes sobre temas ainda pouco conhecidos e explorados". No caso do FNRU, mensalmente publica-se um Boletim sobre temas diversos envolvendo gestão territorial urbana. Os boletins ficam armazenados sob o link Biblioteca, conforme mostra a figura (1) abaixo.

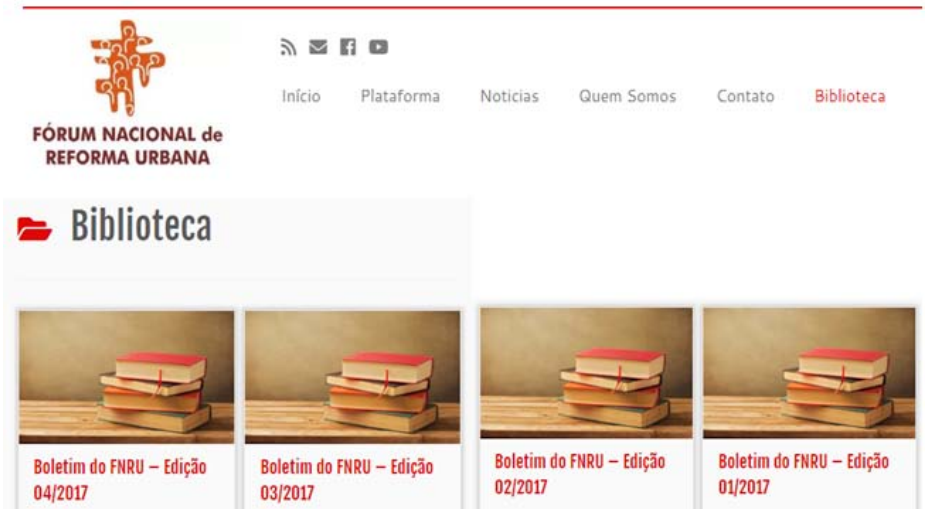


Figura 1 – Boletins informativos - FNRU
Fonte: Site: FNRU (2018)

Conforme diz Araujo (2000), as práticas informacionais se relacionam com a cidadania e estruturam a ação política. Os movimentos sociais urbanos são um exemplo de ação política que se estrutura a partir do acesso à informação (práticas informacionais) e exercício da cidadania (ao requerer seus direitos). Assim, podemos dizer que a informação, o seu acesso e sua disseminação nutrem a ação política.

Num contexto de práticas de cidadania a informação é um recurso para realização de ações políticas. Ela está presente não apenas quando os indivíduos requerem seus direitos, mas também quando se relacionam e interagem para formar um movimento. A informação, dessa forma, está presente quando pensamos em democracia e movimentos sociais.

Um movimento social necessita buscar informações e criar espaço de informação para se fazer presente na cena pública. É por meio dos canais de informações (cartilhas, jornais, revistas, blogs) que se mobilizam outros sujeitos sociais e, assim, exerce pressão coletiva junto à política institucionalizada (MARQUES e NOGUEIRA, 2012). Segundo as autoras, o acesso à informação e

sua disseminação por diferentes meios de comunicação devem ser os pilares de um movimento social, sobretudo se pensado "[...] enquanto dinâmica discursiva de articulação interna e externa". Um cenário que se torna mais intenso, quando "[...] novos dispositivos midiáticos, como aqueles promovidos pela internet, ampliam as possibilidades de interação e de organização dos movimentos em escala nacional e global" (MARQUES e, NOGUEIRA, 2012, p. 140).

Figura 2 – Recursos informacionais e educação
Fonte Site do MTST (2018)

Para Gohn (2011) na sociedade contemporânea, o compartilhamento de ideias visando à articulação com outros grupos que dialogam sobre a mesma necessidade, faz surgir redes sociais que atuam em vários domínios, e que socializam informações relevantes entre si. O compartilhamento dessas informações permite a construção de documentos diversos e criação de argumentos para enfrentar os problemas que afetam os movimentos sociais. No caso dos urbanos, o problema recorrente para os coletivos das cidades é a reforma urbana.

O direito à cidade, principal bandeira dos movimentos sociais urbanos, confronta diretamente com os principais valores defendidos pelo sistema capitalista: propriedade privada e individualismo. Ele é um direito que exige que a cidade atenda a todos da mesma forma, ou seja, que não privilegie nenhuma classe social específica. Esse direito, assim, propõe uma cidade mais participativa e democrática

em que todos possam opinar sobre a sua gestão territorial e remodelar seu espaço de forma coletiva.

Considerações finais

As cidades se encontram segregadas e tem seu ordenamento espacial seguindo a lógica de classes dominantes e do mercado liberal. Como afirma Maricato (2015), os capitalistas moldam o espaço urbano de acordo com seus interesses econômicos. A terra é vista pelo seu valor de troca, ou seja, valor que está estipulado pela produção e exploração que pode gerar. Assim, a cidade é vista como mercadoria de onde os capitalistas podem tirar seu lucro mediante exploração do solo e das relações de trabalho existentes nesse espaço.

Desse modo, a gestão democrática e a reforma urbana não interessam a essa fração das classes dominantes, especuladores do espaço urbano. O que eles querem e fazem é dominar a cidade, administrá-la de acordo com seus interesses e dividi-la de tal forma que se beneficiem economicamente e politicamente. Por meio da posse de terras, buscam manter controle social, econômico e político da cidade, dividindo-as, segregando-as.

Por meio de lutas sociais as classes subalternas, mobilizadas por intelectuais coletivos como o MTST e seus aliados, resistem e lutam pelo direito à cidade, pelo direito a uma vida digna em que todos possam ter acesso à moradia, à saúde, emprego, transporte coletivo de qualidade, entre outros.

Dentre as estratégias de luta dos movimentos sociais está o acesso à informação, tomando-a como um direito fundamental. Dessa maneira entende-se o forte investimento do FNRU e do MTST nas áreas de Comunicação e Educação, com a criação de cartilhas, e outros materiais informativos.

O pleno exercício da cidadania ocorre quando há práticas informacionais que incluem a disseminação e circulação da informação entre os sujeitos. Por isso os movimentos sociais não poupam esforços para informar sobre as diferentes instâncias de lutas, além de municiar suas lideranças com dados e documentos que possam subsidiar suas ações nos enfrentamentos contra o Estado e suas elites dominantes. Há, por exemplo, no Portal do FNRU, um boletim sobre jurisprudência, abarcando decisões jurídicas que podem ser estendidas a outras frentes de luta. Já na página do MTST encontramos uma cartilha, em que o Movimento expõe seu

projeto e suas ações e uma rádio, como programas envolvendo temas gerais, além de relatos sobre o andamento das ocupações, etc..

Ao examinamos os documentos elaborados pelos setores de Comunicação e Educação do MTST, por exemplo, podemos perceber que o Movimento busca primordialmente colocar-se como “intelectual coletivo” dos trabalhadores, cujo objetivo é organizar e propor um novo projeto de sociedade por meio da luta por moradia. Ou seja, a ampliação do escopo das reivindicações está relacionada com a problemática urbana como um todo, sendo a reivindicação pela reforma urbana, a gestão democrática do território as primeiras etapas, e posteriormente a construção de um novo projeto societário.

Referências

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação: recurso para a ação política do cidadão? Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, Brasil, n.9, p.1-15, 2000.

FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA. Quem somos? São Paulo, 2018. Disponível em: http://forumreformaurbana.org.br. Acesso em 28 ago 2018.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In:_____Movimentos Sociais no início do século XXI**:** antigos e novos atores sociais. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 13 - 32

GONH, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez,1992.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Bibliotecas virtuais: informação e comunicação para a geração de conhecimentos. In: PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Orgs.). O sonho de Otlet - aventura em tecnologia da informação e comunicação. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/IDDI, 2000.

GOULART, D. C.. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília-SP.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; NOGUEIRA, Erika Cristina Dias. Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet. Revista Comunicação Midiática, v.7, n.2, p.138-161, maio/ago. 2012.

MOREIRA, Tomás Antonio; RIBEIRO Joana Aparecida Z. M. T. A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação: considerações a partir do início do século XXI. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 15-31, abr. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. As linhas políticas do MTST. São Paulo, 2018. Disponível em: http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst acesso em: 28 ago. 2018.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; MOREIRA, Fabiana Borges da Silva. Da elobaração participativa à gestão democrática: considerações sobre a implementação do plano diretor municipal, In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 5. Anais... São Paulo, 2006. P. 1-11.

SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. História, São Paulo, 27 (2), p. 89-109, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

SAULE JUNIOR, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória de reforma urbana no Brasil. 2009. Disponível em: I/arquivos/Bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf Acesso em: 10-08-18.

TERRITÓRIO DOS USUÁRIOS DE CRACK E/OU SIMILARES NO BAIRRO DA CAMPINA EM BELÉM: DAS "CRACOLÂNDIAS" À TERRITORIALIDADE CÍCLICA

Alan Pereira Dias – NAEA[*]

Rayanne de Souza Carvalho – NAEA[†]

Resumo

O presente artigo versa sobre as "cracolândias" no bairro da Campina em Belém, no intuito de analisar os principais elementos definidores do território dos usuários de crack e/ou similares no bairro. Assim como, verificar os sujeitos envolvidos na constituição desses territórios e compreender como se caracteriza suas territorialidades. A metodologia dividiu-se em: revisão bibliográfica, trabalhos de campo e entrevistas. A partir da realização deste trabalho compreendemos que no bairro da Campina há forte incidência de formação de territórios cíclicos pelos usuários de crack e/ou similares nos espaços públicos, sendo os8 principais elementos definidores desses territórios, o caráter cíclico e desenraizado.

Palavras-chaves: Território; Territorialidade; Tráfico de Drogas.

Resumen

El presente artículo versa sobre las "cracolandias" en el barrio de Campina en Belém, con el fin de analizar los principales elementos definidores del territorio de los usuarios de crack y/o similares en el barrio. Así como, verificar los sujetos involucrados en la constitución de esos territorios y comprender cómo se caracterizan sus territorialidades. La metodología se dividió en: revisión bibliográfica, trabajos de campo y entrevistas. A partir de la realización de este trabajo comprendemos que en el barrio de Campina hay una fuerte incidencia de formación de *territórios cíclicos* por los usuarios de crack y/o similares en los espacios públicos, siendo los principales elementos definidores de esos territorios, el carácter transitorio y desenraizado.

Palabras-claves: Territorio; Territorialidad; Tráfico de drogas.

[*]Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA) – UFPA

[†] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA) – UFPA

Introdução

O tráfico de drogas ilícitas se apresenta enquanto um dos principais problemas a serem enfrentados pelo mundo neste século, tendo impactos diferenciados em cada país, devido ao caráter multinacional das organizações e grupos envolvidos, que possuem um grande potencial de acumulação de capital e poder, sendo responsável por fomentar diversos problemas sociais existentes nas grandes metrópoles - em especial nos países subdesenvolvidos -, como o aumento da violência devido ao conflito de policiais com traficantes, morte por dívidas com o tráfico e conflitos entre facções rivais (SOUZA, 2005, 2008).

No Brasil o consumo de crack (droga obtida a partir da mistura da pasta base de coca ou cocaína), tem evidenciado novos desdobramentos dentro da problemática das drogas, devido à grande visibilidade do seu uso em espaços públicos de diversas metrópoles brasileiras criando espaços denominados de "cracolândias", locais de consumo e venda deste entorpecente. Sendo utilizado pela primeira vez em São Paulo, o termo "cracolândia" tem se tornado generalizado, e em alguns locais já sendo usado no plural, o que exige uma significativa atenção quanto ao seu uso, evitando um possível excesso de significados (CAVALCANTI; FRUGÓLI JR, 2013).

Este cenário é identificado em Belém, já que em meados de 2013, jornais da cidade, a exemplo da matéria *Centro de Belém cede espaço para a cracolândia* (DIÁRIO ONLINE, 2013), do Jornal Diário do Pará, apontava a formação de "cracolândias" na área central, em especial no bairro da Campina, onde em determinados locais como: praças, ruas, ou no entorno de prédios públicos, se concentravam indivíduos no intuito de traficar e consumir o entorpecente.

Dessa forma, entendendo as "cracolândias" enquanto territórios que se constituem a partir de relações de poder projetadas no espaço (SOUZA, 1995), surge a questão central desta pesquisa: quais os principais elementos definidores do território dos usuários de crack e/ou similares no bairro da Campina em Belém-PA?

O objetivo principal deste artigo se constitui em analisar os principais elementos definidores do território dos usuários de crack e/ou similares no bairro da Campina em Belém. E para auxiliar a compreensão geral do tema: identificar os sujeitos envolvidos na constituição desses territórios; reconhecer as características

dos espaços territorializados; e compreender como se caracteriza a territorialidade dos usuários de crack e/ou similares no bairro da Campina.

Para a realização deste trabalho os procedimentos metodológicos se dividiram em etapas essenciais. Realizou-se inicialmente levantamento bibliográfico e documental, para posterior revisão e análise, de materiais acerca da temática ou que obtivessem informações relevantes para a pesquisa. Posteriormente foram feitos trabalhos de campo no bairro em questão, que ocorreram nos dias 04 e 27 de setembro de 20:00h às 22:00h; 21 e 29 de Dezembro de 00:00h às 02:00h, de 2016 e 12 de Janeiro de 2017 de 12:00h às 18:00h. Onde a partir de observações sistemáticas, realização de registros fotográficos e de entrevistas semiestruturadas com os usuários de crack e/ou similares, indivíduos em situação de rua, policiais, moradores e trabalhadores, obteve-se informações que auxiliaram na interpretação da realidade do bairro e da problemática do uso do entorpecente.

O presente artigo origina-se a partir do Trabalho de Conclusão de Curso dos autores, intitulado *Território e territorialidades dos consumidores de crack no bairro da campina em Belém - PA*[*]. Optamos pelo acréscimo do termo “e/ou similares” no presente trabalho, devido aos apontamentos da “Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?”, visto que outros entorpecentes como: pasta base, merla e oxi, são frequentes na rotina dos usuários de crack. Estes, além de serem derivados da folha de coca, também são comprados em pedras e fumados com o auxilio de cachimbo, onde os usuários apresentam padrões de comportamento semelhante. Na ausência de exames toxicológicos e se tratando de um mercado ilegal, muitas vezes as denominações se confundem e/ou se sobrepõem. (BASTOS; BERTONI, 2014). Tais situações também se evidenciaram nas entrevistas para esta pesquisa, onde muitas vezes os usuários denominavam crack e oxi como a mesma coisa.

Do Tráfico De Drogas Às “Cracolândias” No Espaço Urbano

A cidade contemporânea é evidente em sua magnitude e importância no mundo capitalista globalizado, alcançando níveis jamais vistos na historia da humanidade. Isso se apresenta na densidade populacional, já que a maior parte da

[*] Realizado pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), para a obtenção do título de Licenciado Pleno em Geografia no ano de 2017.

população mundial (54%) vive em cidades (ONU, 2014); nas suas formas, grandes arranha-céus, espraiamento do tecido urbano; na intensidade de fluxos, seja de pessoas, informações e principalmente o dinheiro, Oliveira (2011) chega a falar em um "retorno à cidade", já que o atual processo de globalização, com um certo enfraquecimento do Estado-nação, interpõe novas redes, revalorizando o lugar e a escala local. São as metrópoles do mundo, as cidades globais, que comandam os fluxos, as mercadorias, investimentos financeiros e informações.

Segundo Souza (2003), é diante da forma e conteúdo do espaço urbano com seus diversos problemas - pobreza, inchaço populacional, segregação e violência -, que se evidenciam as estratégias de sobrevivência, determinadas reações que as pessoas têm aos problemas urbanos. Essas reações se dão de maneiras diferentes, dependendo da classe social e as circunstâncias, podendo ser legais ou ilegais. Quanto às estratégias de sobrevivência legais o autor cita exemplos como: mudança de cidade ou região, assim como o enclausuramento em condomínios fechados, devido aos problemas urbanos.

O autor aponta também que, as estratégias de sobrevivência ilegais – roubo, tráfico de drogas - "(...) contribuem, em si mesmas, apara agudizar a problemática de declínio dos padrões de sociabilidade e qualidade de vida experimentados (...) nas grandes cidades brasileiras" (2003, p. 87), e isso se evidencia em especial nas metrópoles, o que acaba por não contribuir para melhoria da qualidade de vida dos moradores da cidade, principalmente daqueles que habitam áreas periféricas.

Além da pobreza e desigualdade, outros fatores devem ser elencados ao pensar as estratégias de sobrevivência ilegais, visto que:

> [...] o crime se apresenta como uma "opção" aceitável quando os indivíduos percebem ou crêem que as "opções" conformes à lei e mais convenientes para a parcela privilegiada população, como resignar-se a salários miseráveis ou a esmolar, não valem a pena ou são ainda piores que os riscos e sofrimentos que uma "carreira" criminosa acarreta. Além disso, para que as estratégias ilegais se mostrem aceitáveis ou atraentes, não basta que haja pobreza e desigualdade: é necessário que isso seja visto como injusto, e que o crime seja visto como desculpável e algo que, sim, pode compensar, o que significa que fatores culturais e institucionais desempenham um papel crucial. (SOUZA, 2003, p. 87-89):

Nesse sentido o tráfico de drogas se enquadra enquanto uma estratégia de sobrevivência ilegal. Esta atividade pode se configurar em diversas escalas, desde uma rede internacional do crime organizado, assim como uma favela controlada por

determinada quadrilha ou organização, onde as mesmas possuem as mais variadas conexões intercontinentais. Podendo também se evidenciar com organizações particulares em certos continentes especializadas no tráfico de determinados tipos de drogas (SOUZA, 2003).

Ao pensar o conceito de território aliado ao tráfico de drogas, percebemos que os agentes desta atividade se territorializam no intuito da manutenção do comércio de entorpecentes. Nesse sentido há uma bibliografia extensa na Geografia da territorialização do tráfico, como: Souza (2005, 2008) acerca deste processo nas favelas Rio de Janeiro; Couto (2014) acerca deste processo em bairros periféricos em Belém. Tais autores se reportam a territorializações dos agentes do tráfico em espaços que concentram uma população de baixa renda, onde se evidencia uma infraestrutura precária (ou ausência dela) e o Estado se figura distante. Como aponta Souza (2008, p. 58), acerca das características do estabelecimento de tal atividade ilícita em favelas cariocas, onde há uma:

> [...] territorialização de favelas por traficantes de varejo (...), convertendo estas em enclaves territoriais em meio a uma dialética abertura/fechamento – organização em redes e abertura em face dos consumidores e fornecedores com um controle territorial que desafia a face oficial do Estado.

No entanto, isso não significa dizer que espaços centrais não se enquadrem nas redes supralocais e locais do tráfico de drogas, Souza (2005, p. 76) aponta que:

> Na área central paulistana, hoje conhecida como "Quadrilátero do *Crack*" (Praça da Sé, rua Guaianazes e vários outros logradouros do *Central Business District* ou de seu entrono obsolescente), onde essa droga é comercializada e consumida muitas vezes a céu aberto, o tráfico predominante é o de pequeno porte e o "tráfico de formiga", com forte presença de usuários-revendedores. No "Quadrilátero do *Crack*" o padrão é distinto do das favelas e loteamentos clandestinos: trata-se de espaços públicos e legais (...) que não podem ser controlados como as favelas. Isso não exclui, contudo, formas mais sutis de territorialização.

Assim como no "Quadrilátero do *Crack*", no bairro da Campina em Belém também se evidenciam essas características. Além de ser um bairro que se encontra na área central da cidade, se evidencia um tráfico de pequeno porte, onde muitos são usuários-revendedores e os espaços onde a atividade ocorre não são controlados nas mesmas proporções de favelas, ou seja, não há uma territorialização tão expressiva de determinada facção ou grupo criminoso que

imponha regras sobre a população. Na verdade poderíamos falar em uma expressividade maior dos usuários em relação aos traficantes nesta territorialização, onde o controle territorial é muito mais sutil e instável, devido a pouca capacidade de articulação territorial do grupo analisado e da expressividade de outros agentes, em destaque o Estado.

Território e Territorialidade

Na Geografia o território se evidencia enquanto um conceito essencial, diversos autores se prostraram diante deste no intuito de conceituá-lo. Desde a institucionalização da Geografia enquanto ciência no final do século XIX, até os dias de hoje, diversos significados fizeram-se sobre o território, partindo de diversas ideologias, sendo que nas diversas acepções (com suas diferenças ideológicas e metodológicas), todas estão relacionadas ao poder, mas não somente o poder político tradicional, podendo significar, dominação em um sentido mais implícito, mas também, simbólico, de apropriação de um espaço (HAESBAERT, 2014).

Marcelo Lopes de Sousa (1995) caracteriza o histórico do território na Geografia, partindo dos "grandes territórios hipostasiados pela ideologia" para chegar nas "territorialidades complexas do quotidiano metropolitano". As primeiras acepções do território na Geografia estavam ligadas ao poder estatal, por isso "hipostasiados", devido a se valer dos Estados-nação, porções gigantescas do espaço geográfico, além de atenderem a interesses políticos dos Estados. Para o autor, tal abordagem não foi capaz de emergir o conceito de território, já que este consiste essencialmente em um espaço definido por e a partir de relações de poder, sendo:

> [...] um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre "nós" (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os insiders) e os outros (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 1995, p. 86).

Esta visão se faz importante, pois evidencia o que é elementar ao território, as relações de poder. Entendendo que o poder corresponde à habilidade humana de agir em comum acordo. Não sendo propriedade de um indivíduo, mas sempre de um grupo, tendo existência somente enquanto o grupo se mantiver unido (ARENDT, 2004).

Mesmo entendendo as relações de poder enquanto essencial para a interpretação do território, o substrato espacial material (os elementos concretos no espaço) possui relevância, visto que:

> [...] o substrato condiciona as relações sociais em si mesmo, por bloquear, facilitar, dificultar etc. através de sua materialidade (infra-estrutura boa ou ruim, que atraem ou repelem visitantes; espaços que favorecem ou desfavorecem o encontro casual, a assembléia, o debate entre cidadãos...). Mas também condiciona por ser "o portador" de símbolos e mensagens, inscritos formal ou informalmente no mobiliário urbano e, para o bem e para o mal, para a socialização e a (de)formação de hábitos, costumes e mentalidades. (SOUZA, 2013, p.74)

A partir disso uma gama de possibilidades se abre para a análise de territórios e as territorialidades que os sujeitos constituem. Ao pensar em territorialidade, entende-se a mesma enquanto um certo tipo de interação entre homem e espaço, ressaltando-se que as territorialidades sempre são uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço (SOUZA, 1995).

Para Sack (1986) a territorialidade humana é uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar fontes e pessoas, uma espécie de controle de área. Enquanto estratégia, a territorialidade pode ser ligada e desligada. Ao se analisar a partir do viés geográfico, ela é uma forma de comportamento espacial. A territorialidade nos humanos é mais bem compreendida, não como uma motivação biológica, porém, enraizada socialmente e geograficamente. Seu uso depende de quem está influenciando e controlando o quê e quem, em determinado espaço, lugar e tempo. Estando intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar.

A Territorialidade é um uso sensato historicamente do espaço. Uma vez que ela é socialmente construída, dependendo de quem está controlando quem e por quê. A mesma enquanto estratégia geográfica muito poderosa, para restringir o acesso dos "outros", as coisas no espaço, sendo o componente geográfico elementar para se entender como a sociedade e o espaço estão interconectados. A mesma se evidencia enquanto uma estratégia geográfica muito poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área (território), ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A Territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social (SACK, 1986).

Dessa forma as territorialidades evidenciam como os diversos sujeitos sociais agem no espaço, ou seja, como eles se apropriam do espaço e controlam seus territórios. Sendo verdadeiras estratégias territoriais, influenciando na “preservação” e “expansão” dos territórios, no intuito de desenvolverem seus modos de vida. Como os sujeitos se “comportam” no espaço, visto que um emaranhado de relações e intencionalidades pode vir a ocorrer em um mesmo espaço, em contextos bem conflituosos e ainda sim, com formas e expressões “sutis”.

Território E Territorialidade Dos Usuários De Crack E/Ou Similares No Bairro Da Campina

Quando se pensa na atividade do tráfico de entorpecentes no bairro da Campina, faz-se necessário ter em mente este bairro se encontrar na área central de Belém e mesmo tendo passado por um processo de decadência – econômico, populacional e estrutural (quanto à deterioração das formas arquitetônicas do passado) –, ainda sim, mantêm sua centralidade, vinculada tanto ao seu aspecto comercial popular e atividades ligadas ao rio, mas também, por conter diversos pontos turísticos e ser local onde se encontram prédios de alguns órgãos públicos, assim como sedes de associações e entidades.

Nos trabalhos de campo, realizados em 2016 e 2017, pudemos coletar informações de grande importância para analise da realidade em questão. Os dois primeiros, ainda que exploratórios e limitados a uma parte do bairro, a Praça da República e seu entorno, já trouxera alguns resultados, visto que não fora difícil identificar os pontos onde se concentram os usuários de entorpecentes na área. Mais especificamente na Praça das Sereias, na fachada de uma loja. Enquanto funcionários fechavam as portas, começavam a se concentrar indivíduos, a primeira vista, todos aparentavam se encontrar em situação de rua. Alguns dos que sentavam na calçada, possuíam cachimbos e fumavam entorpecentes.

Já neste contato percebemos o caráter cíclico da ocupação do espaço, onde quase que cronometrado os funcionários vão fechando a loja e indivíduos vão se acomodando nas calçadas. Outro ponto, é uma certa estabilidade que se apresentou, já que não passava das 21:00, a rua não se encontrava “deserta” e bem próximo deste ponto, cerca de 20 metros, se encontram dois carros de lanche, onde

havia cerca de 15 pessoas, ou seja, mesmo se tratando de uma atividade ilegal, está se desenrolava de maneira “normal”.

Os sujeitos que constituem o território

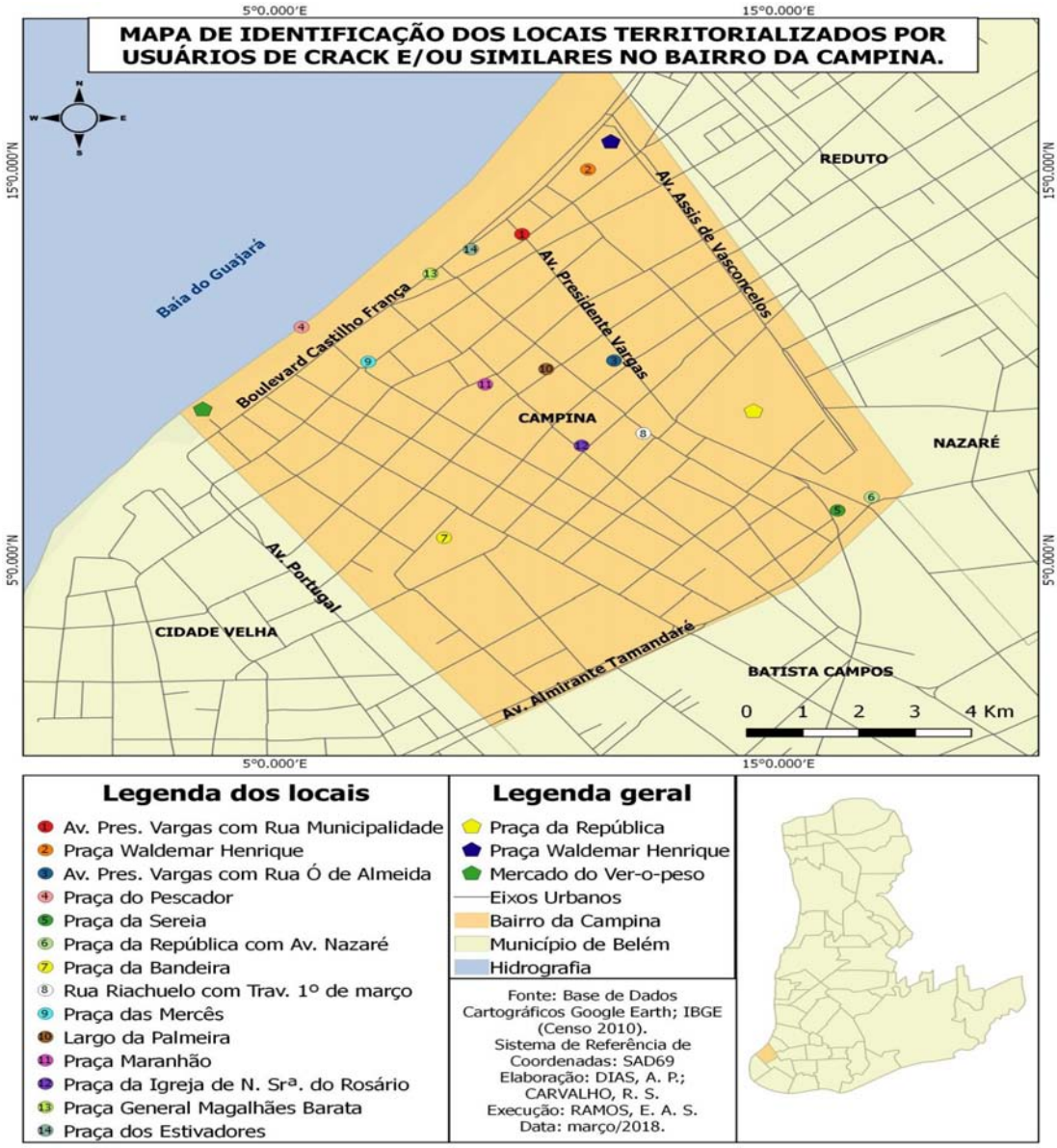
Em campo identificamos que grande parte dos usuários de crack e/ou similares se encontram em situação de rua (ou passam boa parte do tempo na rua), evidentemente que nem todas as pessoas nessa situação são dependentes químicos, mas em todos os pontos onde ocorria o consumo destes entorpecentes, havia a concentração dos mesmos. No entanto é importante frisar que indivíduos que possuem residência fixa, também se deslocam para estes pontos no intuito de consumir tais substancias. Assim não tratamos aqui da territorialização da população em situação de rua, que pode ou não se figurar de maneira semelhante a dos usuários de crack e/ou similares. O que identificamos enquanto territorializações destes agentes são as aglomerações e apropriações de logradouros públicos para o uso deste entorpecente e outros ilícitos. Explicitamos isso, no intuito de não reproduzir e fomentar um estigma, já popularizado, de que todas as pessoas em situação de rua são usuárias de drogas.

Além dos dependentes químicos, os traficantes também possuem papel relevante na produção de tais territórios, no entanto, não há, um controle espacial, consequentemente uma subordinação dos usuários aos traficantes, semelhante à territorialização do tráfico de drogas exploradas por Souza (2005, 2008) e Couto (2014). Isso se deve, além das características do bairro, onde o Estado se faz forte, muitas vezes também, ao fato de os próprios usuários, revenderem as drogas. Sendo assim, não são grandes traficantes que atuam no bairro.

Como ouvimos em campo a droga revendida na Campina, provém grande parte do bairro do Jurunas, que como aponta Couto (2014), possuí uma forte territorialização do tráfico. Dessa forma, os indivíduos que vendem drogas no bairro normalmente carregam pequenas quantidades e saem a pé ou de bicicleta atuando muitas vezes em pontos movimentados. São os “aviões”, sujeitos responsáveis pela irradiação da droga nas áreas além das "bocas de fumo". Os policiais entrevistados informalmente apontaram que na Campina, a população em situação de rua, além de grande parte ser usuária de entorpecentes, ás vezes atuam na função de "aviões".

Os espaços territorializados

A partir dos trabalhos de campo identificamos 14 pontos no bairro da Campina, onde havia uma expressiva concentração de usuários de crack e/ou similares, como se evidencia no Mapa 1 a seguir. Estes pontos foram identificados a partir da observação in loco e de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 16 pessoas em situação de rua (sendo que 10 eram usuários de crack e/ou similares), além de entrevistas informais com moradores do bairro, comerciantes, policiais militares e vigias noturnos. Matérias jornalísticas também foram utilizadas, para identificarmos se os pontos já haviam figurado nas mesmas, possuindo assim um certo “histórico”. A partir do mapa, percebe-se que há diversos pontos e que estes se concentram mais no interior do bairro.



Mapa 1. Belém - PA. Mapa de identificação dos locais territorializados por usuários de crack e/ou similares no bairro da Campina.
Fonte: Dias; Carvalho, 2017.

Também nos utilizamos dos dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/SEGUP-PA), de tráfico de drogas no bairro da Campina de 2011 a 2016, onde se evidenciam as denúncias de venda e consumo de entorpecentes ilícitos. Ainda que não tão precisos, mostrando apenas a rua (às vezes dividida e identificada com números de endereço) e estando ligadas aos pontos mais próximos a áreas residenciais ou movimentadas, pudemos visualizar que ruas que contornam os pontos identificados em campo, possuem um número

elevado de denúncias, nesse sentido, constituímos uma Tabela 1 com a classificação das ruas com o maior número de denúncias.

Tabela 1 – Belém: ruas com maior número de denúncias de tráfico no bairro da Campina de 2011 a 2016.

Classificação	Rua do fato	Número de denúncias de 2011 a 2016
1º	Avenida B. Castilho França	54
2º	Avenida Presidente Vargas	23
3º	Rua Riachuelo	20
4º	Avenida Portugal	16
5º	Travessa 1º de Março	15
6º	Rua Gaspar Viana	11
7º	Travessa F. Guimarães	6
8º	Avenida A. de Vasconcelos	5
9º	Praça da República*	4
10º	Travessa Padre Prudêncio	3

Fonte: SIAC, adaptado por Dias e Carvalho, 2017.
*A Praça da República figura enquanto rua do fato nos dados do SIAC.

Ao comparar as informações coletadas em campo com os da Tabela 1, pudemos identificar que as informações do SIAC coadunam com nossas proposições, em quase todas as ruas que figuram na tabela foram identificados pontos de concentração de usuários de crack e/ou similares. É o caso da Av. Boulevard Castilhos França, que possui o maior número de denúncias e perpassa diversos pontos identificados em campo como: o da Praça Waldemar Henrique, Praça dos Estivadores, Praça General Magalhães Barata e o do antigo prédio da Receita Federal. Já na Av. Presidente Vargas, identificamos dois pontos ao longo da mesma, um na confluência desta com a Municipalidade e outro com a Rua Ó de Almeida. Na Rua Riachuelo, que é usualmente citada em matérias jornalísticas acerca do uso de crack e/ou similares, em especial na sua interseção com a Travessa 1º de Março, também fora identificado um ponto. Assim como na Av. Portugal também há um ponto com uma forte concentração de usuários.

Os espaços territorializados pelos usuários de crack e/ou similares no bairro da Campina, estes se apresentam todos em logradouros públicos, havendo pontos nas praças, nas calçadas de determinadas vias, ou mesmo no meio da rua. Estes espaços apresentam em comum, um caráter deteriorado (valendo ressaltar que alguns dos pontos foram reformados ou estão em processo de reforma de 2016 para

2017), muitas vezes tais espaços são identificados pela população, como "abandonados" pelo poder público. É nesse sentido, que identificamos que quanto mais deteriorados os espaços, mais estáveis aparentam as territorializações dos usuários de entorpecentes ilícitos. Não é à toa, que os usuários de crack e/ou similares, do entorno da Waldemar Henrique, a identificam enquanto "praça abandonada".

Utilizando o conceito de "espaço público anêmico" (SOUZA, 2008), percebemos que quanto mais "anêmicos" estiverem os espaços apropriados pelos usuários de crack e/ou similares, mais estáveis se apresentam as territorialização analisadas. Para deixar mais claro, acerca dos espaços anêmicos o autor aponta que estes se caracterizam pelo,

> [...] encolhimento de margens de manobra, a deterioração da sociabilidade e da civilidade e as restrições ao exercício da cidadania – em suma, ameaças e limitações à autonomia, tanto individual quanto coletiva. E tudo isso, é evidente, não devido à interveniência de fatores político-formais, como a cassação de direitos ou a restrição formal de liberdades, mas sim precisamente, sociopolítico-espaciais (...). Tanto a formação de enclaves territoriais criminosos (e o conjunto de impactos sociopolíticos e social-psicológicos associados à expansão e às territorializações impostas pelo tráfico de drogas de varejo) quanto a proliferação de "condomínios exclusivos" vão enfraquecendo a vida pública no quotidiano, seja pelas interdições diretas de acesso e locomoção, seja pelo medo de frequentar certos locais em certos horários e sob certas circunstancias, seja, ainda, pelo temor ou pela impossibilidade de expressar livremente (como no interior de tantas favelas tiranicamente territorializadas). Espaços públicos vão sendo, por causa do mesmo, ou "abandonados" (a frequência com que são visitados diminui drasticamente) ou, então, "cercados" e "monitorados", o que tampouco favorece uma vida pública livre, densa e espontânea. (p. 84)

Assim, para além da deterioração física destes espaços, há também o enfraquecimento da própria sociabilidade e usos de tais espaços, sendo isso vinculado ao medo da violência, de furtos, etc. Justamente com o esvaziamento de outros sujeitos e suas sociabilidades em tais locais, que os usuários de entorpecentes conseguem se apropriar de tais espaços, ainda que em determinados horários, com uma estabilidade maior ou menor. Evidente que a isso se alia outros fatores: 1) se esse espaço público está próximo a uma área residencial; 2) se este apresenta em seu substrato espacial, elementos que possibilitem a proteção de determinados elementos "naturais" como a chuva.

Assim, entendemos que os espaços territorializados pelos usuários de crack serão bem específicos no bairro, além de que sua territorialização se dará nos moldes dos territórios flexíveis, como nas proposições de Souza (1995), mais especificamente com um caráter cíclico de sua territorialidade, já que se apropriam desses espaços, enquanto grupo, pela noite (ainda que esporadicamente indivíduos façam uso de tais drogas à luz do dia).

As territorialidades dos usuários de crack e/ou similares

Sobre as territorialidades desses indivíduos, estas se caracterizam a partir de ações desses sujeitos, suas estratégias para afetar, influenciar ou controlar fontes e pessoas, controlando uma área (SACK, 1986). A escolha de espaços públicos anêmicos, porém de fácil acesso, ainda que insalubre para os mesmos. O agrupamento de tais indivíduos apenas pela noite, tanto para dormir, como para o uso de entorpecentes, visto que durante o dia os locais são muito mais disputados, refletindo uma situação muito mais instável e conflitante, devido a constantes denuncias e incursões policiais. Além disso, o caráter móvel desses agrupamentos, os 14 pontos demonstrados no Mapa, não são ocupados ao mesmo tempo, na verdade a uma mobilidade dos grupos nos diversos pontos de acordo com os problemas elencados, ainda que alguns pontos sejam mais estáveis. As demarcações com papelões e roupas também são formas de comunicar a posse tanto internamente ao grupo como externamente.

Os conflitos existentes entre grupos de usuários de locais diferentes, as formas de protegerem seus atos da polícia, de manterem sua sobrevivência em uma situação de vulnerabilidade social e a persistência em retornar para os locais que costumam passar a noite, configuram estratégias de manutenção de seus territórios. Essas ações e estratégias são identificadas em vários pontos do bairro, onde se pode perceber uma forte presença desses grupos. Ainda que não possamos considerar tais indivíduos enquanto um grupo coeso, estes possuem sua organização. Com estabelecimento de algumas regras, porém sem relações hierarquias claras e bem definidas, com redes de relações muito fluidas.

Dessa forma os indivíduos que se apropriam desses espaços, podem tanto estar mais estáveis na área, assim como podem estar em constante movimento,

seja por problemas com traficantes, com a polícia, ou mesmo com outros usuários, realizando um constante processos de territorialização e desterritorialização.

Considerações finais

Na presente pesquisa constatou-se que os territórios dos usuários de crack e/ou similares no bairro da Campina possuem um caráter cíclico e desenraizado, visto que, as aglomerações para usar o entorpecente ocorrem durante noite e se dissipam durante o dia, havendo uma mobilidade dos pontos territorializados e dos indivíduos que constituem as cenas de uso. A maioria dos sujeitos envolvidos na constituição desses territórios encontra-se em situação de rua, porém, algumas pessoas que possuem residência fixa também se deslocam para esses locais no intuito de usar os entorpecentes. Os espaços apropriados são deteriorados, evidenciando uma clara relação, que quanto mais anêmicos são esses espaços públicos, mais estáveis são as territorializações dos usuários de crack e/ou similares.

Referências

ARENDT, Hannah. *Da violência.* Brasília: Editora universidade de Brasília, 2004.

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane. Quantos usuários de crack e/ou similares há nas capitais brasileiras? Resultados da pesquisa nacional sobre crack, 2012. In: BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). *Pesquisa nacional sobre o uso de crack*: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?. 1ª ed. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014, v. 1, p. 131-146.

CAVALCANTI, Mariana; FRÚGOLI, Heitor Junior. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. In: *Anuário Antropológico*, II, p. 73-97, 2013.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. *A geografia do crime na metrópole*: das redes ilegais à "territorialização perversa" na periferia de Belém. Belém: EDUEPA, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

DIÁRIO ONLINE. *Belém cede espaço para a cracolândia*. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticiasinterna.php?nIdNoticia=236445&idrand=780. Acesso em: 30 set. 2016.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: SANTOS, Milton. et al. (org.). *Território, territórios*: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 171-196, 2011.

ONU. *World Urbanization Prospects The 2014 Revision*. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016

SACK, Robert David. *Human Territoriality*: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.): *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de.*ABC do desenvolvimento urbano*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de.*O desafio metropolitano*: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de.*Fobópole*: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de.*Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

POLÍTICA E PROJETO DE PAISAGEM NA CIDADE OLÍMPICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO PAISAGÍSTICA NO RIO DE JANEIRO

Gilberto Herminio Da Silva Filho

Resumo

Quais os motivos e os discursos utilizados pelo Poder Público ao alterar e/ou criar pontos do espaço? Partindo desse questionamento, o presente trabalho buscou entender como intervenções urbanas são realizadas pela Prefeitura, tendo como recorte a cidade do Rio de Janeiro durante a preparação para receber os Jogos Olímpicos de 2016. Visto a complexidade do tema, foi adotado como segundo recorte as obras de caráter paisagístico, ou seja, voltadas ao mesmo tempo para o tratamento estético e funcional da área. Através de fontes informativas da própria Prefeitura, foi possível identificar oito pontos onde essa dinâmica foi realizada com maior destaque. Espacialmente distribuídos, esses locais contam com discursos de legitimação diversos, indo além da justificativa olímpica, sendo alguns deles, considerados como fator solucionador de problemas antigos da cidade.

Palavras chaves: política da paisagem; geografia política; paisagismo

Resumen

¿Cuáles son los motivos y los discursos utilizados por el Poder Público al alterar y / o crear puntos del espacio? A partir de ese cuestionamiento, el presente trabajo buscó entender cómo las intervenciones urbanas son realizadas por la Alcaldía, teniendo como recorte la ciudad de Río de Janeiro durante la preparación para recibir los Juegos Olímpicos de 2016. Debido a la complejidad del tema, se adoptó como segundo recorte las obras de carácter paisajístico, es decir, volcadas al mismo tiempo para el tratamiento estético y funcional del área. A través de fuentes informativas del propio Ayuntamiento, fue posible identificar ocho puntos donde esa dinámica fue realizada con mayor destaque. Espacialmente distribuidos, esos locales cuentan con discursos de legitimación diversos, que van más allá de la justificación olímpica, siendo algunos de ellos, considerados como factor solucionador de problemas antiguos de la ciudad.

Introdução

Com fama de maravilhosa, a paisagem carioca foi e é alvo de intervenções dos mais variados motivos, geralmente relacionadas a projetos políticos. Uma série de grandes intervenções urbanas e paisagísticas podem ser citadas, como as implementadas pelo prefeito Pereira Passos que buscou criar na capital federal, a "Paris dos Trópicos" sob uma arquitetura eclética (BENCHIMOL, 1992) ou o Plano Agache, encomendado pelo prefeito Prado Júnior na déc. 1920, enfocado em questões modernistas com uma visão organicista e baseada no estilo Art Déco (BERDOLAY, 2003). Na década de 1990 há uma nova fase de intervenções, dando ênfase no espaço público e na paisagem, através do Programa Rio Cidade. Essencialmente paisagístico e com o discurso de "devolução dos espaços públicos a quem tem direito" (MAIA, 1993), foram criados projetos para 35 pontos espalhados pela cidade em suas duas fases.

Muito além das alterações materiais, processos de reformulação do espaço são carregados de discursos políticos, e que dado suas particularidades, projetaram a paisagem de maneiras distintas. Devido a complexidade desses processos, o enfoque aqui é dado no paisagismo, ou seja, nas obras baseadas na necessidade simultânea de uma melhoria estética e funcional do espaço.

Recentemente, após um histórico de tentativas, a cidade do Rio conseguiu, em 2009, a vitória na disputa pela sediação dos Jogos Olímpicos, sendo anfitriã da edição de 2016. A partir daí, uma grande jornada de intervenções urbanas buscou criar equipamentos e locais necessários para a realização dos Jogos e para adequar a malha urbana às normas do Comitê Olímpico. Os discursos para implementação das diversas obras ultrapassaram, quase sempre, a necessidade de instalações esportivas, acolhendo necessidades específicas e tidas como fundamentais para da vida do carioca. As alterações ocorridas na cidade neste período de fato mudaram a cidade, criando novas dinâmicas, novos símbolos e reafirmando o papel da *Cidade Maravilhosa* no cenário internacional de pontos turísticos.

Partindo do pressuposto de que discursos e práticas estão inter-relacionados, num primeiro momento será demonstrado através de uma comparação, como intervenções paisagísticas podem ser feitas de maneira distintas, de acordo com os ideais utilizados, usando como exemplo *Rio Cidade* e o *Cidade Olímpica*. Depois, a partir do paisagismo, quais os elementos característicos do Cidade Olímpica são

exemplos das vontades e visões políticas que o baseiam, além de identificar possíveis marcos espaciais na paisagem. Para isso, utilizou-se como base documentos oficiais, tais como o *Plano Estratégico,* de 2013, o caderno *Cidade Olímpica*,o canal do youtube *CidadeOlimpica* e entrevistas com funcionários da Prefeitura.

Política da paisagem

As transformações no espaço urbano há muito são entendidas como resultantes da atuação de atores e vontades diversas. Todavia, essas atuações podem ser conflitantes, visto que os interesses podem ser divergentes para um mesmo espaço. As apropriações da paisagem urbana, por consequência, podem ser entendidas através da disputa de interesses desses atores. Sendo assim, o que faz um intervenção na paisagem permanecer ou perecer frente outras propostas de intervenção ?

Dentro do entendimento da geografia política contemporânea, essas dinâmicas são fruto das disputas políticas dos atores, gerando diferentes significações para paisagem de interesse, pois a legitimação de um discurso para um espaço público - dentro de uma democracia - demanda a aprovação popular.

Ribeiro (2018), argumenta que as intervenções urbanas nas cidades brasileiras, expressam atualmente três lógicas, não excludentes entre si, sendo elas estética; mercado; política. A preocupação com o estético, foi um dos principais motivadores das intervenções urbanas no início do séc. XX, buscando embelezar determinadas áreas e criando locais de contemplação da paisagem. Todavia, atualmente, as intervenções têm aglutinado novas características, absorvendo lógicas de mercado e de política. A primeira, seria fruto do que Rossi e Vanolo (2012) argumentam ser um cenário de disputa internacional entre cidades, onde turistas, investimentos e sediação de grandes eventos, como Olimpíadas e Copa, são os principais alvos de competição. É dentro de um mundo globalizado que o marketing e o citybranding atenuam a concorrência, sendo a própria cidade o produto a ser vendido e divulgado. Nessa lógica, o Rio, ao pleitear as Olímpiadas de 2016 “vendeu” sua imagem de *Cidade Maravilhosa* (CARNEIRO, 2017) sendo a paisagem, um dos principais atrativos dessa mercadoria. A segunda lógica, a da política é oriunda das transformações na área de patrimônio, quando a paisagem

passou a ser recuperada como um instrumento de integração entre elementos vistos de maneira estanque até então, como natureza e cultura.

Vale ressaltar que as intervenções urbanas que este trabalho se debruçou são aquelas com caráter e motivação paisagísticas, como uma forma de criar e/ou alterar pontos do espaço, que aliado a narrativas e outras ações, possui potencial de alteração da paisagem. A arquitetura da paisagem em si, já carrega discursos políticos, sobretudo quando são feitas pelo Estado, seja através de algum dos três poderes, seja através de órgãos vinculados a eles.

A partir disso, este trabalho busca entender quais foram os discursos de legitimação atribuídos a um ator específico, a prefeitura do Rio de Janeiro, num período específico onde uma massa de intervenções ocorreu, o projeto Cidade Olímpica.

Ora, numa cidade onde o espaço e a paisagem são extremamente disputadas, o discurso utilizado pela prefeitura foi o de Legado Olímpico, dando as obras um caráter de solucionadoras de problemas antigos enfrentados pela população carioca. Dentre os tipos de intervenções do pacote de obras, o trabalho escolheu os projetos de paisagismo de maior proporção e que atuaram diretamente na paisagem, remodelando lugares para torná-los aproveitáveis e esteticamente agradáveis.

Cidade olímpica

Sediar uma Olimpíada demanda uma gama de atributos e de serviços urbanos, sendo quase obrigatório a toda sede passar por adequações e intervenções urbanas, e o Rio não foi exceção. Dada a proporção de intervenções, pouco tempo após a confirmação da sede, a gestão municipal criou um grande plano para aglutinar e nortear tais ações o "*Cidade Olímpica"* vindo a público depois como um caderno de políticas públicas.

No documento, é apresentado logo nas primeiras linhas a importância dos Jogos para melhorar o cotidiano da cidade:

> A preparação para os Jogos vem sendo usada pela Prefeitura do Rio para acelerar mudanças capazes de melhorar a qualidade de vida dos moradores e tornar a cidade mais integrada. Desde a candidatura do Rio como sede olímpica, o princípio norteador é de que os Jogos devem servir à cidade, impulsionando seu desenvolvimento. (Prefeitura da Cidade Rio de Janeiro, 2014, p. 3)

Outro fato importante exposto, é a clara alusão aos Jogos de Barcelona 1992, utilizados como norteadores do primeiro plano estratégico da cidade na década de 1990. Citando o então prefeito da cidade sede de 1992 *"Há dois tipos de Jogos Olímpicos: os que se servem da cidade e os que servem à cidade"*, ratificando o discurso de melhorias oriundas das intervenções para os Jogos (PCMRJ, 2014, p. 6).

Para o acontecimento das competições esportivas, a cidade foi divida em quatro partes, ou clusters: Barra; Deodoro; Maracanã e Copacabana. Cada uma abrigou modalidades diversas, possuindo instalações que poderiam ser permanentes, como o Parque Olímpico na Barra, ou temporárias, como a Arena de vôlei de praia, em Copacabana. Dentro desses clusters se encontram boa parte dos pontos analisados, com exceção do Parque Madureira, Orla Conde e do Passeio público da Rio Branco, que embora não estejam em áreas de competições, estão totalmente relacionadas com as Olímpiadas. Visto a quantidade enorme de obras realizadas na cidade, a escolha dos pontos de análise adotou alguns parâmetros, tendo como recorte de informações, utilizando duas fontes diretas da Prefeitura e duas entrevistas.

1) Plano Estratégico: ser intervenção paisagística com o símbolo olímpico ou ser obra paisagística com relação direta com alguma das estratégias que possuem o símbolo.

2) Caderno Cidade Olímpica: ser intervenção paisagística ou com apelo paisagístico

Partindo desse recorte, foram escolhidos os pontos:

Parque Olímpico Barra: O "coração das Olimpíadas do Rio" (PCRJ, 2014, p. 58) no Caderno Cidade Olímpica, além de ser colocado como ponto central para a realização dos Jogos no Plano Estratégico Municipal de 2013. O Parque, possui amplas áreas livres, que dão aos visitantes bastante liberdade para se locomoverem, além de contar com as principais arenas de competição. Em sintonia com o discurso principal utilizado pela Prefeitura, o Parque Olímpico foi projetado e divulgado enquanto uma obra de legado olímpico, isto é, infraestruturas que foram destacadas pela municipalidade como heranças positivas para beneficiar a qualidade de vida da população carioca.

Parque Radical de Deodoro: Também presente em ambos os documentos, parte do Complexo Esportivo criado no bairro, serviria como Legado, sendo o Parque Radical, o segundo maior parque de lazer da cidade, com 500 mil m2 (Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 2015). Seriam mantidas as instalações para Canoagem Slalom, BMX e Mountain Bike - vindo dai o nome *radical* - além das áreas livres do Parque. O discurso utilizado pela prefeitura para justificar o modo Legado foi baseado na alta população de jovens nas adjacências do Complexo, sendo um ponto de incentivo às perspectivas de desenvolvimento social e esportivo da juventude local (PCRJ, 2013, p. 50). O Parque seria o principal ponto de lazer para a área com maior número de jovens e com um dos menores IDHs da cidade, servindo em legado, a 1,5 milhão de moradores de 10 bairros e três municípios.

Praça do Trem (criada na requalificação do entorno do Engenhão): Presente no Caderno, a requalificação do entorno Engenhão teve como discurso principal requalificar as vias do quadrilátero das ruas imediatas do estádio, melhorar a iluminação além do plantio de árvores nativas. A Praça do Trem em si, deveria suprir as demandas da população por áreas de lazer, além de restaurar dois antigos galpões, antigas oficinas de restauro de trens. O legado, segundo a Prefeitura seria uma área de 35 mil m^2 totalmente requalificada, para total usufruto popular, dentro dos padrões de acessibilidade e com ciclovia.

Orla Conde (área de maior apelo paisagístico do Porto Maravilha): Ligando o Museu Histórico Nacional até o Armazém 8, todo a área da Orla passou por massivas obras de reurbanização, sobretudo na parte da Praça Mauá, tendo parte dela sido considerada o “novo point” carioca, o Boulevard Olímpico. É necessário compreender a Orla como parte de um projeto maior, o Porto Maravilha, que pretendia revitalizar uma área de cinco milhões de metros quadrados, para melhor aproveitar o caráter estratégico da zona portuária. A narrativa utilizada pela Prefeitura foi baseada no discurso de abandono enfrentado pelo Porto nas últimas décadas (Prefeitura do Rio), tendo sido mergulhado à completa precarização urbana, e visto pela população como local de crimes e problemas.

Passeio Olímpico do Maracanã (criado a partir da requalificação do estádio de mesmo nome): Presente no Caderno, o projeto previa obras de reurbanização e

paisagismo, gerando além das melhorias de infraestrutura, o Passeio Olímpico do Maracanã.

Passeio público da Rio Branco (Estratégia *Rio Verd*e - Plano Estratégico): Tida como um importante espaço público, com grande relevância comercial na cidade, a avenida Rio Branco não oferecia para aos pedestres "*qualidades ambientais, paisagísticas, de acessibilidade e conforto em seu dia a dia de trabalho e/ou lazer"*. O motivo, na visão do Plano, foi a transformação da mesma em um corredor de tráfego rodoviário, o que gerou dentre outras mazelas, a excessiva poluição sonora e do ar. O discurso do "Rio Verde" era transformar a avenida e seu entorno em um grande complexo dedicado ao pedestre, seja através do lazer ou do trabalho. Com as dinâmicas propostas, a Rio Branco se tornaria um "*patrimônio de orgulho carioca*". A ideia era fechar a via toda, e através de algumas intervenções como arborização e infraestrutura, transformar a avenida, sem prejudicar seu papel econômico, além fazer ligação com o VLT, outra estratégia do Plano.

Parque das Figueiras: entrevistas com responsáveis pela criação de algumas intervenções do Cidade Olímpica foram realizadas para complementar as informações disponíveis sobre o projeto. Uma entrevista em especial culminou na adição de um ponto de análise, o Parque das Figueiras, na Lagoa. A partir das informações dadas por Claudia Grangeiro da Silva Castro, que foi assessora de Zonas Olímpicas da Empresa Olímpica Municipal (EOM), foi entendido que o Parque se encaixa na proposta do trabalho, por se tratar de um intervenção motivada pelas Olimpíadas e pelo apelo paisagístico expresso. O espaço antes destinado a uma academia privada, teve a área destinada a suporte operacional às competições de remo e canoagem, sendo readaptada após os Jogos, para servir como parque público.

Parque Madureira: O último ponto foi adicionado à lista, embora não apareça no Plano Estratégico nem no Caderno de políticas públicas, possui divulgação através do canal de vídeos da Prefeitura, o "*cidadeolimpica*"[*] no Youtube, sendo levado em consideração também a entrevista concedida por Ruy Rezende, arquiteto chefe da Ruy Rezende Arquitetura, escritório responsável pelo projeto do parque. Inaugurado em 2012, e portanto na ebulição da preparação da cidade para os Jogos, palco para apresentações e atividades culturais das Olímpiadas, sendo um

[*] Para maior detalhamento sobre o canal ver Fernandes, 2017.

dos três pontos* da cidade escolhidos pela Prefeitura para transmitir gratuitamente as competições por telões, além de contar com os Aros Olímpicos, símbolo das Olímpiadas. Além disso, o parque teve como discurso principal atender as demandas por áreas verdes do bairro e ao mesmo requalifica-lo.

Partindo do pressuposto que diferentes gestões públicas podem atuar no espaço de maneiras distintas, faz-se um levantamento rápido do que foi o programa antecessor ao Cidade que através do paisagismo, interveio na cidade do Rio.

Rio Cidade

O discurso adotado pela Prefeitura para legitimar a necessidade das intervenções foi baseado no caos urbano em que a cidade havia mergulhado após a mudança da capital federal para Brasília e a fusão do Estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro. Desde então a cidade teria passado por uma série de indecisões políticas e por gestores que não se interessavam pela qualidade dos espaços públicos, ocasionando numa cidade bagunçada, sem compromisso com o espaço de convívio da sociedade. Nas palavras de Cesar Maia:

> a cidade estava num processo de deterioração crescente, gerado pelo empobrecimento de sua população, pela ocupação desordenada dos espaços públicos e privados, pela deterioração dos serviços públicos e pela fuga de capitais financeiros e humanos. Uma cidade sem vocações definidas, com uma identidade distorcida, em processo crescente de desintegração... a reversão desse quadro exigia esforço maior do que seria capaz a ação individual do governo (Prefeitura da Cidade, 1996b p. 10 apud Del Rio, 2000, p. 13)

Através do Rio Cidade, Maia pretendia reanimar a população frente a própria cidade, levantando a autoestima dos cariocas, gerando empregos e o que ele chamou de “devolução dos espaços públicos a quem tem direito”. Discurso reforçado por Conde, secretário de urbanismo durante o Rio Cidade 1, ao argumentar que a principal ideia do Programa era democratizar as decisões sobre os projetos e obras públicas, abrindo a participação pra comunidade (PCRJ, 1996).

Ainda hoje, César Maia divulga o Programa como um carro chefe de sua administração, e salienta o papel “respeitoso” das intervenções sobre a vida da população, pois:

* Sendo os outros dois: Frente Marítima na região do Porto Maravilha e no Centro Esportivo Miécimo da Silva, em Campo Grande.

> O Rio Cidade reconstrói a estrutura de uma maneira muito particular, porque ele não inventa o bairro. Um grupo de arquitetos, de engenheiros de sociólogos estuda a dinâmica do local. Como as pessoas vivem, como elas se relacionam, que tipo de demanda elas têm de esporte, lazer e cultura. Somente depois dessa compreensão é que vem a intervenção (Discurso de Maia, extraído do site oficial do ex prefeito, acessado em 17/04/2018)

O discurso adotado foi de um programa inovador, que se distingue dos anteriores - Pereira Passos, Agache e Doxiadis - por não se tratar de um plano totalizador (IPLANRIO, 1996, p. 15). Segundo o corpo técnico do Programa, os planos anteriores se baseavam em um urbanismo “abstrato” e não condizia com a situação real da cidade, por não levar em conta as condições financeiras e sociais, ao impor maneiras de erradicar a “cidade antiga e doente” para implementar um “cidade moderna”.

O Rio Cidade não iria trabalhar a cidade toda, mas em pontos exemplares, sendo algo viável e pragmático, e, através desses pontos, espalhar a renovação urbana. Possui ainda o diferencial de respeitar as singularidades de cada bairro, não apagando seus costumes e, por serem obras pontuais, seria algo mais viável financeiramente. O respeito às singularidades se explica porque o Programa busca requalificar o tecido existente, ao contrário da renovação que advém de processos de ruptura, diferentemente do Plano Agache, exemplificador de um urbanismo de planos totalizadores e abstratos, que aflorou no final dos anos 20 (IPLANRIO, 1996, p. 15).

O Programa foi veículo de transformação de espaços da área central e dos sub centros dos bairros, locais onde havia concentração de comércio, serviços e fluxo de pessoas, geralmente locais onde usuários do transporte público trocam de linhas de ônibus ou de meio de transporte. A proposta básica do Programa era adequá-los para o conforto do pedestre e reorganiza-los visualmente, através da reconstrução de espaços livres por meio do disciplinamento dos usos, dos padrões urbanísticos. Espaços tradicionais e importantes para a dinâmica da cidade e de grande visibilidade, estavam, sem cuidados da administração pública e estavam caóticos.

Em todos os pontos de atuação, alguns problemas foram tidos como primordiais de solução foram os relacionados com o uso indevido das calçadas, servindo de estacionamento para automóveis, a distribuição indiscriminada de

postes - geralmente com fiação duvidosa - e os camelôs e suas barracas, o que dificultavam a circulação de pedestres.

Toda essa preocupação com o pedestre pode ser explicada pela cultura urbanística contemporânea, onde o espaço do pedestre deveria ser bem desenhado, para o equilíbrio da vida social nas cidades, em contraposição ao automóvel, privilegiado pelo movimento modernista.

Buscando uma maior visibilidade ao Programa, os bairros sofreram obras simultâneas, o que passou à população uma ideia de igualdade entre os bairros, já que ao mesmo tempo que um bairro da zona sul era trabalhado, um outro da zona norte também era contemplado. Por fim, como estratégia de divulgação, o livro *Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas* (IPLANRIO, 199) foi lançado pela Prefeitura, dando informações quanto a ideia geral do programa, posicionamentos favoráveis do prefeito e do secretário de urbanismo, além de informações sobre os bairros e as melhorias obtidas. Neste livro, inclusive, o paisagismo é tido como a ferramenta para o melhor equilíbrio possível entre a cidade, a arquitetura, a vegetação e os habitantes (p. 38).

Comparação

Nota-se que o Rio Cidade atuou mais fortemente na reorganização da distribuição dos fluxos em pontos específicos da cidade, buscando disciplinar os usos da população no espaço, melhorando acessibilidade, racionalizando postes e delimitando claramente o espaço do pedestre e do carro. Diferentemente, o Cidade Olímpica tinha como essência a preocupação na criação de locais para a sociabilidade, com temáticas socioambientais, onde a permanência e a livre circulação são regras. Outro ponto relevante é o padrão de preferência de atuação dos programas; enquanto o de Maia e Conde ficou famoso pela reformulação de calçadas, o de Paes atuou mais na criação de parques e praças. Oliveira (2008) aponta a larga utilização de marcos espaciais nas áreas onde o Rio Cidade passou, seja através de desenhos no calçamento, obeliscos, estátuas e similares, utilizados para marcar o que o autor chamou de “territórios Rio Cidade” (OLIVEIRA, 2008, P. 16). Já o Cidade Olímpica, pouco ou quase nada, utilizou-se desse tipo de elementos, uma vez que as obras criaram áreas bem delimitadas, sendo as intervenções os marcos espaciais. Ao analisar os dois programas, nota-se uma

evolução na relevância do pedestre, uma vez que o Rio Cidade, buscou delimitar bem o espaço do carro e de elementos fixos, como postes e barracas, facilitando o deslocamento a pé. Já no Cidade Olímpica, os carros perdem espaço, servindo de exemplos o passeio público criado em uma avenida importante ou com a derrubada da perimetral, que além de valorizarem o pedestre, incentivaram a utilização de bicicletas. Todavia, há uma similaridade muito forte entre os dois, pois são utilizados por governantes como maneira de criar ganchos imagéticos para suas administrações. Os dois programas aqui debatidos, apresentados em momentos históricos distintos, de formas peculiares e justificativas ancoradas em funções diferentes, ambas apresentam a intencionalidade de mostrar *administração pública de qualidade*. Maia utilizou o Rio Cidade como capital político diversas vezes, seja para eleger seu sucessor e depois para se reeleger, seja para se candidatar a outros cargos público. Já Eduardo Paes, também utilizou o Cidade Olímpica como capital político na tentativa de reeleição de seu sucessor, e mais atualmente para a disputa do Governo do Estado. Portanto, pode-se observar que o paisagismo estabelecido para os programas resultam em duas formas de habitar o espaço público. O Rio Cidade como ferramenta de reorganização e valorização da cidade, através de intervenções pontuais nos subcentros econômicos. Enquanto isso, as obras paisagísticas do Cidade Olímpica tem uma proposta base a sediação dos Jogos de 2016, que trariam consigo, o solucionamento de problemas antigos da população e a criação de um Legado Olímpico.

Considerações finais

Visto os pontos aqui analisados, entende-se que projetos de intervenção urbana, sobretudo os de grande porte, são utilizados por governantes como maneira de criar ganchos imagéticos para suas administrações e, assim, inserir novas narrativas de paisagem em espaços da cidade. Mesmo possuindo justificativas de construção ancoradas em funções diferentes, todas apresentam a intencionalidade de mostrar uma administração pública de qualidade, além do solucionamento de problemas antigos da cidade. Concentradas no eixo zona norte – centro, o maior número de projetos são do tipo criação de parques, seguidos de praças e boulevards. Além dos discursos, possuem algumas características comuns, como o alto nível de calçamento, abertura de áreas livres para pedestres, flora controlada.

Chama atenção para o alto nível de importância dado ao deslocamento dos pedestres e ciclistas nas áreas intervindas. Por fim, defendo que o paisagismo em si, cria marcos espaciais, ou seja, sendo as obras os monumentos que marcam o espaço.

Referências

IPLANRIO. Rio Cidade: o urbanismo de volta as ruas. Rio de Janeiro: Mauad, 1996

DE OLIVEIRA, Márcio Piñon. Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, v. 12, 2008.

PANZINI, F. Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo, SENAC, 2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (PCRJ). Pós 2016: O Rio mais integrado e competitivo. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (PCRJ). RIO2016 JOGOS OLÍMPICOS E LEGADO: cadernos de políticas públicas. Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO. R. W. A política da paisagem em cidades brasileiras. In: XVI Colóquio Ibérico de Geografia, 2018, Sintra.

ROSSI, U.; VANOLO, A. Urban political geographies: A global perspective. Sage, 2011.

SAKATA, F. G. Paisagismo urbano: requalificação e criação de imagens. Edusp, 2011.

SCHLEE, M. B. O (re)desenho paisagístico das cidades brasileiras (1986 - 1995). In: FARAH, I.; SCHLEE, M.; TARDIN, R. (Eds). Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil. editora Senac. São Paulo, 2010. p. 119-168.

OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO URBANA: IMPRESSÕES DE PARTICIPANTES E RESULTADOS PRÁTICOS DOS CONSELHOS PARTICIPATIVOS DAS PREFEITURAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Bruno Dantas Hidalgo*

Resumo

Os conselhos participativos municipais (CPM) são fóruns que propõem políticas para os bairros e distritos do Município de São Paulo, além de apoiar e fiscalizar a administração das prefeituras regionais. Enquanto as regionais compõem núcleos descentralizados da gestão municipal, os CPM são abertos a participação popular e elegem munícipes como conselheiros a cada dois anos nas 32 prefeituras regionais. Este trabalho discute limites e possibilidades da participação popular na gestão urbana institucional por meio da experiência dos CPM paulistanos.

Palavras-chave: participação popular; conselhos participativos; descentralização administrativa

LOS LÍMITES DE LA PARTICIPACIÓN POPULAR EN LA GESTIÓN URBANA: IMPRESIONES DE PARTICIPANTES Y RESULTADOS PRÁCTICOS DE LAS ALCALDÍAS REGIONALES DEL MUNICIPIO DE SÃO PAULO

Resumen

Los consejos participativos municipales (CPM) son foros que proponen políticas para los barrios y distritos del Municipio de São Paulo, además de apoyar y fiscalizar la administración de las alcaldías regionales. Mientras que las regionales componen núcleos descentralizados de la gestión municipal, los CPM son abiertos a la participación popular y eligen a los residentes como consejeros cada dos años en las 32 alcaldías regionales. Este trabajo discute límites y posibilidades de la participación popular en la gestión urbana institucional a través de la experiencia de los CPM paulistanos.

Palabras-clave: participación popular; consejos participativos; descentralización administrativa

* Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP.
E-mail: brunodhidalgo@gmail.com

Introdução

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, é perceptível a tendência de incorporação da participação popular nos processos de planejamento e gestão pública dos territórios, frequentemente acompanhada de divisões espaciais para fins administrativos dos Estados. Ora essa participação é mais direta ou indireta, ora mais formal ou informal, mas se nota que o discurso da participação tem sido cada vez mais presente nas instituições. Segundo Lavalle et al. (2016, p. 609), alguns números mostram claramente essa tendência no Brasil: "existem aproximadamente 30 mil conselhos gestores de políticas públicas [...] nos 5.570 municípios do Brasil, e, por conseguinte, várias dezenas de milhares de conselheiros da sociedade civil participando na definição e na supervisão de políticas públicas"

Na gestão urbana esse fenômeno é ainda mais sensível do que nas esferas centrais de poder estatal, na medida em que as cidades são locais em que os habitantes podem acompanhar mais de perto os impactos do planejamento estatal. No Brasil, os debates sobre participação emergem sobretudo a partir dos anos 1980, e depois da promulgação da Constituição de 1988 são institucionalizados e consolidam-se na forma de conselhos e fóruns correlatos. A questão urbana foi um dos temas mais requisitados para aumento da participação popular, de modo que um dos marcos legais mais importantes nesse assunto é o Estatuto das Cidades (BRASIL, Lei nº 10.257, 2001), o qual expressa a obrigação de controle social dos instrumentos de política urbana e a garantia de participação nos processos de planejamento. Nesse sentido, já na década de 1990, constataram-se iniciativas de pluralizar formas de representação extraparlamentar e criação de núcleos de institucionalização da participação, como os conselhos de políticas públicas, criando um limite tênue entre essas duas dimensões – participação e representação –, as quais muitos analistas opuseram radicalmente em décadas anteriores (LAVALLE; VERA, 2011).

Levando em consideração essa problemática, pretende-se neste trabalho identificar e analisar geograficamente limites e potencialidades da participação popular na gestão urbana em âmbito institucional, por meio da

compilação dos principais resultados de uma investigação sobre a atuação dos conselhos participativos municipais nas prefeituras regionais de São Paulo, entre 2014 e 2017[*]

Os conselhos participativos municipais

Os conselhos participativos municipais são instâncias participativas no âmbito das prefeituras regionais, criados em 2013[†], compostos por munícipes eleitos nos territórios paulistanos sob jurisdição das regionais. As prefeituras regionais, criadas em 2003, são instâncias administrativas organizadas para gerir os territórios paulistanos, por meio de atividades de planejamento descentralizado, integração de políticas públicas setoriais no âmbito dos bairros e execução de serviços de zeladoria[‡].

Os CPM têm como principais funções estabelecer um canal de diálogo entre as prefeituras regionais e os munícipes, organizando as demandas locais, sugerindo ações e políticas públicas para os distritos e bairros, além de fiscalizar a gestão dos prefeitos regionais. Trata-se de um conselho com atribuições eminentemente consultivas, ou seja, as resoluções tomadas nas reuniões do CPM não devem ser necessariamente cumpridas pelos governos regionais do município, contudo as demandas e discussões são registradas em Diário Oficial do Município e é dever das prefeituras regionais prestar contas ao conselho. O número de conselheiros é variável em proporção ao número de distritos e de população da regional e há eleições a cada dois anos, nas quais

[*] Para a realização das investigações foram escolhidas experiências de CPM específicos, de acordo com as possibilidades que se apresentaram de abertura a visitação, horários acessíveis de reuniões, disponibilidade de dados e atas, etc. Visitou-se ao menos um CPM por macrozona do município: Sé (Centro); Freguesia do Ó/Brasilândia (Norte); Itaquera (Leste); Cidade Ademar (Sul). Outros CPM foram contatados e visitados, mas fora do âmbito das reuniões ordinárias. Além da visita às reuniões ordinárias de CPM, parte das impressões dos conselheiros foram registradas por meio de um questionário semiestruturado, de modo a constituir uma base comum para se averiguar as impressões dos conselheiros sobre determinados temas, ainda que não se tenha realizado uma análise estatística-quantitativa das respostas. No total, foram 12 entrevistas.

[†] Criado pela Lei do Município de São Paulo nº 15.764/2013 e regulamentado pelo Decreto nº 54.156 /2013. Os primeiros conselheiros eleitos tomaram posse em 2014.

[‡] A Lei Municipal nº 13.399/2002 instituiu as subprefeituras. Neste trabalho utilizou-se a denominação “prefeituras regionais” de acordo com a nomenclatura que vigorou a partir de 2017, pelo Decreto nº 57.576/ 2017. No entanto, a partir de agosto de 2018 – segundo a Lei nº 16.974/ 2018, os órgãos voltaram a se denominar “subprefeituras”.

os conselheiros, assim como seus eleitores, devem ser munícipes residentes na área da regional na qual pretendem ser representantes e serem maiores de 18 anos. O número total de vagas na eleição de 2017 foi 569.

Os CPM são regulados por regimentos internos, aprovados pelos próprios conselheiros. São nos regimentos que se definem as normas específicas do funcionamento dos conselhos, como a dinâmica das reuniões e as regras de escolha coordenadores, secretarias e outros cargos internos. Em geral, os CPM possuem um coordenador e um secretário – eleitos entre os próprios conselheiros semestralmente – responsáveis pelas convocações das reuniões ordinárias e extraordinárias e pela elaboração das atas dos encontros.

As reuniões ordinárias são os fóruns básicos dos conselhos e ocorrem mensalmente, na maioria das vezes estabelecendo-se um dia específico da semana para ela ocorrer, com duração de 2 a 3 horas. A pauta e o local do encontro devem ser decididos com antecedência para que possam ser divulgados no Diário Oficial do Município e no site da prefeitura, afim de manter a publicidade do evento. Apesar dessa diretriz, no decorrer da presente pesquisa foi relativamente comum as convocatórias e calendários de reuniões estarem indisponíveis no site da prefeitura e, em alguns casos, no Diário Oficial. As atas também devem ser publicadas em Diário Oficial, após a aprovação dos integrantes dos conselhos – o encaminhamento à publicação em Diário Oficial ocorre por intermédio da prefeitura regional, e em alguns casos a publicação das atas pode levar meses até acontecer, seja por atraso na redação, na aprovação em reunião ordinária ou no encaminhamento da prefeitura regional à imprensa oficial do município. Em geral, estabelece-se um quórum de conselheiros presentes para a realização da reunião, número que varia de acordo com o regimento de cada CPM.

Os CPM geralmente contam com um pequeno patrimônio e orçamento, destinado a organização e custeio das suas atividades. Há conselhos que contam com salas próprias na sede das prefeituras regionais, possuindo objetos como computador, impressora, *data-show* e materiais de papelaria. As prefeituras regionais têm obrigação de conseguir o espaço para a realização

das reuniões. Na maioria das vezes elas ocorrem em auditórios situados nas sedes das regionais.

As reuniões dos CPM são abertas a toda população, mas em geral a maioria esmagadora dos presentes são os próprios conselheiros. Quando há votações, apenas os conselheiros têm direito a votos, os munícipes não-conselheiros ou representantes governamentais não são contabilizados para esse propósito. Quase sempre há a presença de um interlocutor da prefeitura regional nas reuniões dos CPM, desse modo as resoluções e discussões podem ser levadas ao gabinete da regional.

Entre as discussões mais observadas durante as visitas às reuniões ordinárias de CPM destacam-se o diagnóstico sobre o próprio CPM, como sugestões para melhoria das dinâmicas dos encontros, reclamações sobre ausências – tanto de conselheiros como de representantes das regionais – ou queixas sobre o tratamento pouco atencioso dos gabinetes dos prefeitos regionais ao CPM. Outro tema muito recorrente são as denúncias de irregularidades nos bairros e distritos ou o atraso de cumprimento de compromissos da prefeitura regional nas localidades. Outra questão muito frequente nas reuniões são as demandas trazidas para serviços e obras em bairros, embora seja frequente lembrarem nas reuniões que determinadas reclamações nesse sentido deveriam ser enviadas às praças de atendimento das prefeituras regionais, e não aos CPM. A depender da necessidade, os conselheiros organizam comissões e grupos de trabalhos sobre temas específicos, e realizam contatos ou reuniões fora do momento das reuniões ordinárias, e a partir disso fazem estudos e sugestões para solucionar algum problema específico. Os CPM foram ainda consultados para a consolidação dos Planos Regionais das Subprefeituras, embora alguns conselheiros de CPM específicos tenham relatado que não houve uma discussão tão intensa sobre o tema, apesar da importância do mesmo.

Após a análise das diversas dimensões que impactam o processo participativo, alguns desafios e potencialidades na atuação dos CPM ganharam destaque de acordo com os levantamentos feitos nas reuniões ordinárias e nos

diálogos com os conselheiros. Os principais limites e desafios estão elencados nos tópicos a seguir.

Os limites orçamentários das prefeituras regionais e dos CPM

Os conselhos participativos municipais são instâncias que atuam institucionalmente no âmbito das prefeituras regionais. Nesse sentido, mesmo sabendo de antemão seu caráter estritamente consultivo, faz-se necessário compreender o nível de autonomia e poder de ação concreto da instituição que o abriga – as prefeituras regionais – para ter uma indicação da possibilidade das decisões dos CPM redundarem em mudanças significativas na geografia da cidade – considerando a hipótese de os prefeitos regionais acatarem às formulações dos CPM.

Um dos elementos fundamentais para se verificar o nível de autonomia de um ente político do Estado é a quantidade de recursos econômicos que ele detém e as possibilidades de realização de investimentos. Afinal, é por meio de recursos financeiros que se contratam pessoas, prestadores de serviços, realizam-se obras e outros tipos de investimentos. Além da posse de quantidade de recursos financeiros, é importante também verificar a forma de arrecadação desses recursos e o grau de liberdade que a unidade político-administrativa ou os gestores possuem de realizar investimentos novos. No caso das prefeituras regionais, os recursos são repassados pelo tesouro municipal e não há uma norma que contenha critérios específicos sobre esses repasses, fazendo com que as destinações orçamentárias sejam flutuantes a depender do governo ou da circunstância, e ainda das relações executivo e legislativo para a liberação de emendas parlamentares destinadas a localidades específicas do município.

A tendência de 2003 a 2016 foi um leve aumento das despesas totais do município com as prefeituras regionais, ultrapassando o patamar de R$ 1 trilhão em 2014. Entretanto, quando se verifica os recursos das prefeituras regionais em relação ao total de despesas municipais, a tendência é declínio, conforme o Gráfico 1:

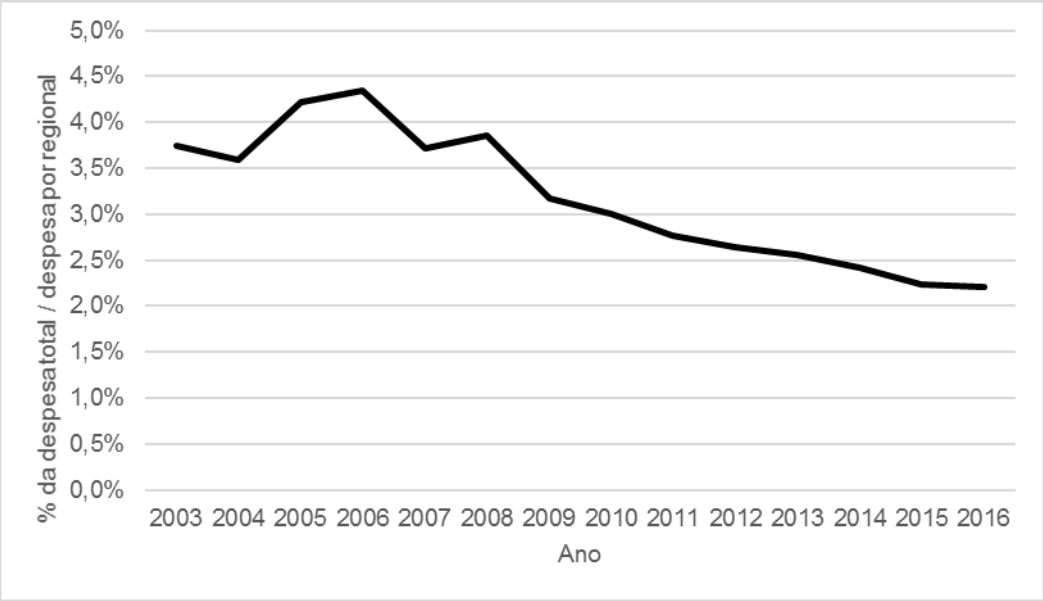


Gráfico 1 – Participação (%) das prefeituras regionais nas despesas liquidadas totais no Município de São Paulo entre 2003 e 2016
Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal da Fazenda. Quadro detalhado da despesa – Exercícios 2003 a 2016. Elaborado pelo autor.
Nota: O total das despesas com as prefeituras regionais levou em consideração os aportes das regionais em si, mas também da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, inclusive às rubricas dessa unidade provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB).

De 2003 até 2006, nos primeiros anos das então subprefeituras, houve aumento relativo de despesas – em consonância com o discurso de empoderamento local –, chegando a 4,4% do total das despesas totais do município em 2006. Nos anos seguintes, observa-se uma tendência geral de redução relativa dos gastos, chegando a 2,2% em 2016. Dessa forma, percebe-se que o aumento das receitas municipais não é acompanhado de incremento proporcional de receitas às prefeituras regionais – esse quadro seria ainda pior se fosse considerada a inflação no período. Apesar dos diferentes governos municipais discursarem em favor da descentralização administrativa, o que se viu foi num intervalo de quase 15 anos os gastos relativos com as prefeituras regionais serem reduzidos pela metade.

De modo geral, pode-se afirmar que as despesas com os governos descentralizados é pequena em face ao tamanho dos gastos municipais, as despesas vêm gradualmente se reduzindo do ponto de vista relativo no decorrer dos últimos quinze anos, há falta de critérios para distribuição dos recursos existentes, bem como desigualdade nessa distribuição, e por fim os

CPM possuem verba quase simbólica e não possuem voz na definição do orçamento geral da cidade. Tratam-se de condições que obstaculizam de maneira muito significativa a possibilidade de atuação das prefeituras regionais, e consequentemente dos CPM[*]. Esse quadro de distribuição de recursos para as prefeituras regionais leva a ideia de que, na perspectiva orçamentária, as secretarias setoriais são priorizadas em relação às estruturas descentralizadas.

A relação entre as prefeituras regionais e os conselhos participativos municipais

Um dos maiores desafios verificados no processo de inserção nas reuniões dos CPM foi a relação entre as prefeituras regionais e os conselheiros. Formalmente, essas duas instâncias deveriam cooperar para gerir o território sob sua jurisdição, seja na execução de obras simples, como no desenvolvimento de instrumentos mais sofisticados de planejamento e intervenção urbana, como os Planos Regionais Estratégicos e nos Planos de Ações das Subprefeituras.

Apesar das diretrizes legais, o que se observa na prática há uma grande distância entre os gabinetes das prefeituras regionais e os membros dos conselhos participativos, distância essa quase sempre de responsabilidade dos gabinetes e dos prefeitos das regionais. Todos os conselhos visitados durante a pesquisa possuem um interlocutor – integrante do governo regional no respectivo CPM –, para servir como canal de diálogo, levar as reivindicações dos conselheiros ao prefeito regional, prestar contas, ajudar na organização das reuniões, etc. Contudo, houve numerosas reclamações de conselheiros relatando que muitas vezes nem mesmo o interlocutor comparecia às reuniões. Mesmo quando o interlocutor é ativo, não significa que a prefeitura regional dê satisfações do andamento da gestão das regionais ao CPM – houve diversas reclamações sobre atitudes de prefeitos regionais que ignoram os pedidos dos conselhos. A presença dos prefeitos e prefeitas regionais em reuniões dos

[*] Apenas R$ 230.736,10 foram gastos com os CPM em todas as prefeituras regionais em 2016. Isso perfaz 0,017% do total das despesas com prefeituras regionais, e uma média de R$ 7.210,50 por CPM. Em verdade, os valores destinados aos CPM acabam sendo utilizados apenas para cobrir pequenas necessidades do fórum, como um computador próprio para realizar as atas, materiais de papelaria, etc

CPM são raríssimas, em geral para cumprir algum protocolo, como acompanhar uma autoridade ou para tratar algum assunto de grande urgência.

Nos casos mais raros em que há uma relação de cooperação e proximidade entre prefeituras regionais e CPM, coloca-se um outro problema: a alegação da incapacidade dos gestores atenderem às solicitações do conselho, seja por limitações de atribuição administrativa, seja por restrições orçamentárias. Há, na visão de alguns conselheiros, falta de prioridade política para se colocar em prática as solicitações dos conselhos.

Os grupos políticos nos conselhos participativos

Um dos assuntos mais levantados nos relatos dos conselheiros foi a presença de grupos políticos organizados nos conselhos participativos, tanto os de cunho partidário, quanto aqueles ligados a associações civis e movimentos sociais. Há consenso de que uma parte bastante expressiva dos conselheiros eleitos sejam oriundos de grupos desse tipo, mas possivelmente não chega a ser a maioria.

No geral, a avaliação dos conselheiros sobre o assunto dos grupos políticos é dúbia: por um lado, valorizam o poder de mobilização desses grupos, e pensam que podem somar forças na atuação do CPM, por outro repudiam a falta de compromisso que alguns desses grupos possuem com os territórios em si, pois têm prioridades maiores com a preparação de campanhas para cargos legislativos. Houve relatos de grupos eleitos por influência de vereadores, partidos ou movimentos sociais que se ausentam abruptamente dos CPM após pouco tempo de atuação.

No âmbito da gestão das prefeituras regionais, os acordos entre grupos políticos podem distribuir gestores vinculados a determinados partidos para ajudar na governabilidade. De forma que fatores políticos podem inibir o aprofundamento dos mecanismos participativos. Grin (2015), ao comentar os primeiros anos da implementação das subprefeituras afirma que:

> O debate sobre a participação popular esteve na agenda do governo desde seu início, mas a estratégia de estreitar os vínculos do PT com os movimentos sociais, além de estimular a participação local, foi

> secundarizada pelo governo municipal. A importância que os vereadores ganharam como fiadores da governabilidade reduziu o "participacionismo" a um papel secundário na política do Executivo.

A questão das ausências de conselheiros e munícipes

Talvez o maior dos desafios relativos ao funcionamento dos CPM seja a baixa proporção de conselheiros presentes nas reuniões em relação ao total de conselheiros eleitos. Há muitas desistências e alguns dos conselheiros simplesmente nunca aparecem, nem mesmo na posse. Essas ausências de conselheiros eleitos pode ser considerada um sintoma de um problema maior, que seria a queda de legitimidade e representatividade do CPM como um todo. A comparação da concorrência – relação candidato por vaga – nas eleições, na tabela a seguir, permite verificar em mais detalhes esse fenômeno.

Prefeitura Regional	Candidato/ Vaga 2013	Candidato/ Vaga 2015	Candidato/ Vaga 2017	Variação 2013 para 2015	Variação 2015 para 2017
São Paulo	**2,5**	**2,1**	**1,5**	**-13,9%**	**-30,4%**
Cidade Tiradentes	3,7	2,4	3,1	-36,4%	32,2%
Jabaquara	2,8	2,6	3,1	-5,9%	19,8%
Campo Limpo	2,8	1,1	2,8	-59,9%	148,6%
Parelheiros	2,9	3,3	2,6	12,3%	-18,9%
Sapopemba	2,5	2,3	2,4	-6,2%	2,4%
Cidade Ademar	2,5	2,7	2,3	8,0%	-16,5%
São Miguel Paulista	2,9	3,2	2,2	12,1%	-31,9%
Guaianases	1,5	3,0	2,2	107,9%	-28,2%
Perus	3,2	1,5	2,0	-53,3%	33,3%
Capela Do Socorro	1,9	1,8	1,8	-1,9%	-4,7%
Itaquera	2,9	2,3	1,7	-23,0%	-22,7%
Freguesia Do Ó/Brasilândia	2,5	2,1	1,7	-15,1%	-18,3%
Vila Maria/Vila Guilherme	2,7	2,2	1,6	-20,7%	-23,8%
Pirituba/Jaraguá	2,1	2,3	1,6	10,1%	-29,3%
Penha	2,5	2,0	1,6	-18,4%	-23,0%
São Mateus	2,4	2,4	1,6	-0,4%	-35,1%
Vila Prudente	2,4	1,7	1,5	-29,3%	-8,0%
Lapa	1,4	1,6	1,4	10,1%	-11,3%
Jaçanã/Tremembé	2,9	2,4	1,4	-18,1%	-42,3%
Casa Verde/Cachoeirinha	3,3	1,8	1,4	-44,0%	-25,4%
Vila Mariana	1,8	1,7	1,4	-5,6%	-20,2%
Butantã	2,3	1,5	1,3	-35,5%	-7,5%
Itaim Paulista	3,8	2,9	1,3	-22,2%	-55,2%
M'Boi Mirim	3,1	1,7	1,3	-43,4%	-24,9%
Ermelino Matarazzo	2,3	1,6	1,3	-30,2%	-19,0%
Aricanduva/Vila Formosa	2,3	2,5	1,3	5,8%	-49,6%
Pinheiros	1,5	1,3	1,2	-16,7%	-5,5%
Santo Amaro	2,1	2,8	0,8	34,4%	-73,2%
Sé	1,6	2,2	0,7	41,3%	-66,1%
Ipiranga	3,0	3,1	0,7	1,4%	-75,9%
Santana/Tucuruvi	3,0	2,0	0,6	-33,3%	-68,8%
Mooca	2,0	1,6	0,5	-17,9%	-71,5%

Tabela 1 - Concorrência (candidato/vaga) e variação percentual da concorrência nas eleições dos CPM entre 2013 e 2017, por prefeitura regional.

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Relações Governamentais (resultado das eleições de 2013; 2015 e 2017). Elaborado pelo autor.

Nota: A tabela está ordenada a partir da relação candidato/vaga em 2017. Contabilizaram-se todas as vagas, inclusive às reservadas a imigrantes

Observa-se na comparação entre os dados que houve uma queda generalizada da concorrência para os CPM nos territórios paulistanos. Percebe-se que, apesar da queda, as prefeituras regionais que permanecem com maior concorrência são algumas das mais periféricas do município, como Cidade Tiradentes, Campo Limpo e Parelheiros. Nota-se pela tabela que na grande maioria das prefeituras regionais houve queda na concorrência ao se comparar duas eleições anteriores, portanto trata-se de um fenômeno bem definido.

Essa queda de interesse da população pelos CPM não é atribuída pelos conselheiros ativos por questões de acessibilidade, falta de tempo, dinheiro ou por desconhecimento das estruturas político-administrativas da cidade. As pessoas que foram ouvidas tenderam a responder que a queda no interesse ocorreu pela falta de resultados práticos da participação, pelo desinteresse das prefeituras regionais – que não divulgam corretamente o CPM – e até mesmo pela dificuldade de adaptação de alguns conselheiros com as dinâmicas das reuniões ordinárias, que seriam cansativas demais considerando o baixo resultado prático imediato do encontro.

Diante do quadro de crescentes ausências de conselheiros e baixa participação dos munícipes nas eleições, em 2017 o governo optou por reduzir o número de vagas de conselheiros, com a alegação de que essa redução poderia aumentar a competividade e fazer com que os conselheiros eleitos fossem mais identificados com seus eleitores[*]. A representatividade que antes era de um conselheiro para cada 10.000 habitantes de prefeituras regionais, caiu de um para cada 30.000 habitantes[†]. No total, houve uma queda de 50,9% do total de vagas para os CPM. Contudo, o que se viu foi que mesmo com uma ampla redução no número de vagas, a concorrência em 2017 mais uma vez foi reduzida. Dessa forma, percebe-se que no médio prazo o não enfrentamento do problema das ausências pode esvaziar os CPM até o ponto de algum governo dissolvê-las.

[*] A gestão municipal foi criticada pela medida, principalmente pelo argumento de que não há qualquer impacto orçamentário que a justifique, na medida em que o único gasto significativo com os CPM se refere ao processo eleitoral. No entanto, o então secretário municipal de Relações Governamentais, Milton Flávio, argumentou que a medida foi tomada em razão da baixa frequência de conselheiros em algumas reuniões e ainda alegou que a medida não impactaria a participação social por se tratar de um fórum consultivo (G1 SP, 2017).

[†] Segundo o Decreto Municipal nº 57.829/2017.

Projetos aprovados no âmbito dos CPM colocados em prática nos territórios

Uma das maiores queixas dos conselheiros ouvidos informalmente durante as reuniões é a pouca efetividade da atuação política nos CPM, em razão do conselho ter pouco poder de influência junto à prefeitura regional, além desta ter pouco poder de realização diante de suas limitações administrativas e orçamentárias. Nesse sentido, não é surpreendente a constatação de diversos conselheiros de que não houve conquistas significativas para os territórios como resultado de processos decisórios dos CPM.

Por outro lado, quando os conselheiros eram formalmente entrevistados por meio do questionário, foi bastante surpreendente notar nas respostas que houve grande variabilidade nos resultados atribuídos a atuação dos conselhos, pois embora alguns CPM tenham alegado não ter nenhuma conquista significativa para o seu território, outros citaram realizações muito importantes. Um exemplo do pessimismo sobre a atuação do CPM ocorreu na Prefeitura Regional da Sé, na qual os entrevistados foram unânimes ao afirmar que não houve nenhuma mudança significativa nos bairros, alguma obra ou intervenção no espaço urbano. Em contrapartida, no CPM de Cidade Ademar os conselheiros atribuem a construção de 3.680 moradias no bairro Jardim Apurá e a construção 2 piscinões à atuação do CPM. Independente da possibilidade dessas conquistas terem ou não essa origem, é um fato digno de atenção os conselheiros atribuírem essas obras à atuação nos conselhos. No caso específico de Cidade Ademar, observou-se uma grande articulação entre o CPM e os movimentos por moradias e outros movimentos sociais da região.

Esses resultados levam a interpretação de que, a despeito de todas as dificuldades e constrangimentos do órgão, os CPM constituem um agente capaz de contribuir, mesmo que pontual e isoladamente, na produção de fragmentos da cidade. Mas a fragilidade institucional do órgão faz com que essas realizações tenham motivação mais política, no sentido da mobilização dos conselheiros e munícipes pressionando o poder público, e menos de

atuação sistemática dos CPM enquanto órgãos de aconselhamento dos governos e gestores locais.

Considerações finais

A análise do fenômeno participativo nas prefeituras regionais da capital paulista mostra com clareza alguns dos limites desse tipo de expediente. É muito difícil vislumbrar alternativas institucionais a esses fenômenos que realmente transcendam o discurso e permitam uma genuína participação dos citadinos na definição dos rumos da cidade. A democracia representativa moderna, exaltada pelo discurso liberal como a melhor alternativa possível de sistema político, de maneira contraditória acaba por estimular a criação de instâncias participativas, ao mesmo tempo em que dificulta a ampliação do empoderamento desses canais participativos nas decisões políticas estatais. Pensamos como Lahorgue (2004, p. 63) ao afirmar que:

> [O][...] Estado continua sendo um instrumento de acumulação. O que muda é a instância: agora, municipal, abandonando a idéia de um Estado Federal como integrador do território através de políticas de desenvolvimento. Além disso [...], a idéia de um Estado formado pelo consenso significa na prática deixar as contradições na sociedade civil intactas; as contradições viram “conflitos” que podem ser administrados e mediados pelo Estado (pelo menos em sua forma municipal). Chega a ser engraçado perceber que todo este discurso a respeito do enfraquecimento do papel do Estado, da emergência de organizações não-governamentais, de novas formas de parceria entre Estado e sociedade civil, etc., no final das contas simplesmente reforça o papel do Estado na acumulação capitalista via instâncias locais (LAHORGUE, 2004, p. 63).

A pesquisa mostrou que, apesar de todas as limitações legais e operacionais das prefeituras regionais, e mais ainda de um conselho consultivo associado a elas, foram detectadas experiências relevantes de produção da geografia da cidade por intermédio da ação dos CPM. Independentemente das limitações, os conselhos criam um arranjo político diferenciado no município, fiscalizam as ações da prefeitura em âmbito local e forçam um diálogo permanente da comunidade sobre os problemas dos bairros. A pressão política de caráter mais permanente pode trazer alguns resultados práticos, conforme

observado em algumas experiências singulares. Nesse sentido, quase todas as pessoas que foram ouvidas durante as reuniões e entrevistas sobre os CPM reconheceram a importância da manutenção de instâncias participativas locais.

Percebe-se que muitos dos problemas relatados sobre as experiências dos conselhos seriam mitigados com um maior empoderamento dessas instâncias. Mas para isso ocorrer, seria necessária maior delegação de poder do município e das prefeituras regionais. Além disso, há necessidade de maiores recursos destinados a execução de medidas decididas nas instâncias participativas. No entanto, o empoderamento e maior abertura dessas instâncias poderiam causar conflitos grandes demais para serem aceitos pelo sistema estatal vigente, nos termos de uma democracia liberal.

Não se pode deixar de levar em consideração os resultados da pesquisa de Lavalle et al. (2016) que, ao analisar os padrões decisórios de diversos conselhos na cidade de Guarulhos, chegou a conclusão de que os conselhos com resultados mais exitosos, geralmente aqueles com algum tipo de indução federal, só começam a produzir decisões de modo mais sistemático a partir de alguns anos de funcionamento regular – no caso de Guarulhos, a partir a aproximadamente do sétimo ano. Embora o CPM não se enquadre nesse tipo de conselho mais robusto, o raciocínio também serve, de modo que há necessidade manter a regularidade do conselho tanto quanto possível para que ele possa começar a gerar resultados mais expressivos.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 15 jul. 2017.

Doria reduz participação popular na gestão das prefeituras regionais de SP. **G1 SP**, São Paulo, 16 ago. 2017 08h49. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-reduz-participacao-popular-na-gestao-das-prefeituras-regionais-de-sp.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2018.

GRIN, José Eduardo. Construção e desconstrução das Subprefeituras na cidade de São Paulo no governo Marta Suplicy. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol.23, n.55, set., 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782015000300119&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 jan. 2016.

LAHORGUE, Mario L. **Espaço e Políticas Urbanas**: Porto Alegre sob o governo do Partido dos Trabalhadores. Tese de Doutorado em Geografia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87459/207236.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2017.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, São Paulo , n. 84, p. 95-139, 2011 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08 ago. 2017.

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas.

Dados, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 609-650, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000300609&lng=pt&nrm=iso>. Acceso em: 08 ago. 2017.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002. Dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L13399.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013. Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a Gratificação pela Prestação de Serviços de Controladoria. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L15764.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

Decreto nº 54.156, de 1º de agosto de 2013. Regulamenta os artigos 34 e 35 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013, que dispõem sobre a criação, composição e atribuições do Conselho Participativo Municipal em cada Subprefeitura. Disponível em: <http://cmspbdoc.inf.br/iah/fulltext/decretos/D54156.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

Decreto Municipal nº 57.829, de 14 de agosto de 2017. Introduz alterações no Decreto nº 56.208, de 30 de junho de 2015, que regulamenta o Conselho Participativo Municipal em cada Prefeitura Regional, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013.

Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/decretos/D57829.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

UMA NOVA ABORDAGEM DO TERRITÓRIO: O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO[*]

Luiz Fernando Ribeiro de Sales[†]

Rubens de Toledo Junior[‡]

Resumo

Contrapondo-se a relação história entre o Direito, Estado e Território, surge o Novo Constitucionalismo Latino-Americano que nasce entre o final do século XX e início do século XXI, no sul do continente americano, especificamente na Colômbia (1991), Venezuela (1999), Equador (2008) e Bolívia (2009. Trata-se de uma nova fase do direito constitucional em que se prioriza a participação popular no controle e atuação do Estado, com reconhecimento expresso do pluranacionalismo e inovadores mecanismos de participação. Dessa forma, esse trabalho objetiva expor de que maneira e em que proporção o Novo Constitucionalismo Latino-Americano, precipuamente a experiência no Equador, com a Constituição de 2008, como produto do Direito, possibilita uma nova ressignificação política do território em toda a sua complexidade.

Palavras-chave: Novo Constitucionalismo Democrático Latino-Americano – Direito – Território

Resumen

Contraponiendo La Relación Histórica Entre El Derecho, Estado Y Territorio, Surge El Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano Que Nace Entre El Final Del Siglo Xx E Inicio Del Siglo Xxi, En El Sur Del Continente Americano, Específicamente En Colombia (1991), Venezuela (1999), Ecuador (2008) Y Bolivia (2009). Se Trata De Una Nueva Fase Del Derecho Constitucional En Que Se Prioriza La Participación Popular En El Control Y Actuación Del Estado, Con Reconocimiento Expreso Del Pluranacionalismo E Innovadores Mecanismos De Participación. El Trabajo Objetiva Exponer De Qué Manera Y En Qué Proporción El Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano, Precipitadamente La Experiencia En Ecuador, Con La Constitución De 2008,

[*] Pesquisa financiada por recursos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana.

[†] Bacharel em Direito pelo Centro Universitário AGES – UniAGES, especializando em Direito e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes – UCAM, mestrando em Estudos Latino-Americanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Membro da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano-Brasil. E-mail: luizfernando.ages@yahoo.com.br

[‡] Possui bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo (1995), estágio de pesquisa na Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne (1998) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2003). Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, atua no curso de geografia e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) desta Universidade

Como Producto Del Derecho, Posibilita Una Nueva Resignificación Política Del Territorio En Toda Su Complejidad.

Palabras Clave: Nuevo Constitucionalismo Democrático Latinoamericano - Derecho - Territorio

Pressupostos Iniciais: Breves Considerações Sobre O Novo Constitucionalismo Latino-americano

O presente trabalho pretende analisar o elemento território do Estado dentro das premissas do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, desnudando a concepção histórica entre Direito, Estado e Território seguindo, na sequência, para prismas mais recentes a respeito dessa tríade. Trata-se de pesquisa em desenvolvimento e que objetiva analisar novos redesenhos do Estado, de monista, para plurinacional e pluricultural, sendo esses resultados iniciais ao estudo a que se propôs realizar.

Antes de se adentrar as especificidades das novas abordagens possíveis ao território ante uma concepção de teoria constitucional diferente da clássica acepção de Direito, Estado e Constituição, desta vez concebida e gestada à luz das necessidades da vertente sul do continente americano, consensualmente denominada de Novo Constitucionalismo Latino-Americano, impende, primariamente, tecer considerações a respeito do que se efetivamente refere quando se discorre ao termo.

No novo constitucionalismo, entre suas diversas características sobre as quais aqui discorremos, destacam-se casos como o reconhecimento de países plurinacionais, que significam questionamento das relações entre tradicionais formas hierárquicas de organização político estatal de territórios Latino-americanos e novas formas horizontais de uso e apropriação desses territórios por parte de grupos sociais não hegemônicos", no sentido que havia sido proposto por M. Cataia (2008), em seu estudo sobre as novas formas de uso do território na América Latina.

Essa preocupação inicial destina-se evitar quaisquer dubiedades ou confusões semânticas em torno de conceitos de grafia similares, mas de significado diferente, a exemplo de constitucionalismo e principalmente

neoconstitucionalismo, que muito embora guardem aproximação história e teórica, do Novo Constitucionalismo Latino-Americanos se distanciam, pelos motivos que veremos a seguir, ou mesmo diante de sinônimos usados para o mesmo fenômeno jurídico-constitucional. Isso porque a abordagem desse momento constitucional é bastante diversificada na literatura, sendo mencionado sob outras nomenclaturas para se referir ao mesmo tema.

> Há variadas denominações para esse novo movimento: i) novo constitucionalismo latino-americano; ii) constitucionalismo mestiço; iii) constitucionalismo andino; iv) neocontitucionalismo transformador; v) constitucionalismo do sul; vi) constitucionalismo pluralista; vii) constitucionalismo experimental ou constitucionalismo transformador; viii) constitucionalismo plurinacional e democracia consensual plural do novo constitucionalismo latino-americano; ix) novo constitucionalismo indo-afrolatino-americano; x) constitucionalismo pluralista intercultural; xi) constitucionalismo indígena; xii) constitucionalismo plurinacional comunitário; xiii) o novo constitucionalismo indigenista; e xiv) constitucionalismo da diversidade; xv) constitucionalismo ecocêntrico; xvi) nuevo constitucionalismo social comunitário desde América Latina. (BRANDÃO, 2015, p. 9-11)

Entre a última década do século XX e início dos anos do século XXI, no sul do continente americano, especificamente na Colômbia (1991), Venezuela (1999), Equador (2008) e Bolívia (2009), foram deflagrados novos processos constituintes como resultado de intensa luta popular com o desiderato romper o secular paradigma colonial de pensamento que se instalou no continente desde os tempos das expedições luso-hispânicas.

Ao conjunto desses acontecimentos políticos que se vivenciaram nos Países sul-americanos acima citados e que culminaram na promulgação de novos textos constitucionais no interstício compreendido entre o final e o início dos séculos XX e XXI, respectivamente, há relativo consenso de denominá-lo de Novo Constitucionalismo Latino Americano, apesar das diversas nomenclaturas que são usualmente utilizadas para tratar do tema, conforme mencionado alhures.

Outro fator que contribui para a diversidade de denominação é que toda essa experiência político-constitucional é bastante recente. As Constituições da Bolívia (2009) e Equador (2008), que constituem o apogeu do movimento,

ainda sequer completaram 10 anos de promulgadas, razão pela qual ainda não há consolidada sistematização doutrinária quanto ao tema.

Sem embargo essa imprecisão conceitual, alguns autores se destacam internacionalmente como principais teóricos desse movimento, servindo de base para qualquer debate quanto à matéria. Dentro desse rol, inconteste são os nomes dos juristas espanhóis Roberto Viciano Pastor e Rubén Martinez, e da peruana Raquel Z. Yrigoyen Fajardo.

No Brasil, a temática ainda é pouco explorada pela academia, embora venha crescendo gradualmente nos últimos anos, muito em parte graças aos esforços de pesquisadores da envergadura de José Luiz Quadro Magalhães, Antônio Carlos Wolkmer, José Ribas Vieira, Pedro Brandão, Enzo Belo, Gladstone Leonel Júnior entre outros.

E, para os limites desse trabalho, será feita uma análise mais detalhada das concepções levadas adiante por Roberto Viciano Pastor, Rubén Martinez Dalmau, Raquel Z. Yrigoyen Fajardo.

O Novo Constitucionalismo Latino-Americano, como demonstrado até aqui, constitui-se numa teoria constitucional que prima pela legitimidade democrática da Constituição em seus mais diversos matizes, desde a ativação do Poder Constituinte, até sua promulgação, submetida ao crivo popular via *referendum,* bem como por ser comprometida com a reestruturação da organização estatal, que passa a priorizar diversos mecanismos de participação popular na propositura, fiscalização e controle de atos politico-jurídicos de grande relevância no âmbito de um Estado Constitucional e Democrático de Direito.

Ademais, outra característica que também pode ser atribuída ao Novo Constitucionalismo Latino-Americano, como bem ressaltam Dalmau e Pastor (2014), é que se constituem como movimentos “sem pais” e ainda em face de sistematização, o que significa dizer, respectivamente, que 1) não são frutos, necessariamente, de estudos acadêmicos levados a termo dentro dos muros de universidades, mas, sim, de movimentos sociais populares no âmbito de alguns países da América do Sul e desdobrados com a presença de alguns

traços que os caracterizam, como veremos adiante e 2) assim como se encontra em face de um processo de maturação conceitual, nesse sentido:

> [...] el nuevo constitucionalismo latinoamericano es un fenómeno surgido en el extrarradio de la Academia, producto más de las reivindicaciones de los movimientos sociales que de los profesores de Derecho Constitucional. Y consiguientemente, carece de uma cohesión y articulación como sistema cerrado de análisis y proposición de un modelo constitucional (DALMAU; PASTOR, 2014, p. 3-4).

Em síntese, como se pode depreender do que foi exposto até aqui, entende-se como pertencente ao Novo Constitucionalismo Latino-Americano um conjunto de processos político-constitucionais de ruptura com a história local no constitucionalismo, marcadamente eurocêntrica quanto ao modo de pensar a produção e a realização do Estado e do Direito, em busca de caminhos mais originais, que englobem a diversidade, os anseios domésticos, promovendo, precipuamente, a inclusão e a emancipação sociais nos mais diversos âmbitos da vida institucional de um País, sendo as Constituições da Colômbia (1991), Venezuela (1999) e principalmente Equador (2008) e Bolívia (2009) suas manifestações empíricas.

Nos dizeres dos juristas da *Universitat de València,* as novas Constituições Latino-Americanas advindas desse novo movimento apresentam algumas características comuns, tornando possível uma análise sistemática da estrutura das mesmas, sendo estas de natureza formal e material. Segundo os constitucionalistas espanhóis, as Constituições do *nuevo constitucionalismo,* sob o aspecto formal, apresentam as seguintes características:

> A todo ello cabe añadir que han sido cuatro las características formales más han caracterizado al nuevo constitucionalismo: su contenido inovador (originalidade), la ya relevante extensión del articulado (amplitude), la capacidade de conjugar elementos técnicamente complejos con un linguaje asequible (complejidad), y el hecho de que se apuesta por la activación del poder constituyente del Pueblo ante cualquer cambio constitucional (rigidez). (DALMAU; PASTOR, 2012, p. 172)

Sob o aspecto material, conforme já antecipado acima, também são quatro as características comuns entre as Constituições advindas do Novo

Constitucionalismo Latino-Americano, sendo elas, à luz dos ensinamentos de Dalmau e Pastor (2012): 1) intensificação da participação popular; 2) a constitucionalização de novos direitos; 3) normatividade constitucional e 4) participação mais ativa do Estado na economia.

Outro nome que igualmente se destaca na seara do Novo Constitucionalismo LatinoAmericano é o da peruana Raquel Z. Yrigoyen Fajardo.

Suas pesquisas dão especial ênfase ao papel que os povos originários tiveram no decorrer dos recentes processos constituintes vivenciados no continente, bem como para o caráter descolonial e emancipador que as Constituições do Novo Constitucionalismo LatinoAmericano apresentam como elemento genético principal.

Las novedades constitucionales introducidas en el horizonte del constitucionalimo pluralista (con diversos niveles de implementación em la práctica) suponen rupturas paradigmáticas respecto del horizonte del constitucionalismo liberal monista del s. XIX y del horizonte del constitucionalismo social integracionista del s. XX, llegando a cuestionar el mismo hecho colonial (FAJARDO, 2010, p. 1).

Nesse sentido, precisas são as palavras de Brandão, (2015, p. 25), “A autora peruana Raquel Yrigoyen Fajardo tem como preocupação fundamental analisar a dinâmica dos povos indígenas e a sua inserção no processo constitucional de alguns países latino-americanos.”

Implicações Do Novo Constucionalismo Latino-americano Na Concepção Do Território

A brevidade desse espaço para discutir com mais profundidade o tema impede que façamos maiores e necessárias digressões a respeito do tema e suas interseções com a geografia. Como dito no item acima, o Novo Constitucionalismo Latino-Americano é fruto do engajamento político dos povos indígenas e comunidade campesinas após grandes esforços para conter a agenda neoliberal no continente que resultou na eleição de líderes progressista para o cargo de chefe da Nação, que uma vez no comando do governo central

deflagraram verdadeiras revoluções jurídicas, políticas, econômicas e sociais, resultado em novas Constituições, que como antecipado acima promulgou catálogo extenso de novos direitos.

Dentre as inúmeras inovações, destaca-se a incorporação ao status de norma constitucional das cosmovisões do pensamento indígena por meio da institucionalização do pluralismo cultura e jurídico, com maior envergadura no Equador e na Bolívia, bem como a relevância que a participação popular soberana e democrática ganha a partir de então. Disso resultou o rompimento com a tradicional forma de concepção e exercício do poder estatal, uno e indivisível, em face dos cidadãos/súditos nos domínios de seu território, na medida em que passa a reconhecer como nação as etnias dos povos indígenas.

O exemplo mais rotundo dessa afirmação é dado pela Constituições da Bolívia, porquanto a passa a reconhecer o país como plurinacional, dando maior autonomia aos territórios indígenas e seus habitantes, alcançando, inclusive, a possibilidade de aplicação de direito consuetudinário, a instituição de justiça indígena, etc. Sobre o ponto específico da autonomia dos povos ameríndios a mesma está consolidada logo no Art. 2º da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia:

> Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley.

A possibilidade de existência de polos distintos de exercício de poder político, ainda que haja certa confluência em direção governo central do País, visto que existe determinado procedimento para o reconhecimento dessa autonomia, revela, conforme afirma Leonel Júnior citando Jorge Viaña, “[...] a possibilidade de desestruturar as lógicas liberais e reconstruir formas de autogoverno. As autonomias indígenas apresentam germes dessa possibilidade apontada no Estado Plurinacional.” (2015, p. 211). Evidentemente, o esse modelo de organização do Estado não se modificou,

nem se modificará, abruptamente, mas em processo paulatino, com momentos de pico e outros de retardo, podendo ainda apresentar apego a modelos de centralização do passando, obstaculizando o andamento do processo:

> Os indígenas que vivem em áreas autonômicas estão representados e participam dos órgãos centrais do Estado, mas falam desde uma representatividade territorial formal limitada ao Departamento; ou seja, a fala desse povos não partem diretamente dos próprios territórios, mas dos seus territórios localizados nos respectivos Departamentos. Percebem-se as contradições na construção do Estado Plurinacional de forma mais nítida, pois parte da estrutura colonial ainda permanece. (LEONEL JÚNIOR, 2015, p. 215)

Sem embargo essa advertência, incumbe pontuar que já existem regiões autônomas de povos indígenas em pleno reconhecimento e funcionamento na Bolívia, resultado em novas perspectivas empíricas nas relações entre Direito, Estado e Território.

Outro ponto que também merece atenção na ressiginificação do território diz respeito aos novos mecanismos de participação popular, os quais possibilitam que microrregiões de um país influenciem mais direta e efetivamente nas principais instância de poder sem a necessária aquiescência ou apoio político de outras províncias ou regiões do Estado.

Se as Constituições liberais regulam o processo decisório levando em consideração a maioria da manifestação do povo, o que seria a suposta vontade geral de Rousseau, diluindo, assim, a influência de estratos sociais minoritários ou de regiões mais marginalizadas no processo político nacional, as Constituições advindas do Novo Constitucionalismo Latino-Americano resgata a força política destes, ao instituir mecanismo de participação popular mais democráticos e acessíveis ao povo.

Nesse sentido, pode-se ter uma compreensão da importância da participação popular na defesa e reforma da Constituição a partir dos procedimentos de reforma constitucional previstos na Constituição equatoriana de 2008, vejamos:

> Capítulo tercero Reforma de la Constitución
> Art. 441.- La enmienda de uno o varios artículos de la Constitución que no altere su estructura fundamental, o el carácter y elementos

> constitutivos del Estado, que no establezca restricciones a los CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DEL ECUADOR 2008 derechos y garantías, o que no modifique el procedimiento de reforma de la Constitución, se realizará:
> 1. Mediante referéndum solicitado por la Presidenta o Presidente de la República, o por la ciudadanía con el respaldo de al menos el ocho por ciento de las personas inscritas en el registro electoral.
> 2. Por iniciativa de un número no inferior a la tercera parte de los miembros de la Asamblea Nacional. El proyecto se tramitará en dos debates; el segundo debate se realizará de modo impostergable en los treinta días siguientes al año de realizado el primero. La reforma sólo se aprobará si obtiene el respaldo de las dos terceras partes de los miembros de la Asamblea Nacional.
> Art. 442.- La reforma parcial que no suponga una restricción en los derechos y garantías constitucionales, ni modifique el procedimiento de reforma de la Constitución tendrá lugar por iniciativa de la Presidenta o Presidente de la República, o a solicitud de la ciudadanía con el respaldo de al menos el uno por ciento de ciudadanas y ciudadanos inscritos en el registro electoral, o mediante resolución aprobada por la mayoría de los integrantes de la Asamblea Nacional.

Mas não é só. Existem outros mecanismos de canalização da vontade popular com impactos relevantes na vida política da nação, a exemplo da *revocatoria del mandato,* que permite a destituição de autoridades eleitas, inclusive o Presidente da República, antes do término do seu mandado, prevista na Constituição do Equador em seu art. 105:

> Art. 105.- Las personas en goce de los derechos políticos podrán revocar el mandato a las autoridades de elección popular.
> La solicitud de revocatoria del mandato podrá presentarse una vez cumplido el primero y antes del último año del periodo para el que fue electa la autoridad cuestionada. Durante el periodo de gestión de una autoridad podrá realizarse sólo un proceso de revocatoria del mandato.
> La solicitud de revocatoria deberá respaldarse por un número no inferior al diez por ciento de personas inscritas en el registro electoral correspondiente.
> Para el caso de la Presidenta o Presidente de la República se requerirá el respaldo de un número no inferior al quince por ciento de inscritos en el registro electoral.

Apesar de o voto ser computado abstratamente, tal qual é feito nas democracias liberais, ao se permitir que determinado percentual do eleitorado do país convoque importantes consultas de impacto nacional ou que proponha emendas à *Lex Mater* possibilita um novo engajamento político de regiões de uma País em defesa de seus interesses, isso pode ser ainda melhor visualizado quando cotejado a países que apresentam acentuadas

desigualdades de uma região para outra, desde do ponto de vista de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o Novo Constitucionalismo Latino-Americano enquanto movimento eminentemente jurídico trouxe amplas novidades em suas intersecções com outros ramos do saber, alterando profundamente as estruturas clássicas do Estado e do Território, ressignificando este último para além do papel tradicional a que lhe era reservado, passando, doravante, a reconhece-lo como estrutura viva e dinâmica e com maior influência sobre o poder central.

Considerações Finais

Como é bem conhecido por todos, o Direito e seus institutos jurídicos, na visão clássica, que por muito tempo foi amplamente majoritária na história da ciência jurídica do Brasil, possui como uma de suas características a destinação de pouca atenção para a necessária e enriquecedora relação que estes precisam manter com os demais ramos do saber. Nesse sentido, perspectivas mais críticas e de cunho interdisciplinar em relação ao Direito ficaram a encargo das demais ciências humanas e sociais aplicadas.

Felizmente, novas gerações de juristas em todo o mundo passaram paulatinamente a reconhecer a não só importância, mas como a indispensabilidade dessas interseccionalidades com as demais áreas do conhecimento. Esse processo, por razões óbvias, se inicia com a aproximação do Direito à Filosofia, à Ciência Política, à Sociologia etc.

Sem embargo, o Novo Constitucionalismo Latino-Americano aprofunda, potencializa e exige esse tipo de relação, porquanto coloca a Constituição a serviço de movimentos sociais, dando voz aos seus anseios, resultando na constitucionalização de novas concepções da vida sócio-política, tais como se pode depreender do reconhecimento ou a elevação ao status de nação que as comunidades indígenas originárias passam a usufruir a partir da promulgação das novas Constituições latino-americana, proeminentemente as boliviana e equatoriana, e tudo disso decorrente: pluralismo jurídico, respeito à autonomia indígena, direito de consulta sobre decisões a serem tomadas que impactem

em seus domínios, representação mais efetiva e influente na estrutura estatal do País etc.

Esse aprofundamento reclama participação da antropologia e geografia na explicação do fenômeno jurídico, revelando-se o Novo Constitucionalismo Latino-Americano, nos termos explicados alhures, é notadamente interdisciplinar. Esse movimento constitucional eminentemente emancipador possibilita a ressignificação do território para além do status estático de mero elemento constitutivo do Estado, dando-lhe um caráter vivo em relação ao poder central, possibilitando que determinadas regiões do território participem ou influenciem mais diretamente da vida política do Estado.

Para além da já citada reconhecimento da plurinacionalidade em tudo que isso representa, que por si só já evidencia um giro de cento e oitenta graus na concepção monista do Direito, institui mecanismos de participação popular de funcionamento bastante acessível, em termos de observação de critérios de autorização, que permitem que regiões territoriais comprometidas em torno de ideias sociais, políticas e econômicas se organizem e manejem esses novos instrumentos de canalização popular, dando maior evidência as suas particularidades locais enquanto parte do Estado.

Dentro desse rol de mecanismos de participação popular ressalta-se a possibilidade de propostas de deflagração de processo legislativo de alteração do texto constitucional, de revocatória para as autoridades eleitas, caso não esteja mais afinada aos anseios populares ou não cumprimento de programa de governo, convocação sobre consulta de nova assembleia constituinte e muitos outros.

Entretanto, como já antecipado no título desse tópico, não se pretende aqui esgotar o tema sobre as relações do Novo Constitucionalismo Latino-Americano e a ressignificação do território, visto que a experiência desse movimento constitucional é ainda muito recente e, como se sabe, grandes alterações/revoluções requerem tempo para sua consolidação e maturação, restando aos pesquisadores manter atentos os olhares para o deslinde dessas novas interações do território, mas é inegável que os novos traços constitucionais revolucionou o tradicional modo de conceber o território e que

esse processo deve seguir adiante com os avanços e retrocessos inerentes quando se almeja mudanças estruturais. Vamos aguardar os novos capítulos dessa marcha social.

Referência

CATAIA, Márcio. Territorialidade estatal e outras territorialidades: novas formas de uso dos territórios na América Latina. Conflitos, desafios e alternativas. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (99). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-99.htm> [ISSN: 1138-9788]

GARGARELLA, Roberto; COURTIS, Christian. **El nuevo constitucionalismo latinoameticano: promesas e interrogantes**. CEPAL – Serie Políticas Sociales. Santiago: Naciones Unidas, 2009.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. **O novo constitucionalismo latino-americano: um estudo sobre a Bolívia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRANDÃO, Pedro. **O novo constitucionalismo pluralista latino-americano**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BOLÍVIA. Constituição (2009). **Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia**. Sucre: Congresso Nacional, Gazeta Oficial, 2009. Disponível em: <http://senado.gob.bo/sites/default/files/marconormativo/Constitucion%20Politica%20del%20Estado%20Plurinacional%20de%20Bolivia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

EQUADOR. Constituição (2008). **Constituição da República do Equador**. Quito: Assembleia Nacional, Registro Oficial, 2008. Disponível em: <http://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/private/asambleanacional/filesasambleanacionalnameuid-20/transparencia-2015/literal-a/a2/Const-Enmienda-2015.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

MARTÍNEZ DALMAU, Rúben; VICIANO PASTOR, Roberto. **Se puede hablar de um nuevo constitucionalismo latinoamericano como corriente doctrinal sistematizada?**. 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/siddharta_legale/files/2014/07/Rube%C2%A6%C3%BCn-Marti%C2%A6%C3%BCnez-Dalmau.-Se-puede-hablar-de-un-nuevo-constitucionalismo-latinoamericano-como-corrente-doctrinal-sistematizada.pdf> . Acessado em 25 abr. 2017.

MARTÍNEZ DALMAU, Rúben; VICIANO PASTOR, Roberto. **Aspectos generales del nuevo constitucionalismo latinoamericano**. In: ÁVILA LINZÁN, Luis Fernando, ed. Política, Justicia y Constitución. 1a reimp. Quito: Corte Constitucional para el Período de Transición, 2012. p. 157-186. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gob.ec/index.php/publicaciones-de-la-corte-

constitucional/product/view/2/27.html > Acesso em 26 de jun. de 2017. Acesso em: 28 jun. 2017.

YRIGOYEN FAJARDO, Raquel Zonia. **El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización**. 2010. Disponível em: http://www.mpfn.gob.pe/escuela/contenido/actividades/docs/4939_4_ryf_constitucionalismo_pluralista_2010[1].pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.

MOBILIDADE E MOVIMENTAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PROCESSOS DE EXPANSÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO/GALEÃO – ANTÔNIO CARLOS JOBIM E SEUS IMPACTOS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS CIRCUNVIZINHAS

Daniel Sant'Ana de Sousa

Resumo

O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim, desde que teve sua construção finalizada na primeira metade da década de 1950, impactou em processos de remoções em comunidades pesqueiras circunvizinhas contidas no Bairro do Galeão – XX Região Administrativa da Ilha do Governador. Sendo assim, essa pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo relacionar como os processos de construção e ampliação do Aeroporto impactaram/impactam na mobilidade e movimentação social dos moradores que residiam/residem nas comunidades de Tubiacanga, Itacolomi e Flexeiras. A metodologia da pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica concernente ao tema, bem como análise de documentos, jornais e idas a campo.

Palavras-Chave: Território, Aeroporto, Resistência

Resumo

El Aeropuerto Internacional de Río de Janeiro / Galeão - Antonio Carlos Jobim, desde que tuvo su construcción finalizada en la primera mitad de la décima de 1950, impactó en procesos de remoción en comunidades pesqueras circundantes contenidas en el Barrio del Galeão - XX Región Administrativa de la Ilha do Governador. Por lo tanto, esta investigación en desarrollo tiene como objetivo relacionar cómo los procesos de construcción y ampliación del Aeropuerto impactaron / impactar en la movilidad y movimiento social de los moradores que residían / residen en las comunidades de Tubiacanga, Itacolomi y Flexeiras. La metodología de la investigación consiste en una revisión bibliográfica con certidumbre al tema, así como análisis de documentos, periódicos y idas a campo.

Palavras-Chave: Territorio, Aeropuerto, Resistencia

Introdução

Este trabalho, que se encontra em estágio incipiente, pretende relacionar como cada obra de construção ou ampliação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim incidiram em remoções e realocações de pessoas que residiam em comunidades pesqueiras na Ilha do Governador, bem como apreender os movimentos de resistência que surgiram durante esses processos. Considerando que, de acordo com Haesbaert (2007, p. 42), o "território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza)", compreende-se a imprescindibilidade de uma reflexão que aborde as possíveis ações de resistência empreendidas pelos moradores e como os movimentos sociais resistiram/resistem aos interesses de outros agentes, – dos quais pode-se destacar o poder público e o capital privado – , durante as seguidas transformações do aeroporto. Para isto, o recorte da pesquisa consiste na XX Região Administrativa da Ilha do Governador[*], tendo como foco os bairros mais afetados pelas expansões do aeroporto, que são Flexeiras, Itacolomi e Tubiacanga.

Assim, o objetivo geral relacionar como os processos de construção e ampliação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim impactaram/impactam na mobilidade e movimentação social dos moradores que residiam/residem nas comunidades pesqueiras circunvizinhas.

A metodologia proposta para abordar esta temática concerne, inicialmente, a pesquisa de natureza teórico-bibliográfica, recorrendo à literatura que possibilite maior conhecimento do campo teórico. Esta etapa encontra-se em estágio de desenvolvimento. Compreende-se que o conceito de território viabiliza reflexões que transcendem a materialidade presente no

[*] Os moradores da Ilha do Governador acompanharam a obra mais impactante já presenciada na localidade, tanto do ponto de vista social, como do ambiental, pois "para a construção do aeroporto foram desapropriados mais de 14 milhões de m², áreas enormes foram aterradas, ecossistemas, até então preservados, destruídos e praias (Flexeiras, Porto Santo e Itacolomi) e morros (Tubiacanga, Caricó e Itacolomi) simplesmente desapareceram (TENREIRO, 2014, p. 23)".

conceito de espaço social, uma vez que evidencia que as relações de poder que eclodem em lutas sociais e movimentos de resistência.

Entretanto, para entender o conceito de território, deve-se partir do conceito-chave para geografia, o espaço, afim de desenvolver uma discussão que permita identificar a importância do espaço social que, de acordo com Lefebvre (2007), não é neutro, e é condicionado pelas práticas sociais, sendo então palco de interesses e conflitos. Para a operacionalização deste tema, utiliza-se como base as leituras concernentes aos autores Henri Lefebvre e Marcelo Lopes de Souza, bem como Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos, com o intuito de ampliar a discussão acerca do conceito de espaço e sua articulação com o conceito de território.

O território emerge sua importância para esta pesquisa quando as diferentes intencionalidades na apropriação do espaço revelam campo de lutas e movimentos de resistências contra práticas espaciais capitalistas. Para operacionalizar esta discussão, utiliza-se a bibliografia pautada em autores como Rogério Haesbaert, Robert Sack e Marcelo Lopes de Souza, com o objetivo de dinamizar a discussão proposta do território e sua articulação com os movimentos sociais.

Considerando que a pesquisa pretende refletir em que medida as obras do aeroporto do Galeão interferiram/interferem na dinâmica das comunidades pesqueiras do entorno ocasionando seguidos processos de remoções, entende-se necessário o levantamento e a análise dos documentos históricos concernentes às obras do referido aeroporto, que tem início na década de 1950 e se estende até os dias atuais, através do acervo histórico da aeronáutica e de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de pesquisar dados técnicos relativos a construção do aeroporto do Galeão e o histórico das remoções. Esta fase de análise documental também se realizará por meio da pesquisa de jornais e revistas da época, para dimensionar o que existe de publicações sobre o tema.

Para compor o quadro de operacionalização da pesquisa, pretende-se a realização de trabalhos de campo, com idas ao bairro de Tubiacanga, com o objetivo de realizar entrevistas com os moradores, incluindo a tentativa de

contato com os antigos residentes de Flexeiras e Itacolomi, contribuindo para a aproximação com a realidade vivenciada pelos moradores, buscando compreender em que medida os impactos das remoções vivenciadas no passado desencadearam uma organização mais forte dos moradores de Tubiacanga nos tempos atuais. Desta forma, pretende-se através desta metodologia responder ao objetivo da pesquisa.

Ciclos de Remoções

A partir do exposto, a construção do Aeroporto do Galeão[*], inaugurado em 01/02/1952[†], ocasionou a remoção da comunidade pesqueira de Flexeiras que, de acordo com Tenreiro[‡] (2014), havia cerca de 500 moradores. Nilton Santos, jogador do Botafogo e da Seleção Brasileira, e morador de Flexeiras, apresenta um depoimento de como era o local:

> Flexeiras era um lugar de gente humilde, mas muito amiga. Um lugar bonito com uma praia sem poluição. O mar ainda era de águas limpas com muitos peixes, camarões e siris, uma natureza privilegiada. Tinha uma pedra enorme, a "Pedra da Cruz" ou "Pedra dos namorados", que ficava a uns 50 metros da praia. Íamos nadando até lá para ver a paisagem e também para namorar. O bairro era muito arborizado (...) um verdadeiro paraíso para os que viviam ali, apesar de toda pobreza (SANTOS, 2014, p. 1).

As remoções ocasionaram o processo de desterritorialização e, consequentemente, de reterritorialização, pois parte das famílias que residiam em Flexeiras deslocaram-se tanto para Tubiacanga – uma área que, de acordo com os relatos colhidos por Tenreiro (2014), no início da década de 1950 possuía, aproximadamente, 20 casas –, quanto para o bairro de Itacolomi. Nilton Santos, em seu livro, expõe informações importantes a respeito da

[*] Pela lei nº 9.778, de 5 de janeiro de 1999, Art. 1º "O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão, passa a ser denominado 'Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim', localizado na cidade de mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro". Retirado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9778.htm. Acesso em 23 de outubro de 2017.

[†] Fonte: RIOgaleão. Retirado em http://www.riogaleao.com/institucional/o-aeroporto/. Acesso em 23 de outubro de 2017.

[‡] Para conseguir acesso aos dados, o autor utilizou 78 questionários, além de pesquisas de campo com os moradores de Itacolomi, Flexeiras e Tubiacanga.

transferência do seu clube[*] e o fim do bairro da comunidade pesqueira de Flexeiras no ano de 1952, contudo, o autor não faz menção à construção do aeroporto enquanto processo que desencadeou tais acontecimentos. Assim, de acordo com Santos (2014)

> Em 1952, o bairro de Flexeiras acabou. O clube transferiu-se para Tubiacanga, onde funciona até hoje. O Local onde é a sede atual era um armazém do Plínio, e ele doou ao clube. Muitos moradores vieram morar em Tubiacanga, outros foram para Itacolomi (ibidem, p. 8).

Com o fim de Flexeiras em 1952 e a consequente transferência de seus moradores para outras localidades, como o bairro de Itacolomi e Tubiacanga, as comunidades pesqueiras e os bairros ao entorno do Aeroporto do Galeão viveram um período de estabilidade em relação às remoções. Contudo, de 1969 até 1977[†], planejou-se a construção de quatro terminais de embarque e desembarque de passageiros que impactaram em um novo ciclo de remoções. Durante a construção do Terminal de Passageiros I (no início da década de 1970) os moradores de Itacolomi são removidos para adiantar um possível processo de construção do Terminal de Passageiros III (TENREIRO, 2014, p.32), entretanto, até hoje, o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim só conta com os Terminais de Passageiros I e II.

Itacolomi apresentava, entre as décadas de 1950 e 1970, dois núcleos de povoamento, um constituído por antigos moradores somados aos de Flexeiras, o que representava, em média, mil habitantes, e um segundo núcleo, formado pela construção da vila operária – em que residia aproximadamente 2 mil pessoas – destinada aos funcionários civis do ministério da aeronáutica, principalmente, operários que trabalhavam na fábrica de aviões localizada no bairro do Galeão. Em ambos os núcleos as remoções aconteceram de forma arbitrária (TENREIRO, 2014, p. 29).

[*] Nilton Santos jogou pelo Flexeiras Futebol Clube. Em uma passagem de seu livro expõe que "(...) jogava no juvenil e depois integrava também a equipe principal do Flexeiras Futebol Clube. Além de camisa oficial, jogávamos de chuteiras" (SANTOS, 2014, p. 5).

[†] Fonte: RIOgaleão. Retirado em http://www.riogaleao.com/institucional/o-aeroporto/. Acesso em 23 de outubro de 2017.

Deste modo, os moradores são removidos para Nova Iguaçu, Imbariê na Baixada Fluminense, além de Tubiacanga. Hoje, Itacolomi é considerada uma "bairro fantasma", pois o fragmento que sobreviveu, constituído por pessoas que resistiram às remoções ou que ocuparam após as mesmas, está associado à Favela da Vila Joaniza, e sofre com o esquecimento do poder público[*].

A partir do exposto, é possível observar a importância de Tubiacanga para o desenvolvimento do projeto de pesquisa proposto, uma vez que se constitui em um território de resistência, não só por enfrentar às constantes tentativas de remoções, mas também por incorporar parte da população de Flexeiras e Itacolomi, que vivenciaram processos de desterritorialização no passado. Neste sentido, cabe refletir se o conhecimento adquirido de um passado de remoções vivenciado por algumas localidades da XX Região Administrativa da Ilha do Governador, tais como Flexeiras e Itacolomi, bem como a integração de moradores que residiam nestas comunidades pesqueiras, contribuem para a presença de movimentos sociais melhor articulados em Tubiacanga.

É importante ressaltar que até setembro de 2017[†] Tubiacanga não é considerado um bairro carioca. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), os bairros cariocas presentes na XX Região Administrativa da Ilha do Governador são: Ribeira, Zumbi, Cacuia, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cocotá, Bancários, Freguesia, Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Tauá, Moneró, Portuguesa e Galeão. Entretanto, Tubiacanga apresenta uma população aproximada de seis mil habitantes[‡],

[*] A reportagem do Jornal Ilha Notícias de 19/12/2014 sinaliza que: "Itacolomi, localizado ao lado da Vila Joaniza e do aeroporto é hoje um lugar abandonado. Sem asfalto, saneamento, com lixo espalhado pelas ruas e repleto de valas negras à céu aberto não é mais o lugar alegre, berço de milhares de insulanos que viveram naquele local, há mais de 30 anos." Retirado em http://www.ilhanoticias.com.br/materia/noticias/3020/itacolomi-eeacute-um-bairro-fantasma/. Acesso 23 de outubro de 2017.

[†] Tubiacanga agora é de fato bairro. Retirado em http://www.ilhanoticias.com.br/materia/noticias/5223/tubiacanga-agora-eeacute-de-fato-bairro/. Acesso 24 de outubro de 2017.

[‡] Os Estudos feitos Empresa Brasileira de Projetos (EBP) diz que Tubiacanga possui uma população de 2.425, enquanto os moradores estimam seis mil. Retirado em https://oglobo.globo.com/rio/ampliacao-do-galeao-devera-mudar-entorno-do-aeroporto-9698776. Acesso em 24 de outubro de 2017.

número superior a bairros como Zumbi, Ribeira e Cocotá – vide as respectivas populações de cada bairro no Quadro 1.

BAIRRO	**POPULAÇÃO / Total =** 212.574
Bancários	12.512
Cacuia	11.013
Cocotá	4.877
Freguesia	19.437
Galeão	22.971
Jardim Carioca	24.848
Jardim Guanabara	32.213
Moneró	6.476
Pitangueiras	11.756
Portuguesa	23.856
Praia da Bandeira	5.948
Ribeira	3.528
Tauá	29.567
Zumbi	2.016

Quadro 1: População dos Bairros da Ilha do Governador
Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Atualmente, o bairro de Tubiacanga apresenta mudanças nas características de sua população em relação ao seu passado. A atividade pesqueira não se apresenta como o principal meio de subsistência das famílias, o que demonstra maior escolaridade das novas gerações, bem como a inserção em ocupações mais valorizadas no mercado de trabalho; deste modo, sinais de pobreza extrema – característico do início da comunidade – não se apresentam na atualidade (TENREIRO, 2014, p. 46). Entretanto, os moradores do bairro vivenciam constantes ameaças de remoções, principalmente, com o processo de privatização do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim, que iniciou no primeiro semestre de 2013, quando a então Presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) mostrou-se favorável a abertura do processo licitatório de privatização dos aeroportos de Confins (Minas Gerais) e Galeão (Rio de Janeiro).

Desta forma, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) desenvolve relatórios antevendo possíveis cenários com o aumento do número de passageiros, de forma que as empresas vencedoras do processo de licitação

cumpram o acordo previamente inscrito em contrato, com o objetivo de otimizar as instalações do aeroporto para seus usuários (como construções de novos terminais e pistas para pousos e decolagem). Dentre uma série de exigências e recomendações, o que desencadeia a preocupação dos moradores de Tubiacanga está exposto no relatório concernente aos estudos de engenharia e afins*, mais especificamente no item "questão da comunidade", em que, tanto na primeira quanto na segunda proposta, recomenda-se a realocação total do bairro insulano – vide figura 1 e 2.

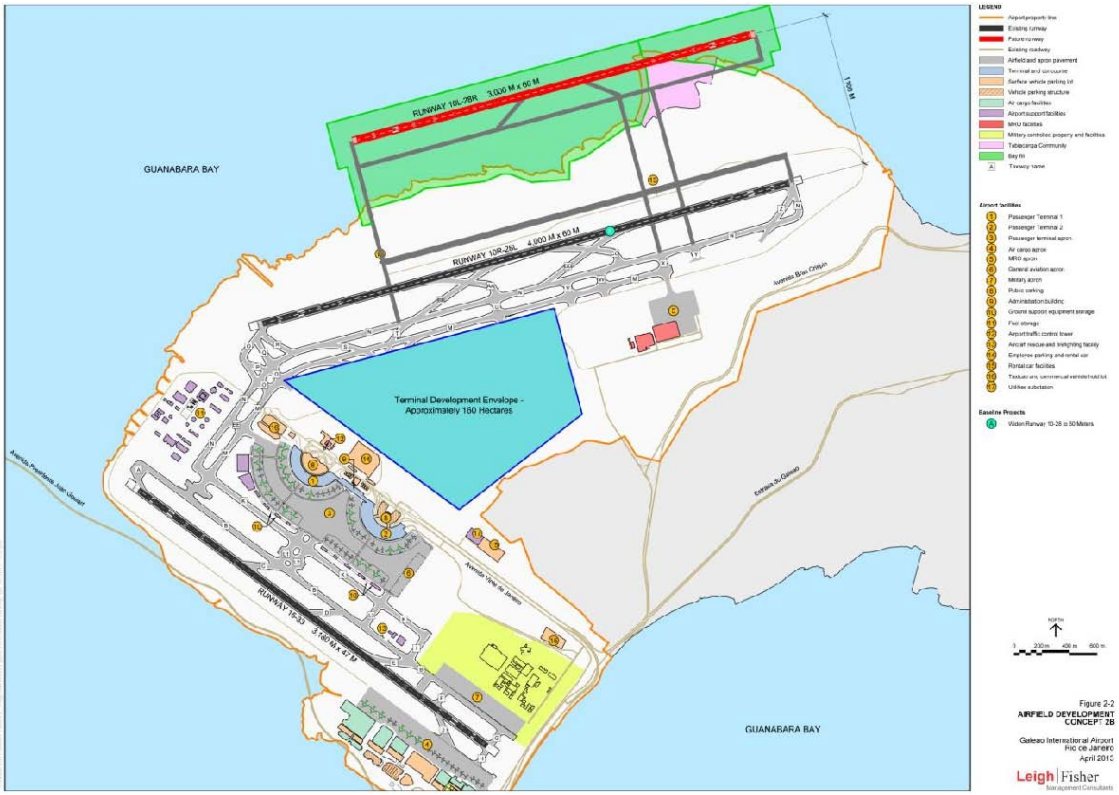


Figura 1 – Mapa relacionado a primeira proposta.
A linha de cor vermelha significa a localização da nova pista, que passaria por cima do bairro de Tubiacanga, que está representado pela cor rosa. Fonte: ANAC. Relatório 2 – Estudos de Engenharia e Afins. Abril de 2013.

* Ver os relatórios em http://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/concessoes/concessao-galeao-e-confins/estudos-de-viabilidade/gigrelatorios.rar/view. Acesso 30 de outubro de 2017.

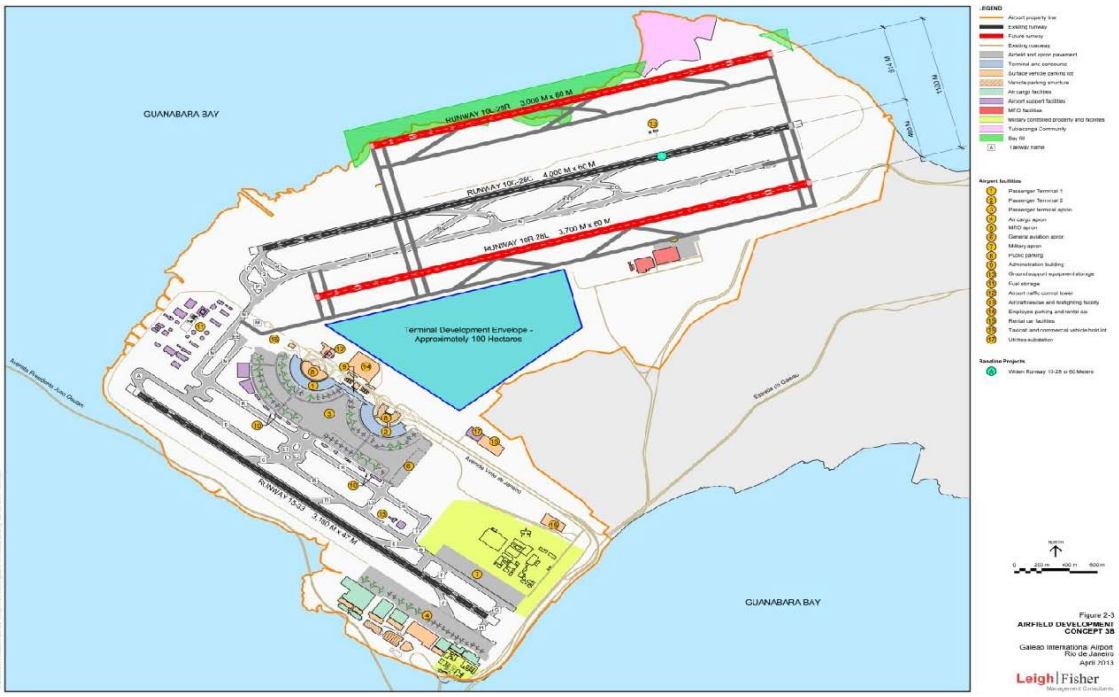


Figura 2 – Mapa relacionado a segunda proposta.
As duas linhas vermelhas representam as novas pistas que impactariam tanto em Tubiacanga, quanto em Vila Joaniza. Fonte: ANAC. Relatório 2 – Estudos de Engenharia e Afins. Abril de 2013.

A partir do desenvolvimento dos relatórios, o poder público junto com especialistas enviados pela ANAC, articularam uma audiência pública, que aconteceu na Barra da Tijuca, expondo os fundamentos técnicos para justificar as remoções, em que o principal motivo é o aumento do nível de ruído gerado pelo que tráfego aéreo na localidade. De acordo com Tenreiro (2014), cerca de 300 pessoas estavam presentes nesta reunião, entre moradores e membros da Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga (APELT), em que ouviram, além dos pareceres técnicos, as propostas para o reassentamento[*] da população do bairro, para localidades como o Jardim Gramacho e Jardim Balneário Ana Clara que se localizam no município de Duque de Caxias, a

[*] A reportagem do Globo de 28/08/2013 corrobora com o que está sendo abordado: "Com a remoção de Tubiacanga, o estudo de viabilidade do Galeão prevê quatro áreas alternativas para realocação dos moradores: uma na própria Ilha do Governador, duas em Duque de Caxias e, a mais distante, em Magé, a 65 quilômetros de distância. (...) No fim de julho, elas organizaram um protesto que complicou o acesso ao aeroporto. Atualmente, programam manifestações para as próximas semanas. Líderes comunitários afirmam que não houve diálogo para a elaboração do plano. A única audiência pública, dizem, ocorreu em junho, na Barra da Tijuca". Retirado em https://oglobo.globo.com/rio/ampliacao-do-galeao-devera-mudar-entorno-do-aeroporto-9698776. Acesso em 24 de outubro de 2017.

parte de Jardim Balneário Ana Clara que se localiza no município de Magé e uma área da Marinha do Brasil na Ilha do Governador.

A situação, aparentemente irreversível, modificou-se quando os movimentos sociais organizaram-se através de manifestações conseguindo visibilidade da população e da mídia. A principal manifestação ocorreu quando a APELT, em parceria com o Sindicato dos Aeroviários (contra a privatização do aeroporto), a Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST) e a Central Sindical e Popular CSP-CONLUTAS, organizaram o ato unificado público no dia 25 de julho de 2013[*], ocupando e paralisando a Avenida Vinte de Janeiro, via que dá acesso ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim.

Após dois meses de pressão popular contra a possível remoção dos moradores de Tubiacanga em função dos projetos de ampliação do aeroporto, em 29 de setembro de 2013, o então Ministro da Aviação Civil, Moreira Franco[†], retirou do edital de concessão a obrigatoriedade da construção da terceira pista. Entretanto, o ministro expôs que se houver o crescimento do número de voos, a remoção será inevitável, devido a necessidade de construção da terceira pista, sendo de responsabilidade do concessionário buscar alternativas de habitação.

No contrato de concessão em que a Sociedade de Propósito Específico (SPE), composto pelas empresas Odebrecht TransPort, a Changi e a Infraero, assinou em 02 de abril de 2014[‡], destaca-se um trecho do documento, contido no anexo dois do Plano de Exploração Aeroportuária, em que há a seguinte obrigação:

> Quando a demanda do sistema de pistas atingir 215.100 movimentos anuais, a Concessionária deverá apresentar à ANAC o anteprojeto e o cronograma detalhado da construção de pelo menos uma pista de

[*] Fotos e vídeos do Ato no dia 25/07/2017. Fonte: FIST blogspot. Retirado em http://fistrj.blogspot.com.br/2013/07/. Acesso em 24 de outubro de 2017.

[†] Fonte: Jornal O Dia. Reportagem: Tubiacanga fica. Retirado em http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-29/informe-do-dia-tubiacanga-fica.html. Acesso em 24 de outubro de 2017.

[‡] Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro assina contrato com a ANAC para operar o Galeão. Retirado em http://www.riogaleao.com/wp-content/uploads/2014/07/Concession%C3%A1ria-Aeroporto-Rio-de-Janeiro-assina-contrato-com-a-ANAC-para-operar-o-Gale%C3%A3o.pdf. Acesso em 24 de outubro de 2017.

> pouso e decolagem, com comprimento mínimo de 3.000 metros, projetada para aeronaves Código F, paralela à pista 10/28 existente quando da assinatura do contrato, de modo a implantar um sistema de pistas 10/28 para aproximações paralelas e independentes em operação IFR. A(s) pista(s) deve(m) ser construída(s) e estar(em) plenamente operacional(is) antes da demanda atingir 262.900 movimentos anuais (ANAC, 2014, p. 15).

Por enquanto, nos três últimos anos, desde que aconteceu a concessão para as empresas Odebrecht TransPort, Changi e Infraero, as metas traçadas para a implementação da terceira pista não estão próximas de serem alcançadas. Comparando os dados de movimentos de aeronaves relativos ao período de Janeiro à Dezembro, percebe-se que no primeiro ano de concessão, em 2014, os movimentos corresponderam a 140.471 (ano da copa do mundo organizada pela Federação Internacional de Futebol - FIFA); em 2015 esse número decai para 132.792; e em 2016, mesmo sendo ano das olimpíadas que ocorreram no Rio de Janeiro, o número de movimentos apresenta a terceira queda para 124.471. No ano de 2017, com os dados referentes de Janeiro à Setembro, o número de movimentos de aeronaves está em 9.863[*].

No entanto, os moradores, a associação de moradores e os movimentos sociais[†] de Tubiacanga, conhecendo como ocorreu o processo de remoções de Flexeiras e Itacolomi, mobilizam-se articulando ações que dificultem uma futura remoção. A primeira, já concluída, é a transformação de Tubiacanga em um bairro que faz parte da XX Região Administrativa da Ilha do Governador. A segunda, que está em andamento, é a construção de um território educativo em Tubiacanga, em que a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trabalhando em conjunto com a Parsons School of Design de Nova Iorque, possui o objetivo de produzir uma contribuição acadêmica às mudanças realizadas e propostas pelo poder público para Tubiacanga. A ideia é elaborar propostas com base em análises técnicas e participativas como instrumento de planejamento urbano das necessidades dos moradores – Vide figura 3.

[*] Fonte: RIOgaleão. Retirado em http://www.riogaleao.com/institucional/numeros-do-aeroporto/. Acesso em 25 de outubro de 2017.
[†] Como o Baia Viva e o Fórum insulano.

No caso de Flexeiras, Itacolomi e Tubiacanga, a prática da territorialização e desterritorialização permite refletir como ocorre a dinâmica das relações de poder e sua projeção no espaço, pois agentes ligados ao poder público e capital privado direcionam suas práticas espaciais voltadas para o lucro, desconsiderando os interesses dos moradores da área, removendo-os e realocando-os para outra área. Os movimentos sociais respondem a essa racionalidade do capital, em que colocam seus interesses em pauta, pois participam da construção deste território, levando em consideração mais que aspectos da manutenção da casa própria, mas evidenciando uma construção de um cotidiano de luta, de solidariedade, e aspectos vinculados à subjetividade, que são edificados ao longo do tempo.

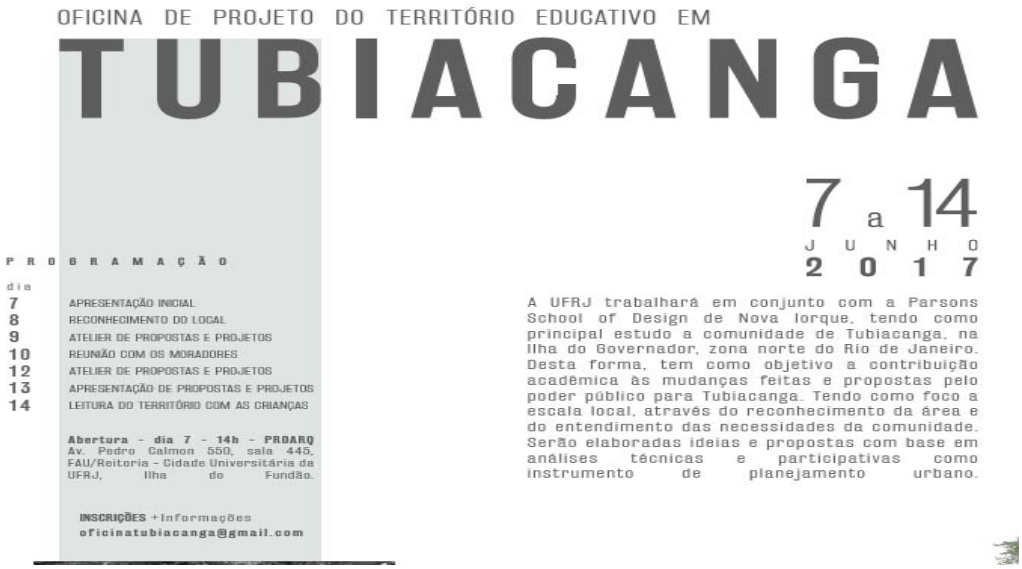


Figura 3 – Cartaz convite para oficina de projeto do território educativo em Tubiacanga promovida pela FAU-UFRJ.

Novas questões

O bairro do Galeão é alvo de diversos interesses, como o poder público (Prefeitura e Governo Federal), militar, o setor privado e, o que parece invisível, a população de Tubiacanga e da Favela da Vila Joaniza. Esses agentes constituem um complexo campo de forças que se atritam desde o início da construção do Aeroporto do Galeão.

Mais recentemente, durante a segunda metade do ano de 2017, parte das ações concernentes à empresa Odebrecht são vendidas ao grupo de Cingapura Changi Airports International (CAI), que já fazia parte da concessionária Rio Galeão. De acordo com a reportagem do Estadão de 21 de dezembro de 2017:

> A Changi passa a deter a totalidade do capital privado da operação, com 51% do total da concessionária, em parceria com a Infraero, que manteve sua fatia de 49%. O valor da transação não foi divulgado pelas empresas.
> Segundo a empresa, nesta semana todas as obrigações contratuais foram cumpridas, com o pagamento de R$ 2,5 bilhões atrelados ao pagamento de 2017 e à antecipação das outorgas de 2018, 2019 e parte de 2020, que será complementada em junho de 2018 com mais R$ 1 bilhão, conforme reprogramação dos pagamentos aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Disponível em https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,concessionaria-do-galeao-vende-fatia-da-odebrecht-e-viabiliza-operacao,70002127763. Acesso em 14 de setembro de 2018).

O que isso impacta em um possível processo de remoções? A consequência dessa aquisição ainda se encontra obscura e de difícil previsão, já que os objetivos da empresa, um deles que consiste no aumento do número de voos, depende da melhora da situação caótica do Estado do Rio de Janeiro – levando em consideração a administração do agonizante governo do Luiz Fernando Pezão (MDB) – e do próprio município – com o prefeito/pastor Marcelo Crivella (PRB).

Contudo, em 2018, um projeto de Lei Complementar Nº 57/2017 na seção IV, Artigo 5 º, indica um futuro de luta para os moradores do bairro do Galeão – Tubiacanga e Vila Joaniza –. Existe uma proposta para criação de uma nova macrozona que oriente a ocupação urbana do Município do Rio de Janeiro, que impactará a área do Galeão, sem conversar ou levar em consideração as pessoas que ali residem. Observe o que diz o inciso V da Lei Complementar:

> V - Macrozona Incentivada e Assistida e a faixa de território entre a Avenida Brasil e o limite norte do Município, incluindo os bairros do Caju, Cidade Universitária e **Galeão** e o distrito

> industrial de Santa Cruz: **adensamento econômico voltado a atividades de grande porte, particularmente industriais, de logística, tecnologia, comércio atacadista e instalação de usos institucionais e infraestrutura** (Fonte: Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislatvos/scpro1720.nsf/1ce2ce7b3cdf59b90325775900523a3f/3724a3c95d41b1348325822c00635c91?OpenDocument. Acesso em 14 de setembro de 2018. Grifos nossos).

Ou seja, ao a figura quatro que especializa a proposição contida na citação acima, percebe-se que se ignora a área de Tubiacanga e da Favela da Vila Joaniza, para criar uma Zona Espacial voltada a atividades de grande porte, logística e infraestrutura.

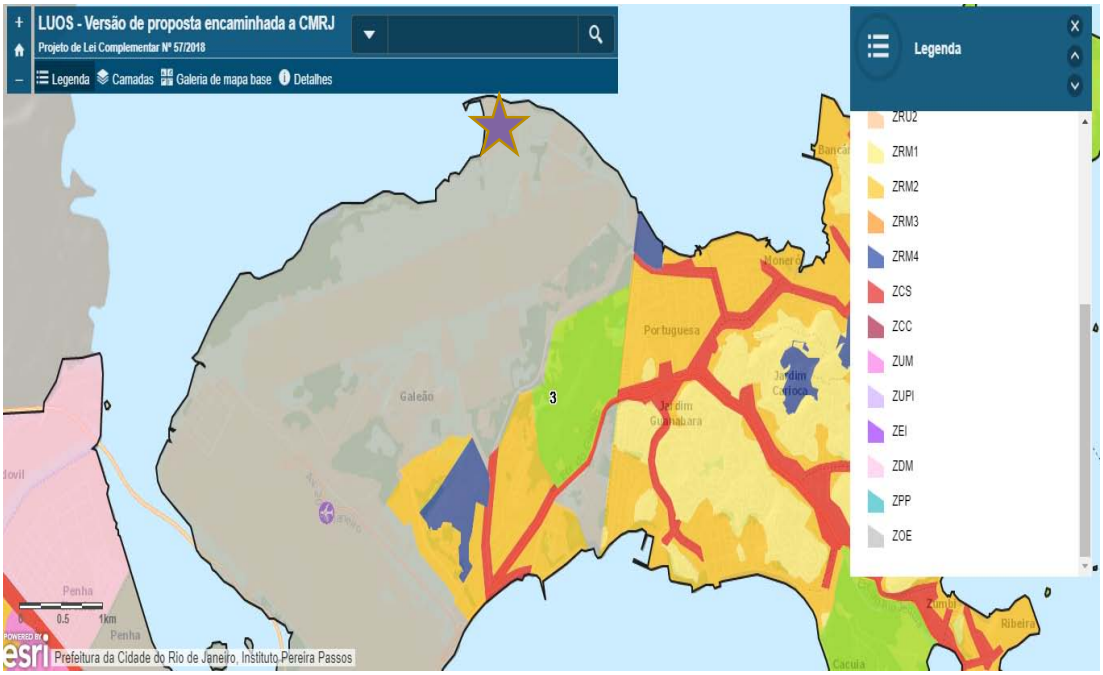


Figura 4 – Nova divisão proposta em macrozonas.
Bairro do Galeão em Cinza, pega a parte leste da Ilha do Governador. A estrela indica a área concernente à Tubiacanga. Pode-se perceber que Projeto de Lei não destaca a área.
Disponível em http://siurb.rio/portal/apps/View/index.html?appid=3ec42c10e3fc49f293b6485dff4c1b40. Acesso em 14 de setembro de 2018.

A partir destes novos fatores, ressaltando que esta é uma pesquisa em desenvolvimento, observa-se que o futuro das comunidades existentes no bairro do Galeão é de intensa luta contra interesses de forças poderosas, articulando o poder público e privada, inclusive com a força militar, já que é uma área sob responsabilidade da Aeronáutica. Espaços que resistem a mais

de 70 anos não podem ser removidos ao prazer dos interesses do capital. Tubiacanga lutará, agregando a história das comunidades removidas de Flexeiras e Itacolomi, tentando construir uma realidade diferente de suas comunidades circunvizinhas.

Referências

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CORRÊA, Roberto L. Espaço um conceito-chave da Geografia. In: Castro, Iná Elias de, Corrêa, Roberto L, Gomes, Paulo Cesar da Costa. (Org.). Geografia: Conceitos e Temas. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2010. 15-47pp.

HAESBERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Revista etc – Espaço, Tempo e Crítica. 15 de Agosto de 2007, n° 2 (4), vol. 1.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1 edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. 95-120pp.

_____. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. O mito da desterritorialização: do ‘‘fim dos territórios’’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. O Espaço como palavra-chave. Tradução Letícia Gianella. In: GEOgraphia, Vol. 14, Nº 28, Niterói: 2012. Disponível em http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/551/345. Acesso 20 de outubro de 2017.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. 2ª Edição. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

_____. Espaço e política. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 142p.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Tradução Suely Bastos. Revista Lua Nova. São Paulo – JUNHO 89, Nº 17.

SANTOS, Milton. O retorno ao território. In SANTOS, M.; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. (Ogs.). Território: Globalização e Fragmentação. 4ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC. 1998. 15–20pp.

_____. O Espaço do Cidadão. 6ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 2002. 176 p.

SANTOS, Nilton. Minha bola, minha vida. 2ª edição. Rio de Janeiro: Gryphus, 2014. 268 p.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.269 p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro. Leituras de Movimentos: conjuntura, ação e poder. Revista Temporalis. Ano 2, n4 (JUL/ DEZ). Brasília: ABEPSS, 2001. 9-19pp.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006. 632p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de, Corrêa, Roberto L, Gomes, Paulo Cesar da Costa. (Org.). Geografia: Conceitos e Temas. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2010. 77-116 pp.

_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Bertrand, 2013. 320p.

_____. Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015. 248p.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. Revista Sociedade e Estado. Vol.21, n. 1. 2006 (Jan/Abr). 17-28 pp.

GÊNERO E SEXUALIDADES NA CONSTRUÇÃO DE ESPACIALIDADES DAS JUVENTUDES EM CARANGOLA (MG)

Ana Paula de Moura Varanda*

Matheus Vieira Barbosa†

Jeferson José de Oliveira Pinheiro‡

Resumo

O artigo discute a incidência das categorias gênero e sexualidades na construção de espacialidades de jovens de baixa renda, moradores de localidades rurais e urbanas, do município de Carangola (MG).

Fundamentando-se em princípios da observação participante, a pesquisa foi desenvolvida em uma escola estadual do município com o objetivo de demonstrar a existência de práticas sociais que tendem a refletir e/ou a subverter interdições e hierarquizações afirmadas em decorrência de relações de gênero e da expressão de sexualidades entre jovens nestes contextos.

Palavras-chave: gênero, sexualidades, espacialidades

GÉNERO Y SEXUALIDADES EN LA CONSTRUCCIÓN DE ESPACIALIDADES DE LAS JUVENTUDES EN CARANGOLA (MG).

Resumen

El artículo discute la incidencia de las categorías género y sexualidades en la construcción de espacialidades de jóvenes de bajos ingresos, habitantes de localidades rurales y urbanas, del municipio de Carangola (MG).

Se basando en los principios de la observación participante, la investigación se desarrolló en una escuela estatal del municipio con el objetivo de demostrar la existencia de prácticas sociales que tienden a reflejar y / oa subvertir interdicciones y jerarquizaciones afirmadas como consecuencia de relaciones de género y de la expresión de sexualidades entre jóvenes en estos contextos.

Palabras-clave: género, sexualidades, espacialidades

* Doutora em Geografia, professora do curso de Licenciatura em Geografia da UEMG.

† Graduando em Geografia pela UEMG, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

‡ Graduando em Geografia pela UEMG, bolsista do Programa de Apoio à Pesquisa da UEMG (PAPq).

Introdução

O artigo apresenta reflexões advindas da execução do projeto de pesquisa *Gênero e sexualidades na construção de espacialidades das juventudes em Carangola*[*], desenvolvido, desde 2017, através do *Núcleo de Estudos sobre Diversidades Socioculturais e Produção do Espaço*, vinculado à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Executado em parceria com uma escola estadual localizada no município de Carangola (MG), envolvendo a participação de alunos de ensino médio de suas unidades urbana e rural, o projeto analisa a perceção de experiências socioespaciais distintas entre jovens moradores destas localidades. Em especial, nos concentramos em demostrar singularidades, observadas nestas práticas sociais, que tendem a refletir e/ou a subverter interdições e hierarquizações sociais que se afirmam em decorrência de relações de gênero e da expressão de sexualidades entre jovens nestes contextos.

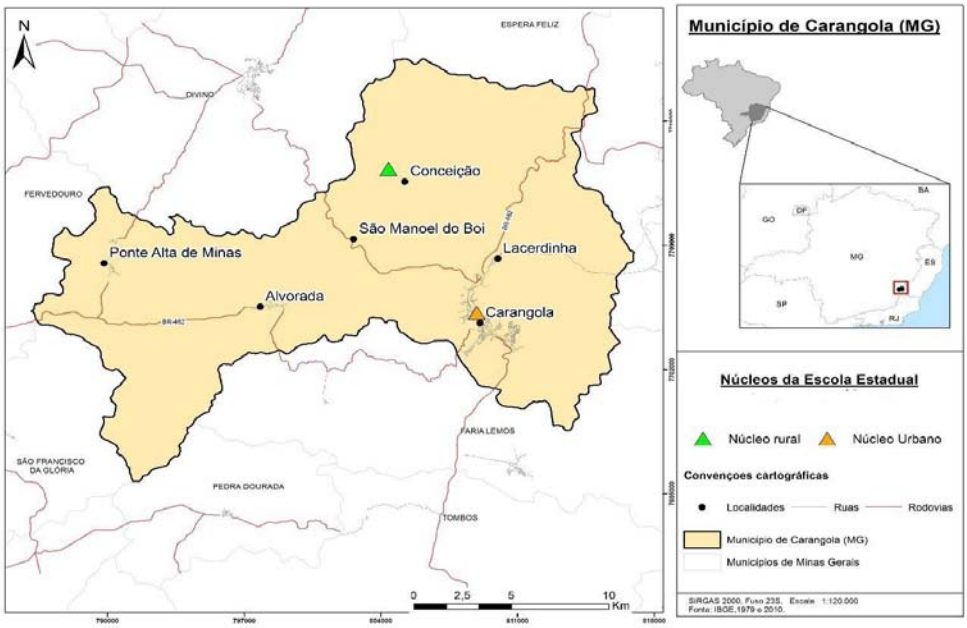


Figura 1 – Mapa de localização das unidades escolares (Carangola-MG)
Fonte: organizado por Ana Paula de M. Varanda.

[*]O projeto conta com o apoio do Programa de Apoio à Pesquisa da UEMG (PAPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) no que se refere à concessão de bolsas de iniciação científica para estudantes universitários. Participa ainda da pesquisa o estudante do curso de Letras da UEMG Leonardo Gomes de Souza.

Em sintonia com vertentes contemporâneas do pensamento feminista negro (CARBY, 1997; COLLINS, 2000), descolonial (LUGONES, 2008) e LGBT (BUTLER, 2003) utilizamos o conceito de *interseccionalidade* como um recurso interpretativo à compreensão de situações que expõem grupos sociais a um maior grau de vulnerabilidade social. A aplicação deste conceito torna possível evidenciar fenômenos que atingem determinados segmentos e que se manifestam em decorrência da fusão entre múltiplas categorias de pertencimento socialmente subalternatizadas.

A partir dos estudos desenvolvidos por Butler (2003) compreendemos as categorias gênero e sexualidade como resultantes de práticas sociais discursivas e culturalmente determinadas. Mais especificamente, no que se refere às relações de gênero, Butler (2003) destaca seu caráter performático e repetitivo na construção e produção de significados que se apresentam como uma espécie de "ritual social". A partir desta constatação, a autora também percebe a possibilidade de afirmação de subversões a esta ordem social, destacando o recurso à *performance* na deslegitimação de relações de poder sob as quais se assentam hierarquizações e desigualdades sociais.

Os resultados da pesquisa discutem os modos como a construção de espacialidades das juventudes urbana e rural do município de Carangola (MG) tendem a reafirmar e/ou a subverter hierarquizações e relações de poder que resultam de valores e práticas culturais associadas a marcos institucionais heteronormativos e sexistas.

Em suas reflexões, sobre a natureza política envolvida na produção do espaço, Massey (2008) enfatiza seu potencial na configuração de espacialidades antiessencialistas. Enquanto manifestação da diversidade e de diferentes temporalidades, a espacialidade é construída a partir da inter-relação entre sujeitos e assume um caráter dinâmico enquanto quadro de referência para o estabelecimento de práticas sociais.

A partir do referencial teórico mencionado acima e da realização de atividades de pesquisa baseadas em princípios da investigação participante (aplicação de oficinas e grupos focais) nas unidades escolares, os resultados do projeto enfocam os seguintes aspectos: I) as consequências da lógica

binária, sob a qual se assenta o pensamento moderno, na criação de uma relação de oposição e exclusão em torno de significantes masculinos e femininos. Estes significantes encontram-se associados às divisões de tarefas intrafamiliares, à configuração de espaços e atividades de lazer e entretenimento diferenciados e ao espaço-tempo das práticas econômicas que caracterizam as ideias de produção/reprodução social. II) as formas como as espacialidades desenvolvidas por gays, lésbicas, transexuais, travestis e outros grupos tendem a desestabilizar e a ressignificar representações hegemônicas de masculinidade e feminilidade. III) o modo como as escolas, como espaços privilegiados de formação e de socialização dos (as) jovens, vêm desenvolvendo práticas educativas no enfrentamento às desigualdades e às diferentes formas de discriminação em virtude de orientação sexual e de identidade de gênero.

Gênero, sexualidades e colonialidade do poder

O pensamento descolonial vêm tecendo diferenciações entre os conceitos de colonialismo e de colonialidade relevantes à compreensão da natureza complexa e entreleçada em que sistemas de classificação e hierarquização sociais exercem formas de controle e dominação sobre um amplo expectro de práticas socioespaciais, tais como: as relações de trabalho e de gênero, as sexualidades e a produção situada do conhecimento (BALESTRIN, 2013; LUGONES, 2008). O primeiro conceito refere-se às estratégias de dominação política e econômicas implantadas a partir do sistema moderno-colonial ocidental a partir do século XVI; o segundo é percebido como um fenômeno mais amplo e que permanece enraizado no plano da cultura e das estruturas de pensamento mesmo após o fim do colonialismo.

Em decorrência desse processo, institui-se, historicamente, uma racialização e generificação da divisão do trabalho. Também em consequência da colonialidade, as instituições e práticas socioespaciais passam a ser regidas de acordo com padrões heternormativos e patriarcais.

O patriarcado surge, nesse contexto, enquanto uma categoria ocidentalizada. Desmestificando a natureza inexorável do patriarcado, Lugones (2014) apresenta exemplos de sociedades indígenas matriarcais, ou ginecêntricas, guiadas por representações e significantes mestres femininos e africanas não regidas por categorias generocêntricas, ou seja, baseadas na oposição entre gêneros masculino e feminino, de organização social.

A autora supracitada também enfatiza a forma como as definições e atribuições sociais estabelecidas para homens e mulheres em nossa sociedade estão baseadas na biologia, na presença de órgãos genitais característicos e em fenótipos. À mulher branca vincula-se todo um imaginário social atrelado à reprodução, à ideia de passividade e fragilidade. Por outro lado, as mulheres negras e indígenas passam a ser associadas à brutalidade, ao exótico, ao selvagem...

Dolores Corregido (2011) nos expõe a forma como, historicamente, a sociedade patriarcal se impõe pela agressão e pela violência física. Para a autora, estes significantes associados à força, virilidade, domínio e poder moldam os espaços de presença masculina na sociedade capitalista. A expressão e vivência de determinada sexualidade e identidade de gênero também se inscrevem em relações de poder que culturalmente legitimam e/ou impõem restrições à relação com o próprio corpo e à manifestação em espaços públicos de gestos afetivos e *performances* que destoem dos padrões heterocisnormativos vigentes. Neste aspecto, a heterosexualidade pode ser percebida como parte de uma estratégia de controle social e de imposição de um modelo mais amplo de sociedade e não como uma característica determinada biologicamente.

Na trajetória recente dos movimentos feministas, encontramos vertentes que enfatizam lacunas na visibilização de situações específicas vividas por grupos sociais que experimentam em seus corpos os efeitos de múltiplas opressões. As primeiras ideias sistematizadas sobre esta problemática ganham visibilidade a partir dos anos de 1970, com o pensamento feminista das chamadas *mulheres de cor* (afro-americanas, asiáticas, indígenas...) nos Estados Unidas da América.

A partir destes debates ganha expressão o conceito de *interseccionalidade*, enquanto recurso interpretativo à abordagem da vivência simultânea de múltiplas categorias de pertencimento (tais como: raça, classe, sexualidade e gênero), como forma de trazer à tona as particularidades de determinados grupos no interior de estruturas sociais de dominação.

No artigo, utilizamos o conceito de *interseccionalidade* na compreensão da articulação entre as categorias de pertença mencionadas acima e a vivência de diferentes experiências socioespaciais pelas juventudes da cidade de Carangola (MG).

Gênero, sexualidades, espacialidades tradicionais e insurgentes entre estudantes do ensino médio em Carangola

As impressões iniciais dos estudantes do ensino médio da escola, sobre os temas abordados na pesquisa, foram captadas através da realização de oficinas nas unidades urbana e rural da instituição. Posteriormente, foram criados grupos focais com jovens que assumiam perfis relevantes às questões tratadas pelo estudo.

De acordo com o censo escolar de 2016, realizado pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, o núcleo urbano da escola que abrigou as atividades de pesquisa contava com 373 alunos cursando o ensino médio, 46,4% do sexo masculino e 53,6% do sexo feminino; em seu núcleo rural a unidade escolar possuía 125 alunos neste segmento, sendo 55,2% do sexo feminino e 44,8% do sexo masculino. Em ambas as unidades escolares há um predomínio de jovens negros (pardos e pretos) nesta etapa, conforme expresso no quadro abaixo:

Unidade	Sexo	Cor/raça	Percentual
Urbana	Feminino	Parda	45,00%
		Branca	43,00%
		Preta	7,00%
		Não declarada	5,00%
	Masculino	Parda	48,00%
		Branca	37,60%
		Preta	9,20%
		Não declarada	5,20%
Rural	Feminino	Parda	59,40%
		Branca	32,00%
		Preta	5,80%
		Não declarada	2,80%
	Masculino	Parda	57,00%
		Branca	21,40%
		Preta	9,00%
		Não declarada	12,50%

Quadro 1 – Perfil dos (as) estudantes do ensino médio
Fonte: Censo Escolar 2016, Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Em seu núcleo urbano, a escola recebe alunos que residem, principalmente, nos bairros de Santo Onofre, Aeroporto, Caixa D'água e Triângulo, que apresentam os piores indicadores socioeconômicos do município. A renda média mensal dos jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, que exercem algum tipo de atividade remunerada, residentes nestes bairros, é de R$ 437,00 (IBGE,2010).

De acordo com o IBGE (2010), das 461 famílias entrevistadas no Distrito de Conceição, através do último censo demográfico nacional executado pelo órgão, cerca de 392 recebiam entre 1/8 a 1 salário mínimo/*per capita*, tendo como rendimento médio mensal por pessoa R$ 270,46 (considerando famílias que apresentavam rendimento ou não).

As oficinas contaram com a participação de cerca de 70 alunos (as), na faixa etária de 15 a 19 anos, dos dois núcleos escolares e foram organizadas em duas etapas ao longo de um mesmo dia. A primeira parte do trabalho buscou problematizar situações envolvendo relações de gênero e sexualidades enraizadas culturalmente, através do recurso à utilização de materiais audiovisuais que permitissem abordar a desconstrução de representações sociais hegemônicas em torno dos temas da pesquisa. As imagens e vídeos

levantavam questões relacionadas a desigualdades em divisões de tarefas, aos modelos heteronormativos de família, ocupações e espaços associados a presença feminina e masculina na sociedade, além de abordarem dimensões relativas à cidadania e à violência contra as mulheres e a população LGBT. Após esta primeira etapa de observação, realizamos uma roda de diálogo sobre as principais impressões dos (as) estudantes sobre as problemáticas suscitadas pelos materiais expostos.

Os encontros seguintes foram organizados através da criação de grupos focais compostos a partir do entrelaçamento das seguintes categorias: moradores de áreas rurais e urbanas, identidade de gênero, orientação sexual e raça/cor. Durante as reuniões foram colocadas para debate algumas questões orientadoras com o intuito de captar a percepção dos (as) alunos (as) sobre o modo como experiências e práticas sociais associadas às relações de gênero e às sexualidades são expressas e se produzem espacialmente. O foco destas discussões se concentrou na reflexão acerca do reconhecimento destes processos enquanto portadores de elementos de desigualdade que se manifestam na produção do espaço.

Nas narrativas dos (as) participantes destas atividades foi possível analisar aspectos de suas espacialidades que podem atuar no sentido de reafirmar e/ou de subverter e ressignificar representações sociais associadas às ideias de masculinidade e feminilidade, aos modelos tradicionais de família e à heteronormatividade compulsória.

No âmbito dessas discussões a compreensão da dimensão política do espaço, tal como nos apresenta Massey (2008), revela-se de grande importância. Em sua perspectiva, o espaço é produzido de forma multidimensional e dinâmica, resultado de inter-relações sociais, da pluralidade e de diferentes temporalidades. Nas relações entre espaço e política, apresentadas pela autora, assume destaque as críticas à essencialização de identidades e às reivindicações por igualdade de que são portadoras. A visão essencializada sobre referenciais identitários dificulta o reconhecimento de singularidades vividas por determinados grupos sociais e a emergência de novas subjetividades políticas. Neste aspecto, Massey (2008) chama atenção

para o fato da espacialidade se configurar como parte constitutiva da própria identidade. Nas narrativas dos (as) estudantes que participaram da pesquisa essas questões podem ser observadas nas associações comuns entre determinados espaços, tarefas/atividades e segmentos sociais específicos. A vínculação de tarefas domésticas às mulheres e a sua presença em ambientes determinados das residências, por exemplo, foram bastante enfatizadas. Ao abordar as desigualdades na divisão das tarefas domésticas em sua casa, Joana[*], aluna do núcleo urbano da escola, revela o consenso de membros de sua família de que este tipo de atividade é de responsabilidade das mulheres:

> Meu padrasto, ele é mais antigo né [...] então ele fala que não pode, né? (homens desempenharem tarefas domésticas) [...] o meu irmão não faz nada, só eu que arrumo (a casa) mesmo [...] ele fala que é a mulher que tem que fazer tudo... a mãe trabalha fora, chega em casa toda cansada do serviço e ainda precisa fazer a janta, lavar vasilha.

O condicionamento da presença feminina a determinados espaços e tipos de trabalho tem sua expressão máxima nas tarefas destinadas à chamada reprodução social[†] (o trabalho doméstico e de cuidados, o envolvimento em serviços comunitários etc.), majoritariamente desempenhadas por mulheres. Realizado, fundamentalmente, de forma não remunerada, a importância destas atividades na criação das condições elementares para as relações de assalariamento são comumente invisibilizadas. As mulheres negras e pobres encontram-se ainda mais expostas a formas de opressão decorrentes de uma jornada exaustiva de trabalho e da vivência de formas de discriminação nos ambientes domésticos.

No núcleo rural da escola, essa percepção emerge das divisões entre o trabalho na roça e as tarefas domésticas. Em muitas situações, as mulheres se inserem nestas duas modalidades, conforme esclarece uma das alunas:

---

[*] Os nomes mencionados nesse trabalho são fictícios a fim de se resguardar a identidade dos (as) alunos (as) participantes.

[†] Autoras como Federici (2018) tecem críticas importantes ao modo como as relações de assalariamento se constituem como linhas divisórias para demarcar formas de trabalho que são consideradas produtivas e improdutivas na sociedade. Também é importante assinalar a necessidade de se perceber as categorias de produção e reprodução social de maneira articulada e interdependente. Desta forma, as atividades de reprodução social são compreendidas como produtivas e integradas à dimensão econômica da sociedade.

> Aqui é mais mulher em casa, serviço de casa, e o homem trabalha na roça [...] Mas se bem que aqui tem muita mulher que ajuda na roça [...] A mulher fica muito sobrecarregada, tem que dar conta de casa e na roça.

As desigualdades nas divisões das tarefas familiares incidem sobre o rendimento escolar das alunas, suas expectativas profissionais e de mobilidade no município. As falas de Luiza, aluna do núcleo urbano da escola, ilustram esses dilemas:

> E você tem que passar de ano, tem que estudar. Aí perguntam: "Por que você não tá tendo nota boa?" [...] Se eu parar para estudar, focar nos estudos [...] cuidar de casa, limpar casa, se arrumar, tomar conta de filhos dos outros […] não tem como.
> Lá em casa é assim, eu tenho que levar ele [seu sobrinho] para creche, depois tenho que vir para escola. Aí chego em casa, tenho que arrumar a casa até quatro e meia e buscar ele e, quando minha mãe chega, tem que tá tudo arrumado.

Na narrativa das alunas também foi possível identificar situações onde há negociações intrafamiliares no sentido de estabelecer divisões mais igualitárias das tarefas domiciliares entre homens e mulheres. Ainda assim, esses casos são apresentados como estranhos aos contextos sociais vividos pelas jovens.

Dentre os jovens do sexo masculino, as pressões familiares em torno do casamento precoce (sobretudo na área rural) e as dificuldades em conciliar os estudos com o exercício de ocupações remuneradas refletem-se nos índices de evasão escolar, deste segmento, observados na transição do ensino fundamental para o médio. A influência de valores associados ao patriarcado, como as decisões tomadas no âmbito do grupo familiar pela figura paterna de que os filhos de sexo masculino devam seguir determinadas normas de trabalho e dar continuidade às atividades econômicas realizadas nas lavouras, contribuem sobremaneira para este resultado. A opinião de Genésio, aluno do núcleo rural da escola em análise, ilustra esta tendência:

> É que na verdade a pessoa talvez não consegue conciliar trabalho com escola, então eles casam ou param de estudar para trabalhar,

> então assim... é uma escolha – escola ou trabalho, e se ela para, ela vai trabalhar na roça.

Hierarquizações e padrões heteronormativos também são identificados na percepção dos (as) estudantes sobre *perfomances* admitidas em determinados espaços e atividades profissionais associadas a presença masculina e feminina na sociedade.

> Eu tenho um amigo que ele recebe preconceito do patrão dele. Ele é gay, só que ele não se assume, porque o patrão dele já falou que com ele não aceita pessoas gays trabalharem.
> [...] têm profissões que é muito raro você ver uma mulher exercer, igual eletricista... Hoje em dia é muito difícil você ver. Mas agora as mulheres estão requerendo [...] Antigamente, não tinha mulher que sabia trocar chuveiro, saber mexer na parte elétrica... Hoje em dia já tem, é igual posto de gasolina... Elas já ocupam o espaço delas. [...] É muito difícil você ver mulher trabalhar em um táxi, e seria até melhor né, porque nós mulheres, pegando táxi com outra mulher, nos sentiríamos muito mais a vontade […][*]

Na obra de Butler (2003), o conceito de *performatividade* é utilizado na compreensão de determinados padrões comportamentais associado ao gênero e às sexualidades que atendem à valores e convenções sociais. Em sua perspectiva, a *performance* também pode se revelar como um recurso analítico importante à interpretação de práticas sociais transgressoras destes estereótipos.

Abordagens sobre gênero e sexualidades no ambiente escolar

A partir de reuniões com membros da direção da escola e da aplicação das oficinas e grupos focais juntos aos (as) alunos (as), a pesquisa identificou características principais relacionadas à abordagem sobre gênero e sexualidade a partir do ambiente escolar. Em nossos encontros, a direção da escola sempre demonstrou sensibilidade no sentido de promover ações que incidissem sobre questões relacionadas às desigualdades de gênero e de enfrentamento à homofobia. No entanto, nota-se uma ausência de preparo da comunidade escolar para lidar com estes temas, o que se reflete na reprodução de preconceitos que podem assumir características mais deliberadas ou formas

[*] Rosa, aluna do núcleo urbano da escola.

mais sutis. De uma maneira geral, estes aspectos se manifestam na perpetuação de condutas e de imaginários associados às representações familiares patriarcais e heterosexuais, às desigualdades de gênero em divisões de tarefas sociais, às atividades de lazer, à demonstração de afeto entre casais LGBTs nos espaços públicos e no ambiente escolar etc.

A abertura ao diálogo e ao reconhecimento das identidades dos (as) alunos (as) LGBTs nos espaços comuns da escola, por exemplo, apresenta inúmeros desafios. A iniciativa da direção da unidade escolar, em seu núcleo urbano, de destinar um banheiro específico para os (as) alunos(as) transgênero - mediante a constatação de que estes evitam o uso dos banheiros convencionais (feminino e masculino) com receio de agressões físicas e verbais – pode ser interpretada de forma positiva. No entanto, ao pretender identificá-lo com a placa “banheiros de funcionários da escola”, sem maiores problematizações ou medidas de enfrentamento ao preconceito pela comunidade escolar, caminha no sentido de invisibilizar o direito à afirmação da identidade de gênero destes (as) alunos (as).

A ausência de sensibilização prévia no que se refere às questões e temáticas levantadas pela pesquisa foram observadas tanto no núcleo urbano quanto no rural da escola. Em seu núcleo rural nossas atividades, inicialmente, foram confundidas com orientações quanto a métodos contraceptivos e demais conteúdos voltados à educação sexual.

As narrativas de alunos (as), professores e membros da direção também explicitam a ausência de materiais pedagógicos nas unidades escolares e de práticas didáticas que tratassem dos temas relativos a gênero e sexualidades. Aluno (as), sobretudo LGBTs, chamavam atenção para o formato de família patriarcal e heteronormativa presente nos livros didáticos e para a repressão a demonstrações de afeto entre casais gays e de lésbicas nos espaços comuns da escola. Neste aspecto, os modelos de família heteronormativos e patriarcais contidos nas leituras imagéticas de cartazes e livros didáticos utilizados pelos (as) professores (as) também contribuem para reafirmar um imaginário social que tende a criminalizar outros formatos de relações afetivas. Identifica-se, ainda, a falta de representatividade de situações familiares comuns entre os

(as) alunos (as) participantes da pesquisa (sobretudo no núcleo urbano da escola), marcadas pela ausência de uma figura paterna. Na percepção de Helena, aluna do núcleo urbano da escola, o modelo de família que se tem contato a partir dos livros didáticos:

> [...] sempre tem é só o homem e a mulher [...] É muito raro ter alguma coisa falando sobre dois homens e duas mulheres, só quando, dependendo do livro, entra nesse assunto, mas é bem pouco.

O caráter processual que a abordagem sobre estas questões deveria assumir, iniciando-se nos primeiros anos de escolarização dos (as) alunos, é destacado por um estudante do núcleo rural da escola:

> Eu acho que [...] não adianta, por exemplo, introduzir algo na mente de alguém que está no terceiro ano do ensino médio, que já tem uma visão de mundo definida, isso tem que ser trabalhado desde cedo, por exemplo, nas séries primárias, que o aluno ainda tá desenvolvendo a visão de mundo que ele tem.

A narrativa dos (as) alunos (as) demonstra como a ausência de tratamento adequado às situações e especificidades apresentadas por aqueles (as) que não manifestam correspondência entre sexo, desejo e gênero tem implicações diretas sobre percursos escolares e expectativas de inserção profissional.

Uma jovem, que tem como companheira outra aluna da mesma escola e série, aborda diversos dilemas vividos por elas a partir do momento em que suas famílias souberam do relacionamento das duas.

> Ah, eles não aceitam não [...] Quando falaram um negócio meu aí, tomaram meu celular, me proibiram de andar com muitas pessoas, me trancaram dentro de casa, me levaram no psicólogo. Tudo isso tratando como se fosse uma doença [...] Já tem família que aceita, trata como normal.
> Já chegaram a me trocar de escola por isso, eu estudava em outra escola, aí minha irmã ficou sabendo que eu estava me relacionando com uma menina de lá, aí achou que ia mudar alguma coisa, me tiraram de lá e me colocaram aqui. Não adiantou nada, porque a menina veio e mudou pra cá, estuda aqui também.

Como mulheres, as alunas também enfrentam muitos dilemas e dificuldades relacionadas à conciliação entre tarefas domésticas e expectativas em torno da escolha de profissões e possibilidades de seguirem com os estudos. A relação escola/trabalho se faz presente na realidade de muitos (as) alunos (as) entrevistados (as) e, em se tratando da realidade das jovens, esta relação é atravessada por inúmeras vulnerabilidades. É o que Luísa analisa em suas falas:

> E para falar a verdade, a gente da nossa cidade que é de menor, se a gente for cobrar uma faxina hoje [...] a gente não consegue quatrocentos reais [...] Só quem é mais velho [...] Se minha irmã for cobrar uma faxina, ela até consegue um salário, agora se eu procurar uma casa pra eu arrumar... Duzentos, duzentos e cinquenta, no máximo quatrocentos reais... É sério, a gente não tem tanto valor assim.

Diante dessas reflexões, percebe-se que a comunidade escolar enfrenta enormes desafios ao lidar com múltiplas referências identitárias das juventudes. Esse ambiente representa um espaço privilegiado e fundamental para o tratamento destas questões e para as possibilidades de se desconstruir estereótipos de masculinidade, de gênero e de sexualidades que incidem sobre hierarquizações socioespaciais e relações de poder.

Considerações finais

A partir do artigo, discutimos o modo como as espacialidades vivenciadas pelas juventudes de baixa renda em Carangola são influenciadas por categorias de pertencimento social relacionadas ao sexo, ao gênero e às sexualidades. Através das atividades de pesquisa foi possível explicitar a complexidade de situações que decorrem de uma análise correlacionada e situada destas categorias, seus reflexos na construção de expectativas profissionais e de ensino e na influência sobre um amplo espectro de práticas sociais experimentadas pelos (as) jovens urbanos e rurais da Cidade.

No que se refere à abordagem sobre estes temas a partir do universo escolar, os resultados do projeto explicitam a importância da problematização de padrões heterocisnormativos e patriarcais de representação sociais. A

escola e o ambiente doméstico se constituem enquanto espaço-tempos estratégicos de intervenção política no sentido da desconstrução de estereótipos associados ao gênero e às sexualidades que tanto reafirmam hierarquizações sociais e relações de poder.

Em nossas análises recorremos à utilização do conceito *interseccionalidade*, acionado por vertentes do pensamento feminista e LGBT contemporâneo, na compreensão da natureza diferenciada dos processos de subalternização e de situações específicas experimentadas em decorrência do somatório de um conjunto de categorias de pertencimento sociais.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. “O giro decolonial e a América Latina”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 36, Águas de Lindóia, Anais... Águas de Lindóia; ANPOCS, 2013, p. 1-32.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARBY, Harzel. “White woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood”. In: MIRZA, H. (ed). Black British Femnist. London e New York: Routledge, 1997.

CORREGIDO, Dolores Juliano. “Cultura y sexualidad”. In: AUGUSTO, Cristina Villalba; LUCENA, Nacho Álvarez. Cuerpos políticos y agencia: reflexiones feministas sobre cuerpo, trabajo e colonialidad. Granada: Universidad de Granada, 2011.

FEDERICI, Silvia. El patriarcado del salario: Críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

IBGE. Renda por domicílo no Distrito de Conceição (MG). Setores censitários do Distrito de Conceição. Rio de Janeiro: IBGE 2010.

IBGE. Renda por domicílio. Bairros. Carangola (MG). Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LUGONES, Maria. “The Coloniality of Gender”. Worlds & Knowledges Otherwise, 2 (Spring), 1-17, 2008.

LUGONES, Maria. “Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial”. In: MIGNOLO, Walter et al. Género y descolonialidad. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Códigos de alunos e matrículas, por nível/etapa de ensino, sexo, raça/cor, necessidades

especiais, transporte público, tipo da turma, situação e concluinte - 2016. Belo Horizonte, Diretoria de Informações Educacionais/Censo Escolar, 2016.

CORRUPÇÃO EM REDE: A ESPACIALIDADE DA OPERAÇÃO LAVA JATO*

Rogério Silva-Jr

Resumo

A corrupção, uma vez que crime, é uma atividade escondida. Ela só pode ser analisada quando descoberta por meio de investigações, geralmente por órgãos judiciários. Esse artigo pergunta-se sobre a espacialidade da corrupção e utiliza os dados levantados nas duas primeiras delações premiadas da Operação Lava Jato. O objetivo é demonstrar como a dimensão espacial é fundamental para uma compreensão global das organizações criminosas de colarinho branco e apresentar uma ferramenta analítica geográfica que pode ser utilizado para melhor compreender a corrupção.

Palavras-chave: organização criminosa; rede; análise espacial

Resumen

La corrupción, una vez que es crimen, es una actividad oculta. Sólo puede ser analizada cuando se descubre por medio de investigaciones, generalmente por órganos judiciales. Este artículo se pregunta sobre la espacialidad de la corrupción y utiliza los datos recogidos en las dos primeras delaciones premiadas de la Operación Lava Jato. El objetivo es demostrar cómo la dimensión espacial es fundamental para una comprensión global de las organizaciones criminales de cuello blanco y presentar una herramienta analítica geográfica que puede ser utilizada para comprender mejor la corrupción.

* Agradeço ao grupo Território e Cidadania, pelo constante apoio, e aos meus orientadores, Paulo Cesar da Costa Gomes e Letícia Parente Ribeiro, a esta em especial, pela parceria nessa empreitada investigativa.

Introdução

O Brasil sofre de forma crônica a incidência de crimes como a corrupção, crimes financeiros, lavagem de dinheiro, peculato, tráfico de informações. Segundo o Índice de Percepção da Corrupção, fornecido pela Transparência Internacional, o país figura, no ranking de 2017, na 96ª posição, entre 180 países, o que significa uma queda de 17 posições com relação ao ano anterior[*]. Apesar de controverso, por basear-se em medidas subjetivas, essa percepção pode ser corroborada pelas diversas análises de pesquisadores e intérpretes do Brasil que se debruçaram sobre o problema da apropriação do público pelo privado no país, a partir de conceitos como clientelismo e patrimonialismo (BEZERRA, 1999, 1995; CARVALHO, 1997; FAORO, 2001; LEAL, 2012; SOUZA, 2015). Além disso, nos últimos anos, com o aumento do poder investigativo do Ministério Público e da Polícia Federal, têm-se descoberto casos em diferentes setores da sociedade. A corrupção, uma vez que crime, é uma atividade escondida e somente esmiuçada quando descoberta e recomposta por meio de investigações, geralmente por órgãos judiciários.

Esse é o caso daquilo que foi denominado Operação Lava Jato, uma grande investigação criminal que objetiva desmantelar uma organização criminosa envolvendo agentes públicos e privados em grandes esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro. Desde a operação original, deflagrada no dia 17 de março de 2014 e que desencadeou todo o processo, o nome Lava Jato ganhou presença constante no cenário político brasileiro; o nome faz referência a uma rede de lavanderias e um posto de combustíveis de Brasília, utilizado por uma das organizações criminosas para a lavagem de dinheiro. O Ministério Público ressalta o fato de que as investigações da Operação Lava Jato avançaram para outras organizações criminosas e se tornou a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro do Brasil[†].

O fenômeno da corrupção tem sido uma preocupação crescente desde os processos de liberalização financeira na década de 1970 (BRUNET, 1986;

[*] Cf. https://www.ipc.transparenciainternacional.org.br/, acesso: 05 de agosto de 2018.
[†] Cf. http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato, acesso: 12 de agosto de 2018.

DURAND ET AL., 2013, pp. 114–5; LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2012, pp. 64–5). Nos anos recentes, ela foi tema de discussão em foros internacionais, como a OCDE e a ONU, tendo sido deliberados tratados a respeito do tema[*]. Para além disso, o tema é cada vez mais discutido dentro da ciência política, dado que se trata assunto que tem desorganizado grandemente as democracias (INNERARITY, 2017, pp. 125–40).

De nossa parte, contudo, importa-nos aquilo que a Lava Jato é capaz de revelar acerca da espacialidade dos fenômenos ligados à corrupção. A partir disso é que pretendemos contribuir para essa premente questão política. Nosso objetivo é apontar em que medida a organização criminosa rastreada pelas investigações pode ser compreendida espacialmente e apresentar algumas ferramentas que nos parecem apropriadas para a empreitada tão árdua quanto rastrear crimes do colarinho branco, impalpáveis em princípio. Os resultados aqui apresentados delineiam a corrupção e a Lava Jato como objetos geográficos.

Discussão conceitual

A Geografia praticamente não se interessou pelos crimes relacionados à corrupção[†], ainda que, desde o início do processo de globalização econômica e liberalização dos mercados financeiros, a disciplina tenha crescentemente se interessado pelos fluxos de capitais internacionais, que facilitam o trânsito de dinheiro sujo e a posterior lavagem. Além disso, a disciplina gradualmente tem notado a atuação transnacional de redes criminosas, principalmente relacionadas aos diversos tipos de tráfico. Pode-se destacar os trabalhos paradigmáticos de Brunet (1986) sobre os paraísos fiscais e zonas francas, de Lia Osório Machado (1996) sobre a simbiose entre as atividades ilícitas e o sistema financeiro, e a preocupação com as redes transnacionais do crime organizado. Nota-se, contudo, que a Geografia se interessou tardiamente e pouco pela temática da corrupção. Com exceção de alguns trabalhos

[*] Cf. https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/corrupcao/convencao.html, acesso em 12 de agosto de 2018 e http://www.cgu.gov.br/sobre/perguntas-frequentes/articulacao-internacional/convencao-da-ocde, acesso em 12 de agosto de 2018.

[†] Cf. Gregory (2009) sobre os principais tópicos de interesse da Geografia quanto à temática dos crimes.

incipientes (BROWN e CLOKE, 2007 *apud* HALL, 2010), o tema praticamente não foi abordado dentro da disciplina, sendo tratado em termos bastante breves (MCNEILL, 2004; PERRONS, 2004; HUDSON, 2005 *apud* HALL, 2010), como afirma Hall (2010). Segundo este, os cientistas sociais afirmam em geral a dificuldade de se encontrar dados para abordar a temática.

Isso se percebe, sobretudo, ao verificar que os poucos trabalhos que existem, como elenca o próprio Hall, limitam-se a correlacionar a corrupção com as características gerais da sociedades na qual se apresenta (ex.: fraqueza institucional, laços próximos entre governos e crime organizado, falta de oportunidades econômicas legítimas, terreno geográfico inóspito ou remoto, existência de tradição criminosa, contextos caracterizados por pobreza e desigualdade), como nos casos emblemáticos de Colômbia, Afeganistão, Rússia, etc.

Ainda que construir bancos de dados sobre a temática seja uma dificuldade efetiva, essa característica parece-nos agravada pelo tipo de espacialidade constituído pelos crimes do colarinho branco[*]. Mas qual é essa espacialidade? O principal problema que se coloca, ao buscar compreender a organização espacial de crimes como a corrupção, a fraude em licitações, o cartel é que dão a impressão de não possuir vínculos mais íntimos com o local. Parece indiferente se determinada reunião ocorreu neste ou naquele lugar. Levanta-se sempre a dúvida sobre em qual lugar exatamente o crime ocorreu. Tem-se a falsa impressão de que, embora esses crimes se beneficiem das características normativas do território, a localização exata é desimportante e aleatória. Argumentaremos, em seguida, exatamente o contrário.

Dados e Métodos

É em termos processuais que a operação Lava Jato é tão significativa para compreender as organizações criminosos, uma vez que ela utilizou fartamente recursos como a delação premiada e a apreensão de provas. Nesse

[*] Utilizamos esse conceito cunhado por Edwin Sutherland, na década de 1940 que indica "um crime cometido por uma pessoa respeitável e de alta posição (*status*) social, no exercício de suas ocupações" (SUTHERLAND, 1993). Para mais, conferir (COLEMAN, 2005; GERBER e JENSEN, 2007).

sentido, os depoimentos de delação premiada constituem importante material para análise, pois permitem conhecer atos e práticas dos agentes pela manifestação deles próprios. Segundo informações de 16 de junho de 2017[*], o Ministério Público havia instaurado 158 acordos de delação premiada pelos crimes de corrupção, crimes contra o sistema financeiro internacional, tráfico transnacional de drogas, lavagem de ativos, formação de organização criminosa, entre outros. Utilizaremos nesse trabalho os depoimentos de delação premiada, principalmente as duas primeiras, referentes a Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, por uma limitação de espaço, além de material jornalístico acessório.

Em termos da técnica de pesquisa que embasa a pesquisa, trata-se, em primeiro lugar, de um estudo de caso: a Operação Lava Jato. Diante do interesse de melhor compreender o fenômeno do crime do colarinho branco, o estudo de caso torna-se atraente pela possibilidade de descrever uma intervenção em seu contexto real. O estudo de caso é uma ferramenta que responde bem a questões de pesquisa do tipo “como”, isto é, de caráter explanatório (YIN, 2005).

Esse estudo de caso, por seu turno, apoia-se sobre um conjunto de dados que são de natureza documental – textos jurídicos, vídeos e transcrições de delações. Por essa razão, é preciso executar uma análise qualitativa de dados. A pesquisa qualitativa é boa para responder perguntas do tipo “por que”, “o que” ou “como” (LACEY e LUFF, 2001). Dentre uma série de abordagens analíticas que podem ser escolhidas pelo pesquisador, utilizamos, principalmente as organização e codificação dos dados e a identificação de temas. As autoras destacam que a análise qualitativa pode ser realizada em três níveis de profundidade e complexidade. A análise realizada neste artigo é fundamentalmente temática, o que significa dizer que os dados qualitativos relativos ao problema da espacialidade foram codificados, extraídos e examinados em maior detalhe.

[*] Cf. http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/resultados/a-lava-jato-em-numeros. Acesso, 06/08/2017

Resultados

A Lava Jato pode e deve ser considerada um processo espacial em pelo menos cinco níveis de complexidade.

Jurisdição

O primeiro deles, talvez o mais banal e visível é o jurisdicional. Quem pode fazer o quê onde? A ideia de jurisdição remete prontamente àquela de território e soberania. Realça a capacidade do Estado, na figura de determinados agentes, de agir em determinados lugares. O surgimento da operação e seu desenrolar é altamente tributário da organização das jurisdições. A partir daí, para compreender a operação é preciso acionar tanto esse sistema que estrutura a justiça no Brasil, quanto as características efetivas do território. A operação iniciou-se na 13ª vara da justiça Federal, sediada em Curitiba, PR, onde o juiz responsável é uma figura icônica dessa operação, Sergio Moro. O caso pôde iniciar-se aí, pelo sistema montado pelo falecido presidente do PP, José Janene. A partir daí, rastreou-se Allberto Youssef, doleiro e operador, antigo conhecido da justiça pelo esquema do Banestado. Note-se que esse vínculo é fundamental para compreender o desenrolar do processo. A Petrobrás está localizada no Rio de Janeiro, a maioria dos políticos envolvidos não são do estado do Paraná e as empreiteiras encontram-se em São Paulo e outros estados. Ainda assim, todas as ocorrências relacionadas à Petrobrás são julgadas nesta jurisdição, sendo que os esquemas não diretamente relacionados à petrolífera foram remetidos para outras jurisdições, o que é o caso das forças tarefas montadas em outros estados, particularmente Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

É importante notar a particularidade da operação Lava Jato. Em geral, tende-se a pensar no Brasil a primeira instância da justiça como altamente vulnerável ao clientelismo e aos jogos de poder locais, o que se traduziria em maior impunidade, desmandos e influências externas. O que não parece ser um pensamento incorreto, uma vez que a defesa de vários acusados tentou mover o processo para suas jurisdições locais e retirar o processo da 13ª Vara da Justiça Federal. Nesse caso, contudo, a primeira instância funcionou como agente rigoroso e, em muitos sentidos, anômalo. O arranjo espacial precisa ser

invocado para que se compreenda com exatidão o que ocorreu nesse caso tão particular. Ele pode ser bastante elucidativo para se compreender o arranjo político que dotaram as condições de existência da operação, tanto com relação à forma como o sistema político partidário está organizado, quanto com relação às correlações de forças que atuam em cada local.

Esquema

Os crimes de colarinho branco podem ser eventuais ou processuais, o que significa dizer que eles podem acontecer por meio de um único procedimento, ainda que sistemático, como o guarda que solicita propina durante uma abordagem policial, ou implicam uma organização, um arranjo de vários elementos para que ocorram. Precisam do aliciamento de um número relativamente grande de pessoas, cada uma realizando uma determinada tarefa, um encadeamento de ações no tempo e no espaço. Dado o modo como conhecemos esses acontecimentos, eles são tratados como “escândalo”, “caso” (BEZERRA, 1995) ou ainda como “esquema”. Esta última noção é bastante interessante. Quando consultamos o dicionário Aulete da língua portuguesa pelo verbete “esquema”, encontramos uma definição já consolidada: “bras. pop. Modo escusos de obter vantagem”. Contudo, essa definição consolidada pelo uso é a derivação do significado anterior da palavra. Destacamos as duas primeiras definições: “1) Conjunto de figuras que representa de forma simplificada as relações e funções de um objeto, aparelho etc. (esquema do computador; esquema do aparelho respiratório); 2) Representação de algo, geralmente por meio de figura ou diagrama”.

Essa forma de apresentar os crimes do colarinho branco remete-nos a um modo de pensar essencialmente espacial. Como bem destacou Paulo Cesar da Costa Gomes (2017), o uso de quadros é uma ferramenta tradicional da geografia para pensar e apresentar o espaço. Eles constituem um sistema de informações geográficas, a partir dos quais somos capazes de entender as distintas funções dos elementos e seu significado posicional dentro de um todo. Para entendermos a importância dessa característica dentro da operação Lava Jato, basta lembrarmo-nos dos famosos diagramas produzidos pelo Ministério

Público para explicar em que consistia e como funcionava o "esquema" que lesava os cofres da Petrobrás (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma explicativo do Ministério Público Federal
Fonte: Ministério Público Federal

Trata-se de um fluxograma, que nos explica de modo sistematizado, os agentes, suas tarefas, suas relações. Ao analisarmos essa esquematização, entendemos que cada diretor da Petrobrás tem um envolvimento com determinado partido (no caso, PT, PMDB e PP), beneficiando empresas prestadoras de serviço para a petroleiras e que, em troca, essas empresas oferecem benefícios para partidos e diretores. É importante notar que o esquema é tanto a forma de operar, quanto a forma esquemática de apresentar os acontecimentos.

Essa forma de pensar é fundamentalmente espacial e geográfica, mas a influência deste modo de pensar não se esgota aí. Os operadores do direito têm por parâmetro as leis para realizarem seus trabalhos; e as leis tipificam

condutas de modo genérico. Um trânsito permanente entre o complexo e o esquemático, entre o genérico e o caso, deve ser operado pelos investigadores e acusadores.

Como exemplo, analisemos a lei que proíbe o crime de corrupção passiva do Código Penal Brasileiro: “CP 317 passiva. Solicitar ou receber, para si, ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. Percebe-se que a lei delimita de forma genérica uma conduta que é proibida. Para que ela seja aplicada nos mais diversos casos concretos, os operadores do direito precisam fazer uma tradução das condutas que eles percebem no mundo real para aquelas tipificadas nos textos das leis. Eles devem organizar as narrativas dos acontecimentos, de modo que elas se enquadrem no caso genérico, ou seja, eles são mediadores que transitam permanentemente nesse eixo, análise dos acontecimentos e síntese. Os vários eventos descobertos são organizados em esquemas, o que provê um certo arranjo para as ações e os conecta com as previsões normativas da lei. Nota-se que esses agentes são verdadeiros mediadores no sentido da teoria Ator-rede. “O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOUR, 2012, p. 65).

Rastro

Mas essa tradução entre o esquemático e o complexo apresenta simplesmente uma parte das traduções realizadas pelos operadores do direito, em seguida, é preciso compreender também como eles são capazes de conhecer o complexo. No sistema penal, alguém só pode ser condenado caso haja provas concretas que liguem indivíduos e ações. Nesse sentido, é indispensável a busca das provas.

Isso obriga-nos a entrar propriamente nas delações. Esse material está divido por “termos”, cada um deles representa um determinado assunto de interesse dos investigadores. Então, por exemplo, o termo X tratará sobre a

participação ou envolvimento de fulano e ciclano. A análise desse material demonstra uma estrutura que organizamos da seguinte maneira: 1) um assunto geral, ou o esquema, que diz o que aconteceu e; 2) a operacionalização, que diz como aconteceu (Figura 2). Nessa parte os investigadores estão em busca de materiais (documentos, comprovantes, registros), localizações e temporalidades. Esses elementos são o que estamos denominando "rastros". É a partir deles que é possível comprovar a história contada pelo delator e levantar provas contra outros investigados. Essa materialidade é o máximo de concretude ao qual os investigadores conseguem chegar e, ao mesmo tempo, elas constituem os elementos que comprovam uma série de "deslocamentos geográficos". A partir de um bilhete aéreo, se comprova a viagem de fulano de um estado a outro; a partir de um registro de entrada em um edifício, se comprova o encontro entre duas pessoas; a partir do registro de ligações entre dois números, se comprova a relação existente entre determinados indivíduos.

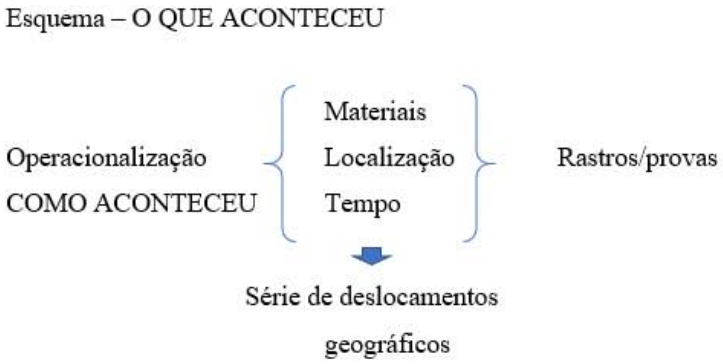


Figura 2. Organização das delações
Elaboração própria

Os rastros são o que permite aos investigadores, e ao pesquisador, reconstituir espacialidades concretas. Eles são o elo, que os acusados procuram ocultar, de operações geográficas sem as quais não é possível a existência do esquema. Ademais, note-se a importância do termo "operacionalização". Esse termo é utilizado pelos próprios investigadores. O operador é uma figura central nos esquemas, pois é ele que efetiva as ações. Ele transporta o dinheiro, por meios digitais ou físicos, emite notas, constitui

empresas de fachada e serviços fantasmas, abre contas no Brasil e no exterior, etc. A partir de uma série de efetivos deslocamentos geográficos é que os esquemas ganham efetividade.

Nota-se, mais uma vez, a importância incontornável dos operadores do direito enquanto mediadores. Sem a dupla tradução que eles realizam, é-nos quase impossível alcançar o conjunto das ações que permitem a corrupção sistêmica. Eles traduzem o complexo em esquemas e os rastros em deslocamentos geográficos efetivos. Nesse sentido, é preciso acompanhar o que esses operadores estão fazendo; sem eles as operações de corrupção quase nunca são rastreáveis. Devemos acompanhar os investigadores nessa coleta de provas, o que nos permite acompanhar os rastros, colocando em relevo as conexões contínuas entre um lugar e outro; conexões essas que permitem que um lugar possa exercer influência sobre outros.

Localização

Entre os rastros, encontra-se em destaque as localizações. Pumain e Saint-Julien (2010a) destacam que dentre os objetivos da análise espacial, encontra-se o de descrever a disposição particular de certos objetos, explicar uma localização por outras. A análise das localizações envolvidas nas delações revela-nos como a corrupção é um objeto fortemente espacial, não simplesmente pelo fato de se apoiar em características genéricas do território, mas por utilizar fixos já estabelecidos neste para outras finalidades. Se, por um lado, as indicações da localização nas delações devem ser precisas para a construção de provas, por outro lado, essa precisão fornece elementos espaciais relevantes para que se compreenda como determinados lugares são eleitos para a operacionalização das ações.

Com o intuito de comprar derivados do Petróleo com preços inferiores, a Brasken, por intermédio do funcionário de alto escalão, Alexandrino, procurou José Janene e este intercedeu junto a Paulo Roberto Costa, diretor da Petrobrás. Em contrapartida, a Braskem pagava anualmente US$ 5 milhões de dólares a Paulo Roberto Costa e ao Partido Progressista. Mas para que tal

esquema se consolide, são necessárias uma série de operações espaciais. Neste caso, Youssef explica que:

> QUE anualmente, o declarante se reunia com ALEXANDRINO, acompanhado também de JOSÉ JANENE enquanto este era vivo, PAULO ROBERTO COSTA e JOÃO GENU, ás vezes no Hotel HAYT [sic] ou TIVOLI, em São Paulo/SP; QUE nestas reuniões eram fixados os termos do acordo, estipulando-se quanto seria pago de vantagem indevida naquele ano; QUE posteriormente havia uma segunda reunião entre PAULO ROBERTO COSTA e o presidente da BRASKEM, JOSÉ CARLOS, para confirmar os termos do acordo ilícito (Termo de Colabora n. 16 de Alberto Youssef).

A citação acima exemplifica como são importantes os rastros e, especificamente, as localizações. O espaço dos hotéis que possuem a característica de servirem aos encontros para os homens de negócios, abriga tanto negócios lícitos, quanto não lícitos. A corrupção utiliza, em sua grande maioria, as formas já existentes, aproveita-se delas, mas as ressignifica. É nessa imbricação que se pode retirar boa parte do conhecimento espacial sobre a corrupção. Como ela utiliza os fixos do território, quais deles servem aos fluxos ilícitos? São perguntas essencialmente geográficas e que as localizações são capazes de revelar.

> QUE a operação dos pagamentos ilícitos se dava inicialmente pela transferência de contas das subsidiárias da BRASKEM no exterior em contas indicadas pelo declarante, que eram contas de clientes de NELMA PENASSO KODAMA, CARLOS ALEXANDRE ROCHA e LEONARDO MEIRELLES; QUE no caso de NELMA, as transferências eram para conta de chineses comerciantes; QUE no caso de LEONARDO, as transferências foram para a conta da RFY, DGX ou ELITE DAY; QUE esses doleiros disponibilizaram reais em espécie ao declarante no Brasil; QUE de posse do numerário, o declarante entregava os valores a JOAO GENU e este repassava a PAULO ROBERTO COSTA; QUE a parte do PARTIDO PROGRESSITA era entregue a JOSE JANENE, quando este era deputado federal; QUE quando JOSÉ JANENE deixou de ser deputado, entregava na residência oficial de JOÃO PIZZOLATI, em Brasília/DF; QUE o declarante mantinha o contato de ALEXANDRINO, da BRASKEM, em um dos seus telefones apreendidos, especificamente o I-phone, e agendava as reuniões com ele via mensagens, whatsup ou telefonemas, e posteriormente tratava dos assuntos pessoalmente (Termo de Colaboração n. 16 de Alberto Youssef).

Essa segunda citação, permite-nos vislumbrar com maior evidência os vários eventos ao longo do tempo para que as operações se consolidem, sua duração, na linguagem de Milton Santos. Além disso, revela-nos a necessidade da técnica e o domínio do espaço. Dígitos devem circular por uma série de contas, no Brasil e no exterior, até serem convertidos em notas físicas, que serão entreguem a determinas pessoas, em determinados lugares. É preciso estar atento, não simplesmente aos objetos, mas ao sistema que eles formam. É o caso das tecnologias de comunicação que servem atualmente a circulação de dinheiro e à marcação de reuniões. A mediação das técnicas entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações organizam o espaço. Essas técnicas, contudo, são localizadas.

Em geral, os atores não possuem o poder de realizar sozinhos seus projetos e para tal precisam de um “operador”, o qual, em geral não trabalha em favor de um projeto apenas, mas sobre a coletividade dos projetos. Este reúne os diversos projetos transacionais: demandas diversas de conexão de diferentes pontos. É o operador que transforma o conjunto de projetos em rede real. Ele não pode evitar proceder a uma coletivização e a uma homogeneização dos projetos individuais, mas não homogeneização total, pois o operador está submetido a configurações nas quais os atores poderosos saberão impor uma configuração da rede mais favorável a seus próprios projetos transacionais (DUPUY, 1998).

Rede

A rede pode ser compreendida como um modelo de análise baseado na topologia, que busca apreender os objetos a partir das posições relativas. Importam nesse caso as conexões que se estabelecem entre os elos. Em sua adaptação geográfica, o modelo das redes auxilia a compreender a interação geográfica: o que se passa ou está em um lugar não é indiferente ao que se produz em outros lugares (PUMAIN e SAINT-JULIEN, 2010b: 5). Essa interação é dada pela mobilidade, ou seja, por aquilo que circula (bens, das pessoas e da informação) e é capaz de afetar outros lugares. A compreensão do fenômeno da corrupção, em última instância, implica conhecer a posição

relativa dos objetos localizados em relação ao território e às características dos fixos[*].

A fraude em licitação, a formação de carteis e a corrupção de agentes públicos possuem uma espacialidade mais tênue, mas podem ser determinadas a partir de interações reticulares. Os membros da organização criminosa são indivíduos localizados espacial e socialmente, que interagem com outros a partir de suas posições ocupacionais, ou seja, pela localização de seus empregos e atividades profissionais. Além disso, eles interagem uns com os outros por meio de pessoas interpostas ou por dispositivos eletrônicos, isto é, precisam de meios concretos para interagirem, festas, reuniões, telefonemas, transações financeiras eletrônicas. Muitas vezes, a fonte de um ganho é uma obra que se localiza a muitos quilômetros de distância desses agentes. Outros objetos mais ou menos concretos surgem como produtos ou proveitos das atividades criminosas. São malas de dinheiro, contas em paraísos fiscais, dinheiro na cueca que precisam ser transportados e lavados. São, portanto, essas várias interações localizadas, eventualmente micro, que constituem o arranjo espacial desse tipo de crime organizado. Os deslocamentos geográficos são fundamentais, pois eles deixam rastros, por meio dos quais as relações entre objetos, indivíduos e lugares podem ser reconstituídas e compreendidas. A recorrência dessas operações transforma os deslocamentos em verdadeiros fluxos. Mas esses fluxos não se estabelecem aleatoriamente. Eles só são possíveis dadas as características dos fixos do território.

A partir desse ponto estamos em pleno ar geográfico. A compreensão do fenômeno da corrupção depende necessariamente de entender os arranjos políticos que se consolidados no território. Retomando, mais uma vez, Milton Santos, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação. É a partir dessa definição que se pode reconhecer as

[*] Recentemente, foi publicado um importante artigo intitulado *The dynamical structure of political corruption networks* (RIBEIRO et al., 2018), a partir de uma investigação realizada por meio dos escândalos de corrupção divulgados na grande imprensa de 1987 até 2014, no Brasil. A rede estruturada pelos pesquisadores é uma rede social, isto é, a conexão entre os integrantes é dada pela presença de indivíduos em mais de um caso. Nossa abordagem é diferente porque falta naquela rede o elemento que consideramos essencial: o espaço.

categorias analíticas internas, dentre elas a configuração territorial. A principal forma de mediação entre esses dois sistemas, entre o homem e a natureza, é dada pela técnica: “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009).

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo construir e demonstrar uma ferramenta que seja capaz de abordar de modo mais assertivo e consistente a espacialidade desse objeto fugidio, constituído pela corrupção e demais crimes do colarinho branco, assim como pela investigação criminal denominada Lava Jato. Resultado da pergunta sobre como abordar espacialmente a corrupção, ele buscou demonstrar que a corrupção é um objeto espacial de partida.

Apontamos que os órgãos judiciários são mediadores incontornáveis para se conhecer o fenômeno da corrupção e dos crimes de colarinho branco em geral. A Operação Lava Jato opera toda a tradução de rastros em provas, demonstrando assim uma série de deslocamentos geográficos e elaborando esquemas sobre os acontecimentos. Esse rastreamento e esquematização são fundamentais para trazer ao conhecimento os objetos, as localizações e as redes utilizadas pelas organizações criminosas. Por seu turno, quando nos desembaraçamos do trabalho dos investigadores, nos é permito ver que os criminosos do colarinho branco atuam dentro de um contexto espacial quando *desviam* recursos, *remetem-nos* para diferentes lugares, fazem *transitar* os ganhos, a partir de determinados fixos do território.

Referências

BEZERRA, M.O. Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal, Coleção Antropologia da política. Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política, Rio de Janeiro. 1999.

BEZERRA, M.O. Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Relume Dumará : ANPOCS, Rio de Janeiro. 1995.

BRUNET, R. Atlas mondial des zones franches et des paradis fiscaux. RECLUS, Paris. 1986.

CARVALHO, J.M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, 2 40. 1997.

COLEMAN, J.W. A elite do crime: Para entender o crime do colarinho branco, 5th ed. Manole, Barueri, SP. 2005.

DUPUY, G. El urbanismo y las redes: Teorías y métodos. oikos-lau, Barcelona. 1998.

DURAND, M.-F., ANSART, T., COPINSCHI, P., MARTIN, B., MITRANO, P., PLACIDI-FROT, D., Atlas de la mondialisation: Comprendre l'espace mondial contemporain. Presses de Sciences Po, Paris. 2013.

FAORO, R. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. Globo, São Paulo. 2001.

GERBER, J., Jensen, E. Encyclopedia of White-collar Crime. Greenwood Press. 2007.

GOMES, P.C. da C., Quadros geográficos: Uma forma de ver, uma forma de pensar. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 2017.

GREGORY, D. (Ed.). The dictionary of human geography, 5th ed. ed. Blackwell, Malden, MA. 2009.

HALL, T. Where the money is: the geographies of organised crime. Geography 95, 4. 2010.

INNERARITY, D. A política em tempos de indignação: A frustração popular e os riscos para a democracia. LeYa, Rio de Janeiro. 2017.

LACEY, A., LUFF, D. Qualitative data analysis. Trent Focus Sheffield. 2001.

LATOUR, B. Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede. EDUFBA-EDUSC, Salvador. 2012.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. L'Atlas 2013. Vuibert, Paris. 2012.

LEAL, V.N., Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Companhia das Letras, São Paulo. 2012.

MACHADO, L.O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose. Brasil. In: CASTRO, I. et al (eds.). Brasil: Questões atuais da reorganização do território, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil 15–64. 1996.

PUMAIN, D., SAINT-JULIEN, T. Analyse spatiale: Les localisations. A. Colin, Paris. 2010a.

RIBEIRO, H.V., ALVES, L.G.A., MARTINS, A.F., LENZI, E.K., PERC, M. The dynamical structure of political corruption networks. physiscs.soc-ph 20. 2018.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, 4. ed., 5. reimpr. ed, Coleção Milton Santos. Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo, São Paulo, SP. 2009.

SOUZA, J. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. LeYa, São Paulo. 2015.

SUTHERLAND, E.H. Is “white collar crime” crime?, in: PONTELL, H.N. (Ed.), Social Deviance: Readings in Theory and Research. PRENTICE HALL, Englewood Cliffs, New Jersey. 1993.

YIN, R.K. Estudo de caso: Planejamento e método. Bookman, Porto Alegre. 2005.

DIÁRIO DE UMA FAVELADA: O DIREITO AO LUGAR NA CIDADE

Edimilson Antônio Mota*

Ludimila Batista Alcantara†

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a luta pelo direito ao espaço e como o lugar de morada e de habitação têm sido um enfretamento histórico, sobretudo para o negro e para a mulher negra, habitante da favela na metrópole. A obra o quarto de despejo: diário de uma favelada, contribui para enunciação de uma narrativa descrita pelo outro. A pesquisa tem como rigor metodológico promover a interdisciplinaridade entre Geografia e Literatura, por entender que ambas falam de um lugar e de diferentes espaços. O trabalho se encontra em fase de conclusão cujo objetivo final é suscitar a luta e resistência da mulher negra e favelada ainda é um campo de disputa.

Conceitos chaves: Mulher negra, Lugar e favela.

Resumen

El presente trabajo tiene por objetivo muestrar la lucha por el derecho al espacio y como el lugar de morada y de vivienda tiene sido un enfrentamiento histórico, especialmente para el negro y para la mujer negra, habitante del barrio bajo en la metrópolis. La obra el cuarto de volcado: diario de una favelada, contribuye a enunciación de una narrativa descrita por el otro. La investigación tiene como rigor metodológico promover la interdisciplinaridad entre Geografía y Literatura, por entender que ambas hablan de un lugar y de diferentes espacios. El trabajo se encuentra en fase de conclusión cuyo objetivo final es suscitar la lucha y resistencia de la mujer negra y favelada todavía es un campo de disputa.

Conceptos clave: Mujer negra, Lugar y favela.

* Doutor em Educação (UFRJ), professor Coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

† Graduando de Licenciatura em Geografia na UFF- Campos. “Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Breves palavras

Carolina Maria de Jesus, mulher negra, que apesar da baixa escolaridade tornou-se uma célebre escritora na década de 60. Catadora de material reciclável, apaixonada pelos livros, utilizava a escrita como ferramenta do poder. Assim, autora resolve elaborar um diário, relatando as vivências e experiências dos favelados. Uma realidade marcada pela exclusão, e sobretudo, pela fome. Mãe e provedora do lar, símbolo de resistência contra os modelos sociais, políticos e econômicos.

Apesar de ser um texto datado, possui delações que ainda são contemporâneas. Onde os enfrentamentos e as conflitualidades cotidianas, dos moradores das favelas são narrados com uma riqueza de detalhes, que transportam o leitor para cena descrita.

O cenário das narrativas de Carolina é a extinta favela do Canindé, localizada as margens do rio Tiete, em São Paulo. Um lugar sujo, sem condições mínimas de habitação, onde a proliferação de doenças é evidente. Um contexto marcado por privações e limitações. Todavia, a fome e escassez não foram eficientes para revogar as determinações internalizadas pela própria autora. Uma perspectiva, talvez utópica, na busca por elementos essências a vida humana, tais como; direitos igualitários, o reconhecimento e da valorização dos excluídos.

A cidade é o palco dos acontecimentos, o lugar do encontro, da conflitualidade, e sobretudo, o espaço de aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais. A discrepância entre riqueza/ pobreza, fartura e privação pode ser visualizada na cidade. Onde indivíduos, têm sua existência negada, mantidos em uma zona de penumbra e esquecimento. A precariedade de alimento, e a presença de indivíduos sujos e maltrapilhos são elementos simbólico que caracteriza o ambiente. Eis a apresentação do quarto de desejo, metáfora utilizada para definição da favela.

“ Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que o político extingue as favelas. ” (JESUS,2014, p.20)

As marcas de oralidade e a escrita rudimentar são elementos que compõem a obra: *O quarto de despejo.* Porém, esses aspectos não

penumbram a essência da narrativa. O lugar de fala e o poder da descrição é descentrado e transferido para favela. O olhar que descreve, não é o midiático, voltado aos interesses elitista e excludente, do capital.

Apesar do trabalho árduo, a autora descreve incessantemente as dificuldades, de sobrevivência dos periféricos nos centros urbanos. O dinheiro adquirido em sua peregrinação diária, não supria as necessidades básica do lar. Desde modo, comer alimentos provenientes do lixo era uma questão de sobrevivência. Conforme afirma Jesus (2014, p.43) " Até vocês, feijão e arroz, nos abandona! Vocês que eram os amigos dos marginais, dos favelados, dos indigentes. Vejam só até o feijão nos esqueceu. "

A fome, a insegurança, a violência e a precariedade no sistema de habitação são realidades e experiências vividas e incorporadas pela autora. A desumanização e a complexidade das relações estabelecidas podem ser compreendidas a partir da seguinte fala: " Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas as misérias são reais. " (JESUS, 2014, p.46)

A obra, traduzida em 13 idiomas percorreu o mundo anunciando a realidade urbana dos excluídos. Apesar do quarto de despejo aqui referido não mais existir, novas alas de isolamentos e descarte social foram surgindo. Um texto, dotado de criticidade e questionamento. O poder, sobretudo o Estatal é duramente tensionado, essas perspectivas fomentadas pela autora outorgam algumas reflexões tais como: o direito à vida, à cidade, à alimentação, dentro outros elementos essências à dignidade humana.

A evocação por políticas publica eficientes, que rejeitem os privilégios são pedidos, e quase súplicas, de Carolina. A dizer que: " O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome é professora. " (JESUS, 2014, p.29)

O presente ensaio tem por objetivo pensar geograficamente a espacialização da obra e vida de Maria Carolina de Jesus. Assim, o diálogo estabelecido entre a literatura popular brasileira e a geografia consiste em um potencial para tal propósito, onde a fome, a mulher negra, mãe, favelada são o centro da sua própria narrativa.

Questões metodológicas que permitem uma aproximação entre a Geografia e a Literatura:

O presente trabalho tem como premissa entender as conflitualidades, que envolve o cotidiano da cidade no que tange a exclusão dos seus moradores, especificamente para a biografia de Carolina de Jesus, uma mulher negra e favelada. No centro urbano o valor de uso é priorizado, o valor troca, ou uso social do espaço é desconsiderado. A cidade, o centro de decisão e o motor potencial para o mercado, é influenciada por diversos agentes modelares do espaço urbano. Assim, o acesso ao capital financeiro, é o principal articulador das ocupações dos espaços urbanos.

> A população pobre desassistida pelo Estado, que não oferece habitação sociais suficientes ou compatíveis com seus rendimentos baixos e irregulares, não tendo condições de participar do mercado imobiliário mesmo irregulares (loteamentos) ou do mercado de casas de aluguel, tomo a iniciativa de invadir pequenas áreas ou glebas de grandes dimensões e tentam resistir as tentativas de expulsões. (VASCONCELOS,2013, p.30)

A segregação espacial é parte integrante da realidade urbana. A contradição internalizado no modo de produção capitalista é evidenciada a partir da produção de espaço desiguais e os espaços diferenciados.

De acordo com Vasconcelos (2013), a sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo. E que essa as diferenças espaciais podem em certos casos ser “vista do avião”. As cidades em sua composição heterogênea, apresentam-se como um espaço dialético, com um “poder” de inclusão e exclusão, de uma classe menos favorecida.

A cidade é um lugar datado de interditos. O acesso a determinados lugares é sancionado pelo poder do discurso. A favela com sua imagem distorcida é apresentada pela mídia, como um lugar deteriorado, violento e, sobretudo com ausência de humanidade. Este espaço, socialmente determinado para a classe menos abastada, exclui e rejeita os direitos individuais e coletivos.

> “ As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade

> tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de *setim*[*]. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014, p. 37)

Maria Carolina de jesus, descreve a cidade, e sobretudo, a periferia com o olhar do Outro. As narrativas são descritas, por uma mulher negra, moradora da periferia, com uma realidade marcada por limitações e privações. Conforme citado: “Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado. ” (JESUS, 2014, p.41)

O ponto de vista de quem está dentro, permite evidenciar fatos e fenômenos que seriam desconsiderados na trama e no enredo construído por uma classe dita superior. As experiências e vivências por Carolina estão pautadas na exclusão. A escrita é considerada como ferramenta do poder e resistência.

“ Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. ” (JESUS, 2014, p.36). Carolina acreditava que suas enunciações seriam capazes de atenuar o sofrimento dos favelados. A fome é apontada por inúmeras vezes, como o principal agente, capaz degenerar o homem.

Para Jesus (2014), “ Comida no estomago é como o combustível nas maquinas. ” O alimento digno é um elemento essencial à vida. Uma mulher guerreira, que por inúmeras vezes foi abatida pela fome. A fome é um problema real da sociedade brasileira. Esta temática fomentada por Carolina ainda na década 60 é vigente.

É preciso ouvir as vozes que ecoam do “quarto de despejo”, os olhares devem se direcionar para as periferias do Brasil. Para além disso, mais do que simplesmente olhar, atribuir valor ao que é visto.

Lefebvre (2001) propõe como método a transdução, que consiste em: elaborar e construir um objeto teórico, a luz das informações, conflitualidades, problemáticas que são coletadas a partir da realidade. Uma concepção fortemente impregnada pelo sentimento de utopia.

[*] Setim= Cetim- Um tipo de tecido, considerado pela autora como “nobre”. A escrita de Carolina foi mantida, nesse sentido, alguns erros ortográficos podem ser visualizados ao longo de sua obra.

Assim, o objeto de análise é a cidade, especificamente as relações de poder, que afeta diretamente na distribuição e a qualidade de vida dos habitantes dos centros urbanos. A favela é associada como um lugar embebido de subjetividade e singularidade, dotados de uma carga simbólica que marca o sofrimento e calamidade humana.

A discrepância social é evidenciada no espaço urbano. A cidade romantizada por Jesus (2014), é incapaz de incorporar os periféricos. Deste modo, acredita-se que a favela é o lugar de guardar os excluídos da cidade. Carolina afirma que: " Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. " (JESUS, 2014, p.37)

As reflexões apontam que, ausência de políticas públicas, contribui para o agravamento da situação das comunidades periféricas. Todavia, surge a necessidade de elaboração de um "projeto igualitário urbano". As ações e medidas prevista em tal planejamento devem considerar a escuta ativa dos moradores de periferia. Portanto, a elaboração de tal planejamento propõe a participação coletiva.

Ao classificar "áreas de abandono", Vasconcelos (2013) apresenta as seguintes justificativas, para tal fenômeno:

" Em parte devido à ilegalidade das ocupações, assim como à sua irregularidade, o Estado não se sente obrigado a investir nessas como nas demais partes da cidade. " (VASCONCELOS, 2013, p.32)

As áreas com interesses turístico e imobiliário tendem a ser valorizadas para a incorporação benfeitorias públicas, quem visão a longo prazo o lucro. Assim, o estético, o belo, as ruas pavimentas, o acesso à educação e a cidade propriamente dita, é uma realidade parcial do centro urbano.

Para Corrêa (2013), a segregação residencial é um fenômeno indissociável do surgimento das classes sociais. Logo, a "autossegregação" e a "segregação compulsória", são forma urbanas, condicionadas pelos indivíduos pertencentes ao grupo detentores dos meios de produção.

Os moradores das comunidades não escolheram o isolamento. Carolina aponta ainda que de forma implícita, para os verdadeiros "donos" da cidade. A cidade pertence as classes ricas. Os pobres, são considerados os fantasmas

dos centros urbanos. Estes são os causadores da desordem, do medo. São estigmatizados, conforme se descreve:

> " É fácil perceber que eles são da favela. São maltrapilhos da cidade. O que vão encontrando pelas ruas vão comendo. Cascas de bananas, cascas de melancias e até casca de abacaxi, que é tão rustica, eles trituram. " (JESUS, 2014, p.45)

A autossegregação residencial é um estilo de vida, pertencente a classe elitista. Consiste em "isolamento" intencional, cuja os interesses são definidos de acordo com a acumulação de riqueza. Geralmente, podem ser evidenciados na cidade, sob formas de grandes e luxuosos condomínios, que soam de forma destoante aos demais elementos presentes na paisagem.

Pessoas com um alto poder aquisitivo, em suas "cidades fechadas", obtém segurança, lazer, habitação, e sobretudo, à acessibilidade. Todos esses elementos assegurados pelo Estado. Estudos recentes, tem comprovado que a disseminação do medo nos centros urbanos possui intencionalidades, que obedecem a lógica do mercado. Diversas empresas, sobretudo, de segurança e imobiliárias aumentaram os lucros nos últimos anos. No entanto, a classe assalariada, não assume esses privilégios.

Os excluídos, por suas condições sociais e econômicas, ocupam lugares que lhes são impostos, por uma sociedade racista, elitista e excludente. A permanência de residências subalternas justapostas a centro residenciais de alto padrão, tem causado constrangimentos. Conforme citado: " O vizinho de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não querem a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres. " (JESUS, 2014, p.55)

A favela de Carolina e o Lugar

A definição do conceito de lugar é complexa, à medida que é um termo polissêmico, embebido de subjetividade. Distanciando-se do senso-comum, cuja as definições abarcam um "lugar" material, tangível capaz de comportar

objetos e pessoas. Busca-se aproximação, de um conceito que preze as identidades e as diversas trajetórias presentes em um dado espaço.

A identidade e a diferença são elementos frutos de uma construção social que justificam as ocupações na sociedade contemporânea. O Poder da narrativa, capaz de deturpar e causar distorções, enaltece determinados grupos em detrimento de outros.

A concepção de lugar, como um conceito essencialmente valorizador da dimensão Cultural- simbólica, permite a decodificação dos fenômenos sociais e geográficos presentes na realidade urbana. Nesse sentido, o lugar na qual nos aproximamos valoriza os agentes sociais e as relações estabelecidas no cotidiano.

Para Lopes (2016), o sentido de lugar está intimamente relacionado as vivencias e experiências, que possuem como resultantes as memorias e os sentimentos adquiridos pelo ambiente descrito. Os elementos simbólicos são intrínsecos de cada lugar, tornando-o distinto e singular.

É inegável que os fenômenos econômicos e políticos influenciam diretamente as relações estabelecidas na sociedade. Conforme citado: “ Atualmente somos escravos do custo de vida. ” (JESUS, 2014, p. 11) Todavia, é necessário valorizar e reconhecer os gritos que ecoam do quarto de despejo.

> “Estou. Mas faz de contas que não estou, por que tenho muito nojo daqui. Isto aqui é lugar para os porcos. Mas se pusessem os porcos aqui, haviam de protestar e fazer greve. Eu sempre ouvi falar na favela, mas não pensava que era um lugar tão asqueroso assim. Só deus para ter do de nos.” (JESUS, 2014, P.48)

O espaço de fala é estabelecido, e as inquietudes da autora são evidenciadas em seu diário. Assim, denúncias contra o sistema político brasileiro são colocadas em xeque. Ausências de políticas públicas e de reconhecimento da comunidade menos abastada, apresentadas por uma mulher negra, periférica e excluída.

A luta pela qualidade de vida e pelo espaço de habitação é uma constante. O sentimento de pertencimento ausente é evidenciado na escritura de Carolina (2014). A apropriação da favela é vista pela autora como lugar de estadia ou passagem.

A literatura da denuncia

> " Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de leitura. Seja o que Deus quiser eu escrevi a realidade. " (JESUS, 2014, p.197)

A autora, em sua sensatez fomentou inúmeras discussões sociais-políticas. Uma escrita simples dotada de intencionalidade. As perspectivas que abarcam a obra estão fundamentadas a luz da realidade e do cotidiano das cidades contemporâneas.

Os direitos individuais e coletivos são questionados por uma semianalfabeta. Que utilizava livros recolhidos no lixo São Paulo, para o crescimento pessoal. Uma mulher que utilizava os intervalos, da dupla jornada de mãe e provedora do lar, para se dedicar a escrita e a leitura.

A ferramenta do poder utilizada por Carolina é a escrita. A utopia e o revolta eram perspectivas latentes, características estas pautadas na superação da fome. As calamidades e suplícios enfrentados pelos moradores de residências subalternos, foram evidenciadas para o mundo.

A cidade apresentada por Carolina, é multifacetada. Desta forma, uma complexidade de fenômenos que dificilmente poderiam ser esgotados. O Espaço Fragmentado e heterogêneo como sugere Corrêa (2013), acrescido diversas identidades cultural- simbólicas.

A fome é um problema social e político, que subtrai a dignidade humana. Esta condição, ainda que legitimada é negada a uma minoria. Conforme o testemunho a seguir: " E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual- a fome! " (JESUS, 2014, p.32)

A divisão social do trabalho por um longo período da história, foi atribuído aos indivíduos devido uma narrativa étnico-racial. Uma perspectiva inventada pelos europeus, com o objetivo de legitimar suas imposições e violências. Assim, a formação territorial do Brasil é fortemente influenciada pelo trabalho de negros, indígenas e outros povos escravizados.

As estruturas atuais do Brasil, persistem em excluir, subalternizar, e sobretudo, em promover as desigualdades sócio-espacial. É nesse sentido que Quijano (2005), afirma que rompemos o período colonial e ainda coexistimos com a "colonialidade do poder".

> "Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade do povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, que não sabe o que é fome, a dor e a aflição do pobre. Se a maioria se revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou do lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores. "

Considerações finais

Carolina Maria de Jesus, é a cerne deste ensaio. O principal objetivo é evidenciar o espaço social de onde fala a autora. A busca pelo reconhecimento, e sobretudo, pela habitação digna, são partes integrantes da vida e a obra apresentada. O direito à cidade e a luta contra toda forma de discriminação são elementos fundamentais no discurso traçado por Carolina.

Esse trabalho busca ainda que de forma sucinta, discutir a segregação espacial e o esquecimento social vivenciada por Carolina. A sonhada casa de alvenaria e a saída da favela se tornou realidade após a publicação de seus diários.

Reconhecemos nesse sentido, a leitura e a escrita, com ferramenta de emancipação humana, capaz de delatar injustiças sociais e políticas. Conforme citado por:

" A democracia está perdendo seus adeptos. No nosso paiz [*]tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco morre um dia." (JESUS, 2014, p.39)

Nossa proposta não é esgotar a temática, mas estabelecer um pensar geográfico dos fenômenos que ocorrem na favela. Que por sua vez permitem uma aproximação da literatura e a geografia.

Este trabalho é fruto de inquietação de uma estudante, mulher, negra, licencianda em Geografia, bolsista do PIBID, em que se discute no subprojeto

[*] Paiz= país. A autora se referia ao Brasil. Conforme citado anteriormente foram mantidas as marcas de oralidade e a escrita "rudimentar" da autora.

multiculturalismo com foco no racismo. Que acredita sobretudo, no poder do discurso emancipador dos menos abastados.

Os grupos sociais excluídos são parte integrantes dos centros urbanos. A favela é indissociável da cidade, assim como a alto sociedade é dos miseráveis. Carolina Maria de Jesus é uma voz ativa contra todos os embates e enfrentamentos da comunidade periférica.

Referências

JESUS, Carolina Maria de. O **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. - 10.ed.- São Paulo: Ática, 2014.

QUIJANO, A**. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina**. Argentina: CLASCSO, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. CORRÊA, Roberto Lobato. PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial-** São Paulo: contexto, 2013.

Souza, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. 3º ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

FESTA DE SÃO BENEDITO: TERRITORIALIDADE E CULTURA NO MUNICÍPIO DE MACHADO-MG

Jhonatan da Silva Corrêa

Resumo

A festa de São Benedito no município de Machado-MG completou cem anos de existência em 2014. A festividade está inserida no catolicismo popular e nas religiões afro-brasileiras. Contudo, com o decorrer dos anos houve modificações em sua estrutura. Outrora de origem popular, hoje possui uma estrutura mais complexa, pois, é organizada através de um “tripé” sendo a Prefeitura de Machado-MG, a Associação dos Congadeiros Tio Chico e a Paróquia Sagrada Família e Santo Antônio. Devido a isso, começaram a surgir conflitos relacionados à territorialidade e sua organização. Como consequência a territorialidade ligada a cultura do município vem diminuindo em prol da territorialidade comercial. Para o desenvolvimento do trabalho foi indispensável revisões bibliográficas, entrevistas e trabalhos de campo com o objetivo de entender a dinâmica cultural e territorial da Festa de São Benedito em Machado-MG.

Palavras-Chave: Tradição. Conflito. Poder.

FIESTA DE SÃO BENEDITO: TERRITORIALIDAD Y CULTURA EN EL MUNICIPIO DE MACHADO-MG

Resumen

La fiesta de São Benedito en el municipio de Machado-MG completó cien años de existencia en 2014. La festividad está inserta en el catolicismo popular y en las religiones afrobrasileñas. Sin embargo, con el transcurso de los años hubo modificaciones en su estructura. Otrora de origen popular, hoy posee una (estructura) más compleja, pues, es organizada a través de un "trípode" siendo la Alcaldía de Machado-MG, la Asociación de los Congaderos y la Parroquia Sagrada Familia y Santo Antônio. Debido a ello, comenzaron a surgir conflictos relacionados con la territorialidad y su organización. Como consecuencia la territorialidad ligada a la cultura del municipio viene disminuyendo en relación de la territorialidad comercial. Para el desarrollo del trabajo fue indispensable revisiones bibliográficas, entrevistas y trabajos de campo con el objetivo de entender la dinámica cultural y territorial de la Fiesta de São Benedito en Machado-MG.

Palabras clave: Tradición. Conflicto. Poder.

Introdução

A Festa de São Benedito desde a década de quarenta do século vinte ocorre tradicionalmente no mês de agosto, em sua segunda quinzena. A festividade mantém em seu cerne uma forte ligação entre as manifestações culturais afro-brasileiras, e a Igreja católica mais precisamente o catolicismo popular. O primeiro Registro escrito se trata do ano de 1914, onde a festa foi realizada graças ao esforço da população local, em sua maioria afrodescendentes. A festividade sofreu diversas transformações ao longo de sua existência, que culminou tanto na transformação econômica como cultural. Com isso, alguns aspectos foram incorporados em detrimentos de outros que foram retirados culminando no que a festividade é hoje com seus cento e quatro anos completados em 2018.

A perpetuação cultural, também, é motivo de investigação na presente pesquisa, onde se busca compreender como é feita a inserção de crianças e jovens no cenário cultural do município referente as congadas. Buscando, assim, assimilar, como anda a atual situação cultural do município que tinha e ainda tem na oralidade uma das principais formas de perpetuação cultural. Segundo Bosi (1996) a “educação informal”, junto a uma sistemática mantém o conjunto de conhecimentos culturais vivos, perpetuando: valores, crenças e toda uma simbologia. Caso essa estrutura seja corrompida, toda cultura de um povo com o tempo pode se deteriorar, seguindo, assim, para seu fenecimento. Ademais, há também no município, recentemente, realizado pelas escolas através da educação não-formal a inserção da cultura das congadas no meio escolar – contribuindo para a manutenção cultural do município através dos ternos mirins.

Durante todos esses anos de existência a Festa de São Benedito, centenária e tradicional, tem em seu cerne manifestações culturais que por muito tempo foram tidas como profanas, pelo catolicismo oficial onde não se reconhecia a expressão do catolicismo popular existente no município gerando diversos conflitos.

Logo, através das transformações restaram questões: como está sendo feito a perpetuação cultural? Será que a festividade ainda mantém os aspectos

culturais de outrora ou a festa vem se tornando cada vez mais comercial com o decorrer de sua existência passando por mutações ou até mesmo revoluções rompendo com a estruturação da mesma lhe dando outra característica e finalidade? Portanto, o presente trabalho possui como objetivo a compreensão da dinâmica territorial festiva, dos aspectos relacionados à cultura, e as possíveis transformações sofridas em sua estruturação ao longo do espaço-tempo.

Ademais, para o desenvolvimento foi realizado uma revisão bibliográfica com os principais conceitos trabalhados como: Cultura, lugar, sagrado e profano, território, territorialidade e poder. Além disso, foi indispensável um estudo historiográfico sobre a Festa com o intuito de perceber suas modificações espaciais e temporais. Além disso, houve trabalhos de campo nos dias não festivos e festivos e aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os questionários foram destinados aos barraqueiros e as entrevistas semiestruturadas as pessoas ligadas diretamente a constituição da festa e populares – possuindo o intuito de trabalhar o ser-no-mundo e sua geograficidade. Portanto, o presente artigo tem uma abordagem metodológica ligada a Geografia Crítica quando abordado a questão territorial e uma abordagem ligado à geografia humanista quando tratado as questões de pertencimento e identidade do público em relação a festividade.

Trabalhando entre conceitos

Ao abordar a religião também se torna necessário refletir sobre os indivíduos e grupos que constituem os espaços sagrados. Portanto, tem uma relação entre o espaço e a religião sendo essencial a compreensão do espaço sagrado e profano (ROSENDAHL, 2012ª)

Segundo Rosendahl (2002) o sagrado consiste na experiência regida e guiada pelo simbolismo religioso já o espaço profano seria privado de sacralidade, mas se manteria vinculado com o espaço sagrado. Ademais, para Eliade (1962); Rosendahl (2002), com a manifestação do sagrado costuma haver alteração no espaço vivido pelo homem, onde se rompe com o habitual,

causando assim uma ruptura com o profano, modificando seus modos comportamentais ante as hierofanias.

No cotidiano dos agentes sociais as práticas espaciais se manifestam ligadas a uma religião ou não. Logo, há uma relação entre política, religião e espaço que se manifestam de formas dessemelhantes, justamente por esses conflitos, em relação ao território e seus agentes constituidores. De acordo com Raffestin (1993), o território se produz através das relações de poder, é um local onde se teve a projeção do trabalho, da energia e informação. “É imprescindível, portanto, que contextualizemos o ‘território’ [..].” (HAESBAERT, 2011, p. 78). Além da questão histórica ser essencial para entender o território, é fundamental compreender que sem relação social o mesmo cai em sua inexistência (HAESBAERT, 2015). A produção, troca e consumo existente no território é o que caracteriza a territorialidade (RAFFESTIN, 1993). Por isso, todo sistema territorial possui sua territorialidade, ou seja, a territorialidade é inerente ao território.

Nas territorialidades festivas acontecem às relações, é onde o poder se manifesta resultante de dois polos que se fazem face a face, ou que esteja em discordância, criando, assim, o campo do poder que é definido como uma combinação de energia e informação, visando o controle e a dominação da situação (RAFFESTIN, 1993). Devemos entender que o poder não pode se dar, não sendo possível trocá-lo, logo se percebe que não é possível deter poder. O poder é exercido e existe na ação, sendo uma reação de força. O poder não se limita somente ao Estado e grandes instituições, mas se encontra presente em todas as camadas da sociedade (FOUCAULT, 2017).

> O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali [..]. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte esse poder ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2017, p. 284).

Devido a isso discutir a relação de poder e a territorialidade festiva se torna necessário, principalmente para entender sua dinâmica, onde há uma possível perda do território festivo cultural em prol do comércio – ocorrendo o

que Claval (2014) chama de mutação cultural, sendo modificações que surgem no cerne de uma cultura. Para ele essas modificações acontecem de duas formas sendo através da mutação (como já mencionado) e da revolução. Na última existe então uma mudança drástica onde a cultura perde seus elementos tradicionais dando origem ao novo. De acordo com Rosendahl (2009) em festas ligadas ao sagrado e profano sempre há circunscrito sobre elas um desenvolvimento comercial com fim de atender o público.

Entretanto, de acordo com Harvey (2009) existe uma penetração do capital nas manifestações culturais e com isso vai se estabelecendo um domínio dos gostos culminando na homogeneização, um mercado de massa. Logo, o Capital cria imagem e símbolos que são propagados. Como consequência, os espaços efêmeros como a Festa de São Benedito se tornam um atrativo sendo explorados e apropriados pelo capital para as suas finalidades.

Por isso, a cultura do lugar pode estar passando por uma mutação ou até mesmo se revolucionando. Ademais, cabe destacar que o termo cultura é um termo polissêmico, por isso, muito difícil de discorrer sobre (BAUMAN, 2012). Para tanto, segundo Bauman (2012); Corrêa (2009), o conceito vem se transformando ao longo do espaço-tempo, tendo uma conotação diferente em cada período, de acordo com sua contemporaneidade. Para Claval (2014) a cultura é algo que está em constante transformação podendo assimilar elementos de outros grupos (externo) ou também pode haver transformações internas. A cultura seria para ele todas aquelas bagagens de conhecimentos e valores carregadas no âmago de um ser, muitas adquiridas e repassadas por gerações.

Logo, se percebe a importância da informalidade como um sustentáculo, principalmente das culturas populares. Em consonância com Gaspar (2002) para que aconteça a educação informal não é necessário um lugar e nem horário, os conhecimentos são partilhados através das relações socioculturais alicerçadas por quem sabe o por quem pretende saber – uma característica desse conhecimento é que quem aprende pode incorporar sem necessariamente perceber a ação. Ademais, ele deixa bem claro que existem

outras formas de transmitir a cultura sendo a não-formal uma delas, se originando pela atual complexidade da vida humana:

> [..] definidas por muitos pesquisadores como ***educação não-formal***, têm também disciplinas, currículos e programas, mas não oferecem graus ou diplomas oficiais. Nessa educação não-formal, inclui-se o estudo das línguas estrangeiras e de espacialidades técnicas, artísticas ou semelhantes, oferecido presencialmente em escolas com horários e períodos letivos bem definidos, ou à distância, via correio postal ou eletrônico. (GASPAR, 2002, p. 173, grifo do autor)

Contemporaneamente a educação não-formal possui grande papel na manutenção cultural do local. Constituindo e formulando o lugar que é definido de acordo com Tuan (2013) pelo sentimento de pertencimento do indivíduo. O lugar está diretamente ligado ao espaço vivido, sendo assim, coberto por ontologia e geograficidade elaborando a relação do ser-no-mundo (HOLZER, 2010).

A cultura popular: Festa de São Benedito em Machado-MG

Patrimônio Cultura Imaterial do Povo Machadense a Festa de São Benedito completou cem anos de existência no ano de 2014. Portanto, o primeiro registro escrito da Festa de São Benedito trata-se do ano de 1914. “No primeiro livro de tombo da Paróquia da Sacra Família e Santo Antônio encontra-se o registro da celebração de uma festa em louvor de São Benedito, no dia 13 de maio de 1914, “*devido principalmente à população de cor*” (REBELLO, 2006, p. 184, Tombo II, grifo do autor).

Logo, se percebe conforme mostra Rebello (2006) ao consultar o livro de tombo da Paróquia Sagrada Família e Santo Antônio que a gênese festiva se constitui através da população do município. Dando destaque a população negra que tem São Benedito como seu padroeiro.

A Festa de São Benedito hoje é comemorada no mês de agosto, mais precisamente em sua segunda quinzena. Entretanto, nem sempre foi assim. De acordo com Gonçalves e Reis (1979) houve variações na década de trinta e quarenta, do século vinte. A primeira festa chegou a ser realizada no mês de julho, com o advento da década de quarenta houve sua constituição no mês de

setembro e em 1942 começou a ser organizada no mês de agosto, sendo assim até o presente momento.

Segundo Gonçalves e Reis (1979) as festas relacionadas às populações negras como a de São Benedito têm o costume de acontecer no mês de maio, devido a abolição da escravatura e por ser em maio o mês consagrado de Nossa Senhora. Mas, então, por que agosto? Segundo as autoras referidas acima, agosto seria uma época mais propícia onde as pessoas se encontrariam com mais dinheiro devido o fim da colheita do café – importante fonte econômica do município.

Por isso, é entendido o porquê da Festa de São Benedito ocorrer em agosto. Os Congadeiros do município de Machado-MG em sua maioria são de origem humilde e possuem forte vínculo com o rural sendo alguns trabalhadores do campo. Carvalho (1985) mostra claramente que é a população negra do município a responsável pelo brilho festivo que remonta ao período colonial do país, fase em que ainda existia a escravidão.

Para Costa (1973) a principal festa popular de Machado-MG no início do século XX está relacionado as Congadas:

> Na cidade, naquele tempo, não existia clubes, quando eram organizados bailes mais solenes, de caráter social, era cedido para êsse fim, por tolerância da autoridade judiciaria, o salão do forum. Ou, então, um salão de casa particular era emprestado, para êsse fim, pelos donos. Nos casos comuns, entretanto, ou "improvisados", como se dizia, a sala mais visada, para êsse fim, era a dos proprietários mais tolerantes e bondosos incapazes de recusar [..] Êsse hábito abusivo só cessou com a fundação do "Centro Machadense". Êsses eram os folguedos da época, mais de uso, entre as famílias de classe elevada. – Para a gente do povo, porém, embora participando, os folguedos prediletos eram, principalmente, as festas de "congado", por ocasião das festas religiosas do Rosário e os circos de cavalinho. – Em Machado já no começo do século as festas de "congado" – ou para falar clássico – de "congadas" – eram bastantes animadas (COSTA, 1973 – 1976, p. 47).

Em consonância com Rebello (2006) no ano de 1923 houve a mudança de ponto da irmandade do Rosário trocando o nome da Festa do Rosário para Festa de São Benedito. Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia são os Santos homenageados e ligados a Festa. Cabe ressaltar que existe na constituição festiva elementos do catolicismo popular – que de acordo

com Rosendahl (2012b) é característica encontrada somente no Brasil e elementos das religiões afro-brasileiras.

Juntando todos esses componentes se compreende que a força popular é elementar para a existência e formação da festividade principalmente em seu início. Portanto, quando é dito popular me refiro ao povo de uma forma sociológica.

> [..] apesar de o *Novo Dicionário Aurélio* definir a palavra povo como *"o conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos, afinidades e interesses, uma história e tradições comuns*" em termos sociológicos, ela adquire uma característica muito importante: a condição socioeconômica. Por mais que nos esforcemos, não podemos dizer que a classe dominante tem os mesmos costumes e hábitos e tradições, comuns, iguais ou menos parecidas com as das classes subalternas. Retomando a definição do dicionário, a única identidade possível e indiscutivelmente é o idioma (CALDAS, 2008, p. 84 – 85 grifos do autor).

A cultura popular se diferencia da cultura das classes dominantes e pode estar presente em vários lugares. Umas das características dessas culturas é o anonimato, contendo a posse pública, também pode se caracterizar em criações coletivas (CALDAS, 2008).

> "[..] no caso brasileiro, imediatamente nos ocorre o samba, o carnaval, e o futebol como expressões máxima da nossa cultura popular. Outras manifestações, porém, não podem ser deixadas de lado: as festas religiosas e profanas, os bailados, os ritos, as danças dramáticas como a do Moçambique, bumba-meu-boi, o cateretê, catira, quero-mama, dão-dão, cana-verde, etc.[..]" (CALDAS, 2008, p. 83).

Sendo assim, a Festa de São Benedito juntamente com as congadas e outras manifestações culturais referentes a Festa são de cunho popular devido a sua formação e os agentes que as constituíram e as constituem.

As transformações ao longo do espaço tempo

As congadas, juntamente com o bumba-meu-boi, os caiapós, embaixada, entre outras atrações culturais conduzem o grande espetáculo festivo. O espaço outrora chamado de profano, hoje os Congadeiros o chamam de espaço das congadas: por ver na palavra profana uma denominação que pode remeter a uma descrença por parte deles ao sagrado. Logo, é nítido que

para eles a palavra profana não se identifica como um complemento ao sagrado, mas sim a uma aversão ao religioso[*].

Ademais, tanto a festa como as manifestações culturais sofreram transformações através do espaço-tempo onde alguns aspectos deixaram de ser incorporados e outros absorvidos conforme mostra Claval (2014) referenciado acima. Entretanto, algumas modificações como no caso das congadas observadas em relatos e na festividade acabam tirando a autenticidade dos ternos do município culminando no novo que muito ou nada pode conter dos aspectos de outrora, trazendo novos elementos. “A cada ano infelizmente as congadas mais descaracterizam e perdem a autenticidade. Seus integrantes esqueceram os gestos e rituais, não sabem “tirar as modas” antigas, pouco cantam e sofrem deletéria influência das escolas de samba.” (REBELLO, 2006, p. 181).

Não se trata aqui de “congelar” uma cultura, mas sim de preservar seus aspectos históricos e simbólicos, para que o mesmo não se perca no tempo. Esforços como o que será mostrado posteriormente são realizados no município para tentar conservar essa condição: existe aqui um grande desafio que é trabalhar a mutação cultural sem perder a essência dos rituais e traços característicos das Congadas de Machado-MG.

Além dessa questão simbólica, a festa sofreu com o decorrer dos anos mudanças tanto estruturais como físicas. O que vem causando metamorfoses em seu espaço outrora modesto, hoje se encontra uma infraestrutura maior e muito mais complexa que antes. Contudo, as mudanças obtidas mostram sua importância no cenário cultural do município de Machado-MG – não só em relação ao religioso, pois, hodiernamente é a principal Festa do município e também a mais tradicional.

> Em 1.963, as comemorações beneditinas ainda eram depreciativamente denominadas “uma espécie de quermesse de pretos”, no histórico do Ginásio São José”. Com o tempo a animosidade cessou porque os brancos dominaram a Festa, e a Paróquia resolveu explorá-la como fonte de renda. Ela se desenvolveu e assumiu características atuais a partir de 1.965,

[*] Por anos a Igreja considerou a manifestação como profana, e isso teve um grande impacto negativo perante aos Congadeiros que hoje não gostam de usar essa palavra.

> quando aqui chegou o Cônego Walter Pulcinelli. Ele acabou com duas celebrações religiosas (São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida) para concentrar esforços na de São Benedito, obtendo um retorno financeiro esperado (REBELLO, 2006, p. 186).

Segundo Rebello (2006) houve o "embranquecimento" da população festiva, posteriormente a festa passou a ter um investimento maior inclusive de grandes fazendeiros. Segundo Gonçalves e Reis (1979) houve na época esforços para aumentar a produção de café do município, onde o Prefeito da cidade Walter Palmeira e o Cônego Walter M. Pulcinelli, através de medidas públicas de incentivos a plantação do café foram atrás de lideranças com o intuído de fazer com que as mesmas participassem. O esforço obtiveram resultados, aumentou a produção do café no município. "Isso explica, de uma vez por todas, a modificação do panorama econômico da Festa de São Benedito. Um povo bem aquinhoado financeiramente e de fé religiosa convicta é um povo que colabora com a Igreja." (GONÇALVES e REIS, 1979, p. 24).

Todavia, a festa de São Benedito não se faz somente no terreiro (praça de São Benedito) as ruas começaram a receber barracas onde se estabeleceu um comércio sendo possível encontrar uma grande variedade de produtos. A feira atrai barraqueiros de diversas localidades, com produtos mais baratos o que acarreta a insatisfação dos comerciantes locais que veem suas vendas ter decréscimo durante o período festivo. Mas, hoje os barraqueiros são essenciais para o sucesso da Festa de São Benedito no município de Machado-MG. "É verdade que nem sempre essa feira existiu e que no seu início não tinha as mesmas proporções atuais. Contudo hoje é parte integrada da festa e isso não mais se discute: constata-se." (GONÇALVES e REIS, 1979, p. 24).

Portanto, essa ascendência dos barraqueiros traz o questionamento sobre os rumos em que Festa de São Benedito do município de Machado-MG se encaminha. Será que essa comercialização distorce sua existência, ou seja, as práticas comerciais sobressaem sobre as questões Culturais que constituem a Festa de São Benedito? Concomitantemente, há de se entender que sem os barraqueiros a festa não teria à proporção que existe hoje.

Outra transformação importante no cerne festivo foi a criação da Associação dos Congadeiros Tio Chico. Com isso, os mesmos passaram a ter

uma representatividade instituída, o que trouxe algumas transformações na estrutura festiva do lugar com o decorrer dos anos. Portanto, a partir desse momento, houve uma maior automação em relação às congadas perante as competências políticas do município.

Com o registro ou "tombamento" da Festa de São Benedito de Machado-MG, no ano de 2010, se obteve maior complexidade organizacional na territorialidade festiva passando a ser organizada de forma mais dinâmica por um "tripé": Prefeitura de Machado-MG, Paróquia Sagrada Família e Santo Antônio e a Associação dos Congadeiros Tio Chico. O que acaba resultando em uma maior diversidade territorial e, por conseguinte, aumentando o conflito referente a territorialidade festiva.

Territorialidade em disputa: conflitos existentes

Após entrevistas realizadas com capitães de Ternos e ex-presidentes da Associação dos Congadeiros e atual: percebe-se que há um encurtamento do espaço festivo relacionado aos aspectos culturais do município. A principal crítica é relacionada a essa questão referente as barracas que se encontram no terreiro de São Benedito, onde as mesmas ao instalarem cadeiras e mesas do lado de fora limitam a prática cultural diminuindo o espaço principalmente quando ocorre a inserção de mais de uma fileira de mesas e cadeiras conforme se verifica no auge festivo – sendo possível perceber em alguns lugares três, quatro fileiras de mesas e cadeiras. Com isso, as apresentações culturais acabam sendo prejudicadas em prol do comércio, grande motivo de reclamações dos capitães de ternos do município.

Outro aspecto percebido é que a perpetuação cultural outrora se dava estritamente de forma oral, ou seja, realizada através de uma educação informal: geralmente passado de pai para filho. Com a inserção das congadas mirins em algumas escolas no final do século XX e início do século XXI, criou-se uma segunda forma através da educação não-formal de se manter a cultura local. Doravante, vem se mostrando importante para a constituição de novos e futuros Congadeiros para o cenário cultural de Machado-MG.

Com a preocupação de manter os traços originários culturais referentes as congadas, houve a criação do Terno Demonstração ou Terno Modelo como alguns preferem chamar. A finalidade do terno é reconstituir as batidas tradicionais referentes às antigas congadas que havia no município. Logo, vai se percebendo que Festa de São Benedito, vem incorporando novos elementos e deixando outros de lado. Contudo, há esforços de pessoas ligadas a festividade para mantê-la sempre viva.

A territorialidade festiva se encontra em uma disputa de poderes, onde infelizmente a questão cultural aparentemente parece enfraquecida perante as outras fontes. Isso acaba acarretando em um enfraquecimento simbólico da festa e de seu povo ligado diretamente a sua gênese.

Consultando a subjetividade e ensejo dos indivíduos sobre a Festa de São Benedito se percebe grande disparidade, onde cada um se identifica com uma determinada territorialidade e fazem da festa um lugar carregado de sentimentos: seja ele relacionado às hierofanias ou qualquer outro aspecto procurado pelo seu público.

Perguntado a população festiva sobre as atrações que os levam a festividade obteve-se uma grande diversidade de respostas, sendo as seguintes: as congadas, a fé nos santos, o lazer, a cultura, o comércio, a religião e encontrar os amigos. Houve outras respostas secundárias, como: as lembranças, o cortejo, a alegria, missa, pessoas diferentes e família. O que mostra a grande heterogeneidade do público festivo.

Contudo, quando se pergunta se o público entrevistado conhece a história da Festa de São Benedito em Machado-MG, percebe-se que grande parte não a conhece conforme mostra o gráfico 1.

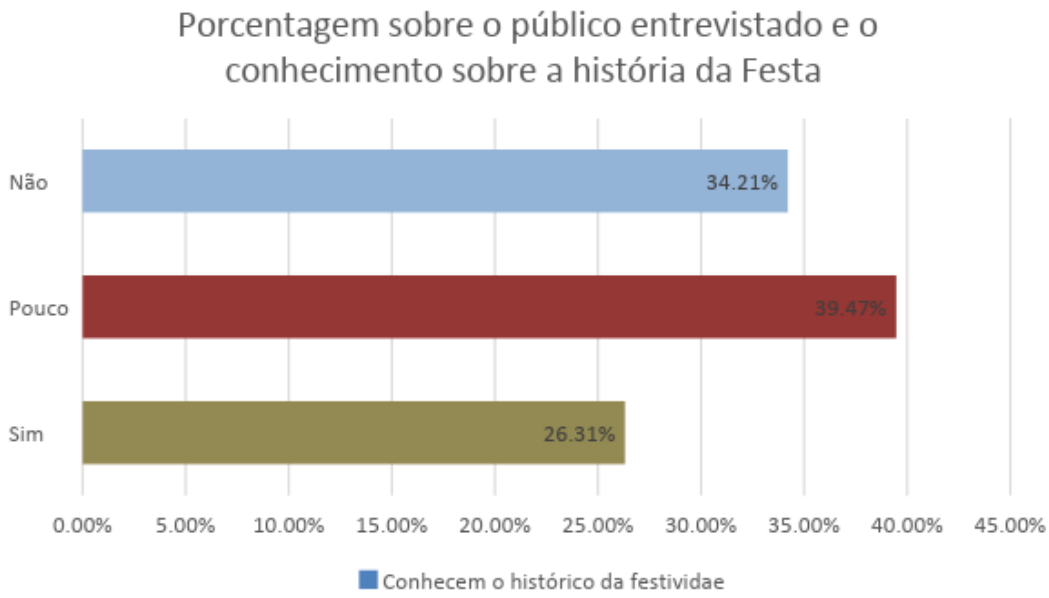


Gráfico 1- Porcentagem sobre o público entrevistado e o conhecimento sobre a história da Festa. **Fonte:** Jhonatan da Silva Corrêa, Dezembro de 2016.

Logo, de acordo com o gráfico 1 é possível entender que entre os atores sociais entrevistados grande parte conhecia pouco sobre a história da Festa de São Benedito em Machado-MG cerca de 39,47%. Os que diziam não conhecer a história da Festa estão relacionados aos 34,21% dos entrevistados e o que disseram conhecer 26,31%.

No entanto, grande parte dos populares que disseram conhecer a história da principal festividade do município de Machado-MG, com o decorrer das entrevistas e perguntas foi percebido que algumas pessoas não a conheciam deveras. Mas havia nelas um forte sentimento de pertencimento, o que acaba culminando em um falso conhecimento sobre a história da Festa de São Benedito passando despercebido toda problematização festiva, resultando somente uma visão romântica.

O entendimento histórico da festividade se torna importante devido ao seu aspecto de luta e resistência perante a dominação da Igreja Católica e do comércio frente às manifestações culturais. Trabalhar e discutir esses conflitos é lidar diretamente com o território material e imaterial, e tentar entender como se dá a organização festiva e como a população ligada a sua gênese se

encontra nesse processo – sendo paulatinamente descentralizada e perdendo sua história ao longo dos anos.

Considerações finais

A Festa de São Benedito sofreu ao longo de sua história, inúmeras apropriações: tanto culturais como econômicas. Entretanto, a festividade ainda continua graças ao esforço de muitos cidadãos relacionados à classe popular que, embora, veem suas territorialidades diminuindo lutam para manter a festa e toda sua simbologia.

Como já mostrado o comércio se constitui um grande atrativo na Festa de São Benedito em Machado-MG, inclusive a proporção que a festa tem hoje se relaciona em parte a seu atrativo. Contudo, a questão territorial e seu jogo de poder, se encontra em (re)formulação podendo estar mais direcionada para outros cenários em detrimento do cultural.

É necessário uma mediação não visando destituir a territorialidade comercial, mas sim trabalhar formas onde ambas as territorialidades possam existir sem que haja a expansão de uma sobre a outra. Logo, torna-se necessário respeitar quem ali já estava muito antes das barracas e permitir, assim, que as manifestações culturais aconteçam no terreiro de São Benedito garantindo o desenvolvimento de uma cultura secular do município e também a questão econômica.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. **Ensaios sobre o conceito de cultura**/ Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro. Zahar, 2012.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular**/ Ecléa Bosi – 9° edição – Vozes: Petrópolis, 1996.

CALDAS, W. **Cultura**/ Waldenyr Caldas. – 5°edição – Ed. Global. São Paulo, 2008. – (Coleção para entender).

CARVALHO, J, R. **História de Machado**/ João Rodrigues Carvalho – Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Machado, 1985.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**/ Paul Clava; tradução: Luiz Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta, - 4. Ed. rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CORRÊA, R, L. **Sobre Geografia Cultural**/ Roberto Lobato Corrêa. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 2009.

COSTA, H. **Contribuição a História de Machado**/ Homero Costa. Ed. São Vicente. Obra editada pelo serviço de Educação e Cultura do Município de Machado. Adm. Jorge Vieira de Oliveira. 1973 – 1976.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano. A essência das religiões**/ Mirceia Eliade. Edições livros do Brasil. Lisboa, 1962.

FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do Poder**/ Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6ª ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GONÇALVES,C, C. REIS, M, S. **A Festa de São Benedito Em Machado**/ Ceila Caproni Gonçalves e Marilda Signoretti Reis – MG. Machado – MG. 1979.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: "do fim dos territórios" à Multiterritorialidade**/ Rogério Haesbaert. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. Dilema de Conceitos: espaço-território e contenção territorial/ Rogério Haesbaert. In: SAQUET, M, A. Sposito, E, S. (org). **Territórios e Territorialidades: teorias e processos e conflitos**/ Marcos Aurelio Saquet e Eliseu Savério Sposito. – 2.ed – Rio de Janeir: Consequência Editoras, 2015.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre a origem das mudanças culturais**/ David Harvey. – 18ª Edição – Ed. Loyola, São Paulo, 2009.

HOLZER, W. O Método Fenomenológico: humanismo e a construção de uma nova geografia/Werther Holzer. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R, L (org). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**/ Organização Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**/ Claude Raffestin. Ed. Ática S.A, 1993;

REBELLO, R, M. **Machado até a virada do milênio**/ Ricardo Moreira Rebello - Machado – MG. Tomo II: 170-193. 2006.

ROSENDAHL, Z. O Sagrado e o Espaço/ Zeny Rosendahl. In: ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**/ Zeny Rosendahl. - 2° edição – Ed Uerj, Rio de Janeiro 2002.

_____. **História, teoria e método em geografia da religião**/ Zeny Rosendahl. Espaço e Cultura. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 31, P.24-39, JAN./JUN. DE 2012a.

_____. O Sagrado e o Urbano: gênese e função das cidades/ Zeny Rosendahl. In: **Hierópolis: o sagrado e o urbano**/ Zeny Rosendahl. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

_____. **Primeiro a Obrigação e Depois a Devoção: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005**/ Zeny Rosendahl. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012b.

ROSENDAHL, Z; CORRÊA, L, R. **Manifestações da cultura no espaço**/ Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa. Ed. Uerj, 1999.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**/ Yi-Fu Tuan; tradução Lívia de Oliveira – Londrina: Eduel, 2013.

O MAPEAMENTO DA POLÍTICA DA PAISAGEM NO PORTO MARAVILHA: O CAIS DO VALONGO

Gabrielle Alves Reis*

Resumo

A partir dos eventos sediados pelo Rio de Janeiro, a cidade passa por intensas transformações, em especial na zona portuária, através do Projeto Porto Maravilha. Nesse momento, a paisagem é um elemento estruturador das intervenções, discursos e práticas de resistência, revelando uma complexidade de agentes e mecanismos, utilizada como vetor para a qualidade de vida da população. Apesar disso, a memória não é deixada de lado e coloca-se como um fator importante para os conflitos colocados em discussão na política da paisagem. O Cais do Valongo é exemplar neste sentido. Assim, busca-se compreender a operacionalização da paisagem na região do Porto Maravilha, tendo como base a patrimonialização do Cais do Valongo.

Palavras-chave: Cais do Valongo; Política da Paisagem; Patrimônio

Resumen

A partir de los eventos con sede en Rio de Janeiro, la ciudad pasa por intensas transformaciones, en especial la zona portuaria, a través del proyecto Porto Maravilha. En este momento, la paisaje es un elemento estructurador de las intervenciones, discursos e prácticas de resistencia, revelando una complejidad de agentes y mecanismos, utilizada como vector para la calidad de vida de la población. A pesar de eso, la memoria no se deja de lado y se sitúa como un factor importante para los conflictos puestos en discusión en la política del paisaje. El Cais do Valongo es ejemplar en este sentido. Así pues se busca comprender la operación del paisaje en la región del Porto Maravilha, con base en la patrimonialización del Cais do Valongo.

Palabras clave: Casi do Valongo; Política del paisaje; Patrimonio

* Graduanda em Geografia pela UFRJ, gabriellеareis29@gmail.com

Introdução

A partir da busca incessante de vínculos identitários, a qual Pierre Nora (1993) chama de síndrome arquivística, atrelado ao que Abreu (1998) já destacava acerca da valorização do passado pelas sociedades modernas, pode-se observar que a memória é seletiva, com base na escolha do que deve ou não ser preservado. Pode-se pensar, portanto, que a memória é uma ação política.

Recentemente, a paisagem vem se apresentando como um fenômeno não apenas relacionado à estética, mas à qualidade de vida da população, no debate que diz respeito ao direito à paisagem, peça fundamental na estratégia da gestão das cidades, como pode ser visto no Plano Diretor do Rio de Janeiro de 2011. A paisagem, então, que se modifica a partir de diferentes agentes com diferentes interesses também se mostra um ato político.

A cidade do Rio de Janeiro abriga diversas transformações, impulsionadas pelos megaeventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, com a área central, antes esvaziada, recebe novos investimentos que trazem novos significados ao local. Muitos autores apontam fatores como o enobrecimento da área como uma das principais características dos projetos relacionados ao porto carioca, como o Porto Maravilha, mas também podemos destacar a criação de lugares de memória, capturados para serem importantes para a memória negra. O direito à memória é, assim, um componente fundamental na construção de uma identidade social e o Cais do Valongo, um dos maiores portos de escravos do mundo, redescoberto em 2011, se apresenta como um importante exemplo disso.

Metodologia

Para Duncan (1990), a paisagem transmite informações em contextos específicos, criados a partir de discursos intencionais, apesar dos múltiplos olhares possíveis de acordo com o olhar do observador. Com isso, podemos perceber que a paisagem, enquanto um objeto presente em intervenções urbanas, possui um sentido político, dotado de intencionalidade (DUNCAN, 2004). A paisagem funciona como uma ferramenta de gestão do território

(RIBEIRO, 2011), já que atribuir novos sentidos a espaços com pouca visibilidade vem se mostrando uma estratégia chave na gestão das cidades (CRUZ, 2016). Assim, apesar da tendência capitalista de homogeneização do mundo, percebe-se uma preocupação com a relação da paisagem junto à cidadania e à democracia, com expressões como o direito à paisagem.

A paisagem, como um dos elementos principais do sistema cultural, como um conjunto de objetos atuando como um sistema de significação, comunicado, reproduzido, experimentado e explorado (DUNCAN, 1990), é um instrumento para operar política, como indicam Duncan (1990) e Smith (2003). A paisagem política, como aponta Smith (2003), depende de experiência, percepção e imaginação, a partir de ações e objetos materiais que orientam ações sobre a paisagem.

Para Cruz (2016), a relação entre patrimônio e paisagem pode ser apresentada pelos seus múltiplos sentidos, com uma questão principal sobre qual deve ser privilegiado. Para Pollak (1989), os processos de esquecimento e silêncio de memórias compõem as ressignificações. A política da paisagem, então, pode ser entendida como o conjunto de dispositivos, governamentalidades, ações e conhecimentos, a fim de regular sujeitos e territórios, com base em diferentes objetivos, práticas e formas de conhecimento, atingindo diferentes grupos, intencionalidades e representações (RIBEIRO, 2018). De acordo com o autor (p. 1),

> Falamos em política da paisagem quando ela é mobilizada por diferentes grupos, com diferentes intencionalidades, a partir de diferentes representações, seja do espaço em questão, seja da própria ideia do que é uma paisagem, visando algum tipo de ação e/ou de controle.

O projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro é exemplar neste sentido. Com o projeto Porto Maravilha, a zona portuária carioca recebe diversas transformações e novas apropriações. Com a descoberta do Cais do Valongo, novos debates sobre a memória negra são destacados, em especial em três momentos: a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, a patrimonialização do Cais do Valongo e a construção do Museu da Escravidão e da Liberdade. Neste artigo, daremos foco à patrimonialização do

Cais do Valongo. Nesse sentido, antigas formas ganham novos significados e a disputa pela apropriação da paisagem se dá de forma intensa e a memória torna-se um elemento importante na narrativa.

Dessa forma, o objetivo central é entender novos sentidos da paisagem carioca no Porto Maravilha, com um recorte espacial no Cais do Valongo. Para tal, a questão que norteia o trabalho é de que forma a paisagem tem sido operacionalizada no conjunto de ações de diferentes grupos e agentes atuantes na região do Porto Maravilha. Para conseguirmos responder a essa questão, elaboramos alguns objetivos específicos: identificar os atores que disputam o espaço; compreender seus discursos apresentados; caracterizar mudanças espaciais, tanto materiais quanto simbólicas, que podem ser observadas; localizar onde estão os espaços de disputa.

Para tal, utilizaremos a Geografia Política Urbana, que deve ser entendida, de acordo com Rossi e Vanolo (2012) a partir de três aspectos: representação, governo e contestação. A representação diz respeito a quem é representado e quais narrativas são construídas; o segundo aspecto aborda os agentes públicos que deliberam, além de instituições, decretos e demais ferramentas utilizadas pelo poder público; o terceiro pilar, por sua vez, trata dos conflitos. O reconhecimento e a luta pela cidadania, então, também utilizam a paisagem para legitimar suas práticas e sua pressão social, na tentativa de compor as identidades. Grupos que antes não tinham visibilidade hoje são levados em consideração na paisagem. A materialidade e o simbolismo estão presentes nos processos de transformação do espaço e estão susceptíveis a novas intervenções.

Paisagem e patrimônio no Cais do Valongo

Para novas construções de paisagens por meio de diferentes grupos, o Cais do Valongo é alterado ao longo do tempo. Construído em 1811, o Cais do Valongo funcionou como porto de chegada de escravos, transferindo-o da Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março, próximo à Praça XV, onde antes era a entrada de escravos, para um local mais próximo de onde desde 1779 abrigava o mercado de escravos, no Largo do Depósito, atual Praça dos Estivadores.

Em 1843, visando a chegada da Imperatriz Teresa Cristina, o cais é reformado e embelezado e passa de um local de penúria e desprezo a símbolo de realeza. No início do século XX, com as reformas propostas pelo prefeito Pereira Passos, o cais é aterrado e volta à tona em 2011, com as escavações realizadas para o projeto Porto Maravilha.

Apesar de alguns pesquisadores já terem apontado para a provável existência de um importante porto na área no início do projeto, a descoberta do porto não estava inserida na proposta. No entanto, acabou se tornando um viés cultural do Porto Maravilha. Ribeiro (2018) aponta que alguns grupos tratam o Cais do Valongo como um local sagrado que deve ser reverenciado; outros apontam o local como símbolo de sofrimento e, ao mesmo tempo, resistência da população negra. No entanto, alguns atores ainda veem o Cais do Valongo como uma possível fonte de renda como ponto turístico. Em 2015, a Prefeitura do Rio de Janeiro previu o Cais do Valongo como um dos principais pontos turísticos da cidade em 2020, recebendo tantos turistas quanto o Cristo Redentor.

Percebe-se, portanto, que as construções de paisagens por diferentes grupos no Cais do Valongo não é algo apenas atual, mas há uma intensa alteração ao longo do tempo. O projeto Porto Maravilha, instituído em 2009 buscou promover o reencontro da região portuária, antes abandonada, com a cidade, com base na "requalificação" de 5 milhões de metros quadrados, a fim de beneficiar moradores e frequentadores da área e preservar sua identidade cultural e arquitetônica. A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP), gestora da Prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, implantou o programa Porto Maravilha Cultural, onde os recursos são aplicados para restauração de bens e iniciativas de valorização do poder público da região, em parceria com instituições públicas, privadas e o setor da sociedade civil. Dentre as principais linhas de ação do Porto Maravilha Cultural estão: preservação e valorização da memória e das manifestações culturais; valorização do patrimônio cultural imaterial; produção e difusão de conhecimento sobre a memória da região; recuperação e restauro material do patrimônio artístico e arquitetônico; exploração econômica dos

patrimônios material e imaterial, respeitados os princípios de integridade, sustentabilidade, inclusão e desenvolvimento social.

Com o Cais do Valongo e os estudos e escavações arqueológicas sobre a área, o projeto Porto Maravilha foi utilizado não apenas para a modernização da área, mas também para transformá-la em um centro da memória escravocrata no Rio de Janeiro, fundamental para a composição da nação brasileira. Assim, podemos perceber que o Porto Maravilha, possui mudanças tanto materiais quanto simbólicas.

Patrimonialização do Cais do Valongo

O Cais do Valongo foi patrimonializado pela UNESCO em 2016, com base em seu valor excepcional, atendendo ao sexto dos dez critérios estabelecidos no Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial: estar diretamente ou materialmente associado a acontecimentos e tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional.

Está localizado em duas categorias: sítio histórico de caráter sensível, tendo em vista a violência e o tratamento desumano das vítimas como elementos principais na escravidão, se enquadrando em um aspecto onde somente mais dois locais estão, o campo de concentração de Auschwitz e a cidade de Hiroshima; e sítio de memória e patrimônio material e imaterial, já que a presença da escravidão africana está expressa em objetos e monumentos construídos e no conjunto de documentos que retratam essa história, mas também em aspectos da memória social e na expressão de tradições e práticas culturais.

A candidatura do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial foi apresentada pelo IPHAN e pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e aceita no fim de 2015 pelo Centro de Patrimônio Mundial. O cais já era patrimônio nacional desde 2013, quando passou a integrar a Rota do Escravo. O Cais do Valongo se torna patrimônio mundial em 2017. A candidatura teve como base um dossiê que apresentava a importância histórica e social do tráfico negreiro e do local para a construção da nação brasileira,

apresentando uma avaliação do valor universal excepcional do bem, com parâmetros relacionados à sua proteção, conservação e gestão.

Segundo o Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo, buscando justificar a candidatura do Cais a Patrimônio Mundial, o Cais do Valongo merece ser considerado pela UNESCO patrimônio da humanidade porque é o sítio de memória da escravidão mais completo que se conhece. Ele tem importância não apenas para a história brasileira e, portanto, para a nossa vida como nação, mas também para a história do mundo.

A patrimonialização do Cais do Valongo está inserida em um contexto de refuncionalização da área portuária do Rio de Janeiro, processo pelo qual diversas cidades ocidentais passam, como Barcelona e Buenos Aires. Esse é mais um fator que coloca o Cais do Valongo como um objeto de disputa política, onde novas narrativas se constroem a partir de interesses específicos. Em nosso caso, o discurso contruído é pautado no sentimento de sofrimento e luta no processo de ressignificação da zona portuária carioca.

Ainda assim, podemos identificar o processo de patrimonialização como inserido em um contexto internacional e amplo. Um exemplo disso é o African Burial Ground National Monument, em Nova Iorque, local que contém os restos mortais de mais de 400 africanos enterrados durante os século XVII e XVIII. A descoberta destacou a história esquecida dos africanos escravizados na cidade colonial e federal de Nova Iorque, que foram essenciais para o seu desenvolvimento. Dessa forma, podemos apontar uma relação direta com o Cais do Valongo.

Há uma relação, então, entre memória e cidadania, a partir destes grupos que visam fortalecer sua visibilidade, a fim de reafirmar seus vínculos identitários. Assim, podemos refletir sobre o que Holston (2013) chama de cidadania insurgente. Neste caso, as cidades são o principal palco no desenvolvimento da cidadania, com a presença de diversos cidadãos marginalizados e ainda outros considerados não cidadãos que contestam sua exclusão na sociedade, lutando pelo seu direito à cidade e, no caso do Cais do Valongo, também pelo direito à paisagem. Assim, a memória é um recurso para que grupos invisibizados disputem seus direitos.

O Cais do Valongo se torna Patrimônio Mundial em julho de 2017, a partir da decisão de 22 nações que compõem o Comitê de Patrimônio Mundial. O local é entendido como o mais importante registro do tráfico negreiro na América. É reconhecido como um local único, já que a contribuição de africanos e seus descendentes é fundamental para a formação e desenvolvimento cultural, econômico e social do Brasil. De acordo com o IPHAN, o título é uma marca do valor excepcional do local, com base na memória da violência contra a humanidade, da resistência, liberdade e afirmação.

Dentre os atores presentes no Dossiê de Candidatura da UNESCO para a inscrição do sítio arqueológico na lista de patrimônio mundial, percebe-se a intensa presença da esfera federal, com 43 atores presentes em 9 diferentes órgãos. O IPHAN aparece como fundamental, com 16 pessoas presentes na discussão. A esfera federal também está intensamente presente com as universidades federais (UFRJ, UFF, Unirio e UFRRJ). SEPPIR, CONEN, IBRAM e o Ministério da Cultura também estão presentes, cada um com um representante cada. Em seguida, podemos destacar a esfera municipal, sendo o IRPH o órgão com maior participação, com seis componentes. Após ele, destacamos também as Relações Internacionais, a CDURP, a Secretaria Municipal de Cultura, o CEPPIR, a COMDEDINE, a Secretaria Municipal de Educação e o MAR. A esfera estadual, por sua vez, apresenta porca intervenção, com apenas um componentes, através do Inepac. A nível internacional, o dossiê conta com a participação de três membros da UNESCO. Há também presentes membros da sociedade civil, com a presença do Quilombo Pedra do Sal, do IPEAFRO, do IPN e outros. Nomes importantes que constam no grupo de trabalho responsável pela preparação da candidatura são Milton Guran, antropólogo e coordenador, José Pessoa, arquiteto, Monica Lima, historiadora e Rosana Najjar, arqueóloga.

Outros atores também estão incluídos na proposta de patrimonialização do local, como no plano de gestão proposto pelo dossiê de candidatura. Dentre alguns responsáveis para garantir a conservação e promoção do sítio e da sua zona de amortecimento, pode-se listar a Concessionária Porto Novo, a

CDURP, o IRPH, a Light, a RioTur, a CEDAE, a Secretaria Municipal de Habitação, IPHAN, INEPAC,SEBRAE, além da sociedade civil e da própria Prefeitura da cidade. A UNESCO exige um comitê gestor, criado pelo prefeito da cidade e responsável por coordenar a gestão do Sitio Arqueológico Cais do Valongo, sua Zona de Amortecimento e o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, por meio de consultas e deliberações na proposição de políticas, programas, projetos e ações educativas, culturais, turísticas, econômicas ou sociais, a fim de conservar, valorizar e promover o patrimônio.

Dentre os principais conflitos, podemos destacar os diferentes interesses e pontos de vista. São apontados questionamentos sobre como o passado deve ser interpretado e quem tem legitimidade para fazê-lo e se apropriar dele. Além disso, para que haja a patrimonialização, um discurso é eleito pelo Estado para criar um imaginário sobre aquele local, em um "consenso negociado", já que, apesar de apenas um ser o oficial, há intensos debates sobre como narrar aquele espaço. Ademais, existe ainda um questionamento sobre a veracidade histórica. Alguns historiadores e arqueólogos apontam dúvidas se aquele foi o maior porto de chegada de escravos e outros ainda se questionam se realmente houve ali a chegada de escravos.

A secretária municipal de cultura, Nilcemar Nogueira, adiantou que a primeira medida a ser tomada após o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio mundial pela UNESCO seria a instalação de um centro de referência, para que os brasileiros conheçam e compreendam o local, obrigação estabelecida com a UNESCO. O principal trabalho é o Museu da Escravidão e da Liberdade, nome ainda provisório, a ser localizado no Armazém Docas Pedro II, tanto por sua proximidade quanto por seu valor simbólico, com o discurso de que foi construído por André Rebouças, o primeiro engenheiro negro do país, e sem mão de obra escrava. No entanto, o prédio abriga hoje a ONG Ação da Cidadania, o que gera uma intensa disputa política acerca do local.

Outras ações também são necessárias a partir de julho de 2017 por conta da inscrição do Cais do Valongo na lista de patrimônio mundial da

UNESCO, a fim de garantir a manutenção e a segurança do sítio arqueológico. Para isso, é criado pela prefeitura da cidade o Grupo de Trabalho Cais do Valongo, que conta com a participação de cinco instituições municipais. São elas: a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), a Companhia Municipal de Energia e Iluminação (RIOLUZ), a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), a Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio), o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Dentre as ações levantadas estão projetos de sinalização educativa, iluminação e monitoramento da janela arqueológica e a substituição do guarda-corpo da janela arqueológica, com utilização de vidro, além da rotina de limpeza e manutenção.

Outras instituições também auxiliam na consolidação e manutenção do bem, como o IPHAN, INEPAC, IRPH, CDURP, Light, Porto Novo S.A., CEPPIR, SEBRAE/RJ, Riotur, Instituto Pretos Novos, Quilombo Pedra do Sal, Afoxé Filhos de Gandhi, COMDEDINE, Incubadora Afro Brasileira e Conselho de Cultura do Porto, em diversas escalas de atuação, seja com o bem em si e na sua zona de amortecimento, na análise e fiscalização das intervenções, como na relação, articulação e capacitação da população negra da área.

Para a manutenção do título de patrimônio mundial do Cais do Valongo, alguns acordos são estabelecidos juntamente com a UNESCO, tais como o prosseguimento da pesquisa arqueológica e tratamento paisagístico do sítio arqueológico do Cais do Valongo, a sinalização no entorno do sítio arqueológico, um projeto educativo com escolas públicas e privadas de nível fundamental e médio da cidade e a construção do entro de referência da celebração da herança africana, a ser localizado no Armazém Docas Pedro II, como um local de acolhimento turístico e espaço para reflexão sobre o legado afrodescentente.

No mesmo local, a prefeitura busca transferir o Museu da Escravidão e da Liberdade, a princípio localizado no Centro Cultural José Bonifácio. Para a criação do museu, a prefeitura lança um grupo de trabalho. A secretária municipal de cultura na época do lançamento do GT afirma que o museu deve ser vivo, em uma relação experimental e de conscientização do indivíduo. Para

isso, a prefeitura entende que deve ser criado de baixo para cima, com a população narrando sua história. O Museu, encabeçado pela Secretaria Municipal de Cultura, no entanto, não conta no seu GT com a participação de órgãos e pessoas da sociedade civil, mas grande parte é da ala municipal. Apesar disso, agentes como o Quilombo Pedra do Sal e o Instituto Pretos Novos lutam para uma maior participação na construção do museu, palco de intensas disputas, tendo em vista que a ocupação do prédio pela ONG Ação a Cidadania e uma tentativa, agora por parte do governo do estado do Rio de Janeiro de construir um museu com as mesmas características, o Museu da Escravidão Negra no Brasil, um local que deve ser um centro de referência para estudos sobre a contribuição da população negra para o desenvolvimento do estado, a fim de incentivar e contextualizar estudos sobre o período, além de formar professores e auxiliar as escolas no ensino da história e da cultura afro-brasileira. Podemos perceber, então, um debate não só sobre quem se apropriará do local e do discurso, mas quem o criará.

Conclusão

A partir da discussão apresentada, podemos perceber que o desejo de se preservar se mantém até hoje e com intensos debates. Com isso, podemos refletir sobre a atuação política da disputa patrimonial e como as diferentes interpretações sobre um mesmo local são capazes de influenciar agentes e práticas, como podemos observar no caso da patrimonialização do Cais do Valongo. A mudança na paisagem não ocorre só de forma física, com a retomada do Cais do Valongo exposta a todos, mas também por meio de narrativas mobilizadas.

Dessa maneira, a paisagem é apropriada pelas políticas urbanas e de patrimônio, com sua utilização fundamental na gestão das cidades, principalmente em espaços antes esquecidos. Com isso, novos discursos e referências são criados acerca do local. À vista disso, o patrimônio e sua abordagem são objetos de tensão e conflito no espaço, não somente acerca do discurso criado mas também por quem cria, tendo em vista a construção dos museus sobre a escravidão, por exemplo.

Porém, chama-nos a atenção a memória como objeto de disputa, também presente na relação com a política. A memória é, então, um recurso político-econômico, com diferentes grupos e diferentes interesses. O empoderamento de grupos marginalizados, associando-se a lugares que antes os eram negados, estabelece uma intensa relação com a cidadania, tendo na paisagem um objeto importante, além da memória. A política está, então, presente na relação entre paisagem e memória.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre memória das cidades. **Revista Território**. Rio de Janeiro: v.3,n.4, jan/jun, 1998.

CRUZ, Alan Guedes da. **Paisagem e Memória no Cais do Valongo: Novas Narrativas na Região Portuária do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. 47 p.

DUNCAN, James. A Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato. & ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 180p.

DUNCAN, James. **The city as text: the politics of landscape interpretation in the KandyanKingdon.** Cambridge: Cambridge Press, 1990.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, v. 10, n. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, dez 1993. Tradução Yara AunKhoury.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Rafael Winter**. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife.** In: I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem, Sintra, 2018.

RIBEIRO, Rafael Winter. Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para a formação de políticas de patrimônio. In: Cureau, Sandra; et al.(orgs.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Forum, 2011, p. 254-267.

ROSSI, Ugo; VANOLO, Alberto. **Urban political geographies: a global perspective**. 1st ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2011.

SMITH, Adam. **The Political landscape**. Berkeley: University of California Press, 2003.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA: DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DA METRÓPOLE

Felipe Rangel Tavares

Resumo

A tarefa de pensar e propor novas formas de governança e gestão democrática das cidades é um desafio que, na contemporaneidade, adquire maior complexidade devido às metamorfoses territoriais engendradas pelo processo de metropolização. Prosseguimos em refletir acerca das possibilidades de governança e gestão democrática no âmbito da Região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), avaliando a metodologia, os preceitos e os procedimentos de ação referentes ao plano denominado “Modelar a Metrópole”. A governança interfederativa e a gestão democrática, como políticas públicas, figuram enquanto objeto de nossa pesquisa, que visa analisar seus limites e suas possibilidades.

Palavras-chave: metropolização, gestão democrática, governança interfederativa.

Resumen

La tarea de pensar y proponer nuevas formas de gobernanza y gestión democrática de las ciudades es un desafío que, en la contemporaneidad, adquiere mayor complejidad debido a las metamorfosis territoriales engendradas por el proceso de metropolización. En el marco de la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ), se evaluó la metodología, los preceptos y los procedimientos de acción referentes al plan denominado "Modelar la Metrópolis". La gobernanza interfederativa y la gestión democrática, como políticas públicas, figuran como objeto de nuestra investigación, que busca analizar sus límites y sus posibilidades.

Palabras clave: metropolización, gestión democrática, gobernanza interfederativa.

Metropolização do espaço e gestão territorial: a reconfiguração do papel do Estado

A tarefa de pensar e propor novas formas de governança e gestão democrática das cidades é um desafio que, na contemporaneidade, adquire maior complexidade devido às metamorfoses territoriais engendradas pelo processo de metropolização. A governança interfederativa e a gestão democrática, como políticas públicas, figuram enquanto objeto de nossa pesquisa, visando analisar seus limites e possibilidades, projetando a democratização enquanto horizonte de programas, planos, ações e intervenções no território da metrópole carioca. Ao evocarmos a metropolização do espaço, ressaltamos sua dimensão política, no que diz respeito ao papel do Estado, como também, do capital, considerando a sua reprodução no urbano atual.

Em primeiro lugar, é preciso distinguir o processo de metropolização do processo jurídico-político de institucionalização de regiões metropolitanas. É a partir da década de 1970 que as primeiras regiões metropolitanas são criadas – a do Rio de Janeiro, em 1974, instituída após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (LENCIONI, 2017). Todavia, como afirma Lencioni (2017), muitas cidades brasileiras passaram a apresentar mais intensamente um desenvolvimento condizente com o metropolitano à medida que o processo de desconcentração territorial da indústria se aprofundou. Isto porque, de acordo com a autora, a metropolização

> condiciona e produz a história urbana atual e se constitui num determinação do momento histórico contemporâneo, comumente referido como globalização. Essa, a despeito de ter na financeirização da riqueza seu sentido, tem na reestruturação do capital produtivo seu fundamento. (...) Tal fato decorre das necessidades impostas pelo capital produtivo que exige o desenvolvimento de determinadas funções para se viabilizar. (...) Sejam as funções de serviços avançados ou o desenvolvimento da rede de infraestrutura, quer material para o trânsito de pessoas e mercadorias, quer imaterial para o fluxo de informações, por exemplo. (LENCIONI, 2017, p.204-205).

Destarte, cabe ressaltar que o processo de metropolização do espaço não se restringe a espaços metropolitanos – como no caso das regiões metropolitanas enquanto expediente de governo para o planejamento – mas,

pode alcançar cidades de diferentes portes, áreas rurais, em suma, diversas escalas territoriais, já que é “imanente ao processo de globalização” (LENCIONI, 2017).

Feita a necessária distinção, tomaremos como referencial empírico a região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) que, embora seja um espaço metropolitano institucionalizado, evidencia as metamorfoses territoriais implicadas no processo de metropolização e, mais recentemente, uma experiência política de gestão integrada no âmbito regional. Atualmente, a RMRJ é composta por 21 municípios, a saber, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá.

Acerca das metamorfoses territoriais acarretadas pelo processo de metropolização, já mencionamos a desconcentração territorial das indústrias, proporcionada pelo desenvolvimento de eixos de circulação e das tecnologias de comunicação e informação. Ressaltamos, porém, as metamorfoses territoriais que dizem respeito à coesão/integração na dispersão-fragmentação, pois, numa dinâmica de âmbito regional, são tais fatores que estruturam o território, social-política e economicamente: a segregação sócioespacial, a localização e distribuição dos postos de trabalho, o movimento pendular, a circulação intensa e permanente de bens, mercadorias, serviços, informações e pessoas. Além disso, questões de cunho ambiental também passam a compor uma dinâmica de fenômenos integrados, como as unidades de conservação, a gestão das bacias hidrográficas e dos recursos hídricos, o saneamento básico, etc. Essas metamorfoses territoriais provocadas pelo fenômeno da urbanização dispersa, cuja coesão se constitui na dispersão e seus limites devem ser detectados a partir dos elementos de integração, exigem estratégias de administração, gestão e planejamento integrados, a fim de contemplar as complexidades dessa totalidade.

Deste modo, o processo de metropolização oferece-nos um prisma pelo qual focalizamos, num primeiro momento, a relação entre Estado-capital no âmbito da governança e da gestão metropolitana, pois permite verificar uma

reconfiguração da atuação do Estado enquanto tradicional entidade política-administrativa detentora da organização/ordenamento territorial e, num segundo momento, as novas estratégias que o capital assume a partir do suporte estatal, principalmente nas parcerias público-privadas e nas operações consorciadas – sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, núcleo da região metropolitana.

Num Primeiro momento, verificamos a reconfiguração dos papeis tradicionais do Estado no âmbito de seu relacionamento com o capital a partir da emergência da racionalidade neoliberal. Com a ascensão do neoliberalismo enquanto projeto teórico de reorganização do capitalismo internacional e projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (HARVEY, 2008), as finalidades do Estado são modificadas, na teoria e na prática. De acordo com Dardot e Laval (2016), a "missão do Estado" é instaurar a "ordem-quadro" a partir do princípio "constituinte" da concorrência, estando ele próprio, submetido à norma da concorrência.

> O Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados. Assim, o Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado. (DARDOT E LAVAL, 2016, p.378).

Num segundo momento, observamos as novas estratégias assumidas pelo capital a partir do suporte estatal. Se o processo de metropolização desconhece vontades políticas, não podemos dizer o mesmo da institucionalização das regiões metropolitanas que, segundo Maria Adélia Aparecida de Souza (2006), seguiu à margem de todas as reflexões sobre a política urbana brasileira e, até então, à margem das políticas territoriais. Conforme a autora, por meio das políticas, as regiões metropolitanas contribuíram para o elo da lógica capitalista: as prioridades governamentais se alinham conforme os interesses dos grandes agentes econômicos. Neste sentido, a metropolização é um processo político de viabilização política do capital no espaço urbano. As parcerias público-privadas e as operações consorciadas são os instrumentos pelos quais se destacam as estratégias do

capital a partir de um suporte jurídico-político do Estado. Às novas modalidades de exercício do poder hegemônico, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, que reconfiguram as relações entre interesses privados e Estado, Vainer (2011) denomina "democracia direta do capital", o que conformaria uma "cidade de exceção". De acordo com o autor, há uma redefinição das formas de poder na cidade, fundada sobre a racionalidade neoliberal, que incidem numa nova concepção de cidade e de planejamento urbano, cujos paradigmas norteadores são: a competitividade, a flexibilidade, o *market friedly* e a orientação ao mercado. A gestão da cidade é direcionada aos negócios, num processo sistemático de despolitização e desqualificação da política, de negação enquanto *pólis*.

Diante de uma postura empreendedora, competitiva e orientada aos negócios, na qual Estado e capital alinham-se em interesses, projetos e cooperação, a democratização da gestão, da governança e do planejamento territorial tem encontrado dificuldades de realização, uma vez que a esfera de decisão, execução e representação dos projetos de desenvolvimento urbano distancia-se das demandas populares e da participação efetiva da sociedade civil.

"Gestão democrática da cidade": a Governança Interfederativa no âmbito do "Modelar a metrópole"

Quando trazemos a questão da "gestão democrática da cidade", referimo-nos à Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade que, já em seu primeiro capítulo estabelece a gestão democrática como diretriz geral da política urbana,

> por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (Lei nº10.257, Estatuto da Cidade, capítulo I, art. 2º, 10 de julho de 2001).

De acordo com Novaes (2012), ao regulamentar o capítulo da Política Urbana, o Estatuto da Cidade fortaleceu a ideia de que os espaços de

representação social devem ser alargados para permitir a participação de novos sujeitos sociais. É a partir dos anos 1990 que as discussões em torno da participação da sociedade vão sendo incorporadas e regulamentadas, principalmente pelo papel protagonizado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (NOVAES, 2012). Todavia, segundo Carlos (2005), o movimento pela reforma urbana acabou dando origem a uma legislação que centra sua atenção no problema da propriedade e da cidade, ignorando as profundas contradições que explicam as relações sociais contemporâneas: embora tenha surgido de debates com participação popular, "não se liberta da racionalidade do Estado capitalista em suas alianças representadas na democracia representativa". O conceito de "gestão democrática" está fundado numa noção de cidadania que só pode realizar-se dentro do Estado capitalista, como sua expressão lógica, pois limita-se à existência da sociedade civil – surgida com o desenvolvimento do capitalismo e para sua preservação (CARLOS, 2005). É nesta perspectiva que Souza (s/d) reconhece que, ainda que o Estatuto da Cidade tenha conferido relevância à participação popular no planejamento e na gestão urbanos – e deve-se saudar tais avanços –, tal participação pode não passar de um "ralo verniz de participação", pois a redação dá margem para que a participação venha ocorrer sob uma forma meramente consultiva, e não deliberativa, o que o autor denomina de "pseudo-participação". Apresentando os dados produzidos pela Rede Nacional de Avaliação e Capacitação dos Planos diretores participativos – que analisou 526 Planos diretores em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal – Novaes (2012) faz um mapeamento crítico acerca dos 10 anos de gestão democrática no Brasil, e conclui que,

> os processos da elaboração e revisão dos Planos Diretores nem sempre resultaram da construção de um pacto social em torno de um projeto de cidade envolvendo a diversidade de agentes e de interesses sociais existente nas cidades. Em suma, os Planos Diretores avaliados, de maneira geral, não sinalizam para a construção de um sistema de participação na política urbana. (NOVAES, 2012, p.27).

Embora seja uma política de cunho urbano abrangente – que confere responsabilidades à União, ao governo estadual e às regiões metropolitanas –

quando o Estatuto da Cidade se refere ao “Plano diretor”, diz respeito a um instrumento específico que situa-se no âmbito do planejamento municipal. No capítulo em que refere-se à Gestão democrática da cidade, o Estatuto da cidade contempla órgãos colegiados de política urbana nas três esferas de governo, tal como, a promoção de conferências que versem acerca do urbano, também a nível nacional, estadual e municipal, especificando o seguinte item:

> Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania. (Lei nº10.257, Estatuto da Cidade, capítulo I, art. 2º, 10 de julho de 2001).

É no ano de 2015 que se institui o Estatuto da Metrópole que, dentre outras atribuições, “estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomeração urbanas instituídas pelos Estados” (Lei Nº13.089, de 12 de Janeiro de 2015). Trata-se de mais um capítulo da política urbana brasileira, que desdobra o art.45 do capítulo IV do Estatuto da Cidade. É no Estatuto da metrópole que se estabelece a “governança interfederativa”, definida enquanto “compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum”. Embora estabeleça uma ordem jurídica para o desenvolvimento de uma gestão metropolitana integrada, em sua estrutura básica, a governança interfederativa mantém: a instância executiva sob a égide do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas; uma instância colegiada composta de representantes da sociedade civil, de caráter deliberativo; uma organização pública com funções técnico-consultivas e um sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas. Segundo Moura e Hoshino (2015), o novo modelo colocaria em xeque o “arraigado municipalismo nas políticas setoriais” e

> vem para tensionar o velho pacto e reabrir uma chaga historicamente alimentada por rixas partidárias e desencontros entre mandatos

> vizinhos, que agora terão de ser superados ou, no mínimo, amenizados para atender ao comando legal. (MOURA E HOSHINO, 2015, p.7).

De acordo com Moura e Hoshino (2015), a lei chega tardiamente, mas representa um avanço e impõem-se a tarefa de aperfeiçoa-la e complementa-la, sobretudo porque "joga lenha na fogueira da reforma política, que não poderá (...) fechar os olhos para os descompassos do pacto federativo brasileiro". Sendo assim, fundamentados na perspectiva de Silva (2017), que verifica a metamorfose das/nas configurações territoriais e suas configurações políticas, observando o ressurgimento de novas formas de gestão, prosseguimos em refletir acerca das possibilidades de governança e gestão democrática no âmbito da Região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), avaliando a metodologia, os preceitos e os procedimentos de ação referentes ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUIRMRJ), denominado "Modelar a Metrópole".

Para empreender essa tarefa, lançamos mão do referencial teórico e metodológico fornecido por Ferrão (2015) ao propor uma "governança democrática metropolitana". A questão que norteia a problemática do autor é reveladora de sua hipótese: "como garantir o direito à cidade nas metrópoles contemporâneas?"

> reforçando as relações de coevolução dialética entre novas formas de regulação pós-burocrática por parte do Estado à escala metropolitana e novos modos de microprodução de cidade, resultantes de processos de ação coletiva capazes de criar espaços de respiração e emancipação democrática. (FERRÃO, 2015, p.209).

Sintetizando esta proposição, o autor afirma que a "a cidade dos cidadãos" baseia-se em "interações e tensões criativas entre a cidade com poder (...) e a rua com poder", ou seja, a cidade institucionalizada cuja autoridade de regulação assenta na legitimidade democrática e um espaço de práticas de ação coletiva e sociabilidade pública. Neste sentido, Ferrão (2015) chama atenção para dois tipos de governança territorial dentro de um

paradigma de governança democrática, que podem incidir sobre espaços político-administrativos (governos metropolitanos supramunicipais) ou sobre espaços relacionais (espaços não institucionalizados de ação coletiva), sendo, respectivamente, um mais rígido com maior legitimidade democrática e outro mais flexível e com pouca legitimidade democrática. Deste modo, a "cidade dos cidadãos" pressupõe

> uma cidade com poder político, isto é, que possa atuar como instância de regulação e de redistribuição com legitimidade democrática, e uma rua com poder cidadão, ou seja, com indivíduos, grupos e comunidades insurgentes, portadores de uma agenda de transformação progressista da cidade. (FERRÃO, 2015, p.219).

Deste modo, uma gestão e uma governança metropolitana, reconhecidas enquanto democráticas, tem como mediação a relação dialética entre um Estado pós-burocrático (conselhos, comitês, colegiados) e espaços não institucionalizados (a sociedade civil organizada em movimentos sociais, mobilizações, coletivos, etc.). Neste sentido, a participação popular ocorreria tanto numa esfera institucionalizada – garantindo legitimidade democrática – quanto fora do âmbito de regulação estatal, assegurando autonomia aos grupos e movimentos. Este é um importante parâmetro à análise de uma gestão e governança democrática, sobretudo porque corrobora com o direito à cidade, seja no campo das reformas políticas no interior do Estado, quanto nas possibilidades abertas para sua negação, desvanecimento e superação.

Analisando o PDUIRMRJ sob este prisma teórico-metodológico, é importante situa-lo no âmbito de uma governança interfederativa que, na RMRJ chama-se Câmara Metropolitana de Integração Governamental, criada pelo Decreto Estadual nº 44.905 de 11 de agosto de 2014. Esta é definida enquanto uma entidade colegiada composta pelos prefeitos dos municípios que integram a RMRJ, sendo presidida pelo governador do Estado. São atribuições da Câmara:

> a) criar um ambiente de cooperação e apoio entre os diversos níveis de governo presentes na Região metropolitana do Rio de Janeiro, que possibilite a concentração permanente das ações na Região; b)

> propor um novo arcabouço legal e institucional para a Região metropolitana, consagrando um modelo de governança para a Região; c) Pactuar sobre os projetos e ações de interesse comum e de caráter metropolitano a serem implementados, definindo os objetivos a serem alcançados; d) estabelecer prioridades, metas e prazos referentes aos projetos e as ações pactuadas; e) acompanhar e supervisionar a implementação, os projetos e ações definidas para a Região metropolitana; f) buscar fontes e alternativas de financiamento para os projetos e ações de caráter metropolitano; g) estabelecer condições à implementação de parcerias público-privadas de interesse supramunicipal e alcance metropolitano. (Decreto Estadual nº 44.905 de 11 de agosto de 2014, Art.1º, parágrafo 1º).

Participam da estrutura da Câmara (figura 1), além das prefeituras da RMRJ, representantes da sociedade civil: entidades profissionais, Comitês, universidades, institutos de pesquisas, agências reguladoras, agências de fomentos e bancos, ONG's e OSCIPS. Há também representantes do setor privado, concessionárias e empresas. A Câmara também é composta de órgãos estaduais, como demonstrado na Tabela 1.

É a partir de tais considerações que discutimos as tensões em torno de novas modalidades e possibilidades de gestão em termos de democratização, levando em conta as contribuições de Ferrão (2014), ao tratar do ordenamento territorial enquanto política pública numa concepção neomoderna, que pressupõe conceitos e princípios de governança, democracia deliberativa e planejamento participativo. O autor chama atenção para as "culturas de ordenamento de território", isto é, as crenças e valores (com tradução em atitudes, competências e práticas cotidianas) relacionados aos diversos atores envolvidos nos processos de planejamento/ordenamento territorial, dentre eles, o Estado, ao qual cabe a tarefa de introduzir aos cidadãos uma nova cultura de ordenamento capaz de contribuir para as mudanças necessárias.

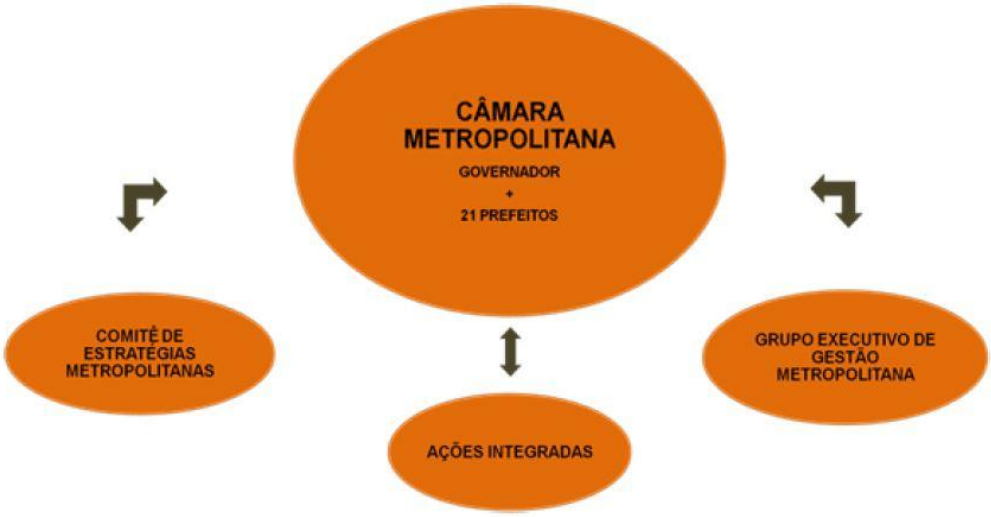


Figura 1. Estrutura da Câmara Metropolitana.
Fonte: Câmara metropolitana do Rio de Janeiro.

Prefeituras	Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá
SOCIEDADE CIVIL	
Entidades profissionais	CAU-RJ; CREA-RJ; CLUBE DE ENGENHARIA; IAB-RJ; SARJ; SEAERJ; SENGE-RJ
Cômites/entidades	ALERJ - FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO URBANO; COMITÊ BACIA DO RIO GUANDU; COMITÊ BACIA DA BAIA DE GUANABARA; CONLESTE;; FÓRUM COMPERJ.
Universidades e Institutos de pesquisa	UERJ; UFF; UFRJ; COPPE - HIDROLOGIA; COPPE - TRANSPORTE; LIMA - LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE MEIO AMBIENTE; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES; IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional; PUC; IPP-INSTITUTO PEREIRA PASSOS; CEPERJ; IBGE; FGV; IPEA; ONU-HABITAT; LABGIS.
Agências reguladoras	AGETRANSP; AGENERSA; AMTU; ANTT; ANA; ANATEL.
Órgãos estaduais	CASA CIVIL; SEA; SEASDH; SEFAZ; SEH; SEPLAG; SETRANS; SES; SECT; SESEG; SEEDUC; SEDRAP; SEGOV; SEOBRAS; SEPLAG; SEASDH; DER-RJ; DETRO; DRM; EMOP; CEHAB; ITERJ; INEA; RIO TRILHOS; CENTRAL; ISP.
Agências de fomento/bancos	AGERIO; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; BANCO DO BRASIL.
ONG's/OSCIPS	AEMERJ; EMBARQ BRASIL; CASA FLUMINENSE; INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE; ITDP; INSTITUTO TRATA BRASIL; RIO COMO VAMOS.
SETOR PRIVADO	
Entidades	DEMI; ANTP; AEERJ; FECOMERCIO/RJ; FIRJAN; SEBRAE; SINDUSCON/RJ; SINDICARGAS.
Concessionárias	LIGHT; AMPLA; ÁGUAS DE NITERÓI; BARCAS; CEDAE; FETRANSPOR; METRÔ; SUPERVIA; CCR-PONTE RIO/NITERÓI; CCR - NOVA DUTRA; CONCER-BR-040; AUTO PISTA FLUMINENSE; BR-101; CCR- RIO/TERESÓPOLIS; MRS LOGÍSTICA.
Empresas	COMPANHIA DOCAS DO RJ; CSN; FURNAS; PETROBRAS; VALE DO RIO DOCE.

Tabela 1. Intervenientes e/ou parceiros nos projetos e ações da Câmara metropolitana
Fonte: Câmara metropolitana do Rio de Janeiro

Assomam-se às tensões referentes às novas modalidades de planejamento e gestão, as contradições relacionadas aos valores e crenças de aspecto territorial, isto porque, dentre as singularidades do processo de metropolização do Rio de Janeiro apontados por Davidovich (2001) está a

ausência do imaginário de um pertencer coletivo das populações, em função da inexistência de coesão e de laços de solidariedade territorial, traduzindo-se em políticas públicas seletivas e setorizadas, como também na segregação espacial material e simbólica. Refletindo esse caráter desintegrado, em publicação do IPEA (2013), ressalta-se que a gestão da RMRJ é marcada por um caráter pulverizado, revelando não apenas a falta de ações integradas entre os municípios, mas a lacuna deixada pela inexistência de um arranjo institucional para a governança metropolitana no Rio de Janeiro.

Considerações finais

É neste sentido que refletir acerca das possibilidades do PDUIRMRJ pode contribuir: tanto na superação da lacuna de um arranjo institucional integrador – através dos instrumentos de governança interfederativa – quanto ao suscitar, estimular e infundir na população uma outra relação com o território, mais interessada, participativa, responsável e sustentável. Revela-se importante, sobretudo, pela oportunidade de aprofundamento democrático (SOUZA, 2006) que as governanças cooperativas podem desencadear.

Embora a gestão democrática e a governança interfederativa sejam instrumentos recentes de uma política pública debruçada sobre o urbano e que inaugura a possibilidade de um repertório de ações integradas e cooperativas, percebe-se, todavia, que a estrutura de representatividade permanece inalterada, isto é, muda-se as formas, mas se mantém o conteúdo – os cidadãos não deliberam, pois os conselhos populares são consultivos, "a participação da sociedade tem caráter opinativo" (NOVAES, 2012) e os "representantes da sociedade civil" aparecem como instituições, não havendo espaço para a "rua com poder", como proposto por Ferrão (2015).

Neste sentido, é preciso avançar na luta pela democratização efetiva dos instrumentos de gestão e planejamento urbano para que a sociedade seja contemplada em suas demandas mais profundas, o que seria um passo rumo ao direito à cidade.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. La utopia de la "gestion democrática de la ciudad". Scripta Nova, vol. IX, n.194 (1), 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DAVIDOVICH, Fany. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. Cadernos Metrópole, n.6, pp.67-77, 2001.

HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. 1ª edição, São Paulo: edições Loyola, 2008.

IPEA. 40 anos de Região metropolitana no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

FERRÃO, João. O ordenamento do território como política pública. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição, 2014.

_____. Governança democrática metropolitana: como construir a "cidade dos cidadãos". IN: FERREIRA, Alvaro *et al.* Desafios da metropolização do Espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p.209-224.

LENCIONI, Sandra. Metrópole, metropolização e regionalização. 1[edição, Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MOURA, Rosa; HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. Estatuto da metrópole: enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira?. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/estatuto-da-metropole-nova-lei-para-gestao-metropolitana-do-brasil/>. Acesso em: 06 de setembro de 2018.

NOVAES, Patrícia Ramos. Política urbana e gestão democrática após 10 anos de Estatuto da Cidade possibilidades e desafios na perspectiva do direito à cidade. Revista e-Metropolis, nº11, v.3, pp.19-28, 2012.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. Governanças cooperativas sustentáveis na gestão metropolitana fluminense: desafios geográficos. GeoUERJ, Rio de Janeiro, n.31, p.280-301. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. A cidade, o seu Estatuto e a sua "gestão democrática". Disponível em: <http://www.nuped.geografia.ufrj.br/textos/acidadeoseuestatutogestao.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Recompondo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação In: Metrópole: governo, sociedade e território. DA SILVA, C. FREIRE, D. OLIVEIRA, F. Rio de Janeiro: DP&A editora, FAPERJ, 2006.

VAINER, Carlos B. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento

Urbano (ANPUR), vol. 14, 2011. <http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf>.

A PRESENÇA INDÍGENA NAS CIDADES DA AMAZÔNIA: IDENTIDADE ÉTNICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Tatiane Costa Malheiro

Resumo

A questão étnica na produção do urbano amazônico, é aqui analisada a partir de uma problemática espacial, fundada na diversidade histórica e na coexistência de temporalidades distintas. Analisando a presença indígena na cidade de Marabá, que sintetiza esta relação entre urbanização e identidade étnica na Amazônia, através de diferentes e especificas formas de uso do espaço urbano por sujeitos étnicos, e das diferentes perspectivas de mundo que permeiam o tempo-espaço indígena. Inscritos num modo de viver a cidade e o urbano, em fragmentos da cidade que revelam as contradições e conflitos da vida social, que mostram a identidade étnica na cidade como referências materiais e simbólicas da reprodução da vida em múltiplas dimensões.

Palavras chave: Amazônia, Povos Indígenas, Urbanização

Introdução

Pensar o espaço a partir de sua diversidade histórica e da coexistência de temporalidades nos permite melhor compreender uma diversidade temporal, a partir da qual nos aproximamos da reflexão sobre a questão étnica na produção do urbano amazônico, seja na sua relação com o processo histórico e geográfico de formação dos núcleos urbanos, seja na dinâmica e nas formas de uso que esses sujeitos sociais fazem do espaço urbano, ou ainda na presença indígena organizada social e politicamente, reproduzindo-se em fragmentos específicos das cidades amazônicas.

Uma análise espacial, que dê conta do papel de grupos étnicos como sujeitos que historicamente produziram o urbano regional, passa por uma leitura da etnicidade, e por uma problemática espacial que veja a heterogeneidade como intrínseca e estruturante da produção do espaço, alcançando a partir disso a alteridade, e por sua vez uma compreensão de um espaço como aberto e desarticulado que permite o ecoar de outras vozes, tendo com isso um caráter fundamentalmente político. Dessa forma, o espaço não é entendido aqui como mero substrato social ou apenas como reflexo das

relações sociais. Sua compreensão ontológica se dá a partir de três proposições, que negam uma natureza fragmentada, a ele, muitas vezes atribuída. A primeira proposição o entende como produto de interrelações sociais, apontando-nos interações entre os diferentes níveis da realidade (econômico, político e social) e escalas de análise da vida social, que se apresenta na imensidão do global até o particular da vida cotidiana. A segunda proposição considera a coexistência das diferenças, que reconhece o espaço como a esfera do encontro de trajetórias sociais distintas, ou ainda da existência da multiplicidade de experiências humanas. Por fim, temos a terceira proposição que o revela como um processo de *devir*, num estado de transformação contínua e inacabada, um constante refazer da história. E que pode conter projetos, desejos (MASSEY, 2004).

Partindo desses pressupostos negamos uma perspectiva que ver as cidades como essências tradicionais ou realidades imutáveis, ou como espaços totalmente transformados pelo capital. Da mesma forma negamos a associação cristalizada que comumente se faz entre índios e natureza/floresta, concepção culturalista que supõe uma essência, que vê a mudança como movimento contra-identitário. Não existe definição de identidade em si, os processos identitários se forjam em contextos específicos, sempre relativos a questão que envolvem interesses diversos, questões estas sempre passiveis de serem detectadas numa pesquisa empírica contextualizada. Identidades são constituídas em torno de uma característica relacional, o que significa dizer que são definidas em relação ao outro, tanto do ponto de vista individual ou coletivo sempre somos o outro de alguém. Desse ponto de vista a cidade aparece como um contexto fundamental para a constituição de identidades através do encontro do diverso (AGIER, 2001).

> os meios urbanos podem ser fatores de encadeamento ou reforço dos processos identitários. A cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares. Na cidade, mais que em outra parte, desenvolvem-se, na prática, os relacionamentos entre identidades, e na teoria, a dimensão relacional da identidade. (AGIER, 2001 p. 9)

Não se trata de uma simples recontextualização, o processo envolve a necessidade experimentada pelos sujeitos envolvidos de edificar em seus contextos específicos fronteiras simbólicas. Reelaborando o conteúdo dos enunciados e das declarações identitárias, que recebem constantemente pluralidade de fluxos. O que demonstra que a relação entre etnicidade e urbanização, não consiste num reflexo de uma etnicidade originária rural, transplantada à cidade, e de conservação de uma continuidade cultural, pelo contrário, está baseada na etnicidade como constituída no contexto das relações sociais urbanas, e que nestas ganham classificação social, o que pode implicar uma reconfiguração nas relações e costumes, sem necessariamente representar uma continuidade de práticas do passado (MITCHEL, 1956).

> Identidade étnica (...) não pode ser definida em termos absolutos, porem unicamente em relação a um sistema de identidades étnicas, diferentemente valorizadas em contextos específicos ou em situações particulares. Nas relações interétnicas, de conformidades, por exemplo, com a dinâmica do sistema de fricção interétnica, as relações se dão em termos de dominação e sujeição" (Cardoso de Oliveira, 2003 p. 122)

Questiona-se a visão de isolamento social e geográfico como determinante na manutenção de uma diversidade cultural, pois a reprodução de grupos étnicos não está necessariamente baseada na ocupação de territórios exclusivos, ao contrário disso, o contato e a coexistência de diferentes grupos persiste diante do contato interétnico e da interdependência entre diferentes etnias, pois o central neste processo é a fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que o abrange. As características culturais que assinalam essas fronteiras podem mudar, da mesma forma que mudam as caraterísticas culturais dos sujeitos pertencentes a estes grupos e suas formas de organização, e ainda, a dicotomização entre membros e não-membros do grupo, pode nos indicar a natureza de uma continuidade, e nos permite investigar as formas e os conteúdos culturais em mudança (BARTH, 2000).

O des-encontro da alteridade na fronteira

Etnicidade indígena no espaço urbano, não compreende apenas situações de migração e afastamentos de nichos com evidentes contrastes culturais, como aldeias e reservas. Mas nos mostra, uma relação que se reproduziu historicamente a partir de uma situação de fronteira (MARTINS, 2009), no contato interétnico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972) entre o índio e os processos de urbanização, no qual tanto a cidade se constituiu como tal a partir da presença e do trabalho indígena, como grupos indígenas seja de forma individual, seja numa organização familiar ou em grupos étnicos, experienciaram a vida urbana e junto com a reprodução desta, reconfiguraram suas identidades e sua praticas sócio espaciais. Seja num movimento de negação da identidade indígena ou de reconhecimento da mesma, dependendo do contexto e das situações históricas em que o contato com os processos de urbanização lhes foram impostos.

A leitura tradicional de fronteira pelo reconhecimento das mudanças radicais na paisagem, da estruturação de redes técnicas, e da difusão de um modo de viver a cidade, restringe a analise a criação de uma nova sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, que limita-se a compreensão de um simples deslocamento populacional por sobre novos territórios, por vezes colocados como vazios, como se conduzisse tais territórios à uma situação social e espacial de modernidade. Defendemos uma concepção de *fronteira* como lugar social de alteridade e como lugar do conflito. Sendo, dessa forma o urbano expressão da fronteira, se revela, não simplesmente pelo encontro entre os diferentes entre si, mas “essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 2009 p. 132) pelo desencontro de temporalidades históricas distintas, e ao mesmo tempo contemporâneas (MASSEY, 2005).

A expansão da fronteira, não só expande a sociedade nacional, por sobre os territórios indígenas, mas ao mesmo tempo expande um padrão de circulação espacial, e condições modificadas de reprodução das sociedades indígenas. Se revelando em contrapartida e desdobramentos no outro lado da

fronteira étnica. A medida que a fronteira se expande, ela avança num *canibalismo simbólico*. (MARTINS, 2009)

> A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos mesmo porque somos antropofagicamente nós e outro que devoramos e nos devorou. (MARTINS, 2009 p. 134)

Se tomamos como referência os povos indígenas, para a compreensão da fronteira na Amazônia, não tem como ignorar o impacto da expansão urbana sobre as populações indígenas. Roberto Cardoso de Oliveira nos ajuda nessa aproximação, a partir da ideia de situação de contato (1972), a partir da qual defende que a reflexão sobre a questão indígena no Brasil, não se restringe a compreensão e explicação dos grupos étnicos em si, mas em sua relação com a sociedade envolvente. Não apenas descrevendo a situação do contato, mas explicando-a como contato interétnico, a partir de aspectos sociológicos em detrimentos de uma análise cultural.

Na Amazônia o urbano e a etnicidade indígena se constituíram de forma mútua num contato historicamente construído numa interdependência, que adquiriu diferentes significados ao longo da história do contato interétnico, permeado de relações colonialistas (internas e externas) de violência e expropriação aos povos indígenas. Expresso na relação entre a formação dos núcleos urbanos e as políticas de aldeamentos de nações indígenas baseadas em remoções e reduções territoriais, vinculadas a estratégias de apropriação ora do trabalho indígena, ora das terras ocupadas por comunidades indígenas.

Aldear o índio foi a estratégia usada em diferentes contextos ao longo da história do indigenismo, que buscava ao mesmo tempo uma definição de territórios indígenas diretamente relacionados as estratégias de expansão dos projetos coloniais, e o processo de produção do urbano regional, através da deportação e confinamento de comunidades inteiras ora em missões religiosas, das quais surgiram as primeiras cidades da região; ora em aldeias de “Diretórios”, onde se reproduzia um trabalho compulsório de servidão; ora junto

as cidades, quando da expansão da fronteira agropastoril para garantir a apropriação dos territórios tradicionais, ora em reservas, para contenção territorial de povos em espaços de terras devolutas onde não fossem um "empecilho" a expansão de frentes econômica, e de contrapartida pudessem reproduzir-se física e culturalmente sob um regime tutelar conduzido pelo Estado. De maneira geral, esses processos estão ligados a modalidades de incorporação e subalternização, a partir do processo de (des)aldear o índio, reproduzindo um reposicionamento espacial na geometria de poder de constituição das cidades e do indigenismo oficial.

A dimensão Territorial apresenta-se primeiramente nas estratégias geopolíticas do Estado português na conquista das terras ao norte da colônia do Brasil, esta foi permeada pelo confronto militar, assentado na guerra e no extermínio dos indígenas que resistiram a invasão das tropas militares do estado colonial, o símbolo dessa ocupação política ainda marca a paisagem regional, com os fortes militares construídos nesse contexto junto aos quais surgiram importantes cidades amazônicas. Seguindo a lógica de dominação territorial, a criação de aldeamentos missionários realiza a primeira experiência de redução dos territórios indígenas no Brasil, fundamentadas no deslocamento e confinamento de diferentes sociedades nativas em missões, onde se dava a apropriação do trabalho indígena, a partir das quais irão surgir os primeiros núcleos urbanos coloniais na Amazônia. Na produção das cidades mineiras na fronteira goiana ainda no século XVIII quando o Estado Pombalino investiu na construção de aldeias-modelos, onde o índio deveria ser "pacificado" e "incorporado" a civilização através de sua submissão as leis do Estado e pelo trabalho compulsório de servidão, utilizado como instrumento "pedagógico" de assimilação de suas antigas praticas tribais. Na abertura das vias fluviais para a navegação comercial entre as capitanias do Pará e Goiás, as políticas adotadas em relação aos indígenas, baseava-se no controle e policiamentos dos índios que atacavam as embarcações, assim como as povoações ribeirinha que serviam de entreposto comercial, neste processo surge a primeira inciativa de militarização do espaço nesta região, por meio do

estabelecimento de presídios, fortes e paliçadas demonstrando que a natureza de tais políticas, fundamentavam-se na guerra e extermínio dos índios.

Ao longo do século XIX, e até mesmo após a instauração da república, as estratégias de dominação territorial, perpetuaram, e a Constituição de 1891 atribui aos estados o direito de decidir sobre as terras existentes, sem se referir ou nomear as populações indígenas, o que intensificou perseguição as comunidades isoladas. É neste contexto que a questão indígena que durante séculos se restringia à um problema de mão-de-obra e incorporação, se converte num problema de terras, numa questão fundiária**,** o que intensificou a perseguição e extermínio de povos indígenas isolados. Será a partir das propostas de proteção e tutela que surgem no sentido de amenizar o genocídio de diversas comunidades por onde a fronteira econômicas se expandia, dando início a uma relação de definição da “condição” de índio vinculada a vigilância de órgãos estatais, o que se ratifica com a militarização da questão indígena na segunda metade do século XX quando o Brasil entra no regime ditatorial, que irá fundamentar no controle do índio e de suas terras, a garantia da expansão do capital e a integração nacional.

Com efeito observa-se uma construção histórica nos processos de urbanização da Amazônia, de um projeto civilizatório de negação da identidade indígena na produção das cidades desde sua constituição como núcleo urbano, até as formas de reprodução social, política econômicas e culturais da mesma. Esta dimensão da relação entre urbanização e etnicidade indígena, está baseada numa reprodução contraditória ora de incorporação do indígena na formação dos primeiros núcleos urbanos, ora de negação desse mesmo sujeito em sua condição étnica na reprodução das cidades. Processo nitidamente marcado em todas as suas expressões desde a colônia até nosso o contexto atual pela negação da identidade étnica como elemento integrante da questão urbana, consolidando a concepção de indígena como não-cidade.

A exploração do indígena enquanto população para o povoamento da colônia, foi elemento fundamental para a efetivação da incorporação da Amazônia enquanto colônia de domínio de Portugal, para tal foi necessário a incorporação forçada do indígena à sociedade urbana colonial, por meio da

"Pacificação" dos índios "bravos", através da atuação da igreja com a catequese, assim como pelas políticas de Assimilação/Emancipação com as imposição pombalina das leis e práticas de "urbanidade"; e posteriormente com a lógica de "civilidade" do século XIX baseada na transformação do índio em trabalhador nacional.

E como herança desses processos civilizatórios, os indígenas são comumente pensados tanto do ponto de vista das políticas públicas como do ponto de vista epistemológico, a partir de uma conexão ancestral com os seus territórios, e, por conseguinte definidos como espacialmente estáticos e pertencentes a territórios fixos, o que dá substancia para uma narrativa que conecta a identidade a direitos territoriais. Aldear o índio significava reposicionar nações indígenas no jogo da geometria de poder imposta pelo Estado e pelo capital. O que nos permite afirmar que a relação entre urbanização e etnicidade indígena na Amazônia, aponta para uma geografia do contato interétnico, e as formas espaciais impostas aos povos indígenas, que se reproduziram na consolidação de uma concepção do indígena como não-cidade.

> "A palavra "índios" (...) parece a começar a ser empregada por meados do século aparentemente para designar os indígenas submetidos (seja aldeados, seja escravizados), por oposição ao termo mais geral "gentio", que designa os indígenas independentes. (...) ao longo do século, usam-se para designar as etnias o termo "gerações", "nações" e "linhagens". Pela metade do seculo, começa-se também a empregar a expressão "negro da terra" por escravo – além dos termos tradicionais "gentio" "brasil" "brasileiro"." (CUNHA, 2012 p. 50)

Vale destacar que a invisibilidade enquanto sujeito étnico dos indígenas que vivem nas cidades, não é apenas um descuido metodológico de institutos estatísticos e um desinteresse de pesquisadores, sociedade da civil e do Estado. Tal questão é parte de um imaginário que diluiu as muitas etnias numa única definição étnica, a indígena, a partir de um processo civilizatório violento de subalternização e negação de suas diferenças (ALMEIDA, 2008), materializado ao longo do processo histórico de constituição das cidades e das políticas indigenistas.

O Des-encontro da Etnicidade Indígena na cidade de Marabá

Nesse processo é valido uma observação, que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais, pois os desencontros são também desencontros de tempos, e, portanto, de possibilidades. Na descoberta da gênese contraditória de relações que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidades não realizadas (MARTINS, 2009). São esses desencontros que dão sentido a práxis, fazendo-a repetitiva, mimética e inovadora no mesmo movimento. É, no desencontro indígena na cidade, que se reinventam as possibilidades de construção de uma questão urbana permeada de elementos de etnicidade, quando se funda no resgate e na unificação política de concepções e relações que não foram capturadas por uma lógica hegemônica do que seria viver *a* e *na* cidade, mas que permanecem nas virtualidades bloqueadas.

Na cidade de Marabá no sudeste do estado do Pará, a reprodução da etnicidade indígena no espaço urbano, ocorre ligada a formas distintas de apropriação da cidade, por grupos indígenas com trajetórias e formas de organização social, cultural, econômica e politicas especificas ligadas a processos históricos distintos. Identificamos de uma maneira geral essa relação organizada em três características: quando a cidade é *espaço de perambulação*; um movimento pendular entre aldeia-cidade; e quando a cidade é a *terceira margem*.

Espaços de perambulação

O povo Xikrin, habita a região desde meados do século XIX, possui atualmente uma população de 1059 indígenas (IBGE, 2010) que vive na margem esquerda do rio Cateté, na bacia do rio Itacaíunas, próximo a serra dos Carajás, na Terra Indígena Xikrin do Cateté, fisicamente demarcada desde 1981. Estão organizados em três aldeias que se denominam Cateté, Djudjêkô,

O'odjà, com organizações políticas próprias, cada uma possui um Posto Indígena da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e associações civis (GORDON, 2011).

Este povo foi diretamente afetado pelas políticas de modernização do território da década de 1970, expresso no Projeto Grande Carajás. A exigência do Banco Mundial, financiador do "Projeto Grande Carajás" para a regulação do "amparo" às populações indígenas em contrapartida pela Concessão de Lavra à CVRD, estatal à época, em regime de direito real de uso de terras públicas na Floresta Nacional de Carajás, cria o "Programa Xikrín" para dar assistência à saúde, educação, atividades produtivas, vigilância e administração, para as comunidades Xikrín do Cateté. A partir deste processo, as associações indígenas foram organizadas com intuito de representar cada uma das aldeias Xikrin, perante a sociedade brasileira, e administrar os recursos oriundos deste convenio, estas são: Associação Indígena Bep-Nói, Associação Indígena Kàkàrekre e Associação Porekry. As sedes destas associações estão localizadas na área urbana da cidade de Marabá, e intensificaram as interações dos Xikrin com o contexto regional, principalmente com o contexto urbano.

É um povo que tradicionalmente se alternava entre um período passado na aldeia, e outro período de perambulação e dispersão pelo território, em expedições de caça que poderiam durar meses. Duas formas de organização da vida comunitária, que além de representar a necessidade de subsistência e produção material, também correspondem a dinâmica sociopolítica e de socialidade do povo Xikrin. Mudavam de acampamento com muita frequência, nestas expedições pelo território, mas nunca se afastam por muito tempo da aldeia, que é sempre o ponto de retorno, se deslocam mantendo uma comunicação e intercambio constante entre a aldeia e a floresta (VIDAL, 1977). Atualmente as longas expedições de perambulação pela mata já não são mais realizadas, no mesmo formato, estão limitadas a curtas temporadas de caças, que duram poucos dias, e estão associadas ao ciclo de atividades cerimoniais. as expedições fora da aldeia compunha o leque das distintas estratégias desses indivíduos para a obtenção de bens e riquezas, através da interação

com o estrangeiro que os concederia posição de destaque diante do grupo. (GORDON, 2006)

Essa estratégia parece se deslocar das florestas para o espaço físico das cidades, onde constantemente buscam por obter bens materiais externos ao seu modo de vida tradicional. Se nas décadas iniciais do contato eram armas, munições, terçados, panelas e redes, a medida que foram inseridos na lógica econômica regional, por meio de negociações com madeireiros, garimpeiros e nas últimas décadas por meio de convênios de compensação com a empresa Vale, devido a exploração mineral em seu território, estes produtos foram substituídos pela representação do dinheiro, a partir do qual intensifica-se o consumo nas áreas comerciais dos centros urbanos, como feiras, supermercados, shopping centers etc.

Durante suas expedições pela cidade de Marabá, os Xikrin usam como residência a Casa do Índio, espaço construído para atender os indígenas da região durante assistência medica na cidade, inicialmente era administrado pela Funai, no entanto foi apropriado pelas associações do povo Xikrin, e passou a ser de uso excluso destes. A *Casa do Índio,* está localizada no bairro Folha seis, na área periférica da cidade, as margens do rio Tocantins. É identificada pelos vizinhos do bairro como a “aldeia dos índios”. Ali os índios Xikrin, residem durante sua passagem pela cidade, que dura o tempo de um tratamento médico, ou de uma formação escolar. Deste ponto da cidade muitas famílias, saem a procura dos serviços urbanos e do comercio da cidade.

Algumas lideranças da comunidade, ou representantes das associações, ocupam outros espaços, anteriormente ficavam em hotéis, financiados com os recursos das associações, mas a partir de 2001, passaram a alugar cada chefe uma casa na cidade, com o intuito de reduzir os custos com hospedagem em hotel, principalmente quando passaram a matricular seus filhos nas escolas da cidade. São casas grandes, de vários quartos, geralmente no mínimo três, para dar conta da intensa circulação de parentes que recebem. São alugadas sem fiador ou caução, entretanto com a garantia que associação possui recursos suficientes para cumprir os compromissos. Para a manutenção dessas casas, são contratadas empregadas não indígenas que realizam os serviços

domésticos, de limpeza e preparo de alimentos. Essa presença Xikrin em Marabá é predominantemente masculina, as mulheres quando vão à cidade, o fazem acompanhadas dos maridos, ou pai e mãe. (GORDON, 2006).

Para este povo a cidade de Marabá, é um espaço transitório, entretanto de suma importância para a reprodução dos mesmos, uma vez que se construiu uma relação de interdependência entre a cidade e a aldeia, onde se busca na primeira as formas de reprodução econômica e social da comunidade, por meio da aquisição de bens, e consequentemente de prestigio. Mesmo que a estadia dos membros deste grupo na área urbana, não ocorra de forma permanente, é uma presença constante, pois a medida que uns chegam das aldeias outros retornam da cidade para a Terra Indígena. Na cidade são facilmente localizados espacialmente, mesmo que sua permanência seja de duração indefinida, variando de alguns dias a vários meses.

Movimento pendular aldeia-cidade

A 30 km da cidade de Marabá está a Terra Indígena Mãe Maria, demarcada e regularizada desde a década de 1940. Pertence ao povo Gavião, organizado em distintos grupos, que foram alocados neste território para atender diferentes interesses de cunho econômico, à medida que se dava o contato com as frentes regionais.

O povo Parkatejê, foi transferido para esta área logo na primeira metade do século XX, durante a exploração dos castanhais, por meio de solicitações de agentes econômicos e políticos regionais, e devido ao sangrentos conflitos que estabeleciam com os castanheiros, sertanistas do Serviço de proteção aos índios, juntamente com missionários realizaram expedições de pacificação desse grupo, e os convenceram a se estabelecer junto a um posto indígena do SPI chamado Mãe Maria.

O povo Kinkatejê, foi deslocado para a área da reserva, devido aos conflitos e aos impactos devastadores da construção da rodovia PA – 070, e pela consequente expansão da agropecuária e seus processos de grilagem de terra que comprimiu este grupo na margem esquerda do rio Tocantins, ainda

no território do estado do maranhão. Neste contexto sofriam ataques sucessivos dos regionais, dos quais muito índios morriam, e devido a estas ameaças deslocavam-se constantemente, em direção a jusante do rio. Face a situação de conflito a agencia indigenista, neste contexto a Fundação nacional do Índio, organizou a atração deste grupo, tendo em vista a pressão que empresas madeireiras exerciam para a remoção do grupo das áreas ricas em mogno, em vistas de serem exploradas via incentivos fiscais da SUDAM, o que ocorreu de forma apressada em 1969 (FERRAZ, 1998)

O povo Akratikateje, também conhecido como Gavião da Montanha, também chegaram a reserva Mãe Maria por meio de deslocamento compulsório, tiveram sua terra inundadas pela construção do lago da usina hidrelétrica de Tucurui. No geral junto a todos os grupos deslocados compulsoriamente para junto do posto Mãe Maria, eram usados argumentos persuasivos pelos agentes tutelares, baseados na propriedade da terra, na abundancia de bens industrializados que estariam disponíveis na nova localidade através da comercialização da castanha e na “reunião aos parentes” (FERRAZ, 1998)

O benefício compensatório destinado ao povo Xikrin, nas negociações com as empresas de mineração que se instalaram na região a partir da década de 1970, estendeu-se a comunidade Parkatejê, do povo Gavião, que também assinou um convenio particular com empresa Vale e FUNAI, em fins da década de 1980. Devido a construção na área da reserva da Ferrovia Carajás-Itaqui responsável por transportar a produção mineral da mina de Carajás até o porto de são Luiz. A entrada deste recurso intensificou a relação com a área urbana de Marabá, principalmente através do consumo na cidade, o deslocamento cidade-aldeia acentuou-se ao longo do tempo, o que foi facilitado pela aquisição e distribuição de automóveis entre as lideranças, e pela estruturação da logística de transporte que atravessam a área da Terra Indígena Mãe Maria cotidianamente.

A *proximidade* da terra indígena Mãe Maria em relação a cidade, aparece como uma característica especifica desse processo, uma vez que os limites da malha urbana de Marabá, são os mesmo limites da T.I. Mãe Maria,

considerando ainda a infraestrutura de redes de transporte que ligam as aldeias da reserva e a área urbana, o povo Gavião realiza um movimento pendular para a cidade de Marabá, sendo nesse contexto uma presença constante e permanente.

A existência na terceira margem

Temos ainda, uma organização atomizada, são famílias de diferentes etnias que se fixaram ao longo da história na cidade, suas trajetórias são memorias vivas no cotidiano urbano, suas formas de reprodução socio espacial, suas práticas econômicas e socioculturais além de referenciar espacialidades e territorialidades indígenas na cidade, assinalam o conjunto de transformações socioespaciais pelas quais passou o espaço urbano de Marabá.

A família da etnia Xerente, chegou em Marabá em 1970, ocuparam espaços periféricos e precários na cidade, como as margens dos rios, onde praticavam a pesca artesanal, e coletavam sementes para a confecção de artesanato, que eram comercializados nos portos da cidade, destas atividades buscavam garantir a sobrevivência família. A família da etnia Guajajara que já residi na cidade desde a década de 1990, foi levada pela identificação étnica com os índios que ocupavam a Casa do índio, junto aos quais habitaram por breve período, a definir o entorno da Casa do Índio como local de residência, junto aos movimentos de ocupação espontânea também se fixaram na Folha seis. Onde compartilham relações de coesão e solidariedade com os parentes que se hospedam na instituição.

Famílias da etnia Atikun também ocupam outros bairros da cidade, numa organização mais dispersa na área urbana, foram estabelecendo-se e fixando-se em Marabá, a parti de casamentos interétnicos com não índios, alguns funcionários das agencias indigenistas que atendiam as aldeias. Destes casamentos novos núcleos familiares surgiram. A relação com as aldeias é mantida por questões de parentescos, o movimento entre cidade-aldeia se dá principalmente em ocasiões festivas, e o movimento contrario é constante, nos

quais as diversas residências Atikun dispersas nos vários bairros da cidade são usados como local de pouco e abrigo aos parentes.

O movimento permanente da aldeia para a cidade de Marabá de muitas famílias indígenas, assim como em diversas outras realidades do Brasil, ocorre principalmente a procura de políticas de educação e saúde, que nas suas aldeias chegam de forma muito precária, resultado de uma política indigenista nacional sucateada e subalternizada. Foram atraídos para a cidade a procura de melhores condições de vida, e de escolarização básica e superior.

No entanto na cidade, os agentes estatais responsáveis por garantir atendimento especifico, aos povos indígenas, associam *direitos identitários*, aos estereótipos e estigmas criados em torno da imagem do *índio bravo*, e ao isolamento territorial, e a partir disso tentam definir a condição étnica de um indivíduo ou de um grupo. Sustentam-se em perspectiva de cunho culturalista, que buscam por "traços culturais genuínos", e justificam a negação de atendimento diferenciado a grupos localizados em centros urbanos, a partir da ideia de "perda da identidade indígena", quando entende que os "valores" e "formas de comportamento" próprios da vida urbana, contrapõem-se praticas tradicionais indígenas, que em tal perspectiva deve se reproduzir restritos aos espaços das aldeias. Essa forma de conduzir as políticas indigenistas por parte do estado cria uma Dicotomia entre *aldeados* x *urbanos*, e restringi direitos identitários resultantes da conquista dos movimentos indígenas, prevista na Constituição Federal, a direitos territoriais.

Os índios da cidade são por definição institucional, índios não existentes, e condicionados a uma situação de extraterritorialidade, por serem postos na condição de "*fora do lugar"* ou ainda de *"pertencentes a lugar nenhum"*, e testemunham a restrição de sua existência a uma situação de refugiados, submetidos a uma condição paradoxal de *extraterritorialidade*.

Considerações finais

Esses desencontros de sujeitos étnico no espaço urbano de Marabá, dão sentido a práxis, fazendo-a repetitiva, mimética e inovadora no mesmo movimento. No desencontro indígena na cidade, se reinventam as possibilidades de construção de

uma questão urbana permeada de elementos de etnicidade, quando se funda no resgate e na unificação política de concepções e relações que não foram capturadas por uma lógica hegemônica do que seria viver *a* e *na* cidade, mas que permanecem nas virtualidades bloqueadas.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. (Org.) *Estigmatização* e *Território*: Mapeamento Situacional dos Indígenas em Manaus. Ano: 2008 Editora: Casa 8.

AGIER, Michel. *D*istúrbios identitários *em tempos de globalização*. Mana [online]. 2001, vol.7, n.2, pp.7-33.

Ferraz, I. De 'Gaviões' a 'Comunidade Parkateje': uma reflexão sobre processos de reorganização social". Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS. Museu Nacional. 1998.

MASSEY, D. *Pelo Espaço*: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MARTINS, J. S. *A Fronteira*: a degradação do outro no confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *A sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972)

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LAST, T. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

CUNHA, M. C. *Índios no Brasil*: Historia, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012

GORDON, César. *Economia Selvagem*: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre. São Paulo: ISA/NUTI/UNESP, 2006

VIDAL, L. *Morte* e *Vida* de uma *Sociedade Indígena Brasileira*: os Kayapó-. Xikrin do rio Cateté, São Paulo, Hucitec/Edusp, 1977.

A DIALÉTICA DO MST COMO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

Fagner Lira Bizerra

Resumo

Essa pesquisa teve como objetivo compreender o processo histórico dialético pelo qual passa o MST neste período de 2018, como instrumento político e como movimento socioterritorial. Utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa da bibliografia e documentos a respeito do referido tema, leituras das bibliografias e análises. O levantamento, coleta e sistematização dos dados de conflitos no campo. Para análise e reflexão crítica dos dados organizados, foram utilizados tabelas e gráficos da edição do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra de 2015. Sendo assim, analisamos o MST como movimento socioterritorial, pois seus objetivos são totalmente vinculados e dependentes da disputa de território.

Palavras-chave: Território, instrumento político, MST.

Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo comprender el proceso histórico dialéctico por el cual pasa el MST en este período de 2018, como instrumento político y como movimiento socioterritorial. Utilizando como procedimientos metodológicos la investigación de la bibliografía y documentos referidos al respectivo tema, lecturas de las bibliografías y análisis, el levantamiento, recolección y sistematización de los datos de conflictos en el campo. Para análisis y reflexión crítica de los datos organizados, se utilizaron tablas y gráficos de la edición del DATALUTA - Banco de Datos de la Lucha por la Tierra de 2015. Por eso, analizamos el MST como movimiento socioterritorial, pues sus objetivos son totalmente vinculados y dependientes de la disputa de territorio.

Palabras clave: Territorio, instrumento político, MST.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo histórico dialético pelo qual passa o MST neste período de 2018, como instrumento político e como movimento socioterritorial, "os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência." Sendo assim, são movimentos sociais a partir de uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p.31).

O MST nasceu "rompendo as estruturas, se desafiando e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais sem-terra iniciam um novo processo de conquistas na luta pela terra", esse processo deve ser contínuo. E como foi dito por Bogo (2011, p. 154), "Na luta pela sobrevivência, o ser social inventa o objeto e o instrumento que o produz. Na sequência, terá de inventar instrumentos que, por sua vez, produzirão os novos objetos de que necessita, pois, as necessidades sociais a cada instante vão se ampliando e se multiplicando."

Como a Geografia pode contribuir nesse processo histórico? Quais são os impasses que os movimentos socioterritoriais estão vivendo? São perguntas que nos fazemos, para seguir uma linha de pesquisa que não vá contra a massa de trabalhadores que sofrem um processo radical de exclusão de seus territórios camponês, tradicionais e das florestas, assim como nas cidades o lugar para onde acabam indo e se aglomerando nas periferias em situações desumanas, sem perspectivas positivas a curto, médio e longo prazo.

Este trabalho utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa da bibliografia e documentos a respeito do referido tema, leituras das bibliografias e análises, o levantamento, coleta e sistematização dos dados de conflitos no campo. Para análise e reflexão crítica dos dados organizados, foram utilizados tabelas e gráficos da edição do DATALUTA* – Banco de Dados da Luta pela Terra de 2015.

* DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, é um projeto de extensão e pesquisa criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

As leituras das principais referências bibliográficas e os dados coletados através das fontes citadas foram analisados sob a perspectiva do Paradigma da Questão Agrária (PQA), dentro da ciência geográfica, que é antagônico ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), "Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre as relações capitalistas e as relações não capitalistas." (FERNANDES, 2008, p. 14). Por isso, analisamos o MST como movimento socioterritorial, pois seus objetivos são totalmente vinculados e dependentes da disputa de território.

O MST como instrumento político

Pode se dizer que o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está vivendo um período de transição histórico, e neste ano de 2018, em que completou 34 anos está se preparando para o seu 14º Encontro Nacional, buscando reinterpretar o seu papel como instrumento político da classe trabalhadora, com a necessidade de provocar uma unidade de classe, com uma estratégia nova que conduza ao socialismo e que não seja de conciliação.[*]

O MST nasceu, nos anos 80, das contradições da própria luta de classes, da histórica luta pela terra, contra uma política de exploração e domínio por parte dos grandes proprietários, grandes defensores do sistema do capital. Com essa herança de luta e de lutas o MST assume um papel de grande importância junto à classe trabalhadora, com uma missão que segue viva, porque ainda em 2018, tem muito o que conquistar, para além da luta pela terra. Podemos observar isso nas palavras de Fernandes (1998, p.26):

> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. Chegam no final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito.

[*] MST. O Caderno de Formação nº 42 "Debates em Preparação ao 14º Encontro Nacional do MST" é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1ª Ed. – São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2017.

É importante ressaltar a capacidade do MST em recomeçar, avaliar, estudar e se autocriticar, o que confere a este movimento a possibilidade de cumprir o seu papel e a sua missão estratégica, da luta pela terra, da reforma agrária popular e da transformação social. Nesse sentido, para avaliar nossa conjuntura atual fazendo uso das palavras do dirigente nacional do MST pelo setor de formação política e pesquisador, José Geraldo Gasparin (2017, p.146), que diz:

> Todavia, é preciso considerar que possivelmente estamos encerrando, agora em 2017/18, um ciclo histórico da esquerda que se iniciou no início dos anos de 1980, de sua estratégia e de seus instrumentos. O período histórico que vivemos é de descenso geral do movimento de massas, e isso influiu na luta de classes, no MST, na sua base. Alterou a correlação de forças e dificultou a obtenção de vitórias por parte dos distintos processos de luta. Mas, a própria efetivação da reforma agrária popular só ocorrerá se o conjunto da classe trabalhadora tomar para si a tarefa da construção do poder popular.

Como dissemos acima, neste cenário de 2018 está-se construindo e preparando o 14º encontro nacional do MST, para preparar os debates foi publicado o Caderno de Formação nº 42, nesse caderno existe a proposta de discussão em torno do instrumento político com a seguinte definição:

> De um modo bem simplificado, o instrumento político é a ferramenta que potencializa a ação individual e coletiva dos seres humanos, para alcançar determinados objetivos.
> Se o objetivo é roçar um terreno, a foice é um instrumento mais apropriado do que a enxada. Portanto, o que determina a natureza do instrumento são os objetivos que os indivíduos, ou a organização a qual pertencem, se propõem a alcançar.
> (...)
> Assim, nenhum instrumento político é dogmático, estático na história ou resultado de um receituário teórico. (MST, 2017, p. 55)

Dessa forma o MST está propondo sua autotransformação para assumir sua flexibilidade de forma organizativa, afim de atingir seus objetivos estratégicos, que discutiremos adiante, para se comportar dentro da atual conjuntura que muda e assim a organização também deve mudar, caso contrário se perde no tempo, como se vê acontecer com outras organizações históricas que não se adequaram as exigências de seu tempo e se tornaram obsoletas.

Segundo Ademar Bogo (2011, p.18-19):

> Podemos entender por que muitos instrumentos e formas organizativas tiverem presença importante na história, mas, num segundo momento, não foram nem compreendidos nem respeitados pelas massas, o que não significa que não estivessem bem intencionados, mas, sim, que as forças sociais não sintonizaram os seus interesses com os objetivos propostos, fazendo com que importantes iniciativas ficassem à margem da história. Como disse Rosa Luxemburgo: "A luta de classes não é produto da social-democracia. É o contrário: a própria social-democracia é apenas um produto tardio da luta de classes". **Esta definição demonstra que é o movimento dos conflitos – que existem independentemente dos partidos – que estabelece as exigências para criar o tipo de instrumento de luta, e não o contrário.** (grifamos)

Diante do exposto, para trabalhar melhor este conteúdo tem-se que estudar a respeito de Estratégia e Tática, por isso, vamos verificar esses conceitos do ponto de vista político, sabendo que o MST possui seu caráter político bem definido desde seu primeiro encontro nacional que aconteceu no mês de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná, como se pode observar nas palavras Fernandes (2000, p. 84):

> O conjunto de decisões e objetivos definidos no encontro foi constituindo o caráter político do MST. Nesse processo de formação estão contidos os princípios que consolidaram o Movimento. Nesse contexto nasceu o MST, fruto da luta popular, das experiências das lutas camponesas. Desde sua gênese em 1979 até o seu nascimento em 1984, o Movimento foi se desenvolvendo pela sua práxis, procurando compreender e mudar suas realidades. Assim os trabalhadores construíram e conquistaram seus espaços políticos, enfrentando desafios nos debates e embates da luta. Depois de vinte anos de perseguição e extinção das Ligas Camponesas, do MASTER e da ULTAB, nascia na luta pela terra um novo movimento camponês que começava a recolocar a pauta da reforma agrária no campo político. A partir dessas lições históricas e do fazer-se na luta, os sem-terra tinham aprendido que: terra não se ganha, terra se conquista.

Para escrever sobre estratégia e tática do ponto de vista político, deve-se entender que de acordo com os objetivos estratégicos do MST, o objetivo estratégico final em seu horizonte, é a transformação social, o socialismo, e de acordo com a história não se discute socialismo sem falar de revolução, logo, alcançar o socialismo é uma tarefa revolucionária. Então aqui, vamos tratar das tarefas da estratégia revolucionária, ou seja:

> **São tarefas da estratégia revolucionária:** a) definir corretamente os inimigos da revolução, tanto os inimigos estratégicos quanto os imediatos. Avaliar suas forças e sua estratégia provável. Aproveitar ao máximo as contradições entre os inimigos da revolução; b) determinar corretamente a força dirigente da revolução, suas forças motrizes e seus possíveis aliados; c) construir o exército político revolucionário, isto é, articular essa aliança, ou aglomerado, ou bloco de forças sociais capaz de levar adiante a revolução até sua vitória. Elaborar os planos para incorporar à revolução setores cada vez mais amplos da população. Concentrar essas forças contra o inimigo imediato. Determinar o elo decisivo que permitirá atrair para si todo o conjunto, indicando o ponto central para o qual deve convergir e em torno do qual deve se condensar toda multiforme atividade de vanguarda; e) determinar a via mais provável do desenvolvimento da revolução.
> Em relação a esse conceito, parece-nos importante distinguir entre: o **objetivo estratégico final** da luta de classes do proletariado, que não é outra coisa senão a derrubada da burguesia e a construção do comunismo; os **objetivos estratégicos parciais**, que são aqueles que se perseguem em cada processo revolucionário conforme o seu caráter; **e os objetivos imediatos**, que são aqueles que se perseguem em cada etapa de seu desenvolvimento." (negritamos) (HARNECKER, 2012, p.70)

Podemos dizer que o objetivo estratégico final do MST é o socialismo, que o objetivo estratégico parcial é a reforma agrária popular (RAP) e o objetivo estratégico imediato é a luta pela terra, ou seja, é a própria terra para viver.

Sendo assim, para que o MST se coloque em seu caminho estratégico de acordo com as exigências de seu período histórico, deve sempre que necessário, fazer esse dever da estratégia revolucionária, caso contrário estará fadado a se perder no tempo/espaço. Para completar esse tema veja o que se diz sobre a tática revolucionária:

> **"tática revolucionária":** é o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política.
> São questões táticas: a) as **formas de organização** que tanto a vanguarda quanto as massas devem adotar; b) as **formas e os métodos de luta** a serem empregados; c) a forma concreta como são aproveitadas as contradições que surgem dentro do aglomerado de forças inimigas; d) as formas de agitação e propaganda destinadas a promover a realização das tarefas determinadas. O conteúdo das palavras de ordem políticas tem aqui um papel fundamental.
> Agora, a vanguarda revolucionária, para fixar sua tática, deve levar em conta, entre outras coisas: qual é a forma específica de atuação do inimigo; qual é o estado de ânimo das massas; qual é a correlação de forças disso resultante em cada nova situação; qual é a capacidade da vanguarda de realizar determinadas tarefas. (negritamos) (idem, 2012, p.114)

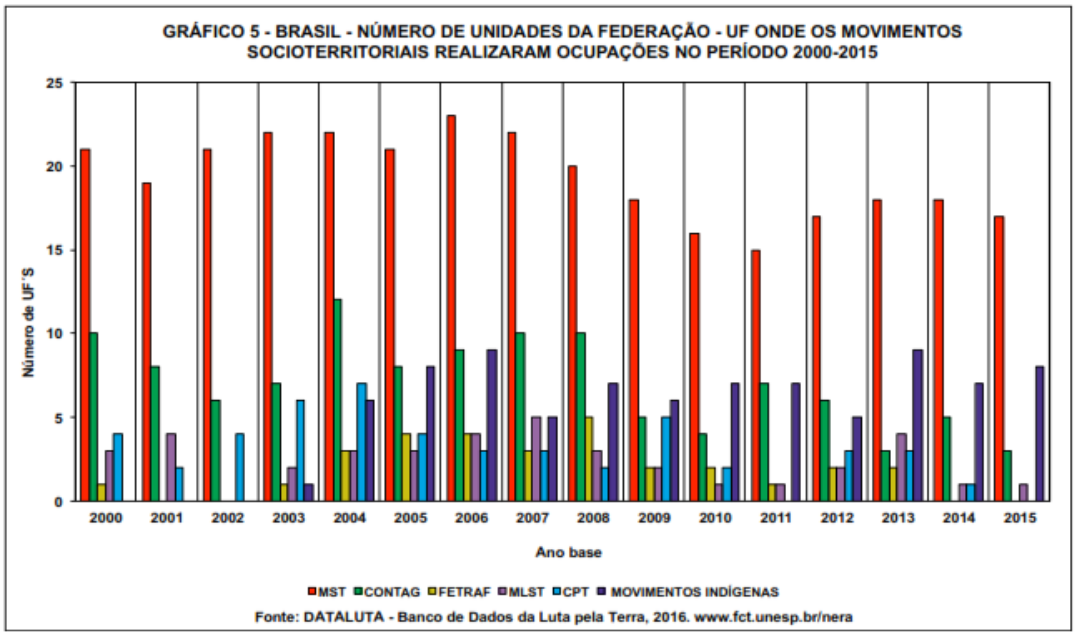
Podemos dizer que a forma específica de atuação do inimigo imediato são as que se utilizam o agronegócio, como ele se territorializa, como usa o aparato estatal, e como usa a mídia de massas a seu favor para fazer uma propaganda enganosa do agronegócio. Atualmente o estado de ânimo das massas está em descenso nos últimos anos, porém, com um aumento de número de pessoas em manifestações do campo no ano de 2015 em comparação com o ano de 2014, conforme o gráfico 9* do relatório da rede DATALUTA, o que pode marcar um possível marco de alteração desse processo, porém, no momento a correlação de forças está favorável ao agronegócio e ao capital, principalmente ao capital estrangeiro.

Para analisar a capacidade do MST como instrumento político, podemos utilizar de alguns dados para perceber que de forma geral o MST é o movimento socioterritorial mais atuante em termos de número de pessoas e em termos de diversidade de espaços e territórios de ação.

Podemos observar pela tabela 7† – Brasil – ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais por macrorregiões e estados 2000-2015, que somente na região norte o MST, em algumas comparações não está à frente, quanto ao número de ocupações, isso pode ser em função do movimento ainda não estar concretizado em alguns estados da região norte, e em função da tabela também comparar o movimento com confederações e federações, que são uma soma de organizações, enquanto o MST é uma organização e não várias organizações.

* Gráfico 9 – Brasil – Manifestações do Campo – 2000-2015 – Relação do número de manifestações e pessoas envolvidas. Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2016. www.fct.unesp.br/nera

† Fonte: idem



Quanto ao número de unidades da federação onde os movimentos socioterritorias realizaram ocupações no período de 2000-2015, a diferença entre o MST e os demais movimentos fica evidente, observando o gráfico acima.

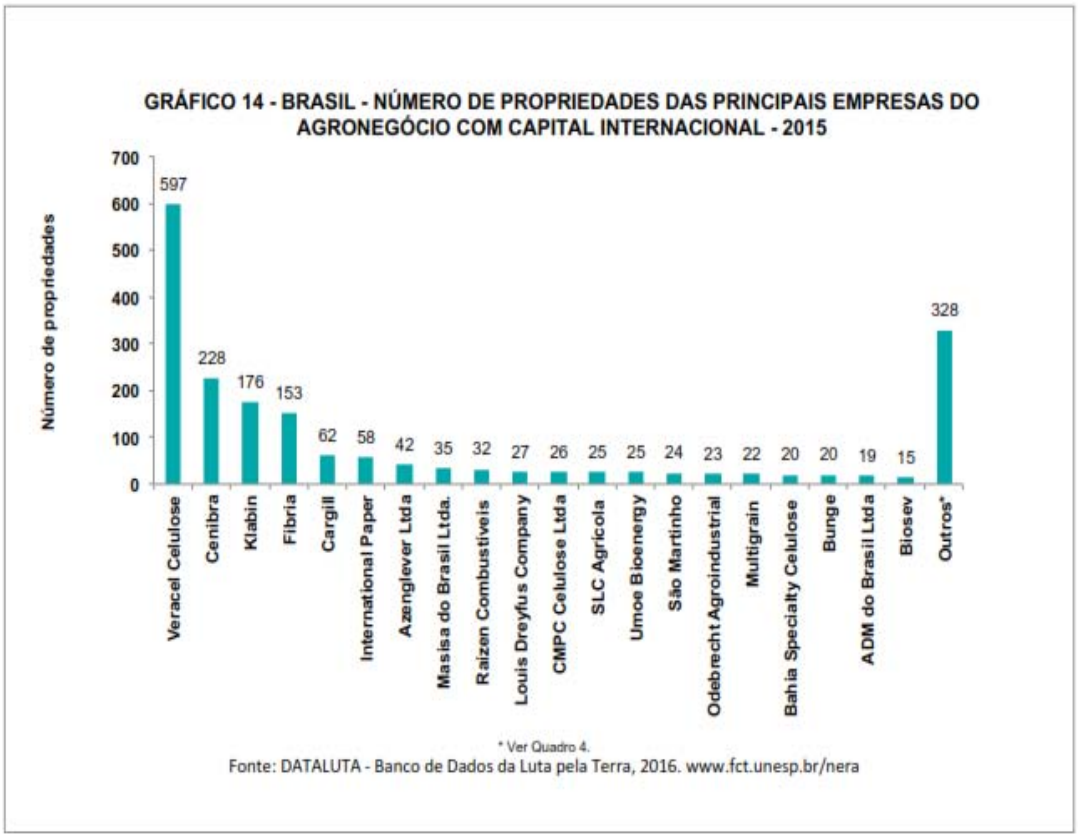
No entanto, existe uma pergunta para complementar essa discussão, onde se dá toda essa disputa política estratégica e tática? Nesse caso, vamos fazer esse debate em âmbito Territorial, nos territórios onde o MST existe, mesmo que seja de forma imaterial e nos territórios onde é necessário ocupar e se apropriar. Passamos a leitura dos territórios.

Da disputa nos territórios

Quando se estuda sujeitos e ações, sejam individuais ou em coletivos, não se pode negligenciar o território onde ocorrem os fatos em questão, como já alertava Ratzel "Quando se examina o homem, seja individualmente, seja associado na família, na tribo, no Estado, é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou com o grupo em questão, também uma porção de território." (1990, p.74).

Podemos dizer que atualmente os sujeitos da disputa territorial no campo mudaram, não na sua essência, e sim na sua forma e aparência, se antes tínhamos a figura do grande latifundiário como pessoa física, seus

capangas armados como cães de guarda violentos e a mando daquele e de suas associações como por exemplo no surgimento da união democrática ruralista (UDR), hoje temos o capital financeiro e as transnacionais, como as listadas no gráfico 14 abaixo, bem mais modernas, fluidas, flexíveis e com todo o aparato do Estado a seu favor. Ou seja, “O avanço das políticas neoliberais e seus ajustes estruturais provocaram pelo menos duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, dos territórios.” (FERNANDES, 2008, p.12).



Se no período em que surgiu o MST em 1984, a população rural era bem maior que hoje, 34 anos depois a população do campo diminuiu drasticamente, hoje a população brasileira se encontra majoritariamente nas cidades “De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015 a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais.”. Uma das explicações para a saída da população do campo é o processo de

territorialização do capital, que ao se territorializar ele desterritorializa as comunidades campesinas e da floresta. Ao se verem obrigados a irem para as cidades, essas mesmas populações se encontram precarizadas, em situações muitas vezes e quase sempre desumanas, sem emprego e sem qualquer tipo de assistência em suas necessidades básicas, como saúde, educação, moradia, alimentação, etc.

Essa situação cria uma série de conflitos, Fernandes (2008b, p.7) explica que "a conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008c)". Nesse caso o mesmo autor diz:

> "A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno-diverso; consenso-crítica; regra-conflito; padronização-variedade; centralização-centralidades; território-territórios." (Idem, 2008b, p.7)

Hoje o capital no campo se denomina agronegócio, de outro lado com um propósito diferente, pode-se dizer contrário, temos os campesinos e comunidades tradicionais, logo podemos determinar quem está em cada polo, sendo assim, o MST, nesse caso, assume um papel fundamental como instrumento político nesse conflito histórico de disputa de poder, o que põe em jogo dois modelos de desenvolvimento nacional e internacional. Ao se falar de poder, podemos dizer conforme Raffestin (1993) que, o poder é união de energia e informação, as vezes pode existir mais energia que informação, e vice-versa, mas quem possui esses dois componentes em maioria é quem vai decidir provavelmente os rumos da sociedade.

A estratégia é um fim, um objetivo com prazo mais longo, para alcança-la, são necessárias táticas, por isso, o MST, possui como objetivos bem definidos, a luta pela terra, pela reforma agrária popular e pelo socialismo, como foi explicitado antes. É graças a esses objetivos claros e bem definidos que podemos entender esse movimento como um movimento socioterritorial, porque disputa o território diretamente contra o agronegócio de forma material e imaterial, precisamos entender isso da forma mais precisa possível.

Dito isso, podemos adentrar nos processos da *práxis*, com a necessidade de saber como se dá o processo geográfico de territorialização e desterritorialização para elaborar um planejamento que tenha condições reais de execução, com conhecimento que "é um importante tipo de território" como acontece todo esse movimento de acordo com Fernandes (2005, p. 28-29):

> Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Além disso, é importante saber que "(...) territorialização e desterritorialização não acontecem ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer simultaneamente em lugares diferentes." (idem) Com isso, poderia ser considerado que a medida em que o movimento deixa de se territorializar ele abre a possibilidade de ser desterritorializado, haja vista que a medida que ele avança em sua territorialização e que esta não pode acontecer ao mesmo tempo que aquela, a desterritorialização, no mesmo lugar e vice versa, ou seja, o mesmo efeito cabe ao agronegócio.

Dentro do paradigma da questão agraria, os conflitos territoriais são parte do todo que podem servir de espelho para essa leitura da realidade, e o MST pode ser considerado um movimento socioterritorial laboratório dessas interpretações conjunturais desse paradigma. Nas palavras de Harvey:

> "Embora crises na experiência do espaço e do tempo, no sistema financeiro ou na economia mais ampla possam constituir uma condição necessária das mudanças políticas e culturais, as condições suficientes residem num plano mais profundo, inseridas na dialética internalizada do pensamento e da produção de conhecimento. Pois sempre é verdade que, como disse Marx (1967, 178), "erigimos nossa estrutura na imaginação antes de a erigirmos na realidade"." (HARVEY, 2008,p.309)

Como Geógrafo, temos um papel social de extrema importância, nas palavras de Lacoste, "O papel do geógrafo é o de tomar conhecimento da

superposição espacial de diferentes categorias de fenômenos e de movimentos de pesos diversos, sobre territórios de desigual amplitude, de forma que os empreendimentos humanos possam ali ser conduzidos ou organizados mais eficientemente." (2018, p.102), e apesar das coisas e sujeitos terem uma carga de intencionalidade em toda e qualquer ação, segundo Milton Santos, "A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território." (2006, p. 60).

Por isso, qualquer processo de territorialização não existe sem conflito, sempre há uma carga de resistência seja material, seja imaterial. Daí a importância de entender o MST com as categorias geográficas, ou seja:

> "Estudar um movimento social como categoria geográfica é condição essencial para a elaboração teórica. Categorias são conceitos-chave de uma ciência (Freire-Maia, 1998, p.38). São conceitos fundamentais construídos desde a análise das experiências desenvolvidas na realidade até os esforços lógicos para a elaboração de leituras e a construção de ensaios teóricos." (FERNANDES, 2000, p. 60)

É necessário utilizar de todo esse arcabouço teórico conceitual e paradigmático, para fazer uma leitura geográfica e multidisciplinar da realidade.

Considerações finais

O histórico do MST provoca uma responsabilidade social e de classe, além disso esse movimento socioterritorial não pode perseguir seus objetivos estratégicos sozinho, pensar alternativas estratégicas de combate ao capitalismo e ao agronegócio é uma necessidade imediata e permanente, como foi discutido nesse trabalho é a contradição da luta de classes que oferece o caminho da luta, e ao ter essa contradição em vista é possível pensar na forma e método organizativo do instrumento político necessário para o desafio atual, perder isso de vista é correr o risco de sucumbir ao fracasso.

O MST nasceu de contradições parecidas com as do momento atual, apesar de que as formas de luta e os sujeitos exigem que esse movimento se

adapte, usando de toda sua flexibilidade e experiência para seguir rumo aos seus objetivos reais, acreditamos que o MST possui essa capacidade.

Com o avanço do neoliberalismo, a expansão do capital internacional e a redução do estado, todos esses fatores dão um tom diferente da luta no cenário atual, fazer essa leitura da realidade se faz extremamente necessária para combater um inimigo onipresente.

O capital se territorializou no campo com o agronegócio e com as transnacionais, isso provocou uma grande exclusão dos trabalhadores do campo e das comunidades tradicionais. A população brasileira se encontra em sua grande maioria nas cidades, nas periferias precarizadas, o desemprego tem aumentado a cada ano. As reformas propostas pelos poderes do estado a serviço do capital, têm retirado direitos que foram conquistados com muita luta no passado. Essa situação tende a piorar, pois a instabilidade política no país não tem favorecido em nada a classe trabalhadora.

Esses são alguns exemplos das contradições geradas pelo capital que demonstram um caminho, da luta de classes, são esses conflitos e conflitualidades que provocam a iniciativa do MST como movimento da esquerda, em pensar um instrumento político adequado para as lutas de hoje.

Diante dessas questões, existe também um conflito paradigmático agrário como foi demonstrado, entre o paradigma do capitalismo agrário (PCA) e o paradigma da questão agrária (PQA), dessa forma a luta de classes é percebida não só no campo material da prática, mas também no campo imaterial das ideias, tomar esse combate como um todo é fundamental porque partimos do princípio da prática, teoria e pratica (P-T-P).

Diante do exposto, o papel da Geografia neste período se torna cada vez mais significativo, em suas interpretações do espaço, território, paisagem, área, região, lugar e o local, com uma intencionalidade ligada ao materialismo histórico dialético, de forma a servir de base para uma luta de classes mais justa para a classe trabalhadora.

A Geografia também não pode trabalhar sozinha, sem esquecer de todas as dimensões existentes no espaço, como a econômica, a política, a cultural, a histórica, a social, etc. acreditamos que o território como categoria

geográfica é uma categoria que possibilita observar essas dimensões e seus conflitos, haja vista a relação de poder evidente que possui essa categoria.

O que está em jogo é uma disputa pelo poder e o poder perpassa os territórios, logo a disputa pelo poder é também uma disputa territorial. Ou seja, um movimento socioterritorial, disputa o poder através da disputa territorial. Quanto mais conquista de território mais poder, quanto mais perca de território menos poder, o objetivo de um movimento socioterritorial deve ser se territorializar e se reterritorializar permanentemente, ou, o contrário, será sua derrota e extinção.

As questões que ficaram em aberto neste trabalho, pretendemos continuar pesquisando de forma coletiva e atuante.

Referências

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros.** 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf >. Acesso em: 20 out. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios dos territórios. **Revista NERA**, n. 3. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios.** 2008b. Disponível em: <http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdfAcesso em: 01 mar. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** 2ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Caderno de formação Nº 30 – Gênese e Desenvolvimento do MST**. Gráfica e Editora Peres – São Paulo, 1998

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In: **Revista Terra Livre** nº 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. **Movimento socioterritorial e "globalização": algumas reflexões a partir do caso do MST**. Lutas Sociais, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. ***Brava gente:* a**

trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica.** Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

GASPARIN, Geraldo José. **A Formação política como necessidade da classe trabalhadora: a experiencia do MST.** 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 2017.

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. 17 ed. - São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática.** 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LACOSTE, Yves. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra.** p. 133. <http://geografialinks.com/site/wp-content/uploads/2008/06/geografiayveslacoste.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MST. O Caderno de Formação nº 42 "**Debates em Preparação ao 14º Encontro Nacional do MST**" é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1ª Ed. – São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O povo e o seu território. **In.: RATZEL (organizado por Moraes, Antonio Carlos Robert)**. São Paulo: Ática, 1990, p. 73-82

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf> Acesso em: 01 mar. 2018.

LOS IMAGINARIOS GEOGRÁFICOS Y LAS IDENTIDADES AFECTIVAS EN LA MÚSICA POPULAR IBEROAMERICANA EN EL CUERPO Y EN LA VOZ DE CUATRO MUJERES

Agustín Arosteguy

Resumen

El proyecto busca investigar el repertorio de elementos simbólicos y conceptuales que componen las imágenes de un determinado lugar en las músicas de cuatro compositoras/cantoras iberoamericanas (CCIs), y, a su vez, pretende descubrir cómo las percepciones, sentimientos, comportamientos que provocan dichos lugares se materializan o corporizan de manera subjetiva, y hasta inconsciente, en tales personas, produciendo reacciones diversas: topofílicas, topofóbicas, rechazo, atracción, cerramiento, entre otras.

Palabras claves: Imaginarios geográficos. Identidades afectivas. Geografía de la música.

Resumo

O Projeto Busca Investigar O Repertório De Elementos Simbólicos E Conceituais Que Compõem As Imagens De Um Determinado Lugar Na Música De Quatro Compositores/Compositores Latino-americanos (Ccis), E, Por Sua Vez, Pretende Descobrir Como As Percepções, Sentimentos, Comportamentos Que Causam Esses Lugares Se Materializam Ou Incorporam De Forma Subjetiva, E Até Mesmo Inconsciente, Em Tais Pessoas, Produzindo Diversas Reações: Topofílicas, Toprofóbicas, Rejeição, Atração, Fechamento, Entre Outras.

Palavras-chave: Imaginários geográficos. Identidades afetivas. Geografia da música.

Introducción

El proyecto que aquí se presenta busca investigar el repertorio de elementos simbólicos y conceptuales que componen las imágenes de un determinado lugar (vecindad, barrio, pueblo, ciudad, nación, región) en las músicas de cuatro compositoras/cantoras iberoamericanas (de ahora en adelante, CCIs), y, a su vez, pretende descubrir cómo las percepciones, sentimientos, comportamientos que provocan dichos lugares se materializan o corporizan de manera subjetiva, y hasta inconsciente, en tales personas, produciendo reacciones diversas: topofílicas, topofóbicas, rechazo, atracción, cerramiento, abertura, cegamiento, entre otras. El primer concepto que guía este estudio es denominado imaginarios geográficos (DEBARDIEUX, 2015) y el segundo, identidades afectivas (TAJFEL, 1972, JOHNSON, MORGESON, 2005; JOHNSON, MORGESON, HECKMAN, 2012). Las cuatro CCIs que componen el objeto de estudio son: Amália Rodrigues de Portugal; Dona Ivone Lara de Brasil; Lágrima Ríos de Uruguay y Violeta Parra de Chile. Esta elección se basa en que estas cuatro cantoras fueron y continúan siendo referentes del género musical en el cual actuaron y además lo extrapolaron consiguiendo transformarse en símbolos tanto en sus respectivos países como también para Iberoamérica en su conjunto. Cada una a su manera creó un estilo propio y singular combinando poesía con resistencia, actitud con perseverancia, resiliencia con sensibilidad. A su vez, desde el punto de vista teórico, dicha selección se justifica por dos cuestiones. La primera, porque se entiende que cada una representó una forma de resistencia delante de una ideología hegemónica en un contexto histórico-político específico. La segunda, es porque se percibió en las canciones y en las respectivas personalidades un potencial elevado en relación a las dos directrices teórico-conceptuales que orientan este estudio.

En este sentido, a partir del entendimiento de que existe una relación recíproca entre territorio y cultura, de que el lugar geográfico contiene aspectos intrínsecos del ser humano, como ser temperamento, valores, sentimientos, creencias, idiosincrasia, entre otros, el referencial teórico buscó articular fundamentos teóricos provenientes de diversos campos disciplinares como

Geografía Humanista (HAESBAERT, 1997, 1999; TUAN, 1983, 2012; DARDEL, 2015; SMITH, 1994, 1997); Sociomusicología (FRITH, 1996, 2003); Geografía de la Música (KONG, 1995a, 1995b; CARNEY, 2003, 2007); y Geografía Política y Cultural (DEBARDIEUX, 2015).

Esta investigación de abordaje cualitativo prevé utilizar el análisis cualitativo de contenido, la observación participante y las entrevistas individuales. Se cree, a su vez, que junto con la lectura de documentos de y sobre las CCIs y la visualización de las películas documentales realizadas sobre ellas, compondrá un material que enriquecerá el corpus de análisis a ser examinado.

Breve biografía de las cantoras

Amália Rodrigues (Lisboa, 1 de julho de 1920 – Lisboa, 6 de outubro de 1999), llevó el pueblo para el mundo cuando el mundo apenas entraba en su país. De esta manera, colocó a Lisboa y, por consiguiente, a Portugal en el mapa musical europeo (España, Francia, Inglaterra, Suiza, Italia, Irlanda), latinoamericano (Brasil, México, Argentina) y mundial (Estados Unidos, Tokio, Rusia). Tal y como el profesor e investigador chileno Miguel Ángel Vera Sepúlveda descubrió, el fado de Lisboa estuvo en el origen "del tango de Buenos Aires, de las rancheras mexicanas de Heroica Veracruz, del vals porteño de Valparaíso, del valsecito criollo de El Callao o hasta del transversal y transnacional bolero" (2001). Comenta que la idea para escribir su texto, titulado *El género portuario*, surgió al escuchar una canción que la fadista portuguesa acostumbraba cantar en sus espectáculos era, en verdad, una canción ranchera, o mejor dicho, un fado mexicano. Y añade que estos géneros musicales son en verdad un "encuentro de familias" resultantes de las travesías del Atlántico Sur hechas por muchos portugueses entre 1880 y 1930. Además de su estilo y actitud peculiares, Amália no solo introdujo en el fado poemas de grandes autores portugueses sino que algunos de los mayores poetas y letristas de su época escribieron para ella. En el caso de Dona Ivone Lara (Rio de Janeiro, 13 de abril de 1922 – Rio de Janeiro, 16 de abril de 2018), ella fue la primera hija de la unión entre Emerentina Bento da Silva y

José da Silva Lara. Ambos tenían, además de su trabajo, una intensa vida musical: José era guitarrista y desfilaba en el *Bloco dos Africanos* y Emerentina era una óptima cantante y prestaba su voz de soprano a grupos carnavalescos tradicionales de Río de Janeiro, como *Flor do Abacate* y *Ameno Resedá*. A su vez, su tío, Dionísio Bento da Silva, tocaba guitarra de siete cuerdas y formaba parte del grupo de chorões[*] que reunía nombres como Pixinguinha, Donga y Jacob do Bandolim. Se casó en 1946, a los 25 años de edad, con Oscar Costa, hijo de Alfredo Costa, presidente de la escuela de samba *Prazer da Serrinha*. Fue en esa escuela donde conoció a algunos compositores que vendrían a ser sus compañeros en algunas composiciones, como Mano Décio da Viola y Silas de Oliveira. Compuso el samba *Nasci para sofrer*, que se convirtió en himno de la escuela. En 1947, con la fundación del *Imperio Serrano*, pasó a desfilar en el ala de las bahianas. Pero su consagración vino en 1965, con *Os cinco bailes da historia do Rio* cuando se convirtió en la primera mujer en formar parte del ala de compositores de la escuela. Con esto quebró muchos estigmas dentro de ese género y tuvo el coraje de desafiar los padrones esperados para las mujeres de la época, convirtiéndose una de las principales referencias femeninas. Hablando de Lágrima Ríos (Durazno, 26 de septiembre de 1924 – Montevideo, 25 de diciembre de 2006), ella comenzó, a los 18 años de edad, a cantar en los populares “recreos” de barrio, lugares donde la gente se reunía en las noches de verano. En 1950, Alberto Mastra la integró a su trío, en el cual cantaba bastante tango. Luego de eso, empezó a salir en el carnaval con José Antonio Lungo, que era del barrio. Después conoció a Emilio Riverón, quien tenía tres conjuntos y a su vez, formó parte de Brindis de Sala, grupo coral integrado por los hermanos Ramos, Luis Alberto Gómez y Juan Sequeira, que era un conocido integrante de conjuntos de carnaval. Si bien cantó tango, blues, folclore argentino y paraguayo, boleros y música brasileña, fue en el candombe, la música de los uruguayos de origen africana, que encontró su esencia y del cual fue una impulsora incansable. Tal vínculo quedó plasmado en *Luna y tamboriles* (1976), en *La perla negra del tango y del candombe*

[*] Es aquel que toca o compone *choros*. El *choro*, popularmente llamado de *chorinho*, es un género de música popular e instrumental brasileña, que surgió en Río de Janeiro a mediados del siglo XIX.

(1972) y en *Cantando sueños* (1996), en donde combina tango y milonga con el candombe. El hecho de haber sido discriminada e impedida de entrar en lugares donde iba a cantar por su color de piel no la desanimó en su carrera artística. Todo lo contrario, hizo que asumiese la presidencia de Mundo Afro en 1995. Y por último, Violeta Parra (San Carlos, 4 de outubro de 1917 – Santiago do Chile, 5 de fevereiro de 1967) creció en el seno de una familia numerosa, tenía 5 hermanos y 2 medio hermanos. A temprana edad todos ellos presentaron una inclinación para el espectáculo. Junto con su hermano Lalo cantaban a dúo y montaron varias representaciones por las cuales cobraban entradas a los niños. Violeta empezó a tocar la guitarra a los 9 años, mientras que a los 12 compuso sus primeras canciones. Pero fue en 1937 cuando se mudó a Santiago de Chile, invitada por su hermano Nicanor, que empezó su carrera artística en el restaurante El Popular —interpretando boleros, corridos, cuecas, rancheras y tonadas junto con sus hermanos Clara, Eduardo, Hilda y Roberto—, luego también en El Tordo Azul, ubicado enfrente. Siempre su repertorio estuvo compuesto por música popular, fueron, en su mayoría, canciones de resistencia y lucha, y de intento de sobrevivencia tanto en el amor como en la vida. A partir de 1950, influenciada por las luchas sociales de su país, comenzó a investigar y recopilar la auténtica música popular chilena y adoptó una postura comprometida, especialmente con los menos favorecidos. Durante esos viajes por su país, conoció a los poetas Pablo Neruda y Pablo de Rokha, entre otros. En la década de 1960, la figura de Parra, considerada a fundadora de la música popular chilena, inspiró a diversas generaciones de cantores populares en Chile y en América Latina, desembocando en el surgimiento del movimiento Nueva Canción, que impulsó e influyó a varios músicos y grupos, como Víctor Jara, Quilapayún, Inti-Illimani, Patricio Manns, en Chile, Atahualpa Yupanqui y Mercedes Sosa en Argentina, Silvio Rodríguez y Pablo Milanés en Cuba, y Chico Buarque, Elis Regina, Milton Nascimento y Geraldo Vandré en Brasil.

Marco teórico

El vínculo entre la música y la geografía se remonta a la identificación de la existencia de similitudes entre los arcos de África Occidental y Melanesia, realizada por el geógrafo alemán Friedrich Ratzel (1844-1904) y de similitudes entre los tambores y otros instrumentos musicales efectuada por su discípulo Leo Frobenius (1849-1917). Este último sistematizó la relación entre espacio geográfico y música a partir de la ubicación espacial de los instrumentos musicales y la creación de zonas culturales, a través de la cual llegó a desarrollar la noción de Círculos Culturales (Kulturkreis[*]). Este concepto fue basal para la Antropología y Geografía Cultural norteamericanas, en especial para el fundador de ésta última y uno de los principales referentes de la Escuela de Berkeley, Carl Sauer (1889-1975). En las primeras décadas del siglo XX en Francia el arqueólogo y geógrafo Georges de Gironcourt (1878-1960) impulsó reflexiones sobre geografía musical como nuevo campo de estudios, considerando que la Geografía musical debía centrarse en las formas musicales desarrolladas a través del espacio y del tiempo, ya que mediante ellas podía trazarse la movilidad de poblaciones y sus orígenes (GIRONCOURT, 1939).

A pesar de ese inicio promisorio los estudios de la música con abordaje geográfico tuvieron una ausencia significativa que se prolongó hasta los años 1990. En gran medida esta ausencia se debió a que la tradición geográfica ha priorizado lo visual, en detrimento de la participación del sonido en general, y la música en particular, en la estructuración del espacio y el lugar (SMITH, 1994, 1997; KONG, 1995a). Aunque en los últimos veinte años el interés por el estudio de la música desde la geografía, la sociología y los estudios culturales ha aumentado (MIDDLETON, 1990; FRITH, 1996; SMITH, 1994; LEYSHON et al., 1998; POCOCK, 1988, 1989; CANOVA, 2015; PANITZ, 2012, 2017; CASTRO, 2009, CORRÊA Y ROSENDAHL, 2007, 2009), la matriz visual continua prevaleciendo como el principal “camino hacia el conocimiento, y

[*] Este concepto se basaba en principios difusionistas que consideraba que un número limitado de ciclos culturales se desarrollaban en diferentes momentos y en diferentes lugares y que todas las culturas, antiguas y modernas, fueron el resultado de la difusión de complejos culturales a partir de estos centros culturales (FROBENIUS, 1897).

como medida de la verdad" (SMITH, 1997, p. 503). Como apunta Denis Cosgrove (1984, p. 31): "los geógrafos parecen requerir que la demarcación de sus teorías sea suministrada por la evidencia visual del mundo que los rodea. El suyo es finalmente el argumento del ojo". Esta predominancia de lo visual en la geografía (COSGROVE, 1984; COSGROVE y DANIELS, 1988) quizá se explique por "la facilidad de reproducir ideologías visuales, o desafiarlas con medios visuales, que trabajar con otros sentidos" o porque "las representaciones visuales de paisajes son intrínsecamente más duraderas que las representaciones audibles de paisajes sonoros" (SMITH, 1997, p. 506). Tal vez dicha predominancia haya contribuido también a marginar la participación de otros sentidos en la construcción de las experiencias espaciales.

La década de 1990, en consonancia con el giro cultural que atraviesa desde entonces la Geografía, marca una renovación de la disciplina encabezada por George Carney y Peter Nash de los Estados Unidos, Simon Frith, Susan Smith y Andrew Leyshon de Inglaterra, Lily Kong de Singapur, y Jacques Lévy, Claire Guiu y Bernard Debarbieux de Francia. En América Latina, en 1991 João Baptista Ferreira de Mello en su tesis de maestría titulada *O Rio de Janeiro dos compositores de música popular brasileira 1928-1991: uma introdução à Geografia Humanística* (CORRÊA Y ROSENDAHL, 2007) analiza cómo los compositores a través de las canciones expresan sus sentimientos, experiencias, percepciones sobre los lugares de vivienda, trabajo, ocio, vínculos afectivos, memorias, segregación, fantasías, entre otros temas. En este sentido, Lucas Manassi Panitz en su artículo titulado *Geografia e Música: uma introdução ao tema* (2012), destaca las contribuciones conceptuales y analíticas de la Geografía brasileña para el campo de la música con una heterogeneidad de abordajes: estudios con perspectiva humanista (MELLO, 2002; RIBEIRO, 2006; ROSADAS, 2009), de la geografía cultural (NÓBREGA FERNANDES, 2001), identidad y territorialidad (LIMA, 2002; OLIVEIRA, 2006; DINIZ, 2015; LOUREIRO, 2008), económica-social (CREUZ, 2013), geografía psicológica (CAMARGO, 2008) y pedagógica (CORREIA, 2009).

Además de Brasil, aún en América Latina, podemos citar a Silvia Valiente (2009) de Argentina y a Rosa María Bonilla Burgos (2006) de México. En el primer caso, Valiente aborda el cancionero folclórico del norte argentino desde una perspectiva de identidad territorial en la interface con la geografía cultural y los estudios culturales latinoamericanos. En el segundo caso, Burgos realiza un trabajo de investigación de la expresión musical en la región de Huasteca Potosina, articulando un diálogo entre la geografía y la antropología con la etnomusicología.

Dentro de este contexto, el presente proyecto pretende articular tres de los cinco caminos que Lily Kong (1995a) propone para el estudio de la música: a) Análisis de los significados y valores simbólicos; b) Política cultural de la música, se centra en las formas en que la música está ligada a las relaciones políticas entre los grupos sociales; y c) La música y la construcción social de identidades, llama la atención para la cuestión de que la música es un medio a través del cual se (de) construyen las identidades individuales y colectivas[*].

A partir de la articulación presentada en el párrafo anterior, se plantean los siguientes interrogantes como articuladores de la investigación: ¿de qué manera la música funcionó para cada una de ellas en el ámbito profesional?, ¿qué papel desempeñó la música en sus vidas?, ¿cómo los contextos histórico-políticos influenciaron en sus músicas?, ¿qué tipo de vínculo ellas entrevieron entre la música y el territorio?, ¿qué tipo de sentimientos ellas deseaban transmitir mediante sus músicas?

Definición teórico-conceptual y las hipótesis de trabajo

Como ya se señaló en la introducción, los dos ejes conceptuales son los imaginarios geográficos y las identidades afectivas. En relación al primero, el

[*] Los otros dos caminos que componen la propuesta de Kong son: “Música como comunicación social, el punto de partida es considerar que la música tiene mucho que ver con la comunicación de significados y Música desde la perspectiva económica, aquí el foco está colocado en las motivaciones económicas que subyacen la producción musical” (1995a, p. 187-191).

punto de partida es la adaptación de la definición establecida por el Grupo de Estudios Cultura, Naturaleza, Territorio[*]:

> [...] con imaginarios geográficos nos referimos al repertorio de elementos simbólicos y conceptuales que componen la imagen de un determinado lugar – pueblo, ciudad, país o región – a partir del cual tratamos de comprender cómo las imágenes presentes en las canciones participan en los procesos de construcción del territorio físico y simbólico, y permiten reflexionar sobre el espacio, dentro y fuera del campo estrictamente disciplinar de la geografía.

Inspirándonos en esta definición y haciéndonos eco del entendimiento sobre imaginario que el Bernard Debarbieux desarrolla en el texto llamado *Los imaginarios de la naturaleza* (2012), procuramos comprender cómo las tres nociones del concepto que el geógrafo francés describe y analiza se articulan entre sí en nuestro objeto de estudio: "1) el imaginario como una forma de experiencia sensible y emocional"; 2) "el imaginario como elemento de un sistema de conocimientos" y 3) "el imaginario como elemento producido socialmente a través de convenciones y de normas" (p. 140). De esas tres nociones se desprenden tres ámbitos en los cuales la idea de imaginario actúa: el de la experiencia sensible y psíquica, el del conocimiento y el de las convenciones sociales. Así Debarbieux, define los imaginarios de la naturaleza como:

> [...] un conjunto de imágenes (que pueden tener anclaje no solo en lo visual, agregado nuestro) que interactúan unas con otras, imágenes que merecen ser captadas desde el punto de vista de su resonancia psíquica y poética inmediata como también desde el punto de vista de los sistemas de conocimientos que construyen visiones globalizantes del mundo (2012, p. 142).

En su libro más reciente, *L'espace de l'imaginaire. Essais et détours* (2015), Debarbieux defiende la hipótesis de que la dimensión espacial es "constitutiva de los imaginarios sociales de la modernidad" (p.13). Según este autor el imaginario social es el telón de fondo de nuestros esquemas de significados y acciones colectivas. Más que el atributo de una sociedad, es la condición misma de nuestra existencia; participa en la institucionalización de

[*] Grupo de Estudios del Departamento de Geografía de la Universidad de Buenos Aires: http://vhollman.wixsite.com/grupo-de-estudios/imaginarios-geogr

cada uno, así como en nuestras formas comunes de pensar sobre el mundo y pensar sobre nosotros mismos. Ninguna experiencia individual, ninguna realidad social existe con independencia del espacio concreto en el que se desarrollan. Es decir, la constitución de los imaginarios reside en las experiencias individuales, aunque mediadas socialmente, que los seres humanos establecen con el territorio, considerando las formas de conocimiento que movilizan y las convenciones sociales que los motivan y es justamente en ese momento que las formas del imaginario alcanzan su más alto grado de sofisticación, pudiendo "desplegarse en las formas de referencia y confundir los tipos de experiencias, de creencias y del conocimiento" (DEBARBIEUX, 2012, p. 149).

En lo que respecta al segundo, es importante comprender que la relación entre la música y la identidad radica en que:

> [...] la cuestión no es cómo una pieza de música en particular o una actuación refleja a las personas, sino cómo las produce, cómo crea y construye una experiencia – una experiencia musical, una experiencia estética – que solo podemos darle sentido asumiendo una identidad tanto subjetiva como colectiva (FRITTH, 1996, p. 109).

Este argumento de Frith se apoya sobre dos ideas: "primera, que la identidad es móvil, un proceso y no una cosa, un transformarse y no algo hecho; segunda, que nuestra experiencia de la música se entiende mejor como una experiencia de este sujeto en proceso" (loc. cit., traducción nuestra). Así Frith sostiene que la música, así como la identidad, busca describir lo social en lo individual y lo individual en lo social.

Cabe resaltar que el concepto, Identidades afectivas, posee un anclaje fuerte en la psicología, en las formas de comportamiento que el individuo establece en los contextos sociales en los cuales se mueve. De esta manera, según Johnson y Morgeson (2005) la identidad social posee dos dimensiones: la cognitiva y la afectiva. La identidad afectiva, por su lado, se asocia con sentimientos positivos (y también negativos, agregado nuestro) sobre la membresía de cada individuo, incluyendo orgullo, entusiasmo y un sentido de afiliación o "pertenencia" con otros (Albert et al., 1998, in JOHNSON y

MORGESON, 2005, p. 1). En este sentido, los dos autores llegan a la siguiente definición:

> Tanto la experiencia directa de las emociones como el valor personal de la propia identidad conforman la identificación afectiva, definida aquí como los sentimientos que los individuos experimentan de sí mismos en relación con el referente social y el valor que le dan a esa identidad social (JOHNSON y MORGESON, 2005, p. 2).

Teniendo en cuenta lo antedicho y dado que nuestro interés es el vínculo (en sentido holístico) con el territorio, establecemos como identidades afectivas todas aquellas percepciones, sensaciones, sentimientos y comportamientos que los territorios provocan y que, de alguna u otra forma, se materializan o corporizan de manera subjetiva y hasta inconsciente en las personas, produciendo reacciones diversas: topofílicas, topofóbicas, rechazo, atracción, cerramiento, abertura, cegamiento, etc. Entonces, dado los referenciales teóricos supracitados, nos interesa llegar a responder: ¿qué aporta la música a la noción de los tres ámbitos enunciados por Debarbieux?, ¿qué tipo de relación podría establecerse entre los tres ámbitos y el concepto de identidad afectiva?, y ¿qué relación podría trazarse entre los imaginarios geográficos y las identidades afectivas?

Como hipótesis este proyecto se plantean las siguientes: 1) el territorio se presenta de manera simbólica y conceptual en las canciones de las cuatro CCIs, otorgando informaciones relevantes de la relación que cada una de ellas estableció con su espacio y sobre cómo cada una construyó sus imaginarios geográficos; 2) la música funciona como el vehículo a través del cual cada CCIs imprimió su subjetividad y refleja los hechos históricos de su época, permitiendo entender la forma en la cual cada una vislumbró y se relacionó con su territorio; 3) lo espacial interviene en la creación de identidades afectivas que es posible reconstruir a través de y en las obras de las cuatro CCIs.

Resultados esperados

A través de este estudio se esperan obtener los siguientes resultados:

a) Describir las formas en las cuales el territorio aparece reflejado en las canciones y qué relación existe entre estos reflejos y las personalidades de las CCIs.

b) Identificar y presentar los elementos simbólicos y conceptuales que operaron y operan en el espacio específicos de las CCIs.

c) Vislumbrar y describir los vínculos que cada CCIs estableció con lo espacial en sus diversas escalas y comprender cómo lo espacial influenció y moldeó las personalidades y las obras de las CCIs.

d) Analizar las reacciones que lo espacial ejerció sobre las CCIs y las formas en las cuales se materializaron.

Referências

BURGOS, Rosa María Bonilla. “Geografía de la música en la región de la Huasteca Potosina, Municipio de Tamazunchale, S.L.P., en los inicios del siglo XXI”. Revista Geográfica, n. 140, p. 91-133, Julio-Diciembre 2006.

CAMARGO, Alexandro Francisco. Festas Rave: uma abordagem da Geografia Psicológica na identificação de territórios autônomos. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFMT, Cuiabá – MT.

CANOVA, Nicolás. “La música como objeto geográfico: estado de la cuestión y perspectivas de tratamiento”. Revista de Antropología Experimental, n. 15, p. 465-482, 2015.

CARNEY, Oscar Goerge. “Música e Lugar”. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Literatura, Música e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

CARNEY, Oscar George (org.). The Sounds of People and Places: a geography of American music from country to classical and blues to bop. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

CASTRO, D. Heitor Villa-Lobos: a espacialidade na alma brasileira. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Cinema, Música e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

“Literatura, Música e Espaço: uma introdução“. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). Literatura, Música e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

CORREIA, Marcos Antonio. Representação e ensino, a música nas aulas de geografia: razão e emoção nas representações geográficas. 2009. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPR, Curitiba, PR.

COSGROVE, Denis. Social formation and symbolic landscape. London and Sydney: Croom Helm, 1984.

COSGROVE, Denis y DANIELS, Stephen. (eds.) The iconography of landscape. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CREUZ, Villy. Compassos Territoriais: os circuitos da economia urbana na música em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Goiânia. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia, USP, São Paulo, SP.

DARDEL, Eric. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DEBARBIEUX, Bernard. L´espace de l´imaginaire: essais et détours. Paris: CNRS Editions, 2015.

_____. “Los Imaginarios de la naturaleza“. In: LINDÓN, A., HIERNAUX, D. (dirs.). Geografías de lo Imaginario. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2012.

DINIZ, Gustavo da Silva. Atividades Criativas e Desenvolvimento Territorial: Música, Território e Criatividade em Tatuí. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UEP, Rio Claro, SP.

FRITH, Simon. Music and Identity. In: HALL, S., DU GAY, P. (eds.). Questions of Cultural Identity. London: SAGE Publications, 2003.

Performing Rites: on the value of popular music. Harvard: Harvard University Press, 1996.

FROBENIUS, Leo. Der westafrikanische Kulturkreis. Harvard: Harvard University Press, 1897.

GIRONCOURT, Georges de. “Recherces de Géographie musicale dans le Sud Tunisien“. La Géographie, v. LXXL, n. 6, p. 65-74, 1939.

GUIU, Claire. “Pulsations du corps, rythmes du monde: les territoires de la musique”. Les Cafés géographiques, Tolouse, 10 de febrero de 2010.

_____. “Espaces sonores, lieux et territoires musicaux: les géographes à l'écoute”. Vox geographica, Paris, 16 novembre 2007.

HAESBAERT, Rogério. “Identidades territoriais”. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. (Orgs.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. “Território, poesia e identidade”. Espaço e Cultura, n.3, p. 20-32, jan. 1997.

JOHNSON, Michael D, MORGESON, Frederick P. Cognitive and Affective Identification in Organizational Settings. Academy of Management Annual Meeting Proceedings, 2005.

JOHNSON, Michael. D., MORGESON, Frederick P., HECKMAN, David. R. “Cognitive and affective identification: Exploring the links between different forms of social identification and personality with work attitudes and behavior”. Journal of Organizational Behavior, Vol. 33, No. 8, p. 1142-1167, November 2012.

KONG, Lily. "Popular music in geographical analysis". Progress in Human Geography, California, n. 19, issue 2, pp. 183-198, 1995a.

_____. “Music and Cultural Politics: ideology and resistance in Singapore”. Transactions, London, vol. 20, n. 4, pp. 447-459, 1995b.

LEYSHON, Andrew, MATLESS David, REVILL George (eds.). The place of music. New York: Guilford Press, 1998.

LIMA, Nilo Américo. Dos territórios dos sentidos ocupados à sintonia com o entorno: um canto para a música na geografia. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, USP, Universidade de São Paulo, SP.

MELLO, João Baptista Ferreira de. “A Geografia da Grande Tijuca na oralidade, no ritmo das canções e nos lugares centrais”. GEOgraphia, n. 7, p. 25-63, 2002.

_____. O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira: 1928/1991 - uma introdução à geografia humanística. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

MIDDLETON, Richard. Studying popular music. Milton Keynes: Open University Press, 1990.

NOBREGA FERNANDES, Nelson da. Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFF, Rio de Janeiro, RJ.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Música e vida urbana: encontros e confrontos na cidade do Rio de Janeiro – 1990/2008. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pos-graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras da cidade a partir da cultura hip hop. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFF, Niterói, RJ.

PANITZ, Lucas Manassi. Redes musicais e [re]composições territoriais no Prata: por uma geografia da música em contextos multi-localizados. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, RGS.

_____. “Geografa e música: uma introdução ao tema”. Biblio 3W, Revista Bibliográfca de Geografía y Ciencias Sociales, vol. XVII, nº 978, Universidad de Barcelona, 2012.

POCOCK, Douglas. “Sound and the geographer”. Geography, n. 74, p. 193-200, 1989.

_____. "The music of geography". In: POCOCK, D. (ed.) Humanistic approaches in geography. Department of Geography Occasional Publications (New Series) n. 22, Durham: Durham University, p. 62-71, 1988.

RIBEIRO, Claudia Vial. Espaço-vivo: as variáveis de um espaço-vivo investigadas na cidade de Diamantina, do ponto de vista dos músicos. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, PUCMG, Belo Horizonte, MG.

ROSADAS, Michel. Nascentes e tributários de um Rio musical – salve Estácio, Cidade Nova e a Praça Onze dos bambas! E a Vila de Noel "só quer mostrar que faz samba também". 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, RJ.

SMITH, Susan. Jane. "Beyond geography's visible worlds: a cultural politics of music". Progress in Human Geography, California, n. 21, pp. 502–529, 1997.

_____. "Soundscape". Area, New Jersey, vol. 26, n.3, p.232-240, Sep. 1994.

TAJFEL, Henri. "Some developments in European social psychology". European Journal of Social Psychology, Chichester, Volume 2, Issue 3, pp. 307-321, July/September 1972.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Edual, 2012.

_____. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VALIENTE, Silvia. "Discursos de la identidad territorial según el cancionero folklórico". ACME: An international e-journal for critical geographies, n. 8, p. 46-68, 2009.

O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO POVOADO DE MORRINHOS POÇÕES-BA: UM OLHAR GEOGRÁFICO

Gerusa Martins da Silva[*]

Jéssica Martins da Silva[†]

Profa. Dra. Fernanda Viana de Alcantara[‡]

Resumo

O presente trabalho faz uma abordagem sobre a relação do programa de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), no espaço rural do povoado de Morrinhos, município de Poções-BA, analisando as interferências do programa no espaço rural e os elementos de fortalecimento das políticas publicas de saúde preventiva e sua relação com a geografia, além de compreender a importância do mapeamento geográfico. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento teórico, aplicação de questionários e entrevistas com os Agentes Comunitários de Saúde. De acordo a analise de dados forram constatado que o programa de agente comunitário de saúde possibilitou um desenvolvimento na condição de vida do sujeito residente no povoado de Morrinhos, município de Poções–BA.

Palavras Chave: Saúde; Geografia; Politicas Publicas.

Abstract

The present work deals with the relationship between the program of Community Health Agents (ACS) in the rural area of the town of Morrinhos, municipality of Poções-BA, analyzing the interference of the program in the rural area and the elements of strengthening public policies of preventive health and its relationship with geography, in addition to understanding the importance of geographic mapping. The research was carried out by means of a theoretical survey, application of questionnaires and interviews with the Community Health Agents. According to data analysis it was verified that the community health agent program enabled a development in the living condition of the resident subject in the village of Morrinhos, municipality of Potions-BA.

Keywords: Health; Geography; Public policy.

[*][1]Graduada em geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, gerusamarttyns@outlook.com

[†] Graduanda em geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, jessica.marttyns@gmail.com

[‡]Orientadora/programa de pós-graduação em geografia Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB, nandanpgeo@yahoo.com.br

Introdução

O espaço apresenta-se como categoria principal nas análises geográficas, uma vez que a ciência geográfica sempre esteve preocupada em compreender os processos, fenômenos e transformações que ocorrem no espaço. Nesse sentido, a contribuição da análise geográfica neste trabalho vem justamente na intenção de melhor compreender o espaço rural e as diversas transformações, a exemplo da modernização da agricultura e inserção de politicas publicas e outros fenômenos que têm modificado o meio rural, que por sua vez apresenta elementos peculiares, ligado a identidade e a cultura do sujeito rural.

As políticas públicas de saúde no espaço rural são estudadas e analisadas a partir do olhar geográfico, as referidas políticas apresentam a finalidade de reduzir os agravos a saúde humana, dentre elas destaca-se o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, (PACS) que tem papel importante nas ações preventivas e de promoção a saúde.

Espaço Rural e Geografia

A ciência geográfica é responsável por estudar as transformações espaciais e relação entre o sujeito e o espaço, conforme afirma Morais (1983). É uma ciência que dispõe de instrumentos para analisar as ações da sociedade, as especificidades de cada sistema e a forma de apropriação do espaço. Segundo o autor, a ciência geográfica é uma ciência do homem e do espaço, ao considerar os processos históricos, e os diferentes contextos da sociedade.

É por meio do espaço que desencadeia as relações sociais, de produção e reprodução, que engloba as ações políticas, econômicas e de forças de trabalho através do consumo, como argumenta Correia:

> O mérito do conceito de formação sócio espacial, ou simplesmente formação espacial reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através do seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. (CORREIA, 1995, p.26).

Segundo o autor, o que torna de fato o espaço concreto é a sociedade. O sujeito desempenha papel fundamental no espaço, no processo existencial e de reprodução social, na forma organizacional, sócio-politico-econômico, dentre outros segmentos.

Nesta direção, o sujeito apropria do espaço por meio do conhecimento, com inúmeras possibilidades de produtividade, segundo Santos (1997) o conhecimento foi fator determinante no desenvolvimento do individuo.

De acordo com Santos (1978) “O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem.” (SANTOS, 1978, p.119). O sujeito se apropria do espaço natural, e constrói sistemas por meio das relações sócias, segundo ele “A natureza é uma realidade social e não exclusivamente natural” (SANTOS, 1978, p.130). A transformação do natural, em espaço habitado, o surgimento das civilizações, o desenvolvimento urbano, as relações que se materializam no espaço, denominada natureza socializada em que o sujeito ocupa tal área transformando o natural em relações de produção e reprodução.

Nesse contexto, o espaço rural é concebido como um ambiente pouco habitado e usado pela sociedade.

Faz-se importante registrar que o espaço rural dispõe de diversas possibilidades ao individuo, seja por meio de relações econômicas, ou sociais. O sujeito que reside no meio rural possui aspectos identitarios, culturais, que se dá pela relação e pelo contexto que está inserido no meio rural.

De acordo Schneider (2004), o espaço rural é constituído por meio da relação entre ambiente e individuo não se tratando apenas de um fator econômico, mas também ligado a cultural do sujeito, a sua territorialização no espaço. Segundo o autor para analisar as dimensões territoriais, é necessário compreender as formas de produção e reprodução no espaço rural, considerando os objetos, ações e o individuo.

Nesta direção, destacam-se o espaço rural e o desenvolvimento rural brasileiro, no contexto da inserção das políticas públicas, tema amplamente estudado pela ciência geográfica e outras áreas do conhecimento. No entanto, as contribuições da geografia, auxiliam no entendimento desse processo, com um olhar plural, e por também permitir a inserção das contribuições de outras

ciências. Assim, o espaço, o espaço rural e o desenvolvimento rural, e o estudo das questões que relacionam a saúde no contexto do espaço rural, são eixos que formam um elo dinâmico, e possibilita uma análise destas dimensões dentro do objetivo maior da geografia, de compreender os apectos e fenômenos sociais, visto que estes vinculam-se diretamente com a produção do espaço geográfico.

As transformações no meio rural refletiram no modo de vida do pequeno produtor rural, pois, por meio de mecanismos de melhorias da produção da agricultura familiar, proporcionaram de algum modo o crescimento no espaço rural.

A modernização da agricultura e a revolução verde provocaram uma expansão produtiva no rural brasileiro, caracterizando-o como uma nova face. Campanhola e Silva (2000) atribui uma nova forma ao rural, e na leitura da relação rural-urbana segundo ele:

> O rural hoje só pode ser entendido como um "continuum" do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos coma agricultura e a pecuária. (CAMPANHOLA E SILVA, 2000, p.13).

O modo de vida do individuo rural, o acesso a diversos tipos de serviços, o modo de produção e organização social, refletiu na reconfiguração da sociedade rural que estabelece relação com o meio urbano. Essas novas ruralidades interferiu no cotidiano do sujeito residente no meio rural, por meio de politicas públicas que favoreceu seu desenvolvimento e aproximou o rural do urbano, por meio da facilidade de comunicação, transportes, entre outros.

Os espaços rurais e urbanos estão entrelaçados, por conta do modo de vida, das tecnologias, e relações de dependência etc. De acordo Campanhola e Silva (2000) "o meio rural não pode mais ser considerado como espaço exclusivamente agrícola, ou seja, apenas com o desenvolvimento agrícola não se atinge o desenvolvimento rural." (CAMPANHOLA E SILVA, 2000, p.13).

Neste contexto, o espaço rural vem se alterando a medida que a sociedade vai se organizando conforme os processos de globalização,

refletindo no modo de vida do sujeito, e proporcionando um desenvolvimento rural.

Nesse sentido, as políticas públicas ganham destaque, ao apresentarem possibilidades de benfeitorias no meio rural, seja nas esferas sociais, econômicas e ou ambientais, o que modifica uma localidade desprovida de tal recurso. Daí a importância da mobilização social, o que amplia a efetivação dos direitos e acesso a melhores condições de vida.

O Território E As Discussões Das Politicas Publicas

O território é um lugar que emerge todas as ações sociais, interligadas com as relações sócio-políticas, econômicas, naturais, as relações de poder. Dentro da abordagem territorial, a política publica se insere no contexto das relações sociais.

A análise territorial é dada a partir, das relações de poder e controle, no âmbito espacial de soberania do estado, das divisões administrativas de poder, como também das práticas políticas. Além disso, considera-se os aspectos socioculturais, a identidade do sujeito, o pertencimento local, a cultural, a origem do individuo. O que retrata a valorização dos aspectos identitarios, do simbolismo, para a partir de então conceber um espaço político e econômico. Nessa direção, Haesbaert (2004) o território é constituído de relações de poder, de ações, que estão relacionados com a identidade, a cultura, e a historicidade.

Nessa direção, Raffestin (1980) aponta que “O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço.” (RAFFESTIN, 1980, p. 144) O território está inserido na dimensão espacial a partir das características de territorialização. Nesse sentido, Raffestin (1980) afirma que o espaço precede o território, e nele se inserem as relações de poder.

As relações de poder são necessárias para a execução das políticas publicas no campo social. Raffestin (1993) destaca as relações políticas e as relações de poder na abordagem do território ao afirmar que "O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações" (p.53).

No entanto Claval (1978), destaca as implicações em executar as políticas publicas, aborda a importância da junção entre poder e a autoridade, partindo do pressuposto do controle e planejamento. A política publica tem sua gênese na formação política e institucional, em que faz necessária a participação de diversos atores, no planejamento, execução e avaliação de metas.

As políticas públicas visam integrar os projetos, estratégias do poder público, no intuito de articular ações na sociedade Envolvem processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Diante das diferentes abordagens sobre território, a identidade, as relações humanas se estabelecem a partir das influências de cada lugar, em que as relações de poder fomentam uma política pública, a exemplo daquelas que são direcionadas para a saúde e emergem no território, com a finalidade garantir melhorias nas condições de vida da população.

Dentre as politicas publicas, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi eleita a ser estudada nesse trabalho com destaque para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

O SUS foi criado mediante a constituição de 1988, por meio de lutas, organização de movimentos sociais, e principalmente conferências de saúde, no intuito de resolver os problemas de saúde da população, através de planejamento, ações, e avaliação. De acordo a lei **nº 8.080, de 19 de setembro de 1990** “Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.” (BRASIL, 1990). Conforme as leis e diretrizes do SUS, os princípios de equidade, universalidade e integralidade são indispensáveis no desenvolvimento desta política, por meio de ações que visem reduzir os riscos de doenças e promova ações educativas de saúde.

Na tentativa de promover acompanhamento e ações preventivas o Programa de Agentes Comunitários de Saúde criado em 1991, tem intuito de reduzir os agravos a doenças. Segundo as diretrizes do programa, O ACS deve residir na comunidade, para conhecer as especificidades da localidade e

manter um vinculo com os moradores. O acompanhamento é realizado por meio das visitas domiciliares, em que o ACS identifica e encaminha pessoas propensas a doenças. De acordo com Brasil (2010), a princípio o programa obteve resultados positivos, com a redução de doenças, como tuberculose, reduziu também as taxas de mortalidade infantil e mobilizou a população sobre a importância do aleitamento materno, vacinação, diminuindo a incidência de doenças.

O agente comunitário de saúde conhece sua área de atuação a partir da delimitação de área, do espaço físico, que possibilita identificar áreas de risco, e articular ações para melhor atender as famílias. De acordo Môra “A definição do território, a construção dos mapas, representam as bases para a realização do diagnóstico da comunidade.” (MÔRA Al, 2013, p.14). Definir a área de atuação permite conhecer as potencialidades e limitações de cada área, além de identificar estratégias e ações que favoreça o desenvolvimento do trabalho do Agente Comunitário de Saúde.

Uma estratégia para estabelecer os limites, é por meio do mapeamento, como afirma Roselline “o mapeamento deve ser realizado para subsidiar o trabalho da equipe e principalmente do Agente Comunitário de Saúde” (Roselline, 2008, p. 395).

O mapeamento possibilita identificar às potencialidades, os limites, as dificuldades de cada comunidade, os aspectos físicos, pontos de referencias, áreas de riscos, pode assim articular ações que favoreça a execução de políticas públicas. Segundo Raffestin (1980, p.167): “O mapa e o instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar fronteiras”, isso se transporta para o trabalho do ACS, por meio do mapa como ferramenta de trabalho do agente, é possível delimitar a área de trabalho de cada profissional, identificando as especificidades de cada localidade.

Além disso, o mapeamento geográfico possibilita conhecer com maior detalhamento as especificidades de cada localidade, sendo instrumento fundamental para o Agente Comunitário de Saúde conhecer os limites territoriais, a identidade, a cultura, os costumes de cada comunidade, como também, as limitações, os agravos a saúde.

Nesse proposito, o presente estudo está ampliando o debate a respeito das políticas públicas por meio das contribuições de leituras plurais da ciência geográfica, ao mesmo tempo em que realiza uma análise destas políticas e das ações desenvolvidas

Pelo ACS, ação de grande destaque nacional na redução dos agravos de doenças e promoção da saúde. A produção do espaço geográfico ocorre graças as relações estabelecidas, aos movimentos e a dinâmica do cotidiano. E a inserção de ações do poder público normalmente interfere nestas dinâmicas, na cidade ou no campo. Neste texto maior visibilidade tem sido direcionada, para o processo os rebatimentos do programa de ACS, seu planejamento e resultados no desenvolvimento e configurações do espaço rural no povoado de Morrinhos Poções-BA.

Metodologia

O presente trabalho foi realizada por meio de visitas a oito comunidades rurais e no povoado de Morrinhos, além da aplicação de questionários a dez famílias em cada comunidade, sobre a atuação do programa no meio rural, as atividades desenvolvidas, os benefícios adquiridos pela comunidade no decorrer do tempo de permanência do Agente Comunitário de Saúde (ACS). Foram questionados sobre o tempo de permanência na localidade, perguntas relacionadas aos aspectos sócios econômicos, para conhecer as especificidades daquela comunidade, o modo de vida da população antes do programa de agentes comunitários de saúde, e sobre as interferências provocadas pelo programa nas condições de vida da comunidade, as ações desenvolvidas na localidade, as parcerias existentes entre escolas, igrejas, associações de moradores e de que forma o trabalho do agente comunitário de saúde na região contribuiu na melhoria das condições de vida das famílias, de que forma o agente comunitário de saúde desenvolve ações educativas de prevenção e orientação, e os benefícios adquiridos com a atuação do programa, além disso, foram indagados também sobre a importância do Agente Comunitário de Saúde residir na localidade. Foram também realizadas entrevista com dois Agentes Comunitários de Saúde sobre a relação existente

entre o ACS e as famílias acompanhadas, de que forma ele conhece o território de atuação, além disso, o ACS entrevistado foi questionado sobre os instrumentos de trabalho e a importância do mapeamento geográfico para o desenvolvimento do trabalho diário.

Resultados e discussões

O referido povoado faz parte da área de cobertura da Unidade de Saúde da Família (USF) Paulina Maria de Jesus, situada nesse povoado. Além de Morrinhos, fazem parte também desta unidade mais sete áreas rurais: Assentamento União, Bernardino, Duas Barras, Fomento, Palmeira, Tarugo e Uruçu.

Na organização de atendimento voltado a saúde do município, cada Agente Comunitário de Saúde é responsável por uma área rural das citadas acima, exceto a área do Bernardino que não possui ACS, mas é acompanhado pela USF Paulina Maria de Jesus. O gráfico 1 demonstra a quantidade de famílias e de pessoas por localidade acompanhadas pela USF Paulina Maria de Jesus, em Poções-BA.

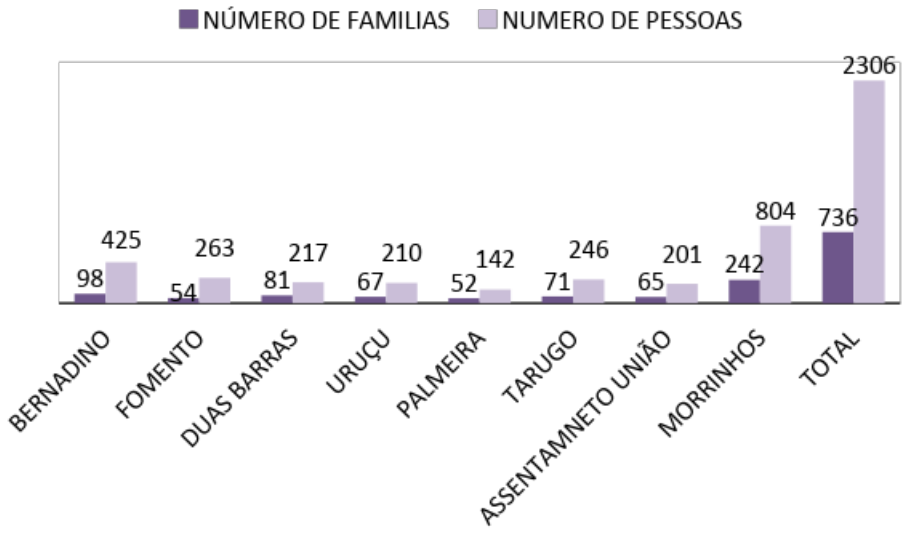


Gráfico 1: Distribuição de famílias e pessoas por áreas rurais da USF de Morrinhos Poções-BA, 2018.
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde/ 2018.

De acordo com o gráfico, o povoado de Morrinhos concentra o maior número de residentes, seguido da comunidade do Bernardino, demandando mais ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. A unidade de Saúde da Família Paulina Maria de Jesus possui em média 736 famílias e 2.306 pessoas acompanhadas pelos ACS, dentre as oito áreas rurais, que compõem a região de Morrinhos, de acordo os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Poções-BA. Por meio do mapeamento geográfico, foi possível delimitar as áreas de atuação de cada ACS conforme as especificidades de cada localidade.

Essas localidades eram acompanhadas pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), posteriormente foi implantado o PSF que além da atuação do ACS, conta com a equipe de saúde, atuando por meio de ações curativas e preventivas, intervindo no espaço rural.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) foi implantado no município de Poções em 1996, e em Morrinhos existe desde 2004, foi implantada a Estratégia de Saúde da Família (ESF), com a construção da Unidade de Saúde da Família (USF) Paulina Maria de Jesus, provocando interferências nas condições de vida das comunidades. Segundo a ACS entrevistada, o posto de saúde existente em Morrinhos, desenvolvia apenas ações curativas e de baixa eficiência, foi transformado em uma Unidade de Saúde da Família, que possibilitou o desenvolvimento de ações curativas e preventivas por meio da atuação da equipe de saúde da família em cada área geográfica.

A Unidade de Saúde da Família Paulina Maria de Jesus é composta por oito ACS, que desenvolve o trabalho em Morrinhos e em sete áreas rurais pertencentes, sendo que uma está descoberta pelo programa a três anos. A Unidade de Saúde da Família de Morrinhos realiza um mapeamento territorial que tem a finalidade de delimitar a área de atuação de cada Agente Comunitário de Saúde, que comporta em média 60 a 100 famílias acompanhadas por áreas rurais. Outro ponto importante do mapeamento é identificar as áreas de riscos que necessitam de maior atenção, sendo necessário para desenvolver estratégias especificas de acompanhamento e

orientação do ACS, juntamente com a equipe de saúde da família situada em Morrinhos.

O mapeamento realizado na unidade, no formato de cartograma como mostra a figura 1, define os pontos específicos como igrejas, escolas, cemitérios, bares, áreas de lazer, rios, entre outros, além de identificar as áreas de risco propensas a agravos de doenças. Segundo a enfermeira da unidade, o mapeamento é realizado em conjunto com toda a equipe, identificando as áreas problemáticas, sendo mantido na unidade de saúde para o livre acesso. O mapeamento é considerado um instrumento de trabalho da equipe, pois possibilitar estabelecer os limites territoriais de cada área geográfica de atuação do ACS.

.

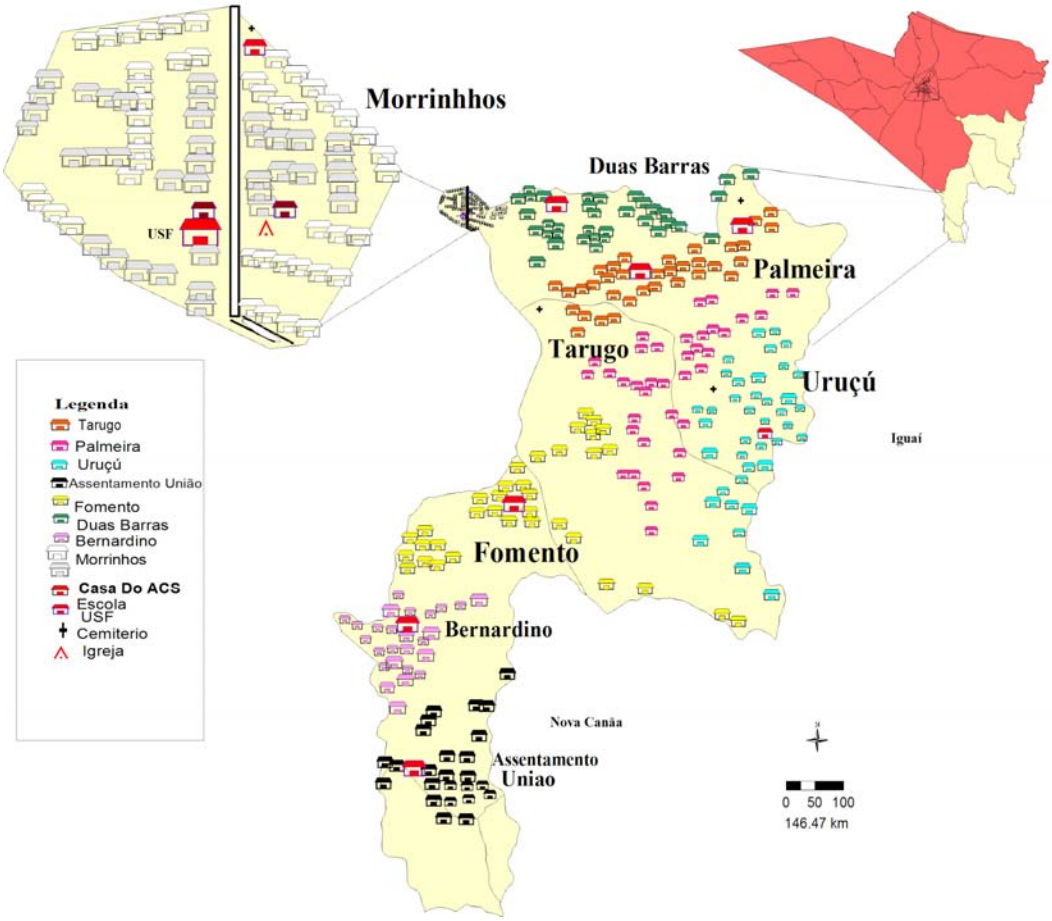


Figura 1: Cartograma da área de cobertura da USF Paulina Maria de Jesus Morrinhos-Poções-BA, 2017.
Fonte: USF Paulina Maria de Jesus, 2017.

Nas visitas domiciliares o ACS orienta o paciente de acordo as necessidades, e encaminha de acordo as competências. O ACS é responsável por levar a informação e limitar a distancia do usuário ao serviço de saúde. A prevenção de doenças e promoção da saúde ocorre por meio de orientação e dialogo sobre os tipos de doenças, principais causas e a forma de prevenir contra os agravos a saúde. Por meio das conversas informais, o ACS compreende as necessidades de cada individuo, e orienta conforme as possibilidades. A enfermeira da unidade visitada faz referencias também a respeito da finalidade do trabalho do ACS, segundo ela *"é estreitar as barreiras geográficas existentes entre a unidade de saúde da família e a comunidade"* (Entrevista com a enfermeira da USF de Morrinhos).

As ações educativas são realizadas por meio de palestras na comunidade ou mesmo nas visitas domiciliares, muitas vezes em parcerias com escolas, creches, igrejas e associações de moradores, são ministrado sobre diversos temas relacionados a saúde como também ao bem estra social. Essas parcerias existentes nas comunidades são importantes, pois ambos são atores que buscam coletivamente por melhorias para a própria comunidade.

Considerações finais

Os dados apresentados revelam que a maioria das pessoas mantem um vinculo de confiança com o ACS, por serem residentes na mesma localidade, possuir um relacionamento por muito tempo, fortalecendo assim o trabalho desempenhado pelo ACS.

O programa gerou rebatimentos no meio rural, por meio das práticas educativas, como redução do número de doenças epidemiológicas, desnutrição e mortalidade infantil, etc., além de orientações e informações sobre a atuação de programas sociais, a exemplo do bolsa família, programas de auxílio doenças, aposentadoria, apoio e fortalecimento nas associações rurais, entre outras. Nesse sentido intervindo no modo de vida e permanência na comunidade.

A melhoria nas condições de vida da população rural, a exemplo do acesso a saúde, implica na permanência no campo e também na redução dos problemas que por muito tempo deram ao espaço rural o rotulo de atrasado, certamente a inserção e acesso as politicas públicas não solucionaram as disparidades socioeconômicas registrados no espaço rural, assim como não finalizou as diferenças e dificuldades que ainda hoje marcam a vida do homem do campo, mas as analises permitem afirmar que as pontuais melhorias são vistas pela população como algo de extrema importância e que de fato interferem na dinâmica da vida, dando aos homens e mulheres do campo condições mínimas para reprodução da vida.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção básica. Série A. Normas e Manuais Técnicos. 2006.

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro: Uma análise estadual: nordeste Jaguariuna. SP, Embrapa Informação Tecnológica, 2000

CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979. 222p

CORREIA Roberto Lobato. Geografia conceitos e temas (Elias De castro; Paulo Cesar de Costa Gomes, Roberto Lobato Correa). 1995 p.26.

HAESBAERT, Rogério. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens 2004.

MÔRA, Lidia Batista de et al: o uso da territorialização para apoio ao planejamento das ações de uma unidade de saúde da família. 2º congresso brasileiro de política, planejamento e gestão em saúde. Belo Horizonte- MG, 2013.

MORAIS, Antonio Carlos Roberto - Pequena historia critica 1983

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

ROSELLINE, APL, CARMO, APV do, SOUZA, PRP Territorialização: base para a organização e planejamento em saúde. 2008.

SCHNEIDER. S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno elementos teóricos e um estudo de caso. In froehlich, J.M. Vivien Diesel ORG Desenvolvimento rural tendências e debates contemporâneas Unijui 2006.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 2008.

DIMENSÃO POLÍTICA DA FÉ NA METRÓPOLE PARAENSE: TERRITORIALIDADE RELIGIOSA DA IGREJA PROFÉTICA BATISTA DA RESTAURAÇÃO.

Paulo Afonso Dias de Lima*
Alan Pereira Dias†
Eryck de Jesus Furtado Batalha‡

Resumo

Os estudos das religiões no Brasil tem sido o foco notável em diversas ciências, em especial, as humanas e sociais, se apresentando com uma diversidade de atores, crenças e movimentos. O pentecostalismo utiliza-se de dinâmicas territoriais para se expandir e controlar seu território. A presente pesquisa centra-se no estudo de uma igreja de rito pentecostal, a Igreja Profética Batista da Restauração, localizada na Região Metropolitana de Belém como objeto de estudo. O objetivo da pesquisa consiste em compreender a principal prática territorial utilizada pela instituição religiosa na manutenção e aquisição de novos territórios para ampliação de sua territorialidade religiosa. Para viabilizar o alcance deste objetivo foram realizados trabalhos de campo no local de estudo e entrevistas com pastores e demais membros da Igreja. Os resultados da pesquisa mostram as células enquanto estratégia territorial da Igreja, que, em conformidade com os princípios do pentecostalismo, age de forma descentralizada.

Palavras chaves: Territorialidade. Geografia da Religião. Pentecostalismo.

Resumen

Los estudios de las religiones en Brasil han sido el foco notable en diversas ciencias, en especial, las humanas y sociales, presentándose con una diversidad de actores, creencias y movimientos. El pentecostalismo se utiliza de dinámicas territoriales para expandirse y controlar su territorio. La presente investigación se centra en el estudio de una iglesia de rito pentecostal, la Iglesia Profética Batista de la Restauración, ubicada en la Región Metropolitana de Belén como objeto de estudio. El objetivo de la investigación consiste en

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Universidade Federal do Pará (UFPA); bolsista CNPQ; pauloafonso800@gmail.com.
† Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Universidade Federal do Pará (UFPA); bolsista CNPQ; alan-lp@hotmail.com.
‡ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Universidade Federal do Pará (UFPA); eryck_batalha@hotmail.com

comprender la principal práctica territorial utilizada por la institución religiosa en el mantenimiento y adquisición de nuevos territorios para la ampliación de su territorialidad religiosa. Para viabilizar el alcance de este objetivo se realizaron trabajos de campo en el lugar de estudio y entrevistas con pastores y demás miembros de la Iglesia. Los resultados de la investigación muestran las células como estrategia territorial de la Iglesia, que, de acuerdo con los principios del pentecostalismo, actúa de forma descentralizada.

Palabras claves: Territorialidad. Geografía de la Religión. Pentecostalismo.

Introdução

Evidencia-se um rápido crescimento do pentecostalismo analisando os dados do IBGE, por meio dos censos demográficos. No Período entre os censos de 1980 à 2010 avalia-se que o percentual de protestantes evangélicos passa de 6,6% para 22,2%, sendo o maior crescimento observado entre o segmento religioso.

No período entre os censos de 2000 a 2010, o segmento deu um salto de 16 milhões de pessoas, ou seja, em apenas dez anos passaram de 26,2 milhões para 42,3 milhões seguidores. Esses dados demonstram a importância do movimento religioso que mais cresce no Brasil.

Na análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o movimento consolidou "[...] o crescimento da população evangélica, que passou 15,4 em 2000 para 22,2 em 2010. Dentro do grupo que se declaram evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5% evangélicos de missão e 21,8% evangélicos não determinados" (IBGE, 2010, s.p): Verifica-se, portanto, que o movimento Pentecostal é o que mais cresce dentro dos que se declaram evangélicos.

Quando se analisa a capital Belém nota-se que a produção sobre geografia da religião ainda está no início, o que é claramente preocupante se considerarmos que Belém é uma Metrópole e que está sobre a influência de movimentos religiosos já consolidados, como o de uma igreja católica que promove uma das maiores festas religiosas do mundo, o Círio de Nazaré e da

primeira Igreja pentecostal do Brasil, a já centenária, Assembleia de Deus. Diante desse quadro considera-se que o fenômeno religioso e seus aspectos geográficos necessitam ser estudados amplamente na capital paraense.

A geografia da religião, que dará norte a pesquisa, busca analisar a espacialidade do sagrado e sua dimensão simbólica. Os estudos geográficos da religião, baseados a partir dos estudos da geógrafa Zeny Rosendahl (2003), estão centrados nas dimensões de analise, a partir de duas categorias – o *Sagrado e Profano*. A partir dessas duas categorias, os estudos podem ser realizados a partir de três dimensões. São elas: Dimensão Econômica, Dimensão Política e Dimensão do Lugar.

Em nossa pesquisa, daremos ênfase à dimensão política, em especial por esta destacar os estudos que associam temas como Religião, Território e Territorialidade. Será abordado o *território religioso* de uma instituição religiosa – a Igreja Profética Batista da Restauração – que, ligada ao movimento pentecostal, exerce, a partir de leis e diretrizes de difusão e manutenção da fé, a sua *territorialidade* (ROSENDAHL, 2003).

Quando se fala de território e territorialidade religiosa, deve-se levar em consideração as práticas de instituições religiosas e como estas se organizam no espaço, produzem seus territórios e o controlam e ainda que quem detém esse poder do sagrado são seus administradores, podendo este ser compreendido, como diz (RAFFESTIN, 1993), como o poder dos especialistas do sagrado que fazem e desfazem o território religioso. Portanto, o poder está na mão dos clérigos, dos pastores, dos bispos, dos formadores de opinião e transmissores do saber sagrado, mas não que só eles possam formar o território religioso, pois esse território está ligado ao íntimo de cada indivíduo e se forma por experiências sobrenaturais vividas em dado espaço, por exemplo, "território e identidade religiosa estão intimamente ligados" (ROSENDAHL, 2012, p. 87).

Estas estratégias para gerir, manter e formar os territórios na religião estão ligadas ao controle de pessoas e objetos. "Territorialidade religiosa significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos religiosos a fim de controlar pessoas e objetos [...]" (ROSENDAHL, 2012 p. 88)

e as experiências sobrenaturais no determinado espaço, tornando um lugar sagrado fortalecendo as territorialidades religiosas: “[...] é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas e individuais que a comunidade religiosa mantém, no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território”. (ROSENDAHL, 2012 p. 88)

No que tange a relação entre os objetivos e questionamentos acerca da pesquisa, pretende-se compreender a lógica da fé, na transformação do espaço, no nosso caso de estudo a partir de uma expansão do movimento pentecostal no Brasil, o que possibilitou no surgimento de diversas comunidades evangélicas ligadas a este movimento religioso (MACHADO, 1994; IBGE, 2010). Este fato é essencial para se entender o surgimento da IPBR, assim como a sua busca em difundir sua fé, na busca por território e na formação de suas territorialidades, visando influenciar e controlar pessoas e objetos (ROSENDAHL, 2012).

Diante do exposto, a questão central da pesquisa está assim definida: “Qual a principal ação e estratégia religiosa realizada pela Igreja Profética Batista da Restauração para a manutenção, difusão de sua fé/prática e aquisição de novos territórios?

Considerando as questões levantadas vê-se a necessidade de estudar as estratégias de organização e administração da instituição que consideramos enquanto o objeto de pesquisa (a IPBR), se utilizando de estudos como o de Rosendahl (2012), que discute como as territorialidades do espaço religioso, induzem a uma necessidade de difundir sua fé para alcançar mais adeptos.

O estudo das práticas territoriais da Igreja Profética Batista da Restauração, localizada na Região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, mostra a dimensão política da religião, na manutenção e aquisição de novos territórios. Tal ação é algo relevante nesta pesquisa.

Diante disso o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender a principal prática territorial utilizada pela IPBR na manutenção e aquisição de novos territórios.

A Igreja Profética Batista da restauração

A fundação da IPBR ocorreu em 2009, portanto, a mesma completa 7 anos em 2017. O Local de sua imlantação foi o bairro do Coqueiro, em Ananindeua, segunda maior cidade da Região Metropolitana de Belém – RMB (IBGE, 2010).

A sede da IPBR localiza-se no bairro do Coqueiro em Ananindeua-Pa, segunda maior cidade da Região Metropolitana de Belém (RMB)[*]. Fundada em 2009 a Igreja mantém ainda uma filial na capital do Estado, Belém, situada no bairro da Cabanagem, área de expansão urbana, e diversas células dispostas na RMB.

A IPBR conta hoje com aproximadamente 400 membros, um templo filial e 12 células na RMB. A localização da IPBR no município de Ananindeua é expressa na Figura 01:

[*] Região criada pela Lei Complementar Federal em 1973, alterada em 1995, 2010 e 2011, é uma conurbação com 2.422.481 habitantes. Sendo a segunda região metropolitana mais populosa da Região Norte do Brasil. A RMB é formado pelos municípios de: Ananindeua, Belém, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará e Castanhal. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_belem.pdf acesso em novembro de 2016.

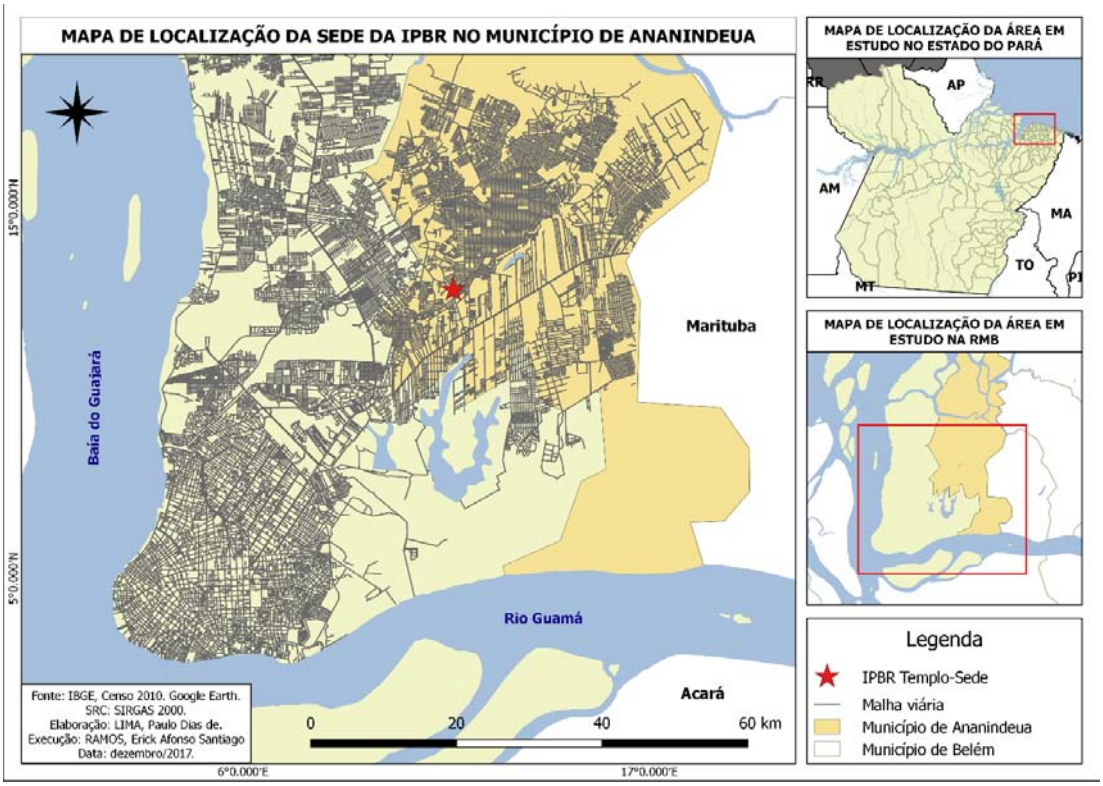


Figura 01 – Localização da sede da IPBR no município de Ananindeua.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A pastora presidente IPBR associa a mesma ao movimento pentecostal pois, segundo ela os preceitos da Igreja estão fundados nos dons do Espirito Santo e na descida dos mesmos em *Pentecostes,* no falar línguas estranhas, nas curas divinas e nas profecias.

O alcance territorial da Igreja e as células

Nesta secção importa para a pesquisa reconhecer o território da IPBR, bem como a analise temporal de sua formação. Para o geógrafo Raffestin (1993, p. 127) “sendo uma organização, toda igreja se comporta da mesma maneira que qualquer outra organização: procura se expandir, reunir, controlar e gerenciar”.

É preciso ressaltar que são múltiplas as estratégias interligando religião e território e a dimensão política do sagrado objetiva investigar as normas e formas adotadas pelas instituições religiosas a fim de assegurar a vivência da fé e a vigilância dos fiéis, afirmando assim sua identidade religiosa (ROSENDAHL, 2012). Precisa-se ter o conhecimento sobre os simbolismos do

sagrado, que são produzidos, consumidos e geridos como aponta Rosendahl (2005):

> Essa questão envolve o conhecimento da religião como um sistema de símbolos sagrados e seus valores, envolvendo a produção, o consumo, o poder, as localizações e fluxos e os agentes sociais em suas dimensões econômica, política e do lugar. Portanto, o território está presente em todas estas dimensões (ROSENDAHL, 2005 .p. 02).

Na perspectiva da autora, o território pode ser compreendido nas diversas dimensões do sagrado, são elas a dimensão econômica, dimensão política e dimensão econômica. A pesquisa não desconsidera as dimensões econômicas e do lugar, porém tem como foco o aspecto político da relação entre o sagrado e o território. Sendo assim precisamos compreender que todas relações sociais em uma perspectiva *foulcotiana*[*] são relações de poder, e que na multiplicidade de sujeitos e relações no espaço para se compreender o território é preciso compreender quem efetivamente exerce o poder, seja de uma forma visível ou simbólica é preciso reconhecer quem domina quem no território e que estratégias usa para tal, como escreve Haesbaert (2007):

> Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido Território e Multiterritorialidade: Um debate mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007 p. 20).

O território da IPBR pode ser compreendido tanto através de seu caráter político também pelo cultural. O espaço se torna território na apropriação, no estabelecimento das fronteiras imaginárias. Quando os agentes sociais organizam e estruturam o território o fazem para garantir o controle, vigiar, expandir sua influência, garantindo sua existência. Referindo-se às múltiplas considerações dos geógrafos sobre o conceito território Rosendahl (2012) sintetiza:

> O território constitui-se em dado segmento do espaço, geralmente delimitado, que resulta da apropriação e do controle por parte de determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma

[*] (HAESBAERT, 2007)

> instituição, como o Estado ou outra organização social. Além do caráter político, apresenta um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos e religiosos (*Op. cit.*, p. 51).

De acordo com as ideias de Rosendahl (2005), para consolidar, apropriar e manter o controle sobre o território estas instituições se utilizam de práticas especificas que denominamos de territorialidades. Estas estratégias, para gerir, manter e formar os territórios na religião estão ligadas ao controle de pessoas e objetos, e as experiências sobrenaturais no determinado espaço, tornando um lugar sagrado fortalecendo as territorialidades religiosas. Corroborando com Rosendahl (2005) sobre um aspecto mais cultural das territorialidades, Haesbaert (2007) afirma:

> A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar" (HAESBAERT, 2007 p. 22).

Considerando a *Territorialidade pentecostal* como uma análise que melhor nos auxilie em nosso objeto, leva-se em conta o estudo de Machado (1994), quando a mesma considera esta territorialidade enquanto uma estratégia de apropriação espacial essencialmente dinâmica, transitória e efêmera, porém com a capacidade de se adequar nos mais diversificados espaços o que a permite acompanhar o movimento da sociedade moderna, na fala da própria autora:

> A territorialidade e o território pentecostal não são definidos a *príorí,* mas sim momentaneamente. Sua lógica baseia-se na transitoriedade e mobilidade. Dessa forma, são delimitados, a cada momento, uma nova área geográfica de atuação pentecostal, um novo território, podendo, inclusive, haver superposições (MACHADO, 1994 p. 161).

Sobre essa perspectiva, quando perguntado sobre os benefícios e dificuldades da estrutura e organização da Igreja, um dos pastores nos relata que "antes de expandir e abrir novas células e novos templos é necessário que a Igreja faça um planejamento, não se pode abrir igrejas e células sem uma preparação, a Igreja precisa funcionar como uma empresa neste aspecto".

Identifica-se através da citação que houve uma precipitação e uma falta de organização para que a Igreja se expandisse.

Pode-se concluir que o fato da igreja ter uma estrutura mais descentralizada é benéfico quando consideramos a rapidez com que a mesma aumenta seu território e seu número de fies, porém apresenta uma fragilidade que consiste na sua efemeridade, ao passo que vai se construindo um território rapidamente, também se perde esse território rapidamente, lembremos que um território pode ser construído e destituído de forma muito rápida (SOUZA, 2013).

A territorialidade informal e fugaz possui um aspecto dialético, segundo Machado (1994, p. 161), "marca, portanto, uma específica forma de apropriação espacial fundamentalmente dinâmica, transitória, efêmera e, mais ainda, hodierna, capaz de marchar, lado a lado, com a experiência ambiental da modernidade […]. A partir da dinâmica das células, percebe-se que a IPBR as utiliza como principal ação/prática territorial, tanto para a manutenção quanto na aquisição de novos territórios.

As células funcionam como territorialidades, durante a pesquisa já foram abordadas algumas características sobre este conceito, mais ainda se considera importante ressaltar que no aspecto religioso o mesmo está baseado complementarmente tanto nas práticas de controle do território quanto nas experiências simbólicas e ideológicas que o legitimam, como argumenta Filipe (2013):

> Em síntese a territorialidade religiosa, na abordagem da geografia cultural, contempla duas ações estratégicas complementares que legitimam a fé:
> (i) As práticas desenvolvidas por religiosos que necessitam controlar o território religioso;
> (ii) Todas as experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém com o lugar (es) sagrado (s) e nos itinerários que constituem seu território (FILIPE, 2013 p. 83).

A analise se manterá exclusivamente na dinâmica de células, visto que não é objetivo do trabalho relacionar aqui todas as dinâmicas do território religioso da IPBR, mas sim identificar a principal prática e suas características.

A células como estratégias de manutenção e ampliação territórios

A dinâmica de células em uma Igreja pode ser definida como grupos pequenos colocados em pratica nos lares dos membros que tem a função de difundir a mensagem cristã de uma forma interpessoal e descentralizada. Uma tentativa de atingir principalmente aqueles que não se sentem confortáveis em ir ao templo, consolidando novos convertidos através dos estudos. Para elucidar o modelo de células em uma igreja utiliza-se a fala Comiskey (2008, p. 20):

> As Células são grupos pequenos abertos focalizados no evangelismo que estão embutidos na vida da igreja. Elas se reúnem semanalmente para que os seus participantes se edifiquem uns aos outros como membros do corpo de Cristo, e para anunciar o evangelho àqueles que não conhecem Jesus. O objetivo principal de cada célula é multiplicar-se à medida que o grupo cresce por meio do evangelismo e das conversões que seguem. Dessa maneira os novos membros são acrescentados à Igreja e ao Reino de Deus. Os membros das Células também são encorajados a participar do culto de celebração da igreja inteira, quando as células se encontram para adoração (COMISKEY, 2008, p. 20).

A célula possui múltiplas funções. A função de alcançar a pessoas mais distantes da Igreja, e consolidá-los através da criação de uma rede de difusão da mensagem evangélica. A Figura 15 representa o Processo de difusão cristã, conforme análise de Filipe (2013) e mostra a simulação da espacialização do processo num grupo de relacionamento pessoa crente e familiares/amigos não crentes: (i) uma pessoa se converte; (ii) ocorre superação da resistência pela recepção repetida de informações pelo convertido inicial (iii) encontro semanal na célula garante o intervalo de tempo constante (SILVA, 1995 *apud* FILIPE, 2013).

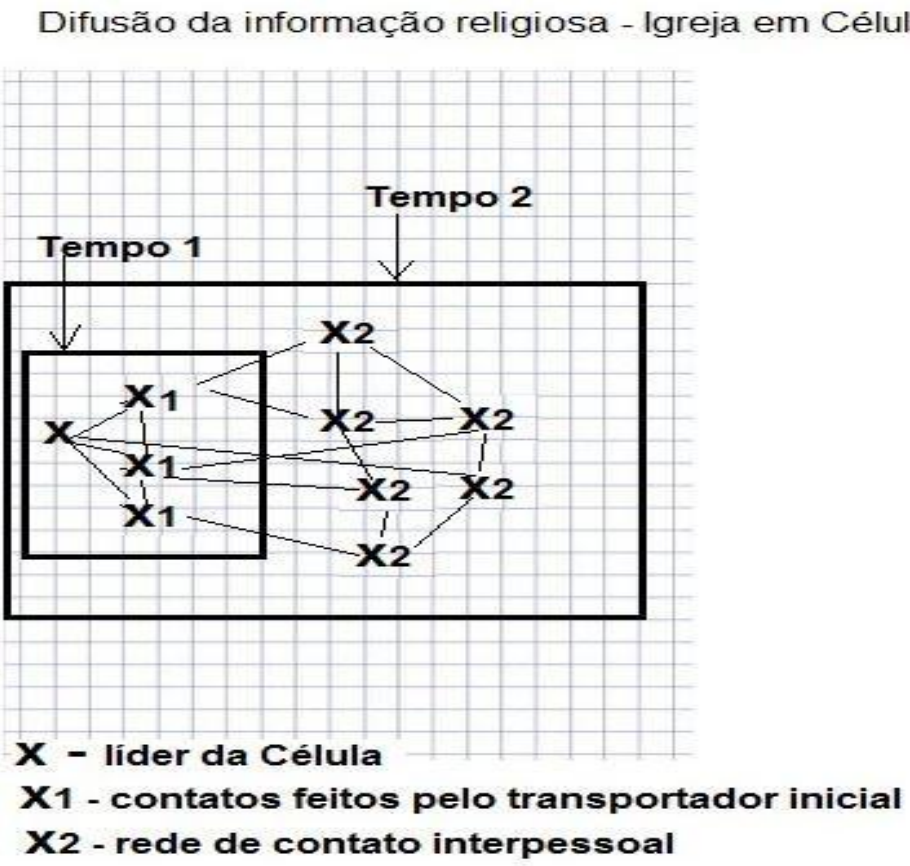


Figura 04: Processo de difusão cristã – Igreja em células.
Fonte: SILVA, 1995 apud FILIPE, 2013, p. 101.

Observa-se, que a célula é a dinâmica por onde ocorre o fluxo de toda a informação cristã evangelística se dá, e que proporciona o aparecimento de uma rede onde os indivíduos são aos mesmo tempo receptores e transmissores das mensagens, doutrinas e comandos estabelecidos no centro de origem, a Igreja. Sobre esse aspecto FILIPE (2013) considera que:

> Após ter estabelecido o caminho que distribui o fluxo das mensagens religiosas o resultado esperado é a aprendizagem que envolve a aceitação das ideias religiosas, a consecutiva expansão da área de abrangência com respectivo crescimento numérico de membros da religião em questão (*Op. cit.,* p. 100).

Os líderes religiosos da IPBR identificaram a dinâmica de células enquanto a prática mais eficiente na busca por fiéis, um processo que

proporciona inúmeras vantagens se for bem estruturado e tratado de uma maneira "empresarial" como eles próprios consideram. Relacionando-as com a análise de Filipe (2013 p. 105) compreende-se que o processo de discipulado nas células da IPBR busca:

a) Processos flexíveis de difusão/recepção das doutrinas.

b) Gerenciamento e capacitação de líderes/equipes.

c) Expansão/consolidação das células/redes/igrejas.

A primeira característica que se destaca é a flexibilidade da dinâmica de células. Identificou-se que para abrir uma célula basta que haja um membro que ceda seu lar para a Igreja, a partir daí a difusão é feita principalmente a partir da sua família e sua rede de amigos, que difundirão a mensagem doutrinaria da IPBR, sobre isso Lima e Dias (2016, p. 12) explanam:

> Estas são utilizadas como uma extensão da igreja, criando uma maior interação entre os fiéis. Nas palavras do pastor entrevistado, "as células servem para cuidar melhor das ovelhas (fiéis)". As células dependem apenas de um lar podendo se encontrar em qualquer parte da cidade desde que tenham fiéis dispostos a criá-la. Por ocorrerem nos lares às células não criam grandes custos para igreja.

A segunda caracteristica e uma das maiores preocupações da Igreja é na preparação dos líderes. Pode inferir que a Igreja mantém um cuidado maior na formação de líderes pois eles são os reprodutores principais das doutrinas e ideologias para os fiéis, ele representa o poder da Igreja sobre aquele lugar.

A IPBR promove escolas especificas de formação de líderes e torna obrigatória a sua formação para que então possam estar aptos a ingressar (ou se responsabilizar) em uma célula.

A terceira característica se destaca atualmente na Igreja, a expansão e consolidação das células, por dois motivos. O primeiro, porque é a partir dessa expansão que a Igreja se expande para abrir novas células e novos templos.

O segundo motivo pelo qual a descentralização das células tem se destacado, deve-se ao fato de que a IPBR experimentou uma fase de retração, muito em função da estrutura insuficiente para se adequar ao crescimento; A partir das entrevistas levantamos alguns pontos que foram cruciais para esse retrocesso em seu crescimento.

A Igreja, como se identificou anteriormente, conseguiu uma expansão rápida, porém que não foi acompanhada de uma estrutura que mantivesse essa expansão. Que fatores eram identificados para a retração do crescimento das células? Através das respostas obtidas foram estabelecidos alguns fatores que contribuem para essa retração:

a) O pouco acompanhamento do supervisor geral.

b) A falta de planejamento para se abrir uma célula/multiplicar/templo.

c) A localização da célula.

d) Falta de anfitrião (pessoa que ceda seu lar).

e) A falta de líderes preparados.

Outra característica da dinâmica de células foi identificada através dos questionários: além de difundir sua mensagem e doutrina através de uma rede interpessoal e descentralizada, a dinâmica de células também é importante na estruturação de uma rede geográfica que dá suporte ao território da Igreja.

Haesbaert (2004, p. 149) define rede como o espaço organizado a partir de relações sociais que priorizam a mobilidade e a fluidez, por meio de linhas ou dutos e polos ou nós (conexões), necessários à dinâmica dos fluxos (materiais ou imateriais) que o fundamenta. Importante perceber que as redes não surgem do nada, há intencionalidades, intencionalidades de diversos agentes (hegemônicos ou hegemonizados) que produzem e apropriam-se do espaço.

Nesse sentido aqui posto, compreendemos que as redes “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle de distâncias” (RAFFESTIN, 1993 p. 200). Localizações geográficas ligadas entre si através de conexões e fluxos (CORRÊA, 2003).

Vemos que a dinâmica de redes busca uma organização do espaço. Ao territorializar-se o sujeito se apropria do espaço e o organiza conforme seus interesses na tentativa de se manter, expandi-lo e/ou re-existir (RAFFESTIN, 1993). As redes então principalmente na atualidade é um conceito próximo do território. Em síntese, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou

controlar fluxos/redes e criar referencias simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento' (HAESBAERT, 2004, p. 280).

Pode-se compreender e identificar como a IPBR, na tentativa de controlar e expandir seu território, cria pontos no espaço, com os quais estabelece e controla os fluxos que alimentam toda a rede. Portanto, a dinâmica de células no modo em que tem sido adotada é primordial para o territorializar-se da Igreja, cria-se então um território que tem a dinâmica de redes como suporte (Haesbaert 1995;2004).

Elaborou-se então a Figura 05, que mostra o terriório-rede da IPBR, como forma de elucidar a nossa consideração sobre o território e as territorialidades da IPBR:

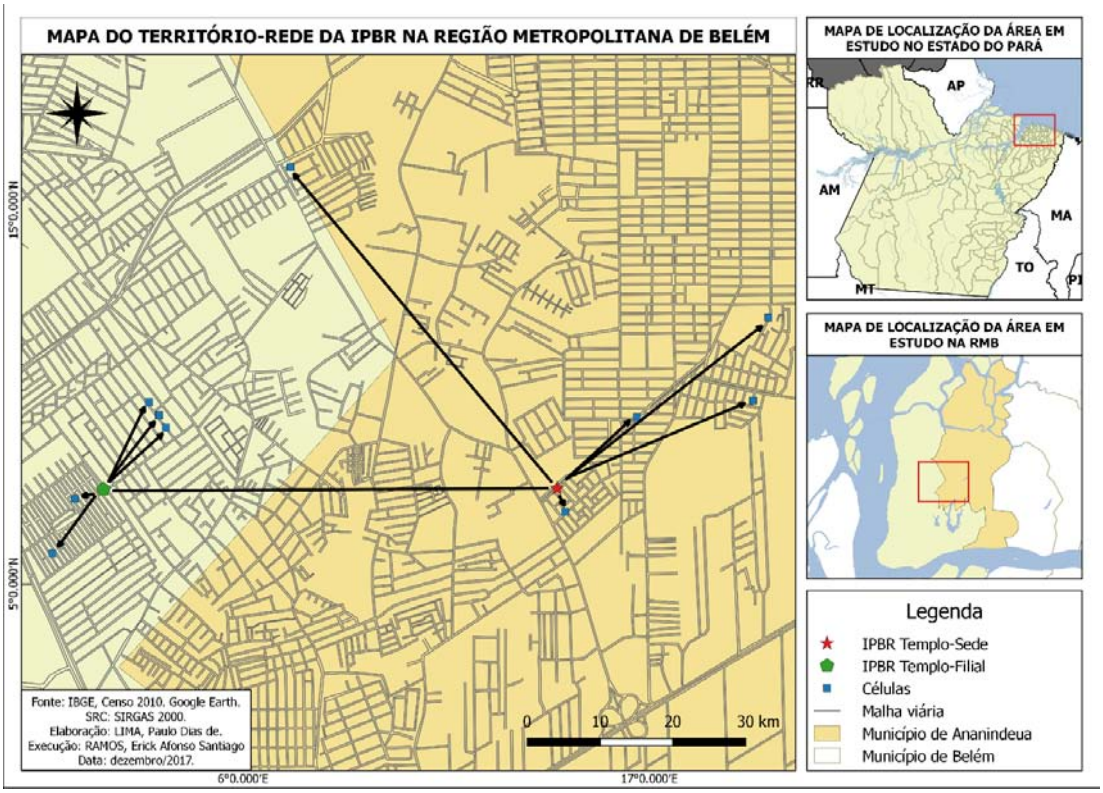


Figura 05: Território-rede da IPBR.
Fonte: Elaboração do autor, 2017

Através da imagem é possível identificar a rede dos fluxos da IPBR e as células e templos enquanto a materialidade, dando suporte a esses fluxos. Identifica-se as células funcionando como verdadeiras territorialidades, como compreende Sack (1998): servindo como tentativa de influenciar pessoas,

controlar fenômenos e relações delimitando sua área de atuação (seu território) bem como o controle e a expansão através das multiplicações das células e consequentemente criação de novos templos.

Considera-se que a célula é a estratégia de crescimento e manutenção do território mais eficaz das Igrejas pentecostais como a IPBR, pois é uma forma de territorialidade mais dinâmica, além de sua informalidade proporcionar que a célula aconteça nos lares de fiéis ou pessoas que não são da religião, facilitando a difusão dessa crença no espaço.

Considerações finais

Considera-se que a pesquisa foi inovadora e importante na tentativa de difundir os estudos da Geografia da Religião no norte do país. No processo de reflexão se observou a necessidade de um tratamento teórico conceitual sobre Geografia Cultural e Geografia da religião.

Os estudos de Sack (1986) Rosendahl (2003,2005,2012), Haesbaert (2004,2007) e Machado (1994) foram de grande relevância para se entender o território religioso e as territorialidades da IPBR. Através da análise empírica foi permitido identificar a dinâmica de células como a estratégia mais importante da Igreja para a manutenção, difusão de sua fé/prática e aquisição de novos territórios. As características dessa dinâmica também foram conhecidas, sua flexibilidade na difusão/recepção das doutrinas, a importância dada a capacitação de líderes (Responsáveis por ser o difusor inicial da mensagem doutrinária da Igreja), e o processo de multiplicação da Igreja e sua dupla característica.

A presente pesquisa cumpre seus objetivos, mas, outras preposições são também consideradas importantes para pesquisas posteriores na relação entre Geografia e religião, que nos instigam a continuar trilhando este caminho:

- A análise do carisma do líder religioso e relações de poder.
- A análise das festas religiosas na construção de identidades e afirmação com o lugar.
- A relação entre religião e política em um contexto brasileiro

contemporâneo.

Vê-se então a presente pesquisa não como um ponto de chegada, mas sim como um começo, de diversos estudos sobre Geografia da Religião que privilegiem região amazônica, pois estas reflexões se fazem necessárias à nossa região de tantos mitos, crenças e mistérios.

Referências

COMISKEY, J. Crescimento explosivo da Igreja em Células: Levando seu grupo a crescer e multiplicar. 3 ed. Curitiba: Ministério Igreja em Célula, 2008.

DEMOGRÁFICO, IBGE C. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

FILIPE, R. J. M. Difusão espacial da religião: Igreja Metodista em São Francisco, Niterói-RJ, a prática religiosa em células. 2014. 129 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. Geografia, v. 17, 2007.

LIMA, P. A. D. de. DIAS, A. P. Territórios de instituições religiosas: uma análise das territorialidades da Igreja Evangélica 'Filhos da Promessa' e da paróquia 'São Pedro e São Paulo' em Belém – PA. In: 2º Simpósio Internacional de História das Religiões (Comunicação Oral), 2016.

MACHADO, M. S. A territorialidade pentecostal: um estudo de caso em Niterói. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, nº 56 (1/4), p. 135-164. Jan/dez 1994.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

ROSENDAHL, Z. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Introdução à geografia cultural. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 187-221.

_____. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: anais do X encontro de geógrafos da américa latina - EGAL. 2005

_____. O sagrado e sua dimensão espacial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 73-99.

SACK, R. D. Territorialidade Humana: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

_____. Território e (des)territorialização. In: SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 77-110.

_____. Redes. In: SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 163-178.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA TERRITORIAL NO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: UM ESTUDO A PARTIR DO COLEGIADO TERRITORIAL DO VALE DO PARANÃ EM GOIÁS[*]

Bruno Abdala – Universidade Federal de Goiás

Juliana Nunes Rodrigues – Universidade Federal Fluminense

Resumo

Este texto busca problematizar os canais participativos que se difundiram no Brasil ao longo dos últimos trinta anos e que resultam da valorização da participação social nos processos de elaboração de políticas públicas. Para tanto, recorreu-se aos conceitos de espaço político e de governança territorial como conceitos operacionais para uma análise do colegiado territorial do Vale do Paranã, Goiás, o objeto de estudo empírico. Procurou-se sistematizar o debate conceitual e destacar sua relevância para a análise dos desafios e das contradições desses canais participativos no contexto político-institucional brasileiro.

Palavras-chave: Espaço político. Governança territorial. Políticas públicas.

PARTICIPACIÓN SOCIAL Y GOBERNANZA TERRITORIAL EN EL PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: UN ESTUDIO A PARTIR DEL COLEGIO TERRITORIAL DEL VALE DO PARANÃ EN GOIÁS

Resumen

Este texto busca problematizar los canales participativos que se han difundido en Brasil a lo largo de los últimos treinta años y que resultan de la valorización de la participación social en los procesos de elaboración de políticas públicas. De echo, se recurrió a los conceptos de espacio político y de gobernanza territorial como conceptos operacionales para un análisis del colegio territorial del Vale do Paranã, Goiás, nuestro objeto de estudio empírico. Se procuró sistematizar el debate conceptual y destacar su relevancia para el análisis de los desafíos y de las contradicciones de esos canales participativos en el contexto político-institucional brasileño.

Palabras clave: Espacio político. Gobernanza territorial. Políticas públicas.

[*] Este trabalho é fruto da dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (ABDALA, 2017) e de artigo publicado na revista Geografares (ABDALA; RODRIGUES, 2018).

Introdução

Observa-se nas últimas décadas que um conjunto de fatores têm orientado transformações na maneira de produzir, executar e analisar políticas públicas em muitos países ocidentais. Ao tratar do desenvolvimento territorial, sobretudo quando associado aos espaços rurais, diversas políticas passam a adotar um discurso de valorização da participação social e de sua inclusão nos processos decisórios. Tais manifestações ressaltam o desenvolvimento a partir da sinergia entre territorialização de ações governamentais e a intensificação das interações entre distintos atores e agentes em um contexto territorial particular.

No meio rural, desde a década de 1990, uma série de ações, projetos, programas e políticas passaram a experimentar tais noções. No Brasil, dentre outros, destaca-se o Programa Territórios da Cidadania – PTC. Lançado em 2008, o PTC foi pensado como uma estratégia para articular políticas e atores em torno de uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial sustentável. O objetivo estaria em melhorar infraestruturas e serviços em recortes territoriais compreendidos como de baixo dinamismo econômico, buscando "acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia [...]" (BRASIL, 2008, s.p).

No Nordeste Goiano, mais especificamente no Território Vale do Paranã, o programa estimulou a criação de um colegiado territorial e a produção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS. O colegiado territorial, nesse contexto, constituiu-se formalmente como uma instância deliberativa, sendo concebido como espaço de formação social, representação, articulação e concertação política. Destarte, parece se aproximar do conceito de espaço político, sendo um espaço articulador de atores e "*entidades de desarrollo y concertación decisional*" que afeta a vida em comum (KRAUSHAAR, 2004, p.10).

Nesse sentido, o presente trabalho busca dar atenção aos processos envolvendo participação social e capacidades decisórias em estruturas participativas contemporâneas, em especial aquelas marcadas pelo discurso do desenvolvimento territorial em espaços rurais. O debate sugerido está à luz

dos conceitos de espaço político e governança territorial e amparado pelos resultados obtidos na dissertação*.

O objetivo da pesquisa foi analisar experiências de governança territorial no colegiado do Território da Cidadania do Vale do Paranã em Goiás. A opção metodológica se baseou em estudo de caso amparado por trabalhos de campo. Recorreu-se a entrevistas semiestruturadas com agricultores, assentados da reforma agrária, quilombolas, técnicos agropecuários, secretários municipais, prefeitos, dirigentes de associações, sindicatos rurais, lideranças, membros do colegiado etc. Além disso, optou-se por roteiros de observação focados em atividades econômicas, infraestruturas, dificuldades de produção, participação social, potencialidades diversas etc.

O trabalho está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Discorre-se, em um primeiro momento, o contexto de valorização da participação social nas políticas públicas e sua inscrição em processos tidos como de governança territorial. Em seguida, define-se a compreensão das práticas de governança territorial, acionando ainda o conceito de espaço político. Por fim, apresenta-se os resultados dos levantamentos empíricos acerca do colegiado territorial do Vale do Paranã, destacando aspectos que demonstram os desafios teóricos e as contradições desses canais participativos no Brasil.

Políticas públicas: participação e governança territorial

O PTC é fruto de desdobramentos relativos às transformações na forma de produzir, executar e analisar políticas públicas em muitos países ocidentais. Como dito, o programa é resultado de um contexto político de valorização da participação social e da territorialização de políticas públicas, ou seja, de um fortalecimento da suposição de que é "localmente, e não mais a partir das escalas de decisão de escopo nacional, que determinados problemas devem ser identificados e suas soluções elaboradas." (RODRIGUES, 2013, p.88).

* Participação social e governança territorial no Programa Territórios da Cidadania: um estudo sobre o colegiado territorial do vale do Paranã em Goiás. (ABDALA, 2017).

É possível interpretar essas mudanças nas políticas públicas a partir de diferentes perspectivas e, cada qual, busca focar determinado aspecto. Fuini (2010), por exemplo, o faz a partir da transição, ainda em ritmo, do modelo regulatório de acumulação fordista-keynesiano para um modelo de produção e acumulação flexível. A ideia central dessa leitura é que essa transição contribuiu para um suposto aprofundamento da especialização produtiva de regiões e localidades inseridas em espaços subnacionais – que passaram a buscar novas formas de mobilizar recursos e enfrentar a crescente concorrência intranacional e internacional.

A mobilização de recursos se daria a partir de arranjos que articulassem instituições e projetos de desenvolvimento assentados em atores, capacidades e conhecimentos. Isso ocorreria por meio de novas estruturas de governança territorial. A "governança territorial", por esse prisma, aparece como uma estratégia para impulsionar a competitividade de espaços subnacionais, sendo ela uma forma de organização complexa com certo grau de cooperação. O resultado desse acordo envolvendo atores e instituições orientariam a governança a um objetivo máximo: o desenvolvimento territorial.

Favareto (2009) oferece uma outra explicação para as alterações nas políticas públicas e, embora compartilhe do horizonte do desenvolvimento territorial, tem o foco voltado para o meio rural. Para o autor, a territorialização das políticas e a valorização da participação social – que tem como pano de fundo "a emergência daquilo que se convencionou chamar de abordagem territorial do desenvolvimento rural" (p.53) – está ligada a três ordens de fatores.

A primeira delas é referente a um entendimento crescente de que as dinâmicas rurais já não podem ser explicadas exclusivamente por meio da agricultura e da pecuária, ou seja, de maneira setorial. Em segundo lugar, está a constatação da importância da dimensão espacial como componente para medidas alternativas de desenvolvimento e para a adoção de outras escalas na alocação de recursos. Em terceiro lugar, por meio da crença de que medidas *top down* ou "de cima para baixo" deveriam ser equilibradas ou até mesmo

substituídas por intervenções *bottom up* ou "de baixo pra cima" e que isso deveria ser um mecanismo para o direcionamento de investimentos públicos.

A mudança no referencial das políticas públicas nesse caso é explicada, portanto, pela adoção de outras escalas para alocação de recursos e pela substituição do enfoque setorial pelo territorial. Para o autor, possibilitariam a incorporação de uma visão mais estratégica e integrada do desenvolvimento rural. Além disso, decorre da incorporação do princípio da subsidiariedade[*], o que resultaria em estratégias de governança territorial por meio de intervenções "de baixo pra cima".

Ferrão (2014) compreende que o novo olhar sobre a maneira de produzir, executar e analisar políticas públicas é evidenciado em um quadro ainda mais amplo – de "erosão da visão racionalista e positivista moderna de Estado, economia e sociedade por concepções pós-positivistas [...]" (p.55). A erosão da qual fala o autor englobaria a transformação do significado social de conceitos como o de interesse público, planejamento e território, e seria motor para a produção de políticas de ordenamento baseadas em visões "de natureza mais integrada, estratégica e prospectiva" (p.33).

A análise do autor reflete que, por meio dessa nova visão, as políticas passaram a ser ajustadas a partir da i) valorização da pluralidade de atores, interesses e valores, ii) no fomento à integração de políticas setoriais, tendo como referência uma base territorial em que pese o iii) interesse público, invocado por demandas negociadas em processos de planejamento participativo e de governança territorial. Esta, por sua vez, é explicada pelo autor como parte da passagem de um paradigma de "‹governo› (estatal, vertical, hierárquico, burocrático) para um outro de ‹governança› (coordenação horizontal e vertical entre múltiplos atores-públicos, privados e associativos – envolvidos em projectos comuns)" (FERRÃO, 2012, p.23).

As diferentes vertentes ajudam a explicar a transformação na maneira de pensar as políticas públicas. Em todas elas, e em grande parte da literatura

[*] "A subsidiariedade é um princípio de administração privada ou pública que considera que a decisão deve ser tomada pelo centro de decisão que (1) conheça melhor o problema e a maneira de solucioná-lo e (2) que tenha mais interesse na resolução do problema". (BONNAL e MALUF, 2007, p.5)

sobre o tema, há em comum elementos relacionados à valorização da dimensão espacial – por meio da territorialização das políticas – e da participação social – tendo em vista práticas de governança em escalas decisórias locais. Nesse sentido, apresenta-se a seguir o que se compreende como práticas de governança territorial e salienta-se o conceito de espaço político como definidor da natureza do colegiado territorial em sua proposta de constituir uma arena de vocalização de conflitos, com potenciais para afetar processos decisórios.

Da governança territorial ao espaço político

Neste trabalho, busca-se problematizar o entendimento dos processos de governança como estratégia política na sua dimensão territorial, ou seja, "considerando as articulações e interdependências entre atores sociais na definição de formas de coordenação e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais", tal como discorre Fuini (2010, p.38).

Sobre essa perspectiva, Farinós (2018, p.11) sustenta que "*la gobernanza territorial se ha convertido en el instrumento en el que se encuentran depositadas las esperanzas de una más efectiva gestión y gobierno de las políticas de desarrollo territorial*" (p.11). O autor explica que esse conceito teve sua origem na economia institucional e nasceu com o objetivo de facilitar os processos de regulação e de intervenção das autoridades públicas e auxiliar a tomada de decisões de outros agentes sociais, principalmente os econômicos. No entanto, é a partir da retomada da responsabilidade do Estado e dos seus diversos atores sobre as decisões políticas que fizeram da governança o centro das atenções.

Dallabrida (2011), por exemplo, reconhece que o tema é debatido por diferentes áreas do conhecimento; no entanto, nem sempre com a mesma definição. O próprio autor salienta alguma variação de significado na própria trajetória de seu trabalho, mas, por fim, sugere que "governança territorial" se refere "às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do

envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais" (p.17).

Farinós (2008, p.12) parece caminhar no mesmo sentido, e entende que "[...] *la gobernanza se refiere a la emergencia de un nuevo sistema de relaciones más complejo que incluye nuevos actores emergentes externos (hasta ahora) a la arena política*. […] *un modelo alternativo de gestionar los asuntos públicos*". Este autor entende a governança territorial como uma prática ou como um processo desenvolvido a partir da organização das diversas interações entre atores e interesses presentes em um território. O resultado, portanto, seria a construção de um interesse territorial ou, nas palavras do autor, "uma visão territorial compartilhada" baseada no reconhecimento e na valorização de certo capital territorial necessário para alcançar a coesão territorial (RODRIGUES, 2016).

Lima (2014) corrobora essa discussão ao conceber governança territorial como um processo, caracterizado pela capacidade de coordenação das ações políticas entre os mais variados atores e agentes sociais. O intuito, segundo o autor, é o de responder coletivamente às questões comuns a fim de se alcançar certo consenso em torno de um projeto coletivo.

Percebe-se que o diálogo entre esses autores estabelece pontos convergentes para a definição de um conceito de governança territorial. O primeiro deles é, certamente, a inevitabilidade de se aceitar como pré-condição a existência de um contexto territorial. O segundo ponto seria a necessária articulação entre os mais distintos atores e agentes que respondem aos interesses territorialmente assentados. Por último, e não menos importante, é o acordo – mesmo que alcançado no seio de conflitos – em torno de um projeto ou uma visão comum de futuro, que resultaria na construção de consensos acerca de decisões que tocam a coletividade. Nesse sentido, tais processos de governança territorial se desdobram em espaços políticos precisos, construídos e avivados coletivamente.

Diante do exposto, parte-se da premissa de que o colegiado territorial do Vale do Paranã poderia ser considerado como um espaço capaz de conferir

materialidade e assumir uma configuração favorável para abrigar processos de governança, que se relacionam intimamente com o conceito de espaço político.

Entretanto, há algumas dificuldades em definir o conceito de espaço político. Em primeiro lugar, diferente do conceito de território, que demarca conflitos de uso e ocupação dos espaços marcados por relações de poder, o espaço político não é corriqueiramente adotado na Geografia. Na realidade, o mero uso da expressão se refere ordinariamente à "interação entre o espacial e o político", de maneira genérica e sem aprofundamento dos seus conteúdos explicativos, "o que tem conduzido a algumas simplificações, do tipo todo espaço é político ou toda política tem uma dimensão espacial" (CASTRO, 2018, p. 1).

Kraushaar H. (2004) apresenta uma leitura próxima aos interesses deste trabalho, quando pondera que os espaços políticos atuam como articuladores de atores, instituições e entidades voltados para o desenvolvimento e a concertação de decisões. Já para Kirby (1989, p.83), o conceito de espaço político é bastante confuso, mas está associado à ideia de ação coletiva que tem um lugar concreto para se realizar, "*es decir una manifestación de acción colectiva en un territorio particular, una relación que refleja la creación y la recreación de gentes con un proyecto común*".

O autor aponta que se trata de um conjunto de relações baseadas em elementos comuns a longo prazo, mas que são produzidas a partir de conflitos em um espaço concreto a curto prazo – um colegiado, um conselho, um fórum, por exemplo. Isso não quer dizer, porém, que esses espaços estão fixos e que não podem ser modificados. Pelo contrário, Cornwall (2002, p. 2) destaca que os espaços políticos não estão dados, mas podem ser constantemente criados, abertos, remodelados. O autor insiste que "a noção de espaço político evoca espaços que são modelados pela interação mesma de diferentes atores, conhecimentos e interesses..." (p.2).

Castro (2012, p.44), considera que uma definição do espaço político estaria "situada na interface da reflexão sobre a conflitualidade das relações sociais, sobre o papel normativo da política e sobre os arranjos e estratégias espaciais dos conflitos de interesse". Assim, para a autora, algumas condições

fundadoras do espaço político estariam na i) ação política, fruto dos conflitos de interesses que ocorrem em ii) espaços concretos, orientados por iii) regras sociais e políticas que ordenam o convívio entre livres e diferentes.

Ainda segundo a autora, para a existência de um espaço político três condições seriam, então, fundamentais: a) sua imaterialidade, perpassada por valores referentes à democracia – tais quais isonomia, liberdade, caráter público e instituições de poder; b) sua materialidade, ou seja, a necessidade de espaços concretos para o encontro entre os diferentes, desde sua capacidade, localização, acessibilidade, publicidade e; c) sua intencionalidade – ou seu ideal – que se refere aos objetivos do agir político, a ação de sujeitos democráticos em busca de influenciar a agenda política (CASTRO, 2012; AZEVEDO, 2016).

Tomando-se por base, portanto, que a atividade política qualifica os espaços, interessa-nos entender a qualidade desses processos políticos em espaços concretos, e a maneira como a atividade política diferencia tais espaços de outros espaços da vida social (CASTRO, 2018). Tais atributos são relevantes para a elaboração de um conceito operatório para a compreensão da qualidade dos processos que se dão nos colegiados territoriais, nosso objeto de estudo. Os colegiados constituem canais de visibilidade a interesses a serem negociados em processos decisórios potencialmente capazes de afetar a vida em comum em recortes territoriais precisos.

Partindo-se da proposta apresentada por Castro (2012; 2018), este trabalho privilegia o conceito de espaço político como operacional para o entendimento dos processos que se dão nos espaços de participação social que se difundiram no país a partir da redemocratização. Cabe, portanto, problematizar a qualidade dos processos decisórios que se dão nesses espaços, pouco analisados pela Geografia Brasileira, apesar de terem conhecido franca expansão ao longo dos últimos trinta anos.

O colegiado territorial do Vale do Paranã como emblemático dos desafios e limites de novos espaços políticos participativos no Brasil

Considera-se que o colegiado engloba elementos fundamentais do conceito de espaço político até aqui debatido. Ou seja, compreende espaços concretos de articulação entre atores, agentes, instituições e entidades, em que os conflitos de interesses são expressos em torno de projetos comuns. Tais espaços, por esse viés, têm amparado a intenção de equilibrar tensões resultantes do diálogo em torno de interesses conflitantes, acentuando o papel normativo da política e o potencial instituinte da participação da sociedade.

No Vale do Paranã, o colegiado foi instituído em 2009 e reúne representantes de 12 municípios – cada um com direito a oito cadeiras. As indicações devem obedecer ao princípio da paridade entre sociedade civil e poder público; assim, quatro membros – e seus respectivos suplentes – são indicados pela sociedade civil e quatro membros – e seus respectivos suplentes – são indicados pelo poder público.

A organização interna é dividida em três instâncias principais: a Plenária, o Núcleo Diretivo e o Núcleo Técnico. A primeira é o espaço mais amplo de participação, onde o conjunto de atores e agentes que têm lugar, discutindo e deliberando assuntos específicos. Esses espaços estão abertos à comunidade, embora apenas os integrantes tenham direito a voto. A segunda instância tem a função primeira de coordenar o colegiado e organizar as ações, os eventos e as pautas levadas pela plenária e atribuídas ao Núcleo Técnico. Este, por sua vez, tem a função de colaborar na coordenação do colegiado, mas é dedicado, principalmente, ao auxílio à elaboração de projetos e à adequação dos mesmos aos editais abertos.

Além dessas três instâncias, há também os comitês específicos que, nesse caso, são característicos de cada recorte territorial definido. Tais espaços participativos têm a prerrogativa de estudar, discutir e propor saídas a um conjunto de demandas particulares. No Vale do Paranã, por exemplo, há seis comitês específicos: mulheres, bacia leiteira, agroecologia, inclusão produtiva, jovens e povos e comunidades tradicionais.

O colegiado é composto por representantes da sociedade que, em sua maior parte, são vinculados às temáticas rurais. Os exemplos principais são os sindicatos dos trabalhadores (as) rurais, as associações de projeto de assentamento e dos quilombolas e o movimento camponês popular – MCP. Ou seja, são predominantes os representantes de movimentos da sociedade civil previamente organizada. Em relação ao poder público, observa-se uma variedade menor – normalmente câmara dos vereadores, prefeituras e secretários municipais e, ainda, a Emater. Entre os secretários, destacam-se aqueles que têm maior relação com as questões rurais: agricultura, meio ambiente e turismo.

O primeiro documento que fornece a lista de todos os participantes do colegiado é de 2011, e faz parte do PTDRS. Nesse documento há um número reduzido de participantes em relação à expectativa de composição do colegiado registrada no seu regimento interno. Uma das explicações apreendidas em campo é que, passados os dois primeiros anos da política pública – O Vale do Paranã passou a fazer parte do PTC em 2009 –, a mobilização dos integrantes parece ter se enfraquecido. Segundo alguns entrevistados, dois motivos podem ter contribuído para isso e ambos estão relacionados à excessiva burocracia das políticas.

O primeiro motivo deriva da dificuldade de elaboração de projetos, já que parte dos entrevistados afirmava que, sem o apoio das prefeituras e dos técnicos, era difícil concorrer aos editais abertos. Pequenos produtores argumentavam sobre a sua pouca capacidade em lidar com a linguagem, com os documentos necessários e com os prazos estipulados pelos editais. Por esse viés, questiona-se a capacidade do Núcleo Técnico do colegiado para suprir o volume de demandas vocalizadas. Por outro lado, compreende-se que parte dos agricultores familiares não tem a “cultura da reunião” e do empreendedorismo. De acordo com o desenho da política, tais elementos, em conjunto, dificultam o delineamento de interesses mais específicos e, por conseguinte, são um obstáculo para a formulação de projetos que os atendam.

Essa é uma questão que merece atenção, pois uma política que sugere a participação social de um público alvo composto, notadamente, por

agricultores familiares de baixa escolaridade e renda, espera-se um avanço na desburocratização de ações e na difusão de informações necessárias para uma participação mais ativa. Não se trata de subestimar a capacidade desse público, mas de reconhecer que há dificuldades para sua inclusão nas políticas públicas, de maneira geral.

Nesse sentido, poderíamos supor que grupos mais organizados deteriam maior poder de decisão. Não se pode afirmar efetivamente que isso ocorra no colegiado do Vale do Paranã, embora há integrantes que se destacam no processo participativo e outros que têm protagonismo menor. O Núcleo Diretivo parece ser composto, de alguma maneira, por esses participantes mais engajados. O problema é que o colegiado não pode ser reduzido a essa instância e isso certamente debilita o processo participativo.

O segundo motivo que sugere o enfraquecimento da participação, ainda em 2011, relaciona-se à demora do poder público em responder às demandas territoriais. Muitos projetos e processos abertos pelo colegiado, devido à burocracia, arrastam-se por anos – frustrando a expectativa e o interesse daqueles solicitantes. Um dos casos mais sintomáticos no Paranã é um processo aberto em 2009 para aquisição de matrizes ovinas. Ocorre que o valor para ser licitado foi autorizado pela Caixa Econômica Federal somente em 2015 e, nesse tempo, possivelmente por falta de uso e manutenção, a estrutura que seria utilizada pegou fogo – inviabilizando sua execução.

É preciso considerar também que o fortalecimento ou enfraquecimento da participação social resulta da influência de outras escalas na promoção de mudanças no *modus operandi* da política e do colegiado. Por exemplo, ocorreram redefinições no âmbito do próprio desenho do Programa – o que incluiu alterações nas normativas de políticas vinculadas, como é o caso do Proinf, ou de mecanismos legais para a contratação de assessoria para articular projetos e a participação social (DELGADO; ROCHA, 2107). Por outro lado, destacam-se mudanças mais genéricas, referentes ao plano político e econômico nacional. Isso significa considerar transições ministeriais, redirecionamento ou corte de verbas, oscilações dos interesses político-partidários divergentes etc.

Outras situações são sinalizadas por Butto e Bemerguy (2014) como, por exemplo, a redefinição, em 2012, da Matriz de Ações – ofertas de ações decididas pelo Governo Federal –, com a retirada de pontos considerados universalizados pelo governo, bem como a diminuição da transversalidade do programa. No governo Dilma Rousseff ocorre, sobretudo, um reforço do PTC como orientador para escolhas de investimentos, principalmente daqueles incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2. As ações do PAC 2 foram previamente decididas pelo Governo Federal, e pouco tiveram relação com a participação nos colegiados. Assim, reforça-se a concepção naturalizada do "território" apenas como um repositório de ações do Estado, ou também como mais uma regionalização para fins de planejamento.

Com efeito, o Governo Federal, a partir da Matriz de Ações, define os setores prioritários para aplicação de recursos, ou seja, retira do processo participativo a capacidade de eleger seus próprios interesses. Dito isso, o programa parece induzir o inverso, pois ao apontar os setores preferenciais para aplicação de recursos, torna o colegiado um "balcão" de projetos e desarticula uma possível negociação conjunta em torno de um possível projeto ou projetos territoriais a serem construídos.

Outro ponto observado, e que ficou mais claro à medida em que as entrevistas avançavam, foi que a maioria dos participantes, na verdade, busca acessar condições básicas para a produção no meio rural – acesso à água, à regularização fundiária, às políticas de compra de alimentos e crédito rural, e ao mercado consumidor. Não é correto afirmar que inexistam conflitos de interesse presentes; ao contrário, supõem-se que existam, mas todos esses interesses parecem depender de uma primeira composição de objetivos a serem alcançados. Percebe-se, portanto, que o desenho do programa dificulta que os colegiados se tornem efetivamente espaços abertos a diferentes interesses e enfraquecem a qualidade dos processos decisórios.

Constatou-se, por exemplo, que muitas demandas apontadas pelos entrevistados estavam, de algum modo, contempladas no Plano. Dentre elas, o acesso à água, à regularização fundiária e à assistência técnica rural. Por fim,

verificou-se que há enorme dificuldade de mobilização de todos os integrantes, mesmo que cada um tenha o seu suplente.

Apesar desses problemas identificados, uma observação levantada por Dagnino (2002) nos parece importante, e se refere a um entendimento bastante comum nos debates acerca dos "encontros" entre sociedade civil e Estado na construção de uma política pública. Trata-se do entendimento de que o resultado é, sempre, a produção de políticas fragmentadas, setorizadas, compensatórias, paliativas etc. Por um lado, argumenta a autora, é fácil concordar com tais assertivas; por outro, é preciso um exame mais minucioso dos pressupostos que parecem condicionar esse cenário. Se o problema fundamental de tal relação está implícito nos modelos de formulação de programas, políticas públicas e suas implicações – o que é frequente –, percebe-se que os obstáculos transcendem "a dimensão da participação da sociedade civil [...] e se remetem ao âmbito mais amplo – e mais complexo – dos modelos de gestão do Estado [...]" (DAGNINO, 2002, p.298).

Neste ponto, importa salientar que o PTC foi compreendido por grande parte dos gestores e acadêmicos como uma política inovadora e ousada para o meio rural brasileiro. Do ponto de vista institucional, por exemplo, o programa pretendeu articular um número grande de órgãos públicos para atuarem em conjunto em determinados recortes territoriais com o objetivo de promover o desenvolvimento. Além disso, pela perspectiva de um desenvolvimento integrado às dimensões sociais, culturais e ambientais, o desenho da política buscava ainda mobilizar representantes da sociedade civil para que ganhassem certo protagonismo no processo, presumindo-se que essas dimensões pudessem ser incorporadas para a política a partir dos interesses locais.

Ao mesmo tempo em que o PTC se tornava uma das maiores e mais importantes políticas públicas do Governo Federal para o meio rural, a complexidade de sua engenharia e o tamanho de sua estrutura provocaram problemas relativos à burocracia do Estado e ao sistema político brasileiro. Em primeiro lugar, a grande quantidade de ministérios participantes apontava para a dificuldade de articulação que teria a Casa Civil e o MDA na mediação dos

interesses presentes. Pode-se fazer alusão às disputas político-partidárias marcantes no presidencialismo de coalizão brasileiro. Um segundo ponto é que o MDA era considerado pequeno, com baixo orçamento e de menor relevância política – em relação ao Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Ministério da Educação etc. –, o que mais uma vez desequilibraria sua capacidade de coordenação da política.

Esse desacerto alcançaria as pontas do PTC, ou seja, a sua organização nas escalas locais. Desse modo, os colegiados certamente encontrariam dificuldades para manter uma agenda de reuniões e de ações que garantissem maior pluralidade e comprometimento dos representantes da sociedade no processo participativo. Além disso, a falta de compreensão sobre seu papel fez com que, no Vale do Paranã, não houvesse um projeto territorial comum, compartilhado entre esses e os gestores públicos federais.

Nesse sentido, as contradições do Programa se inscrevem nas três dimensões da política: i) na dimensão institucional e da ordem do sistema político – polity – que, no Brasil, é marcada por um pacto federativo centralizado, mas permeado por conflitos relacionados à governabilidade. Esta é um traço do nosso presidencialismo de coalizão e resulta em ii) processos conflituosos, incluindo a imposição de objetivos, escolhas de interesses e as decisões referentes à alocação recursos – politics –, daí a dificuldade de articulação de um programa tão amplo como o PTC, revertendo-se em iii) interferências na configuração e nos instrumentos da política pública e no seu resultado nas escalas locais – policy.

Em outras palavras, parece inócuo procurar entender canais mais propensos à participação social e potencialmente capazes de constituir novos espaços políticos sem que, para tanto, se considerem os constrangimentos e limitações que o próprio desenho político-institucional e o *modus operandi* verticalizado que os governos impõem para os processos que se dão nas diversas escalas e recortes da decisão e da ação política. Se a literatura aponta para tendências inovadoras em interfaces e canais participativos que reconfiguram os processos políticos, no contexto brasileiro, os nexos que se estabelecem entre os recortes e as escalas político-administrativas, além do

jogo político-partidário e a excessiva burocratização do Estado parecem constituir elementos incontornáveis para um entendimento amplo e complexo dos entraves para o fomento de espaços políticos mais horizontalizados, plurais e participativos. Ou seja, o aperfeiçoamento dos processos democráticos e a fundação de processos de governança não se fazem por decreto, mas se atrelam às mudanças ou persistências de conexões político-institucionais que posicionam atores políticos nas arenas decisórias.

Se a participação política constitui uma prática histórica e geograficamente situada, não se pode institui-la unicamente de cima para baixo. Trata-se de práticas potencialmente capazes de serem aperfeiçoadas, desde que a participação se constitua como estratégia apropriada e moldada ativamente pela própria sociedade como força instituinte. Afinal, como afirma Cornwall (2012, p. 28), “participar requer muito mais do que convidar ou induzir a participar”.

Considerações Finais

Por um lado, se o conceito de espaço político supõe uma abertura à participação e à expressão dos conflitos de interesses, observamos, por meio de entrevistas de campo, que o colegiado territorial do Vale do Paranã tende a se constituir como um espaço sem muitos conflitos internos em relação às demandas vocalizadas. Com efeito, as instâncias participativas do colegiado são majoritariamente ocupadas por representantes de movimentos e associações da sociedade civil previamente organizada, sobretudo voltados aos interesses da agricultura familiar. Outros segmentos e grupos não são, desse modo, contemplados, e os conflitos se dão mais notoriamente entre esses representantes e representantes do poder público.

Por outro lado, tanto a agenda quanto a difusão de informações técnicas acerca dos projetos e do encaminhamento de demandas são limitados. Assim, a qualidade da participação acaba por se mostrar comprometida. Acrescente-se a significativa centralização do processo decisório no âmbito federal, que implica não apenas todo o desenho e dinâmica de funcionamento do Programa, como o envolvimento de diversos ministérios e uma extensa

burocracia, contrapondo-se ao que se poderia esperar em termos de fomento de práticas políticas mais horizontalizadas e participativas. Sem contar as articulações político-partidárias, que influenciam o modo de distribuição de recursos no âmbito do programa. Em síntese, tais elementos apontam para a fragilidade dos processos políticos nesses espaços, que ainda parecem estar marcados pela verticalização e burocratização das decisões. Apresenta-se, em suma, um conjunto de contradições que ganham maior luminosidade a partir do confronto com uma metodologia teórica que nos possibilita indagar sobre as práticas que se dão nesses canais de participação e seus limites.

Referências

ABDALA, Bruno. Participação social e governança territorial no Programa Territórios da Cidadania: um estudo sobre o colegiado territorial do Vale do Paranã, GO. 2017 Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.

ABDALA, Bruno; RODRIGUES, Juliana Nunes. "Participação social e governança territorial: os desafios e as contradições de novos espaços políticos a partir da análise do colegiado territorial do Vale do Paranã, Goiás". Geografares, n.26, p.254-279. Julho-Setembro, 2018.

BRASIL. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2008.

BUTTO, Andrea; BEMERGUY, Esther. "A Cidadania nos Territórios: o olhar da Coordenação Executiva do Programa Territórios da Cidadania sobre o Estado e as mudanças na Agenda de Desenvolvimento Nacional". In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa.; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIERDELE, Paulo André (Org.). Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE, 2014. p.11-22.

CASTRO, Iná Elias de. Espaço Político. "Conceitos Fundamentais da Geografia". Revista Geographia, n. 42, 2018. (no prelo)

_____. "O espaço político: limites e possibilidades do conceito". In: CASTRO, Iná Elias.; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. Olhares Geográficos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORNWALL, Andrea. Making spaces, changing places: situating participation in development. IDS Workin Paper, 170, Institut of Development Studies, 2002.

DALLABRIDA, Valdir Roque. "Governança territorial e desenvolvimento: introdução ao tema". In: DALLABRIDA, Valdir Roque. (Org.). Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estrutura

subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.15-38.

DELGADO, Nelson Giordano.; ROCHA, Betty Nogueira. "Governança territorial e gestão social: avanços e desafios da política territorial de desenvolvimento rural no Brasil". Texto de conjuntura nº25. Rio de Janeiro, OPPA/CPDA, 2017, p.1-26.

FARINÒS, Joaquín. "Gobernanza Territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda". Boletín de la A.G.E. Valencia, v.46, 2008, p.11-32.

FAVARETO. Arilson. "As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – Lições para uma nova geração de políticas públicas". Raízes, Campina Grande, v.28/29, n.1/2, 2009, p. 58-62.

FERRÃO, João. "O ordenamento do território como política pública". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, capítulos 1, p.25-45.

_____. Responsabilidade social territorial e localismo ético. Revista de Economia Solidária, Lisboa, v. 5, 2012, p.18-39.

FUINI, Lucas Labigaline. Manifestações da governança territorial no Brasil: uma análise do circuito das águas paulista e do circuito das malhas do sul de minas gerais, 2010. Tese (doutorado em geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo – SP.

KIRBY, Andrew. "Tiempo, espacio y acción colectiva: espacio político/geografía política". Documents d'Analisi Geografica, v.15, 1989, p.67-88.

KRAUSHAAR, Lilith. H. La construcción del espacio político local. El caso de los consejeros regionales de la x region de los lagos. 2004. Dissertação (mestrado em Antropologia e Desenvolvimento) – Departamento de Antropología, Faculdad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, Santiago.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. "A governança territorial no rastro das redes políticas". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 1232-1246. Disponível em <http://www.editoraletra1.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p1232-1246.pdf>. Acesso em 28/10/15.

RODRIGUES, Juliana Nunes. "Participação e cooperação nas escalas locais em dois modelos de Estados: França e Brasil". In: CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter. (Org.). Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p.87-116.

RODRIGUES, J.N. Cooperação e Coesão para o Desenvolvimento? Uma reflexão sobre arranjos territoriais cooperativos no pacto federativo brasileiro. Entre-Lugar, Dourados, ano 6, n. 11, 2016, p.112-132.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DEMOCRÁTICAS BRASILEIRAS NA ASCENSÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA

Ana Carolina Oliveira de Almeida*

Március Herculano Pereira Carneiro Araújo†

Resumo

O artigo visa apresentar como a participação feminina, a partir de políticas públicas, representou o início de um rompimento com a sociedade machista e patriarcal brasileira, dando voz e importância para a parcela da população considerada "minoria". A presidenta Dilma Rousseff e a vereadora no Rio de Janeiro Marielle Franco são dois claros exemplos de silenciamento das mulheres e suas conquistas. Somente a manutenção da participação ativa destas é possível manter uma sociedade justa, igualitária e representativa. Para compreender o debate proposto foi necessária uma rápida conceitualização dos termos políticas públicas, feminismo e democracia, três alicerces para a consolidação da força da mulher.

Palavras-chave: políticas públicas, feminismo e democracia.

Resumen

El artículo pretende presentar cómo la participación femenina, a partir de políticas públicas, representó el inicio de un rompimiento con la sociedad machista y patriarcal brasileña, dando voz e importancia a la porción de la población considerada minoría. La presidenta Dilma Rousseff y la concejal en Río de Janeiro Marielle Franco son dos claros ejemplos de silenciamiento de las mujeres y sus conquistas. Sólo el mantenimiento de la participación activa de éstas es posible mantener una sociedad justa, igualitaria y representativa. Para comprender el debate propuesto fue necesario una rápida conceptualización de los términos políticos públicos, feminismo y democracia, tres cimientos para la consolidación de la fuerza de la mujer.

Palabras clave: políticas públicas, feminismo y democracia.

* Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário UNA.

† Geógrafo formado com graduação no mesmo curso em licenciatura pela UFMG.

Introdução

A evolução democrática é algo que vem, ano após ano, sendo mais analisado e estudado pelos acadêmicos. Apesar de alguns países, como o Brasil, passarem por processos recentes que colocam em xeque a afirmação do sistema democrático, a sua evolução é notória. Um dos exemplos disso está na maior participação popular na vida política. O papel democrático, que antes, era praticamente restrito ao voto se amplia com a maior ressonância das manifestações, cobranças sobre os políticos eleitos e bandeiras que visam a participação de todos os grupos étnicos e sociais.

As redes sociais são bons medidores disso, é possível encontrar manifestações e grupos, de diversas vertentes e pensamentos políticos, debatendo o que vem ocorrendo no país e se posicionando, o debate tornou-se uma realidade na sociedade. O feminismo é fruto desse processo. Um movimento que nasce da insatisfação da população feminina com a desigualdade e as discriminações vividas pelas mesmas em todos os âmbitos da sociedade. Este foi ganhando, cada vez mais, adeptos e força ao longo das décadas e hoje pode ser considerada uma das maiores conquistas sociais do século XX. Representantes desses movimentos são frequentemente eleitos, manifestações que incorporam esta bandeira também são recorrentes. Tal fenômeno não é restrito ao Brasil.

A partir dessas inquietações que nos despertou o interesse em escrever esse artigo analisando o crescimento da participação das mulheres nas políticas públicas no Brasil. O movimento feminista e a consolidação democrática certamente são respostas para esse crescimento da participação das mulheres na vida política do país. Com isso, o artigo objetivou verificar até que ponto o feminismo auxiliou o aumento da participação feminina na política pública brasileira.

A partir do que foi explanado, questionamentos foram levantados e outros ficaram para reflexões futuras e dos leitores. O que são políticas públicas? O que é feminismo? Até onde o processo democrático é importante para a afirmação dessas demandas? O artigo não tem como foco exaurir o debate sobre políticas públicas, feminismo e democracia, mas uma rápida

conceituação desses termos se mostra necessária para o desenvolvimento do raciocínio que propomos neste trabalho.

Políticas Públicas, Feminismo E Democracia No Aumento Participativo Da Mulher Na Sociedade

O comportamento e pensamento mundial evoluem continuamente e como reflexo disso percebemos a participação mais efetiva da população em discussões políticas que auxiliam em uma maior democratização das decisões. A proposta de discussão deste artigo perpassa por debates e conceitos imprescindíveis. Uma rápida elucidação de alguns termos é necessária. É válido ressaltar que o objetivo deste artigo, como dito anteriormente, não é focar ou esgotar a discussão sobre políticas públicas, feminismo e democracia, mas trata-se de uma rápida explanação destes conceitos que são importantes para a construção do debate aqui proposto.

Políticas Públicas

As políticas públicas são instrumentos que vêm ganhando espaço cada vez mais importância na sociedade brasileira. Mas, dois problemas podem ser identificados. O primeira consiste nos conceitos de políticas públicas que, muitas vezes, são extremamente técnicos e dificultam a compreensão da população sobre as mesmas. Somado a isso, o segundo problema está na cobertura dada pela mídia, quando a mesma divulga notícias relacionadas ao assunto, se mostram extremamente superficiais, dificultando, ainda mais, a compreensão do papel dessas políticas pela população, para o cidadão comum.

O conceito de políticas públicas pode, a primeiros olhos, aparentar simplicidade, mas sua multiplicidade de compreensões o torna abstrato e importante de ser debatido. No Brasil as primeiras políticas públicas foram registradas no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e se referiam, em um primeiro momento, às questões trabalhistas, de saúde, educação e habitação. Mesmo com o viés voltado para a área social, ainda sim poderiam ser

entendidas como excludentes por focarem em temas bem específicos (CASTRO, 2008).

A abrangência da temática passou por diversas modificações ao longo dos anos, se acentuando com a Constituição Cidadã, a carta magna brasileira de 1988. De acordo com Lia Gomes Sousa (2006), a definição mais usual é a de Harold Lasswell. Este entende que as decisões e análises sobre política pública implicam, em linhas gerais, responder às seguintes questões: Quem ganha o quê? Por quê? E que diferença faz?

Algumas definições clássicas são usadas para entender o que são as políticas públicas. Na visão de Bruno Jobert e Pierre Muller, a função de implantar essas políticas se centraliza no Estado: "[...] política pública é o Estado em ação." (FREITAS, p.2, 2009). Maria Helena Guimarães Castro ilustra as políticas públicas como não somente uma ação estatal, mas quando o Estado se põe como importante ator de intervenção social.

> Embora o Estado apareça como um agente central dentro desta concepção, tal abordagem não deve remeter à falsa conclusão de que toda política pública deve ser estatal, mas sim que uma política só é pública a partir do momento em que o Estado participa como um agente importante (CASTRO, 2008, p. 66).

As políticas públicas não estão restritas ao Estado. Esta visão enraizada na democracia liberal e nas sociais democracias, segundo o pensador Thomas Humprey Marshall, assumem importante caráter social: "[...] política social é todo bem produzido para promover as coletividades em diferentes campos." (MARSHALL apud CASTRO, p.66, 2008).

Atualmente, o que se difunde mais amplamente sobre o conceito de políticas públicas é o conjunto de planos e ações criados pelo governo, seja ele de nível municipal, estadual ou nacional, que elaboram metas visando proporcionar melhoria na condição de vida da população. É um recurso heurístico, portanto, um processo para compreender o que acontece em cada situação e desvendar o que pode ser feito caso a caso.

Com isso, algumas diretrizes precisam ser adotadas para a consolidação dessas políticas públicas. Segundo o SEBRAE (2014), o primeiro passo é o

reconhecimento e inclusão na agenda governamental, a partir daí define-se as linhas de ação que serão adotadas para sua resolução. Este é um processo elaborado a partir da definição dos objetivos, dos programas que serão desenvolvidos e as metas que se pretende alcançar.

> Existem cinco fases do ciclo de políticas públicas: formação da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação. Na prática os estágios não são sequenciais ou obrigatórios em sua plenitude. Tudo vai depender da situação política e econômica. É comum que se pulem fases, sendo a formação da agenda a fase mais difícil de perceber (HOWLETT & RAMESH, 2013).

Seguindo a proposta do SEBRAE, após a identificação do problema começa a fase de formulação da política. Neste momento são apresentadas propostas de mitigação e/ou solução dos problemas. Passados por isso a terceira etapa consiste na tomada de decisões de como serão aplicados os recursos e os prazos. A seguir iniciam-se os processos de implementação e avaliação, respectivamente. Nelas a ação é colocada em prática e todo o recurso necessário é direcionado à mesma. A avaliação é uma das partes mais importantes do processo, seu valor se dá a partir do entendimento dessa leitura pelos atores envolvidos que conseguem analisar o desempenho dos resultados do projeto. Esta avaliação não pode se restringir a fase final, deve-se estar presente ao longo de todo o processo no intuito de se compreender os resultados que estão sendo obtidos ao longo dos ciclos.

Com isso entendemos políticas públicas como sendo medidas adotadas pelo Estado em prol da sociedade. No entanto, a mesma não está excluída da mesa de decisões e a partir de encontros e grandes reuniões a população pode propor medidas que entendam como necessárias à melhoria do meio em que vivem.

Feminismo e sua ascensão

O feminismo surgiu no século XIX como um movimento político, filosófico e social e é caracterizado pela luta da igualdade entre os gêneros. Segundo GORDON (1986), devemos definir o feminismo primeiro como um

movimento de procura da compreensão das condições sociais das mulheres com a intenção de melhorá-las.

Sabemos que até hoje a mulher ainda é vista como inferior ao homem em aspectos políticos, comportamentais, profissionais, entre outros. Embora, atualmente, venha conquistando direitos. Até o século XIX as atribuições femininas eram resumidas a afazeres domésticos e educação dos filhos, em detrimento dos direitos básicos, como por exemplo ler, trabalhar, estudar e votar.

Em 1789, durante a Revolução Francesa, a feminista Olympe de Gouges combateu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. O documento criticava o fato de a Declaração da Revolução ser aplicada somente aos homens e chamava atenção para a importância da mulher e da igualdade de gênero. Gouges foi executava em Paris em três de novembro de 1793 virando mártir do movimento feminista no mundo inteiro.

> A Declaração dos Direitos da Mulher é o primeiro documento da Revolução Francesa a mencionar a igualdade jurídica entre mulheres e homens. [...] Enquanto isso, as mulheres continuavam sem o direito de votar, de ter acesso a instituições públicas, à liberdade profissional, direitos de propriedade, etc. A declaração foi rejeitada e permaneceu em completo esquecimento até 1986, quando foi publicada por Benoîte Groult. (UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA, ONLINE)

Na Grécia antiga, quando falamos de trabalho manual, a posição da mulher se equiparava ao do escravo. O significado do conceito liberdade era diretamente ligado ao fato de ser homem, ou seja, mulheres, assim como não atenienses e estrangeiros, não eram considerados dignos de serem livres. Entretanto, o escravo ainda tinha direito de ir para a guerra e até, a partir daí conquistar uma condição de liberdade. As mulheres, por outro lado, eram colocadas em um papel onde não participavam de trabalhos manuais pesados e de nada que exigisse muita habilidade física e mental. Todo seu trabalho era ligado à subsistência do homem como fiação e tecelagem. Campos

considerados mais nobres, como filosofia, política e artes, eram exclusivos do sexo masculino.

> Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas. Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas. [...] Quando fustigadas não choram. Se ajoelham, pedem, imploram. Mais duras penas, cadenas. [...] Quando eles embarcam soldados tecem longos bordados, mil quarentenas. E quando eles voltam, sedentos, querem arrancar, violentos, carícias plenas, obscenas. [...] Elas não têm gosto ou vontade. Nem defeito, nem qualidade. Têm medo apenas. Não tem sonhos, só tem presságios. (MULHERES DE ATENAS, CHICO BUARQUE).

Ao retratar o papel imposto pela sociedade às mulheres antigamente, enxergamos uma necessidade de alteração do panorama de submissão das mesmas frente aos homens. Com isso se entende a real necessidade de fortalecer o movimento de igualdade de gênero, proposto pelo feminismo. Além de alavancar esta luta, o movimento feminista se dá, ainda, na luta pelo espaço das mulheres na sociedade. A partir destas reivindicações e conquistas, mesmo que a passos lentos foi possível garantir à mulher assumir um papel digno atualmente, mesmo ainda existindo desigualdades e causas a serem discutidas. O papel da mulher de décadas passadas não é o mesmo da atualidade. As mulheres, hoje, têm voz e ação. Este processo pode ser entendido como de empoderamento feminino, o instante em que as mulheres não se entendem mais como submissas, como a sociedade impôs ao longo dos séculos.

De acordo com Alberto Melucci (1983), a ênfase do movimento feminista não é apenas a igualdade de direitos, mas o direito de ser diferente. Assim como, a luta contra a discriminação, da distribuição mais igualitária no mercado econômico e político e a luta pela cidadania.

> Ser reconhecida como uma mulher é afirmar uma experiência diferente, uma percepção diferente da realidade, enraizada em “outro” corpo, numa maneira específica de se relacionar com a pessoa. O movimento de mulheres, quando fala de diferença, fala para o conjunto da sociedade e não apenas para as mulheres. Para as sociedades que desenvolvem uma pressão crescente pela conformidade, esta reivindicação tem efeitas disruptivos, desafia a

> lógica do sistema e tem uma orientação antagonista. (MELUCCI, 1983, p.63)

No Brasil, após uma intensa campanha nacional pelos direitos das mulheres, seguindo os movimentos que aconteciam mundialmente, foi possível pressionar o então governo brasileiro, Getúlio Vargas. O mesmo possuía afinidade com políticas populares e assegurou, depois de muitos anos, a garantia do direito feminino ao voto e de serem elegíveis para os cargos executivos e legislativos. Estes direitos foram garantidos pelo Decreto n° 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 e se tornou um marco para a mulher brasileira. A luta feminista no Brasil teve importante participação inicial de Bertha Lutz, através do movimento sufragista brasileiro. Mesmo com nomes importantes à época apoiando e alavancando o movimento, as políticas aprovadas naquele ano tinham ressalvas a serem solucionadas. A lei amparava somente mulheres casadas, com autorização dos maridos e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria. Estas restrições foram eliminadas no ano de 1934, a partir do Código Eleitoral, porém manteve a obrigatoriedade de voto somente aos homens. Em 1946, já no governo Dutra, se tornou obrigatório para todos, sem discriminação de sexo, portanto, todos os cidadãos.

A democracia permitindo a participação social

A democracia tem sido a principal forma de governar no ocidente, bastante em razão da influência dos países dominantes, como os Estados Unidos. No entanto, se buscarmos na organização social dos primórdios, tal forma de ordenação já era utilizada, pelo menos com algumas semelhanças encontradas na democracia atual, a partir da formalização do conceito grego. Estamos retomando ao início da organização social do homo sapiens, quando a sociedade ainda se baseava na caça e coleta, e nem se imaginava no conceito de propriedade privada ou classe social, e a organização era pelo coletivismo da distribuição de trabalho e alimentos.

A evolução das técnicas agrícolas levara a uma organização que diferia da vigente no período das cavernas, permitindo assim, o surgimento de diversas estratificações sociais. Tal acontecimento foi resultado da necessidade de um arranjo social que buscava uma liderança de gestão. Foi a partir dos gregos, dos grandes filósofos, que surgiram as bases das diferentes formas de governo que se aplicam no mundo até a atualidade. Platão, entre outros sistemas, nos apresentou a democracia.

Maurício Abdalla defende que a democracia enquanto prática não foi inventada pelos gregos, mas a sistematização do conceito sim:

> Se, por um lado, a democracia como prática de governança não foi inventada na Grécia, por outro, foram os gregos que a trataram como conceito e refletiram teoricamente sobre o poder, legando-nos o conceito e as existências (práticas e teóricas) do sistema democrático. (ABDALLA, p.21. 2017)

Fundamento base da democracia é a soberania pertencente ao povo, portanto, o mesmo deveria tomar as decisões em conjunto. Tal exemplo encontrou falha na própria Grécia, quando na *demos* excluíam escravos, mulheres, jovens e estrangeiros, ou seja, somente homens livres, adultos e nascidos na Grécia participavam das decisões da *polis*. Hoje qualquer regime considerado democrático não toleraria a exclusão de qualquer segmento da população.

Uma adaptação democrática da filosofia grega foi adotada na modernidade em diversos países. O povo, como um todo, teria participação nas decisões políticas e sociais, mas a forma de gestão seria adaptada. Um colegiado, eleito pelo povo, ficariam responsáveis pela gestão democrática de um país. Esse processo foi chamado de democracia representativa[*]. No entanto, a população não foi silenciada nos seus interesses e busca se fazer ouvida nas manifestações que são, cada vez mais, frequentes e crescentes.

[*] Sobre essa temática ler: MACHADO, Audálio José Pontes. **A democracia representativa no Brasil: problemas e questionamentos.** Estação Científica (UNIFAP). Macapá, v.6, n1. P. 09-18, jan./abr. 2016. Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>, consultado em 29 de março de 2018.

O Brasil passou por diversas manifestações e muitas delas surtiram efeitos. Mesmo que durante a Ditadura Militar (1964-1985) o regime implementado não fosse o democrático, as manifestações no período, como as Diretas Já![*], surtiram efeitos e pressões que mais tarde resultaram na retomada democrática.

Neste curto período de democracia, alguns processos foram importantes para consolidar o regime no Brasil, tais como a consolidação da Constituição Federal (1988), as eleições diretas de 1989 e diversas manifestações sociais. Dentre elas o surgimento de vários partidos políticos, dando fim à polaridade imposta anos antes. Os movimentos feministas, raciais, da população LGBT, entre tantos outros importantes se intensificaram nesta consolidação democrática. Ao mesmo tempo, conquistas sociais foram garantidas pela atuação destes pressionando os representantes políticos nas ruas. O intuito aqui proposto na discussão da democracia não é qualificar a mesma, mas sim mostrar que a partir desta foi possível maior atuação e ascensão dos diversos movimentos sociais, dentre eles o feminismo.

A Importância Das Políticas Públicas No Cenário Feminista

A década de 80, no Brasil período de redemocratização, representou um cenário de ascensão da participação feminina nas decisões políticas. Este momento não se restringiu apenas ao Brasil, a América Latina, em sua maioria, teve expressiva ascensão política feminina. Segundo Ellen Meiksins Wood (2006), este período representou um momento de ressignificação do conceito de sociedade civil. Um momento que a amenizou o que era imaginado como arena de luta por interesses antagônicos.

O feminismo passou durante este período por inquietações internas visando uma compreensão à realidade do mundo contemporâneo que ali surgia. Segundo Marta Ferreira Santos Farah, “As propostas priorizadas foram a descentralização e a participação da sociedade civil na formulação e na

[*] Sobre Diretas Já! ler: NERY, Vanderlei Elias. **Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites.** Lutas Sociais, São Paulo, n.24, p. 70-77, 1º sem. 2010. Disponível em <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/06-Vanderlei%20Elias%20Nery.pdf>, consultado em 29 de março de 2018.

implementação das políticas públicas" (FARAH, 2004, p. 50). Isto permitiu que movimentos sociais, como o feminismo, refletissem sobre a estratégia que seria usada para garantir força e visibilidade para as reivindicações dos movimentos. Neste período de redemocratização brasileira houve um forte incentivo dos governos para a incorporação de demandas relacionadas à participação dos gêneros nas políticas públicas.

A elaboração de diversos órgãos garantiu a participação de movimentos sociais e ONGs voltadas para este debate de participação e afirmação da mulher perante a sociedade. As mulheres que participaram desses debates tiveram forças na articulação, propostas e na formulação de políticas públicas.

> ONGs feministas têm exercido um papel central na formação e sustentação de [...] variadas formas de articulação formal e informal [...] têm sido cruciais para manter [...] as conexões centrais que entrelaçam as feministas e suas/seus aliadas(os) que hoje ocupam uma ampla variedade de lugares sociais. (ALVAREZ, 1998, p. 266)

Apesar dos embates entre ONGs e o "movimento" feminista, visto por muitos como coisas distintas pelo fato de representatividade e possível emparelhamento das entidades com o Estado, as mesmas se mantiveram como representantes do movimento. A partir desta afirmação foi possível ampliar os estudos, pesquisas e proposições de políticas públicas por estas entidades (CISNE & GURGEL, 2008). Com a participação feminina nas decisões políticas, seja através de ONGs ou de ativistas, resultou, entre outros, na criação de Conselhos de Direitos das Mulheres, das primeiras delegacias especializadas para o atendimento de mulheres e no Programa Integral da Saúde da Mulher.

O movimento feminista foi colocado em um momento de tensão quando se discutiu a autonomia das mulheres frente às políticas públicas propostas e impostas pelo Estado. A participação destas no aparato burocrático era de suma importância para a consolidação das conquistas, somente assim seria possível colaborar na reflexão, avaliação e proposição das políticas públicas. Na visão de Mirla Cisne e Telma Gurgel, a introdução das mulheres no aparato burocrático, na visão de muitos, poderia significar uma subordinação das

mesmas, resultando na fragilidade da autonomia almejada e por consequência a resistência e contestação frente ao Estado burguês-patriarcal (CISNE & GURGEL, 2008).

> Assim, o debate sobre a relação do feminismo com o Estado, vem se focalizando em algumas questões como o papel do movimento na reivindicação por políticas públicas, a participação de lideranças nas estruturas governamentais e a representatividade do movimento na negociação direta com o órgão de Estado. Como se evidencia, a essência dos questionamentos gira em torno da autonomia, princípio ontológico para o feminismo. Como elemento demarcatório, a noção de autonomia estabelece nexos internos que são necessários à constituição de todo sujeito político coletivo com múltiplos condicionantes de opressão e discriminação, como é o caso do feminismo. (CISNE & GURGEL, 2008, p. 80)

Além das conquistas citadas anteriormente, foi possível, por meio da união feminina e em resposta a reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, em 2003, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Seguindo as conquistas sociais, ainda tivemos instituídas a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e, com isso, foi possível a reorganização da Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

Segundo Mariana Mazzini Marcondes em artigo publicado pela revista Construções:

> Forjar instrumentos de efetivação da gestão da transversalidade de gênero não foi menos desafiador, sendo duas iniciativas emblemática desse processo. A primeira, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, que resultou em três edições desde o surgimento da SPM, e centenas de ações, metas e órgãos envolvidos. A segunda, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que chegou a reunir, a partir de sua terceira edição, 33 órgãos governamentais, além do CNDM. Recentemente, emergiu o tema da criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, no contexto da 4ª CNPM, realizada entre 2015-2016. (MARCONDES, 2018)

Apesar de todas as dicotomias enfrentadas pelo movimento feminista, seja internamente ou entre entidades e Estado, as mulheres conquistaram importantes pautas políticas. Não somente as que foram citadas anteriormente,

ganharam também voz e visibilidade social. Se antes o papel histórico da sociedade patriarcal era se responsabilizar pelos afazeres domésticos, hoje a mulher é uma cidadã política, chegando, inclusive, ao cargo de presidente do Brasil, como foi com a presidenta Dilma Rousseff.

Considerações Finais

A criação do Plano Nacional de Políticas Públicas (PNPP) - Decreto 8.243/14 - buscou atender os anseios populares que ocuparam as ruas, principalmente, a partir de junho de 2013. Foi usado pelo governo como uma forma de dialogar com as ruas e torná-la parte constituinte das políticas discutidas no Congresso Nacional. No entanto, com a ascensão do atual governo de Michel Temer o Plano foi colocado de lado, assim como algumas conquistas sociais e femininas.

Após o que foi explanado, podemos inferir que a democracia foi um instrumento de suma importância no processo de ascensão do feminismo e em sua participação ativa nas políticas públicas e no movimento político brasileiro, assim como a de outras “minorias”. O direito do voto, assim como ao de trabalhar, ler e dirigir, por exemplo, só foram alcançadas graças a esse modelo político, reestruturado em 1989, uma vez que, caso contrário, seria considerado antidemocrático. Movimentos sociais e ONGs, como apresentado no decorrer do texto, buscaram incorporar no aparato burocrático as suas demandas e melhorias para a sociedade brasileira.

Através dessas conquistas, a mulher foi e vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade. Com uma voz mais ativa, é possível reivindicar por direitos e políticas públicas direcionadas às mulheres. Com seu empoderamento e participação efetiva nos cargos políticos e sociais, além de ganharem atenção nesses projetos, também fazem parte de sua criação e manutenção. Ainda assim, com tudo que já foi conquistado, é importante fazer com que a sociedade machista e tradicionalmente patriarcalista enxergue as mulheres como igualmente capazes em todos âmbitos sociais e políticos.

Sabemos que ainda existe muito a ser feito para defender a permanência e consolidação da imagem feminina nos cargos de poder público

no Brasil, assim como dentro de casa, nas ruas, escolas, trabalho, entre outras. Entretanto, entendendo o empoderamento e o que o permitiu acontecer, além da luta feminina, será possível fazer com que a ascensão feminista continue crescendo e se mantendo reconhecida.

Situações recentes, como o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, que, além de inconstitucional teve cunho machista e a morte da vereadora Marielle Franco no município do Rio de Janeiro estancam um conservadorismo arraigado na sociedade brasileira. Este só será possível ser combatido com a manutenção da ascensão daqueles que são, pelos mesmos, considerados inferiores.

A mulher deve participar ativamente de toda e qualquer discussão existente na sociedade, de maneira igual e representativa, sem ter seu direito de fala e decisão inibidos ou caçados. A mulher em hipótese alguma deve ser silenciada.

Referências

ABDALLA, Maurício. A democracia no capitalismo. Democracia em crise: o Brasil contemporâneo. Coleção Cadernos temáticos do NESP;7. Editora PUC Minas. Belo Horizonte – 2017.

ALVAREZ, Sônia. Em que estado está o feminismo latino-americano: uma leitura crítica das políticas públicas com 'perspectiva de gênero'. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Org.). Gênero nas políticas públicas: impasses e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, p. 9-25, (Coleção: Caderno Sempre Viva) - 2000.

BAZAGA, Rochelle Gutierrez. As "Diretas Já": uma análise sobre o impacto da campanha no processo de transição política brasileira. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal – 2013.

CARNEIRO, Anni de Novais. Reflexões feministas sobre políticas públicas, gênero e raça. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade de Londrina - 2014.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro - 2016.

CISNE, Mirla & GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. SER Social, Brasília, v.10, n.22, p. 69-96, jan./jun. - 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e política pública. Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.47-71 - 2004.

FERREIRA, Virgínia. O Feminismo na pós-modernidade. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Congresso Português de Sociologia, Lisboa - 1988.

FREITAS, Mariana Oliveira de. Políticas Públicas: experiência em educação, cultura, comunicação e cidadania. Encontro de Pesquisa em Comunicações e Cidadania. Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania – PUC/GO. Goiânia – 2009.

GURGEL, Telma. Feminismo e iberdade: sujeito total e tardio na América Latina. Tese de Doutorado em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba (UFP) - 2004.

HAYASHI, Renato. O ciclo de políticas públicas: uma síntese epistemológica. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/55955/o-ciclo-de-politicas-publicas-uma-sintese-epistemologica>, consultado em 29 de março de 2018.

IPEA. O Ministério Público dos estados e a implementação das políticas públicas sociais: um caminho para o enfrentamento à pobreza, à desigualdade e à exclusão social. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – 2011.

JUNIOR, Fernando Antônio França Sette Pinheiro. A evolução das políticas sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010. CEDEPLAR/UFMG. Diamantina – 2014.

MACHADO, Audálio José Pontes. A democracia representativa no Brasil: problemas e questionamentos. Estação Científica (UNIFAP). Macapá, v.6, n1. P. 09-18, jan./abr. 2016. Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>, consultado em 29 de março de 2018.

MARCONDES, Marina Mazzini. Políticas públicas para e pelas mulheres. Disponível em <http://revistaconstrucao.org/politica-de-genero/politicas-publicas-para-e-pelas-mulheres/>, consultado em 18 de agosto de 2018.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Revista Lua Nova. Junho, n°17 – 1989.

NASSIF, Luis. A conquista do voto feminino, em 1932. GGN: o jornal de todos os Brasis. Disponível em <https://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>, consultado em 25 de abril de 2018.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. Lutas Sociais, São Paulo, n.24, p. 70-77, 1º sem. 2010. Disponível em <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/06-Vanderlei%20Elias%20Nery.pdf>, consultado em 29 de março de 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS BÁSICOS. Material didático para Ensino a Distância. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. USP. Ribeirão Preto – 2013.

POLITIZE. Conheça o ciclo das políticas públicas. Disponível em <http://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>, consultado em 29 de março de 2018.

SEBRAE. Formulação de políticas públicas. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/formulacao-de-politicas-publicas,e38b9e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>, consultado em 29 de março de 2018.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira & LOPES, Maria Margaret. Bertha Lutz - uma trajetória feminista e científica. ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História - Londrina - 2005.

TODA MATÉRIA. Feminismo. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/feminismo/>, consultado em 04 de maio de 2018.

UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA. História. Disponível em <http://feminismo.org.br/historia/>, consultado em 07 de maio de 2018.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo - 2006.

ATIVISMOS AMBIENTALISTAS E PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES: UM CAMINHO PARA A INVESTIGAÇÃO

RAFAEL LUIZ L. L. Chaves*

Resumo

Dando centralidade aos ativismos ambientalistas como agente modelador do espaço, trazemos um exercício de utilização do conceito de práticas espaciais insurgentes na análise geográfica dos mesmos. Na primeira parte do texto, realizamos uma breve exposição da conceitualização de ativismo social, e identificamos os ativismos ambientalistas como uma de suas faces. Ainda nessa seção ressaltamos a diversidade de correntes do pensamento ecológico que orienta, ou tenta compreender as formas de atuação das organizações ambientalistas no espaço social. Na segunda parte do trabalho, apresentamos sinteticamente o conceito de práticas espaciais e introduzimos o debate sobre conceito de práticas espaciais insurgentes, para na terceira seção citarmos casos empíricos da utilização de tais práticas por diferentes organizações ambientalistas em locais e momentos distintos.

Palavras-chave: Ativismos ambientalistas; Práticas espaciais insurgentes

Abstract

This paper brings an exercise of application of the insurgent spatial practices concept in the geographical analysis. We do it by giving centrality to environmental activism as a modeling agent of space. In the first part of the text, we give a brief exposition about the conceptualization of social activism, and we recognize environmental activism as one of its faces. Also in this section we highlight the diversity of theoretical understandings those inspire the action of the environmental activists organizations, or try to explain then. In the second part of the paper, we present the concept of spatial practices and introduce the debate on the concept of insurgent spatial practices. In the third section we will cite empirical cases of the use of such practices by different environmental organizations at different times and places.

Keywords: Environmental activism; Insurgent spatial practices

* - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail de contato: rafchaves@gmail.com

Introdução

Entendemos que os ativismos ambientalistas emergem da mobilização de grupos sociais em resposta a alterações reais ou potenciais do substrato espacial material (SOUZA, 2013), cujos impactos podem se dar desde a escala local até a escala global. Nos encontramos, então, diante de uma complexa variedade de ativismos sociais densamente impregnados de espacialidade, conduzidos por pessoas de diversas classes sociais, que manifestam diferentes níveis (ou ausência) de oposição ao *status quo* contemporâneo. Partimos do princípio de que as alterações ambientais condicionantes dos ativismos ambientalistas são produto das relações sociais que orientam a apropriação social dos recursos naturais, que, via de regra ao longo da história, vêm sendo relações sociais heterônomas.

Através do levantamento de dados primários e secundários sobre alguns casos concretos de ativismos ambientalistas, e também com apoio na categorização das principais correntes ambientalistas proposta por Joan Martínez Alier (2017). Trazemos a percepção de que, de diferentes formas e intensidades, o atual modo de organização da exploração dos recursos naturais e a distribuição dos seus proveitos (e seus rejeitos) é confrontado. Dessa forma, assumimos que uma ação social de confronto e/ou resistência, calcada no anseio de mudança da realidade com o objetivo de garantir melhor qualidade de vida e maior justiça social, pode ser entendida como uma forma de práxis insurgente.

O objetivo geral da reflexão que ora apresentamos é demonstrar a aplicabilidade do conceito de *práticas espaciais insurgentes* (SOUZA, 2013) para o estudo dos ativismos ambientalistas. Dessa proposta investigativa emergem três objetivos específicos necessários para sua condução: o primeiro deles é a delimitação daquilo que entendemos como *ativismos ambientalistas*; o segundo é a apresentação do conceito de práticas espaciais insurgentes; e, finalmente, a exposição dos casos empíricos que fundamentam nossa argumentação. A parte empírica de nossa análise se inicia no levantamento, em variadas fontes primárias e secundárias, de ações realizadas por organizações de ativistas ambientalistas, que ocorreram no Brasil nas últimas

décadas, para então interpretá-las sob a ótica das práticas espaciais insurgentes.

Ativismos ambientalistas, uma modalidade de ativismo social

Diferentemente dos movimentos sociais, que são tipos de ativismos sociais com caráter mais ambicioso, os "meros ativismos" são um amplo conjunto de ações públicas, exercidas pela sociedade civil organizada e de relativa duração temporal (SOUZA, 2006). Esse esclarecimento se fez necessário para evitarmos confusões ao longo do texto, pois verificamos que as obras bibliográficas e as organizações ambientalistas não adotaram tal refinamento conceitual. Por entendermos que os ativismos ambientalistas são uma das formas de manifestação dos ativismos sociais, entendemos o movimento ambientalista como o difuso conjunto das organizações de ativismos ambientalistas.

Diante do volume de informações que levantamos sobre os ativismos ambientalistas, nos salta aos olhos sua diversidade de pautas e posturas adotadas, mais ou menos críticas ao *status quo*. Essa amplitude se evidencia quando identificamos no polo conservador o *preservacionismo biocêntrico,* fundamento da *Ecologia Profunda* (NAES, 1973), adotado por algumas organizações, e no polo emancipatório, verificamos ativismos comprometidos com a superação da heteronomia, como aqueles caracterizados pelas práticas que conduzem e se afinam com propostas como a da *Justiça Ambiental* (ACSELRAD, et Al, 2009) e da *Ecologia Social* (BOOKCHIN, 2010).

Devemos considerar que as relações entre sociedade e natureza vêm sendo pensadas de forma diversificada há décadas, em seu livro, Antonio Carlos Diegues (2000) traça um panorama das principais correntes, o autor descreve as principais características do *Conservacionismo* e sua fórmula de manejo eficiente da natureza; do *Preservacionismo* e a reverência da vida selvagem; da *Ecologia Profunda* com seu forte enfoque biocêntrico; da *Ecologia Social* que identifica os seres humanos como seres sociais; do *Eco-Marxismo* de Moscovici com a oposição entre o naturalismo e o culturalismo. Essa colaboração, é muito relevante para compreendermos as orientações das

práticas espaciais das diferentes organizações que influenciam o uso do solo, contudo seu nível de detalhamento nos parece excessivamente restritivo para a condução do diálogo que pretendemos estabelecer, portanto devemos conjugá-la com o debate a respeito das correntes do ecologismo conduzido por Joan Martínez Alier (ALIER, 2017). O referido autor sintetiza as correntes ecologistas em apenas três categorias, a do "*culto à vida silvestre*", do "*evangelho da ecoeficiência*" e o "*ecologismo dos pobres*".

Práticas espaciais

O conceito de *práticas espaciais* fundamenta nossa reflexão, segundo Marcelo Lopes de Souza, tratam-se de "práticas sociais em que a espacialidade (...) é um componente nítido e destacado da *forma de organização*, do *meio de expressão* e/ou dos *objetivos a serem alcançados*." (SOUZA, 2013a. P. 241. Grifo no original). Portanto, a análise das práticas espaciais das diferentes organizações de ativismos ambientalistas nos oferece embasamento para buscar a compreensão das suas complexas estratégias sócio-espaciais, e desta forma verificar suas complementaridades, sobreposições e antagonismos no caminho para o *desenvolvimento sócio-espacial*[*].

Anteriormente à publicação de Lopes de Souza citada acima, Roberto Lobato Corrêa nos indicava que:

> No longo e infindável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte, preservando-o em suas formas e interações espaciais. (CORRÊA, 1995. P. 35).

Esse geógrafo explicitou cinco modalidades de práticas espaciais empresariais, sendo elas: a seletividade espacial; a fragmentação-

[*] O desenvolvimento sócio-espacial é uma macroteoria aberta desenvolvida por Marcelo Lopes de Souza (2006). Em um esclarecimento muito superficial, podemos dizer que essa tem a autonomia (na perspectiva do pensador Cornelius Castoriadis) como parâmetro subordinador, e a qualidade de vida e justiça social como parâmetros subordinados.

remembramento espacial; a antecipação espacial; a marginalização espacial; e a reprodução da região produtora. Tal teorização sobre as práticas espaciais se baseia no estudo dos proprietários do meio de produção, dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários enquanto agentes modeladores do espaço urbano, conquanto o que também nos demanda atenção na presente pesquisa é a análise das práticas espaciais das organizações de ativismo como agentes modeladores do espaço. Nesse sentido, nos aproveitaremos da conceitualização de Marcelo Lopes de Souza sobre as "práticas espaciais insurgentes", que são ações com o sentido emancipatório, críticas em relação à heteronomia (SOUZA, 2013), cujos atores sociais executores de tais práticas são os grupos sociais aqui estudados.

Práticas espaciais insurgentes nos ativismos ambientalistas

Partimos do princípio de que a dimensão espacial é constituinte das práticas sociais, dentre elas as práticas dos ativismos ambientalistas de resistência à alteração potencial ou real do substrato espacial material. Essa constatação nos permite analisá-las sob a ótica das "*práticas espaciais insurgentes*" proposta por Marcelo Lopes de Souza (2013). Baseando-nos em levantamentos bibliográficos, encontramos exemplos das práticas espaciais insurgentes de *territorialização em sentido estrito* nos empates dos seringueiros do Acre; de *territorialização em sentido amplo* no evento Arte e Pensamento Ecológico de Curitiba; de *ressignificação de lugares* na ação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Para os outros quatro tipos práticas espaciais insurgentes (*construção de redes espaciais*; *construção de circuitos econômicos alternativos*; e, *refuncionalização/reestruturação do espaço material*), utilizaremos o exemplo da favela Vale Encantado, que faz parte da área de estudo para a tese de doutorado que estamos elaborando.

A territorialização em sentido estrito

Esse tipo de prática espacial insurgente é caracterizada pela "'apropriação' e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física" (SOUZA, 2013, P. 251). No bojo do movimento ambientalista brasileiro,

podemos verificar o seu exercício nas ações dos seringueiros do Acre a partir de 1976.

Seu objetivo era resistir aos impactos resultantes da conjuntura de baixa rentabilidade do comércio da borracha para as elites locais, que conjugada com a ocupação da Amazônia conduzida pelo regime militar para o aproveitamento capitalista dos seus recursos naturais, e com mitigação de conflitos agrários no nordeste e sudeste. Essa situação intensificou a exploração da floresta por madeireiras e fazendeiros, que além de representarem um risco ímpar para o modo de vida dos seringueiros, significou o extermínio ou a expulsão de indígenas da região (ALMEIDA, 2004).

Como estratégia de resistência, os seringueiros inventaram a forma que conhecemos como *empates*, tratando-se estes da mobilização dos seringueiros e toda a comunidade local para a tentativa de contenção do avanço dos tratores, motosserras e queimadas. Dentre suas ações, que se davam na escala nanoterritorial das frentes de desmatamento, figuravam a resistência pacífica do posicionamento físico de seus corpos defronte aos homens e máquinas empregados no desmatamento, desmonte dos acampamentos que serviam de base para os trabalhadores que operacionalizavam o desmatamento, os "peões", e convites para que estes desertassem de suas funções e se incorporassem aos seringueiros, considerando que via de regra também eram imigrantes pobres de outras regiões.

Essas ações ocorreram em diversos seringais e tiveram caráter temporal efêmero, contudo estavam articuladas com outras táticas de resistência, que, por sua vez, podem ser analisadas sob a luz do conceito de práticas espaciais insurgentes (notadamente pela construção de redes espaciais) em estudos posteriores

A territorialização em sentido amplo

Em 1973, estimulados pelo artista catalão radicado no Brasil, Miguel Abellá, um grupo de artistas plásticos se integrou à série de exposições batizada como "Cruzadas Ecológicas", que percorreu galerias de arte em dezenas de cidades do Brasil. Já no ano de 1977, em Curitiba, sob o nome de

"Arte e pensamento ecológico"*, acompanhada de um painel de debates composto por importantes nomes do ecologismo brasileiro de então, como José Lutzemberger, a exposição extrapolou as galerias e ganhou as ruas com a transferência das obras de alguns artistas (figura 1) para os *outdoors* da cidade (URBAN, 2001).

Apesar de utilizar seu poder econômico para contratar e ocupar superfícies privadas que se projetam no espaço público, a organização de artistas/ativistas propagou mensagens desafiadoras às regras de manifestação pública impostas pelo regime estatal (autoritário) de então. Tendo em conta que os *outdoors* são, com a anuência do Estado, instrumentos privados para veiculação de informações com o objetivo de manter a roda do mercado em giro. Interpretamos, portanto, que os fundamentos das regras do Estado para a comunicação no espaço público foram desafiados, e que a cidade de Curitiba foi, parcialmente e por um breve período de tempo, territorializada pelos ecologistas.

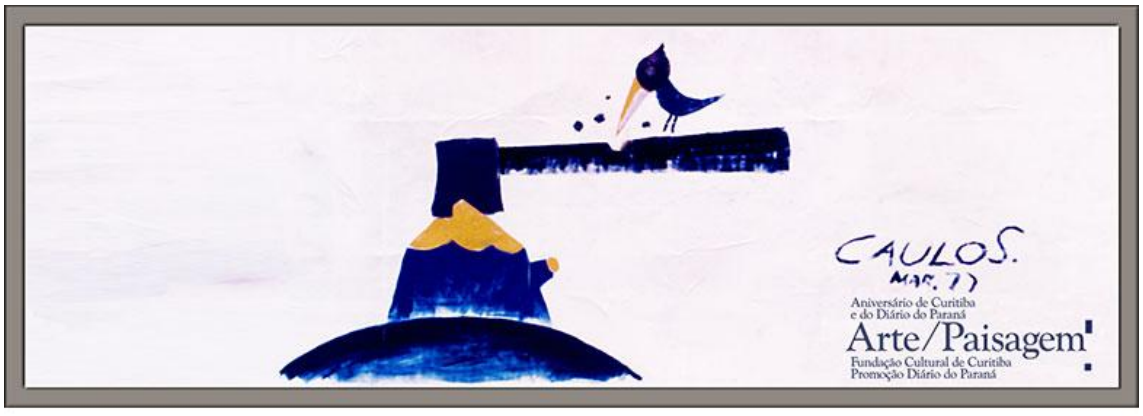


Figura 1 - *Outdoor* com obra do artista Caulos exibido nas ruas de Curitiba em 1977, uma das quais compuseram a exposição "Arte e pensamento ecológico".

Ressignificação dos lugares

O geógrafo Brian Harley já apontava em 1989 que os mapas são objetos impregnados de poder, baseando-se em Foucault, ele identifica o poder

* Não podemos negligenciar que a série de exposições se desdobram na criação do Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE), e no ano seguinte (1978), cria-se a revista "Pensamento Ecológico", cujo primeiro editorial traz um intensa crítica ao modelo de desenvolvimento brasileiro.

externo e o poder interno à cartografia. O poder externo é aquele exercido sobre o ato de cartografar, pois este é realizado a partir de decisões tomadas nos centros de poder político, que identificam a necessidade de tal levantamento e representação das informações espaciais para o atendimento de suas próprias necessidades. A argumentação do autor aponta para a característica centralizadora da produção cartográfica na mão do Estado, o qual exerce seu poder através dos mapas, utilizando esse instrumento para organizar e controlar suas fronteiras, o comércio, sua administração interna, a população e sua força militar (HARLEY, 1989).

Em situações de conflitos territoriais, o caráter enviesado de determinadas representações cartográficas estimula a produção de uma autocartografia pelos grupos sociais envolvidos nos conflitos. Essa estratégia nos remete àquilo que Harley identificou como o poder interno dos mapas, que reside no processo de elaboração dos mapas, ou seja, no controle da produção de uma imagem do território, através dos processos técnicos de seleção das categorias de informação que são elencadas, do meio de emprego das generalizações, do estabelecimento de hierarquizações, e da utilização de estilos retóricos que manifestam formas de poder (HARLEY, 1989).

Tendo o mapa como uma imagem, um discurso sobre o lugar, entendemos que a autocartografia pode ser assumida como uma prática não hegemônica, ou seja, a produção autônoma de uma imagem de um lugar por aqueles que o habitam. Utilizamos em nossa argumentação o exemplo do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (figura 2), o qual disponibiliza para as "comunidades tradicionais" da Amazônia a possibilidade de produzirem e veicularem representações da espacialidade de seus modos de vida, para, dessa forma, contestarem a imagem do lugar produzida por atores externos (empresas e Estado) que visam a implementação de ações de gestão e planejamento para exploração (ou preservação em sentido estrito) dos recursos naturais. (ALMEIDA; FARIAS JÚNIOR, 2011).

Figura 2 - Oficina do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.
Fonte: http://novacartografiasocial.com/oficina-de-cartografia-social-no-territorio-terra-dos-encantados-rio-arapiuns-para/

Construção de Redes Espaciais

A favela do Vale Encantado é um dos assentamento localizados na Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista (APARU-ABV), já esta é uma unidade de conservação municipal que cobre parte do Maciço da Tijuca no município do Rio de Janeiro, que serve como um arremedo para regular o uso do solo na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Tijuca.

A favela em questão é composta por 12 domicílios[*] e desde 2003, quando foi elaborado o projeto de lei para a regulamentação dos usos na APARU, vive sob a ameaça de remoção baseada em argumentos de proteção ambiental. Mesmo quando, em 2009, um projeto de lei substitutivo ao de 2003 foi proposto para tentar expurgar tal risco, a favela já era objeto de uma ação

[*] Instituto Pereira Passos - Armazém de Dados - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN): [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/]. Acessado em 22/08/2015.

civil pública, movida pelo Ministério Público Estadual contra o então prefeito, demandando por outra via a sua remoção (COMPANS, 2011).

Os moradores da favela buscaram o apoio de organizações de ativista para enfrentar as ameaças que se impunham (figura 3). Tomou corpo, assim, a prática espacial insurgente de formação de redes espaciais, pois consistiu na articulação multiescalar de agentes para a resistência das pressões hegemônicas sobre o território em questão.

Figura 3 - Organizações parceiras da cooperativa do Vale Encantado.
Fonte: http://www.valeencantado.org.br/site/parceiros/

Construção de circuitos econômicos alternativos

A parceria com pesquisadores, organizações de ativistas locais e internacionais renderam benefícios para a luta dos favelados e para a conservação ambiental, pois a organização francesa ABAQUAR/PARIS, incitou a fundação da cooperativa social e ambiental do Vale Encantado, que hoje gera renda para seus membros através do ecoturismo na favela e suas cercanias (mapa 1). Os cooperativados também obtêm recursos com um serviço de *buffet* para eventos, e com a gastronomia local na sede da cooperativa, que provê pratos elaborados à base de ingredientes extraídos da floresta.

Mapa 1 - As atividades exercidas na favela Vale Encantado pelos moradores com o apoio de organizações de ativistas.

Refuncionalização do espaço material / reestruturação do espaço material

O substrato material espacial foi adaptado para as novas relações sociais que tomaram corpo, tanto na escala nanoterritorial do prédio adquirido para servir de sede à cooperativa, que até então encontrava-se desocupado após a falência do bar que ali funcionava, quanto na escala microlocal da favela e seus arredores de mata, que tiveram seu uso reconfigurado para abrigarem as novas atividades. A adequação do prédio para o funcionamento da cooperativa, assim como a utilização dos caminhos que já existiam na mata para a condução de trilhas ecológicas com os visitantes, demonstram a prática espacial insurgente de refuncionalização do espaço material, conquanto não implicaram em profundas modificações das formas espaciais.

Consideramos que houve uma reestruturação do espaço material, devido às adaptações materiais realizadas no território ocupado pela favela. Apesar de sua escala ser microlocal, tratam-se de relevantes modificações nas relações entre os sujeitos locais e o meio natural, entre os sujeitos locais e os

extralocais, e, aqui me permito especular, que até mesmo entre os próprios sujeitos locais.

Considerações finais

Como nos indica Glauco Bruce Rodrigues, "[a]tribuir o caráter de protagonista aos ativismos sociais nos coloca a possibilidade de outra perspectiva de produção do conhecimento." (RODRIGUES, 2015. P. 243). Essa perspectiva nos levou a buscar dar centralidade à ação de resistência de grupos sociais face à pressões sofridas em relações de poder desigual. Como essa disputa é uma relação de poder que se projeta no espaço, nada mais óbvio para um geógrafo do que o emprego de nosso arsenal conceitual, no caso específico o conceito de território, para contribuir na apreensão da dimensão espacial dos fenômenos propostos.

Por ser o espaço um condicionante da ação social, e sendo o espaço produto das ações sociais, analisar a espacialidade da atuação da sociedade civil organizada não se limita a verificar a ação no espaço, mas abrange o destaque dado ao papel destes agentes modeladores do espaço em sua complexa interação com os demais agentes e suas estratégias espaciais.

Buscamos demonstrar que os conceitos de espaço, lugar, território, rede, dentre outros, são poderosas ferramentas para a produção de conhecimento sobre as ações da sociedade, e que estas nos oferecem a oportunidade de visualizar a operacionalização prática dos conceitos evocados.

Referências

ACSELRAD, Henri. (org.) (2008). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.

ACSELRAD, et Al (2009). *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.

ALIER, Joan Martínez (2017). *O ecologismo dos pobres*: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2a. ed. 3a. reimpressão. São Paulo: Contexto.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de ; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. (2011). *Etnicidade e urbanidade*: a Aldeia Beija-flor. Revista Novos Cadernos NAEA , v. 14, p. 131-146.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de (2004). Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n.55, p. 35-52.

BOOKCHIN, Murray (2010). *Ecologia Social e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Achiamé.

COMPANS, Rose (2011). A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, (Disponível em: http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/172).

CORRÊA, Roberto Lobato (1995). Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et al. *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

DIEGUES, Antônio Carlos (2000). *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec.

HARLEY, John Brian (1989). *Deconstructing the map*. Cartographica, v. 26, n. 2 (Spring 1989), 1-20

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP) (2010). Sistema de assentamentos de baixa renda (SABREN). *Informações básicas sobre as favelas*. (Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html).

NAESS, Arne. (1973). The Shallow and the Deep, Long Range Ecology Movement. A Summary. In: *Inquiry* 16:1, 95-100.

RODRIGUES, Glauco Bruce. (2015). Geografia Histórica e ativismos sociais. *Geotextos*. Vol. 11, nº1 (julho), pgs. 241-268. Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Salvador.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2006). *A prisão e a ágora*: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2008). Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon. *O Brasil, a América Latina e o mundo*: Espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina.

_____. (2010). "Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta". In: *Cidades (Presidente Prudente)*, v. 7, p. 13-47.

_____. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

_____. (2014). *O lugar das pessoas nas agendas 'verde', 'marrom' e 'azul'*: Sobre a dimensão geopolítica da política ambiental urbana. Passa Palavra (disponível em: http://www.passapalavra.info/2014/12/101245).

URBAN, Teresa. (2001). *Missão (quase) impossível*: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis.

VIOLA, Eduardo. (1987) “O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo) Vol. 1, N° 3.

POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANO: A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONGRESSO DO POVO NA CIDADE DE MACAPÁ-AP

Adriana Tenório Da Silva*

Rosinete Cardoso Ferreira †

Resumo

No presente trabalho nos propomos a realizar uma análise das plenárias que configuraram o Congresso do Povo proposto pela Prefeitura Municipal de Macapá. Nas plenárias do Congresso do Povo diferentes lideranças comunitárias, representantes de movimentos sociais e população dos diversos bairros puderam participar. O objetivo central era a formulação do Plano Plurianual da PMM 2018-2021. Assim, entendendo que o PPA é parte constituinte do planejamento e da gestão do espaço urbano, buscamos discutir a relação entre planejamento, espaço urbano e participação popular. Nesse bojo, realizamos a análise da participação popular em duas plenárias e uma reunião setorial. Após a análise concluímos que há críticas em relação a forma como participação popular ficou restrita a indicação de demandas, mesmo assim se fez importante para o estabelecimento do diálogo entre poder público e sociedade.

Palavras-chave: Macapá; Território; Planejamento urbano; Participação popular.

POLÍTICA Y PLANIFICACIÓN URBANA: LA PARTICIPACIÓN POPULAR EN EL CONGRESO DEL PUEBLO EN LA CIUDAD DE MACAPÁ-AP

Resumen

En el presente trabajo nos proponemos realizar un análisis de las plenarias que configuraron el Congreso del Pueblo propuesto por el Ayuntamiento Municipal de Macapá. En las plenarias del Congreso del Pueblo diferentes líderes comunitarios, representantes de movimientos sociales y población de los diversos barrios pudieron participar. El objetivo central era la formulación del Plan Plurianual de la PMM. Así, entendiendo que el PPA es parte constituyente de la planificación y de la gestión del espacio urbano, buscamos discutir la relación entre planificación, espacio urbano y participación popular. En ese bojo, realizamos el análisis de la participación popular en dos plenarias y una reunión sectorial. Después del análisis concluimos que hay críticas en relación a la forma como participación popular quedó restringida la indicación de

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. E-mail de contato: adrianatenorio@gmail.com

† Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. E-mail de contato: rosi_cardoso@hotmail.com

demandas, aún así se hizo importante para el establecimiento del diálogo entre poder público y sociedad.

Palabras-clave: Macapá; Territorio; Planificación urbana; Participación popular.

Introdução

Observa-se nas cidades brasileiras o aumento desproporcional de moradores na área urbana e, em seu processo histórico de crescimento as configurações urbanas resultam de ações que não se dão de maneira espontânea e nem aleatória, mas incentivadas pelo poder público. Ações, que se legitimam por meio de instrumentos decisivos para o orientar e respaldar as intervenções no espaço urbano por mecanismos vinculados ao quesito participativo.

O valor dado à participação popular foi rejeitado pelo regime que se instalou no Brasil, de 1964 a 1985. É mais recente o protagonismo da participação popular nas decisões da vida nas cidades. A Constituição Federal de 1988 garante maior autonomia aos gestores municipais, assim como passa a orientar os caminhos do planejamento das cidades brasileiras, por meio de diversas leis direcionadas às cidades, como o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, que consagra, entre outros aspectos, a necessidade da participação popular nas proposições que compõem os instrumentos de planejamento para as cidades.

Porém, o que seria essa participação popular e sua política do espaço? Como planejar para uma cidade que, mesmo tendo construído um Plano Diretor "Participativo", não conseguiu/e assegurar uma menor desigualdade urbana? Como se reflete no espaço as demandas participativas?

Esta pesquisa, com toda certeza, não responderá todos os questionamentos anteriores, mas cabe colocar em evidência certas inquietações para, no futuro, tentar analisar com mais atenção. Nesse momento, se tentará evidenciar como se deu a Participação Popular no Congresso do Povo (CP), na cidade de Macapá-AP. Como o espaço político e a participação popular se amalgamam no Congresso do Povo?

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a participação popular na 1ª etapa do 2º Congresso do Povo. O CP contempla o momento inicial de planejamento do Plano Plurianual 2018-2021, que implicou na participação dos moradores em 14 plenárias, tanto na Zona Urbana quanto na Zona Rural do município de Macapá.

Os diversos aspectos envolvidos no conjunto do estabelecimento do Congresso do Povo são analisados à luz dos conceitos de **território, gestão e**

planejamento urbano e participação popular, ressaltando o planejamento da gestão do território à luz da interlocução entre o poder municipal e a participação popular.

Para alcançar o objetivo proposto dividimos o percurso metodológico em três etapas**: a primeira**, a discussão do marco teórico das relações e dos conceitos que subsidiarão o tema apresentado; **a segunda etapa**, parte é destinada identificar as principais proposições apontadas junto aos moradores; da perspectiva da gestão municipal diante das proposições apontadas; e situar o papel efetivo da participação popular no plano elaborado; e **a terceira**, na análise a partir da discussão teórica e das observações o planejamento construído, se a participação popular está refletida no planejamento da gestão do território.

Considerando a limitação da pesquisa quanto ao acesso ao PPA construído pela PMM e ainda não disponibilizado publicamente, o que não permitiu avaliar se as proposições identificadas foram contempladas no PPA e orçadas para execução nos próximos anos.

Território, Gestão E Planejamento Urbano, Participação Popular E Ação Política

Tradicionalmente, segundo Randolph (2016, p.2), o planejamento deveria abrir caminho para uma utopia social, no entanto, em países capitalistas, vem servindo como instrumento de consolidação e reprodução do sistema, seria uma utopia "de conservação (reprodução) do *status quo*". Souza (2006), percorre uma longa análise sobre o planejamento urbano e encaminha sua crítica aos diversos tipos de planejamento e às suas contradições. Assim como esse texto quer chamar atenção, mesmo de forma tímida, parte da crítica de Souza é pautada pelo princípio da aplicação ou não de políticas voltadas para o interesse da reprodução capitalista em detrimento da população.

Mesmo com a redução do poder do Estado não há um apagamento do Estado, o planejamento exerce uma função de governança urbana (VOLOCHKO, 2018). Para Arantes (2002), essa governança urbana se aproxima de um tipo de planejamento de coalizões, ou seja, aquele que não deixa de fora as relações entre diferentes grupos e seus interesses. Nessa mediação, o Estado ocupa a função de gestor do modo como ocorrerá a produção do espaço urbano.

Nesse sentido, vale ressaltar que um dos principais agentes do poder político estatal em relação direta com o planejamento e com a gestão urbana é o governo municipal. O papel do governo municipal tem sido importante para conformação/transformação do espaço urbano, especialmente através da execução

das diversas políticas públicas e da coordenação e/ou ordenação dos planejamentos e planos de gestão do espaço urbano da cidade.

Nesse movimento, diferentes atores participam com maior ou menor capacidade de argumentação e diálogo junto a esfera do poder municipal na perspectiva de fazer parte do processo de tomada de decisão acerca do espaço urbano. Esses distintos atores sociais se encontram em posições diferentes no exercício de exposição e luta por seus interesses e ideias. Ressaltando, com o autor, que tantos os interesses individuais quanto os interesses coletivos encontram no espaço urbano o palco para seu desenvolvimento. Daí a importância da instância política.

Acerca da relevância da instância política para as análises da geografia, Oliveira (2017) ressalta a importância de se entender como política e seu exercício por meio da cidadania constituem um nexo político-territorial. Na escala territorial da cidade a cidadania assume sua posição ao mesmo tempo concreta e ao mesmo tempo reflexiva, se afasta do conceito abstrato para ganhar concretude de ações e posições no interior e na vida cotidiana que se desenlaça na *polis*.

Além dessa dimensão da cidadania voltada para a práxis o autor ressalta ainda uma outra perspectiva: a da relação entre a ação do Estado e os diversos lugares nos quais os cidadãos estão. Assim, diz o autor

> (...) Os direitos civis, políticos e sociais passam necessariamente por uma mediação da geograficidade, isto é, dos atributos do espaço (instalações, infraestruturas, redes etc.) ou de seus 'fixos sociais' (SANTOS, 1987, p. 43), numa relação na qual as determinações de diferentes escalas geográficas podem se superpor. (OLIVEIRA, 2017, p. 178)

Nessa perspectiva, o exercício da cidadania se relaciona tanto com o substrato territorial – a partir do qual pode ser vivenciado e expresso -, quanto com poder político encarnado no Estado, no sentido das leis gerais que dimensionam a possibilidade de sua realização. Para além desses contornos, vale ressaltar que o exercício da cidadania tem os elementos de novas inscrições política e de direitos, isto é, seu movimento pode enlaçar transformações – que podem ser locais ou nacionais.

Ainda dentro do escopo da relação entre política e território Castro (2005) vai enfatizar (a partir de uma perspectiva que aponta como a organização do território incide em ação política – seja do Estado, seja dos cidadãos) como as relações sociais e suas diferentes matizes de interesses, e seus distintos agentes sociais, se

tencionam mutuamente e se territorializam. Isto é, a ação orientada pelos distintos interesses dos agentes sociais eclode e ganha concretude no espaço. É dentro desse escopo que a autora, apoiada nas reflexões de Hanna Arendt, ressalta que a política necessita da base material e social do lugar para que o encontro das diferenças – que vai permitir a tensão e a contradição – ocorra, sendo esta "(...) portanto a condição fundadora da *polis*, mas o é também do território, arena por excelência do enfrentamento das paixões e das regras para a convivência entre os diferentes" (CASTRO, 2005, p. 50).

Entendendo esse aspecto relacional acerca da política e território, Castro (2005, p. 135) vai apontar para a importância que o município, enquanto escala geográfica, tem para se compreender a ação política e com ela a participação cidadã. Para a autora debater sobre o município se faz relevante por três motivos interligados: enquanto recorte federativo o município tem grau de autonomia, o que implica recursos, tomadas de decisões e atribuições próprios; enquanto escala política apresenta sua própria gestão com poderes executivos e legislativo próprios, derivando dessas instâncias importantes tomadas de decisões que se expressam no espaço; enquanto lugar do exercício da cidadania é onde se dão as vivências dos direitos e deveres do cidadão, as reivindicações pelos atendimentos aos direitos e as execuções das diversas políticas públicas.

Compreendendo a relevância do poder municipal pode-se destacar e refletir acerca da importância das proposições de planejamento e gestão urbana realizados no âmbito dos municípios. Suas proposições apontam para o gerenciamento do espaço no qual se dá o exercício da cidadania e com ela da vivência da política. Nesse sentido, apontam Brito e Deus (2009, p. 7) "(...) A cidade passa a ser ao mesmo tempo o local e o teatro de relações complexas onde ocorrem os processos globais que envolvem os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais". Dessa forma, entender os processos através dos quais se propõem a gestão e planejamento das políticas municipais se faz relevante, posto que circunscreve em sua constituição as ações de diferentes agentes sociais e as perspectivas de políticas públicas que atingem esses mesmos agentes – uma vez que essas políticas atendem, ou passam ao largo, daquilo que objetivam. E, além disso, é importante entender como os diferentes agentes sociais, no exercício de sua cidadania, tomam parte nesse processo de planejamento e gestão, fazendo confluir assim a ação política de entes governamentais, da sociedade civil e interesses coorporativos, porquanto é na cidade que suas atividade e ações ganham concretude e expressão.

Evocando a importância de pensar os processos que levam à construção dos planos de gestão das cidades, Brito e Deus (2009) destacam a forma como o Estado, e nessa medida o município como ente federativo, realiza a mediação dos distintos conflitos de interesses. Na reflexão que realizam o planejamento pode ser considerado instrumento de manutenção dos interesses da classe dominante; bem como a partir de diferentes ações provenientes da sociedade civil, ou por iniciativa do próprio Estado, pode tentar inscrever uma agenda de participação mais democrática.

Dessa atividade de pensar o presente da cidade, bem como projetar ações futuras, Brito e Deus remetem a Souza (2004) para quem planejamento e gestão não são termos sinônimos, nem intercambiáveis, contudo são complementares. O primeiro porque alude a plano de previsão de como algo pode se desenvolver, portanto aponta para um futuro; e o segundo porque se refere ao gerenciamento de recursos tendo em vista as necessidades presentes e prementes. Assim,

> "(...) O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação [...] das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*. (SOUZA APUD BRITO e DEUS, 2009, p. 9).

Contudo, o fato dos Planos de Gestão serem importantes para a administração do município, o processo a partir do qual possa ser construído não é menos relevante. Pelo contrário, ele aponta para a forma como os agentes e os cidadãos, os habitantes das urbes, são considerados – ou não – como sujeitos ativos de um planejamento para gestão presente e futura.

Inicialmente, como parte do processo de construção do Plano Plurianual a PMM procedeu uma subdivisão territorial do município, para em seguida organizar as plenárias que compuseram o Congresso do Povo. No que tange a subdivisão territorial da cidade visando a administração pública, a PMM pode ter deixado de circunscrever posicionamentos, lutas, reivindicações da sociedade civil que ao serem concretizadas e expressas em torno do território podem exceder as fronteiras da divisão realizada unilateralmente por ela. Na pesquisa aqui realizada não pudemos aprofundar essas questões, uma vez que o pedido de acesso aos agentes públicos não foi atendido.

No entanto, foi conseguido participar de algumas plenárias realizadas durante o Congresso do Povo e a partir dessas pudemos refletir sobre a relação entre plano de gestão municipal do espaço urbano e a perspectiva da participação popular.

Ressaltando a importância de atentar para o processo através do qual a realização da cidadania pode ser aludida como agência ativa na construção do plano para a cidade, porque como aponta Pereira (2017, p. 9) “Não é apenas a territorialização das políticas públicas que nos interessa; interessamos também o papel das disputas territoriais no processo de implantação de Políticas Públicas, especificamente das Políticas Públicas ligadas ao Planejamento Urbano.”

Para compreensão da forma como os diferentes agentes sociais foram conclamados e puderam efetivamente exercer – e de que forma – sua cidadania, pretendemos apresentar as etapas observadas durante a efetivação do Congresso do Povo.

Aspectos Do Congresso Do Povo

A abertura do Congresso do Povo (CP) aconteceu numa instituição de ensino superior privada, na Zona Oeste da cidade. Segundo informações obtidas no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), “não é possível pensar em desenvolver políticas públicas sem levar em consideração os interesses dos moradores”. Não há nenhuma originalidade no discurso que se apresenta inovador.

Ao chamar atenção para o fato de a abertura do evento ter acontecido num espaço privado, fez remeter ao texto de Azevedo (2016, p.102) quando faz abordagem sobre ser possível mensurar as instituições que se auto definem como espaço político e realiza alguns questionamentos cabem neste trabalho: “por que esse espaço foi escolhido para funcionar como intermediação entre sociedade e Estado? [...] é conhecido pelos cidadãos? É espaço público antes mesmo de ser político?”.

Muitos são os questionamentos no decorrer do texto, e a maioria das perguntas ficarão sem respostas, mas o objetivo é fazem com que o leitor acesse sua memória e verifique se essa ação política indica que a participação popular irá estabelecer resultados de menor desigualdade socioespacial.

Nesse sentido, fica-se perguntando: o que seria a cidade ideal para o Estado, para os planejadores e para os moradores envolvidos na tarefa de identificar os problemas a serem apontados e solucionados?. A priori, se evidencia que, para o Estado, a cidade ideal seria a cidade sem as contradições (LEFEBVRE, 2002), e seus conflitos, sem levar em consideração que a política, no sentido positivo da “coisa

política"* (ARENDT, 2002). Faz sentido a política quando os homens se organizam para coisas comuns.

Apesar do questionamento anterior, o CP mostra-se num movimento que contempla a formulação de políticas públicas, mesmo estando no controle de todos os movimentos de seus atores, com a participação popular. Porém, embasando no pensamento de Lefebvre (2002), no movimento de planejar os recursos financeiros leva o Estado a pensar o planejamento do espaço, ato que deveria se dar de forma inversa.

Inicialmente, conforme o projeto da Secretaria Especial das Subprefeituras de Macapá, o Congresso definiu a realização de 14 plenárias, compostas por bairros, comunidades e distritos. Nestas plenárias participaram: a equipe da gestão municipal (secretários, prefeito, vice-prefeito), lideranças políticas partidárias com e sem mandatos eletivos das várias do poder legislativo (municipal, estadual e federal), lideranças comunitárias e de entidades de classe e moradores das áreas. Além das plenárias, foi estabelecido 1 encontro setorial, constituído por representantes de entidades religiosas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

* Para Arendt (2002), a "coisa política" foi ofuscada por duas experiencias que ofuscaram seu sentido principal e o inverteram em sistemas totalitários, a exemplo: o nazismo e o comunismo. No entanto, a autora ressalta que o sentido a ser dado é o de liberdade, o que leva em consideração a "pluralidade dos homens" e que, por isso, ao pensar na sua organização e regulação precisa acentuar o convívio entre os diferentes, e não de iguais. Só assim a política faz sentido.

Ordem	CRONOGRAMA DAS PLENÁRIAS		
	TERRITÓRIOS ZONA URBANA	**DATA**	**ZONA**
1	LANÇAMENTO DO PPA	20 de junho	Urbana
2	Centro, Trem, Beirol, Mucajá, Santa Inês, Araxá, Pedrinhas, Santa Rita, Nova Esperança, Alvorada	22 de junho	Urbana
3	Renascer I e II, Pantanal, Novo Horizonte, Vitória do Renascer, Jardim Felicidade I e II, Ipê, Mestre Oscar, Sol Nascente, Curiaú, Jardim Caranã, Loteamento São José	26 de julho	Urbana
4	Congós, Buritizal, Novo Buritizal, Muca, Jardim Equatorial e Jardim Marco Zero, Zerão, Universidade, Residencial São José, Laurindo Banha	29 de junho	Urbana
5	Maruanum, Tessalônica, \Ariri e Conceição do Matapí, São José, Areal, Torrão do Matapi, Carmo do Maruanum, São João	01 de julho	Rural
6	Marabaixo I, II, III e Jardim América, Cabralzinho, Goiabal, Coração e Km 9, Ilha Redonda, Curralinho	04 de julho	Urbana
7	Perpétuo Socorro, Pacoval, Laguinho, Jesus de Nazaré, Cidade Nova I, II e III	06 de julho	Urbana
8	Santa Luzia do Pacuí, São Joaquim do Pacuí e Tracajatuba I	08 de julho	Rural
9	Infraero I e II, Açaí, São Lázaro, Ilha Mirim, Parque dos Buritis, Palmares, Liberdade, Brasil Novo, Amazonas, Morada das Palmeiras, Macapaba, Boné Azul, Amazonas, Vitória Régia	11 de julho	Urbana
10	Ambé, Mel, São Pedro dos Bois, Peixe Boi, São Joaquim do Rio Pedreira	15 de julho	Rural
11	Pedreira, Santo Antônio, Abacate, Ressaca	15 de julho	Rural
12	SETORIAL – Macapá	22 de julho	Urbana
13	Fazendinha, Chefe Clodoaldo, Vale Verde, Murici e APA da Fazendinha	15 de agosto	Urbana
14	Carapanatuba	12 de agosto	Rural
15	Bailique	19 de agosto	Rural

Quadro 1: **Cronograma de plenárias do Congresso do Povo**
Fonte: PMM, 2017

Conforme o cronograma de divulgação PMM (Quadro 1), foram realizadas 14 plenárias, sendo 6 na Zona Rural, 7 na Zona Urbana e 1 Setorial (Zona Urbana). A observação da pesquisa concentrou a análise de forma presencial em 2 plenárias na Zona Urbana, nas plenárias 6 e 9 (Zona Urbana) e na 12 (Setorial).

Em cada plenária, assim como na reunião setorial, os membros da gestão municipal apresentavam informavam a todo momento o objetivo do

encontro do CP: ouvir e receber proposições dos moradores visando o planejamento do Plano Plurianual do Município (PPA) 2018/2021. Após a recepção dessas proposições e conforme a diretrizes do projeto, a gestão encaminha para serem contempladas no PPA.

As principais proposições identificadas

Até o fechamento deste trabalho, a PMM não disponibilizou de forma pública o diagnóstico das plenárias do Congresso do Povo para que fosse possível mostrar os números das proposições apresentadas nas plenárias totais. No entanto, ao acompanhar as plenárias 6 e 9 na Zona Urbana e a 12 (Setorial), conforme Quadro 1, foi observada as manifestações tópicas de problemas do ponto de vista local, mas que são homogêneos do ponto de vista das ocorrências, por estarem disseminados em toda cidade, tais como: a construção e a precariedade de moradias em área alagadas e o déficit habitacional; a falta de saneamento básico fora das áreas centrais; falta de pavimentação mínima (asfalto, sem meio-fio e calçadas); a mobilidade comprometida pelo aumento de fluxo de automóveis; a falta de espaço de lazer; ruas e avenidas sem iluminação pública; menor oferta de transporte coletivo; violência, entre outros.

Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre de que maneira ações de planejamento resultam em ações concretas na vida dos moradores, na sua escala espacial, ou, como definiu o CP, no seu território. Para Souza (2006), o planejamento não é um problema quando se torna efetivo, ele é um processo de criação de um plano e não um fim em si mesmo. O processo, muitas vezes, oculta os interesses escondidos por trás da conciliação.

Para que seja consideração bem-sucedido ele precisa ser executado. Daí, ser pensado de modo que atinja a toda população envolvida na escala do planejado, nesse estudo, a cidade de Macapá. Quanto aos moradores participantes do CP, não é a cidade ideal na sua totalidade, como espaço composto de conjuntos de moradores ocupantes de diferentes bairros, comunidades, territórios, que interessa no momento no qual indica as proposições. Aspecto que reforçado durante a realização das plenárias, na qual

foi se evidenciando por meio de diferentes lideranças comunitárias, ao se alternarem entre críticas (poucas) à gestão do espaço e solicitações das necessidades de suas localidades.

Uma das lideranças ouvidas na plenária 13 disse acreditar, ainda, que as reinvindicações principais não foram atendidas no 1º CP e que há esperança de que, no 2º CP, sejam acolhidas. Nesse sentido, a pesquisa não faz referência ao 1º CP e a participação popular por não ter conteúdo suficiente para analisar tal ação. Mas, a fala expressada pela liderança faz tencionar o pensamento para a seguinte indagação: se o Estado planeja e nada muda e depois planeja de novo e, de repente, algo se transforma, seria atribuída ao planejamento essa mudança?

O CP é importante quando não atribui a responsabilidade de pensar cidade apenas aos tecnocratas, e inclui os moradores da cidade nesse planejamento. Para Lefebvre (2013), o espaço não é lugar passivo das relações sociais e que, ao se impor um espaço concebido, é negado o caráter politico a quem o vivencia.

Perspectivas da gestão municipal

Para Volochko (2018), há um excesso de planejamento urbanos nas cidades, com trabalhos bem construídos, ou seja, o que não falta nas cidades é planejamento e órgãos que existem para solucionar os problemas identificados de tempos em tempos. O mesmo autor (p.71) ressalta é que o planejamento nas cidades “não tem sido capaz de regular o espaço urbano fora dos marcos do mercado capitalista, cuja lógica é concentradora e excludente”. O planejamento urbano vem cumprindo um papel inverso do que deveria ao não tornar o espaço menos desigual.

Acresce que, esse mecanismo, atualmente, encontra um dispositivo de segurança e o controle do Estado, no qual a população enquanto número, de acordo com Volochko (2018p. 72), garante essa governabilidade, ou seja, a população é uma ferramenta que ajuda o Estado a manter seu controle e “usuária de políticas públicas e de planejamento”, ao ser colocada como objeto/objetivo das ações do Estado. Dessa forma, surgem os conflitos.

Para Souza (2006), o modo de reconciliar esses conflitos de interesses é um elemento que precisa ser levando em consideração na atividade de planejamento, principalmente quando há o envolvimento da participação dos viventes da cidade. Pois, quando se discute participação popular é frequente estar relacionada ao exercício de democracia. Esta, não se encontra limitada a participação popular expressada por meio de escolha de alguma coisa de tempos em tempos, mas sim, um mecanismo no qual a sociedade tem a opção de discutir a apontar as políticas que a atinge.

Essa interação entre Estado e a população participante de uma escolha pode indicar que o Estado cumpre de maneira adequada seu papel? Para Lefebvre (2002), não se deve ter ilusão quanto ao Estado como agente transformador da sociedade. Essa participação não deveria ser um “simulacro”, mas sim, uma prática social integrativa que atinja os moradores não somente de tempo em tempo em que é percebida a participação cidadão como espetáculo (LEFEBVRE, 2008; 2013).

O papel efetivo da participação popular

A participação diferenciada de homens e mulheres foi observada na pesquisa. Ao compor a mesa da plenária, tornou-se muito comum o prefeito do município ressaltar a necessidade da paridade de gênero na sua formação, com homens e mulheres. Em uma pesquisa sobre a participação cidadã e gênero nos Estados Unidos, realizada por Schlozman et al. (1995), foi observado que, diferente dos argumentos anteriores sobre o tema, mulheres têm uma participação mais efetiva em associações voluntárias, tanto quanto homens. No entanto, em organizações como sindicatos e partidos políticos, o nível de participação de homens é muito maior.

Ao enfatizar a participação da mulher no CP é, por certo, para afirmar que as finalidades e estratégias políticas abrigam articulações que estão ligadas aos movimentos de lutas de diversos setores da sociedade, com representatividade de movimento de negros, LGBT, juventude, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, empreendedores informais, empreendedores formais, funcionalismo público, cultura, esporte e lazer, indígenas (PMM, 2017).

Para Harvey (2014), esses movimentos, apesar de serem diferentes, tem objetivos parecidos e se estabelecem em muitas cidades, são causas que determinam pautas de debates localizadas em áreas urbanas, até porque são movimentos que surgem na dimensão urbana. É muito mais do que pensar numa cidade funcional, é torna-la menos desigual. Há quem duvide que essa estratégia funcione. No entanto, é preciso levar em consideração que as lutas também se dão pelas “intenções visionárias”, mas não se deve esquecer que elas criam visibilidade no espaço (HARVEY, 2014).

Levando em consideração de que há uma distância habitual de participação popular efetiva nos processos de planejamento, aspecto que faz diminuir as chances de mudança socioespacial por meio da ação política e que determinadas ações passam a determinar as relações clientelísticas entre determinados grupos em detrimento da coletividade, a gestão da PMM, por meio do Congresso do Povo, dá um passo positivo ao considerar a população moradora da cidade, bem como as lideranças comunitárias e membros dos movimentos sociais na construção de seu Plano Plurianual.

Se por um lado percebemos a permanência de uma relação clientelista – na qual os representantes da sociedade civil apenas elencavam suas demandas – por outro lado, ressalta-se um movimento de abertura – ainda que pequena – para a representação dos diversos setores da sociedade. Também vale ressaltar que houve a presença efetiva desses representantes nas reuniões. Esse movimento nos faz destacar que enquanto atores sociais, políticos e espaciais estão atentos às necessidades que lhes circundam no cotidiano. Quais avanços poderão ser decorridos dessa aproximação entre poder público e sociedade civil na construção de planos de gestão urbana é questão para observância dos desenlaces futuros.

Assim, fica a possibilidade de atentar para os movimentos desses diversos agentes, e se esse movimento pode levar – ainda que a passos curtos e tímidos – a um caminho que vise – ainda que o percurso se mostre longo – a apropriação do espaço urbano, ressaltando a partir de Lefebvre (2008, p. 117-118) que “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito

de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.".

Considerações Finais

O planejamento urbano requer a participação ativa da sociedade. No entanto, se observou que, no Congresso do Povo, houve uma participação efetiva de representantes entidades de bairros, comunitárias, indicando um certo mecanismo de planejamento urbano participativo. Talvez porque nos últimos anos, mais precisamente desde o Estatuto da Cidade (2001), as diretrizes incentivam para a participação popular, ou cidadã.

Dito isso, e para não concluir, as plenárias como etapa do planejamento, apesar de querer parecer democrática, não convencional (e não é), hierarquiza as relações ao condicionar a participação popular pelas lideranças e, ao discutir a cidade, fragmentada em territórios, tenta encontrar meios de acatar as necessidades. Por outro lado, esse mesmo movimento deixa entrever uma chance de participação da população. Diante disso, se o CP não se constituiu por uma efetiva participação popular, se configurou como – ainda que pequena – possibilidade de diálogo – fala e escuta. Que esse movimento desvele a utopia urbana possível: a de que, ainda que claudicante, possam ser dados passos em direção a uma apropriação do espaço urbano.

Referências

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In:* ARANTES et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 11-74.

ARENDT, Hannah. O que é a Política? 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

AZEVEDO, D. A. Resgatando e expandido a Geografia Política no Ensino Médio. Giramundo, Rio de Janeiro, V.3, n.6, p. 99-105, Jul/Dez, 2016.

BRITO, R. F. A.; DEUS, J. B. A Interferência da Gestão Municipal na Produção do Espaço Urbano. In: Boletim Goiano de Geografia. V. 29; N. 01, Goiânia: jan./jun., 2009. P. 107-120.

CASTRO, I. E. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. La produción del espacio. Madri: Capitán Swing, 2013.

OLIVEIRA, M. P. Para compreender o "Leviatã Urbano – A cidadania como nexo político – territorial. In: CARLOS; A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017, p. 177 – 206.

PEREIRA, E. M. Como anda a participação? As condições para elaboração de Planos Diretores Participativos. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos – Regional Recife. V. 19, N. 2, Recife: maio/ago., 2017. P. 235-250.

RANDOLPH, Rainer. A utopia do planejamento e o planejamento da utopia: o longo caminho de um contra-planejamento até o alcance da justiça social. XVI Colóquio Internacional de Geocrítica: Las utopias y las construcción de la sociedade del futuro, Barcelona, 2016. P 1-19.

SCHLOZMAN et al. Gender and citizen participation: Is there a different voice? American Journal of Political Science*, 39*(2), doi: 10.2307/2111613, 1995, p.267-293.

SOUZA, M. L. Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VOLOCHKO, Danilo. Conflitos socioespaciais, socioambientais e representações: Dimensões da análise urbana. *In:* CARLOS, A. F. A; SANTOS, C. S.; ALVAREZ, I.P. Geografia urbana crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018. p. 65-88.

PLANO DE MOBILIDADE EM CABO FRIO – RJ, PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO?

Gabriel Guanabarã Lemos Marques[*]

Tatiana Tramontani Ramos[†]

Resumo

O presente trabalho traz em sua fundamentação, a importância de se debater sobre o conceito de participação popular, que se torna a cada vez mais presente na nossa sociedade, sobretudo, pelos dispositivos técnicos jurídicos. Com isso, o objetivo desse trabalho, é analisar o modo que vem acontecendo a participação popular na elaboração do Plano Participativo de Mobilidade Urbana de Cabo Frio, em consonância, com o discurso de maior inclusão da sociedade, assegurado a luz da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Todavia, verificou-se, um sistema um tanto quanto normativo, em que pesa um planejamento de cima para baixo, além de uma pequena participação dos cidadãos. Este trabalho aponta para as possibilidades de aproximação entre as instâncias governamentais e a população, na gerência do Plano Participativo de Mobilidade Urbana.

Palavra chave: Mobilidade Urbana, Políticas Públicas e Planejamento Urbano.

Resumen

El presente trabajo trae en su fundamentación, la importancia de debatir sobre el concepto de participación popular, que se vuelve cada vez más presente en nuestra sociedad, sobre todo, por los dispositivos técnicos jurídicos. Con ello, el objetivo de este trabajo, es analizar el modo en que está sucediendo la participación popular en la elaboración del Plan Participativo de Movilidad Urbana de Cabo Frío, en consonancia, con el discurso de mayor inclusión de la sociedad, asegurado a la luz de la Ley nº 12.587, de 3 de enero de 2012. Sin embargo, se verificó, un sistema un tanto normativo, en el que pesa una planificación de arriba hacia abajo, además de una pequeña participación de los ciudadanos. Este trabajo apunta a las posibilidades de acercamiento entre las instancias gubernamentales y la población, en la gerencia del Plan Participativo de Movilidad Urbana.

Palabras clave: Mobilidad urbana, Políticas públicas e Planificación Urbana.

[*] Universidade Federal Fluminense.

[†] Universidade Federal Fluminense.

Introdução

Desde o processo de retomada da democratização no Brasil, diversas mudanças vêm acontecendo na relação entre Estado e sociedade. Entre os vários aspectos que passaram a ser repensados, está a construção de políticas públicas com a perspectiva da participação direta da sociedade nas causas que lhe afligem.

Menezes (2005) chama atenção para esta mudança de pensamento., No início, os processos participativos de consulta à sociedade eram vistos como empecilho ao progresso econômico, visto que, processos participativos demandariam tempo e negociação entre o poder público, não raro à serviço dos interesses privados, e a sociedade civil. Num pensamento mais contemporâneo, é atribuído a necessária sustentabilidade e legitimidade da participação.

Contudo, devemos ter um olhar atento ao investigar para podermos distinguir quando algum processo está ocorrendo sob o rótulo de participativo, e quando de fato é permitida a contribuição social para além do "tecnocratismo de Estado" (ver SOUZA, "Mudar a Cidade").

E é justamente sobre essa relação e a experiência que está em curso em Cabo Frio via o Plano Participativo de Mobilidade Urbana[*], que iremos discutir nesse trabalho, aproveitamos também para interpretar a margem de participação direcionada a população, os instrumentos jurídicos, que vão regular e balizar esse(s) ordenamento(s), as maneiras de participar, dialogando sincronicamente com o grau e níveis de autonomia dessa participação.

No município de Cabo Frio (Figura 1), alvo do estudo, foi lançado em junho de 2017 o Plano Participativo de Mobilidade Urbana, através da Lei nº 13.683, de junho de 2018, que entre outras diretrizes, instituiu o plano de mobilidade urbana e contempla a participação da sociedade civil.

Como metodologia do trabalho, adotamos: (a) trabalhos de campo, onde participamos das reuniões de centralidade (que foram organizadas em 10

[*] Vale frisar que nosso intuito não é analisar direta e integralmente o plano de mobilidade urbana, mesmo que este perpasse toda nossa arguição. Este servirá de arcabouço para nossa discursão central que é a participação popular na sua construção, ou melhor, os caminhos e (des)caminhos da participação popular, na elaboração do PlanMob de Cabo Frio.

centralidades, com sua respectiva área de influência) e das reuniões de eixo (realizadas com alguns setores da sociedade, vide, associação dos ciclistas, taxistas, deficientes) (b) levantamento bibliográfico, (c) entrevista com os gestores públicos e estágios, responsáveis pela elaboração e condução das reuniões, (d) aplicação de questionário com a população participante, afim de se verificar o grau de entendimento acerca do Plano Participativo de Mobilidade Urbana e sua ação enquanto protagonista social.

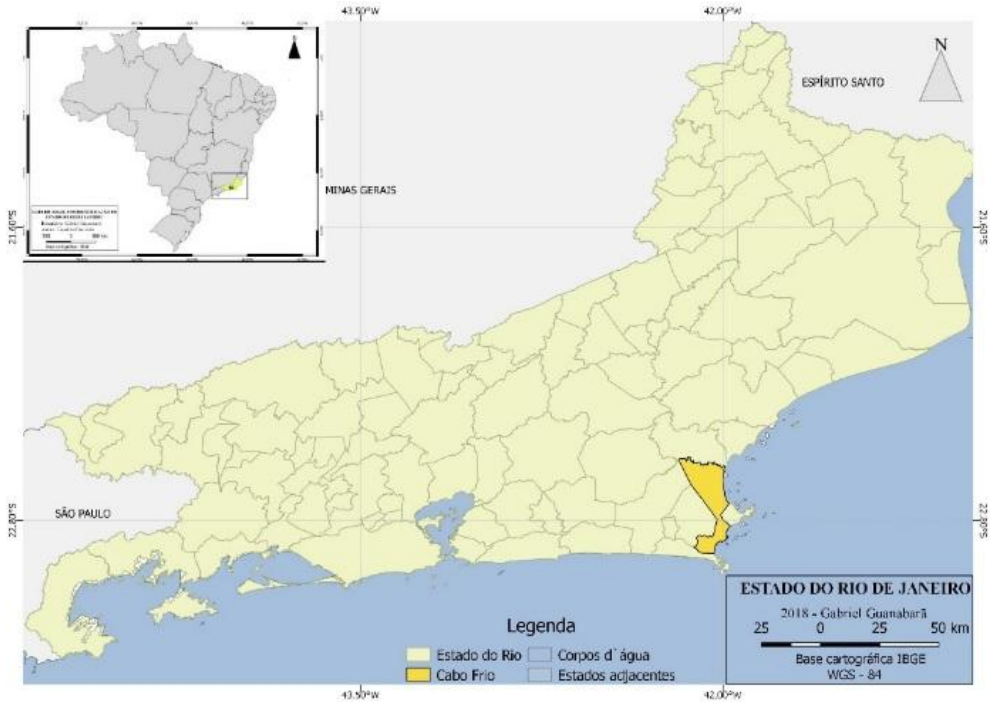


Figura 1 – Indicação do município de Cabo Frio – RJ

Entendemos que os planos participativos devem possibilitar a incorporação do planejamento e gestão das cidades por meio da criação e manutenção das condições objetivas e subjetivas para tal, ou seja, da permanente possibilidade de envolvimento e a participação da sociedade, em detrimento de ser uma prerrogativa de burocratas e tecnocratas (conforme SOUZA 2006). Também evidenciamos, por vezes nesse trabalho, o protagonismo social, que “é a ação de um grupo, classe ou segmento da sociedade que se coloca como principal sujeito na dinâmica social, é a forma de se colocar e se afirmar como produtores da história e do devir social” (RODRIGUES, s/d, p. 2).

Onde Posso Participar?

É comum entre os diversos autores (Santos, 2011; Dallari, 1991; Gohn, 2001 e Bordenave, 1994), o entendimento de que a participação continua sendo um enigma a decifrar. Para nós, assim como para Gohn (2001), o entendimento dos processos de participação[*] da sociedade civil e sua assiduidade nas políticas públicas, nos conduzem a compreensão do processo de democratização da sociedade.

Na acepção da palavra participação, diversos vocábulos foram utilizados. Mas Gonh (2001) os enquadram em três eixos, o primeiro concentra um alto grau de ambiguidade, pois passa a variar de acordo com o paradigma teórico que se fundamenta. O segundo é associado a processos de democratização, mas um detalhe tem que ser observado, pois pode ser

> utilizado como um discurso mistificador em busca da mera integração social dos indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controle social (GOHN, 2001, p.14).

E o terceiro está relacionado ao processo social, nisso, Dallari (1991) assim como Gonh (2001), concordam que os processos de participação levam-nos, portanto, às lutas da sociedade, e que o modelo mais congruente é em via da "participação em movimentos organizados pode ser, em determinadas ocasiões, o modo mais adequado e eficiente de mobilização popular em favor de certo objetivo" (Dallari, 1991, p. 71).

Para além da acepção da palavra, também podemos apresentar/entender a participação sobre diferentes vieses analíticos. Nesse caso, o foco está na maneira de se participar. Gohn (2001) faz uma lista mais extensa, pois interpreta a participação associada ao víeis político que a complementa - (i) na concepção liberal; (i.a) participação corporativa; (i.b) participação comunitária; (ii) forma autoritária; (iii) na concepção democrática (iii.a) forma democrática; (iii.b) formas revolucionárias; (iii.c) democrático-

[*] Apenas por uma questão de ordem, assinalamos que, participação políticas não restringe-se a democracia representativa, em votar e ser votado.

radical. Já Bordenave (1994), utiliza uma lista mais sucinta, fazendo menção sempre ao homem e seu víeis político – (i) participação de fato; (ii) participação espontânea (iii) participação imposta (iv) participação voluntária; (v) participação provocada (vi) participação concedida.

Então, há de se considerar, que a depender da perspectiva adotada, a sociedade assumirá um grau de participação na gestão das políticas públicas, a ver, consultamos novamente Gohn (2001) e Sayago (2000), para categorizamos as tipologias.

Para Gohn (2001), podemos expressar tal situação em três eixos, (i) pseudo-participação – quando os indivíduos são apenas consultados, (ii) participação parcial – muitos são integrados no processo, mas só um grupo tem poder de decisão final. (iii) participação total – condiz com o projeto almejado de sociedade, em que cada grupo de indivíduo tem igual influência nas decisões. Sayago (2000) por sua vez, utilizando de um caráter mais pessoal ideológico, distingue entre: (i) participação individual – quando o indivíduo faz sua própria escolha, (ii) participação coletiva – grupo de indivíduos coletivamente opinam, (iii) participação passiva – quando o indivíduo não interfere no processo, (iv) participação ativa – quando os indivíduos passam a lutar por seus ideais, coletivamente e solidariamente, (v) participação voluntária – é formada de modo espontâneo, para resolver problemas imediatos e (vi) participação instrumental – é dirigida por organizações externas, e a população é incluída, mas sem poder de decisão.

Tão logo, falar em planejamento participativo é questionar as práticas e dinâmicas tradicionais de planejamento, nas quais as relações estabelecidas entre Estado e Sociedade se constrói de modo vertical. Passando a um planejamento em que teremos relações horizontais, em que as decisões serão fruto de um trabalho em conjunto, definido com a contribuição da sociedade.

> O planejamento participativo parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. A instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder. Esta participação significa não apenas contribuir com uma proposta preparada por algumas pessoas, mas representa uma construção em conjunto com a participação de todos. Significa também a participação no poder que é o domínio de

> recursos para realizar sua própria vida, não apenas individualmente, mas grupalmente. O planejamento participativo é o modelo e a metodologia para que isso aconteça. Por isto, o planejamento participativo, enquanto instrumento e metodologia, isto é, enquanto processo técnico, abre espaços especiais para a questão política. Para que seja um processo realmente participativo é preciso que a participação da sociedade se dê em todos os momentos do processo, na elaboração, na execução e na avaliação, e não apenas na execução, ou mais, na consulta (GANDIM, 1994, p. 28 apud MENEZES, 2005 p. 4).

O Sistema De Gestão E Participação Democrática Nos Planos Brasileiros

É sabido que através do processo de redemocratização que culminou com a Constituição Federal de 1988, houve a institucionalização de mecanismo e instrumentos de gestão democrática, sobretudo se lermos tal texto numa perspectiva técnica jurídica,

> parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 estabelece como cláusula pétrea que **'todo o poder emana do povo**, que o exerce **por meio** de r**epresentantes eleitos ou diretamente'**, consagrando uma nova ordem jurídica e política no país com base em dois pilares: a democracia representativa (indireta) e a democracia participativa (direta), entendendo a participação social e popular como princípio inerente à democracia (GADOTTI, 2014, p.1, grifo nosso).

Segundo Santos (2011), essa concepção tem como base o entendimento que a ampliação de direitos referente à gestão das políticas sociais e a proximidade do cidadão com as instâncias de poder municipal facilitaria a participação e o exercício da cidadania.

Contudo, como o próprio autor atesta,

> **mesmo que a Constituição Federal tenha ampliado as atribuições** dos municípios na elaboração e execução das políticas públicas e ampliado a participação dos mesmos na partilha dos recursos da União, **a diretriz que visa garantir a participação da sociedade na elaboração e implementação das políticas públicas, prevista na Constituição, ainda é frágil e incompleta**, tendo em vista que apesar de centenas de municípios experimentarem processos inovadores de participação, a difusão de mecanismos de participação, na maioria das vezes, ficou restrita à instituição de conselhos de políticas públicas e à realização de conferências setoriais com diferentes intervalos, conforme a política em foco, correspondendo ao grau de institucionalização de determinada política em âmbito nacional (SANTOS, 2011, p. 255-256, grifo nosso).

Para Lopes (2008, apud SANTOS, 2014) a definição dos limites da abertura para participação popular no Estado como um todo, para além da participação eleitoral, foi um dos pontos de conflitos entre as forças políticas atuantes da época e os movimentos sociais, diante da necessidade de uma legislação mais contundente em escala nacional.

Via de regra, no Brasil não se aborda especificamente a possibilidade de se entender a participação popular na administração como um direito fundamental.

Para contrapor/combater,

> É indispensável uma regulação mais densa em escala nacional, para evitar que forças políticas locais conservadoras simplesmente ignorem o texto constitucional ou se aproveitem do seu caráter vago (SOUZA e RODRIGUES, 2004, p. 67)

No Brasil muitas foram as iniciativas de grupos sociais que buscaram se organizar para tentar se fazer ouvir e que pretendiam auxiliar o governo na tomada de decisões, principalmente no que aflige a sociedade, baseando-se em princípios descentralizadores, para isso, articularam-se os movimentos sociais.

Nesse cenário, os movimentos sociais são considerados como redes de articulações que se estabelecem no cotidiano, visando indagar sobre a conjuntura social, política e econômica do país. Com isso, pode-se pontuar que, através destes, a população buscou inserir-se nas políticas públicas idealizando uma distribuição mais igualitária de oportunidades. Esses movimentos reivindicaram melhorias na qualidade de vida e questionaram as políticas de distribuição de investimento públicos e a falta de transparência nesses processos (GOHN, 2011; FRANÇA, 2007 e SIMÕES e SIMÕES, 2015).

Em cinquenta anos nos transformamos de sociedade tipicamente rural em sociedade urbana, uma transformação que não foi acompanhada pela capacidade do Estado de gerir e planejar o crescimento e nem atender as demandas por serviços públicos básicos. Nisso, as lutas e o engajamento dos movimentos sociais durante o século XX passaram adquirir traços mais

urbanos, principalmente pela feição das novas cidades, muito mais urbanizadas e industrializadas (NASCIMENTO, 2011).

Entretanto,

> As ações dos movimentos sociais foram, por muitas vezes desencorajadas pelo regime de governo centralizador que por décadas vigorou no país. Esses movimentos sofreram fortes pressões cooptadoras, sobretudo por parte de partidos políticos, governos e da iniciativa privada, que buscaram instrumentalizá-los e submetê-los a seus interesses e diretrizes (NASCIMENTOS, 2011, p.7).

Com o fim do regime militar, retornamos ao ponto descrito no início do tópico, a Constituição de 1988, que norteou mudanças significativas na sociedade brasileira, entre as quais se realça a concretização de antigas reivindicações populares por uma maior participação da sociedade nos processos de tomadas de decisão e gestão das políticas públicas.

A CF/88 regulamentou novas regras de participação democrática e abriu espaço para novas formas de inserção da sociedade na gestão de políticas públicas de forma direta, à exemplo da legitimação da construção de orçamentos participativos, a criação dos conselhos gestores, ou mesmo os planos participativos de mobilidade urbana, ainda que situados em outra conjuntura, podem ser considerados fruto deste primeiro engajamento.

Diante do cenário posto, é possível afirmar a importância e o papel dos movimentos sociais populares na ampliação da esfera pública e na construção das arenas de debate.

Assim, o conceito de participação na experiência brasileira não se constitui como o mesmo significado para os diversos atores que o reivindicam, apoiam e constroem, apesar de nas últimas décadas, o termo e suas acepções terem sido usados tanto pela sociedade civil como pelo Estado, numa expressão conjunta as designações de democracia, parceria, transparência, cogestão, descentralização, controle social e outros mais (NASCIMENTO, 2011, p. 8).

Plano Participativo De Mobilidade Em Cabo Frio – Rj, Planejamento Participativo?

Autores como Souza (2005), Maciel et al (2017), Vieira et al (2013) e Santos (2011), concordam que a aprovação da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, representou um avanço no que concerne à participação popular, pois no estatuto, as diretrizes de participação ganharam concretude "principalmente pela inscrição na lei de diversos mecanismos e instrumentos de participação que deveriam ser ainda detalhados e complementados por outros canais de participação" (SANTOS, 2011, p. 256).

De acordo com Santos (2011),

> **O ideário que orientou a elaboração do Estatuto da Cidade frisou** a participação popular como condição para que **fosse alterado o padrão clientelista e excludente das políticas sociais e promovido um novo padrão de intervenção nas cidades**, que contemplasse a inversão das prioridades, a participação em formatos diversos, incorporando principalmente as classes populares, e a reversão de processos de desigualdades, de apropriação privada do desenvolvimento da cidade e de especulação imobiliária (p.257, grifo nosso).

Mas ao nosso ver, assim como para Souza (2005) a participação popular é quase sempre indefinida, admitindo-se uma interpretação que privilegie, dependendo da prefeitura, ou um processo deliberativo, ou então, a tônica é claramente consultiva. No argumento do autor, o "Estatuto da Cidade (poderia) ter amarrado melhor a previsão de participação popular no planejamento e na gestão urbanos, de modo a minimizar o risco de que uma pseudo-participação seja implementada" (SOUZA, 2005, p. 13).

Para mais, através do Decreto Federal nº 4665/2003 foi criado o Ministério das Cidades, que é um órgão de administração federal, que tem como princípio, auxiliar na construção de novos planejamentos urbanos, além de atuar como elo entre o Governo Federal e os municípios, para uma melhor estruturação da política pública voltada às cidades.

> Mesmo com toda essa proposta inovadora e esse respaldo jurídico e institucional em busca de uma participação popular em todas as etapas do desenvolvimento [...], tendo a intenção de proporcionar cidades socialmente mais justas, essa participação ainda se encontra sob 'comando' do Estado, que rege quando e onde vai acontecer essa participação (VIEIRA et al, 2013, p. 120).

A esse contexto incluiu-se não tão recentemente assim, a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que atendendo ao comando dos artigos 21, inciso XX e 182 da Constituição Federal de 1988, fez vigorar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, sob responsabilidade da gestão municipal.

> Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana na data de promulgação desta Lei terão o **prazo máximo de 3 (três) anos de sua vigência para elaborá-lo**. Findo o prazo, ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência desta Lei (BRASIL, 2012, grifo nosso) (revogado).

Que foi alterada pela Medida Provisória 818/2018, sancionada na forma da Redação dada pela Lei nº 13.683, de 2018, e posteriormente incorporada ao texto original, sobre a forma do inciso,

> § 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana até a data de **promulgação** desta Lei terão o **prazo máximo de 7 (sete) anos de sua entrada em vigor** para elaborá-lo, findo o qual ficarão impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.683, de 2018) (BRASIL, 2012, grifo nosso)

O Plano de Mobilidade Urbana exige que seja desenvolvido por municípios que tenham mais de 20.000 (vinte mil) habitantes, entrando em compatibilidade com o que já regem os Planos Diretores e participação efetiva da sociedade civil. A partir desse ponto, passaremos destacar com maior afinco “a política dita participativa” desenvolvida entorno do plano de mobilidade criado em Cabo Frio – RJ.

Tudo se iniciou quando no auditório da Prefeitura Municipal de Cabo Frio –RJ foi feito a explanação geral sobre o Plano de Mobilidade Urbana de Cabo Frio – RJ que, supunha-se, seria na íntegra, ou atendendo pré-requisitos da Lei Nº 12.587 um Plano Participativo de Mobilidade Urbana - Cabo Frio – RJ

Passado um tempo, após o anuncio geral, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana ofereceu um curso de capacitação, aberto a todos os cidadãos que se inscrevessem previamente para discutir a temática, que os transformariam em agentes (delegados) difusores de informações nos seus bairros e comunidades, sobre os fins do Plano Participativo de Mobilidade

Urbana, mais tal proposta não teve continuidade, ficando restrita somente a reunião.

Na ocasião, o que se presenciou foi um monólogo por parte dos gestores públicos que, através de uma "participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos, ou os manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos" (BORDENAVE, 1994, p. 28), discorreram no primeiro dia de encontro sobre os temas, "a cidade e a mobilidade urbana" e "Plano de Mobilidade Urbana: importância, para que serve e como fazer". Já no segundo dia, os temas apresentados foram "Acessibilidade: pessoas e calçadas", "Transporte por bicicleta", "Transporte individual e estacionamentos", "Transporte coletivo urbano" e "Mobilidade, turismo e sistema viário" (Cabo Frio, 2018).

Decorrido dois meses do curso de "capacitação dos delegados", iniciaram-se as "reuniões de centralidade", termo cunhado pela Secretária de Mobilidade Urbana, para designar as reuniões mais gerais. Nessas, o poder público, por meio da Secretária de Mobilidade Urbana estipulou um cronograma de reuniões para as 10 localidades (centralidades), para que pudesse ser fazer ouvir e também "ouvir" a população.

As reuniões organizadas pelo recorte "centralidade" se equiparam à definição de setor geográfico, por expressar a aglomeração de um conjunto de bairros com características próprias e "personalidade" definida (SOUZA, 2016).

O que se viu na prática foram reuniões geralmente vazias, sobretudo pela dificuldade no deslocamento, pois muitos dos bairros envolvidos não têm linhas de ônibus que conectassem os bairros com o local central da reunião estipulado pelos gestores. Em outras palavras, as reuniões para tratar de mobilidade urbana tiveram a participação solapada pela precariedade da mobilidade por transporte público em Cabo Frio, o que já era de se esperar.

Desse modo, podemos considerar que a dimensão espacial dos mecanismos e processos participativos, seja por mau planejamento, ou intencionalidade, passam a subestimar o processo ou o levam a descrença quanto à experiência.

Após todo os procedimentos desenvolvidos na primeira etapa do plano, iniciou-se a segunda fase que consistiu nas reuniões de eixo. Nessa etapa, a prefeitura se restringiu a dialogar apenas com aqueles setores que, no seu entendimento, compreendiam um grupo influenciador no espaço urbano como: acessibilidade, ciclistas, taxista e turismo. O que, de certo modo, restringiu a participação da sociedade civil que não conseguiu se ver enquadrada mesmo que todos os assuntos viessem a perpassar o espaço urbano.

Após as observações de campo, sublinhamos como tema relevante a ser observado, o desinteresse político, Dalarri (1991), fazendo referência a pesquisa realizada por Marcel Merle na França sobre despolitização, identifica espécies de antipoliticismo ou melhor dizendo, atitude contrária à participação política.

Por fim, o que podemos inferir é que o processo em sua fase final (Plano Participativo de Mobilidade Urbana) terá resoluções tecnocráticas, pois serão os responsáveis técnicos que irão propor medidas de interferências nos espaços urbanos.

Com isso, acentuamos que,

> Não se deve atribuir aos instrumentos, às técnicas e às rotinas a responsabilidade de instaurar maior justiça social ou criar as condições para uma melhor qualidade de vida. As técnicas e as rotinas não têm essa capacidade, como se justiça e boa qualidade de vida dependessem, em primeiro lugar, delas, e não de quem está decidindo sobre os fins do planejamento e da gestão da cidade (SOUZA, 2006, p. 33)

Considerações Finais

Este trabalho, visa contribuir para o desenvolvimento social, visto que,

> é muito difícil o indivíduo marginalizado e dominado descobrir sozinho que dispõem de meios para reagir. Por isso, é necessário que todos aqueles que já tomaram consciência realizem um trabalho de conscientização dos demais, falando, discutindo, ensinando, demostrando (DALLARI, 1991, p. 37)

E mais do que isso, um desenvolvimento sócio-espacial, envereda enfrentamento a heteronomia, almejando a autonomia, e é uma antítese ético-

política do "desenvolvimento econômico" capitalista, conforme aponta Souza (2016)

> O desenvolvimento sócio-espacial é, acima de tudo, o enfrentamento da heteronomia e a conquista de mais autonomia. *E isso não pode ser feito sem a consideração complexa e densa da dimensão espacial em suas várias facetas*: como 'natureza primeira'; como 'natureza segunda' material, transformada pela sociedade [...] como território, espaço delimitado por e a partir de relações de poder, ou, mais rigorosamente, significado e carga simbólica, espaço vivido em relação ao qual se desenvolvem identidades sócio-espaciais, ou, no fundo, imagens espaciais e sentimentos e afetos especializados; e assim sucessivamente (SOUZA, 2016 p. 285, grifo do autor).

Pois o que vale, a luz de M. Santos (2014), é a implementação de um verdadeiro planejamento estratégico, onde possa-se valer das realidades locais para iniciar, e não apenas um lugar de ações desencontradas, e tão logo, ineficiente.

> Nessa situação, as populações locais devem ter direito à palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membro ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente respeito (SANTOS, 2014, p. 147).

Frente a todo processo construído no PlanMob com a participação popular, que viemos argumentando, defrontamos com um processo de alienação, pois a "percepção do espaço é parcial, trucando e, ao mesmo tempo em que o espaço se mundializa, ele nos aparece como um espaço fragmentado" (Santos, 2014, p. 79), visto que, o homem, passa a ser defrontar com um espaço que não ajudou a construir, tão logo, desconhece a sua história, e cuja memória não tem valor, com isso, esse lugar passa a ser a sede de uma vigorosa alienação.

Ao analisarmos o questionário proposto nessa pesquisa, respondido pelos participantes das reuniões, constatamos que quando perguntados sobre os motivos que os levaram a participar, as respostas foram variadas, desde líderes comunitários, que foram reivindicar melhorias nos seus bairros, empresários, preocupado com seus comércios, a cidadãos que foram contribuir com sugestões e reivindicações de melhoria na qualidade de vida.

Ademais, quando questionados sobre tornar a participação mais autônoma e fazer uma inversão no enquadramento da construção do Plano

Participativo de Mobilidade Urbana, observamos entre as respostas pessoas esperançosas e desejando tal situação,

> E para um crescente número de pessoas, democracia não é apenas um método de governo onde existem eleições. Para elas democracia é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Democracia é um estado de participação (BORDENAVE, 1994 p.8)

Referências

BORDENAVE, Juan E Diaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

BORN, Liane Nunes. A política de mobilidade urbana e os planos diretores. In: **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas.** Junior, Orlando Alves dos Santos, MONTANDON, Todtmann (orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ. 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** 9º edição, São Paulo: Brasiliense 1991 (coleção primeiros passos)

FRANÇA, S. L. A. A participação popular nos planos diretores municipais: uma estratégia de gestão democrática. **Grupo de trabalho: Participação e poder público**. São Paulo; 1997. Disponível em: < http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/planos_diretores_e_participacao_popular.pdf > acessado em 21/08/2018

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática com participação popular, 2014. In: **Conferência Nacional de educação**. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf> acessado em: 25/03/2018.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; v 84).

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16 n. 47. Campinas, mai - ago. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-247820110002&lng=pt&nrm=iso> acessado em 22/08/2018

MACIEL, Gabriel Barbosa, et al. Mobilidade urbana em Volta Redonda: considerações acerca da participação popular numa política pública em construção. 2017. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3374> acessado em 30/07/2018

MENEZES, Alina Célia Santos. O desafio da participação popular na definição de políticas públicas, 2005. **In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luis – MA. 23 a 26 de agosto 2005. Disponível em: <

http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos/EixoTematicoF/291Alina_c%C3%A9lia.pdf> acessado em: 30/07/2018

MONTANDON, Todtmann (orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ. 2011.

NASCIMENTO, Luciana Silva do. Participação popular no Brasil: um conceito em construção, 2011. In: **Encuentro Euro Brasileño sobre Universidad en tiempos de globalización y crisis.** Disponível em: < https://www.uv.es/asabranca/encontre/nascimento.pdf>. Acessado em: 25/03/2018.

RODRIGUES, Glauco Bruce. **Orçamento participativo e movimento hip hop: duas formas distintas de protagonismo sócio-espacial**. s/d. disponível em: < http://www.nuped.geografia.ufrj.br/textos/textosestrutura.html> acessado em: 29/05/2018

SANTOS, Fábio Gomes dos. Participação na administração como direito fundamental. **Revista Digital de Direito Administrativo**. São Paulo, volume 1, nº 2, pp. 436 – 453, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v1i2p436-453> acessado em: 15/04/2018.

SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. O sistema de gestão e participação democrática nos planos diretores brasileiros. In: **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas.** Junior, Orlando Alves dos Santos,

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SIMOES, Gabriel. L.; SIMOES, Janaina. M. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. **In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Maranhã – MA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf >. Acessado em: 13/04/2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a àgora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. De ilusão também se vive: caminhos e descaminhos da democratização do planejamento e da gestão urbanos no Brasil (1989-2004). In: **IX Encontro Nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional – ANPUR**. Salvador - BA, 23 a 27 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/112.pdf> acessado em 13/04/2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

VIEIRA, Rafaela, PEREIRA, Luciana Noronha, ANJOS, Francisco Antônio dos; SCHRAEDER, Taline. Participação Popular no processo de planejamento urbano: a urbanização como “decodificadora” de um sistema de muitos códigos. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, nº 2, pp 115 -130, julho / dezembro. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/urbe/v5n2/a10v5n2.pdf> acessado em: 30/07/2018

TERRITÓRIO POTIGUARA: A PAISAGEM COMO SÍMBOLO E RESISTÊNCIA

Thiago Romeu
Jan Linhart
Tainá Maria de Oliveira Santos

Resumo

O mundo moderno é marcado por subalternizações e invisibilidades, isto porque o atributo da modernidade implica necessariamente na produção da colonialidade. Isto é, uma lógica de dominação que envolve a produção de uma alteridade negativa e inferior. Um caso emblemático é o dos povos indígenas, em especial os que ainda habitam o território brasileiro, que desde a invasão colonizadora dos europeus no início do séc. XVI, passaram a perder seus territórios e a sofrer a tentativa de mudança de seus modos de vida. Até os dias de hoje essa tensão permanece, pois é sempiterna a tentativa de subalternização de seus saberes e modos de vida, quando não, a tentativa (muitas vezes exitosa) de extinção ou e interferência nas suas leituras de mundo. O presente trabalho espera questionar a lógica colonial vigente acerca da visão que se tem sobre os indígenas por meio do reconhecimento do valor das paisagens dos Potiguara da Paraíba. Pretende-se discutir a noção de patrimonialização de suas paisagens no intuito de construir, juntamente com os Potiguara, um imaginário que valorize seus territórios a partir do inventário de suas paisagens.

Palavras-chave: indígenas potiguara, colonialidade, poder

Resumen

El mundo moderno está marcado por subalternizaciones e invisibilidades, eso porque el atributo de la modernidad implica necesariamente en la producción de una alteridad negativa e inferior. Un emblemático caso es el de los pueblos indígenas, especialmente los que aún habitan el territorio brasileño, que, a partir de la invasión europea en el inicio del siglo XVI, perdieron sus territorios y sufrieron el intento de cambio de sus maneras de vivir. Hoy por hoy esa tensión permanece, pues es infatigable el intento de subalternización de sus saberes y modos de vida, así como también el intento (muchas veces exitoso) de extinción o interferencia en sus lecturas de mundo. El presente trabajo propone cuestionar la visión de la lógica colonial vigente sobre los indígenas por medio del reconocimiento del valor de los paisajes de los Potiguara de la provincia de Paraíba. Se pretende discutir la noción de patrimonialización de estos paisajes con el intuito de construir, junto con los Potigura, un imaginario que valorice sus territorios partiendo del inventario de sus paisajes.

Palabras - clave: indígenas Potiguara, colonialidad, poder.

A Questão Indígena No Nordeste

O mundo que construiu a modernidade por meio da colonização sempre foi marcado por subalternizações e invisibilidades. Caso emblemático é o dos povos indígenas brasileiros, que passaram a sofrer, a partir do início do século XVI, recorrentes tentativas de invasão de suas terras pelos colonizadores europeus. É errôneo crer que não haviam tensões entre os próprios povos indígenas[*], mas as disputas davam-se por questões diversas àquelas engendradas pelos europeus naquele momento: a consolidação de estados nacionais e apropriação de recursos para acumulação de capital (LEONARDI, 1996; MONTEIRO, 1996; DUARTE, 2011). O constante estado de conflito causado pelo processo colonizador, além de provocar grande mal estar existencial entre os povos originários, promove desde então a subalternização de seus saberes, modos de vida e suas leituras de mundo (LEONARDI, 1996).

Após tantos anos do fim da colonização política, os povos que sobreviveram ao extermínio colonial ainda sofrem com os efeitos deletérios deste processo. Por exemplo, a noção equivocada de que as terras não pertencem a ninguém legou ao tempo presente diversas e graves crises entre os povos originários e os mantenedores das práticas coloniais, como grileiros, posseiros, garimpeiros, etc. Tais crises são o resultado de uma vigorosa colonialidade que se mantém viva antes nas subjetividades da sociedade, efetivando-se em ações de desvalorização dos sujeitos indígenas.

Os povos do litoral, por força da sua situação geográfica, sofrem há mais tempo as consequências negativas da presença europeia e do processo colonizador. As diversas atrocidades e toda sorte de injustiças sempre foram regra nas relações entre indígenas e colonizadores, o que culminou com o extermínio e o "apagamento" histórico e geográfico da presença indígena, ou "dissolvendo-a" na sociedade invasora/envolvente. Destarte, não é estranho que praticamente não haja indígenas autodeclarados no litoral brasileiro, em especial no litoral nordestino.

[*] As disputas entre Temiminós e Tupinambás, por exemplo, tiveram seu ápice na guerra antecipada pela famosa Confederação dos Tamoios, ainda no século XVI. Tensão explorada pelos portugueses e franceses que resultou na expulsão destes últimos da Baía da Guanabara e no extermínio dos Tupinambás, Aimorés e Goitacazes (DUARTE, 2011).

Diz-se não haver mais indígenas no Nordeste, ou se há, são tratados como indígenas inferiores ou como "resíduo indígena", numa controversa declaração de Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1970 *apud* OLIVEIRA, 1998). Contra estes estigmas, a luta pela defesa do direito de se reconhecer indígena, no Nordeste, assume uma dimensão ainda mais dura e urgente. É neste quadro que se posiciona o povo Potiguara.

Os Potiguara E Sua Paisagem

Os Potiguara são um povo que detém muitas especificidades. Não há consenso sobre o significado da palavra, porém o mais aceito é que seja "Comedores de Camarão". É certo que falavam, desde seu primeiro contato com europeus, a língua tupi. Possivelmente, são os únicos povos que habitam o mesmo lugar desde então[*] e um dos poucos que possuem praias oceânicas entre seus domínios territoriais. Vivem em sua maioria em três terras indígenas distribuídas continuamente entre três municípios do litoral norte paraibano: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto[†]. A luta dos Potiguara se insere no quadro geral de luta dos indígenas brasileiros por reconhecimento de seus territórios e territorialidades, tendo sido importantes articuladores da luta indígena nos anos 1980/90.

A cosmologia e as práticas Potiguara são intrínsecas às suas paisagens. O rito do Toré, que abre e fecha todas as cerimônias e encontros do povo, simboliza e sintetiza a importância dos elementos naturais como mediadores de sua existência. Por isso, as paisagens constituintes do seu território, que fazem com que os Potiguara transitem por diversos domínios ambientais litorâneos, são parte fundante do universo cosmológico e existencial destes indígenas. Estes ambientes têm no elemento água especial importância. As suas terras, banhadas por rios e pelo oceano, abrangem áreas de tabuleiros costeiros cobertos por mata atlântica, chegando até a restinga e o manguezal, nas praias e estuários, construindo verdadeiros gêneros de vida. Além disso,

[*] Maura Campanili. No mesmo lugar, desde o descobrimento. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/ website/parabolicas/edicoes/edicao58/potiguara.html>. Acessado em 27/01/2017.
[†] Mapa 1, no apêndice.

há Potiguaras que se reúnem em aldeamentos fora da Paraíba, especialmente no Rio Grande do Norte e Ceará. Neste último, os indígenas habitam caatingas e adotam um modo de vida sertanejo. Todavia, a ênfase aqui será dada aos Potiguara da Paraíba.

Um dos aspectos particulares dos Potiguara é a histórica defesa de seus modos de ser/estar no mundo. Constam em registros antigos do século XVI que os Potiguara defendiam suas terras de maneira bravia e assustavam adversários com os ritos de antropofagia, sendo classificados como "gentios bravos" contra quem portugueses, franceses e holandeses, enfrentaram muita resistência[*]. Até hoje a resistência parece um traço significativo, pois, a despeito de toda sorte de dificuldades, entre as quais a miscigenação dos hábitos, valores e ritos às do sujeito ocidental, mantiveram-se existindo e têm assegurado cotidianamente suas terras, suas práticas econômicas e suas tradições. Tudo isto torna ainda mais necessário o reconhecimento do valor de suas paisagens culturais.

Paisagem E Patrimônio: Construindo Resistências

No que tange os aspectos conceituais que orientam a pesquisa, parece-nos necessário apresentar como se tomam aqui as categorias paisagem e patrimônio. É comum nas discussões que envolvem a noção de paisagem que a argumentação seja reduzida exclusivamente ao papel do olhar. Mesmo em abordagens mais complexas como a clássica definição de Carl Sauer (2010) da paisagem enquanto morfologia, em que o papel das formas espaciais é ressaltado, a dimensão do olhar ainda é predominante. Por seu turno, Cosgrove (1993 *apud* CORREIA, 2014) enfatiza a importância do passado para entendê-la, mas outra vez, o olhar é o caminho metodológico. Besse (2014, p. 240 - 241), explicando conceitualmente a categoria, mostra que o olhar pode se dar por ângulos variados e diferentes pontos de vista. Também afirma que numa abordagem mais tradicional, a paisagem é sempre uma "realidade territorial", o que dá ao aspecto visual da paisagem sua principal característica,

[*] José Glebson Vieira. Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil: Potiguara. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/potiguara/print>. Acessado em: 28/01/2018.

induzindo-nos à crença que é inexorável o papel do olhar como forma predominante para se acessar a paisagem. Todavia, o autor afirma que esta abordagem da categoria envolveu desde sempre uma "naturalização" a dimensão desigual das relações sociais e ocultar os processos históricos e conflituosos (p. 243).

As paisagens tem contribuído, enquanto parte integrante dos modos de vida e da constituição dos sujeitos no mundo, para forjar os modos de vida e o "ser-no-mundo" dos sujeitos. Logo, um desdobramento desta relação com a paisagem é um certo desejo de perenizá-las e mantê-las imutáveis, ignorando sua realidade dinâmica e conflituosa.

> [...] a paisagem teria sido desenhada e construída como uma relação imaginária com a natureza, uma relação graças à qual a aristocracia e a burguesia puderam representar-se elas mesmas e o seu papel na sociedade. Esta percepção da paisagem do mundo, com efeito, acompanhou o aparecimento e o desenvolvimento do capitalismo europeu, ou seja, a transformação do território simultaneamente em mercadoria e em espetáculo para contemplar visualmente do exterior. A paisagem, mais precisamente, teria servido ideologicamente para "naturalizar" a dimensão desigual das relações sociais, e para ocultar a realidade dos processos históricos e conflituosos. As ciências sociais contemporâneas acrescentaram várias características suplementares a esta instituição burguesa que seria a cultura paisagística europeia. Sintetizo-as esquematicamente: (1) é uma cultura que põe o olho e a visão no centro do processo de percepção da paisagem, em detrimento dos outros sentidos, (2) é uma cultura principalmente europeia, ocidental, branca, em detrimento dos outros modelos culturais de relação com a paisagem, (3) é uma cultura essencialmente masculina, (4) a representação da paisagem corresponde à implementação de um espaço de controle de tipo militar, (5) as imagens de paisagem desempenharam um papel fundamental na constituição dos imaginários nacionais, ou mesmo, nacionalistas, (6) por último, a *imagerie* paisagística, sob todas as formas, sejam artísticas ou midiáticas, desempenhou um papel decisivo na "naturalização" das empresas coloniais (BESSE, 2014, p. 243).

Mas é desta noção excludente em grande medida que se desenrola a ideia de que as paisagens são patrimônio e, por isso, devem ser preservadas. Na concepção adotada por Rita de Cássia Ariza da Cruz, o patrimônio está intimamente relacionado ao entendimento do que seja cultura, que na visão da autora é "uma condição de produção e reprodução da sociedade" (MENEZES,

1996 *apud* CRUZ, 2012, p. 95). Neste sentido, patrimônio é então entendido necessariamente como "patrimônio cultural" e "'patrimonialização do patrimônio' é a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material ou imaterial" (*Ibid.*, p. 95).

A patrimonialização é um processo que vem se impondo à manutenção de modos de vida e seus desdobramentos, entre os quais as paisagens culturais, há algum tempo. Forjada no bojo da elaboração dos discurso nacionais, este processo é um dos resultados da construção das "comunidades imaginadas" (ANDERSON, 2008) que passa a fundamentar as relações entre os territórios e os povos, no seio do processo de industrialização.

> A construção do discurso do patrimônio histórico, cultural ou natural, ocorrida nos séculos XIX e XX, estava associada ao discurso nacional. Em países como o Brasil, ele esteve fortemente ligado a um projeto de construção do Estado nacional que, no início do século XX, produziu algumas imagens sobre a nacionalidade que são fortes ainda hoje [...] Embora seja organizada por uma instituição internacional, sua estrutura (a da lista do patrimônio) se baseia nos Estados nacionais, desde a indicação para a candidatura até sua apresentação, dividida por países, reafirmando a lógica nacionalista do discurso patrimonial e de construção da nação. O patrimônio também se define em relação ao outro como aquilo que nos diferencia, nos representa e nos identifica, merecendo, portanto, ser preservado [...] trata-se de um processo de construção de imagens, do modo como cada país deseja ser visto por meio de uma possível contribuição a um processo civilizador mundial [...] Nesse sentido, a atribuição de valor a patrimônio mundial se justifica pelo reconhecimento internacional de um bem e pelas vantagens diretas e indiretas que disso advêm, tais como apoio financeiro e incremento do turismo, mas a inclusão na Lista do Patrimônio Mundial também representa a produção de imagens do nacional para consumo interno e externo [...] (RIBEIRO, 2017, p. 31-32).

Fica, portanto, evidente que a lógica da patrimonialização logra realçar as virtudes de um sítio ou de uma elemento imaterial que contribua para construir o imaginário nacional. Mas como esta lógica se coloca para a construção do imaginário local? À guisa de uma resposta, notamos que a transformação de um dado sítio em patrimônio tende a torná-lo inacessível aos que dele dependem. Diversos casos de patrimonialização no Brasil e no mundo afora demonstram de maneira inconteste que este processo mais prejudica que beneficia a dinâmica local dos que dependem dos usos tradicionais/dinâmicos cotidianos. Neste sentido, porém, depreende-se que há um problema que até

agora permanece insolúvel: como manter a paisagem como um patrimônio garantindo a manutenção de modos de vida que a construíram enquanto patrimônio?

A paisagem para os potiguara é a dimensão de sua prática cotidiana, em cuja vivência é impossível realizar o processo de patrimonialização de suas paisagens tal como é concebido, simplesmente porque trata-se de algo que em grande medida serviu a estruturação da colonialidade (QUIJANO, 2003). Neste sentido, a manutenção das paisagens potiguara enquanto um "não-patrimônio", não é um gesto inconsequente e irreflexivo, mas sim uma resistência.

As práticas dos Potiguara parecem se inserir desde o início do período de colonização numa constelação de práticas consideradas pré-modernas, arcaicas ou subdesenvolvidas que os coloca no rol de grupos incapazes de lidar com o patrimônio constituinte de seus territórios, tampouco com suas paisagens patrimoniais. Tal como com todos os povos indígenas, seus sítios sagrados e de práticas culturais foram sempre vilipendiados, quando não saqueados, a pretexto de não saberem lidar com seu "patrimônio". Entre os Potiguara, o exemplo mais evidente é o próprio sítio da cidade da Baía da Traição, cujo topônimo está relacionado a relação sempre de desconfiança entre os colonizadores portugueses e os potiguara e hoje se tornou uma espécie de enclave no território potiguara, sendo o único trecho que não é considerado "terra indígena"[*] (CARDOSO *et al.*, 2012).

PATRIMONIALIZAÇÃO DA PAISAGEM, OU PAISAGEM PARA O BEM-VIVER?

A patrimonialização no caso dos Potiguara é, antes de tudo, uma imposição de determinada modernização à um povo que é historicamente subalternizado a quem se impõe a visão eurocêntrica para o uso e consumo da paisagem. Para quem a paisagem do povo Potiguara é um patrimônio? O questionamento permite refletir sobre a ideia de que a lógica posta não está associada à luta dos povos indígenas para a autonomia do seu território, mas

[*] O mapa 2 (no apêndice), mostra a delimitação da área urbana do município da Baía da Traição fora das Terras Indígenas.

sim a uma lógica hegemônica presente nas práticas que favorecem a degradação das próprias paisagens, mas que se conflituam com discursos de lamento pela degradação que a cana-de-açúcar e os grandes viveiros de camarão têm provocado em seus territórios. Neste caso, o uso da terra Potiguara carrega historicamente a degradação colocada pelos colonizadores que se mantém constante, consumindo a natureza e a paisagem de maneira utilitária e degradante, reforçando, assim, as representações sobre o território que sempre prevaleceram ao longo do tempo.

Esta condição permite refletir a partir de outra perspectiva. A ética que privilegia o desenvolvimento, que permeia o discurso da patrimonialização, não privilegia outros significados espaciais que estejam mais ancorados à formas alternativas e não uniformes de leituras e vivências da paisagem. Há, portanto, uma necessidade imperativa que é a descolonização, inclusive do imaginário (CÂMARA, 2017) que molda a paisagem. Só reconhecendo a colonialidade da produção da paisagem indígena é que pode descolonizá-la, e isto significa imaginá-la num propósito voltado ao “Bem Viver”.

> O Bem Viver, enquanto soma de práticas de resistências ao colonialismo e às suas sequelas, é ainda um modo de vida de várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela Modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela [...] A influência colonial e capitalista está presente no mundo indígena de múltiplas formas, o que impede visões românticas de sua realidade. Crescentes segmentos da população indígena foram absorvidos pela lógica da monetarização própria do mercado capitalista [...] (ACOSTA, 2016, p. 70).

Mais que um estado de comodidade, o “bem-viver” é um processo assumido como uma categoria em permanente mudança, construindo-se e reproduzindo-se dinamicamente. Conhecimento, códigos de conduta ética, valores espirituais, valores humanos, perspectiva de futuro, entre outras dimensões devem ser consideradas quando se pensa uma paisagem não com o propósito desenvolvimentista, herdeira do saber colonial, mas sim como uma proposta para o bem-viver. Portanto, numa abordagem que pressupõe em algum nível, uma utopia, mas que vai muito além. Primeiro, porque a utopia é um conceito resultante de um constructo intelectual europeu, cuja episteme

encontra fundamentos geográficos muito diferentes daqueles onde vem sendo aplicado. E depois porque, mais que um *topos* a ser atingido, o bem-viver pressupõe uma atividade viva, em transformação porque é antes um diálogo entre existências práticas e não uma mera escatologia espacial.

Como o lócus de produção do saber é importante na compreensão dos projetos de mundo que se pretende construir, parece necessário enfatizar que a noção de "bem viver" não tem origem entre os Potiguara, tampouco entre os indígenas brasileiros. A questão do bem viver tem sido defendida e proclamada pelos *Quéchuas* e *Aymaras*, "tendo, apenas, clareza de que o 'bem viver' não se propõe a ser um substituto do 'desenvolvimento' em sentido estrito. Não há nele a noção de progresso, de etapas a serem vencidas, de parâmetros claros definidos" (CÂMARA, 2017, p. 256). É a possibilidade de outros mundos que orienta esta noção, que atualmente

> [...] sublinha que as fontes para identificar modos de vida alternativos vêm dos povos indígenas originários: culturas nascidas com base na relação ancestral com os ciclos da Natureza, por meio de práticas agropecuárias ou de coleta, de alguma maneira agrocêntricas. Da vida rural desses povos são extraídas as fontes principais para pensar concretamente o Bem Viver (IBAÑEZ, 2016, p. 322).

Diante desta posição, assumir o Bem Viver como um devir é algo que não parece estranho aos modos de vida potiguara, convergindo para a hipótese aqui em realce que é a de que atualmente suas paisagens requerem valorização não para as finalidades de *des*-envolvimento econômico, mas para o pleno *envolvimento* do povo com suas paisagens, assumindo autonomia sobre o próprio futuro.

Uma perspectiva de leitura da paisagem desta maneira, pressupõe a superação da cosmovisão ocidental, que é, antes, capitalista, com vistas à uma visão comunitária. Esta abordagem se contrapõe ao desenvolvimento que, nas leituras da paisagem são evidenciadas a partir dos pressupostos de patrimonialização da paisagem, que, em última análise, guardam as intenções de consumo da paisagem como artifício de manutenção da lógica espacializada do mercado. Uma paisagem para o bem-viver valoriza o diálogo

com sentidos de mundo dos Potiguara na espera da construção de uma realidade na qual a paisagem sirva a autonomia e emancipação deste povo.

A Pesquisa Sobre As Paisagens Potiguara

O esforço deste artigo é a materialização do início de uma pesquisa que surgiu no bojo do questionamento sobre o papel dos corpos de água do território potiguara e sobre o estado em que se encontrava o manancial. A intenção era reconhecer os modos de vida vinculados aos corpos de água, o uso das águas e o sentido que as águas assumem na cosmologia potiguara. Foram os estudos de campo (três até agora) que permitiram ampliar o olhar ao ponto de se considerar o valor das paisagens potiguara, uma vez que a beleza cênica e a riqueza histórica são sensivelmente perceptíveis (Foto 1).

A pesquisa que se apresenta, portanto, visa aproximar a discussão acerca da patrimonialização das paisagens culturais, reconhecendo o acúmulo que se tem sobre o tema, aos debates de revalorização cultural engendrados por lideranças Potiguara conjugados à lógica do Bem Viver. Por outro lado, contribui para ampliar o conhecimento geográfico em torno das vivências e espacialidades indígenas, especialmente no Nordeste, temática bastante desprezada pelas produções geográficas.

FOTO 1: CANHÕES DO FORTE
Perspectiva do topo da falésia, na Aldeia do Forte, onde se encontram os remanescentes do antigo forte português, que dá nome à aldeia. Este ângulo constitui a imagem símbolo da cidade da Baía da Traição, mas só pode ser captada a partir da aldeia, o que torna ainda mais necessária a valorização das paisagens potiguara (foto de Thiago Romeu, agosto de 2016).

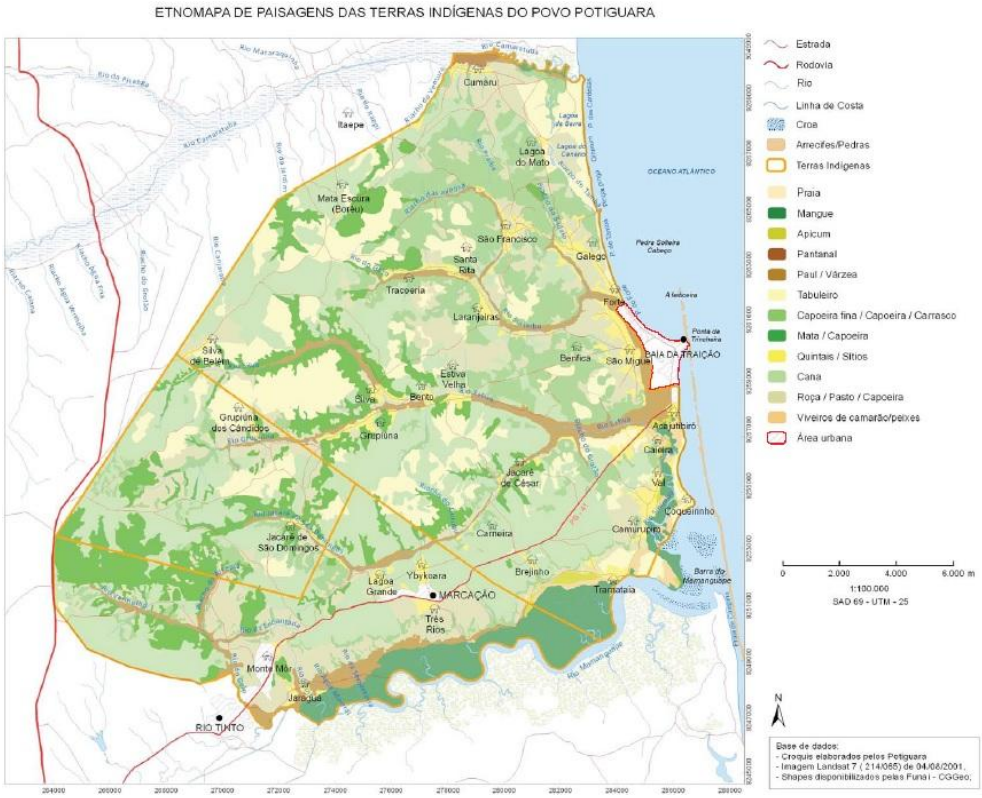
A pesquisa tem alguns objetivos preliminares: reconhecer a Aldeia do Forte, bem como a construção militar que lhe dá nome, como elementos que constituem uma significativa paisagem cultural das Terras Indígenas Potiguara; construir junto ao Povo Potiguara princípios de valorização de suas paisagens, bem como a busca pelo direito à paisagem, com vistas a elaboração/manutenção de práticas para o Bem Viver.

A primeira etapa conta com duas realizações paralelas: um levantamento de material bibliográfico sobre o Povo Potiguara e imersão nos textos com vistas ao conhecimento da produção acadêmicas sobre este povo. O acervo da "biblioteca Potiguara", iniciativa do "Coletivo de Pesquisa pela Valorização dos Saberes Potiguara", é a garantia do acesso. Além disso, contaremos com a participação efetiva do Coletivo no processo de pesquisa e na produção dos resultados. A outra ação consiste na realização de trabalhos de campo, entre os quais, os primeiros, de caráter preliminar e panorâmico, foram realizados.

A segunda etapa é a divisão das frentes de atuação: mapeamento dos rios e estuários, atualização dos cartogramas do "Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba" (CARDOSO & GUIMARÃES, 2012), entrevista com anciãos e lideranças, identificação dos elementos marcantes da paisagem, destacando o elemento "água", identificação e participação (quando permitida) dos ritos e tradições que reforcem a manutenção da paisagem cultural, entre outras ações que possam *a posteriori* ser elencadas. A etapa final será a elaboração de banco de dados e sua análise, bem como a elaboração de textos pelos estudantes da UFCG e estudantes/pesquisadores Potiguara vinculados ao coletivo e, se possível, a publicação.

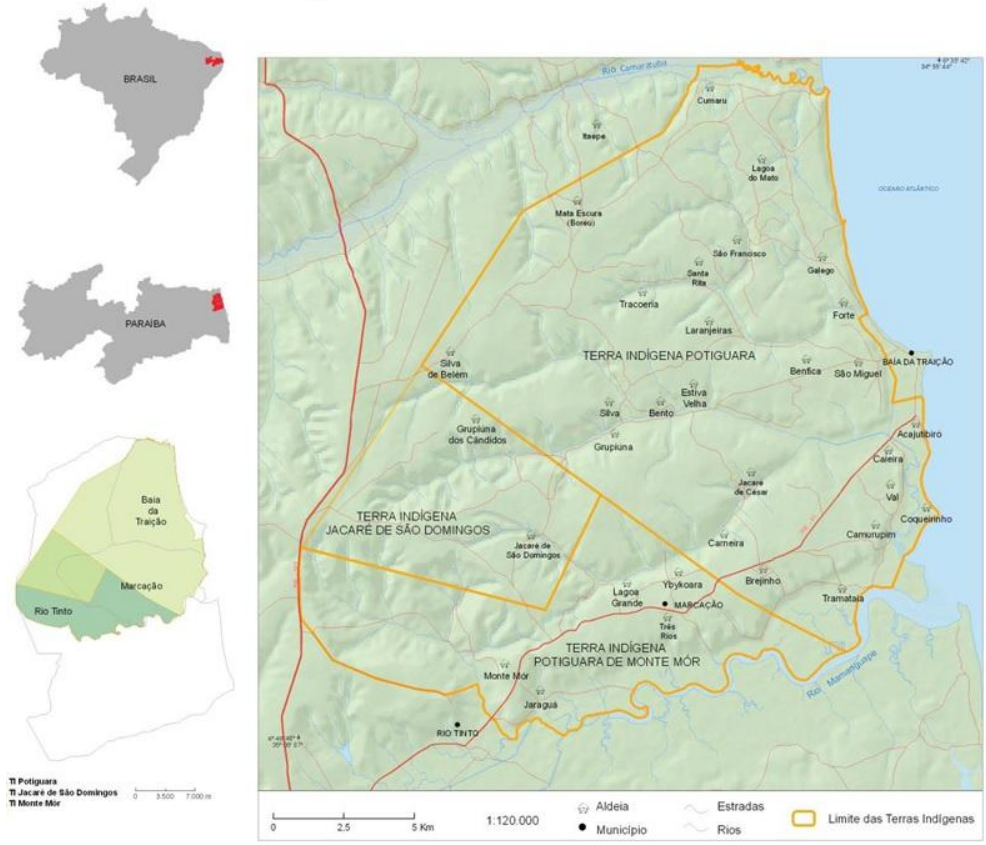
Espera-se que ao fim do processo de pesquisa seja possível cumprir os objetivos e, com isso, dimensionar a relevância das paisagens culturais Potiguara, ampliando assim, a partir do autorreconhecimento de sua paisagem e território, a difusão de valores de respeito e manutenção dos saberes e tradições deste povo. O fortalecimento das lutas Potiguara, que parece ser uma consequência direta, se a pesquisa for exitosa, será um importante capital a ser

agregado ao conhecimento do povo potiguara. Além disso, este esforço se une a um conjunto de ações que visam consolidar diversas iniciativas do povo Potiguara de criarem espaços para promoção e difusão dos valores potiguara.



MAPA 1

LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E ALDEIAS POTIGUARA - PB



MAPA 2

Bibliografia

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BESSE, Jean-Marc. “Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar”. Trad. Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)* São Paulo v. 18 n. 2 p. 241-252, 2014.

CÂMARA, Marcelo Argento. “Pensar a colonialidade, praticar a descolonialização: apontamentos para uma prática contra-hegemônica”. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVIERA, Denilson Araújo (Orgs.). Geografia e Giro Descolonial: Experiências, Ideias e Horizontes de Renovação do Pensamento Crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro (Orgs.). Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado". Espaço Aberto, Rio de Janeiro, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 37-46, 2014.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. "'Patrimonialização do patrimônio': ensaio sobre a relação entre turismo, 'patrimônio cultural' e produção do espaço". GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

DUARTE, Marcelo Felipe. "De Arariboia a Martim Afonso: a Metamorfose Indígena pela Guerra nas Águas da Guanabara". Revista Navigator, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, p. 87-103, 2011.

IBAÑEZ, Mario Rodriguez. "Ressignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos". In: DILDER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). Descolonizar o Imaginário. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxuemburgo, 2016, p. 297-333.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

QUIJANO, Aníbal. "La Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina". In: LANDER, Edgardo (Comp.). La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciências sociales – perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 201-246.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco. "Uma Etnologia dos 'Índios Misturados'? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais". Mana, Rio de Janeiro, vol.4, nº1, p. 47-77, 1998.

RIBEIRO, Rafael Winter. "Um Conceito, Várias Visões: Paisagem Cultural e a Unesco". Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 1. Belo Horizonte, 2010, Anais... Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, p. 29-49, 2017.

SAUER, Carl. "A Morfologia da Paisagem". In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: Antologia (Volume 1). Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

A GEOGRAFIA DOS PARQUES URBANOS: CARTOGRAFANDO AS SIMBOLOGIAS E MORFOLOGIAS DO CAMPO DE SÃO BENTO EM NITERÓI-RJ

Clara Maria Santos de Lacerda*

Marcelo Alonso Morais†

Resumo

O Campo de São Bento (36 mil m²), cujo nome oficial é Parque Prefeito Ferraz, localizado na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, é um importante ponto de encontro social e cultural. No entanto, se verifica a ausência de estudos acerca de sua ocupação, bem como a falta de um mapeamento de sua área de abrangência. A partir dos conceitos de lugar e espaço público, este trabalho intenciona analisar a morfologia e os usos que os frequentadores fazem do parque. A metodologia utilizou-se de esquema do *ArcGis Earth*, da revisão bibliográfica e das entrevistas e trabalhos de observação. O produto dessa pesquisa é a confecção de três croquis do Campo de São Bento, localizando seus mosaicos espaciais, com estética próxima aos usos cotidianos

Palavras-chave: Campo de São Bento; Parques urbanos; Lugar

Resumen

El Campo de São Bento (36 mil m²), ubicado en la ciudad de Niterói, en el estado de Río de Janeiro, es un importante punto de encuentro social. Sin embargo, se verifica la ausencia de estudios acerca de su ocupación, así como la falta de un mapeo de su área de cobertura. A partir de los conceptos de lugar y espacio público, este trabajo intenta analizar la morfología y los usos que los frecuentadores hacen del parque. La metodología se utilizó de esquema de *ArcGis Earth*, de la revisión bibliográfica y de las entrevistas y trabajos de observación. El producto de esta investigación es la confección de tres croquis del parque

Palabras clave: Campo de São Bento; Parques urbanos; Lugar

* Bacharel em Geografia pela PUC-Rio - claradelacerda@gmail.com
† Prof. Dr. Departamento de Geografia PUC-Rio

Introdução

O Campo de São Bento, localizado entre as ruas Lopes Trovão, Domingues de Sá, Gavião Peixoto e Av. Roberto Silveira do bairro de Icaraí, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro existe sob a perspectiva tanto da escala local, quanto da escala global, tendo em vista que ele engloba elementos regionais e globais. Entretanto, levando-se em consideração sua participação ativa no cotidiano, principalmente, do bairro de Icaraí, ele possui características mais observáveis a uma grande escala, na qual não há tantas generalizações, do que nas escalas menores. Esta dialética de escalas é a raiz da problemática da representação cartográfica, pois muitos fenômenos e objetos acabam não entrando no conteúdo final de um mapa de determinada área, sendo assim, uma representação é sempre uma escolha (GOMES, P. C. C. 2001)

Com seus 36 mil m², esse parque público é a maior área verde do bairro de Icaraí (SECONSER.2016), além de ser o lugar de diversas atividades e padrões de ocupação, recebendo cotidianamente cerca de duas mil pessoas para utilização e/ou apreciação de seus espaços internos (SECONSER, 2016). Os diferentes mosaicos espaciais que compõem este espaço público dizem respeito ao parquinho infantil, lagos artificiais com alguns animais e um chafariz, além do grande complexo escolar (Colégio Estadual Joaquim Távora, Escola Municipal Julia Cortines e a Biblioteca Estadual Infantil Anísio Teixeira), um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), este último inaugurado pela prefeitura em 8 de junho de 2017.

Nos finais de semana, a feira de artesanato, com mais de 30 barraquinhas, a feira de alimentos orgânicos e diversas atrações culturais atraem o quíntuplo de visitantes, contabilizando um total de cerca de dez mil pessoas transitando pelo parque (SECONSER, 2016). Sendo tombado pela prefeitura em 1990, através da Lei nº 884 e nº de tombamento: 101/1788/90 (IBGE. 2015), o Campo de São Bento é um patrimônio cultural da cidade, considerado um bem de natureza tanto material, uma vez que possui uma localização concreta no solo urbano, quanto imaterial, pois compreende diversas atividades culturais ligadas a dança, literatura e música, tais como

Literatura de Cordel e Bandas musicais, que contribuem na formação da identidade do município (GUELMAN. 2007).

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é o de identificar os elementos morfológicos e iconográficos presentes no objeto de investigação: Campo de São Bento, verificando o que o torna um lugar relevante na cidade de Niterói- RJ, Brasil. Esse trabalho também engloba dois objetivos específicos:

1) Realizar um levantamento bibliográfico sobre esse parque urbano, com base nos conceitos geográficos de lugar e espaço público, coletando informações por meio de trabalhos de campo acerca dos aspectos visuais e simbólicos contidos ali e 20 entrevistas, das quais, 10 foram realizadas com frequentadores de durante a semana e 10 com frequentadores de final de semana.

2) Elaboração três croquis informativos sobre os principais mosaicos de ocupação do Campo de São Bento, com a finalidade de contribuir tanto na localização dos visitantes dentro do parque, quanto na sua divulgação e manutenção social.

Metodologia

O Método De Investigação Aqui Discutido, Diz Respeito Às Análises Espaciais Com Base Em Suas Simbologias. Os Fatos Geográficos, Portanto, Não Estão Sendo Compreendidos Apenas Pelo Seu Teor Cartográfico De Localização Espacial, Mas Também E, Principalmente, Pelos Seus Contextos Particulares.

Utilizando A Geografia Humanística, A Presente Pesquisa Intenciona Analisar O Sentido De Lugar Contido No Espaço Geográfico Do Parque Urbano. Através Da Pesquisa Teórica E Conceitual, Buscou-se Realizar O Levantamento Bibliográfico Do Campo De São Bento E Da Interface Dos Conceitos De Lugar E Espaço Público, Presentes Em Livros, Artigos E Sites, Referentes A Esta Temática E Disponíveis Na Biblioteca Central Da Puc-rio E Biblioteca Da Escola De Arquitetura E Urbanismo Da Uff.

Para Se Chegar Ao Resultado, Os Instrumentos De Pesquisa Aqui Utilizados, Contribuem Sobretudo Para Interpretar O Campo De São Bento A Partir Dos Elementos Que Abordam Os Valores, As Iconografias, As Ocupações Sociais E Os Usos Do Espaço. As Visitas De Campo, Os Croquis, As Anotações E As Fotografias Realizadas, Têm A Função De Ressaltar O Aspecto Visual Do Lugar, Dando Conta Da Dimensão Social Da Investigação, Servindo Para Mapear A Morfologia E A Ocupação Do Parque, A Partir Da Abordagem Do Espaço Vivido. Já As Entrevistas, Com Um Grupo De 20 Frequentadores E As Análises Das Imagens, Ajudam A Desvendar A Subjetividade Presente No Lugar. A Dimensão Política Também É Apreendida Por Entrevistas, Mas Com O Setor Administrativo E Turístico Do Campo (Vide Quadro 1- Pág 5).

Os Trabalhos De Campo Foram Realizados No Período De Agosto De 2017 À Março De 2018, Com O Apoio Do Esquema (Vide Fig 1) Retirado Do Programa Arcgis Earth- Esri, Bem Como De Imagens De Satélite Retiradas Tanto Do Arcgis Earth, Quanto Do Mapbox. Os Aspectos Morfológicos Do Parque, Bem Como, A Utilização Do Espaço Pelas Pessoas Foi Estudado E Mapeado Nos Trabalhos Efetuados Nos Dias 16 E 19 De Setembro, 8, 9 E 10 De Outubro De 2017.

Fig..1- Esquema da área estudada- Fonte: ArcGis-Earth 2017

Relação entre as dimensões, as variáveis, e os instrumentos de trabalho		
Dimensões	**Variáveis**	**Instrumentos de trabalho**
Simbólica	Relevância do Campo de São Bento para os frequentadores; Simbologias deste lugar na cidade	Observações de campo, anotações dos aspectos morfológicos do recorte geográfico; entrevistas com frequentadores do lugar; fotografias históricas e atuais, para análise iconográfica
Social	Grupos sociais identificados neste trabalho; Ocupação destes grupos no parque	Observações de campo; anotações dos tipos de ocupação social; utilização do croqui para mapeamento do parque; fotografias dos mosaicos espaciais
Política	As políticas de construção do parque; Órgãos públicos que gerenciam este espaço	Entrevistas com o setor de parques e jardins, localizado dentro desse espaço público; observação de campo com anotações

Quadro 1- relação entre as dimensões, as variáveis e os instrumentos de pesquisa

Resultados

A partir das observações de campo, pôde-se perceber que a arquitetura do Campo de São Bento, foi baseada em uma organização espacial premeditadamente pensada, produzindo códigos de comportamento social, que indicam instintivamente os limites e determinada conduta que se deve adquirir dentro do parque. Sendo projetado pelo paisagista belga *Arsène Puttemans* (1850), a urbanização deste espaço público foi concluída em 1909, seguindo uma linha inspirada nos parques municipais do Romantismo Inglês, que eram acessíveis a pé, cercados por grades pintadas de verde, possuindo gramados aparados, áreas de caminhada e um pequeno lago com árvores em volta (COSGROVE, D. 2004).

Tendo em vista que toda paisagem planejada guarda em si um simbolismo moral (COSGROVE, D. 2004), podemos inferir que a organização do jardim é condição fundadora das práticas sociais (GOMES, P. C. C. 2001), mas não é determinante, pois quem dá vida e sentido ao Campo de São Bento, é a população que o frequenta e o utiliza de diversas maneiras.

Com base no trabalho de campo realizado nos dias 8, 9 e 10 de outubro de 2017, no período da manhã e tarde (de 9h às 15h), pôde-se

perceber que no cotidiano desse espaço público, normas de conduta presentes na disposição espacial são observadas a partir de diversos elementos da paisagem. As grades verdes que o circundam, atuam como uma fronteira entre o interior e o exterior do parque, além de servirem para dar uma sensação de lugar florestado diferenciado em meio ao contexto urbano no qual ele está inserido. As grades servem também para dar suporte aos informativos sobre o funcionamento do parque e as atividades ali realizadas, mostrando a regulamentação presente neste espaço geográfico, como nas imagens do horário abertura e fechamento do parque, da obra de revitalização do rio Icaraí e do funcionamento da feira orgânica.

A configuração do parquinho infantil, localizado próximo ao portão frontal da rua Gavião Peixoto e, ao lateral pela rua Domingues de Sá, também influencia a forma de ocupação e utilização do jardim público. Tendo em vista a concentração de brinquedos nesse ponto do Campo de São Bento, podemos dizer que o grupo social que frequenta este espaço com crianças, apesar de não estar condicionado a permanecer apenas no parquinho, pode ser inconscientemente levado a uma maior ocupação dessa área e não de outras.

O Colégio Estadual Joaquim Távora, embora se situe oficialmente dentro do espaço físico do Campo de São Bento, é separado do mesmo por um muro com cerca de arame farpado e os estudantes, quando não estão em sala de aula, costumam ficar em grupos conversando ou ouvindo música em bancos localizados no parquinho infantil e próximos à entrada do colégio. Portanto, a maneira como eles utilizam o espaço é diferente da maneira como as crianças o fazem, pois apesar de estarem posicionados no mesmo local do parque, há distinções fundamentais na vivência dos mesmos (GOMES, P. C. C. 2001).

A área onde se encontram o colégio estadual Joaquim Távora e o Jardim da Infância Júlia Cortines, bem como a Biblioteca municipal Anísio Teixeira, pode ser considerada como um “complexo escolar”. É uma parte do parque, destinada às escolas e, portanto, apenas alunos e professores tem acesso pleno. Dessa maneira, pode-se perceber que é um local com função e forma bem definidos, pois a comunidade escolar usufrui desse espaço muito

em acordo com a proposta inicial de construção e projeção arquitetônica do mesmo.

Já a parcela do parque público localizada próximo aos portões da Av. Roberto Silveira e rua Domingues de Sá, concentra o grande lago artificial com chafariz, bancos e caminhos para os frequentadores utilizarem em meio a intensa presença de vegetação arbórea. É uma área onde muitas pessoas fazem piqueniques e festas de aniversário, além de andar de bicicleta. Aos sábados pela manhã, próximo ao portão de entrada situado na rua Domingues de Sá, ocorre a feira orgânica, em uma rota para caminhada presente nessa parte do Campo de São Bento.

Pode-se verificar a presença de um coreto próximo ao lago principal (vide fig 2), feito de madeira e imitando galhos de árvores. Ele é composto por um arbusto de *bougainville* rosa que sempre o deixa colorido na primavera. É um local onde muitos casais gostam de estar, além de outros visitantes do parque, pois de dentro dele, tem-se uma boa vista para o lago.

Fig 2- Fotografias lago principal- Arquivo pessoal 09/09/2017

A parte do parque localizada equidistante às entradas da Av. Roberto Silveira e Rua Lopes Trovão engloba uma continuação do lago principal, formando um pequeno corpo d'água onde pode ser verificada a presença de alguns animais como: patos, peixes e pombos. Esse pequeno lago é separado por uma cerca de arame e muitas crianças que passam pelo parque, gostam de ficar nesse local observando os animais.

Esse local do parque público, abrange ainda os grandes eventos de foodtruck, como pôde ser visto no festival "rota gourmet" e na "*Beer Fest*" (*Oktober fest Alemã*).

Outro exemplo de uso e ocupação pôde ser visto durante as férias de julho do ano de 2016. O parque transformou-se no ponto de encontro dos adolescentes e demais amantes do jogo para smartphones: *Pokémon Go* . Os jogadores foram passando, uns para os outros, a informação de que lá era um bom ponto para se jogar na cidade de Niterói, possibilitando aos usuários a tranquilidade de não se preocupar com o trânsito de veículos enquanto se deslocavam com o celular (uma vez que não é permitido o uso de carros e motos dentro do parque). Os encontros entre os praticantes foram, em grande parte, acordados por meio de eventos no *Facebook*, aumentando ainda mais a popularidade desse espaço público.

Esse aspecto se relaciona ao fato de boa parte dos jogadores, com idades entre os 18- 25 anos, terem vivido em seus cotidianos de infância, as influências desse mundo fictício. Sendo assim, emoção e nostalgia por algum estado imaginado de outros tempos encontraram tradução espacial no contexto do espaço público do parque, o transformando em um lugar de encontro entre os mais diversos jogadores. Já os usuários mais jovens encontraram no Campo de São Bento, a possibilidade de fazer parte de uma nova onda cultural, ligada aos jogos eletrônicos de realidade aumentada.

Palavras são ações e carregam consigo uma grande responsabilidade. A maneira como os espaços existem, está intimamente ligada a qualidade da linguagem e das palavras que utilizamos na comunicação uns com os outros (TUAN;1994). O geógrafo Yi-Fu Tuan, em seu texto *Language and the making*

of place: A narrative-descriptive Aproach (TUAN,1991.p. 686), argumenta que os mundos fictícios da literatura, podem afetar profundamente o mundo concreto. Na mesma linha de pensamento, o Campo de São bento passou a ser o *point* dos *Pokémons* em Niterói no ano de 2016, conectando a imaginação e a realidade em um só local.

Outra forma de ocupação se refere ao grupo de artistas da chamada "Sinfônica Ambulante", formada por jovens músicos da cidade, cujo objetivo é o de ocupar os espaços públicos de Niterói com sua música, promovendo a cada aniversário da banda a "tomada cultural", na qual é realizada uma grande festa no Campo de São Bento, intercalando música, dança, teatro e circo. Essa banda musical, normalmente ocupa parcelas do parquinho infantil ou do Centro Cultural Paschoal Carlos Magno.

O recorte espacial do Campo de São Bento pode ser considerado um lugar central para seus frequentadores, que o utilizam de diferentes maneiras. Isso pôde ser verificado nas entrevistas realizadas com 20 frequentadores do parque[*]. A partir da pergunta sobre o que eles mais gostavam e menos gostavam neste espaço, as respostas foram muito variadas. Enquanto, por exemplo, para o entrevistado nº 4 (abordagem realizada no final de semana), há uma preferência pela floricultura, para o entrevistado nº 3 (abordagem realizada durante a semana), a floricultura aparece como um ponto negativo, pois ele não foi bem atendido pela vendedora.

Já quando indagados há quanto tempo e por qual motivo eles visitavam esse espaço público, pôde-se perceber que muitos entrevistados tanto durante a semana (nºs 1, 2, 5, 6, 7 e 8), quanto no final de semana (nºs 5,8 e 9), começaram a vivenciar o Campo de São Bento quando ainda eram crianças. Sendo assim, foi através da experiência que estas pessoas construíram o hábito de utilizar o lugar, seja para conversar, ler livros ou simplesmente caminhar.

É interessante observar certa diferença entre os frequentadores de durante a semana e os de fim de semana. O primeiro grupo, exceto o entrevistado nº4 (que mora no Rio de Janeiro), é constituído por moradores da

[*] Comunicação pessoal

cidade de Niterói, mais precisamente de bairros próximos como Santa Rosa e o próprio bairro de Icaraí. Já os entrevistados ao final de semana, possuem maior diversidade quanto aos seus locais de moradia. Aos fins de semana, podemos encontrar mais pessoas de fora da cidade frequentando o parque, como é o exemplo do entrevistado nº 1, que mora em Volta Redonda-RJ e se desloca para a cidade de Niterói, pois possui parentes residentes nela. De acordo com esse entrevistado nº1, ele frequenta o Campo de São Bento pois é um lugar com segurança para suas filhas andarem de bicicleta, tendo bastante espaço para crianças.

Ainda a partir das entrevistas realizadas no final de semana, os frequentadores nºs 6 e 7, que moram em Vila Isabel-RJ, não utilizam o parque com muita frequência e disseram não saber se localizar tão bem dentro do parque, devido a falta de uma sinalização mais clara, sendo fácil se perder. Para esses dois entrevistados, os aspectos que os fazem visitar esporadicamente esse lugar é o fato dele ter um clima agradável, permitindo que as pessoas andem livremente, sem muitas preocupações em meio à natureza.

Essa característica foi a resposta da maior parte dos entrevistados ambos de durante a semana e final de semana. Por exemplo, tanto o entrevistado nº 5, quanto o nº 8, visitam esse espaço aos finais de semana (pois eles trabalham durante a semana), destacaram que o que eles mais gostam é do som “relaxante” proveniente da água, quando o chafariz do lago principal está ligado. Essa é uma subjetividade que faz com que essas duas pessoas se sintam bem no Campo de São Bento. Ainda nesta temática, para o entrevistado no final de semana nº 2, que mora no centro de Niterói, esse espaço público, dentre todos os demais que a cidade oferece, é o seu preferido. Para essa pessoa, que o frequenta há 38 anos, o Campo de São Bento é o seu lugar favorito na cidade, pois ela pode ir de bicicleta com o neto, destacando o parque como um lugar tranquilo e “maravilhoso”.

Discussão

Segundo a Organização Mundial da Saúde, as cidades devem prover seus habitantes com 9 m² de espaços verdes, a no máximo 15 minutos de distância, para cada indivíduo (WHO, 2016), uma vez que estes espaços, como os parques e demais áreas florestadas, representam um componente fundamental para qualquer ecossistema urbano.

A partir do momento que a OMS está considerando tanto as áreas arborizadas, quanto as áreas com a presença de corpo d'água na definição de espaços verdes, podemos dizer que o Campo de São Bento se enquadra bem nessa descrição, pois ele possui em um só lugar, árvores que ajudam na produção de oxigênio, filtrando a poluição do ar e lagos e fontes que contribuem para certa moderação na temperatura (WHO,2016). Entretanto, em análise puramente quantitativa, este espaço não contempla toda a cidade de Niterói com seus 487.562 habitantes (IBGE. 2010). Dessa forma, podemos dizer que, levando em consideração as análises da OMS quanto a distância e a quantidade de espaço verde para cada indivíduo, o Campo de São Bento sozinho apenas contribuiria para a saúde de pequena parcela da população, localizada em sua redondeza.

Ainda segundo análises da Organização Mundial da Saúde, os espaços verdes mais interessantes de uma área urbanizada são os parques e jardins públicos que, exatamente por seu caráter público e de livre utilização, têm a potencialidade de garantir acesso às diversas camadas socioeconômicas da população, possibilitando a atividade física, o relaxamento e uma maior interação social, além da fuga dos barulhos da cidade (WHO,2016). Os designers George Hargreaves e Julia Czerniak (2007) complementam essa análise, discutindo o papel das novas ideias de sustentabilidade ambiental nos parques públicos. Para eles, os parques do século XXI possuem intensa relevância no cotidiano das cidades, sendo espacialidades das experiências humanas e suas relações com a natureza (CZERNIAK , HARGREAVES.2007.p 72). Esses espaços contribuem de maneira significativa para prover cidades intensamente urbanizadas com algum fragmento de natureza, como é o caso do Campo de São Bento.

Esse aspecto natural e público do parque urbano aqui estudado, foi amplamente citado nas entrevistas realizadas. Os frequentadores citaram, por inúmeras vezes, que o que eles mais gostavam no Campo de São Bento era a presença de vegetação e o fato dele ser acessível.

Com suporte em pesquisas bibliográficas realizadas na base de dados da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade (SMU) de Niterói, bem como em pesquisas de campo realizadas no setor de informações turísticas e de administração presente no parque, foi observado que os únicos mapeamentos existentes contemplando o Campo de São Bento dizem respeito a: 1) um mapa turístico, distribuído pela Neltur, empresa de turismo da prefeitura da cidade, 2) um mapa de localização dos bens tombados em Icaraí e Santa Rosa, presente no livro A preservação do patrimônio cultural em Niterói (GUELMAN.2007) e 3) uma planta topográfica utilizada pela administração.

A área compreendida pelo Campo de São Bento não consta nos mapeamentos temáticos realizados pela prefeitura. Nos mapas sobre as áreas de especial interesse social (2014) e de especial interesse ambiental (2014), por exemplo, o parque aparece apenas com a legenda de área urbana, tornando-se um polígono generalizado cartograficamente. E no mapa turístico distribuído pela Neltur, ele aparece apenas para identificar a localização da CAT (Centro de Atendimento ao Turista) de Niterói, não levando em consideração toda história e a dinâmica simbólica, cultural e social que ocorre neste espaço geográfico.

Por ser um patrimônio cultural da cidade, a preservação física e simbólica do Campo de São Bento pode ser vista como um meio de fortalecimento da identidade local, tendo o potencial de ser considerada no contexto de representação cartográfica e planejamento urbano, para uma gestão municipal efetiva e um maior engajamento social. Com base nas 20 entrevistas* realizadas no parque, entre agosto de 2017 e março de 2018, foi possível observar que este espaço possui bastante centralidade para o cotidiano daqueles que moram no bairro de Icaraí e em bairros próximos.

* Comunicação pessoal

A Confecção Dos Croquis

A falta de um desenho ou esquema mais expressivo da intensa realidade do parque, como foi observado, reflete a existência de um olhar mais genérico sobre este espaço pelos órgãos governamentais, não abrangendo suas subjetividades e seus mosaicos de uso e ocupação. Além disso, turisticamente, o Campo de São Bento só é abordado por causa da presença de um centro de informações turísticas dentro de seus limites. Sendo assim, a confecção dos croquis, delimitando a área do parque público e de seu entorno, se faz interessante tanto devido aos aspectos iconográficos, quanto aos da importância histórica e potencialmente turística desse lugar.

Sabemos que a imagem é essencial para o processo de orientação espacial. O ser humano necessita reconhecer e padronizar o ambiente no qual ele se encontra por meio de símbolos e imaterialidades, formando elos de ligação mentais do mundo físico exterior que o permite se deslocar e viver espacialmente (LYNCH, K. 1997). A clara imagem iconográfica, permite uma locomoção mais efetiva e rápida, constituindo sistemas de referência objetivos que ajudam as pessoas a moldar uma certa segurança emocional ao se deslocar por determinados lugares.

A partir desse raciocínio, pôde-se desenhar artisticamente três croquis do Campo de São Bento com base no esquema retirado do programa ArcGis Earth -2017 (vide Fig.1. pág.4), além de utilizar as percepções cotidianas e os aspectos visuais e iconográficos deste espaço, observados nos trabalhos de campo. Assim, tendo em vista que um mapa ou croqui é uma criação gráfica que afeta o seu “leitor”, o aspecto visual pode ajudar a tornar a comunicação geográfica mais interessante e memorável, pois um mapa não é somente um objeto científico, mas também artístico, e a estética influência na imagem final (JÉGOU, LAURENT. 2016).

Dessa maneira, pensando numa representação que fosse, ao mesmo tempo, agradável ao olhar e eficaz na comunicação da informação geográfica, o esquema do Campo de São Bento originário do programa ArcGis Earth (vide Fig. 1, pág.4), foi de extrema utilidade para dar base à confecção da representação espacial desse parque, como pode ser visto nas imagens a seguir (Fig.3):

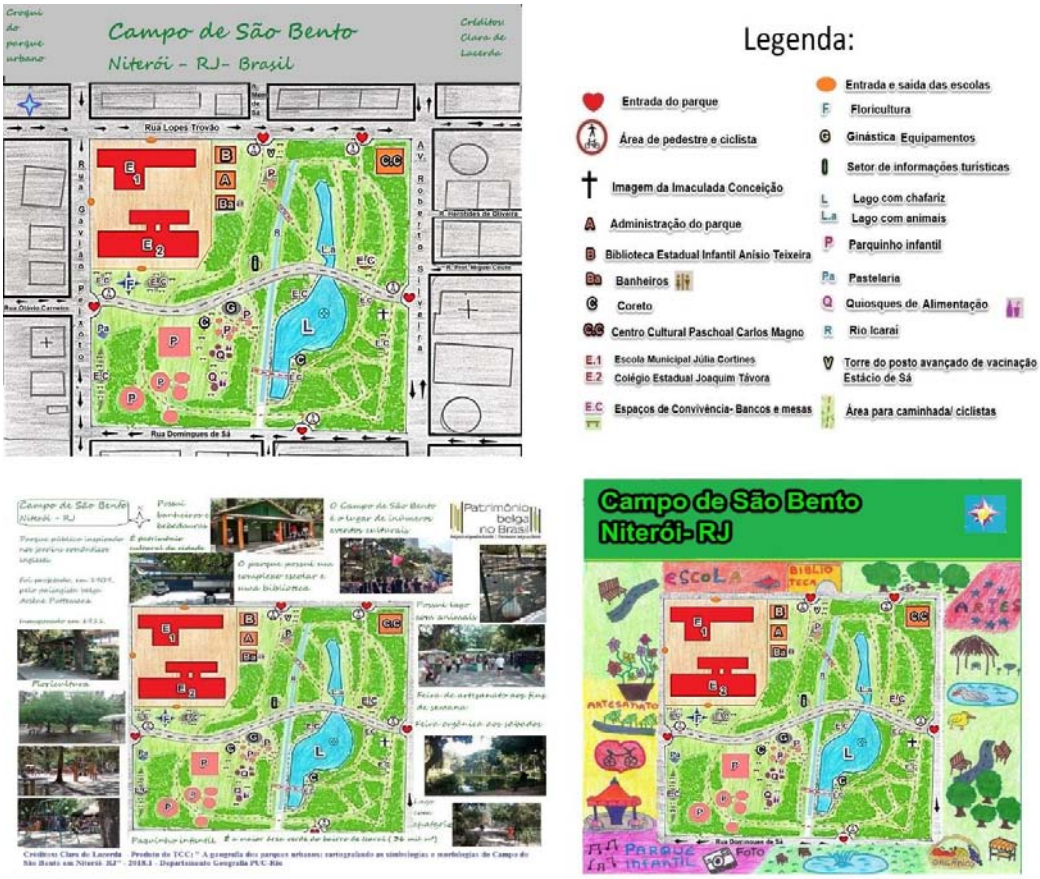


Fig 3- Croquis ilustrativos do Campo de São Bento

Considerações Finais

O presente trabalho de pesquisa corroborou a ideia de que a materialidade e a imaterialidade dos lugares, bem como a maneira como são utilizados e apropriados pelos grupos sociais, são um objeto de estudo da ciência geográfica. Dentro dessa perspectiva, o Campo de São Bento, no Município de Niterói, estado do Rio de Janeiro, se constitui num espaço de relevância para os usuários, principalmente devido às suas dimensões simbólicas, sociais e políticas, que o qualificam como lugar. Isso pode ser exemplificado através dos usos e ocupações desse parque público no cotidiano das pessoas.

A partir de entrevistas, foi observado que os croquis produzidos são eficazes na orientação espacial por dentro dos limites do parque. Na pergunta nº 8, sobre se os croquis e sua respectiva legenda eram úteis e refletiam o

cotidiano do Campo de São Bento, todas as respostas indicaram que a produção cartográfica teria utilidade. Para o entrevistado nº 7 que mora em Vila Isabel- Rio de Janeiro e não costuma ir ao parque com frequência, por exemplo, o croqui possibilitou uma vivência do espaço, além de localizar os principais pontos de visitação, que talvez passassem desapercebidos.

Já para os demais entrevistados, que moram nos bairros de Icaraí e Santa Rosa, respectivamente, os croquis e a legenda são de ótima qualidade e muito agradáveis ao olhar, despertando a curiosidade para descobrir mais sobre a história do Campo de São Bento. Para eles que estão habituados a frequentar o lugar, os croquis conseguiram refletir o cotidiano do parque, pois as áreas que costumam ir estão bem visíveis.

Referências

CZERNIAK, J., HARGREAVES, G. AND BEARDSLEY, J. Large parks. New York: Princeton Architectural Press, 2007.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs) IN: Paisagem, Tempo e Cultura. EdUERJ. 2ªed. 2004.

GOMES, P. C. C. “A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos”. Religião, identidade e território. Rio de Janeiro: EdUERJ (2001): 93-114.

GUELMAN, R. P. A preservação do Patrimônio Cultural em Niterói. 1ª ed. Fundação de Arte de Niterói, 2007.

JÉGOU, L. L'imagination esthétique dans la conception graphique des cartes: proposition de typologie illustrée.Colloque Temps, arts e Cartographie : LA SÉMIOLOGIE DANS TOUS LES SENS. l'Université de Strasbourg. 2016.

LYNCH, K., AND CAMARGO, J. L. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TUAN, YI-FU. “Language and the making of place: A narrative-descriptive approach”. Annals of the Association of American geographers, v. 81, n. 4, p. 684-696, 1991.

_____. Urban green spaces and health. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 2016.

MERCADOS CÍVICOS E IMAGINÁRIOS POLÍTICOS PÓS-1960: O MOVIMENTO COMMUNITY SUPPORTED AGRICULTURE

Alanda Lopes Baptista Martins

Resumo

O cenário político pós-1960 revela a emergência de novos atores do movimento anti-sistêmico trazendo consigo plurais bandeiras de luta e espaços de debate público. Baseados na discussão das abordagens teóricas contemporâneas dedicadas ao tema dos novos movimentos sociais, defendemos, neste artigo, a necessidade do emprego de lentes analíticas que tornem possível captar as distintas dimensões subjetivas/estruturantes que conformam estes movimentos. Como estudo de caso, situamos o mercado cívico agroalimentar *Community Supported Agriculture* e sua expressão de ativismo político na miríade deste conjunto de formas protesto social e de agenda político-social do pós-1960.

Palvras-chave: Novos movimentos sociais; ativismo político; *Community Supported Agriculture.*

Resumen

El escenario político post-1960 revela la emergencia de nuevos actores del movimiento anti-sistémico trayendo consigo plurales banderas de lucha y espacios de debate público. Basados en la discusión de los enfoques teóricos contemporáneos dedicados al tema de los nuevos movimientos sociales, defendemos en este artículo la necesidad del empleo de lentes analíticas que hagan posible captar las distintas dimensiones subjetivas/estructurantes que conforman estos movimientos. Como estudio de caso, situamos el mercado cívico agroalimentario *Community Supported Agriculture* y su expresión de activismo político en la miríada de este conjunto de formas protesta social y de agenda político-social del post-1960.

Palabras-clave: Nuevos movimientos sociales; activismo político; *Community Supported Agriculture*.

Introdução

A primeira forma de resistência consiste em
tentar transformar trocas desiguais em
autoridade partilhada.
Roberto Moreira, 2007

Este artigo é parte dos resultados da tese de doutorado intitulada *Agricultura Apoiada pela Comunidade ou Comunidade Apoiada pela Agricultura: a relação campo-cidade pela ética da solidariedade*, e tem como objetivo analisar a emergência do movimento *Community Supported Agriculture* (CSA) no conjunto das expressões de protesto social e dos imaginários políticos do pós-década de 1960.

Com base na observação *in loco* e na realização de entrevistas semi-dirigidas com participantes do CSA em diferentes núcleos do Brasil e da Alemanha, constatamos que as estratégias de reivindicação presentes neste movimento de produção/consumo alternativos confluem à perspectiva de transformação social de um conjunto de movimentos da chamada 'nova esquerda'. Trata-se de um novo imaginário de ativismo político, o qual, na medida que incorpora novas práticas de transformação social, vem conferir diferente sentidos às performances do movimento antissistêmico, para além da esquerda tradicional. Suas táticas revelam a construção de um espaço de ativismo social forjado sobre o princípio basilar da esperança de que o mundo não apenas pode, como precisa, ser transformado a partir da realidade presente, por meio de ações indissociáveis da esfera da vida cotidiana, politizando-a.

Presente nos cinco continentes do mundo e congregando, no total, cerca de 42 milhões de pessoas vinculadas, o movimento CSA tem como proposta central a organização de um espaço de produção e de distribuição de alimentos, de bases comunitárias, que tornem possível a garantia da qualidade ética deste alimento. Mais do que uma alimentação adequada, estes atores viabilizam em suas práticas socioprodutivas experiências de sociabilidade econômica mais equilibradas, não contaminadas pela marca da exploração do homem pelo homem. Afirmam nestes processos sua crítica política, traduzida

em ações práticas, sobre a crescente mercantilização da terra, do capital e do trabalho na modernidade capitalista.

Como eixo comum, as motivações dos atores engajados no CSA trazem uma crítica ao mecanismo concentrador de recursos e de capitais do *mainstream* agroalimentar e, numa conexão entre a crítica e a prática, se projeta na transformação de seus hábitos cotidianos de acesso e de consumo de alimentos. A tática do movimento se ancorada na construção de um processo sócio organizativo entre o campo e a cidade tendo em vista a promoção de um sistema de produção/distribuição/consumo agrícola de bases comunitárias. E é nesta engrenagem, que assume como estratégia central a construção de arranjos sociais que resgatam o sentido de comunidade, construída em meio a relações de reciprocidade, que reside a chave do ativismo político do movimento CSA.

Pautando suas ações pela perspectiva da autonomia frente à influência do capital - e dos interesses de empresas privadas do setor agroalimentar à ele associado - sobre as necessidades alimentares das pessoas, ao mesmo tempo em que desloca o ideário de espaço privilegiado para transformação social do sistema político dominante, com suas instituições estatais e/ou partidárias, para um novo espaço, de bases comunitárias e em construção, o movimento CSA se insere neste grande campo do cenário atual de formatos de ativismos que têm na busca por autonomia o seu horizonte emancipatório.

Os já não tão 'novos' movimentos sociais

No panorama dos espaços de debate político que ganham destaque no pós-década de 1960, autores como Quijano (2014), Santos, (2002), Bartra (2008), Wallerstein (2003), Gibson-Graham (2010), e Gohn e Bringel (2014) destacam os movimentos feminista, da luta em defesa da diversidade cultural e sexual, dos negros, dos indígenas em regiões andinas, dos zapatistas, dos ambientalistas, e ativismos rurais de diferentes regiões do mundo, entre demais movimentos e formas de ação social que propõem transformações a partir da afirmação e da (re)criação de outras formas de se compreender e de se estar no mundo. Este imaginário da ação política envolve, ainda, a construção de

racionalidades socioprodutivas distintas, mediante a criação de formas de organização, tanto do processo produtivo, como do intercâmbio e do consumo atípicas às relações capitalistas (GIBSON-GRAHAM, 2011; GOODMAN et. al, 2012; QUIJANO, 2014; SANTOS, 2002; BARTRA, 2008; WALLERSTEIN, 2003; CÓRDOVA y PIMENTEL, 2013), tal como nas experiências socioeconômicas enfocadas neste artigo.

O movimento zapatista é, em especial, notoriamente citado como a fonte inspiradora mais reconhecida deste novo imaginário político, por sua abstenção aos modos revolucionários da estratégia dos dois passos, sejam estes, a tomada do poder estatal como um prelúdio a transformação social (GIBSON-GRAHAM, 2011; WALLERSTEIN, 2003). Gibson-Graham (2011) afirmam que os zapatistas instauram outro modo de ordenar meios e fins, fundando diretamente o que é pelas autoras chamado de 'comunismo indígena pós-capitalista'.

A forma de ação política destes novos movimentos se vincula a imaginários e à criação de uma linguagem da ação política que conduzem a "*uma revisão do poder e uma re-teorização da revolução*" (GIBSON-GRAHAM, 2011, p. 38). Podemos citar Sader (1988) como outro autor que compreende os novos movimentos sociais como formas cotidianas de articulação e de ação para construção de distintos espaços políticos, transpassando o sistema clássico de representação política permitida. No imaginário político destes novos movimentos, categorias sociais definidas em torno da ideia de classe começam a abrir espaço para novas categorias políticas, associadas ao reposicionamento destes sujeitos que entram em cena compartilhando sentidos e estratégias diferentes daquela cena da mobilização social típica das gerações militantes até os anos de 1960.

Estas novas formas de ativismo são associadas, entre outras dimensões, a crise das formas de representatividade hegemônicas e expressam este questionamento social sobre a efetividade da representatividade da democracia representativa (BOURDIEU, 1984; 1989). Como portadores de sentidos de mundo não devidamente contemplados no debate político tradicional dos movimentos de contestação inspirados no

clássico socialismo revolucionário, em reformas da social democracia e/ou em identidades políticas partidárias, os novos movimentos sociais trazem à tona uma pluralidade de pautas e de formas possíveis de ação, ressignificadas pelo empoderamento do espaço-tempo cotidiano como potencial estratégico de resistência.

A hegemonia do capital e do Estado sobre o conjunto das relações sociais, com suas consequentes definições monolíticas de tempo, espaço e valor, é assim questionada entre polifacéticas formas de expressão e de organização estratégica. Mas, como destacam Gibson-Graham (2011), a política tradicional de esquerda não é necessariamente suprimida pelos novos formatos de contestação, podendo ser entrelaçada a outros processos que se sobrepõem em um campo diverso de construção política onde não existiriam respostas, planos e/ou estratégias universais.

Trata-se, portanto, de um imaginário da ação social que incorpora novas estratégias de transformação social, conferindo outros sentidos às performances do movimento antissistêmico, para além da esquerda tradicional. Segundo Wallerstein (2003), atualmente, vis-à-vis à rearticulação das formas de dominação através de novos mecanismos dos mercados capitalistas, de agentes financeiros e dos Estados, reestruturam-se formas de protesto e ações coletivas dos movimentos sociais.

Esta nova cartografia do terreno político, chamada por Wallerstein de '*New Left*' (WALLERSTEIN, 2003), ou nova esquerda, tem o Fórum Social Mundial como um evento ícone, catalizador de novas proposições de ativismos e de iniciativas políticas impressas em movimentos como os anti-globalização; ambientalista; feminista e das minorias étnicas e raciais, movimentos que trazem como lema comum '*outro mundo possível*', em imaginários políticos que emergem em autodenominações como: "*Movimento de movimentos*", "*Estamos em todos lugares*", "*Outras economias são possíveis*", "*Um não, muitos sins*" (SANTOS, 2002; GIBSON-GRAHAM, 2011; WALLERSTEIN, 2003).

Este processo pode ser explicado, do ponto de vista de uma contextualização macropolítica do mundo contemporâneo, pelo colapso do Leste europeu, marcado na memória coletiva pela simbólica queda do muro de

Berlim em 1989. Um episódio que trouxe implicações sócio-políticas profundas, expressas não apenas na crise do chamado *socialismo real* - entendido como o mundo socialista de configuração político-estatal - e no enfraquecimento de partidos comunistas ao redor do mundo, mas refletidas também numa crise pela perda de prestígio de um conjunto de ideias associadas à esquerda tradicional marxista, como afirma Wallerstein (2003):

> A conclusão que os povos do mundo chegaram sobre a performance em exercício do poder dos movimentos anti-sistêmicos clásicos foi negativa. Perderam sua certeza que o futuro seria glorioso, e a confiança nesses movimentos, deixaram de acreditar que estes partidos, inevitavelmente e sem lugar de dúvida, haveriam de levar a um mundo mais igualitário. E, havendo perdido sua fé neles, a perderam também a respeito dos Estados como mecanismos de transformação. Isso não significou que as populações deixaram de votar nos ditos partidos nas eleições. Significou que estes votos se tornaram uma maneira defensiva de optar pelo mal menor, e deixaram de expresar afirmações em termos de ideologia e expectativas (WALLERSTEIN, 2003, p. 182).

Ainda que a queda do Muro de Berlim seja considerado um marco, Wallerstein (2003) retrocede um pouco mais ao afirmar que: "*desde 1968 tem havido sem embargo uma busca persistente de um novo e melhor tipo de movimento anti-sistêmico*" (WALLERSTEIN, 2003 p. 182). Neste novo capítulo da história das mudanças sociais, o ativismo social assume uma nova linguagem de representação do espaço-tempo da ação política, a qual abraça o momento presente, o 'aqui e agora' (GIBSON-GRAHAM, 2010), em ações carregadas de um sentido de empoderamento do local, através de estratégias arraigadas a circunstâncias endógenas onde se faz presente o diálogo com o global, estando este diálogo, contudo, a serviço do local.

CSA e ação politica

Em suas narrativas, os membros associados dos CSAs entrevistados, brasileiros e alemães, falam sobre as motivações políticas que envolve a decisão pessoal de ingressar no movimento, com estórias de vida que em geral remetem a esta crise de representatividade da esquerda clássica, em termos de ideologias e expectativas, e dos Estados como mecanismos de transformação social. Os valores éticos-solidários em reprodução neste

movimento evocam, de forma clara, para além da problemática agrícola-agrária, a processos de construção política de novas bases societárias, como vemos nesta narrativa de um coagricultor do núcleo CSA GartenCoop, em Freiburg, Alemanha:

> Neste grupo de agricultores e pessoas da cidade convergiram muitas motivações diferentes. Eu, pessoalmente, vinha do movimento altermundista, Porto Alegre, Fórum Social Mundial, de todo esse movimento vinha eu. E, por uma parte, dizíamos, outro mundo é possível, mas não era como muito... digamos, do ponto de vista dos movimentos na Europa, era muito vazio, era como um discurso, não tinha como que uma base social, não tinha verdadeiramente, sabe? Nós víamos movimentos como o do Brasil, quando o MST dizia outro mundo é possível, é porque tinham como mostrar 'olhem, temos ocupações de terra, temos assentamentos, temos aqui estruturas para produzir nossas coisas, temos uma visão e estamos implementando este outro mundo, não?', e isso nos dava muita força. E aqui na Europa quando nós dizíamos outro mundo é possível só podíamos apontar esses movimentos. Também tínhamos coisas aqui como esse sindicato e tal, mas nos faltava um corpo, nos faltavam raízes assim, não? Então, para mim era uma motivação de criar estruturas que podiam mostrar este outro mundo que é possível, mais justo socialmente, economicamente, ecologicamente e politicamente, digamos, mas a partir de uma estrutura que funcione, não só uma espécie de nicho, algo assim escondido, mas sim algo que tenha uma relevância social (COAGRICULTOR, FREIBURG, AGOSTO DE 2014).

Se mostra presente, em sua fala, um ideal societário ancorado em valores éticos e que, a partir do CSA, tem como tática a construção de estruturas de reciprocidade entre os participantes. A implementação prática do sistema CSA inicia-se com a formação de um corpo de investidores agrícolas, um grupo de consumidores que financia antecipadamente, mensal ou anualmente, os custos da produção agrícola de famílias produtoras. Seus participantes se autodenominam coprodutores, recusando a usual designação produtor/consumidor por defenderem que cada produtor é também um consumidor de sua produção e que cada consumidor, por sua vez, deve ser um coprodutor, já que participa ativamente em diferentes momentos do ciclo produtivo, desde o planejamento do que será cultivado e do manejo mais adequado, auxiliando, ainda, na logística da distribuição da produção e nas atividades de semeadura, colheita e reflorestamento em forma de mutirão. Em contrapartida, todos membros vinculados ao projeto recebem uma cota dos

produtos colhidos semanalmente. Em algumas experiências, como a da cooperativa Gartencoop, que possuí mais de 200 associados, a propriedade da terra é coletiva. Em outras palavras, como diz o agricultor CSA de Hof Pent, Alemanha, "*this is a group of people working together*".

No mesmo sentido, afirma outro coagricultor em Berlim:

> Então, o conceito que eu tenho é de um novo nível de economia, onde pessoas estão conectadas de uma maneira baseada na consciência humana de outras diretrizes de cooperação, tais como transparência, confiabilidade e, o principal é que as pessoas estejam fazendo o que elas desejam fazer, não o que elas são forçadas a fazer. (...) Nós todos temos que ser flexíveis e ouvir o que está acontecendo lá, o que está acontecendo acolá, para fazer o sistema crescer conosco. Eu chamo isso de 'Comunidades de Decisão' (ENTREVISTADO, BERLIM, AGOSTO DE 2014).

O conjunto de técnicas socias por eles articuladas para a execução de tais princípios dizem respeito não à uma técnica capitalista, mas a um construto de ferramentas e de formatos sócio organizativos eticamente mediados por uma outra racionalidade socioprodutiva, de bases horizontais. E a prática da reciprocidade, e sua concernente racionalidade socioeconômica, constituí o substrato socioprodutivo que permite a materialização, confere força, '*corpo, raiz*', à execução de tais princípios.

Em um imaginário do ativismo político contra hegemônico que cresce pós colapso do Leste socialista europeu; na crescente crise da representatividade do Estado-nação como vias de construção de uma sociedade mais justa; e em um contexto em que o capitalismo, politicamente legitimado pelos Estados, revela, mais que nunca nestes 500 anos desde que foi implantado, o quanto limitada é promessa de seu paraíso com ganhos em qualidade de vida para toda humanidade (WALLERSTEIN, 1999; 2003), arranjos sociais de reciprocidade sinalizam-se para estes atores como um possível solo para a construção material e simbólica de outros mundos. E daí podemos deduzir o porquê do exponencial crescimento do contingente de atores vinculados a CSAs em todo o globo nas últimas décadas. Das pioneiras 10 (dez) famílias que inauguraram o movimento em 1975, no Japão, aos cerca de 16 milhões e meio de membros hoje diretamente vinculados em diferentes

continentes, grande parte deste número é constituída de sujeitos que buscam, para além de alimentos saudáveis, o exercício material e concreto, no aqui-agora, de um mundo eticamente situado.

Em sua militância cotidiana, estes sujeitos constroem e fortalecem novas e antigas sociabilidades econômicas, não conformadas às subjetividades alicerçadas em axiomas político-econômico clássicos nos quais o capitalismo e o Estado concentram para si o imaginário singular das relações sociais. Vinculando diferentes sentidos e táticas, estes atores promovem espaços ético-solidários em torno da reprodução socioeconômica desta condição material básica de nossa existência, o alimento. Nesta busca, instauram-se formas de produção/distribuição/consumo diferenciados, através de circuitos por onde se compartilham valores e iniciativas associados a práticas de reciprocidade, de solidariedade, de enlace comunitário e de autogestão, onde prevalecem, diante da consciência de uma situação de fragilização comum, a perspectiva da busca por autonomia frente ao domínio do sistema agroalimentar hegemônico abrangente e, internamente, relações entre iguais.

Ao deslocarem o campo da ação política de sua relação direta com o Estado, experiências como o CSA constroem novos espaços de debate público, voltados ao âmbito das relações sociais e de poder cotidianas como *lócus* privilegiado de mediação das esferas econômicas e de decisão política.

Horizontes e limites nas articulações estrutura/agenciamento

Os sujeitos protagonistas destas experiências que surgem como novos atores, pleiteando a afirmação de outros espaços de diálogo incorporados a outros processos democráticos, são ainda não bem reconhecidos no discurso político oficial, mesmo naquele de esquerda. Em geral, seus atores e ações não são vistos como sujeitos históricos pelo pensamento da esquerda clássica, uma vez que não dirigiriam seus esforços a uma revolução dada pela tomada do poder político do Estado. Esta é uma das críticas mais recorrentes a estes formatos de ativismo econômico, dentre outras que lhe são comumente atribuídas.

Sob um olhar interpretativo, a atomização das categorias sociais presente nesta amplificação de subjetividades políticas, não anteriormente previstas, revela a necessidade de novos horizontes teóricos que tornem possível compreender a polimorfa cena de ativismo em curso na sociedade. Este desafio da construção de novas ferramentas de compreensão da realidade social tem repercutido na demarcação de heterogêneos, e por vezes dúbios, horizontes de percepção para os intelectuais.

Lembremos aqui das divergências que marcaram, na década de 1980, o debate entre as escolas de sociologia norte-americana, focada em estratégias, e a europeia, dedicada a aspectos identitários dos movimentos sociais. Na América Latina a controvérsia que viria à tona nesta mesma década dividia, de um lado, os estruturalistas que assinalavam, sob uma influência fortemente marxista, a importância de macro fatores político-econômicos e, do outro, os interacionistas, que à maneira dos europeus, realçavam as interações simbólicas e culturais constituintes dos processos discursivos das identidades políticas (GOHN e BRINGEL 2014).

Atualmente, as reflexões teórico-metodológicas acerca dos movimentos sociais atuais ainda podem ser condensadas em dois campos basilares, descritos em autores como Gohn e Bringel (2014) e Bourdieu e Wacquant (2014), sejam estes: *1)* o grupo dos que propõem uma ênfase maior em questões estruturais e *2)* os que dedicam maior relevo a ação do ator social, em geral abordada com maior vigor em estudos de perfil mais cultural, fenomenológico e reflexivo.

Uma vez contrapostas em distintos campos, ambas perspectivas crivam críticas entre si. A categoria ontológica de 'totalidade', presente em análises de viés macroestrutural, é acusada por alguns subjetivistas de estar associada a formas políticas autoritárias, bem como de ser demasiada determinista com sua ênfase nos fatores externos que retrata "*os indivíduos ou grupos como suportes passivos de forças que mecanicamente operam segundo sua lógica independente* (BOURDIEU e WACQUANT, 2014, p. 40)". Os objetivistas, por sua vez, consideram os estudos que outorgam uma maior importância a análises subjetivas como uma mera e, porventura, despolitizada, para não dizer

politicamente comprometida, coletânea de atos de classificações individuais (BOURDIEU e WACQUANT, 2014).

A tendência de priorização de uma ou outra lente analítica tem fomentado debates entrincheirados que se abastem em torno de antinomias já profundamente assentadas nas ciências sociais, como objetivismo/subjetivismo, estrutural/agenciamento e escalas macro/micro. Antíteses estas, reduzida e superficialmente divulgadas como uma disputa entre a supremacia de uma ótica teórica 'moderna' ou 'pós-moderna' como foco privilegiado de leitura da realidade (BOURDIEU e WACQUANT, 2014).

A falsa antinomia objetivismo/subjetivismo, estrutura/agenciamento, macro/micro, sociologia/psicologia social precisa ser transposta por análises as quais, uma vez respeitando-se os respectivos desafios teórico-metodológicos, abarque a forma como as estruturas objetivas se relacionam com a constituição de disposições subjetivas. Bourdieu e Wacquant (2014) lembram que a distribuição dos recursos materiais e os fatores macropolíticos incidentes sobre as formas de apropriação de bens e quantias são elementos da realidade objetiva em diálogo constante com sistemas de classificação. Sistemas de classificação referem-se, segundo os autores, a esquemas mentais e corporais que influem pensamentos, sentimentos e juízos, conduzindo, de forma prática, a determinadas condutas comportamentais.

Enfoques sobre objetividade e subjetividade resultam em distintas formas de aproximação analítica, contudo, complementares na constituição do todo social. As relações determinadas pelas articulações de uma dada estrutura objetiva podem ser materialmente mensuráveis e cartografáveis como uma física social. Nas palavras de Bourdieu e Wacquant (2014), esta estrutura objetiva é, em geral, interpretada tal como uma "*partitura musical não escrita segundo a qual se organizam as ações dos agentes, cada uma das quais crê que está improvisando sua própria melodia*" (BOURDIEU e WACQUANT, 2014, p. 32) . Desdobrando-se do mapa das regularidades objetivas, temos a experiência cotidiana dos sujeitos sociais, ou *objetividade de segunda ordem*, o mundo dos significados, tipificações e relevâncias. Recobertas de aspectos que exigem uma sensível observação do pesquisador, seria através destas últimas

dimensões que as pessoas dotam sentido e vivenciam as determinações objetivas.

Uma ciência social que traga em discussão a prática humana e suas múltiplas motivações deve entrecruzar à topologia social a dimensão dos esquemas perceptuais e valorativos, também contribuintes na construção do mundo. Representação, vontade, consciência e interpretações que os agentes invertem em suas vidas cotidianas são um componente essencial do mundo social, e não apenas refletem relações sociais, mas contribuem para constituí-las, sendo possível, dentro de certos limites, transformar o mundo transformado a sua representação.

Considerações finais

Por compreendermos a temática agroalimentar como algo que remete, indissociavelmente, a aspectos de natureza macroestrutural - tendências do regime agroalimentar capitalista corporativo - e de valoração cultural - construção social de gostos, preferências, qualificações e legitimações -, nos afinados à proposta da *sociologia total* de Bourdieu, a qual seria, em suma, o posicionamento do olhar investigativo não pela contraposição, mas pela integração entre estes diferentes campos interpretativos.

Para uma compreensão dos nexos implicados na conformação de sistemas agroalimentares, em especial quando dirigimos nosso olhar a formatos organizativos agroalimentares alternativos, tal como a experiência CSA, revela-se de suma importância termos em conta a totalidade destes processos, tanto no que integra as estruturas constituidoras de modelos homogeneizantes, como no que diz respeito aos mecanismos simbólicos que tendem a assegurar a reprodução ou transformação de tais estruturas.

Os diferentes discursos e práticas que informam os novos movimentos sociais agroalimentares aqui discutidos ressaltam a dimensão política reiterativa do cotidiano, sendo este emprestado de novos sentidos por agentes que buscam horizontes de realização para além da ordem vigente, vivenciando a sua busca por transformações sociais no espaço-tempo do dia a dia. O próprio permanente processo dialético inaugurado com a canalização de

valorações sociais éticas, estéticas, sociais e ambientais afirmadas por estes e outros tantos movimentos sociais, em estratégias de segmentação de mercado pelo *mainstream* capitalista, mostra-nos como é ativa, e, cabe ressaltar, passível a inusitados desfechos, a interação entre as dimensões objetivas-estruturantes/subjetivas-do agenciamento dos sujeitos.

Mesmo os elementos subjetivos, associados, em geral, às práticas cotidianas dos atores sociais, são componentes-chave sempre presentes, inclusive, nas macro estratégias de reprodução do capital. A ideia do caráter fetichista da mercadoria proposta por Carl Marx (2013 [1867]) lança relevo a esta dimensão ao evidenciar o papel do processo de formação de subjetividades na construção comportamental de modelos de consumo no modo de produção capitalista. A tese de Marx denuncia como a dimensão das relações sociais, inerente às relações mercantis, torna-se, na cultura burguesa, escamoteada por uma relação fetichista entre as próprias mercadorias.

Assim, incorreríamos também em um erro caso considerássemos o modelo do sistema agroalimentar capitalista, ainda que de pretensões hegemônicas, como plenamente totalizador da complexa trama de relações subjetivas-objetivas implicadas no ato cotidiano da alimentação. Vemos, portanto, no movimento CSA, novos processos de valoração da cultura alimentar e de ativismo social que ganham destaque no cenário atual. Suas estratégias, revertidas de significados ético-políticos, são mobilizadas, de forma subjetiva e objetiva, por atores sociais contrahegemônicos articulados em torno da temática agrário-alimentar.

Referências

BARTRA, Armando. El hombre de hierro: los limites sociales y ambientales del capital. Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

BOURDIEU, Pierre. “A delegação e o fetichismo político”. In:, Coisas Ditas, São Paulo, Brasiliense (1990 [1984]).

_____. A Representação Política: elementos para uma teoria do campo político. In: O Poder Simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. e WACQUANT, Loïc. Una Invitación a la sociologia reflexiva. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

CÓRDOVA, Dania López e PIMENTEL, Boris Marañón. Racionalidades y prácticas socioproductivas alternativas para el Buen Vivir. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2013.

GIBSON-GRAHAM, Katherine.Julie. Una Política Poscapitalista. Bogotá: Siglo de Hombre

Editores, 2011.

GOHN, Maria da Glória e BRINGEL, Breno M. (orgs.) Movimentos sociais na era global. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M; GOODMAN, M. Alternative Food Networks: Knowledge, practice and politics. New York: Routledge, 2012.

MARX, O Capital, Livro 1, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 [1867].

MOREIRA, Roberto José. "Configuração de poderes urbanos-rurais: fragmentos de discursos e práticas". In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). Abordagens Teórico-Metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2007.

QUIJANO, Anibal. Cuestiones y horizontes: de la dependência histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder – 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires:CLACSO, 2014.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. A Ruína do Capitalismo. Entrevista extraída de Folha de Sao Paulo, domingo 17 de octubre de 1999. Disponível em: http://www.globalizacion.org/biblioteca/WallersteinRuinaCapitalismo.htm

_____. "¿Qué significa hoy ser un movimiento anti-sistémico?" In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. No. 9 (ene. 2003). Buenos Aires: CLACSO, 2003.

ESPAÇO PÚBLICO E ACESSIBILIDADE : UM ESTUDO SOBRE O PARQUE NATURALÍSTICO MANGAL DAS GARÇAS EM BELÉM – PA

Eryck de Jesus Furtado Batalha*

Paulo Afonso Dias de Lima

Resumo

Este estudo tem o objetivo de entender de que forma o Parque Naturalístico Mangal das Garças, localizado na rua Carneiro de Rocha, no bairro da Cidade Velha em Belém-PA, se configura enquanto um espaço público e qual a natureza do seu acesso e uso. Partiu-se de uma revisão bibliográfica para então realizar uma visita a campo, onde foram feitas entrevistas com os sujeitos da pesquisa em campo para o levantamento dos dados necessários. Notou-se que o espaço do Parque Naturalístico Mangal das Garças é frequentado, majoritariamente, por turistas ou moradores da cidade de Belém que não residem em seu entorno, criando barreiras de acesso para moradores próximos e trabalhadores do entorno.

Palavras-chave: Espaço Público; Acessibilidade; Mangal das Garças.

Resumen

Este estudio intenta comprender cómo el Parque Naturalista Mangal das Garças, situado en la calle Carneiro de Rocha, en Cidade Velha, ciudad de Belém-PA, se configura como un espacio público y cuál es la naturaleza de su acceso y uso. Realizamos una revisión de la literatura para llevar a cabo una visita al campo, donde realizamos entrevistas con los temas de investigación en el campo de estúdio para recoger los datos necesarios. Se observó que el espacio del Parque Naturalista Mangal das Garças es frecuentado principalmente por turistas o residentes de la ciudad de Belén que no residen en su entorno, creando barreras de acceso para los residentes cercanos y trabajadores de los alrededores.

Palabras-clave: Espacio Público; Accesibilidad; Mangal das Garças.

* Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Introdução

A discussão acerca do direito à cidade (LEFÈBVRE, 1991) remete à uma ampla abordagem que engloba tanto questões como o direito à moradia, equipamentos públicos, saneamento e outras necessidades voltadas à sobrevivência do citadino, mas não somente. A lógica de produção capitalista, segundo a qual a cidade agora se orienta, direciona seus esforços a partir de um sistema de significados que surge nos meios de planejamento, não a partir de uma realidade percebida, comprometida com as nuances das várias relações que se entrelaçam no cotidiano, mas interpretada (LEFÈBVRE, 1991), que não alcança a totalidade da realidade urbana, mas acaba por justificar interesses concretos de grupos hegemônicos.

A necessidade de um esforço em direção a um direito à cidade pleno, renovado e transformado (LEFÉBVRE, 1991), que extrapole as necessidades de reprodução e alcance as objetividades individuais que anseiam o direito ao lazer, qualidade de vida e descanso nos leva a pensar a natureza dos espaços públicos enquanto dimensão do espaço urbano que permite encarar a relação do citadino com a cidade e a plenitude de seu uso.

É com base nessa necessidade que o presente artigo tem o objetivo de entender de que forma o Parque Naturalístico Mangal das Garças, localizado na rua Carneiro de Rocha, no bairro da Cidade Velha em Belém-PA, se configura enquanto um espaço público e qual a natureza do seu uso e acesso por parte de frequentadores do parque, moradores do entorno e comerciantes que orbitam a única entrada de acesso. Escolheu-se o referido recorte por conta de sua localização, na fronteira com a periferia da zona sul de Belém, e sua configuração estrutural, constituída de muros e pouca comunicação com seu ambiente exterior.

Os processos metodológicos utilizados partiram de uma revisão bibliográfica voltada para revisão do conceito de Espaço Público, acompanhada de uma discussão coletiva sobre a produção social da cidade; visita a campo para o reconhecimento prévio das relações estabelecidas nas dependências do Parque, assim como em suas proximidades; Aplicação de entrevistas semiestruturadas com objetivo de captar a apreensão dos

indivíduos sobre o espaço do Parque, seu uso sobre o mesmo e seu entendimento sobre o que seria um espaço público segundo experiências pessoais; e por, fim, a análise das informações obtidas para a produção deste artigo.

A estrutura do artigo está dividida da seguinte forma: 1) apresentação de um conceito de espaço público (GOMES, 2014:2012; SERPA, 2007; Leite, 2004), voltado à compreensão da discussão sugerida aqui; 2) apresentação do recorte espacial utilizado, Parque Ecológico Mangal das Garças, visando a contextualização do estudo; 3) análise das entrevistas selecionadas para a compreensão das relações existentes; e 4) discussão acerca do acesso ao parque por parte da população presente no entorno, frequentadores do parque e comerciantes.

Espaço Público: Um Conceito Político

Uma primeira aproximação com o conceito de espaço público torna necessária, como nos indica Gomes (2014, p.159), abandonar algumas noções. A primeira delas é a de que o público é, somente, aquilo que não é privado, pois, como o autor nos indica, “A ambiguidade de fronteiras assim delimitadas, somada ao fato de também existirem outros estatutos possíveis para o espaço, comum, coletivo, etc., impede-nos de nos satisfazermos com esse tipo de raciocínio. ” A segunda é a de que considera o espaço público a partir de suas delimitações jurídicas, invertendo posições, visto que, nestes casos,

> partimos da lei que regulamenta uma existência para definir o objeto, quando é possível imaginar que este precede a lei e que, além disso, manifeste-se em uma variedade fenomenológica que não obrigatoriamente é do interesse estrito da legislação descrever. (GOMES, 2014, p. 159-160).

Por fim, uma terceira noção que pode dificultar o entendimento sobre o que é o espaço público é a de que o mesmo é definido pela garantia de livre acesso indiscriminado a suas dependências. Segundo Gomes (2014, p. 160) “essa concepção peca pelo fato de não distinguir público de coletivo ou comum, ou seja, a simples característica de ter um acesso livre não configura

um estatuto público ao espaço. ” Hospitais, escolas, etc., por exemplo, são formas de espaços públicos que apresentam restrições ao seu acesso.

A superação de tais noções é necessária para a elucidação do conceito de espaço público e a maturação da discussão acerca do mesmo é indispensável se quisermos problematizar seu papel para pensar as relações de cidadania. Um problema acerca desse processo de problematização é a dicotomia que vem sendo incorporada por planejadores e estudiosos. Segundo Gomes,

> Na base desse problema está fundamentalmente um uso que separa dois tipos de compreensão desse tipo de espaço: no primeiro, há uma referência concreta a uma área física (praças, ruas, jardins, equipamentos, etc.) e uma preocupação prática de planejamento urbano; já no segundo tipo, a referência é a um espaço abstrato, teórico, fundamento da vida política e democracia, objeto de análise da ciência política. (2012, p. 19-20).

A fragmentação de esforços que advém daí não pode ser vista de forma completamente negativa, visto que os estudos realizados a partir de matrizes e objetivos diversos vão precisar de uma apreensão sobre o espaço público que atenda suas especificidades. Aqui, no entanto, pretende-se alcançar uma compreensão adjunta do espaço público que contemple o físico e o abstrato, através de um olhar geográfico sobre o tema, que possa “demonstrar exatamente a necessidade de estabelecer um diálogo profundo entre essas duas dimensões: a física e a abstrata, a da prática urbanística e a das teóricas análises do politólogos” (GOMES, 2012, p. 20).

Essas dimensões, correlacionadas, nos permitirão associar o substrato físico do espaço e as relações que configuram os usos de tal espaço para que possamos compreender sua dimensão pública. Entendemos que um não pode ser pensado sem o outro. Serpa contribuirá para nossos esforços afirmando que o espaço público, tal como compreendemos é encarado como “o espaço da ação política, ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade (SERPA, 2007, p. 9). ” A ação política sobre a qual Serpa nos fala é a ação da diferença, ou melhor, do encontro das diferenças. Se trata, também, de um “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de

cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos (SERPA, 2007, p. 9). ”

O espaço público, portanto, será aqui encarado enquanto o espaço das diferenças, que oferecerá as condições para que indivíduos ou grupos, díspares entre si, possam exercer suas diferenças, contrapondo-as com o “outro”, visto que essas diferenças precisam, para elas próprias existirem, desse tipo de relação, como nos diz Leite (2004, p.313).

Segundo o autor, o espaço público seria esse espaço de encontro de diferentes lugares, que se afirmam perante a sua visibilidade, de encontro e confronto com outros lugares, estabelecendo fronteiras mas sem disputar o espaço entre si, espaços que

> Precisam, ao mesmo tempo, possibilitar a subjetivação singular dos grupos, como também uma convergência mínima de sentidos coletivos, para que seja o espaço escolhido para a coexistência pública do dissenso e para a afirmação da diferença. Quanto mais esses espaços permitirem apropriações simbólicas diversificadas, mais eles terão a sua potencialidade política e simbólica distendida, para que possam sediar as práticas de uma *comunidade política do desentendimento* [*](LEITE, 2004, p. 314)

Essa potencialidade política e simbólica vai variar com relação aos grupos que ali se estabelecem, dos usos pretendidos pelos mesmos, pelos usos das estruturas físicas por grupos ou indivíduos (convergindo ou divergindo daqueles usos pensados no momento de sua elaboração) que vão imprimir objetividades e subjetividades e pela flexibilidade do espaço de receber essa miríade de lugares.

Buscou-se, portanto, a partir do caso do Parque Ecológico Mangal das Garças, identificar potencialidades e/ou limitações à concretização desse fazer político sobre o qual nos fala Serpa, ou a presença de uma comunidade política do desentendimento, apontada por Leite.

O Parque Naturalístico Mangal Das Garças

O Parque Naturalístico Mangal das Garças foi construído em 2005 através de um projeto do Governo do Estado do Pará. Localiza-se na rua

[*] Noções distintas sobre a mesma coisa ou sobre coisas diferentes (LEITE, 2004).

Carneiro de Rocha, no bairro da Cidade Velha em Belém-PA, e possui cerca de 33.000 m² de extensão, área anteriormente alagada ocupada por um aningal[*]. Se trata da tentativa de uma "representação das diferentes macro-regiões florísticas do Estado do Pará, isto é, as matas de Terra Firme, de Várzea e os Campos (MALHEIRO, 2009) ".

Possui uma única forma de acesso, a partir da rua Carneiro de Rocha, um estacionamento interno e outro disposto ao longo da referida via. A existência de muros laterais impossibilita a comunicação do Parque com as vias que o circundam, assim como a presença de um Quartel da Marinha. A permanência de área de aningal na sua extensão de frente para o rio, além da inexistência de estruturas que adentrem tal espaço, também contribuem para que o acesso ao rio inexista, sendo alcançado apenas através de um mirante suspenso.

Imagem 1 – Visão aérea do Parque Naturalístico Mangal das Garças
Fonte: <http://www.mangalpa.com.br/upload/arq_arquivo/1041.png> acesso em 25/10/17

O parque hoje se encontra sob a administração da Organização Social Pará 2000, uma organização privada que, com a tutela da Secult (Secretaria de

[*] Àreas compostas principalmente pela planta conhecida na região Amazônica como Aninga (Montrichardia arborescens Schott), uma Araceae que pode atingir 3 a 4 m de altura. (CRUZ, M. E. G. da; TEIXEIRA, W. G.; LIMA, H. N.; MACEDO, R. S., 2008)

Cultura do Estado do Pará) também administra espaços como a Estação das Docas e Hangar – Centro de Convenções da Amazônia.

Em suas dependências com conta com várias estruturas paisagísticas, museológicas, gastronômicas e ambientais, dispostas na tabela abaixo.

	Estrutura do Parque	Valor de Acesso
1	Memorial Amazônico da Navegação	R$ 05,00 (Gratuito à terça-feira)
2	Reserva José Márcio Ayres (Borboletário)	R$ 05,00
3	Farol de Belém	R$ 05,00
4	Viveiro das Aningas	R$ 05,00
5	Restaurante Manjar das Garças	Variável
6	Mirante do Rio	Gratuito
7	Lago Cavername e Lago da Ponta	Gratuito
8	Fonte de Caruanas	Gratuito
9	Armazém dos Tempos	Gratuito
10	Passaporte Válido para os itens 1, 2, 3 e 4.	R$ 15,00

Tabela 1: Estruturas do Parque Naturalístico Mangal das Garças
Fonte: < http://www.mangaldasgarcas.com.br/servicos/tarifas/> acessado em 15/10/17.

O espaço conta também com um estacionamento que possui 107 vagas, com hora/fração a R$ 05,00. A carteira de estudante possibilita que se pague meia-entrada nos itens dispostos acima.

A Rua Carneiro da Rocha, que dá acesso à entrada do parque, tem continuidade para além do Mangal das Garças, afunilando-se em uma área residencial que segue até um pequeno aglomerado de casas com limite na casa de shows Mormaço Bar e Arte, à beira do rio Guamá.

Essa área residencial se caracteriza por possuir casas de médio a pequeno porte, com estruturas de classe média baixa a populares. A maioria dos moradores entrevistados ocupam a área desde muito antes da construção do parque, acompanhando todo o processo de alteração da área. No tópico seguinte aprofundaremos as informações sobre os mesmos através das entrevistas semiestruturadas aplicadas na ocasião da visita de campo.

Acesso E Uso Do Mangal Das Garças

Neste capítulo apresentaremos um resumo de 15 entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa na ocasião da visita de campo, realizada no dia 16 de

setembro de 2016, pela manhã. Nestas entrevistas buscamos compreender a) a frequência com que os entrevistados frequentavam o Parque Naturalístico Mangal das Garças; b) os motivos que geralmente os levavam a frequentar tal espaço; c) a razão de sua presença na ocasião das entrevistas; d) o que entendiam por "espaço público"; e e) se consideravam o Mangal das Garças um espaço público.

Foram entrevistados moradores da Região Metropolitana de Belém a passeio e trabalho, turistas e moradores do entorno do parque. Abaixo apresentamos uma síntese do conteúdo de uma amostragem composta por 15 entrevistas, organizadas a partir do motivo de sua presença no local no dia indicado (quarta coluna, da esquerda para a direita): classificamos pessoas a passeio (incluindo turistas), pessoas a trabalho (na porção externa ao parque), pessoas que estavam produzindo álbuns fotográficos e moradores da rua Carneiro de Rocha.

	Frequência de visitas ao parque.	**Motivo de ir ao mangal (geral).**	**Principal motivo da presença no dia da entrevista.**	**O que considera enquanto espaço público?**	**Considera o mangal um espaço público?**
1 – Servidor Público (44 anos).	Primeira visita	Indicação de roteiro turístico	Turismo	Livre acesso, possibilidade de convivência, patrimônio comum.	Sim
2 – Professora (40 anos).	Com frequência	Ver os animais, a natureza.	Passeio	Onde trabalham pessoas do setor público	Sim
3 – Estudante (19 anos)	Pouca frequência	-	Passeio	Convivência com o meio ambiente e com pessoas próximas	Sim

Tabela 2 – Entrevistados a passeio.
Fonte: Entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa.

Na tabela 2 notamos que dentre os entrevistados que estavam a passeio no parque, variando bastante a frequência de visita, a visão geral é a de que o mangal das Garças, sim, é um espaço público. Suas visões de espaço público variam, como pudemos perceber, entre uma noção de livre acesso ao espaço,

patrimônio comum, contato com o meio ambiente e outras pessoas e espaços que servem a um fim público. Destes entrevistados notamos que, mesmo aqueles que citaram o fato de o parque possuir setores não gratuitos, não deixaram de reconhecer um estatuto público àquele espaço.

Na tabela 3 notamos que as pessoas que trabalham na parte externa do parque geralmente frequentam o espaço somente para tal fim, adentrando com pouca frequência e na maioria das vezes para apreciar o paisagismo e, em um caso, utilizar os equipamentos (Tabela 1) de que o espaço dispõe. Suas noções de espaço público englobam uma ideia de espaço com livre acesso e que possam deixar as pessoas à vontade em seu interior. A maioria dos entrevistados não considera o Mangal da Graças enquanto um espaço público por conta da não completa gratuidade dos equipamentos em seu interior e da inacessibilidade de comerciantes externos para exercer suas atividades no interior do parque.

	Frequência de visitas ao parque.	**Motivo de ir ao mangal (geral).**	**Principal motivo da presença no dia da entrevista.**	**O que considera enquanto espaço público?**	**Considera o mangal um espaço público?**
1 – Taxista (36 anos).	Com pouca frequência	Passeio. Contato com a natureza. Utilização de equipamentos internos.	Trabalho	Aberto ao público	Não
2 – Ambulante (38 anos).	Com pouca frequência	Lugar bonito. Ver os animais.	Trabalho	-	Sim
3 – Vendedor de balão (41 anos).	Com pouca frequencia.	Vender balões na entrada.	Trabalho	Deixa a pessoa à vontade	Não

Tabela 3 – Entrevistados a trabalho (parte externa do Parque Naturalístico Mangal das Garças)
Fonte: Entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa

	Frequência de visitas ao parque.	**Motivo de ir ao mangal (geral).**	**Principal motivo da presença no dia da entrevista.**	**O que considera enquanto espaço público?**	**Considera o mangal um espaço público?**
1 – Motorista (34 anos).	Pouca frequência	Passeio	Fotografia.	Acesso livre	Sim
2 – Professor (50 anos)	Alta frequência	Ministra aulas de fotografia	Fotografia.	Acesso livre e grátis.	Sim
3 – Motorista (49 anos)	Pouca frequência	-	Fotografia	Aceso gratuito.	Em parte.
4 – Fotógrafa (23 anos)	Muita frequência	Trabalho/foto grafia.	Trabalho/foto grafia.	Livre circulação, gratuito	Sim
5 – Estudante (28 anos).	Pouca frequência	Lugar agradável	Fotografia.	Acesso sem restrição, sem precisar pagar.	Sim

Tabela 4 – Entrevistados presentes com o fim de fotografar ou ser fotografados (profissionalmente)
Fonte: Entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa.

Na tabela 4 percebemos uma atividade que é comum no espaço do parque. O uso das dependências do Mangal das Garças para a realização de ensaios fotográficos é massivo, de modo a representar boa parte dos visitantes no dia em que as entrevistas foram realizadas. Divididos entre fotógrafos e fotografados (os primeiros com alta frequência de visitas ao parque, principalmente a trabalho), esses entrevistados costumam perceber o parque enquanto um espaço público por conta, principalmente, do livre acesso e pela falta de cobrança para utilizar sua área aberta, o suficiente para a realização dos ensaios fotográficos.

	Frequência de visitas ao parque.	**Motivo de ir ao mangal (geral).**	**Principal motivo da presença no dia da entrevista.**	**O que considera enquanto espaço público?**	**Considera o mangal um espaço público?**
1 – Contadora (35 anos).	Com pouca frequência	Contato com a natureza	Moradora	Segurança, acesso livre, não paga entrada	Sim
2 – Estudante (19 anos).	Pouca Frequência	Bater fotos, visitar borboletário, relaxar. (Mora perto, perdeu o “encanto”)	Moradora	Aberto ao público	Sim
3 –	Pouca	Dificuldade de	Moradora	Não	-

Aposentada (82 anos).	frequência	locomoção por motivos médicos. Perdeu o interesse.		apresentou resposta	
4 – Policial Militar (33 anos).	Pouca frequência	Tirar foto. Rotina.	Morador	Aberto ao público	Sim

Tabela 5 – Moradores da Rua Carneiro de Rocha
Fonte: Entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa.

Na tabela 5, onde apresentamos as entrevistas realizadas com os moradores do entorno, notamos que todos, sem exceção, frequentam o espaço muito pouco, apesar de viverem ao lado do portão de acesso. Foi expresso que, das poucas vezes em que as visitas acontecem são para apreciar o paisagismo ou simplesmente “relaxar”, incluindo as vezes em que é necessário acompanhar visitas, amigos ou família, ao local. Dentre os motivos dessa baixa frequência destacamos o fato de o espaço ter se “normalizado” frente ao cotidiano dos entrevistados. O fato de estarem sempre perto e visualizarem o parque diariamente se aliou a outra razão para que isso ocorresse: notamos nas entrevistas que a falta de diversificação de eventos ou atividades no parque acabou por afastar as pessoas mais próximas de lá. O uso constante, para um mesmo fim, acabou por acompanhar todas as entrevistas: o fato de o parque ter como maior trunfo a sua paisagem, sem que as pessoas que o frequentam contribuíssem para dotá-lo de “algo mais”, relações que poderiam adicionar adjetivos ao seu cotidiano e atrair uma diversidade maior de frequentadores. Ao contrário, percebemos que alguns entrevistados se sentiam vigiados e constantemente censurados com relação ao seu comportamento. Apesar disso, os moradores consideraram o espaço como um espaço público, por conta de seu livre acesso e, em alguns casos, da segurança que sentem em suas dependências.

Obstáculos De Acesso

Antes que possamos tratar da questão da questão da acessibilidade neste espaço e os fatores que a afetam diretamente, precisamos entender em que termos utilizamos tal conceito. É importante salientar que, quando falamos

de acessibilidade nos referimos ao acesso pleno à cidade, nesse caso acesso pleno aos espaços públicos da cidade, de modo que este possa exercer sua potencialidade enquanto espaço de encontro dos diferentes (LEITE, 2004), da ação política (SERPA, 2007).

Essa acessibilidade, conforme Serpa (2007, p. 16)

> está estreitamente vinculada na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, *shopping centes* e prédios públicos.

Esse "ultrapassar" da dimensão puramente física dos espaços nos leva a pensar a acessibilidade para além da acessibilidade física. A criação de espaços públicos voltados para as classes médias molda o acesso de forma simbólica através da adequação crescente dos mesmos à uma lógica de consumo que é, em sua essência excludente, afinal "acessibilidade e alteridade tem uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos" (SERPA, 2007, p. 20).

Através das entrevistas pudemos perceber três pontos que representam barreiras de acesso no Parque Naturalístico Mangal das Garças: A falta de atividades diversificadas que sejam atrativos para as pessoas que moram próximas ao local, a existência de equipamentos com acesso pago no interior do parque e o acesso limitado de ambulantes que trabalhar na área.

A ausência de moradores próximos nas dependências do parque indica que os mesmos buscam espaços de lazer em outros locais, apontando para uma deficiência atrativa advinda do Mangal das Garças. Essa falta de atrativos advém de uma intencional padronização das relações a serem desenvolvidas ali, visto que "estamos diante de um estilo de vida que de classes médias que homogeneíza as diferenças culturais em prol de modos de consumo mundializados (SERPA, 2007, p.26). " Isto priva o espaço de sua potencialidade e põe em xeque seu estatuto de público, por mais que juridicamente seja encarado como tal. Prevê-se um uso ideal para o parque e

garante-se, através de um sistema de vigilância massivo, que se cumpram as regras para a permanência ali, excluindo formas criativas e díspares de utilização do espaço por grupos diversificados.

O uso massivo do espaço para a realização de ensaios fotográficos são uma pista para compreendermos isso. Serpa nos diz que

> Nas cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, investir em espaços públicos "visíveis", sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e empresas privadas. (SERPA, 2007, p. 26)

A valorização paisagística do Parque Naturalístico Mangal das Garças, enquanto uma espécie de oásis visual na fronteira com a periferia da cidade, em detrimento de outras relações, seleciona os usos que o mesmo possuirá, atraindo usuários que buscam uma "vitrine" para fotografias, sejam elas profissionais ou não.

Outro fator, menos incidente, que representa uma barreira de acesso ao parque é o fato de vários dos equipamentos internos nãos eram gratuitos (ver Tabela 1). Essa limitação de uso da totalidade do parque faz com que a experiência do usuário seja limitada a passeios por uma trilha pré-estabelecida por caminhos calçados que rodeiam o parque. A ausência de inovação nesse aspecto banaliza as atividades e reduz a vontade dos usuários de frequentarem o espaço cotidianamente.

O acesso negado aos ambulantes que orbitam o parque faz com que toda essa diversidade seja mantida do lado de fora do Magal das Garças, de modo a criar uma barreira institucional que, novamente, homogeneíza as relações que ocorrem ali dentro, controlando-as conforme o modelo de consumo em que estão inseridas.

Podemos notar, com o exemplo do Mangal das Garças, que a acesso é limitado a partir do momento que a administração do parque passa a seguir um projeto que busca valorizar algumas formas de uso em detrimento de outras, visto que "a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, "hierárquica" (SERPA, 2007, p. 20).

Não é à toa que as pessoas que encontramos “do lado de fora” do Mangal das Garças foram as que, em sua maioria, não reconheceram o parque enquanto um espaço público. O direcionamento hierárquico de uso do espaço se torna, então, evidente.

Considerações Finais

O Parque Naturalístico Mangal das Garças é um empreendimento do Governo do Estado do Pará, administrado pela OS Pará 2000 e localizado no Bairro da Cidade Velha em Belém, Pará. Através de visitas de campo e aplicação de entrevistas percebeu-se que os usos do espaço, assim como as relações ali presentes, são em grande parte influenciadas (se não condicionadas) pelas barreiras de acessibilidade, físicas e simbólicas, impostas pela administração do parque. O direcionamento do espaço para atividades como a produção de ensaios fotográficos, passeios de contemplação e utilização do restaurante buscam esgotar as possibilidades permitidas pelo espaço e privar o mesmo da potencialidade que faz parte da natureza de um espaço público. A cobrança pelo acesso de certos equipamentos do parque também atua para atrair usuários que possam fazer uso destes e ampliar o número de atividades durante sua visita. Essa seleção, implícita inclusive no bloqueio de acesso de ambulantes ao parque, é a objetivação de um processo de criação de espaços públicos destinados para a classe média das grandes cidades, anulando cada vez mais a presença das diferenças no espaço público, assim como o contato entre elas, fazendo recuar a dimensão pública destes espaços.

Referência

CRUZ, M. E. G. da; TEIXEIRA, W. G.; LIMA, H. N.; MACEDO, R. S. “Os aningais: um tipo de vegetação "quase extinta nas cidades amazônicas”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 12, 2008, Manaus. Conservação e expansão dos espaços verdes: um desafio ao gerenciamento urbano: palestras, resumos e relatos de experiências. Manaus: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana: International Society Arboriculture: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2008.

GOMES, P. C. C. “Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço.” In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012. p. 19-41.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. “A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.” 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFÈBVRE, H. “O direito à cidade”. In:. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991. P.103-117.

LEITE, R. P. “Políticas dos usos: a construção dos lugares no espaço público”. In:. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 284-319.

MALHEIRO, B.C.P. “PORTOS, PORTAS E POSTAIS: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)”. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Belém - PA.

SERPA, Â. “O espaço público na cidade contemporânea”. São Paulo: Contexto, 2007.

A REDE POLÍTICA EM SUAS ABORDAGENS COM O TERRITÓRIO: UM ESTUDO SOBRE A MADEIRA EM GUARAPUAVA – PR*

Patrícia dos Santos†

Resumo

A atual conjuntura mundial, dotada de dinâmicas cada vez mais complexas para as análises sobre o território indica a necessidade de estudos que se remetem às relações entre seus atores a partir de determinados elementos, a exemplo as redes. Os estudos sobre rede possuem particularidades e especificidades, posto ser estas agregadoras de diversas possibilidades de análises, inclusive como rede política. Para tanto, este trabalho apresenta como objetivo compreender o dinamismo das interações políticas e econômicas apresentados na rede política da madeira em Guarapuava-Pr. Diante do território e de determinar o seu controle, os atores constroem redes para estabelecer ligações, de ordem econômica, políticas ou culturais.

Palavras-chave: Rede Política, Madeira, Guarapuava;

Resumen

La actual coyuntura mundial, dotada de dinámicas cada vez más complejas para los análisis sobre el territorio, indica la necesidad de estudios que se remiten a las relaciones entre sus actores a partir de determinados elementos, a ejemplo de las redes. Los estudios sobre red poseen particularidades y especificidades, puesto que estas agregadoras de diversas posibilidades de análisis, incluso como red política. Para ello, este trabajo presenta como objetivo comprender el dinamismo de las interacciones políticas y económicas presentadas en la red política de la madera en Guarapuava-Pr. Ante el territorio y de determinar su control, los actores construyen redes para establecer vínculos, de orden económico, políticos o culturales.

Palabras clave: Red Política, Madeira, Guarapuava;

* Este artigo compreende parte dos estudos desenvolvidos na dissertação de mestrado em Geografia – UNICENTRO, no ano de 2015.

† Doutoranda em Geografia – Unicentro (Universidade Estadual do Centro – Oeste)-Guarapuava-PR.

Introdução

Os estudos sobre rede possuem particularidades e especificidades, posto ser estas, agregadoras de diversas possibilidades de análises, inclusive como rede política. O presente artigo tem por finalidade compreender o dinamismo das interações políticas e econômicas apresentadas na rede política da madeira em Guarapuava-Pr e, para isso, apresenta como seus principais atores no município: as entidades de classe representantes do setor madeireiro, como a Federação das Indústrias do Estado Paraná (FIEP), o Sindicato das Indústrias da Madeira de Guarapuava (Sindusmadeira); a Prefeitura Municipal; a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG) e; as empresas exportadoras de produtos relacionados à madeira no município.

A análise da rede política se configura com base nos dados obtidos a partir da aplicação de questionários a estes atores e, nas *dimensões* de análise propostas por Malagolli (2010), resumidas em: os atores e os seus recursos; as funções dos atores na rede; a estrutura das relações e a institucionalização da rede política; a distribuição do poder entre os atores; a estratégia dos atores; a integração política; a distribuição interna dos recursos e a inserção internacional; além do uso de indicadores políticos, financeiros, tecnológicos e jurídicos.

A Rede em suas abordagens: uma análise da rede política

A atual conjuntura mundial, dotada de dinâmicas cada vez mais complexas para as análises sobre o território indica a necessidade de estudos que se remetem às relações entre seus atores a partir de determinados elementos, neste caso, a rede.

Essa nova dinâmica da sociedade em rede também é proposta por Castells (2008, p. 565), uma vez que o autor entende que as “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. Essa proposição vem reafirmar o poder em dialética no território e manifestado a partir de suas relações.

As empresas, de acordo com suas relações de interesse, determinam as ações para configurar a rede desta ou daquela forma. Neste caso, por se tratar de empresas voltadas a práticas de exportação, a rede política configura-se como o próprio território das atividades madeireiras, já que as empresas que determinam a cadeia produtiva, em Guarapuava, são as mais competitivas no cenário internacional.

Já para Malagolli (2010) não são apenas os fatores econômicos que motivam as relações dos atores da rede, mas também os contatos políticos. Nas palavras de Malagolli (2010, p. 16):

> A rede é considerada o ambiente no qual os agentes podem elaborar as políticas públicas e os processos de concorrência. É neste ambiente que ocorre a interação estratégica dos atores e organizações, que são dependentes de vários recursos, como os financeiros, tecnológicos, organizacionais, políticos, jurídicos e constitucionais.

De acordo com Malagolli (2010) existem vários tipos de rede, dentre elas as redes econômicas, redes sociais e redes políticas, sendo estas enfoque de nossa abordagem, e que compreendem fatores que influenciam as ações dos atores, marcadas pelo poder, num jogo de concorrência a partir das práticas de exportação.

A rede política pode ser definida como:

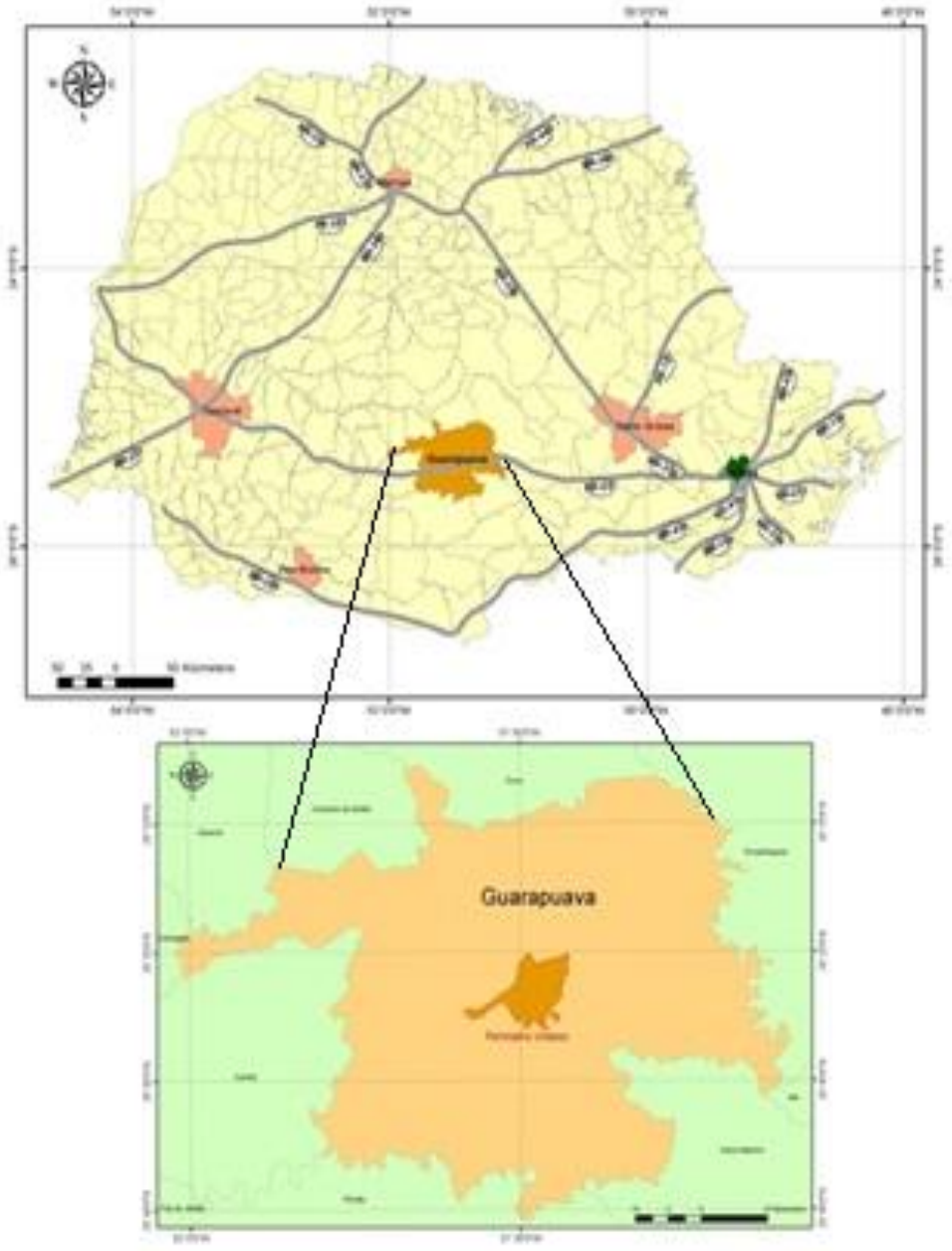
> Um conjunto de relacionamentos relativamente estáveis, que não são hierárquicos e que possuem uma natureza interdependente, que liga uma variedade de atores que compartilham interesses comuns no que diz respeito a uma política e que trocam recursos para prosseguir esses interesses partilhados, reconhecendo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar objetivos comuns (BÖRZEL, 2008, p.16).

A rede política aqui proposta, então, compreende um conjunto de relacionamentos não hierárquicos entre atores, sendo que estes compartilham interesses de tipo político-econômicos, com troca de recursos para atingir seus objetivos.

Portanto, considera-se pertinente e relevante enquanto recorte territorial de análise para o setor, estabelecer o cenário das atividades madeireiras no município de Guarapuava.

As atividades madeireiras em Guarapuava: uma análise a partir do local

O município de Guarapuava está localizado na região centro-sul do estado do Paraná, (mapa 1) e possui um território de aproximadamente 3.115 km² e população estimada em 167.328 habitantes (IBGE, 2011).



Mapa 1 – Mapa de localização do município de Guarapuava.
Elaboração: GeoMap. **Org.:** SANTOS, P. (2014).

Para a análise da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava procura-se entender sua dinâmica a partir de três elementos: a *base florestal*, representada pelas áreas de cultivo, especialmente as dotadas do gênero pinus; *as atividades industriais/empresas* que se relacionam a este setor e; as *atividades de exportação*, que visam representar a inserção internacional destas empresas.

De acordo com Santos (2009), a relevância que as florestas plantadas, especialmente com exóticas, têm apresentado em detrimento das florestas nativas, com um aumento de mais de 10 mil hectares em 6 anos (2002 a 2008) para as áreas de cultivo com exóticas no município. O fato demonstra a demanda por matéria-prima para atender, especialmente, as grandes empresas que possuem reservas próprias.

No cenário das atividades industriais da cadeia produtiva da madeira, percebe-se que o fortalecimento do setor, em Guarapuava, foi se desenvolvendo pela presença industrial como uma das bases econômicas do município, conforme tabela 17, marcado ainda pela quantidade de empresas relacionadas à madeira.

Pelos dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2011) presentes na tabela 1, o setor industrial encontra-se na segunda posição na arrecadação de impostos do município, sendo a indústria madeireira a mais representativa, segundo os números de estabelecimentos e empregos.

Ramos de atividades	Valor (R$ 1.000,00)
Agropecuária	197.220
Indústria	503.162
Serviços	1.980.399
Total	2.680.781

Tabela 1 – Guarapuava: Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades (2011).**Fonte:** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), (2013).
Org.: SANTOS, P. (2014).

Verifica-se que o setor industrial da madeira, apoiado pela silvicultura, está entre os estabelecimentos que mais se destacam. Com relação a sua posição na geração de empregos no município, o setor perde somente para o de comércio, setor de maior geração de renda para o município. Foram mais de 4.000 empregos em 2012 no setor da madeira, num total de quase 40 mil empregos no município (tabela 2).

Atividade	Quantidade	Participação
Indústria de beneficiamento de madeira	80	14%
Indústria de móveis	43	7%
Indústria de artigos ferro/metal	41	7%
Fabricação de madeira Laminada	31	5%
Indústria de cerâmica/artigos de cimento	31	5%
Indústria de panificação e confeitaria	30	5%
Indústria de vestuário	30	5%
Indústria de papel/papelão	14	2%
Indústria de máquinas e equipamentos	11	2%
Indústria de sorvetes	11	2%

Tabela 2 – Guarapuava: Quantidade e participação das dez principais atividades industriais segundo as atividades econômicas (2009).
Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), (2011); Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG), (2009); BRAVIN (2011).
Org.: SANTOS, P. (2014).

A importância de determinados segmentos da madeira, no município, pode ser observada, a partir dos dados obtidos junto à Divisão de Alvarás da Prefeitura de Guarapuava, referentes ao ano de 2014. Consta-se que o número de empresas cadastradas no município, conforme suas atividades, é de 500 empresas, num rol de mais de 10.000 cadastradas. As atividades do segmento de base florestal (cultivo e extração), bem como o comércio, compreendem as atividades com maior número de estabelecimentos no setor da madeira (127 empresas e 218 empresas, respectivamente). Em contrapartida, o segmento de papel e celulose é o com menor número de estabelecimentos (14 empresas).

Com relação aos destinos das exportações guarapuavanas, conforme dados do MDIC (2014), as principais demandas são os países europeus, como: Holanda e Alemanha (mais de 50% das exportações, 70.000.000 dólares juntos) do total dos principais países destino – 137.333.274 US$, no início de 2014.

Observa-se ainda que as exportações de Guarapuava também destinam-se países asiáticos como a China e a Índia (8.497.486 US$ e 7.165.182US$ em 2014), bem como para países vizinhos e pertencentes ao Mercosul, como Paraguai (9.058.821 US$), Argentina (1.401.048 US$) especialmente com produtos que são a base de cultivo no município, como soja e milho, entre outros produtos agrícolas.

Diante desta lógica e do cenário desenhado para as atividades madeireiras em Guarapuava para a escolha dos atores foram levadas em consideração as empresas, entidades de classes e prefeitura que se inserem nas atividades relacionadas à madeira no município de Guarapuava. Com relação à escolha das empresas, optou-se pelas empresas que realizam práticas de exportação, proporcionado um recorte que possibilite a análise verticalizada, uma vez que o número de empresas que trabalham com a madeira, no município, é extenso para os propósitos de tema e tempo de realização da pesquisa, conforme expresso no quadro 1.

	Empresas
01	Celplac Indústria e Comercio ltda
02	Celta Moveis ltda
03	Santa Maria Cia de papel e celulose
04	Repinho Reflorestadora Madeiras e compensados Ltda
05	Guaratu Indústria e Comercio de Madeiras e Compensados
06	L.F.R.Carli & Cia. Ltda.
	Entidades de Classe
01	ACIG – Associação Comercial e Industrial de Guarapuava
02	FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Guarapuava e SISTEMA S – SESI, SENAI e IEL
03	SINDUSMADEIRA – Sindicato das Indústrias madeireiras de Guarapuava.
	Prefeitura
01	Prefeitura Municipal de Guarapuava/Secretária da Indústria e Comércio

Quadro 1 – Atores visitados com aplicação de questionário para a composição da rede política da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava – PR (2014).
Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), (2014) – Sindicato das Indústrias madeireiras de Guarapuava (SINDUSMADEIRA), (2014).
Org: SANTOS, P. (2014).

Portanto, a rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, para análise no presente trabalho, possui 10 atores, sendo seus nós representados pelos contatos políticos entre os atores, marcados pelas relações formais apresentadas, tais como cargos exercidos nas entidades e outros, identificados quando da análise dos questionários aplicados.

O cenário da madeira e a rede: o perfil dos atores a partir das *dimensões de análise*

A rede política, assim, se apoia no recurso do poder dos atores, através da informação, da legitimidade, da reputação, da cooperação e da habilidade para as mudanças, marcando as conexões pelas regras, pela centralidade, pela intensidade, velocidade e formalidade/informalidade,

Waarden (1992), para fundamentar o papel da rede política, apresenta sete dimensões que podem caracterizá-la: os *tipos de atores,* as *funções* dos

atores na rede, a *estrutura* da rede, a *institucionalização*, as *regras de condutas*, *as relações de poder*, as *estratégias* de poder dos atores.

Além do tipo de análise expressa por Waarden (1992), outros autores também particularizam a análise, como Marsh & Rhodes (1992) que identificam quatro dimensões nas quais a rede pode sofrer variações: 1. Interesses; 2. Número e natureza dos membros; 3. Interdependência vertical e horizontal; 4. Recursos de poder.

Percebe-se que, tanto os elementos de Waarden (1992) quanto de Marsh & Rhodes (1992) possuem critérios essenciais para a análise. Assim, Malagolli (2010) propõe que os dois sejam agrupados para compor uma análise da rede política a partir das dimensões, que por fim, adicionamos a esta análise da cadeia produtiva da madeira, uma dimensão, a *inserção internacional*.

Para tanto, retoma-se cada uma das *dimensões* de análise já apresentadas (*atores, funções, estrutura das relações e institucionalização, distribuição de poder, integração política, recursos e distribuição interna dos recursos, estratégias de poder e, inserção internacional*) e apresenta-se o perfil da rede política da cadeia produtiva da madeira a partir das respostas dos questionários.

A rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, apresenta particularidades que só se faz efetivamente descrita neste cenário. A partir das *dimensões de análise* apresentadas anteriormente, foi possível considerar algumas proposições.

Com relação à dimensão *"atores",* pode-se evidenciar um cenário para a cadeia produtiva da madeira que é percebido pelos empresários e pelos presidentes e secretários das entidades de classe quanto a sua atuação de forma positiva, contrariamente quanto à percepção da prefeitura, que tem atuação tímida. À atuação está extremamente relaciona aos recursos que cada um dos atores dispõe na rede, o que para cada grupo se apresenta de maneira diferenciada, sendo para alguns o político, para outros o financeiro e/ou mesmo o tecnológico.

Nesse sentido, as ações na cadeia ocorrem de maneira muito particular, posto muitas empresas atuarem independentemente das ações das entidades de classe quando desejam efetivar um interesse específico.

Com relação à dimensão *"funções",* percebe-se que a comunicação e o acúmulo de informações são os principais elementos que facilitam as ligações e os vínculos e, portanto, determinam as decisões dos atores. Para tanto, o acesso às informações envolve outro elemento, a cooperação.

De modo geral, a cooperação apresentou-se de forma muito discreta e apreendida muito mais pela prefeitura do que pelas entidades de classe e empresários, que afirmaram buscar contatos diretos entre as empresas de maneira informal, ou seja, sem necessariamente ocorrer à intervenção das entidades de classe.

A dimensão *"estrutura das relações",* ancorada em elementos relacionados ainda ao recebimento e facilidade de informações, a partir dos descritores: limites, filiação e centralidade, possibilitou a análise de que a rede da cadeia produtiva da madeira não apresenta limites claros, o acesso não é restrito e a filiação não é obrigatória, o que direciona a pequena institucionalização da rede.

A dimensão *"distribuição de poder"* permitiu averiguar que o elemento chave nesta questão envolve a pressão exercida ou sofrida pelos atores na cadeia. Portanto, para os empresários e presidentes e secretários das entidades de classe a pressão exercida pelos atores da rede da madeira é considerada baixa e envolve, para os empresários, os recursos financeiros, e para as entidades de classe os recursos políticos. Para a prefeitura, único ator que considera alta a pressão por parte dos outros atores, os recursos são tanto políticos, quanto financeiros e tecnológicos. Por isso, considera-se que a pressão exercida pela prefeitura sobre as entidades e empresas é baixa e, assim, envolve recursos de ordem muito mais simbólica.

Observando a dimensão *"estratégia dos atores"* pôde-se verificar que há uma clara dependência quanto aos recursos tecnológicos e financeiros, por parte das empresas, e de recursos políticos que demonstrem a interferência e

a efetiva representação política das entidades na defesa de interesses do setor para o desenvolvimento da rede.

Com relação à dimensão *"integração política"* há a constatação de que a formação de grupos de poder, na cadeia produtiva da madeira, é baixa, e mesmo quando ocorre envolve sempre os mesmos atores, o que se justifica pelo baixo apoio recebido das entidades de classe e prefeitura, culminando na baixa aceitação passiva das entidades representantes do setor.

Para a dimensão *"inserção internacional"* pôde-se dimensionar a relação das empresas com as entidades de classe e mesmo prefeitura para a prática de exportação. Nesse sentido, fica evidente que as empresas exportadoras de madeira, no município, são aquelas de grande e médio portes, com a produção destinada quase que exclusivamente para o mercado externo, sendo que suas ações se dão de forma individual e não em cadeia para a realização desta prática.

A análise da rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava

A rede política da cadeia produtiva da madeira (figura 5) é marcada a partir dos os vínculos políticos que se mostram presentes mesmo que ainda de forma modesta. Estes vínculos são representados pelos recursos políticos, financeiros e tecnológicos, em manifestações de diferentes intensidades, permitindo-nos afirmar que há um cenário de formação de uma rede política na cadeia produtiva da madeira em Guarapuava, ainda que não no sentido de suas ligações, mas de pontos e nós.

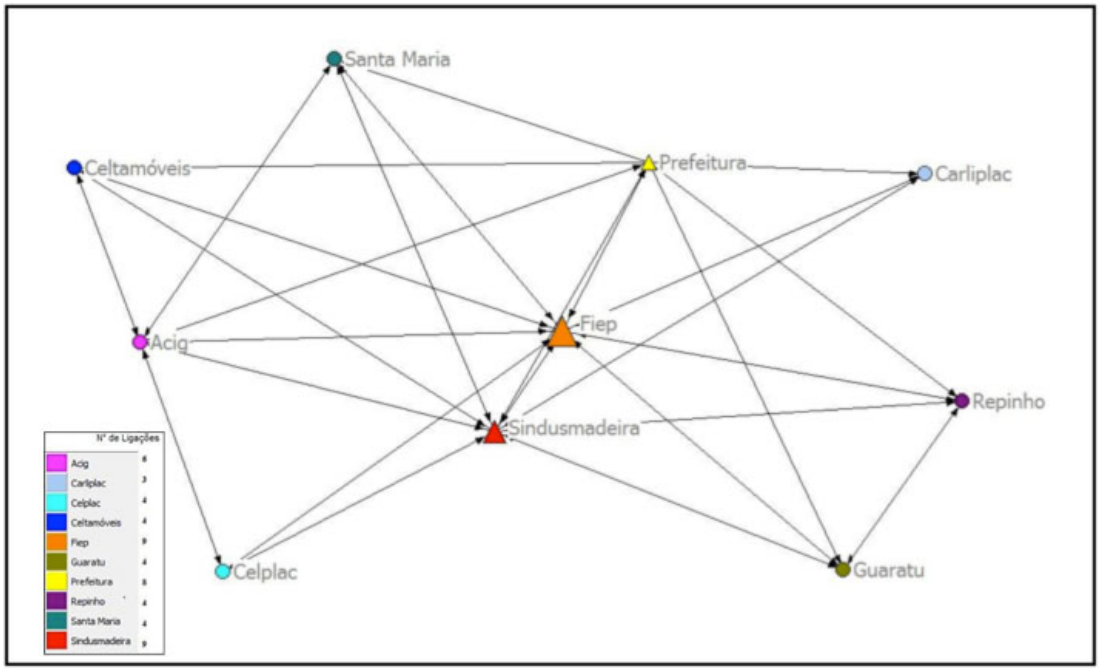


Figura 1: Atores da cadeia produtiva da madeira e suas relações em rede.
Org.: SANTOS, P. (2014).

A figura 1, assim, permite verificar que os atores mais centrais[*] na rede política da cadeia produtiva da madeira, em Guarapuava, são o Sindusmadeira e à FIEP. As duas instituições tornam-se o centro tanto em relação ao número de ligações (9), que é maior nestes dois casos, quanto no papel que desempenham frente às outras empresas e ações com relação a madeira no município. Observa-se, ainda, que empresas de menor porte como Celplac e Carliplac representam as empresas menos inseridas na rede (4 e 3 ligações cada uma, respectivamente), no sentido de que o número de ligações com outras empresas é pouco expressivo, salvo com as entidades de classe.

Assim, percebe-se que a rede política da cadeia produtiva da madeira se faz muito mais do ponto de vista de seus nós e pontos do que pelas suas ligações, conforme pode ser verificado na figura 1.

Cada ator apresenta relações de poder, interesse, confiança e influência que permitem, assim, constituir uma estrutura para a rede. Com relação aos atores mais influentes evidencia-se (figura 1) que o Sindusmadeira é um dos atores mais influentes no processo de decisão, uma vez que representa,

[*] A contabilização de ligações é feita no programa UCINET 6.109, a partir do banco de dados que insere o número de relações de filiação e contato estabelecidos pelos atores.

politicamente, as empresas junto a outras entidades de classe, como a FIEP. Esta lógica se dá porque o Sindusmadeira tem a função de representar as empresas do setor junto às instituições, nas suas instâncias municipal e estadual, bem como promover ações para o desenvolvimento do setor madeireiro.

Com relação à prefeitura municipal de Guarapuava, embora apresente em um expressivo número de ligações na rede, estas ligações são consideradas fracas em razão das diminutas ações voltadas ao setor madeireiro, o que torna mais periféricas as relações da prefeitura com o restante da rede, para além das entidades de classe.

Com relação às empresas de forma individual, a que possui o maior número de ligações é a Celta Móveis e a Guaratu, bem como são as que estão de forma mais intimamente ligadas aos atores centrais da rede, Sindusmadeira e FIEP. A empresa Celta Móveis é a empresa do coordenador regional da FIEP, no município de Guarapuava, e a Guaratu é de propriedade do presidente do Sindusmadeira, deixando claras as relações de poder que determinam a configuração do território e indicam controle, conforme apontado por Raffestin (1993). Outras empresas como Repinho e Santa Maria também aparecem com relevância de recursos na rede, embora não apareçam como centrais na análise.

Considerações finais

No território das atividades madeireiras, a rede é uma forma de representação de seu uso que se materializa a partir das relações de poder. Portanto, é pela dinâmica estabelecida pelas empresas exportadoras de madeira, em forma de rede, que o território específico da madeira é construído. São relações de poder entorno de um elemento principal, a madeira. Pode-se afirmar, aliás, que neste caso, o da madeira, as relações apresentadas no território a partir da rede são essencialmente definidas pelas empresas exportadoras que detém poder sobre empresas menores e, por conseguinte, agem de maneira independente na cadeia. Por isso, a rede é o elemento

principal para o entendimento das ações compartilhadas, ou não, pelas empresas.

Com relação à rede, a presente pesquisa procurou mostrar que há uma rede política da cadeia produtiva da madeira do ponto de vista de que não são as ligações entre os atores os elementos para considerá-la uma rede, mas sim os pontos e nós estabelecidos pelos seus atores. São as entidades de classe e o seu elo com as empresas madeireiras os pontos de análise para a discussão e apresentação da rede.

A rede política, do ponto de suas ligações entre atores, acordada pelas relações de cooperação e envolvendo recursos essencialmente políticos, não se apresenta somente a partir das empresas exportadoras do produto, no município, mas envolve outros elementos como os recursos tecnológicos e financeiros para a expressão de suas ações.

A cadeia produtiva da madeira efetivamente não se faz completa no caso do município de Guarapuava, uma vez que suas atividades não compõem todos os segmentos do setor madeireiro, especialmente quanto à existência de empresas-suporte, como as fornecedoras de máquinas e equipamentos para os segmentos processadores de madeira.

Portanto, a rede política da cadeia produtiva da madeira, por ações tímidas, embora de grande interesse para seus pares, ou seja, as empresas exportadoras que, em meio a relações que se desfazem facilmente, atuam de forma independente na rede.

Referências

BORZEL, T. A. “What's So Special About Policy Networks?”: An Exploration of the Concept and Its Usefulness in Studying European Governance, European Integration online Papers (EIoP), Vol.1. 1998.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6. ed., v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2007.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Paraná: economia e sociedade. Curitiba: IPARDES, 2011.

MALAGOLLI, G. A. Rede política no arranjo produtivo local calçadista de Jaú. 2010. 250 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos: UFSCar. São Carlos – SP.

MARSH, D.; RHODES, R. A. W. Policy Networks in British Government. Oxford: Clarendon Press, 1992.

MDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Exportações 2013-2014. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2014.

SANTOS, P. dos. Mapeamento das áreas remanescentes de vegetação nativa e expansão do reflorestamento no município de Guarapuava-PR. 2009. 87f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia Bacharelado) Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2009.

SANTOS, P. Rede política e inserção internacional da cadeia produtiva da madeira em Guarapuava-PR. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Centro –Oeste, Guarapuava, 2015.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo, 1993.

WAARDEN, V. F. Dimensions and Types of Political Networks. Netherlands: Kluwer Academic Publisher. European Journal of Political Research, v. 21, p. 29-52, 1992.

DO NARCOTRÁFICO ÀS NARCOMILÍCIAS: CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS SOBREPOSTAS NA PERIFERIA DE BELÉM

Aiala Colares Couto

Resumo

Os conflitos territoriais urbanos em Belém vêm nos últimos anos reproduzindo uma conjuntura político-territorial, em que a metrópole encontra-se sob os efeitos perversos das ações de grupos armados que impõe a lógica da violência urbana. O objetivo deste trabalho é analisar as configurações territoriais sobrepostas que envolvem grupos do narcotráfico e milicianos na periferia de Belém. A metodologia se fundamentou na revisão da literatura, análise de documentos e pesquisas de campo com observações sistemáticas e entrevistas. O narcotráfico e as milícias fundamentam um cálculo racional que influencia nas ações e no pensamento dos sujeitos que compõem os territórios.

Palavras-Chave: Narcotráfico. Milícias. Territórios.

EL NARCOTRÁFICDEL NARCOTRÁFICO A NARCOMILÍCIAS: CONFIGURACIONES TERRITORIALES SOBREPOSTAS EN LA PERIFERÍA DE BELÉM

Resumen

Los conflictos territoriales urbanos en Belén vienen en los últimos años reproduciendo una coyuntura político-territorial, en la que la metrópoli se encuentra bajo los efectos perversos de las acciones de grupos armados que impone la lógica de la violencia urbana. El objetivo de este trabajo es analizar las configuraciones territoriales superpuestas que involucran a grupos del narcotráfico y milicianos en la periferia de Belém. La metodología se fundamentó en la revisión de la literatura, análisis de documentos e investigaciones de campo con observaciones sistemáticas y entrevistas. El narcotráfico y las milicias fundamentan un cálculo racional que influye en las acciones y en el pensamiento de los sujetos que componen los territorios.

Palabras clave: Narcotráfico. Milicias. Territorios.

Introdução

O narcotráfico em Belém tornou-se o âmago dos principais conflitos pelo domínio político-econômico dos territórios na periferia. Para se ter o total domínio do mercado da droga é necessário estabelecer a partir do tráfico de drogas a construção de territorialidades. Por outro lado, mas em um mesmo contexto urbano, os grupos milicianos, principalmente aqueles que tentam a todo o momento tirar proveito do tráfico extorquindo traficantes ou até mesmo prestando serviços a alguns deles, precisam também firmar-se territorialmente enquanto estratégia de apropriação das vantagens dessa atividade econômicas que se constitui a partir da periferia.

Surgem então, divergências territoriais em função da sobreposição de poderes que levam a uma necropolítica na qual as mortes que ocorrem em Belém com características de execução destacam-se como afirmações de uma ação racional que vê a morte enquanto uma categoria política das manifestações do poder ou do necropoder. Uma ação que disciplina os territórios e seus sujeitos.

Em razão disso, a periferia da metrópole de Belém passou a sofrer um racismo imposto aos jovens negros e pobres das áreas vulneráveis que sofrem o assedio do tráfico de drogas, a violência imposta pelos grupos milicianos e a repressão da polícia, pois os mecanismos de segurança pública associam quase sempre a periferia a todo e qualquer tipo de criminalidade, estigmatizando seus moradores e aprofundando mais o preconceito e a discriminação, algo que torna natural a prática do extermínio da juventude que se tornam jovens delinquentes a partir do discurso que se constrói sobre o lugar de fala deles.

Os jovens da periferia nesse caso tornam-se culpados antes mesmo de o crime ocorrer e esse “apartheid social”, os coloca em uma condição de sujeitos “matáveis”, sendo a morte é justificável, trata-se, então, de corpos vazios, sem sentidos e significados, confinados num espaço em que o controle-regulação das espécies é necessário para a segurança.

Por fim, estas sobreposições territoriais fazem parte das reconfigurações espaciais do narcotráfico visto por outras perspectivas teóricas

e empíricas, na qual se usou o termo narcosobreposição dos territórios, definido como: a presença de um território sobre o outro em função do narcotráfico, onde há convergências e divergências de interesses que envolvem: os territórios-zona do narcotráfico nos bairros periféricos, as milícias que se apropriam do narcotráfico, tornando-se narcomilícias e reproduzindo lógicas perversas de poder.

A Micropolítica Na Definição De Territorialidades Do Narcotráfico Em Belém

Em Belém, dentro de uma perspectiva intraurbana das relações estabelecidas pelo tráfico de drogas, pode-se atribuir a ele a criação das condições de territorialidades autônomas que estabelece uma "ordem" e cria suas normas independentes da presença do Estado. Contudo, a configuração destas territorialidades que surgem a partir de uma lógica de coerção e medo, caracterizando-se como uma territorialidade perversa, tem uma dependência de uma micropolítica desenvolvida por seus sujeitos, onde uma figura principal surge como uma liderança que atua na rua, no bairro ou no setor geográfico[*].

A micropolítica é um termo emprestado de Foucault (1995) e representa um conjunto de relações que se manifestam nas mais variadas estratégias de poder. E que hoje, ajudam na compreensão empírica e teórica acerca da organização em redes do narcotráfico na periferia de Belém, considerando também, as relações macro do crime organizado.

Na periferia de Belém, encontram-se bairros que fogem dos padrões da "normalidade" ou da "civilidade" interpretados pelo Estado e pela elite, são espaços onde, segundo Foucault (2008), a reprodução biológica da espécie torna-se uma ameaça e precisa ser regulada e controlada como garantia da sobrevivência dos outros, ou seja, são nos bairros periféricos que se encontram os "matáveis", fortalecendo o que Foucault (2008) denominou de sociedade biopolítica, em que a finalidade é de "fazer viver" e "deixai morrer".

Os mecanismos territorializantes/territorializadores do narcotráfico em Belém definem-se nas mais variadas ações violentas de seus sujeitos e para

[*] O setor geográfico é definido por Souza (2013) como; um conjunto de bairros com características próprias e "personalidade" definida.

serem compreendidas em sua essência precisou-se de uma análise empírica micro que levou a uma interpretação real do funcionamento macro do narcotráfico na metrópole.

Por isso, constata-se que as relações "micro" e "macro" são complementares e funcionam como uma espécie de regra geral para todos os bairros da periferia de Belém que estão sobre o comando do narcotráfico. É importante, também, frisar que na medida em que a rede vai ganhando espaço na dinâmica de abastecimento do mercado, nesse caso, o mercado da droga, ela vai se sobrepondo sobre as zonas, as influenciando e estabelecendo comandos de cima para baixo, impondo uma biopolítica ou um biopoder que esconde os verdadeiros "chefões" do tráfico de drogas. Ou seja, aqueles que não estão nos espaços dos "matáveis", mas que tem o controle sobre suas vidas e suas mortes.

Parte-se do pressuposto de que é preciso compreender o comportamento dos sujeitos envolvidos com as redes do narcotráfico, suas estratégias, ações e suas formas de legitimar o controle do espaço. Assim, o poder que é exercido pelos sujeitos do tráfico de drogas e que é reconhecido e temido, segundo Foucault (1995), aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que deve ser reconhecida e que os outros têm que reconhecer nele.

Várias situações que foram relatadas por entrevistados durante os trabalhos de campo desta pesquisa e enquadram-se perfeitamente nessa análise foucaultiana, em que a relação que envolve o tráfico de drogas na periferia de Belém, de maneira geral, "é uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos" (FOUCAULT, 1995, p. 227).

Deste modo, neste artigo, serão destacados e explicados de forma breve e didática os sujeitos da pesquisa em territórios sobre a dinâmica do tráfico de drogas em Belém. Uma dinâmica de exercício de poder que é necessária para a construção de territorialidades do narcotráfico. A seguir, tem-se a descrição dos sujeitos da pesquisa:

a) ***Os traficantes do bairro****;* eles utilizam mecanismos de violência para se impor sobre determinados espaços do bairro, como becos, ruelas, vilas ou áreas de canais que passam a sofrer a sua influência. Esses traficantes utilizam a ameaça e a intimidação para impor respeito e "moral"[*]; contam com o apoio externo de um distribuidor que abastece o seu mercado interno e conseguem armas e munições.

b) ***Os pequenos assaltantes***; eles têm uma relação direta com o tráfico de drogas, por conta dos seguintes fatores: em primeiro lugar, geralmente os pequenos assaltantes utilizam os furtos e roubos para trocarem mercadorias por drogas nas "bocas" de fumo. Às vezes, ocorre o penhor da mercadoria roubada, em que se estabelece um prazo para que a dívida seja quitada. Caso contrário, o traficante fica com a mercadoria.

c) ***Os viciados ou malucos***; porém, como se trata de informações coletadas em campo, é necessário tomar cuidado para que estes não sejam confundidos com os sujeitos já mencionados. Visto que, nem todo traficante é viciado em droga e, além disso, o viciado, maluco ou "pedra" ao qual a pesquisa aqui trata, diz respeito ao grupo de pessoas que consomem cocaína em pasta à base ou pó de forma tão intensa que ocasionou a perda do controle de suas ações.

d) ***Os aviãozinhos***; esses fazem toda a movimentação do comércio de entorpecentes nos bairros, onde desempenham funções importantes. Visto que marcam os consumidores de droga, são sujeitos no espaço que delimitam territórios. Às vezes desenvolvem função de olheiros, o que significa dizer que eles observam toda a movimentação dos moradores no bairro e sabem sobre toda a articulação do esquema de corrupção policial que ocorre nas áreas de comercialização da droga.

e) ***Os comerciantes;*** em Belém estes, encontram-se também sobre a influência do tráfico de drogas e da articulação de agentes de segurança pública, os quais se aproveitam de sua autoridade para impor uma lógica "clandestina" de segurança privada. Na verdade, os comerciantes quase

[*] O termo moral na periferia de Belém, segundo as entrevistas de campo, diz respeito ao mesmo que respeito, ou seja, significa ser respeitado pelos outros.

sempre são expostos à ação de criminosos que praticam assaltos em seus estabelecimentos comerciais.

f) ***Os Policiais;*** também são sujeitos que estão inseridos na dinâmica territorial do narcotráfico. Porém, é preciso ter cuidado para que não criar estereótipo negativo sobre os agentes de segurança pública e, até mesmo, ter cuidado para não fazer um discurso generalizado sobre a relação dos agentes com o narcotráfico. A análise será fundamentada nos relatórios e entrevistas de campo, detalhes minuciosos foram coletados durante a pesquisa para chegar às conclusões mais próximas sobre como ocorre a dinâmica econômica corruptiva do tráfico de drogas em Belém.

g) ***Os moradores dos bairros dominados pelo narcotráfico;*** para eles, existe um total desgaste das políticas de segurança pública e, portanto, isto permitiu com que a criminalidade fosse aos poucos ganhando força e adquirindo espaço, até o momento em que o tráfico de drogas passou a se territorializar nos bairros.

É interessante a manifestação simbólica de poder imposta pelos traficantes no bairro. Os moradores reconhecem e respeitam a presença dos "chefes" em qualquer lugar, por isso, para um pequeno traficante iniciando as atividades é necessário tornar-se conhecido perante a população. Isto é feito dentro das lógicas da "intimidação", impondo o medo e o respeito aos outros ou por meio do "apadrinhamento", quando ele prefere se aproximar dos moradores e garantir a venda da droga em seu lugar de controle.

Com efeito, a abordagem sobre o narcotráfico passa por uma interpretação fundamentada na perspectiva do poder em Foucault, em função de que as relações de poder que são constituídas, a partir dos sujeitos do tráfico de drogas, criam uma forma de consentimento que parte das ações estratégicas de controle do território, e, por conseguinte, do comportamento de seus sujeitos e é nesse sentido que a morte se torna uma expressão política das territorialidades.

Do Narcotráfico às Narcomilícias: Racismo, Necropolítica E Configurações Territoriais Sobrepostas Em Belém

Para encerrar o debate propostos neste artigo, achou-se pertinente abordar questões que possam relacionar a sobreposição dos territórios com os conflitos que levam à expansão do fenômeno da violência urbana em Belém. Todavia, é importante ressaltar que se trata de uma conjuntura na qual prevalece, na maioria das vezes, uma lógica racista em que a morte passa a ter um significado político, e na análise feita aqui, ela representa também uma forma de disciplinarização dos territórios. Mais ainda, a "política da morte" deixa explícita a divergência de interesses sobre o seu uso.

Pode-se falar, então, em uma necropolítica que também se associa ao racismo. A necropolítica é o termo emprestado aqui pelo historiador e Cientista Político Camaronês, Achille Mbembe (2006), que foi influenciado pelas obras de Michel Foucault sobre a biopolítica. Nos estudos de Mbembe, os quais têm como referência o continente africano, é perceptível uma espécie de intervenção geopolítica da Europa sobre a África, tendo o racismo como base fundamental da ocupação e dominação dos territórios, utilizando-se do discurso da superioridade racial, que dividia claramente a espécie humana.

A realidade da metrópole de Belém apresenta uma organização espacial fragmentada e subdividida, resultado dos mecanismos de governamentalidade do espaço, os quais surgem com os projetos de modernização urbana na qual a segregação espacial definiu-se a partir de topografias socioraciais, caracterizando-se enquanto um biopoder que produz de forma calculada e otimizada a gestão da vida, o que leva uma parte da população à condição de sujeitos matáveis. Nestes termos, o necropoder dá ênfase à primazia da morte que vai aparecer como estratégia de exercício do poder, sobretudo direcionado para os territórios em que se encontram as populações tidas como ameaças latentes, ou seja, são intervenções direcionadas para as periferias da metrópole.

De acordo com o relatório apresentado pelo Atlas da Violência de 2017, de cada 100 pessoas que são assassinadas no Brasil, 71 são negras e os jovens negros do sexo masculino continuam sendo a maioria das vitimas de

homicídios. São em grande medida jovens de faixa etária entre 14 a 29 anos, pretos ou pardos (em menor grau), pobres com uma renda de até dois salários mínimos. O Atlas da Violência 2017 também revela que homens negros e com baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no País e que a população negra corresponde a maioria, com 78,9% dos 10% dos indivíduos com mais chances de morrer.

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção Pará) apresentou, no final do de 2017, o Relatório da Situação dos Casos de Chacinas e Extermínio de Jovens Negros no estado do Pará, no qual foi realizada uma breve análise conjuntural dos casos de chacinas destacando que a violência contra jovens negros no Pará não se trata de um fenômeno recente e remonta aos processos históricos de ocupação do território paraense.

Mbembe (2006) ressaltalta que o racismo tem um lugar tão importante na racionalidade própria do biopoder, que é fácil de entender. Afinal de contas, ao invés de pensar em termos de classes sociais (ideologia que define a história como uma luta de classes econômicas), a raça constituiu-se como uma sombra presente sobre o pensamento e a prática das políticas ocidentais, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade dos povos estrangeiros e a dominação a ser exercida por eles.

Para Mbembe (2006, p. 23):

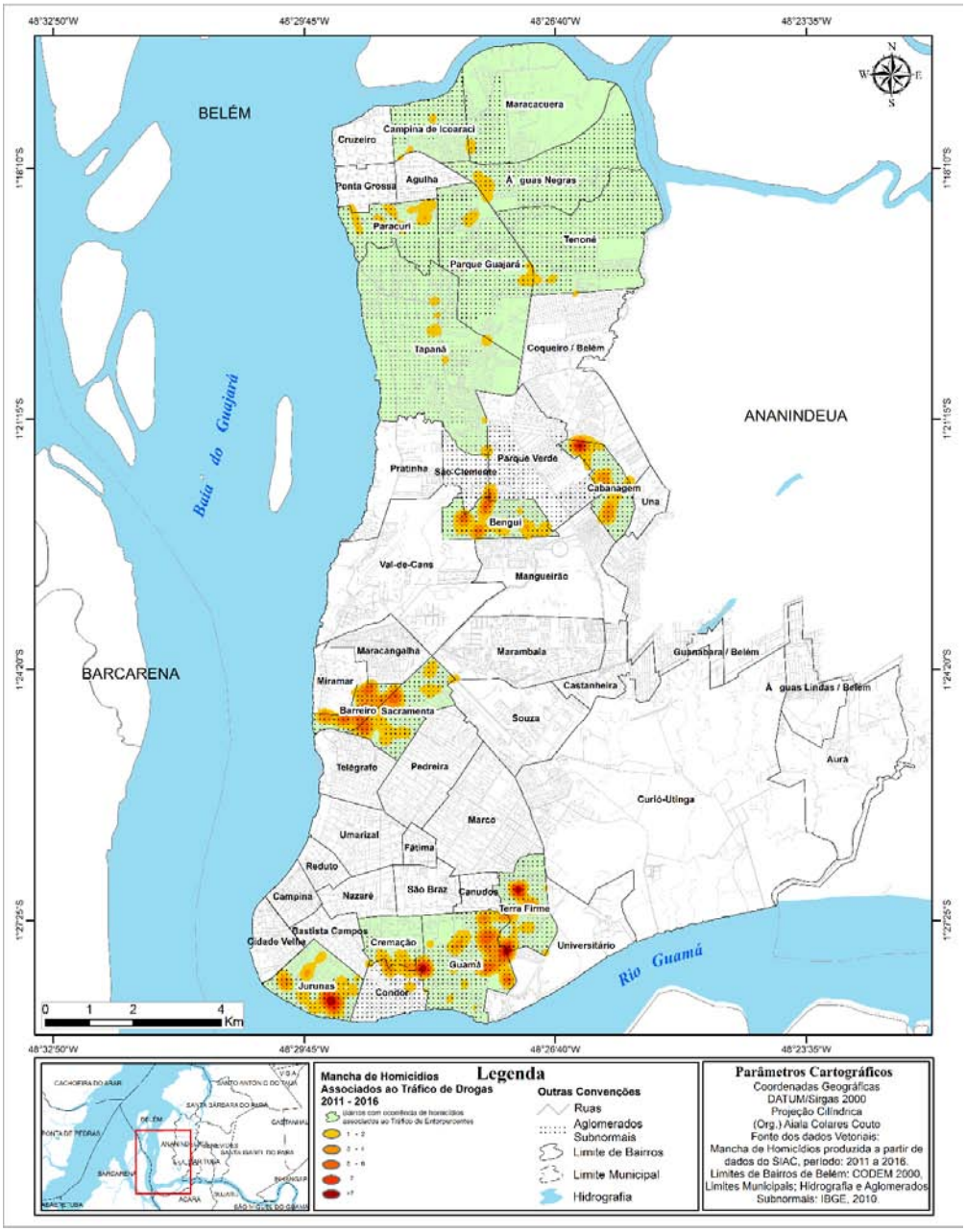
> O racismo é, em termos de Foucault, principalmente uma tecnologia que visa permitir o exercício do biopoder, 'o velho direito soberano para matar'. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte, possibilitando as funções assassinas do Estado. E, diz ele, a condição de aceitabilidade de matar.

Na pesquisa que resultou neste artigo, foi possível reconhecer dois elementos fundamentais da organização dos territórios e que têm como pano de fundo o narcotráfico. O primeiro foi a definição dos territórios a partir de microrrelações que se estendem para uma escala mais ampla. O segundo foi a política da morte, a qual surge como afirmação do domínio dos territórios ou o poder sobre eles.

Além disso, há também as ações das milícias, ou seja, grupos formados por das forças de segurança do estado que impõem o uso da força a partir da

própria falha nos mecanismos de segurança pública, dos quais eles fazem (ou fizeram) parte. Considerando-se também que, alguns destes homens estão afastados por problemas de saúde ou até mesmo expulsos da corporação devido ao mau comportamento, existe a lógica do corporativismo militar que contribui para legitimar as ações da própria milícia que, em Belém, tem elevado os números absolutos de homicídios.

No caso de Belém, há uma subordinação evidente da milícia ao mercado da droga e aos recursos que esse mercado gera e os traficantes tornam-se subordinados aos milicianos, como comerciantes que também dependem dos serviços. Enquanto braço do tráfico de drogas, a milícia faz um cálculo racional dos ganhos e promove uma desterritorialização do estado, ao mesmo tempo em que controla territorialmente as “bocas” que estão sob sua influência. Por isso, destaca-se aqui, que há uma reconfiguração das milícias que se associam ao tráfico tornando-se *narcomilícias*. As narcomilícias definem-se pela relação existente entre agentes de segurança publica em exercício da função ou não que passam a obter vantagens em função do narcotráfico, sobretudo, em função da extorsão, venda e distribuição de drogas ou então prestando serviços para traficantes como, por exemplo, executar desafetos. O mapa 1 abaixo apresenta as manchas de homicídios com características de execução associadas ao narcotráfico, segundo os dados oficiais da SEGUP por via do SIAC.



Mapa 1 – Manchas de homicídios associados ao tráfico de drogas
Fonte: SIAC (2016), adaptado de Couto (2017).

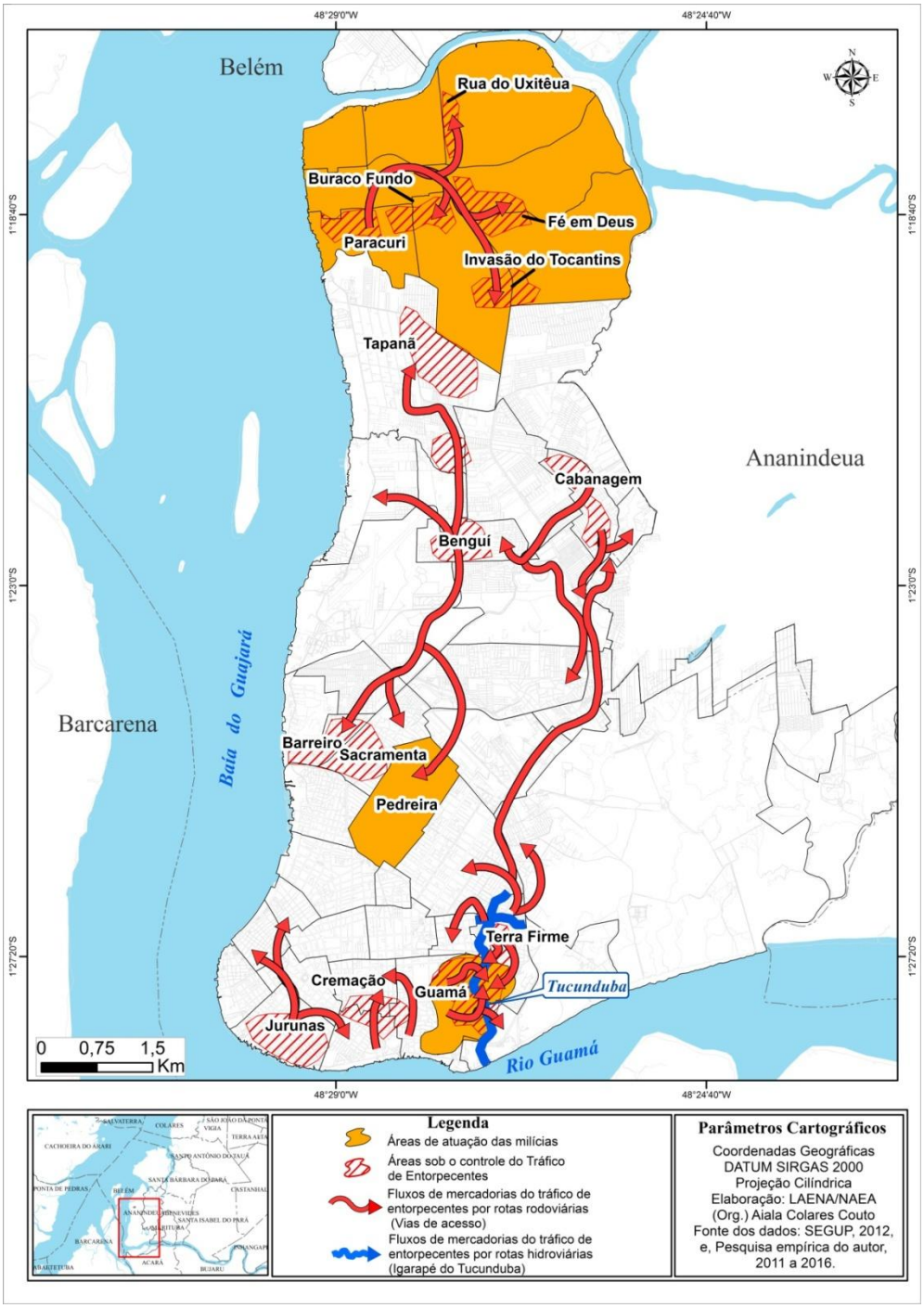
De fato, a morte torna-se uma categoria política das relações de poder, ela simboliza as reafirmações e manifestações de tensões presentes no cerne das divergências territoriais, onde as manchas de homicídios destacam a presença de territórios divergentes. Existe, então, uma necropolítica que impõe uma tecnologia de poder, na qual o conjunto da população torna-se alvo, e as técnicas para isso são as mais numerosas possíveis, destacando o necropoder (MBEMBE, 2006) presente nas disputas territoriais do crime.

Para Mbembe (2006), esta nova era de mobilidade global tem como uma de suas principais características, o fato de que as operações militares e o exercício do direito de matar não são mais exclusividades únicas dos Estados, e o “exército regular” já não é único meio capaz de executar essas funções.

É nessa conjuntura político-territorial que a metrópole se encontra, pois, as sobreposições materializadas sobre o espaço urbano de Belém refletem a existência de outros poderes não exclusivos do Estado, poderes estes que, na perspectiva de Foucault (2010), disciplinam, punem e tornam os corpos dóceis, mas que também sentenciam a sua morte, tornando-os corpos vazios, sem importância e sem significados. Quando a referência são as milícias, concorda-se com a ideia de Mbembe (2006), em que a mão de obra militar é comprada e vendida em um mercado que a identidade dos fornecedores e compradores é praticamente insignificante.

O que fica posto, é que o narcotráfico fundamenta um cálculo racional que influencia nas ações e no pensamento dos sujeitos que compõem os territórios. Ou seja, “todos” querem ganhar ou tirar proveito da possibilidade de ganhos financeiros com o mercado da droga, justificando seus riscos. Portanto, compreende-se o narcotráfico como o âmago de todos os conflitos pelo domínio político-econômico do território (HAESBARET, 2004).

Nestes termos, o narcotráfico deve ter o controle do território para ter domínio sobre mercado, porém as milícias também buscam, a partir do território, impor seu poder para extorquir, coagir e se apropriar do tráfico de drogas, obtendo vantagens econômicas. Por outro lado, o Estado quer se reafirmar enquanto poder soberano, tendo a polícia como seu braço armado. Por fim, as redes do narcotráfico estão acima de todas estas relações, são territórios redes sobre os territórios-zonas (HAESBAERT, 2004), os mapas abaixo (Mapa 2) buscam apresentar a sobreposição dos territórios na metrópole a partir do narcotráfico (em redes e zonas) e das milícias, ou narcomilícias.



Mapa 2- Sobreposição de territórios em Belém
Fonte: Couto (2017).

Estas sobreposições territoriais fazem parte das reconfigurações espaciais do narcotráfico apresentadas na tese, na qual se usou o termo *narcosobreposição dos territórios*, definido como: a presença de um território sobre o outro em função do narcotráfico, onde há convergências e divergências

de interesses que envolvem: os territórios-zona do narcotráfico nos bairros periféricos, as milícias que se apropriam do narcotráfico, tornando-se narcomilícias, e por fim, o narcotráfico territorializado em redes ou em territórios-redes, que está acima destas relações mais de baixo. Destarte, as redes estão por toda parte, elas têm um completo entendimento de toda sua organização espacial, já que para a consolidação de um mercado da droga em Belém é essencial o conhecimento do funcionamento das instituições que regem as leis e as regras.

Na lei do tráfico em Belém, as redes determinam as regras e pouco importa se, nos bairros territorializados, uma parte do recurso arrecadado com a venda da droga serve para pagar propinas aos policiais corruptos ou algum tipo de acordo ou extorsão praticados pelas milícias que, nesse caso, tornam-se narcomilícias.

Por isso, para analisar os territórios do narcotráfico em Belém, partiu-se das idéias de Haesbaert (2004), o qual propôs uma distinção importante na constituição dos "múltiplos territórios" do capitalismo, e que se torna importante relembrar, distinção esta entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade. Logo, em Belém, os mapas 1 e 2 enfatizam tipos zonais de territorialidades presentes no espaço urbano, reflexos de uma sobreposição de poderes: narcotráfico territorializado em zonas, milícias territorializadas em zonas a partir dos bairros.

Mas, os territórios-redes estão presentes tanto nas formas de conexão interna do narcotráfico, quanto nas conexões externas que tornam Belém um "nó" importante das escalas de poder. Nesse sentido, concorda-se com a ideia de Haesbaert (2004), na qual, para este autor, dentro da diversidade territorial do nosso tempo, *deve*-se levar em conta, em primeiro lugar, esta distinção crescente entre uma lógica territorial zonal e uma lógica territorial reticular, pois elas se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais – que marcam a grande colcha de retalhos política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno – vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas

territorialidades, em geral na forma de territórios-rede, como é o caso da territorialidade do narcotráfico globalizado.

A presença de territórios sobrepostos, em função do narcotráfico, é um dos principais fatores de aumento dos homicídios com características de execução, em que a morte se apresenta enquanto uma categoria política das relações de poder e, portanto, ajuda na compreensão dos conflitos urbanos envolvendo as disputas entre narcotraficantes e milicianos.

Haesbaert (2004) afirma que sempre vivemos uma multiterritorialidade, pois, para este autor:

> [...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Não se pode negar, hoje, a existência destes múltiplos territórios em Belém a partir de grupos que impõem suas tecnologias de poder. São representações espaciais múltiplas e que implicam na vivência de diversas funções inscritas em cada porção da área ocupada, seja pelo narcotráfico ou pelas milícias, há sempre uma geografia imposta pela territorialidade de seus sujeitos. Essa geografia do poder é característica destes múltiplos territórios que na sobreposição aparecem como encaixes de uma dimensão multiescalar das práticas espaciais.

Por fim, na metrópole de Belém, o conflito em torno do narcotráfico é um dos grandes dilemas da problemática urbana, e, portanto, é imprescindível a compreensão dos territórios sobrepostos a partir da micropolítica e das relações de poder, que por ela foram constituídas. A tese buscou interpretar estas relações que ora divergem, ora convergem para um mesmo interesse que vê no território as possibilidades de vantagens políticas e econômicas. Esta explanação prática-teórica é resultado de um campo interdisciplinar, em que o diálogo entre as ciências sociais buscou, na genealogia do poder, a

fundamentação que pudesse dar condições de analisar a relação entre forma e conteúdo presentes na metrópole a partir do narcotráfico.

Considerações Finais

As expressões e definições do narcotráfico são compreendidas em seu cerne, através de uma geografia que o narcotráfico impõe sobre a Amazônia. Nesse sentido, a região exerce função singular no contexto regional-global do crime organizado, em que rios, estradas, portos e aeroportos, tornaram-se estruturas modais de organização das redes ilegais, deliberadas a partir de um poder heterônomo que envolve a relação entre facções criminosas no Brasil e narcotraficantes de países Andinos.

O narcotráfico criou, também, territórios sobrepostos que deixam evidentes as divergências entre grupos. Como fora apresentado no artigo, narcotraficantes e milicianos disputam o controle do território, cada um com suas características peculiares, cujo objetivo nisto é obter vantagens em função do mercado da droga.

As divergências territoriais, em função da sobreposição de poderes, levaram a uma necropolítica na qual as mortes com características de execução destacam-se como afirmações do necropoder no disciplinamento dos territórios e dos sujeitos. Em razão disso, a periferia da metrópole de Belém passou a sofrer um racismo imposto aos jovens negros e pobres das áreas vulneráveis às ações dos grupos milicianos, das operações da polícia e dos conflitos envolvendo o narcotráfico. Pois, os jovens da periferia são considerados criminosos ou delinquentes em potencial, são culpados antes de o crime ocorrer e esse “apartheid social”, os coloca em uma condição de sujeitos “matáveis”, sendo a morte é justificável, trata-se, então, de corpos vazios, sem sentidos e significados, confinados num espaço em que o controle-regulação das espécies é necessário para a segurança.

O narcotráfico ganhou dimensões políticas significativas no contexto urbano das grandes metrópoles brasileiras, a exemplo de Belém, enquanto uma metrópole que está inserida nesta dinâmica das redes do narcotráfico. Compreender o narcotráfico a partir da perspectiva do poder que leva a

configuração de territórios sobrepostos é de um desafio para as políticas públicas direcionadas à problemática urbana metropolitana

Referências

ALEPA. Comissão Parlamentar de Inquérito: Comissão parlamentar de inquérito para a apuração de atuação de grupos de extermínio e milícias no Pará. Belém. ALEPA, 2015.

COUTO, Aiala. A geografia do crime na metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém. Belém. NAEA-UFPA, 2009 (Monografia de especialização).

FOUCAULT, Michel. El poder psiquiátrico*:* curso en el Collège de France (1973-1974). Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

_____. Em defesa da sociedade. Trad. Maria Galvão. São Paulo. Editora: Martins Fontes, 1999.

_____. Historia da sexualidade: a vontade de saber*.* Trad. Maria Thereza da costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Las redes del poder. Extraído de Christian Ferrer (Comp.). O libertário de linguagem 1. Ele pensou anarquista contemporâneo. Montevidéu: Edição-comunidade editorial, 1990 (pedra de coleção enciclopédia), p. 21-41.

_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

_____. Segurança, território, população*.* Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes, 2008.

_____. Vigiar e punir. Petrópolis: Gallimard, 1975.

_____. Vigiar e punir*.* Trad. Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: sobre El gobierno privado indirecto. Melusina, 2006.

OAB. Relatório da situação dos casos de extermínio e chacinas de jovens negros no estado do Pará. Belém: OAB, 2017. Disponível em:< http://www.diarioonline.com.br/add/pdf/relatorio-dh-com-capa-chacinas-05-09-2017-17-14-06.pdf>. Acesso em: 14 de Jan. 2017.

A CONSTRUÇÃO DE UM TELEFÉRICO NA TENTATIVA DE UM NOVO COMPLEXO DO ALEMÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA DA PAISAGEM E FAVELAS CARIOCAS[*]

Adriano Santos Soares[†]

Resumo

Nossa pesquisa buscou identificar os discursos que evidenciam a instrumentalização da categoria de paisagem no projeto do Teleférico do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, e como este processo está associado à construção e/ou afirmação de novas representações deste conjunto de favelas no contexto da política urbana carioca. Nos amparamos na construção teórico-conceitual através de autores que evidenciam o caráter político do conceito de paisagem em suas abordagens, o que vem demonstrando que a paisagem tem se constituído como instrumento na construção de políticas públicas, trazendo a ideia de política da paisagem.

Palavras Chave: Política da Paisagem; Teleférico do Complexo do Alemão; Favelas Cariocas

Resumen

Nuestra investigación há buscado identificar los discursos que evidencian la instrumentalización de la categoría de paisaje en el proyecto del Teleférico do Complexo do Alemão, em la ciudad de Rio de Janeiro, y cómo este proceso está asociado a la construcción y/o afirmación de nuevas representaciones de este conjunto de favelas en el contexto de la política urbana carioca. En el marco de la construcción teórico-conceptual a través de autores que evidencian el carácter político del concepto de paisaje en sus abordajes, lo que viene demostrando que el paisaje se ha constituido como instrumento en la construcción de políticas públicas, trayendo la idea de política del paisaje.

Palabras Clave: Política del Paisaje; Teleférico do Complexo do Alemão; Favelas Cariocas

[*] Extraído da Dissertação de Mestrado defendida pelo autor em julho de 2016.

[†] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território – GEOPPOL.

Introdução

A relação entre a paisagem da cidade do Rio de Janeiro, suas favelas o tema das políticas públicas não é recente. Não há como falarmos da história e da espacialidade da capital fluminense sem nos referirmos às suas favelas, considerando que estas tornaram-se uma marca do cenário urbano brasileiro e, particularmente, da paisagem carioca.[*] As favelas são um dos maiores exemplos da configuração socioespacial extremamente desigual da cidade do Rio de Janeiro. Desigualdades que emergem em conflitos e disputas na organização do espaço urbano e que se revelam na paisagem. Tomar partido deste "inveterado conflito entre ricos e pobres", como aponta Davis (2006),[†] implicou, para o poder público, pôr em ação práticas discursivas, para construir o convencimento (a produção de representações) em relação às políticas públicas direcionadas às favelas.

Na cidade do Rio de Janeiro, a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, ao mesmo tempo em que áreas foram sendo ocupadas por favelas, expandiram-se e ganharam visibilidade no cotidiano e na paisagem da cidade, acumulou-se uma grande reflexão e inúmeros debates sobre estes espaços, na qual vários pontos de vista e várias representações sobre estes foram sendo construídas no imaginário social. Na maior parte deles, o discurso central nas representações generalizadas das favelas foi a ausência do poder público. Para Davis (2006) estas generalizações estão mais para uma deliberada falta de ação por parte do Estado, que optou por se omitir ou se posicionar de maneira questionável em relação aos problemas sociais a que estão submetidos os moradores das favelas.

Como podemos observar, através dos trabalhos de Abreu (1987; 1994; 2005), Burgos (1998), Gonçalves (2006; 2013; 2015), Souza e Silva (2009; 2011), Valladares (1984; 2000), Zaluar e Alvito (2006), entre outros autores que

[*] O Rio de Janeiro é a cidade com a maior população vivendo em favelas do país. Em 2010, a população residente nas 763 favelas representava 23% do total da população carioca, ou 1443 milhões de habitantes.

[†] Os moradores de favela constituem espantosos 78,2% da população urbana dos países menos desenvolvidos e o total de um terço da população urbana global. Além disso, os pesquisadores do "Observatório Urbano" da ONU alertam que, em 2020, "a pobreza urbana no mundo chegará a 45% a 50% do total de moradores de cidades" (DAVIS, 2006, p. 20).

discutem questões relativas às favelas, no território brasileiro, sobretudo no Rio de Janeiro, a reprodução ideológica dos significados atribuídos às favelas foram historicamente construídas por discursos, imagens e representações que ressignificaram a função social destes espaços para a cidade, oscilando em movimentos de inclusão e exclusão dentro de determinados contextos e distintas políticas urbanas. E estes significados contribuíram e contribuem, ainda, para a manutenção da dicotomia entre favela e cidade, na interpretação de muitos.

Em função da maneira como foram percebidas e concebidas, as favelas foram alvo de diferentes discursos, passando por distintos tipos de intervenções, em respectivos contextos histórico-políticos, observadas através da execução de políticas estatais voltadas para a reordenação do espaço urbano da cidade, ou ainda, decorrentes de demandas e ações organizadas pelos próprios moradores,[*] que resultaram em importantes mudanças na configuração da paisagem carioca, atestando que o trato com as favelas e sua relação com a paisagem da cidade como um todo é bastante dinâmica e mutável.

Acompanhando este movimento observamos que, recentemente, a questão das políticas públicas para as favelas ganhou novo impulso, mais precisamente a partir do ano de 2007, quando o governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lança o chamado PAC Assentamentos Precários, popularmente chamado de PAC Urbanização de Favelas, e implementa uma série de projetos de urbanização de favelas em todo o país. No Rio de Janeiro, o PAC chegou inicialmente em grandes conjuntos de favelas, como o Complexo do Alemão, o Complexo de Manguinhos, a Rocinha e o Pavão-Pavãozinho/Cantagalo.

Todos estes projetos, contaram com uma obra-símbolo: na Rocinha, uma passarela projetada por Oscar Niemeyer sobre a autoestrada Lagoa-Barra. Em Manguinhos, a elevação da estação situada na linha férrea do ramal Gramacho/Saracuruna ao longo de mais de dois quilômetros e a construção de

[*] Como argumenta Gonçalves (2006) a população favelada está bem longe de ser constituída por "pobres passivos e marginalizados". Esses moradores, pelo contrário, têm participado de forma ativa no processo de apropriação do solo urbano do Rio de Janeiro.

um espaço de lazer na área liberada pela elevação. No Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, foi construído o Complexo Rubem Braga, constituído por duas torres, um mirante ("Mirante da Paz")[*] e um elevador ligando o alto do conjunto de favelas à estação de metrô General Osório. No Complexo do Alemão, um teleférico ligando a parte alta das favelas à estação de trem de Bonsucesso. Essas obras tiveram como principal objetivo declarado pelo governo, uma melhor integração destas favelas com a cidade, todavia, notamos que simultaneamente às suas funções principais, estas obras também foram feitas para serem vistas, evocando uma tentativa de valorização desses espaços pelo poder público, a partir dessas novas formas inseridas em suas paisagens.

Assim como nas favelas anteriormente citadas, no Complexo do Alemão a dimensão das intervenções foi de grandes proporções, considerando também, que ocorreram em um período relativamente curto. No conjunto das ações executadas, destacaram-se intervenções urbanísticas de grande impacto. Foram construídos diversos equipamentos urbanos, conjuntos habitacionais, instituições de ensino e de saúde e, mais notadamente, a mais emblemática das intervenções – um sistema de teleférico – dispositivo de transporte público por cabos, inédito em favelas e no país. E foi justamente a construção do teleférico que conferiu uma certa singularidade à recente política pública implementada neste grande conjunto de favelas. O Teleférico do Alemão foi defendido, por seus idealizadores e executores, como símbolo das intervenções do PAC entre as favelas de todo o país, o que denota a sua visibilidade política. Não obstante, pelo fato de ser avistado de diferentes pontos da cidade e ter conseguido atrair grande atenção da mídia, o Teleférico do Alemão foi, e ainda é, foco de inúmeras discussões acerca de sua implementação. Suas imponentes estações atraíram os olhares da cidade, dando visibilidade às suas favelas através da sua paisagem, o que nos impôs várias questões, as quais sustentaram a nossa pesquisa.

Além disso, temos que o objetivo principal declarado para a construção do teleférico, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela

[*] Recebeu este nome a pedido dos moradores.

execução do projeto, foi o de dinamizar a acessibilidade e a mobilidade entre as favelas do Complexo do Alemão com os bairros vizinhos, integrando-as à cidade e, ainda, incentivar a atividade turística no local. No entanto, chamou a atenção outros objetivos publicados com o fim de justificar a implantação do Teleférico, nas quais a captura da ideia de paisagem pode ser claramente notada e, em análise, orientou essa intervenção. Podemos tomar como exemplo e ponto de partida, o desenho esboçado em material de divulgação por Jorge Mario Jáuregui (Figura 1), arquiteto responsável pela elaboração do projeto.

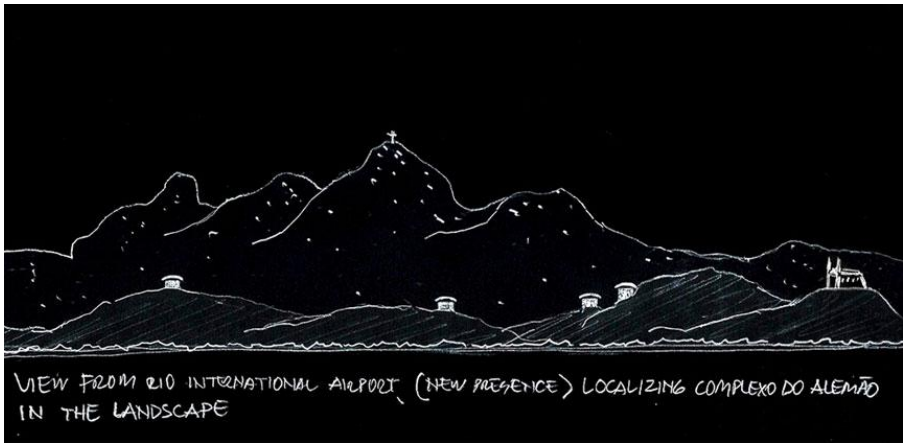


Figura 1 - “Vista do aeroporto internacional, (nova referência) localizando o Complexo do Alemão na paisagem”. Fonte: http://www.jauregui.arq.br/teleferico.html.

Observou-se que, além de causar uma considerável mudança física na paisagem, essas intervenções foram pautadas, elas mesmas, por discursos sobre a paisagem, isto é, a transformam segundo uma lógica discursiva que tem na paisagem a sua materialização, logo, essas decisões e ações sobre a paisagem podem ser vistas como ações políticas. Assim, estes discursos sustentam uma narrativa de paisagem que constroem essa política pública e a coloca em prática. Postas estas considerações, podemos observar que a construção de um teleférico no Complexo do Alemão encontra-se envolvida numa política da paisagem, relacionada a funções, formas, práticas e significações, pois, “pensar a paisagem como alvo de políticas públicas é também pensar seu caráter político” (RIBEIRO, 2013). Deste modo, nossa investigação parte das seguintes questões: Como a construção do Teleférico

do Alemão está inserida na política da paisagem na cidade do Rio de Janeiro? Quais foram as intencionalidades do projeto do Teleférico do Alemão? De que forma a paisagem foi instrumentalizada?

Paisagem, política e política da paisagem

O interesse pela paisagem em política urbana no Brasil é crescente, e as recentes políticas implantadas no Rio de Janeiro tem um papel central neste processo. A preocupação com o "embelezamento" das cidades ou mesmo a produção e proteção de lugares de contemplação e visada não é recente, tendo sido um dos principais elementos do discurso que defendeu as reformas urbanas no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, no início do século passado. Reconhece-se que no momento atual o discurso sobre a paisagem e sua prática passa a incluir uma série de novos elementos. Entre as razões para isto, Ribeiro (2016) destaca que duas talvez sejam mais facilmente identificáveis: a primeira oriunda das transformações na área de patrimônio, quando a paisagem passou a ser recuperada como um instrumento de integração entre elementos vistos de maneira estanque até então, como natureza e cultura; e a segunda, proveniente de processos tais como marketing das cidades, *city branding* e globalização, quando a cidade passa a ser uma mercadoria e, sua paisagem, um dos principais atrativos para isso.

Segundo Ribeiro (2016) a valorização da paisagem urbana e a construção de novos instrumentos para sua regulação é um processo mundial. A mundialização das grandes cidades e a inserção do capital, junto com seus interesses é um fato inegável, entretanto, a maneira como isso ocorre e sua relação com a forma como a paisagem das cidades é produzida, reproduzida e sentida merece maior atenção. Valores estéticos têm dirigido consideravelmente as ações, o que pode ser incluído dentro daquilo que alguns autores estão chamando de processo de *estetização do mundo contemporâneo* (LIPOVETSKY; SERROY, 2013), marcado por uma preocupação dos mercados cada vez maior com a estetização dos bens e dos lugares. A valorização de paisagens e a construção de políticas públicas voltadas para esse tema em centros urbanos seria um reflexo desse processo. Deste modo, pensar a forma como as cidades brasileiras estão se inserindo nesse processo

a partir da captura do conceito de paisagem para a formação de políticas urbanas torna-se então uma questão relevante.

A paisagem tem sido um conceito fundamental para algumas correntes do pensamento geográfico desde a sua afirmação como disciplina científica no final do século XIX, passando por Carl Sauer (1998[1925]), com os estudos morfológicos sobre a paisagem, até as abordagens mais atuais que valorizam os aspectos simbólico e político, como aquelas propostas por Berque (1998), Cosgrove (1998), Duncan (1990), Ribeiro (2007; 2011; 2013) diferentes dimensões do conceito têm sido abordadas. Pensar a paisagem urbana como alvo de políticas públicas e sua construção como um direito requer também pensar seu caráter político (RIBEIRO, 2013).

Seja como uma narrativa sobre o espaço ou como um modo de olhar o mundo, a paisagem é cheia de significados, que variam segundo o tempo e os grupos sociais. Nesse sentido, a ação sobre a paisagem, as escolhas sobre como esta deve ser gerida, podem ser vistas como uma ação política (SMITH, 2003). Quando a paisagem se transforma em instrumento de política urbana, muito mais do que uma preocupação com o que se quer ver, deve-se estar atento para como essas representações são criadas, por quem e como. Nesse sentido, as escolhas de objetos, narrativas e formas de ações tornam-se importantes elementos para a compreensão da formação de políticas de paisagem nas cidades. O que chamamos aqui de política da paisagem incorpora um conjunto de ações, de formas de controle e de respostas e resistências que capturam a paisagem como elemento chave. Assim, estratégias de ação no mundo, seus condicionantes, bem como os aspectos discursivos e representacionais da paisagem são fundamentais na construção da paisagem e seu caráter político.

Teleférico do Alemão: a paisagem na concepção do projeto

A partir do ano de 2007, com o anúncio pelo governo federal sobre os investimentos que seriam destinados pelo PAC à grandes favelas localizadas em regiões metropolitanas do Brasil, uma série de visitas técnicas para conhecer as experiências de segurança, mobilidade urbana e intervenções

urbanístico-sociais nas cidades de Bogotá, Medellín e Caracas, foram realizadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Os objetivos das viagens nunca foram negados e muitas vezes as inspirações foram levadas a público, como a instalação de um teleférico no Rio de Janeiro. O PAC, anunciado no começo daquele ano, possibilitou a viabilidade econômica da obra. Assim, poucos meses após a visita à Colômbia, o governo estadual apresentou o projeto do PAC Complexo do Alemão ao governo federal com a previsão da construção do teleférico. Desta maneira, entendemos que o PAC não trouxe o teleférico, mas o teleférico foi quem trouxe o PAC ao Alemão. Além do mais, o teleférico se mostrou com um elemento estruturador das obras, desencadeando uma série de intervenções complementares.

O objetivo declarado em se instalar o teleférico dizia solucionar as deficiências de mobilidade e acessibilidade nas favelas e integrá-las com seu entorno, que então foi executado entre as intervenções urbanísticas do PAC 2008-2011, com o incicio das obras em 2009 e conclusão em 2011. O projeto mais caro e ambicioso das obras, inspirado no famoso *Metrocable* das Comunas 1 e 2, em Medellín, pioneira em implantar esse sistema como transporte público em favelas e que através de intervenções urbanísticas de grande impacto, projetos sociais e combate ao narcotráfico, conseguiu melhorar seus índices socias, o que lhe conferiu vários prêmios e status de exemplo a ser seguido.

Há de se destacar a inexistência ou indisponibilidade de um projeto oficial que contemple um escopo de objetivos, normatizações e informações acerca da concepção e construção do Teleférico do Alemão. Essa inexistência do projeto foi confirmada por Ruth Jurberg – coordenadora geral do PAC, que esteve à frente das obras do teleférico e do PAC como um todo e por Jorge Mario Jáuregui – arquiteto responsável pela concepção e elaboração do projeto do teleférico. Ambos foram entrevistados e, a partir dessas entrevistas, foi possível endossar informações já adquiridas, como também a obtenção de novas informações.

Segundo dados do governo estadual, responsável pela execução das obras, o teleférico custou R$ 210 milhões, um recurso equivalente 22,35% do

valor total das obras do PAC no Complexo do Alemão. O governo estadual foi responsável pelo gerenciamento das obras, financiadas pelo governo federal. Enquanto o consórcio Rio Melhor, formado pelas construtoras Odebrecht, OAS e Delta, foi o contratado para a execução das obras. A empresa Metro de Medellín prestou consultoria técnica ao projeto.

Se a ideia de trazer um teleférico (que se consolidou com um símbolo da Medellín renovada e da regeneração de suas comunas) para o Alemão foi do governador Sérgo Cabral, que já tinha conciência então do caráter funcional do sistema para solucionar problemas de mobilidade, como também já conhecia seu potencial simbólico, a concepção do projeto foi do arquiteto Jorge Mario Jáuregui, convidado pela EMOP. Pergutado por nós, em entrevita, de quem foi a ideia de trazer um teleférico e a sua participação no projeto, o arquiteto responde:

> A ideia foi do governador na época. Ele foi à Medelín para a inauguração da biblioteca Rei de Espanha, ficou encantado pelo teleférico e queria que se fizesse um. Então, ele não me conhecia, é claro, mas a Emop, que ficou encarregada do processo da urbanização do Alemão então saiu buscando projetos. Eu tinha este projeto que havia feito para a prefeitura vários anos antes - Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo do Morro do Alemão – PDUCMA – que era um planejamento para vinte anos dividido em cinco períodos de quatro anos, cinco mandatos de governo. Como eu tinha feito esse estudo, eles me chamaram para fazer o projeto básico do Alemão. Então, nesse momento, que o governador vai à Medelín, eles (Emop) me perguntaram o que eu achava da ideia de um teleférico no Alemão. Eu falei que era bem pertinente por causa da topografia dos morros. Quando o cume dos morros, muito inacessíveis, e que por isso eram *bunkers* dos traficantes e que um sistema de teleférico no Alemão, além de facilitar a mobilidade das pessoas, contribuiria para desencravar a área, para desestigmatizar o Complexo que neste momento aparecia somente nas páginas policiais. Então foi essa decisão. Quando a gente fez o estudo de viabilidade macro, se determinou que sim, que era pertinente, que tinha tudo a ver, complementar a urbanização com um sistema de mobilidade, foi esse o motivo.

Ao ser questionado se o teleférico foi pensado exclusivamente para o Alemão ou para as favelas do Rio como um todo, Jorge Mario responde:

> Não. Especificamente para o Alemão. Eu tinha feito no Favela-Bairro, há muitos anos atrás, vinte anos agora, uma proposta para um teleférico no Vidigal, conectando a Avenida Niemeyer ao topo do

> morro, com duas paradas no meio e levando os turistas e os moradores da parte de baixo até a parte mais alta que tem um mirante, bem bonito e que tinha potencial para ser utilizado como espaço público e lugar de chegada de turistas, que poderiam gerar renda para a comunidade, vendendo produtos etc.

A construção do teleférico e as intervenções a ele associadas e do PAC no local possibilitou o resgate do PDUCMA, no entanto, reduzido a um escopo muito inferior em relação ao número de intervenções e instalação de equipamentos urbanos e vias de acesso, afinal o plano que foi projetado para ser implementado em vinte anos, foi executado em apenas cinco. Segundo o Decreto nº 27.471 de 2006, que aprova o plano e dá outras providências, foram traçadas diretrizes referentes à mobilidade.

A grande diferença em relação às propostas anteriores foi então a substituição da estrutura viária necessária à viabilização do transporte rodoviário pela instalação do teleférico, fato que o arquiteto destaca como relevante para "*resolver as questões de mobilidade primeiro e levar um equipamento de prestígio para uma comunidade que não tinha nenhum prestígio, era necessário prestigiar o lugar*". Deste modo, no discurso do arquiteto, como veremos mais detalhadamente, é notável a atribuição de um valor dado à paisagem através do simbolismo que lhe é agregado através da presença do teleférico, como, por exemplo a integração do Alemão à paisagem da cidade. O trecho a seguir é explicativo do esboço apresentado na Figura 1.

> O conjunto de estações do sistema de teleférico do Complexo do Alemão Constitui uma nova presença positiva na paisagem da Cidade do Rio de Janeiro [...] hoje, logo que o visitante chega à cidade através do Aeroporto Internacional do Galeão, ou enquanto espera no hall da sala de embarque para deixar a cidade, já percebe claramente quatro estações do teleférico que aparecem na paisagem, "colocando no mapa", literalmente, o Complexo do Alemão, antes estigmatizado e "invisível" para o cidadão comum e agora associado a uma nova condição de cidadania, passando de área de exclusão para área de visitação [...] O fato das estações aparecerem no mesmo campo visual junto da Igreja da Penha e o Cristo Redentor, constitui um fato relevante. E por estarem próximas da Igreja pode se perceber claramente a "função simbólica" dela no sentido da "elevação vertical" através das suas duas torres (vistas como duas agulhas) em contraste com os tetos brancos horizontais das estações que remetem à condição terrena da comunicação humana. Assim, além de "localizar" o Complexo no território na cidade, as estações fazem alusão, por contraponto com a Igreja, a esse sentido "comunicacional" das estações (JÁUREGUI, 200-?).

Deste modo, é possível identificar um discurso sobre a paisagem, presente na concepção do projeto. A contrução do teleférico (tomado como objeto de prestígio, que agrega valor) é justificada pelo fato deste conferir uma valorização da paisagem do Comlexo do Alemão, atribuindo a este cojunto de favelas novas representações positivas. Para dar visibilidade à essa paisagem, o teleférico precisa ser visto, e de longe. Neste sentido, a localização das estações nos topos dos morros parece ser uma condição fundamental à visibilidade desse "Novo Alemão", livre dos estigmas da violência. De fato, a linha de pilares e as estações podem ser avistadas muito além das proximidades da favela, de outros pontos da Zona Norte do Rio de Janeiro, em especial as vias expressas: Linha Vermelha, que conecta a Ilha do Governador (onde está o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim) ao Centro e à Zona Sul. E a Linha Amarela que conecta a Zona Norte à Barra da Tijuca.

> Claramente quando você passa pela Linha Amarela ou quando vai para o aeroporto pela Linha Vermelha, você vê lá ao longe as estações e são um elemento que coroam um evento natural, o coroamento dos morros. E por isso também, a luz à noite é um elemento bem interessante. Você tem todas as pequenas luzinhas das casas es luzes mais fortes das estações (JÁUREGUI, s.d.).

Para serem vistas de longe, as estações, possuem posições estratégicas, estando localizadas nos cumes dos morros e, a fim de chamar à atenção, ainda recebem iluminação à noite. Desse modo, elas atuam como guias do olhar, que dão visibilidade à uma narrativa de paisagem do Complexo do Alemão. A partir da concepção do arquiteto, a posição estratégica das estações considerou pontos de vista pré-estabelecidos, como por exemplo, o aeroporto internacional e as vias expressas. Neste sentido, Gomes (2008) argumenta que paisagens são também definidas pelo ponto de vista, ou melhor, são o enquadramento do olhar, seu delimitador. Dependendo da posição em que nos encontramos, do ângulo, da distância, coisas diferentes aparecerão. Algumas parecerão mais importantes que outras simplesmente pela posição que ocupam. Para o autor, a diferença entre olhar e ver consiste, portanto, no fato de que o olhar dirige o foco e os ângulos de visão, constrói um

campo visual; ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse grande campo visual construído pelo olhar. “O olhar pode ser amplo e geral, mas a visibilidade é sempre dirigida e parcial” (GOMES, 2008, p. 32).

Desse modo, a espacialidade, de acordo com o autor, é uma condição fundamental ao fenômeno da visibilidade. A posição das coisas, dos objetos, das pessoas dentro daquilo que o mesmo chama de trama locacional, ou seja, suas posições relativas segundo um sistema de referências espaciais consistem em um elemento central, no fenômeno da visibilidade. Assim, a inserção, retirada e/ou a variação da posição espacial de um objeto, pessoa ou fenômeno altera completamente nossa percepção, nossa apreciação e nosso provável interesse sobre eles. A posição não é, entretanto, absoluta. Os lugares dizem respeito a um sistema de referência espacial, então na natureza (o tipo de coisa) do que ali se apresenta, ou se mostra, intervém diretamente na construção de sentidos.

> Há uma geografia própria ao fenômeno da visibilidade na maneira como socialmente escolhemos lugares para mostrar ou esconder coisas, valores, e comportamentos, na maneira como são mostrados e nas circunstâncias dessa exposição. Eles são exibidos em diferentes lugares e de diferentes formas, e, a partir dessa imensa variedade, criam-se leituras, interpretações, narrativas. [...] A exposição é um desfile. O desfile é uma narração. A ordem espacial e temporal são os elementos estruturantes da narrativa (GOMES, 2008, p. 40).

Segundo Gomes (2008) podemos conceber diferentes *regimes de visibilidade* das coisas, das pessoas ou dos fenômenos. Um dos mais difundidos tipos de regime é aquele que faz parte do cotidiano e pode ser dito ordinário. Ele é previsível, repetitivo, não impactante. Outro tipo de regime poderia ser denominado como extraordinário. Ele capta a atenção, cria ou se associa a um evento, tem impacto, mobiliza e interfere nessa ordem do cotidiano

A ideia principal da expressão *regimes de visibilidade,* de acordo com o autor, é a de que existe uma espécie de protocolo, de cartilha de procedimentos regulares, que estabelecem socialmente aquilo que deve ser

visto, as condições e os valores que devem ser julgados. A ideia de regimes de visibilidade proposta por Gomes é uma analogia com a expressão “regimes de verdade”, cunhada por Michel Foucault, o qual dizia que esses regimes nos informam sobre quem está autorizado a falar, o tipo de discurso que é aceito como verdadeiro e os mecanismos que permitem distinguir o falso do verdadeiro. Dessa maneira, os regimes de visibilidade nos informam sobre o que deve ser visível, como aquilo que é visto deve ser entendido e, simultaneamente, o que não merece ser visto. Entendemos então, que a inserção de um teleférico, com suas estações no alto dos morros do Complexo do Alemão, conferiu o estabelecimento de uma narrativa paisagística correspondente à criação de um novo regime de visibilidade, no qual se possibilitou, por um momento, novas percepções e representações sobre este espaço.

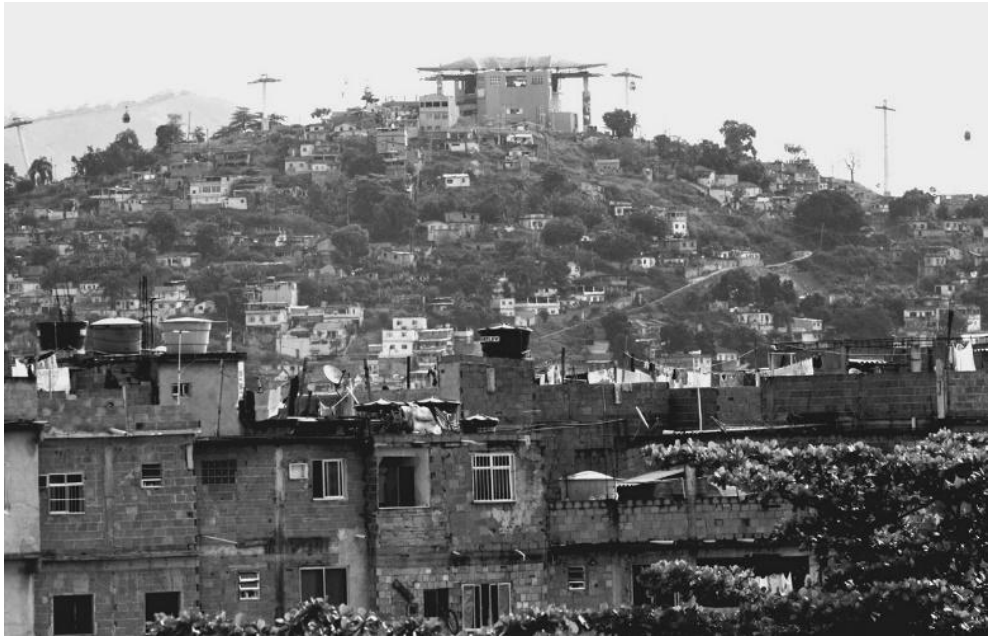


Figura 2 - Estação Adeus do teleférico vista da Linha Amarela. Foto do autor.

Figura 3 - Estação Baiana com iluminação noturna. Foto do autor.

As estações do teleférico foram concebidas como híbridos, considerando a multiplicidade de funções pensadas para elas, tais como: dispositivo de controle e segurança (pan-óptico); função social, que abrigariam equipamentos comunitários, função de mirantes, por possibilitarem visões panorâmicas da paisagem e a função simbólica, entendida na forma como as estações estão posicionadas no topo dos morros, conferindo uma valorização estética à paisagem e que ao mesmo tempo simbolizam a presença do poder público, a pacificação, a integração com a cidade e a cidadania garantida pelas obras do PAC. Esses significados foram lembrados, por diversas vezes, nos discursos dos políticos que atuaram por meio dessas poílíticas públicas.

A atribuição de valores e significados à presença de um teleférico no Complexo do Alemão pode ser verificada no discurso do arquiteto Jorge Mario Jáuregui. O teleférico é pensado pelo arquiteto com um elemento que, além realizar múltiplas funções, para além do função como transporte público por cabos, tem nessas funções um claro apelo à paisagem, dando à ela um papel importante na implementação dessa política pública. O discurso central nessa captura da paisagem é o de ressignificação destes espaços no imaginário

coletivo da cidade. Esse discurso, no qual a ideia de paisagem é amplamente mobilizada, pode ser verificado, por exemplo, através do que o arquiteto chama de “vantagens em se intalar um sitema de transporte por cabos no Complexo do Alemão”. As intenções são claras, e o texto parece resumí-las e dão pistas de como a paisagem é instrumentalizada no projeto.

> - Oferecer um sistema de transporte público rápido e eficiente, que no caso do Complexo do Alemão conta em cada cume das cinco estações no topo dos morros com excelentes visões panorâmicas sobre um amplo entorno com 360 graus de visão;
> - A possibilidade de controle da expansão das edificações, do acúmulo de lixo nos pontos críticos e da segurança local, pois o permanente monitoramento aéreo exercido pelos próprios usuários é a melhor garantia de “fiscalização”;
> - Contribuir para a segurança cidadã e a redução da criminalidade;
> - Criar novas e importantes centralidades no coração das comunidades;
> - Desencravar a área, contribuindo para desmobilizar os moradores nos pontos de maior dificuldade de acesso, especialmente idosos e crianças;
> - Estimular a requalificação e a reconfiguração do entorno por “contaminação positiva”;
> - Ressignificar positivamente, no imaginário coletivo, esta parte da cidade para o cidadão carioca. (JÁUREGUI, 200-?, grifo nosso).

A partir da análise das informações do projeto é possível confirmar a hipótese de que a ideia de paisagem foi amplamente explorada e ancorou de forma importante as ações que foram tomadas. Mais especficiamente, se mostrou basal para a concepção do teleférico, no sentido em que, pelo modo como ele foi pensado e suas estações foram construídas e posicionadas no topo dos morros, possui uma clara intencionalidade em se valorizar a paisagem dessas favelas. Através das intervenções na paisagem, houve um esforço em ressignificar esses espaços no imaginário da cidade, a fim dee reverter representações negativas como criminalidade e violência em representações positivas, como a presença do poder público e a promoção da cidadania.

Considerações

A inauguração do teleférico em conjunto com a sensação de segurança garantida pelo processo de pacificação contribuiu para a inclusão do Complexo do Alemão em uma geografia da paisagem de maneira positiva na Cidade do

Rio de Janeiro. A construção do teleférico foi importante para o conjunto de favelas, já que conferiu uma valorização positiva que pareceu livrar, naquele momento, este espaço do estigma da violência e da criminalidade. As estações, estrategicamente posicionadas, materializaram a presença do poder público. Deste modo, o conteúdo simbólico das intervenções citadas permitiu o sucesso do teleférico ao integrar aquela área ao cotidiano da cidade, bem como atribui ao Complexo do Alemão imagens e repreentações positivas.

No entanto, por conta de problemas com a segurança, evidenciados pelos conflitos armados entre policiais das UPPs e traficantes, e pela precária manutenção do sistema de teleférico, as representações positivas do Alemão não se consolidaram. Hoje, em função do prolema da violência, as representações negativas e excludentes sobre a área voltaram a ser predominantes. Então, o teleférico em si, não é um objeto capaz de alterar essas transformações. Se a população de fora do Alemão não se sentir segura de usá-lo, o teleférico sozinho não muda as representações. Estas só podem ser revertidas com a integração de forma efetiva desses espaços com a cidade, a partir da promoção de políticas públicas efiicazes, o que seria algo similar ao que ocorreu nas comunas de Medellín. Caso isso não ocorra, o teleférico corre o risco de ser engolido por essas representações negativas, podendo tornar-se o próprio símbolo dessas

Referências

ABREU, M. A. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

_____. Reconstruindo uma história esquecida: Origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Espaço & Debates, 1994.

_____. (Org.). Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos da geografia histórica carioca. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.

BURGOS, M. T. B. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro: As Políticas Públicas nas Favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar, A; Alvito, A. (Org.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro, 1998.

DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

GOMES, P.C.C. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, R. S. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro. Um breve olhar histórico. In: Urbana, vol. 1, nº 1, 2006.

_____. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Rio de Janeiro: Ed. Pallas/PUC-Rio, 2013.

_____. Favelas cariocas, acesso a direitos e políticas urbanas: práticas e discursos. In: BIRMAN, P. *et al*. Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

JÁUREGUI, J. M; BOCAYUVA, P. C; Articulação sócio-espacial e direito à urbanidade. (S.d). Disponível em: http://www.jauregui.arq.br/favelas_articulacao_socio_espacial.html. Acesso em: 16/01/2016.

_____. Teleférico - Complexo do Alemão. (S. d.). Disponível em: http://www.jauregui.arq.br/teleferico.html. Acesso em: 16/01/2016.

LIPOVETSKY, G; SERROY, J. L'esthétisation du monde. Vivre à l'âge du capitalism artiste. Paris: Galimard, 2013.

SOARES, A. S. Política da Paisagem e Favelas: Pensando a construção do teleférico e as novas representações do Complexo do Alemão para a Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2016.

RIBEIRO, R. W. Paisagem, Patrimônio e Democracia: novos desafios para políticas públicas. In: CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter. Espaços da Democracia. Para a Agenda de Geografia Política Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Direito à Paisagem e prática da cidadania no Rio de Janeiro e Recife: Política Urbana, Democracia e formação de espaços políticos em metrópoles brasileiras. Projeto de Pesquisa. UFRJ, 2016.

AS AMARRAS DO SAGRADO: CONVERGENCIA DA RELIGIOSIDADE E PODER EM MANGARIBA, RIO DE JANEIRO

Marcelle da Silva de Souza

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar as convergências das relações de poder entre a religiosidade e as redes ilegais, através do estudo de caso do Conjunto Habitacional Manguariba, localizado em Paciência, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O artigo compreende a análise de discussões de ordem teórico-conceitual acerca de poder, território e religiosidade; e de elucidações ao contexto da periferia carioca em conjunto a contribuições empíricas do objeto. Com o objetivo de avançar no estudo da religiosidade como condicionador territorial das vinculações as relações de poder.

Palavras-chave: religiosidade, território, milícias.

Resumen

El presente trabajo objetiva analizar las convergencias de las relaciones de poder entre la religiosidad y las redes ilegales, a través del estudio de caso del Conjunto Habitacional Manguariba, localizado en Paciencia, Zona Oeste de la ciudad de Río de Janeiro. El artículo comprende el análisis de discusiones de orden teórico-conceptual acerca de poder, territorio y religiosidad; y de elucidaciones al contexto de la periferia carioca en conjunto a las contribuciones empíricas del objeto. Con el objetivo de avanzar en el estudio de la religiosidad como condicionador territorial de las vinculaciones las relaciones de poder.

Palabras clave: religiosidad, territorio, milicias.

Introdução

Nas últimas décadas, observamos um rearranjo gradativo no campo religioso nacional. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)* informa que, apesar do Brasil permanecer enquanto a maior nação católica do mundo, com seus expressivos 64,6%, na última década a Igreja teve uma redução de 12,2%. As evangélicas, no entanto, já representam 22,2% de seguidores. Os dados indicam, que mantida essa tendência, em 30 anos os grupos estarão empatados em tamanho na população. A paisagem revela este aumento expressivo de igrejas evangélicas eclodindo, principalmente, nas periferias.

A religiosidade não somente é capaz de oferecer o conforto da interioridade da fé, mas, por vezes, também uma rede de apoio social, capazes de amenizar as mazelas da precariedade oriunda da "ausência" do Estado. Dessa vasta gama "mercadológica", as instituições religiosas, chamadas evangélicas, se desenvolveram tanto no âmbito assistencialista, quanto nas respostas da religiosidade, resultando em uma maior adesão entre os segmentos mais pobres da população (MONTES, 1998). Esta relação, entretanto, não resulta de modo incólume, com a sua expressividade sócio-espacial representando hábitos em prova de fé.

Do "distanciamento" Estatal nas periferias, surgem outras formas de expressão de poder territorial, como o tráfico, milícia etc. Essas redes ilegais soerguem e instauram-se, dominando, governando ou influenciando, o contexto sócio-espacial (SOUZA, 2013) e, através de suas atividades, por vezes, de maneira menos assentida, direcionando práticas e condutas locais.

O crescimento significativo da complexidade e do interesse de grupos que se apresentam na escala intraurbana, no entanto, exige construir bases mais sólidas de território, abstendo, ao máximo, das práticas mais representativas de violência, através da busca pelo consentimento e de pactos-territoriais. Deste modo, a expressividade das instituições ditas "evangélicas" e das redes de milícias, atuaria de modo a fortalecer-se mutuamente.

* Dados extraídos do censo 2010

A exposição desta pesquisa se dará do debate teórico-conceitual de território, poder e religiosidade; do contexto da periferia carioca e observações em campo. Este trabalho almeja avançar na compreensão da coexistência da religiosidade e redes ilegais, no intuito de compreender seus pontos de convergência, no entanto, sem intencionalidade de esgotamento do assunto. A análise realizada por meio da observação em campo, entrevistas e comunicações direta no Conjunto Habitacional Manguariba, localizado no bairro de Paciência. Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Poder e Território

Na perspectiva desse estudo, o poder, permeia as relações cotidianas da vida e do vivido, pelo propósito de controle e domínio do espaço, tornando-o um campo territorial. O território, também nesta perspectiva é apreendido como categoria explicativa de processos e dinâmicas correspondentes a ações que explicitem tensões e relações de poder no espaço, e - buscando superar a dicotomia materialismo x idealismo – o valor territorial, no campo simbólico. É possível afirmar que o poder, assim como o território, possam, no âmbito deste trabalho, tornar-se categorias explicativas desse estudo de caso.

Inicialmente, abordaremos conceitualmente o poder, que, segundo Rodrigues (2013): “diz respeito à capacidade de um determinado indivíduo ou grupo em atingir determinados resultados pretendidos, sendo que o seu exercício só é feito com base em alguma intencionalidade.” Neste estudo, trabalharemos as ações intencionalmente atreladas a lógica do domínio espacial. O poder dar-se há da junção entre as formas de influência, que, para ser sólido, deve vir do máximo de consentimento e do mínimo de coerção. De forma que o poder, se dá, pela efetivação do coletivo e, havendo a dispersão, há também, o fim da expressão de poder. A esse respeito, Souza (2013) declara:

> O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence apenas a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no poder, estamos nos referindo na verdade ao fato dessa pessoa encontrar-se investida de poder, por um certo número

de pessoas, para atuar em seu nome. (p. 80).

Do consentimento à violência, a ordem das palavras não necessariamente indicam um início e fim sistêmico, visto o exemplo de domínio por grupos ilegais, que utilizam como estratégias de efetivação, a invasão territorial e o embate por domínio. Com a realização da ocupação através: de coerção, utilização de força bruta, demonstração de poderio bélico, ou instrumentos de violência em geral; há a necessidade de ir em busca do consentimento como forma de fortalecimento. Havendo alguma ameaça ao poder, novamente é utilizada alguma expressão de violência. Acerca disso, é preciso considerar que:

> À violência sempre é dado destruir o poder; do cano da arma desponta o domínio mais eficaz, que resulta na perfeita e imediata obediência. O que jamais poderá florescer da violência é o poder. (...). O domínio, através da violência pura vem à baila quando o poder está em vias de ser perdido (...). Resumindo: politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõe, onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. (ARENDT apud SOUZA 2013, p. 81).

Já o território, pode ser apreendido por diversos campos epistemológicos da Geografia. Devido à seu caráter conotativo "fortemente vinculado ao espaço físico, à terra" (COSTA, 2014, p. 42), o conceito é majoritariamente ligado ao palpável, abarcando as disputas associadas a relações de poder. No âmbito do idealismo, o território é apreendido no campo das sensações: como o medo ou a identidade; aos que são cerceados de seu uso, aos que usufruem ou aos que com ele se identificam (COSTA, 2014). Neste artigo, debruçaremos ao Território em seu sentido filosófico mais amplo, ao que se refere a correspondência do território com as formas de dominação e apropriação, por COSTA (2014) – através da denominada perspectiva integradora*-, reconhecendo o frequente entrecruzamento de proposições teóricas.

* "Aquele que envolve a leitura do território como algo que não pode ser considerado, nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva

Para avançarmos no debate teórico-conceitual do território precisamos distinguir, sobre tudo: "quem domina, governa, ou influencia quem nesse espaço, e como?" (SOUZA apud SOUZA, 2013 p. 87). Ainda neste pressuposto, é necessário pensar que esta questão central, deve ser considerada sobre as mais variadas óticas. Respeitando a perspectiva integradora, o domínio, o governo e a influência exercida sobre este espaço podem estar no campo político, econômico, cultural e/ou natural. Entretanto, o mais comum, é que estas categorizações coexistam, como elucida Costa:

> Assim podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder desde sua natureza estritamente política, até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico política. Em certos casos, com o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico-religioso, a dimensão simbólico cultural do poder se impõe com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política, ou desta com determinados agentes econômicos. (2014, 93).

O domínio, governo ou influências, que caracterizem relações de poder territorial, não devem ser obtidos como sinônimo de violência, força bruta ou poderio bélico. Não que essas questões estejam distantes da realidade, entretanto, mesmo fora de um contexto democrático e dialógico, há que se buscar o componente de consentimento no exercício do poder – e por extensão, no exercício do controle espacial. (SOUZA, 2013). O consentimento – como mecanismo regulatório de conflitos - pode ser obtido de variadas forma, de acordo com as setorizações que compõe o sentido amplo de Território, como: através da dependência econômica de um trabalhador à um detentor de meio de produção; do consentimento ideológico por similaridades políticas; da concessão por convergência religiosa, ou da licença por meio da semelhança de apreensões de questões simbólico cultural. Por vezes, o consentimento se efetuará através da representatividade dada a um indivíduo em detrimento aos demais.

---

integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)." COSTA (2014)

Religiosidade

A apreensão conceitual da religiosidade remete a fatores abstratos da relação humana com questionamentos complexos da existência. A capacidade de oferta de respostas a situações limites. A Religiosidade, atua neste âmbito: da incumbência da oferta de respostas, a religião as cria. E através de dogmas, e da credibilidade da fé, se consolidam. Sobre isso, Montes (1998), declara:

> Os antropólogos se acostumaram a considerar, como característica que lhe é inerente, seu poder de criar um corpo consistente de símbolos, práticas e ritos, valores, crenças e regras de conduta – em outras palavras, um sistema cultural – capaz de responder as situações limites, como o sofrimento e a morte, a ameaça de colapso dos valores morais ou a perda de inteligibilidade da experiência do mundo, em vista das quais se torna necessário ao homem recorrer a um outro mundo para ainda atribuir sentido ao que ocorre nesta vida. (p. 71/2)

Cabe ressaltarmos que o sistema cultural será apreendido com caráter indiscutível, baseado em seu característica dogmática. Neste trabalho, analisaremos as regras de conduta, sejam elas explícitas ou implícitas. Nos atendo a ideia de religião como uma forma de obtenção de capital social (BOURDIEU, 2001), já que as igrejas e seus representantes dispõe da possibilidade de obtenção de ganhos materiais ou simbólicos através das relações interpessoais permeadas pela sacralidade. Esta possibilidade de retorno é ainda mais significativa ao considerarmos seu caráter indubitável.

A apropriação deste capital social oriundo da religião, ou o que denominaremos capital religioso, representa desde a idade média poder político. Como através da apropriação da missão de fornecer respostas, em que a Igreja Católica - Aproveitando-se da expansão do cristianismo, observada durante o fim do Império Romano – alcançou a condição de principal instituição a disseminar e refletir os valores da doutrina cristã. Alargado seu campo de influências, em busca da expansão do capital religioso, a Igreja Católica chega ao Brasil, no que, em breve significaria a sua consolidação nacional.

As estratégias de manutenção e expansão social e territorial, utilizam as ideologias religiosas como instrumentos de poder das igrejas (SANTOS, 2015). Desde o Brasil colônia, interesses intrínsecos atuam em conjunto com a sacralidade religiosa. Como a evangelização de indígenas atendendo as necessidades dos interesses mercantis e políticos europeus no Brasil, como base ideológica da conquista e colonização das novas terras.

O poder político e a expressividade territorial da igreja católica foi variável de acordo com suas atuações. Da coerção do Brasil Colônia e Império a aproximação das mazelas, em idos dos anos 60 e 70, com a criação das Comunidades Eclesiais de Base, através do qual, “a igreja daria início a uma revolução, orientada por uma profunda revisão autocrítica de sua própria história” (MONTES, 1998:78) com suma importância para a formação política da classe operária, e assumindo de fato, um exercício pelos pobres. Entretanto, assumir expressão na política pública, ainda que com vieses proletariado, afastou a igreja da oferta de respostas as questões íntimas, destinadas a religiosidade. As atividades e oratórias não mais encontrariam o seu público alvo. Dessa forma, essas transformações tiveram custos, como elucida Montes (1998):

> Longe da vida pública da política e do compromisso com os pobres e suas causas sociais, uma grande massa de fiéis, ricos assim como pobres, não mais se reconheceria nessa nova igreja, visto por muitos como incapaz de oferecer respostas quando as exigências da fé não encontravam uma equivalência necessária no plano da política, como ao se precisar de conforto diante das agruras da dor íntima, da perda pessoal ou da carência espiritual, no âmbito da vida privada. (p.78)

Deste processo, cria forma, um rearranjo gradativo no campo religioso nacional, assumindo sua fase mais expressiva em meados da década de 1990, com a perda da centralidade em conferir significado à experiência humana, há um declínio da expressividade católica, com as igrejas evangélicas obtendo mais relevância. Este declínio, no entanto, se deve também a outras questões, como a ampliação do mercado de bens de salvação. As chamadas “igrejas evangélicas” passaram por movimentos de dissidência, reformas e eclosão de novas instituições. Desta forma, segundo Santos (2015) podem ser agrupadas

em três correntes: protestantismo histórico, pentecostalismo e neopentecostalismo*.

Diversas vertentes religiosas do protestantismo já vinham coexistindo com o catolicismo no Brasil. Oriundas de um projeto supranacional, surgiram de um grande empreendimento proselitista, iniciado em idos dos anos 1950, com a ação missionária financiada por igrejas norte-americanas, chegando ao Brasil, por meio da Cruzada Nacional de Evangelização (MONTES, 1998)†. A expressividade pentecostal no entanto, se apresentava em modo latente. Beneficiando-se da lacuna do catolicismo do aspecto individual, de conferir respostas e conforto, através da religiosidade, o pentecostalismo o fez. Além disto, alocou na periferia suas bases estruturais – visto que a delimitação espacial destinada às classes populares, como projeto de Estado, abrange também a precariedade da vida cotidiana e as frustrações e tormentos em decorrência disso -; e, apropriou-se dos meios de comunicação de massa para aumentar sua visibilidade.

O pentecostalismo contou com aspectos inovadores, que contribuíram de maneira determinante para sua ascensão. Como a utilização de oratória, por exemplo, “a cura divina”, que através da credibilidade da fé, oferece uma alternativa a problemas físicos e espirituais; a frequente evangelização em locais públicos, a estrutura teológica organizacional: sua igrejas prescindem a hierarquia sacerdotal, simplificando o acesso ao “sagrado” (MONTES, 1998), mas sobretudo, no âmbito desse estudo de caso, cabe ressaltar:

> Num período de transformação social e, com a aceleração do

* O protestantismo histórico estaria ligado aos preceitos da reforma protestante, o pentecostalismo ao reavivamento do protestantismo nos EUA no início do século XX, sendo a corrente central na expansão por meio da cruzada nacional de evangelização e consequentemente tendo grande representatividade no cenário evangélico nacional; e o neopentecostalismo surge em 1977, por meio da Igreja Nacional do Reino de Deus e ganhando força nas camadas populares da população brasileira por meio de sua doutrina baseada na teologia da prosperidade*.

† Esta expansão evangélica na América Latina, no entanto, teria uma motivação geopolítica atrelada, a ratificação da economia capitalista, através do credo americano, enquanto facilitador, por meio das ideias de individualismo, trabalho e protestantismo (SANTOS *apud* HUNTINGTON, 2015).

> processo de industrialização e consequentes migrações para os grandes centros urbanos de significativos contingentes populacionais vindo de um Brasil rural, pobre e em busca de melhores condições de vida na cidade a emergência dessas igrejas viria de encontro dos valores tradicionais da cultura desses imigrantes, em especial, aqueles ligados a uma terapêutica básica de benzimentos e simpatias ou à medicina tradicional de ervas e plantas curativas, conhecidas no meio rural de onde provinham. Para estes a promessa da "cura divina" não seria algo estranho. Por outro lado, no novo meio que passam a viver, essas igrejas rapidamente reconstituem para esses novos trabalhadores que chegam aos grandes centros urbanos, os laços de solidariedade primária de seu local de origem, perdidos com o processo migratório, dando-lhes enfim, o sentimento de pertencimento que lhes falta na grande cidade, absorvendo-os numa comunidade. (MONTES, 1998, p 84)

Este processo é fundamental para a ascensão das instituições evangélicas no cenário nacional, representado, sobretudo nas periferias urbanas. Mas são especificamente as igrejas neopentecostais, por meio do avanço das técnicas, que propõe um rearranjo gradativo no campo religioso nacional, assumindo sua fase mais expansionista em meados da década de 90 que perduram até os dias atuais. As instituições tem como característica mais marcante, a utilização de veículos de mídia em grande escala, com programações longas, difundindo a religião e explanando sua magnitude. A alta taxa de difusão, associado à perda da centralidade católica em conferir significado à experiência humana; e, da ampliação do mercado de bens da salvação, além da teologia da prosperidade fez com que houvesse declínio do catolicismo nas periferias urbanas em detrimento as ascendentes instituições neopentecostais e as pentecostais.

O campo religioso nacional passa a ser alvo da lógica empresarial de planejamento estratégico, onde a fluidez do campo religioso; baixo grau de institucionalização das igrejas; proliferação de seitas; fragmentação crenças e práticas devocionais; e seu rearranjo constante ao sabor das vicissitudes da vida íntima de cada um (MONTES, 1998), atuam de modo a conquistar capital religioso. E, na contramão desta "modernidade" do campo religioso, surge também um endurecimento das posições, e dogma em prova de fé.

A Periferia metropolitana e o Conjunto Habitacional Manguariba

A Periferia enquanto expressão do processo de urbanização da sociedade é "lugar" de práticas territoriais das classes dominantes. Dessa forma, sendo uma área conforme em "estrato social, etnia e urbanização" (CORRÊA, 1986), características previamente definidas pelas relações de poder centrífugas, que deslocam os indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para áreas distantes dos eixos classificados como pertencentes às elites.

Na escala das metrópoles, segundo Lopes (2013), as periferias são constituídas de materialidades da produção desigual de socialização das metrópoles brasileiras. O desmembramento do social, através das disparidades, no campo das metrópoles, estrutura a segregação sócio-espacial, e mais especificamente, a segregação residencial. Estas áreas, destinadas (explícita ou implicitamente) ao proletariado, resultante dos embates das relações de poder na escala das metrópoles, convivem com aspectos de uma urbanização gestatória (LOPES, 2013). O espaço e tempo da metrópole, eclodem de maneira desarranjada na periferia, onde os moldes sociais dão nova personalidade ao local, correspondente "à produção das materialidades do social, por via da configuração dos espaços proletários: subúrbios, processos de favelização no tempo e no espaço, o surto loteador, os conjuntos habitacionais... Lugares que se constituem por via das articulações e tensões entre pertencimentos e poderes." (LOPES, 2013, 8).

A expansão urbana da metrópole carioca obedeceu à regra das grandes cidades, à medida que sua dinâmica urbana, promove áreas pautadas em estratos sociais. Migrações intrametropolitanas, pautadas na reprodução da pobreza. A esse respeito, Lago, declara: "ações coercitivas e políticas de investimento seletivas por parte do Estado somaram-se à lógica da acumulação urbana, condicionando as trajetórias espaciais das classes sociais e consolidando um padrão de segmentação sócio-espacial marcado pela dualidade centro rico/periferia pobre." (2015:55). Promovendo assim, a reprodução da pobreza

Desta dinâmica urbana estrutural, que pretere a pobreza, surgiram programas habitacionais de caráter nacional, afim de engrenar o contingente centrífugo. Neste contexto, por meio da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB) com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) emerge o Conjunto Habitacional Manguariba, no início dos anos 80, impulsionado pela eclosão da Zona Industrial de Santa Cruz, em idos dos anos 70. E composto, para além dos migrantes internos*, também por migrantes nordestinos. Todavia, o destino dos migrantes nordestinos não era inicialmente a localidade periférica, visto que a partir dos anos 60 observou-se congruência no evento, com o movimento de entrada na cidade, sendo a favela, enquanto primeira alternativa de moradia e, ao alcançar uma certa estabilidade no trabalho, passando para a "segunda etapa" do percurso de ascensão social, tornando-se proprietário de um lote ou imóvel na periferia (LAGO, 2013, p 45).

O princípio da formação da localidade, converge com a teoria, sendo marcada pela produção das materialidades do social. Onde os novos habitantes, em relação a dinâmica dos modos de vida, atrelado as configurações iniciais locais, (re) significaram o espaço aos moldes de lugar, atribuindo identidade. Exemplos disto são os fragmentos de ruralidades presentes até a atualidade, como criação de animais para alimentação e locomoção. Estas características compõe uma herança dual, que, para além das origens do modo de vida dos migrantes apresenta também o resguardo das feições locais, tanto as de pré construção do Conjunto Manguariba, quanto as relacionadas as redondezas, visto que, a concepção inicial compunha a localidade cerceado por fazendas e lotes rurais.

A precariedade também se fez presente na historicidade local, povoado por classes populares as fronteiras do "formal-informal"† se fizeram presentes na formação social-espacial. Com a eclosão de Manguariba se dando

* Prole de gerações vítimas da estrutura organizacional da cidade, que sobreviveram aos moldes higienistas de Pereira Passos, expulsos dos cortiços dos centros, migrando para as favelas, e posteriormente as periferias imediatas da Zona Norte. Agora se deslocam para uma periferia mais distante, a Zona Oeste.

† As "bordas do formal-informal" parte da contribuição de TELLES (2010) se referindo aos circuitos da economia.

juntamente com o período de forte expansão do tráfico nos anos 80, a mercantilização de drogas chegou a localidade como um caminho de subsistência, se tornando uma via de mão dupla, onde ao mesmo tempo que instalou o caos oriundo das disputas territoriais e resistência policial, promoveu o sustento de algumas famílias, com a sociabilidade sendo constituída também pelas “dobras do legal-extralegal”*.

O estudo de caso vai de encontro a teoria, ainda em outras vertentes, visto que da população nordestina local, grande parte habitou favelas do município anteriormente, apenas com o passar dos anos, adentrando ao mercado formal de moradia, e enquanto benefícios que promoveram a mudança, o fator mais circunstancial é a ideologia da casa própria. Para além disto, encontramos também a homogeneidade, das periferias urbanas, em “estrato social, etnia e urbanização”, refletindo no Conjunto Habitacional Manguariba. Sendo o estrato social baixo, composto de negros e nordestinos, e urbanização precária, com o resquício de urbanização da criação do conjunto habitacional adjacente a alguns poucos reparos; com a verticalização irregular das casas -reflexo das gerações que, da ausência da autonomia econômica, para construir uma vida pleiteada na independência, permanecem, na extensão das gerações anteriores -; e com a ocupação ilegal das bordas do conjunto, pelo atrativo da oferta de serviços públicos básicos.

Alguns diferenciais mencionados pelos migrantes - e atuais moradores -, no entanto, não se fizeram presentes por muito tempo. Inicialmente concebido com a oferta de uma unidade de Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO), que perdurou até meados dos anos 90, o policiamento no entanto, atuava na lógica da segurança pública nacional†, oscilando entre períodos de calmaria, e períodos de embate, causando transtornos como tiroteios e invasão de moradias como rota de fuga do confronto. E deste abandono, surgiram as

* As “dobras do legal-extralegal”, por sua vez, expressam as relações de poder. TELLES (2010)

† A dinâmica de segurança pública nacional coleciona críticas, por a chamada guerra as drogas se concentrar nas localidades pobres e não se propor um projeto que vá a raiz do problema, como o tráfico internacional de drogas e armas.

primeiras expressões de poder ilegal, apesar de pouco expressiva no palco dos principais conflitos urbanos da cidade, decorrentes da dinâmica do tráfico de drogas de varejo, a localidade experimentou episódios de extrema violência ao longo dos últimos anos. Visto que, até meados dos anos 90, era comum os conflitos entre diferentes grupos ligados ao varejo de drogas.

Neste contexto local, das mazelas da precariedade constituindo vidas em tono do "formal-informal" e do "legal-extralegal", e com a Igreja Católica assumindo moldes políticos proletariados, mas esquecendo, no entanto, do caráter reconfortante, em resposta as mazelas da vida, destinado a fé; além da carência de laços de solidariedade, que possam suprir os laços perdidos pelos migrantes, em seu processo migratório, chegam as igrejas pentecostal e posteriormente – e com maior êxito- as neopentecostal. Com seus ritos permeando aspectos da cultura campesina, e capaz de suprir da vivência de aspectos da ruralidade, preenche a lacuna do pertencimento, dando ao local, mais moldes de lugar. Assumindo grande expressividade já em meados dos anos 90, vem assumindo sua centralidade de maneira cada vez evidente ao passar dos anos.

Na dinâmica territorial de Manguariba, as representações em muros são sinônimos da relação de poder. Com as trocas de domínio pelas redes de varejo do tráfico de drogas em idos dos anos 80 e 90, as pichações dos grupos antecedentes eram apagadas, com sobreposições da sigla rival. Com a ascensão das milícias, em 1995, denominada liga da justiça, em analogia a uma fictícia equipe de super-heróis*, no entanto, as siglas deram lugar ao símbolo heroico, em analogia ao Batman – ex policial militar, apontado em investigações como um dos chefe da rede de milícias e atualmente preso. Ao passar do tempo, e juntamente como aumento da expressividade sócio-espacial do pentecostalismo e neopentecostalismo, as grafias nos muros tornaram-se frases bíblicas, que remetem controle das atividades por meio da relação afetiva da comunidade com os preceitos bíblicos, demonstrando as múltiplas facetas das relações de poder: com as motivações econômicas

* Publicadas pela editora americana DC Comics.

impulsionando seu caráter político inserido em se aspecto simbólico. Como a seguir:

Imagem 1. Fonte: O autor (2017)

Imagem 2. Fonte: O autor (2017)

É possível observar nas grafias que a interpretação dos textos remetem a um determinado grau de controle comportamental, sem ameaças ou intimidações latentes, entretanto, em uma comunidade tamanha carga de expressividade religiosa, as frases atuam de modo a condicionar as ações dos indivíduos, credos na bíblia, enquanto livro norte da experiência humana, não pela autonomia, mas necessidade interna de se alcançar graças ou a chamada "salvação", abordada nas liturgias, como meritocrata. Muito além da ratificação das doutrinas locais dominantes, os escritos explicitam pactos territoriais.

É importante mencionar, no entanto, a ambivalência da questão. Para além da questão geopolítica, do fator estratégico de controle e domínio territorial, há também a identificação dos grupos ilegais com as religiões. Muitas vezes selecionados nas próprias áreas, os níveis hierárquicos mais baixos na estrutura das redes ilegais, observam as práticas religiosas na conjuntura familiar, criando afinidades litúrgicas. Como representa a imagem a seguir, que retrata o miliciano Carlinhos três pontes (CL), morto em abril de 2017, durante uma operação da Polícia Civil. A arte é dedicada por PQD, também miliciano, em regime carcerário. A homenagem retrata, além da ambivalência da mitificação, pela figura respeitada e temerosa, a intensidade da religiosidade no texto.

Imagem 3. Fonte: O autor (2017)

Considerações finais

O crescimento significativo das ofertas de vetores na escala intraurbana, exige construir bases mais sólidas de território, abstendo, quando possível, das práticas mais representativas de violência, através da busca pelo consentimento. O histórico de domínio territorial no conjunto Manguariba foi traçado por embates entre redes ilegais, agora, no entanto, surge uma nova expressão de poder local: a religiosidade. Com a ascensão, por vias de seu rearranjo frequente ao apreço das vicissitudes da vida íntima, as igrejas pentecostais e neopentecostais surgem em formas organizacionais, e de domínio, por vezes, voltadas ao controle ideológico por meio da teocracia. Representando o poder heterônomo, entretanto, pautado nos imperativos hipotéticos, e sobretudo, havendo um elevado grau social de submissão ao sagrado, encontra-se nesta esfera de poder, maior hegemonia.

O domínio das milícias, traz consigo, desde seu caráter inicial, a ideia de concessão de poder, por meio da aprovação da sociedade, através da

denominação “liga da justiça”, acometendo a super-heróis e a dicotomia bem versus mal. O sincronismo da tomada de centralidade das igrejas pentecostais e neopentecostais e do domínio territorial local por vias dos grupos paramilitares, em meados dos anos 90, favoreceu a coexistência harmônica dos vetores, entretanto, a característica mais evidente é que o discurso e as ações tenham se tangenciado de modo a fortalecer-se mutuamente. As grafias nas paredes aparecem de modo a ratificar esta questão, por vias da dimensão simbólico cultural do poder, sendo então, o ponto de interseção entre o com frases que remetem controle comportamental, direcionando práticas e condutas locais, que favorece a ambos os grupos, entretanto, amparadas pelo caráter sagrado que remete a bíblia.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L. A periferia urbana. Florianópolis: Geosul, vol 1, n 2, 1986. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12551/11859>. Acesso em 15/09/2017.

COSTA, Rogério Hasbaert da. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade. 8°. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 396p.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdade e segregação na metrópole*:* o Rio de Janeiro em tempo de crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/new/images/abook_file/desigualdade_metropolerj_lucianalago.pdf>. Acesso em 28/10/2017.

LOPES, Artur Sergio. Estilhaços do Possível. Sobre a condição juvenil e ação social nas periferias (e fronteiras) da metrópole fluminense. 2013. 19 p. Anais do SIMPURB (GT 14: DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E POLÍTICAS URBANAS) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. In: História da vida privada no Brasil: *contrastes da intimidade contemporânea.* 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 2, p. 63-172. v. 1.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. Um "Campo de Pacificação"?: *algumas considerações sobre o programa das Unidades de Polícia*. 2013. 285 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/802283.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

SANTOS, Alberto Pereira dos. Geopolítica das igrejas e anarquia religiosa no Brasil: Por uma geoética.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

TELLES, Vera Silva, 2010. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argumentum.